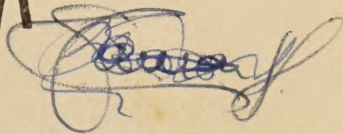


REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO



INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 248

JULHO-SETEMBRO

1960

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
A. C. FERREIRA REIS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Rio de Janeiro — Brasil — 1961

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA ELEITA PARA 1960-1961

Presidente Perpétuo

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

1.º Vice-Presidente

DR. RODRIGO OCTAVIO DE LANGAARD DE MENEZES FILHO

2.º Vice-Presidente

DR. JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHO

3.º Vice-Presidente

DR. HENRIQUE CARNEIRO LEÃO TEIXEIRA FILHO

1.º Secretário

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

2.º Secretário

DR. MANUEL XAVIER DE VASCONCELLOS PEDROSA

Orador

DR. PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT

Tesoureiro

ALMIRANTE CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 248

JULHO - SETEMBRO

1960

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.


COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
A. C. FERREIRA REIS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Rio de Janeiro — Brasil — 1961


Digitized by the Internet Archive
in 2024



IN MEMORIAM

O falecimento de Cláudio Ganns, na sua brutal surpresa, cobriu de luto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de consternação seus companheiros na redação desta Revista, que êle dirigiu durante cinco anos, continuando a prestar-lhe sua inestimável colaboração, a partir de 1947, quando a direção passou a ser coletiva.

Dedicado apaixonadamente à vida intelectual do Instituto, estudioso da História, cujos episódios procurava esclarecer à luz dos depoimentos conservados nos arquivos, espírito ágil, coração generoso, confrade afável e prestimoso, leal e amigo, deixa entre seus companheiros da Redação uma saudade imorredoura.



A HISTÓRIA E A GEOGRAFIA NA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

DANIEL DE CARVALHO

Capítulo I — Campos da «Crítica de Belezas» e da Professoral.
Capítulo II — A Margem de *Ordem e Progresso*. Capítulo III
— Taine e «os pequenos fatos significativos». Capítulo IV —
Áreas e subáreas. Capítulo V — *A Questão Social na República*
Velha. Capítulo VI — Ensaios Sociológicos Regionais. Capítulo
VII — Choupanas e Casas na Região das Minas. Capítulo VIII
— Teses Duvidosas. Capítulo IX — Raízes das Tendências. Ca-
pítulo X — Ilha ou Arquipélago Ecológico.

CAPÍTULO I

CAMPOS DA «CRÍTICA DE BELEZAS» E DA PROFESSORAL

Nos admiráveis ensaios de sociologia brasileira de Gilberto Freire, escritor de sumo relêvo entre os contemporâneos, escaparam enganos de história e de geografia que, a meu ver, carecem de emenda. Alguns conduzem a conseqüências errôneas, a confusões ou a injustiças, e todos contrariam a lei de Deus que impõe a observância da Verdade.

Quando vieram a lume os livros *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*, historiadores apontaram falhas no trabalho.

A publicação agora (1959) de *Ordem e Progresso* torna oportuno um exame geral nos pontos que feriram a atenção de um antigo professor de História e Geografia do Brasil.

Antes de publicar os reparos à obra, meditei sobre as palavras de D. Tomás de Iriarte na *Fábula Literária* «... es un vicio y un envidioso el que nota pequenos descuidos en una obra grande». Menéndez y Pelayo coloca esta máxima entre os aforismos doutrinários «de una verdad trivial y evidente que casi entran en la catego-

ria de las llamadas de Petrogullo» (*História de Las Ideas Estéticas en España*, Madrid, 1906, t. V., pág. 286).

Em primeiro lugar, não são apenas pequenos descuidos de detalhe, mas pelo menos um engano enorme que notara. Gilberto Freire parte da noção fundamental (e errônea) de que o Brasil é ecológicamente uma região, e em grande parte uma região natural. Aplica, assim, o estudo, em vários pontos de vista admirável, da zona da cana-de-açúcar a todo o país. (*Estudos e Depoimentos*, 1953, pág. 192.)

Por outro lado, como explanarei adiante, a reprimenda só se ajusta às obras de arte e de ficção. Não me rendi, pois, ao argumento, e continuo a sustentar a necessidade de corrigir os erros porventura encontrados em livros de ciência. Em sociologia é fundamental a exatidão da geografia e da história do país estudado.

Há uma opinião generalizada contra os que se atrevem a indicar manchas na superfície brilhante dos astros luminosos da literatura. A tendência geral é julgar os livros ou a peça pelo prazer que nos proporcionam. É a crítica espontânea, imediata, que nasce nos intervalos dos teatros, dos concertos e das conferências e se espalha nos chás, coquetéis e jantares da sociedade. Daí passa para as colunas sociais e as seções de bibliografia de jornais. Poucos jornalistas fogem à regra e deixam de seguir a corrente. Expressim o pensamento de toda a gente. Assim se garante o sucesso, que não se deve confundir com a glória, de natureza mais alta e mais nobre.

Fanny, de Feydeau, graças ao julgamento dos salões de Paris, recebeu efêmera consagração e teve durante algum tempo cotação acima de *Madame Bovary*, de Flaubert.

É tão fácil o conformismo com a opinião frívola do momento e tão antipático dissentir dela! Ninguém quer o papel de «desmancha-prazeres».

Sainte-Beuve foi tachado de pérfido, invejoso, e acusado de azedume no coração e de ciúmes de Lamartine, Chateaubriand e Vigny, cujas falhas apontara em julgamento de analista probo e meticoloso. Basta percorrer os nove volumes do *Journal* para ver como os Goncourt procuram demolir a glória do crítico dos *Lundis*, a quem jamais perdoaram o vasto saber, a penetração a fundo, a exatidão, a nitidez e a meticulosidade. Queriam que ele fôsse, com eles, impressionista e visual, capaz apenas de ver o exterior das coisas.

A crítica é distinta da percepção estética e da reação que ela provoca. Exige do observador preparo conveniente e a aplicação de métodos adequados para chegar a um julgamento de valor.

A crítica de nós conhecida vem dos tempos helênicos. Desde então apresenta imensa variedade de conceitos e de doutrina. Platão, idealista, e Aristóteles, realista, defendiam concepções inteiramente diversas. Na fase alexandrina preponderaram os gramáticos.

Os romanos construíram modelos monumentais para julgar os dois gêneros dominantes na literatura antiga: as *Instituições Oratórias* de Quintiliano e a *Arte Poética* de Horácio. Pode-se dizer que a *Retórica* do professor da cadeira de Eloquência criada pelo imperador Galba, e a *Epistola ad Pisones*, abrangendo as regras da tragédia e da comédia, imperaram nas linhas fundamentais da crítica até o século XIX.

A nova ciência estética (Alexandre Baumgartner, 1.750), Lessing, Goethe e Reynolds abriram novos rumos à crítica. Desfraldaram o estandarte da liberdade das peias didáticas. As intuições do gênio, a imaginação e o bom gosto deviam sobrepor-se às imposições acadêmicas.

A Escola Romântica aproveitou-se da clareira aberta na floresta dos dogmas e alargou-a com o seu subjetivismo.

Chateaubriand condenava a crítica estéril dos defeitos e aconselhava «a crítica fecunda das belezas». Colocava-se do ponto de vista da «crítica de artista», um dos ramos da crítica, segundo a classificação de Thibaudet (*Réflexions sur la Critique*, Gallimard, Paris, 1939, pág. 125).

Nesse setor brilharam, mais do que o introdutor do romantismo na França, Paul de Saint-Victor e Barbey d'Aurevilly. Aquêles, no livro célebre sobre a obra hugoana, recusa-se a estudar *Ruy Blas* ao microscópio. *Hamlet* e *Otelo*, *Macbeth* e o *Rei Lear*, também examinados de perto, mostrariam suas falhas. Fica na impressão causada pelo drama terrível que arranca gritos e lágrimas. Daí a conclusão «*n'épluchons pas les grandes oeuvres*» (Victor Hugo, Calmann Levy, Paris, 1892, pág. 137).

Em sentido contrário se manifestam os clássicos da crítica desde La Harpe e Villemain, até Sainte-Beuve, Brunetière e Faguet.

A velha controvérsia reponta por vezes na história literária do Brasil com as peculiaridades bem conhecidas. «Não há atividade intelectual que tenha despertado, como a crítica, tantos juízos contraditórios», registra Fernando Azevedo. O mesmo ensaísta assinala que «entre nós, a crítica apologética, de entusiasmos interesseiros e aplausos lisonjeadores, se alterna, salvo exceções já largamente compensadoras, com a crítica meticulosa quase anatômica e com a crítica de aptidões». Investindo contra a hábito da louvaminha, observa: «O elogio excessivo e sistemático

habitua mal os autores, é como o vinho generoso, quando tomado freqüentemente e em doses muito altas pode fazer um imbecil de um homem de espírito, que não encontrou, no conhecimento de si mesmo, uma vacina contra a vaidade». (Fernando Azevedo, *Ensaio*, S. Paulo, 1929, págs. 46.)

La longe se entrasse na seara dos aspectos positivos e negativos da nossa crítica literária. Não podia ela ser exceção nesta fase de decadência moral instaurada no mundo após a segunda guerra mundial e agravada entre nós pelo rebaixamento do padrão ético dos dirigentes e do padrão cultural do ensino. Como originalidades nossas teríamos de arrolar certas deformidades. Passada a era das descomposturas pessoais, ainda restam os sistemas das igrejinhas e dos elogios imoderados, da palmaria do professor a catar os pronomes mal colocados e os galicismos, ou do boicote de autores não apadrinhados pelos «donos da Praça». O escritor, amparado por amigos, deve ainda pedinchar humildemente a opinião dos que escrevem nos jornais. Não se julgam obrigados a ler os trabalhos recebidos e emitir opinião sobre os mesmos, ainda que em poucas linhas.

Não quero entrar no diagnóstico das mazelas, mas apenas explicar o ponto de vista adotado neste ensaio.

Não houve ainda uma estabilização dos conceitos e das doutrinas na seara da crítica. Os próprios termos empregados sofrem grande mudança de significação conforme a época e a corrente literária.

Na procura desinteressada da verdade e na formulação dos princípios de uma doutrina ainda em formação, não se deve desprezar uma opinião sincera por mais humilde que seja.

Já Aristóteles professava que as várias matérias devem ser tratadas de modo diferente. Cada uma deve obedecer aos princípios e métodos adequados à sua natureza. Para isso proponho uma distinção que ajudará a compreender muitas divergências em nossa literatura e nas estrangeiras.

A crítica das belezas ou de artista, a meu ver, se aplica mais às obras de arte, à música, à pintura, à escultura e, em literatura, aos trabalhos de ficção, peças de teatro e romances. Nesse campo, florescem o trágico, o cômico e o sublime. Aí se podem apreciar devidamente o bom e o mau gosto com os sentimentos instintivos do belo ou com a educação estética ajudada da *Theorie des Schönen* tão desenvolvida na Áustria e na Alemanha.

Mesmo, no entanto, neste terreno, Brunetière repeliu a concepção da «crítica das belezas», considerando-a infecunda e até perigosa. Lembra que a indulgência e a condescendência dos críticos têm favorecido o desabrochamento de famas fictícias.

Entre nós é difícil separar a origem do exame de um livro — se procede da fonte pura dessa orientação estética ou da nossa vocação para o elogio ou o vício laudatório tão difundido. Osório Borba chega a dizer que «à mingua de elogio não é que morre, no Brasil, nenhuma vocação literária por mais hipotética» (*Comédia Literária*, Rio, 1941, pág. 20).

Admitindo que se obedeça ao ensinamento alto dos mestres citados, cumpre, conforme sugiro, distinguir os trabalhos artísticos dos científicos. Nos primeiros compreende-se a predominância da «crítica das belezas». Nos segundos parece-me mal colocado tal sistema.

Há uma razão fundamental para dar preferência à crítica universitária, crítica profissional ou crítica de professor, nos livros científicos. A ciência consiste no conhecimento da verdade e impõe a investigação da verdade sem outro motivo que a própria verdade. Então não cabe, senão acessoriamente, a crítica artística ou das belezas aplicável a obras de ficção.

Teria um ensaio de sociologia caráter científico? Os fundadores da Sociologia, Comte e Spencer, deram os lineamentos da ciência, desenvolvida por Durkheim, De Greef, Glumplowicz, René Worms. Antigamente, tinha cabimento o capítulo da sociologia de Worms para provar que ela não era uma arte. Hoje a sociologia é uma ciência madura ensinada nas universidades por centenas de mestres.

Tratando-se de estudos de sociologia, em virtude da confusão reinante, os livros de Gilberto Freire têm sido, entretanto, apreciados mais pela faceta da novidade dos seus processos científicos e literários e, sobretudo, em razão do gosto ou prazer que desperta sua leitura. Têm *um não sei quê que agrada*, para empregar o título do ensaio do Padre Feijó no começo do século XVIII. Assentam aos livros do Mestre pernambucano as expressões do manifesto espanhol: *Hay un no sé qué agrada, que enamora, qui hechiza, sin que pueda encontrarse revelación más clara de este natural misterio*.

Convém vencer os fluidos do *feitiço* pessoal e literário e encetar o exame da obra com o espírito de amenidade cortês recomendado por Goethe, mas com a probidade de quem pretende sòmente alcançar a verdade.

CAPÍTULO II

À MARGEM DE «ORDEM E PROGRESSO»

Os trabalhos de Gilberto Freire são de tal natureza e amplitude, de tamanha repercussão, não só na vida intelectual como na

vida social brasileira, que merecem acurado exame. Sua obra principal está na tetralogia *Casa-Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos*, *Ordem e Progresso*, que acaba de aparecer, e *Jazigos e Covas Rasas*, que formará o ciclo da formação, crescimento, decadência e morte da família patriarcal em nosso país.

O autor, acertadamente, denomina ensaios os estudos constantes do tríptico já publicado e *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil* todo o trabalho acrescido dos volumes de documentação (manuscritos, pinturas e bibliografia geral).

O vocábulo *ensaio*, em português — como *saggio*, em italiano e *essay*, em inglês — não significa obra perfeita ou acabada. Antes indica uma tentativa ou esforço para a feitura de uma coisa ou a prova de uma tese. Apesar da magnitude e do valor dêsses ensaios, não podem, segundo se depreende da designação, ser tidos como «tratados» da matéria. Reclamam análise e debate.

Discípulos, amigos e admiradores do Mestre, em discursos, em artigos publicados em jornais, revistas, livros, e até em palestras, reputam êsses livros «definitivos», isto é, «tratados» na verdadeira acepção do termo. Não aceitando a sugestão do próprio autor para a classificação dos estudos, julgam sacrilégio criticar ou apontar defeitos ou enganos na obra por êles considerada completa e perfeita. A êsses idólatras lembraria a sentença de Vico: o gênio inventa e a fria razão aperfeiçoa.

Também admiro em Gilberto Freire o homem e a obra. Considero valiosa sua contribuição à ciência. Traçou linhas mestras e contribuiu com preciosos elementos para o trato da nossa sociologia. Tenho grande respeito pelos trabalhos de sua poderosa inteligência e imaginação, servidas por invulgar cultura e raras qualidades de escritor. Compreendo a auréola que lhe cerca o nome entre os escritores, professores e jornalistas. Para boa parte da nossa juventude universitária é um ídolo.

Sem embargo de acatar sua autoridade, creio que a probidade literária impõe o dever de externar as observações sugeridas pelos dois grossos volumes publicados pela Editôra José Olímpio. Só assim poderão ser contestadas e até delidas pelos competentes. Tenho sempre presente ao espírito o conceito de Goethe no drama *Torquato Tasso* sobre a insensatez de quem pretenda *in allen Stücken billig sein*. Terei prazer em retirar as reservas se provada sua improcedência. Venho por isso, *data venia*, apresentar estas notas de leitura à margem do livro.

Têm concorrido, incontestavelmente, para o prestígio e a celebridade do sociólogo pernambucano a extensão e a profundidade de suas pesquisas, demonstradas pelas citações de livros e documentos consultados em bibliotecas, emerotecas e arquivos públicos

e particulares. Sua erudição enciclopédica serve-se também, em *Ordem e Progresso*, de vasto inquérito lançado nos quadrantes do nosso território. Nesse inquérito foram arrolados centenas de depoimentos de testemunhas, 183 das quais tiveram transcrito em resumo, no Índice Biográfico, o *curriculum vitae* pessoal. Lendo o livro, não se pode deixar de louvar o paciente investigador a esmerilhar papéis e jornais velhos, cartas, fotografias, gravuras, anúncios e as respostas ao questionário. Lamenta-se não estar classificado e pôsto em ordem o material que sua vasta curiosidade reúne, nem terem sido apuradas até a certeza indicações vagas e várias minudências.

Entre os depoentes no inquérito encontra-se D. Maria Vicentina de Azevedo Pereira de Queirós, nascida em 1868, no interior da Província de S. Paulo, que «representou seu Estado na Câmara Federal de Deputados» (pág. XC. do Índice Biográfico). Há aí evidente confusão com D. Carlota de Queirós, filha de D. Maria Vicentina, nascida em 13 de fevereiro de 1892 na capital de São Paulo. Doutorou-se em medicina no Rio de Janeiro e recebeu o Prêmio Miguel Couto (1926). Foi a primeira mulher que entrou no Parlamento Brasileiro. Fomos colegas na Constituinte de 1934.

Na «Tentativa de Síntese» há pelo menos dois enganos. Aí se noticia que o furor de «lugar aos moços» dos primeiros tempos da República provocou uma «curiosa reação a favor dos velhos de barbas ou bigodes embranquecidos pelo tempo». E acrescenta: «Sob o favor dessa reação, é que a República buscaria, depois de alguns desencantos com os republicanos puros, os serviços dos Rodrigues Alves, dos Afonso Pena, dos Rosa e Silva, dos Gonçalves Ferreira, dos Visconde de Cabo Frio» (página CXXXIII).

Parece visível o anacronismo em relação aos nomes de Rodrigues Alves, Afonso Pena e Visconde de Cabo Frio. Rodrigues Alves aderiu logo à República e foi eleito para a Constituinte republicana que elaborou a Carta de 1891. Veio a ser ministro da Fazenda de Floriano Peixoto. A mesma coisa aconteceu com Afonso Pena. Eleito para a Constituinte Mineira, foi escolhido para Presidente da Comissão incumbida de elaborar a Constituição Estadual. Com a renúncia de Cesário Alvim, foi eleito Presidente do Estado. Os moços republicanos de São Paulo e de Minas, em vez de se afastarem dêsses velhos servidores do país, apelaram para suas luzes e experiência desde os primeiros momentos do novo regime.

O Visconde de Cabo Frio não interrompeu o exercício do alto cargo de Diretor-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, transformado em Ministério das Relações Exteriores. Como

o Barão do Rosário no Tesouro, Cabo Frio prosseguiu em sua carreira com o mesmo prestígio depois da proclamação da República. Coube-lhe dirigir o Ministério por ocasião da missão de Quintino Bocaiúva ao Rio da Prata (1890).

Poucas páginas adiante lê-se: «Destaque-se a propósito da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro que nela Theodore Roosevelt proferiu em inglês, em 1914, uma conferência, traduzida imediatamente para o português pelo então ministro Oliveira Lima» (pág. CXLII). Ora, nessa conferência, aborreceu a Roosevelt o sistema de se interromper seu discurso após cada período para possibilitar a tradução. Por isso o embaixador Morgan apelou para Oliveira Lima e este, em uma noite, verteu para o vernáculo a palestra que Roosevelt ia fazer no dia seguinte no Instituto Histórico. Foi esta a conferência que Oliveira Lima traduziu antes de ser proferida. A tradução, impressa durante o dia, foi distribuída aos que compareceram à sessão (Oliveira Lima, *Memórias*, pág. 225).

Em obra de tamanho vulto, que inventaria um acervo enorme de dados, é muito difícil evitar a infiltração de erros de informante ou cochilos de memória.

Ivan Lins já mencionou uma das inexatidões, opondo embargos relevantes à increpação a Benjamim Constant, à pág. 178 do 1.º vol. Paulo Filho, com a colaboração do professor Américo Jacobina Lacombe, impugnou a acusação feita a Rui Barbosa, à pág. 631, do II vol.

Não podendo demorar-me nas preliminares, o que alongaria demasiado estas apostilas, entrarei na matéria, o que em linguagem forense se chama falar *de meritis*.

Ordem e Progresso mantém a fama do mestre que granjeou celebridade, aqui e no estrangeiro, como desbravador de nossa sociologia. A ele devemos, sem dúvida, novos rumos trazidos ao estudo da história brasileira do ponto de vista antropológico e sociológico. Se esse novo livro conserva as mesmas grandes qualidades reveladas nos trabalhos anteriores, não o isenta, todavia, de deslizos que, a meu ver, nêles existem.

O mérito de Gilberto Freire consiste em haver pôsto o problema da sociologia brasileira em termos novos e de havê-lo tratado por métodos originais. Na análise dêsses métodos verificar-se-á que quase todos concorrem para despertar interesse do leitor para o brilho literário e o êxito da obra, embora nem todos sejam recomendáveis do ponto de vista científico.

O senso estético induzindo, pela idealização, conjuntos harmônicos e uma realidade superior à dos nossos sentidos, constitui uma das marcas do seu talento, conforme lúcidamente observou Olívio Montenegro. Possuí, portanto, a *faculté maitresse de Taine*. Tendo

a característica e aplicando os processos do historiador da Revolução Francesa, não pode, pois, fugir às ressalvas manifestadas por Aulard em curso público na Sorbonne.

Como o naturalista que, por um osso, chega a reconstituir o animal inteiro, pretende Gilberto Freire, por um vestígio, reconstituir uma instituição, uma conjuntura, uma classe, uma geração, um traço geral, permanente ou transitório de um período da vida nacional. Obstar-se-á que o zoólogo, por um fragmento qualquer, não se animaria a tentar a reconstrução de um vertebrado desaparecido. Ele só o faz quando depara com um osso do esqueleto, quando encontra uma das partes de substância dura e firme que constitui o arcabouço do animal. Não me parece que o Mestre se preocupe com a natureza de pedaço do corpo descoberto na sepultura dos tempos. Qualquer que seja o elemento que lhe caia debaixo dos olhos, presta para criar uma certeza histórica, permitindo recompor uma fase da sociedade brasileira.

Procura avidamente os mexericos, as anomalias sexuais, as anedotas e o pitoresco, qual formiga doceira em busca do açúcar. Consegue satisfazer o público dado a essas gulodices. Não só agrada com a vivacidade do seu estilo, como espanta pela indiscrição no divulgar vícios ou defeitos de personagens conhecidos. Encaixa essas fraquezas e vulgaridades no texto da narração com muita arte, de modo que não prejudique o efeito do conjunto. A novidade dos recantos por ele devassados nas paisagens conhecidas provoca pasmo ao leitor. Suas intuições são, por vezes, magistrais.

A forma literária atrai pela peculiaridade e bizarria. Sua insubordinação algo atrevida às normas clássicas de linguagem deixa em êxtase os fiéis da igreja. Aristocrata das letras, tomaria sobretudo como reproche falar a língua de toda a gente, como em relação aos Goncourts notara René Doumic. Procura maneiras de dizer extraordinárias, epítetos raros, alianças inesperadas de vocábulos. Intercala palavras e expressões estrangeiras e cunha novos vocábulos. Mas o que mais caracteriza a preciosidade do estilo nada acadêmico é a frequência de frases longas e emaranhadas, entrecortadas de incidentes. Esses períodos compridos fatigam o leitor pela continua tensão a fim de não perder o fio da meada.

No aproveitamento das fontes, presumo não se haja demorado em distinguir o valor das testemunhas e pesar seus depoimentos para separar o verdadeiro do falso e o duvidoso do certo. Desconfio, outrossim, que entendeu de cumprir à sua maneira o conselho de Sainte-Beuve: colocar-se, sim, equidistante da compilação, que se limita a costurar os textos, e do sistema absoluto, que corta nêles à vontade. Mas preferiu seguir um processo pró-

prio. Sem encadeamento rigoroso dos fatos, à moda de Guizot, e sem o penoso labor de sinopses, repetiu as qualificações de cada depoente em cada citação e repisou argumentos e informações. Daí as contínuas repetições que podiam ser evitadas em trabalho paciente e metódico.

Com estas nótulas e as seguintes, cuido cumprir uma das missões mais penosas e mais salutares da crítica. A esta incumbe perلustrar o trajeto a percorrer pelo leitor e, como os tropeiros dos nossos antigos caminhos, fincar ramos verdes nos trechos perigosos da travessia. Assim, ficam assinalados êsses pontos que poderiam passar despercebidos aos distraídos com a beleza da paisagem ou aos olhos deslumbrados por uma admiração cega.

CAPÍTULO III

TAINE E «OS PEQUENOS FATOS SIGNIFICATIVOS»

Avaliando bem sua força, Gilberto Freire construiu um «móvel de prateleiras» (a expressão é de Anatole France e referente a Taine), onde procura acomodar o Brasil inteiro. Nas prateleiras altas guardam-se os valiosos tesouros do patrimônio nacional, não só de bens econômicos como em riqueza imaterial (cultura e tradições). Nelas estão as plantações, a vida patriarcal, o latifúndio, a monocultura, a escravidão, com suas «casas-grandes e senzalas», seus «sobrados e mocambos», seus senhores e escravos. Embaixo, uma larga prateleira onde junta e epiloga, indiscriminadamente, coisas de menor valor sociológico — as fronteiras, com os seus «homens móveis, migratórios», bandeirantes, sertanistas, mineradores. A história nacional deve caber tôda nessas prateleiras.

Considerando o Brasil ecológicamente uma região natural e a sociedade brasileira uniforme do Amazonas ao Rio Grande do Sul, das cidades litorâneas aos remotos sertões de Goiás e Mato Grosso, não toma conhecimento da variedade de tipos de cultura, de economia e de meio social que sempre tivemos e ainda temos. Ocupa-se da forma predominante e despreza ou omite os fatos que contrariem êsse critério e o plano estabelecido. Assim sendo, a sociologia não apresenta um quadro completo da sociedade brasileira. Boa parte da área fica fora do painel.

Também me agrada «a constante aspiração à unidade» tão louvada por Sérgio Milliet. Mas «para a busca de denominadores comuns», em vez de silenciar os fatores estáticos, os movimentos e a evolução regionais, convém estudá-los com afinco para descobrir nêles os traços de unidade.

Indicando em *Ordem e Progresso* a desintegração da vida patriarcal ou semipatriarcal como resultado da abolição da escravidão e da adoção de trabalho livre, continua a tomar o Brasil como um todo homogêneo. Na realidade, a história econômica e social da Amazônia e do Rio Grande do Sul, por exemplo, apresentaram, no período examinado, características próprias e inconfundíveis.

O fato culminante da hiléia amazônica, ao findar o século XIX e ao começar o século XX, foi a exploração da seringueira nativa nas suas florestas. A riqueza, entrada inesperadamente e em borbotões, trouxe conseqüências de tãda ordem — políticas, sociais e morais. Nesse «mundo novo, bárbaro e assombroso» desenrolou-se uma das grandes epopéias da Idade Moderna.

O livro narra em várias páginas aspectos pitorescos dos efeitos da opulência trazida pela extração da borracha. Demora-se em referências às pessoas que se mudaram do Nordeste para as Capitais dos Estados do Pará e do Amazonas e ali desfrutavam uma vida de luxo e ostentação. Fica no proscênio, nas coisas frívolas, nas duas cidades onde se desenrolavam comédias e cenas burlescas e se cantavam óperas e operetas em teatros esplêndidos. Não viajou nos «gaiolas», nem chegou aos «barrancos», aos «seringais», aos «tapiris». Não percorreu as «estradas» que o seringueiro fazia sôzinho cada dia para colhêr o látex das hêveas e das sifônias. Não atentou na nova servidão dos trabalhadores presos ao barracão e ao seringal, de onde não podiam fugir. Não acompanhou o percurso dos nordestinos em porões infectos semelhantes aos dos navios negreiros, mal alimentados e numa promiscuidade degradante de homens e gado. Não tomou conhecimento do morticínio causado pela malária, e o beribéri e outras moléstias sem tratamento. Ficou na ribalta iluminada e nas gambiarras. Não entrou nos bastidores escuros. Não sentiu o drama do «inferno verde». Ao sociólogo não impressionou a nova servidão instituída nas selvas amazonenses. O que lhe aguçou o apetite de investigador foram as escumas dêsse mar de sofrimento — os charutos, a champanha, as cocotes, a ópera, os cantores, o teatro, os cabarês e a vida mundana dos magnatas de Manaus e Belém.

Na terra gaúcha, dois fatos dominam a fase de ocaso do Império e a das primeiras décadas da República para acentuar a interpenetração das classes existentes: as revoluções e o sistema de fixação à terra de agricultores nacionais e italianos. Os fatores da evolução social da região, onde o sangue negro foi insignificante, apresentaram sempre feições peculiares e, na época, foram condicionados por aquêles dois acontecimentos. O primeiro vincou as virtudes militares da população de origens guerreiras e o

segundo desenvolveu a tradição de trabalho agrícola dos açorianos.

Prevendo a objeção, declara Gilberto Freire que os ensaios vêm sendo escritos desde o início sob o critério de não haver no desenvolvimento brasileiro progresso e sim progressos, e sob o critério, também, de não vir sendo a ordem brasileira uma só, monolítica e única, mas uma variedade de ordens que têm se juntado para formar, às vèzes contraditóriamente, o sistema nacional, a um tempo uno e plural, em seu modo de ser ordenação ou sistematização de vida e de cultura. (Pág. XXIV da Nota Metodológica.) Feita a ressalva, permanece firme na teoria de que, no Brasil da época em referência, idéias, interesses, sentimentos e maneira de viver, predominantes e constantes, eram dados pelo Rio de Janeiro, pela zona canavieira do Nordeste e pela faixa dos cafèzais do Sul. Não há necessidade de pintar mais de um quadro. Esbatido e indistinto, fica no fundo, na sombra, o resto do Brasil com as suas peculiaridades.

Na tessitura do ensaio, o autor de *Ordem e Progresso* segue muito de perto Taine. Êste, no prefácio do *Ancien Régime*, ensina: «Cada um de nós, na sua mocidade, pôde conviver com algum sobrevivente dêsse mundo desaparecido. Várias das suas moradias subsistem ainda com seus apartamentos e móveis intactos. Por meio de seus quadros e de suas estampas, seguimos sua vida doméstica, vemos seus vestuários, suas atitudes e seus gestos. Com sua literatura, sua filosofia, suas ciências, suas gazetas e suas correspondências, podemos reconstituir todo o seu pensamento e até sua conversação familiar. Uma multidão de memórias saídas desde trinta anos dos arquivos públicos e privados nos conduzem de salão a salão, como se estivéssemos presentes. Cartas e diários de viajantes controlam e completam, por pinturas independentes, os retratos que esta sociedade traçou de si própria. Ela disse tudo por conta própria, salvo o que supunha banal e familiar aos contemporâneos, salvo o que concernia à província, à burguesia, ao camponês, ao operário, à administração e à economia doméstica». (*Ancien Régime*, Paris; 1879. Préface, pág. VI.)

Êsse figurino serviu bastante, ao que suponho, para o planejamento do nôvo livro do Mestre de Apicucos.

Outro ponto em que acompanha a lição de Taine consiste em não dar importância aos grandes fatos e ir àvidamente buscar «os pequenos fatos significativos». Para ambos o que importa são «os pequenos fatos significativo». «*Chacun d'eux est un spécimen instructif, une tête de ligne, un exemplaire saillant, un type net auquel se ramène toute une file de cas analogue*» (Taine, *De l'Intelligence*, Préface, pág. 4).

Assim, da transição do regime servil para o trabalho livre, até o Governo Venceslau Brás, tivemos acontecimentos da maior importância. Entre esses fatos sociais podem-se arrolar a descentralização política e administrativa com o fortalecimento dos Estados (armados de magistratura própria, política militarizada e capacidade de contrair empréstimos externos), as oligarquias, o militarismo e as «salvações nacionais», a expansão do catolicismo nos meios intelectuais após a separação da Igreja do Estado, a decadência da eloquência parlamentar, a diferenciação do homem do interior do do litoral, a vertigem da velocidade e da pressa, o absenteísmo do fazendeiro do seu domínio rural, com funestos resultados na vida econômica e social, a inflação e suas consequências e a reação saneadora do presidente Campos Sales, o surto de progresso material nos governos Rodrigues Alves e Afonso Pena, o protecionismo, a urbanização, a industrialização, a modificação da vida pelos novos meios de comunicação e pelo cinema.

O autor os omite ou se refere a eles em textos e nas notas, aflorando-os nas aparências vistosas como um jornalista. Não se aprofunda nem dá ênfase à influência deles, preferindo o «pequeno fato significativo». Isso porque serve de ponto de partida para um quadro em que se reúnem elementos esparsos colhidos em vários anos da época considerada no ensaio.

Se me parece vicioso o processo de escrever a História ou a Sociologia de qualquer nação sem levar em conta a geografia, as diferenças de meio, as várias regiões do país, também não se me afigura correto apresentar os fatos sem a fixação de datas, isto é, sem a cronologia.

O Mestre não respeita os limites que ele mesmo traçou para o ensaio. Não ficou no período de meio século entre o ocaso e a queda do Império e os primeiros decênios da República. Recua, por vezes, a tempos bem anteriores ou avança até nossos dias. Noto apenas o transbordamento, sem todavia, considerá-lo censurável. Não se pode prender o condor nos seus vãos.

Mas o que desaponta um espírito geométrico, acostumado ao manuseio de livros elaborados com a preocupação da observância rigorosa do quadro cronológico dos acontecimentos, é o completo desprezo pelas datas. Assim, os fatos tomados em qualquer dos anos do período estudado podem alicerçar conclusões referentes a todo o período. As generalizações no espaço e no tempo não podem contentar os espíritos norteados pelos ensinamentos clássicos da lógica sobre a certeza e a exatidão.

Pesca êle, nas *Memórias* de Medeiros de Albuquerque, republicano vermelho, a confissão de ter saído de casa para enfrentar

os prêtos da Guarda Negra, na fase final da Monarquia, levando um excelente Smith and Wesson e «duas caixas de balas». De posse do «pequeno fato significativo», não precisa de consultar outros documentos nem de ouvir outros testemunhos. Como os componentes da Guarda Negra eram capoeiras, conclui que essa: «arte afro-brasileira [capoeiragem] que a campanha republicana conduzida em grande parte, por *señoritos* — como diria um espanhol — armados de revólveres e caixas de balas contra uma plebe de côr, cuja arma principal era a capoeiragem, interrompeu de modo brusco, violento, radical: considerando a capoeiragem degradante e vergonhosa». (Pág. 14.)

Realmente, Medeiros e outros membros do Clube Republicano (os ioiôs brancos de Gilberto Freire) atiraram sôbre «a turba ululante e sangüinária» de homens de côr apinhados na Travessa da Barreira (pág. 13).

Dêsse pequeno chapéu raso, nosso sociólogo tira coisas numerosas e extraordinárias e subverte tôda a história conhecida sôbre essa época. As maltas de capoeiras que dissolviam os comícios e conferências da propaganda, ao grito de morte aos republicanos, seriam libertos inocentes a praticar os passos da arte de capoeiragem. A Guarda Negra não seria instituição odiosa, bando de negros armados pela polícia a título de defesa do trono, descrita pelo editorial de Rui Barbosa no *Diário de Notícias* de 19 de março de 1889 (*Queda do Império*, tomo I, págs. 131 a 138). Seria, ao contrário, uma escola da arte da capoeiragem, «um dos traços da cultura afro-brasileira cuja valorização vinha se formando ante as elites desde a campanha paraguaia» que os republicanos da propaganda fecharam de modo brutal, violento e radical, considerando a capoeiragem «degradante e vergonhosa». Reitera depois a mesma incriminação: «capoeiragem... que a República de 89 sufocou, como arte vergonhosa, quando representava valor nacional semelhante ao samba ou ao maracatu» (págs. 651/652).

Em verdade, os republicanos apenas se defendiam das agressões dos malfeitores de côr aliciados para a Guarda Negra. Os propagandistas não acabaram com a capoeiragem, que continuou florescente na capital da República. Tanto assim que o *Código Penal* de 11 de outubro de 1890 teve de cominar penas e considerar contravenção punível «andar em correrias pelas ruas com armas e instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordem» (art. 402).

Aliás, o próprio autor se encarrega de esbater as tintas do quadro. O Chefe de Polícia da Côrte, em 1873, já dizia serem os capoeiras «uma vergonha para a Capital do Império», ostentavam desmedida audácia «... cometiam a sangue-frio, às vêzes por passatempo, ferimentos e mortes» (pág. 310). Parece, portanto, mera

opinião sem base concreta atribuir a Sampaio Ferraz, Chefe de Polícia do Governo Provisório, ter sido movido, na repressão, «mais do que por energia policial por sectarismo republicano».

A aplicação do *Código Penal* não conseguiu extinguir a praga dos capoeiras que em menor escala prosseguiram em suas tropealias. Gozavam da proteção dos «ioiôs brancos» de quem continuavam a ser capangas eleitorais. Armados apareciam em comícios, dissolvendo-os, ou em seções eleitorais para roubar a urna e o livro de atas. Por isso teve ainda de ocupar-se com eles o Decreto Legislativo n.º 145, de 12 de junho de 1893. A Lei n.º 947, de 29 de dezembro de 1902, mandou revigorar aquêlê Decreto, indício da existência da chaga social até o início do século atual. Em resumo, o que tôda a gente honesta, branca ou de côr, republicana ou monarquista considerava degradante e desonroso não era o jôgo ou exercício de ataque e defesa, admirável pelos lances de destreza e agilidade. O que se condenava eram vadios e delinqüentes que se utilizavam da capoeiragem para prática de crimes.

À página 182 de *Ordem e Progresso* lê-se que o Diretor do Colégio de José Cupertino Dantas parece ter sido de algum modo anglicizado «pois os exercícios de ginástica nos colégios e os passeios, a pé, de colegiais pelos arrabaldes, não eram então comuns nas escolas brasileiras para rapazes». Não me parece firme tal conjectura. Em 1883 os salesianos se estabeleceram em Niterói e desde então se espalharam pelo Brasil (São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Bahia, Amazonas e Pará).

Nas dezenas de colégios salesianos o mais freqüente dos exercícios era e é o passeio a pé pelas vizinhanças da casa. Nos colégios de Minas, religiosos ou leigos, em regra, as excursões faziam parte do programa de exercícios físicos. No célebre colégio do Caraça, alcandorado nos contrafortes da serra do Espinhaço e dirigido pelos padres lazaristas, queixava-se até do excesso e do perigo de excursões a pé na escalada dos picos da montanha.

Nos colégios de jesuítas havia também jogos e exercícios físicos, passeios e almoços no campo, como faz certo, em relação ao de Friburgo, uma testemunha de tôda confiança do inquérito págs. 579 e 580).

Há outros trechos em que o renomado escritor pernambucano, no entusiasmo causado pelo ineditismo do documento ou do depoimento, não coloca tais fontes *sub judice*. Não instaura um *trial* para julgar da credibilidade do testemunho ou da veracidade do escrito.

Ao enaltecer os colégios americanos de inspiração protestante, que efetivamente têm prestado bons serviços à educação da nossa juventude, faz uma asserção da maior gravidade. Diz que êsses

educandários «não parecem ter sido, êsses colégios americanos, nos seus grandes dias de escolas messiânicas, colégios com as muitas safadezas a que se refere Astrojildo Pereira no seu depoimento sôbre as escolas de feitio tradicional que freqüentou no Rio de Janeiro».

Dêsse depoimento único tira conclusões gerais sôbre os colégios existentes no país. O período seguinte começa: «De certos colégios Católicos de religiosos da época dizia-se que nêles essas proteções excessivas dos fracos pelos fortes não se limitavam à convivência de meninos entre si: estendiam-se por vêzes às relações de padres com alunos». (Tentativa de Síntese, pág. CXLVII).

Creio que, para fazer tão grave acusação aos colégios católicos e sôbre os sacerdotes que nêles ensinavam, seria preciso apresentar mais de uma testemunha e, sobretudo, prévio exame de sua idoneidade. Acoberta, entretanto, com a sua autoridade, a assacadiha baseada na singularidade de uma declaração.

Ora, o problema da fôrça probatória da testemunha única tanto se abre no Direito quanto na História. O velho brocardo forense *testis unus testis nullus* sofre limitações num e noutro campo. O jurista e sociólogo Clóvis Beviláqua consagrou-o, no entanto, no projeto do *Código Civil*: «em nenhum caso considerar-se-á prova suficiente o testemunho de uma pessoa» (art. 154 do Projeto Primitivo). Admito, ao contrário, casos em que a palavra de uma só pessoa faz prova plena. A condição indispensável é a idoneidade da testemunha, seu caráter e sua isenção.

Gilberto Freire encarregou-se de dar o retrato do depoente Astrojildo Pereira. Foi pena que só apresentasse a ficha do informante depois de divulgar seu depoimento. Ninguém de bom senso se impressionaria com êle, conhecendo a falta de isenção de quem as propague. Aliás, testemunha perfeitamente idônea pela sua formação intelectual e moral, Heitor Modesto encarregou-se de neutralizar a acusação. Êle «informa não ter tido jamais notícia de escândalo no internato [do colégio Anchieta de Friburgo]. Alguma amizade amorosa, como é regra nos internatos de ambos os sexos não passava de afeições platônicas» (página 580).

Antes de ir para o Colégio dos Jesuítas em Friburgo, Astrojildo Pereira estivera em dois outros, um público e outro particular. Em Friburgo pensou em ser frade e «redigia um jornal manuscrito clandestino, pornográfico» (pág. 177). Daí saiu para o Colégio Abílio. Abandonou o curso no terceiro ano. Ainda estudante, passou do anticlericalismo ao ateísmo anarquista e dêste ao marxismo (pág. 178). Adiante (pág. 237) acrescenta-se um traço para qualificar a testemunha. Astrojildo confessa que, «adolecente, lia muito dois semanários pornográficas do Rio: *O Coiô*

e o *Rio-Nu*». Usando a fórmula tabelioa, aos costumes, disse o bastante para ser excluído do rol de testemunha aceitáveis.

O episódio mostra a infinita boa-fé do autor e o perigo que isso representa, porque êle endossa o que recolhe em fonte tão suspeita.

Repete adiante o autor êsse assunto em relação ao sexo feminino, embora delicadamente velado: «As amizades amorosas, as proteções exageradas de meninas veteranas a novatas, não faltaram aos colégios de freiras e às escolas elegantes da época brasileira considerada neste ensaio. Ao contrário: a seguirmos o depoimento de ilustre senhora brasileira educada nos primeiros anos do século atual num desses colégios, foram numerosas.» (Tentativa de Sintese, pág. CXLIX.)

O testemunho dessa ilustre senhora se equipara ao do marxista sobre o Colégio Anchieta, pela unicidade. Não precisa ela suas denúncias, e o sociólogo adota essas informações vagas como idôneas e indestrutíveis.

Pelas amostras apontadas vê-se que o vasto documentário reunido pelo Mestre não foi submetido à joeira da crítica.

CAPÍTULO IV

ÁREAS E SUBÁREAS

Considera Gilberto Freire áreas brasileiras aquelas regiões do território em que houve a vida patriarcal das casas-grandes e senzalas, sobrados e mocambos, latifúndio, monocultura e escravidão. As outras são subáreas. Mas nestas últimas estão cêrca de dois terços da superfície geográfica do país.

Poder-se-á alegar que estou confundindo o espaço social com o espaço físico, coisa bem diferente. Sem embargo da diferença do conceito, ninguém pode contestar que os fenômenos sociais dependem das íntimas relações entre o homem e o meio. Herder (*Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*) considera lei fundamental (*Hauptgesetz*) da História a influência dos três elementos que Taine concretizou em três palavras — meio, tempo e raça. Realmente, o filósofo alemão professa que os acontecimentos são condicionados parte pela situação e as necessidades do lugar, parte pelas circunstâncias do tempo, parte pelas características inatas ou adquiridas do povo (*Theils nach Lage und Bedürfniss des Orts, Theils nach Umständen und Gelegenheiten der Zeit, Theils nach dem angeborenen oder sich erzeugenden Charakter der Völker*).

Costuma-se afirmar que a sociologia não pode prescindir da geografia como infra-estrutura. A posição tomada na terceira parte de *Ordem e Progresso* indica as razões pelas quais deixou de

lado, nos trabalhos anteriores, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazônia e outras subáreas, segundo a terminologia do autor. Na Amazônia e no Rio Grande do Sul não existiram casas-grandes e senzalas. Em Minas, ao lado dos escravos, vivia uma população considerável de operários livres, artífices e mestres de ofícios. Também nunca houve monocultura nem latifúndios nas antigas zonas de mineração de ouro e dos diamantes. Ocorria, entretanto, muita semelhança sociológica entre a exploração das minas e a dos canaviais. Numa e noutra havia uma só indústria, um só produto a exportar, senhores e escravos com suas casas-grandes e senzalas.

Inclui agora em *Ordem e Progresso* numerosas referências a essas regiões, porque estende a elas, na fase de decadência dos engenhos de açúcar, o modo de viver, de sentir e de pensar patriarcal da zona canavieira. Atribui o fenômeno à transmigração dos aristocratas do Nordeste para o Sul e para a Amazônia.

A transferência da hegemonia econômica da faixa canavieira para a dos cafêzais de São Paulo acarretou a transplantação do conjunto de formas, de normas, de ritos sociais característicos da antiga aristocracia rural do Nordeste (2.º vol., pág. 392).

Para expor essa tese, vamos transcrever trechos do livro: «...algumas das melhores inteligências, das melhores energias, das melhores capacidades de ação das agora decadentes terras do açúcar.... deixaram suas terras para se tornarem magistrados, burocratas, profissionais no Sul; ou para se ligarem pelo casamento a famílias sulistas, alguns se tornando genros dos barões do café; ou de estancieiros no extremo Sul» (idem, pág. 406). Depois de mencionar a chamada «aristocracia da banha», formada de luso-brasileiros com algum sangue neo-europeu vindo das zonas denominadas «coloniais», preleciona: «A verdade é que não poucos, dentre os homens do Norte, que, como os Carneiro Monteiro, os Moraes Âncora, os Fonseca Galvão, haviam ido para o Sul do Império na qualidade de militares — vários deles para a Guerra do Paraguai — deixaram-se atrair pelo encanto, então célebre no Brasil, ao ponto de ter se tornado folclórico, das mulheres chamadas gaúchas; e desposando-as, enraizaram-se naquela subárea do Império — conforme já foi recordado noutra página; e comunicaram à população do extremo Sul do Império hábitos e tradições desenvolvidos entre os brasileiros, mais antigos, do Norte e do Nordeste». (Idem, pág. 407.)

Essas transcrições são suficientes para configurar o tema da transmissão do sangue, das idéias e sentimentos e costumes da aristocracia rural do Nordeste agrário através de casamentos com as mulheres do Sul.

Esses consórcios de nortistas com môças das melhores famílias de Minas, São Paulo e Rio Grande do Sul devem ter influído na

vida social das Províncias em que elles se realizaram. Não foram, todavia, tão numerosos de modo a mudar a mentalidade e o sistema de vida dessas Províncias. Estes já tinham, como Minas, uma estratificação social secular.

Partindo do pressuposto de não existir aristocracia rural em São Paulo antes das fazendas de café no século XIX, constrói sobre esse alicerce um edificio majestoso — o da transplantação da aristocracia açucareira do Nordeste para São Paulo.

Acentua o autor: «Assimilação [dos bacharéis] e absorção [dos negros vindos do Norte], essas, de substâncias humanas, étnicas, culturais, que corresponderam à transmigração sociologicamente mais característica dessa fase de transferência de hegemonia econômica e política das subáreas, ainda escravocráticas, de açúcar, para a subárea neo-aristocrática de São Paulo» (pág. 391).

Mas a premissa não parece segura. Ao lado da aristocracia rural de Pernambuco, durante os primeiros séculos coloniais, sempre existiu a aristocracia de São Paulo. São inúmeros documentos que o comprovam. Para só citar uma autoridade, e de um sociólogo, leiamos o que ensina outro mestre: «Como os de Pernambuco, os representantes da nobreza paulista são altamente instruídos e cultos. Nas suas relações sociais e domésticas, o tratamento que mantêm é perfeitamente fidalgo» (Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, 2ª ed., pág. 9).

Encontrando esses elementos nortistas uma aristocracia sólida, com estratificação secular, ciosa das suas tradições e seu estilo de vida, naturalmente foram absolvidos pelo nôvo meio.

A hipótese que avento é mais consentânea com a opinião por elle mesmo sustentada páginas adiante. Adota a conclusão de Pierre Denis, citando-o textualmente: «A prosperidade econômica de São Paulo e poder de absorção é superior ao de tôdas outras províncias brasileiras». Adita, por conta própria, o seguinte: «Absorção de estrangeiros e absorção de brasileiros procedentes de outros Estados ou Províncias, que, em São Paulo, se paulistanizavam e, ao mesmo tempo, se nacionalizavam, em brasileiros de vigoroso espírito de iniciativa, tornando-se, às vêzes, mais paulistas que os próprios paulistas em certos arroyos economicamente saudáveis e socialmente bons» (Tomo II, pág. 483).

Concordo inteiramente com esta proposição que contraria a anterior.

Tem tôda razão o Embaixador Sebastião Sampaio a desejar um Gilberto Freire para interpretar o poema heróico das fazendas paulistas onde, já antes da Abolição, havia ao lado da Casa-Grande do fazendeiro a Casa do Administrador e, em lugar de senzalas, um renque de dez a vinte casinhas brancas dos colonos (*O Café do Brasil neste Século*, Rio, 1958, págs. 12 e 13).

Em relação ao Rio Grande do Sul, havia uma organização social com fisionomia própria baseada nas estâncias de criação de gado e na permanente obsessão do perigo das vicissitudes guerreiras. Posso estar enganado, mas me persuado que também aqui não foram os nortistas que deram a nota. Foram absorvidos. Passaram a usar bombachas e beber chimarrão.

Resta, pois, escrever a história da família patriarcal nos territórios não açucareiros nem de cafêzais, isto é, nos da mineração de ouro e diamante e nos de criação de gado. Se a zona da pecuária merece especial cuidado pela extensão do território que abrange com os tipos característicos do vaqueiro das caatingas e do gaúcho dos pampas do Sul, a do ouro merece ainda maior desvêlo. Com efeito, o ouro do planalto repercutiu em todos os ângulos do país e até na história universal. Não se compreende o silêncio sobre o fenômeno cuja importância pode ser aquilatada pelo fato de haver mudado o centro comercial do mundo de Amsterdão para Londres e de haver levado a Inglaterra a adotar o padrão ouro em vez do bimetalismo ouro e prata. Não esquecer também as zonas do algodão, do cacau, da mandioca e da indústria extrativa vegetal.

Sem embargo do valor da apologética do eminente Lourival Fontes na comemoração do 25.º aniversário do lançamento de *Casa-Grande e Senzala*, não vejo na obra de Gilberto Freire «um retrato do Brasil». A pintura não abrange o corpo inteiro. No discurso ultissonante do senador sergipano, o entusiasmo da eloquência chega ao auge quando afirma: «Não houve campos distantes nem ângulos afastados que escapassem às suas intuições, aos seus instintos e às suas sínteses». Segundo o panegirista, pela obra do sociólogo, «podemos conhecer a nossa história e mais do que isto, as missões, os rumos e os itinerários do futuro».

Sem entrar na matéria das profecias, pela sua transcendência de índole esotérica, animo-me a contestar o caráter de generalidade e de totalidade atribuída à sociologia brasileira de Gilberto Freire.

Estas notas têm procurado demonstrar o contrário. Tenho, por acaso, aberto diante de mim, o livro de N. Sanson d'Abbeville, *Geographie ordinaire du Roy, L'Amérique en plusieurs cartes*, Paris, 1657. Dois mapas nêles contidos mostram como era relativamente pequeno o nosso país, antes da expansão dos bandeirantes paulistas e do Norte. Um de n.º 8, *Amérique Meridionale*, e outro, de n.º 13, *Le Brésil dont la coste est possedée par les Portugais et divisée en quatorze capitaineries*.

Não descubro, na obra do Mestre pernambucano, o estudo do engrandecimento territorial do Brasil daquela época transformado no gigante de hoje graças à energia dos conquistadores.

Também não lobrigou nela o papel que desempenharam na nossa evolução o século do ouro e a invasão do interior pelas ondas de criadores de gado.

Assim, poderia multiplicar os exemplos comprobatórios de que o retrato não reproduz a imagem completa da nossa terra. Faltam ainda partes a fotografar para dar o retrato de corpo inteiro.

Seria a mesma família patriarcal nessas regiões ou teria sofrido modificações nas imensas extensões do Brasil onde não coexistiram monocultura, escravidão e latifúndio? Se a família patriarcal herdada de Portugal e sustentada pela Igreja prosperou em todo o Brasil, faz-se mister explicar, para não ficar abalada a teoria que a assentara nos três pilares apontados.

CAPÍTULO V

A QUESTÃO SOCIAL NA REPÚBLICA VELHA

O último capítulo da obra de Gilberto Freire (*Ordem e Progresso*, 2.º tomo, págs. 713 a 743) versa sobre a questão social. Nêle verbera o desprezo dos políticos republicanos pela reforma social imposta pela abolição da escravatura. Não menciona o êrro grave dos abolicionistas (monarquistas e republicanos) de não haverem preparado os donos de escravos e êstes para o regime de salário. A desorganização do trabalho e da produção agrícola, conseqüente ao êxodo dos servos egressos das fazendas para as povoações, não se teria dado se houvessem previsto a substituição do sistema. Pensaram em pôr abaixo a instituição negregada e não cogitaram das conseqüências dessa inopinada vitória do seu idealismo.

É mais fácil destruir do que construir. O resultado foi desastroso para os antigos escravos que tinham antes nas senzalas alojamentos, alimentação, assistência médica e religiosa garantidos. Passaram a morar em cafuas imundas, a ingerir cachaça e a buscar nas superstições a satisfação das necessidades espirituais.

Seria a República Velha indiferente à sorte dos operários? Seriam dirigentes da União e dos Estados, capitães de indústria e fazendeiros da época insensíveis às justas reivindicações dos humildes que mourejam nas fábricas e nos campos? Seria procedente o libelo acusatório levantado pelo autor contra os estadistas republicanos que não teriam acudido ao desafio do Manifesto do Príncipe Dom Luís? Teriam os dirigentes da República esquecido o proletariado?

Inventou-se a balela de que Washington Luís teria dito que «entre nós a questão social é uma questão de policia». O silêncio

do estadista facilitou a aceitação da mentira por muita gente de boa fé.

Ao publicar o livro *O Problema do Sindicato Único no Brasil*, o jurista e professor Evaristo de Moraes Filho, enviou-o ao ex-presidente da República. Em carta de agradecimento, este, pela primeira vez, depois de vinte e dois anos, se defendeu da infâmia. A carta foi publicada no *Diário de Notícias* de agosto de 1952.

Ficou, entretanto, na opinião pública o efeito de tantos artigos e discursos de ataque aos «reacionários», aos «saudosistas», aos «carcomidos».

Na realidade, no mesmo ano da Conferência da Paz e do tratado de Versalhes, 1919, levou Artur Bernardes a efeito a reforma do programa do Partido Republicano Mineiro e nêles foram adotadas teses sociais, ao lado de teses políticas e econômicas. Entre as últimas está a seguinte, cuja importância não preciso realçar: «Conciliação dos interesses do capital e do trabalho, por meio de leis que assegurem as justas aspirações de um e de outro, associando-os nos resultados da produção».

Na Reforma Constitucional de 1926, propôs Artur Bernardes a emenda vitoriosa que dá competência privativa ao Congresso Nacional para «legislar sobre o Trabalho».

A questão social entre nós, depois da primeira guerra européia e do Tratado de Versalhes até o advento da ditadura em 1930, é narrada com proficiência e minúcias no citado livro (páginas 197 a 216). Forro-me, por isso, ao trabalho de abordar o assunto.

Aparentemente, tem razão o sociólogo pernambucano porque até o rompimento da Primeira Grande Guerra não havíamos ainda adotado algumas leis trabalhistas já promulgadas em outros países, entre os quais o nosso vizinho Uruguai.

Examinemos, porém, o âmago do problema.

Em primeiro lugar, os políticos influentes daquela época eram realistas e sinceros. Seriam incapazes de enganar a massa dos trabalhadores com promessas falazes e favores ilusórios, como o aumento nominal de salários no regime de deficits orçamentários e conseqüentes emissões. O cuidado maior dos estadistas era a valorização do mil-réis para manter o custo de vida suportável para a família operária.

Acreditavam na iniciativa privada, achando que, em muitos casos, a intervenção do Estado deve ser indireta. Prêmios de animação, isenção ou baixa de taxas ou tributos de amparo, como os impostos aduaneiros no protecionismo.

Observando o mal que fizera aos antigos escravos o abandono das senzalas onde se abrigavam em alojamento higiênico,

animaram a construção das casas para habitação dos trabalhadores. Foi a época da edificação das vilas operárias para os colonos nas fazendas de café de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e outros lugares e também nas fábricas que se instalavam.

O sociólogo supõe que, salvo raras exceções, as fábricas não zelavam pelo alojamento dos seus operários. Transcrevendo a descrição de Clemenceau da fábrica de Bangu, que agasalhara os operários em moradas confortáveis, comenta: «Eram porém poucos os industriais que assim tratavam a sua gente de trabalho no período de vida brasileira aqui evocado» (2.^o vol., pág. 628). Depois cita essas poucas fábricas — a da Cia. Empório Industrial do Norte, na Bahia, de Delmiro de Gouveia, em Alagoas, de Antônio Prado e Jorge Street, em São Paulo, Alberto de Meneses, em Pernambuco (pág. 654).

Ora, no Rio de Janeiro, além da Bangu, a Companhia América Fabril construíra casas para habitação dos operários e edifícios para escolas. As demais fábricas procuravam acompanhá-las nestes melhoramentos. Em São Paulo, Pereira Inácio & Cia., a Votorantim, em Sorocaba, a Companhia de Indústrias Têxteis, fundada por Carlos de Campos e Adolfo Araújo, o Cotonifício Crespi, a S. Martinho, a tecidos Labor, a Carioca, a Cia. Nacional de Estamparias, a N.S. da Ponte, a Cia. Paulista de Aniagens, presidida pelo Conde Álvares Penteado e as demais, ou haviam precedido ou seguido o exemplo da «Maria Zélia», da Cia. Nacional de Tecidos da Juta do Dr. Jorge Street.

Em Pernambuco, a Cia. Fiação e Tecidos de Pernambuco, a de Tecidos Paulista para os operários, a Industrial Pernambucana com a vila Camaragibe, a Sociêtê Cotonièr Belge-Brésilienne demonstravam a preocupação das indústrias pelo bem-estar dos seus operários.

Em Alagoas, se a obra de Delmiro Gouveia, na Pedra, merece louvor por ter sido êle o pioneiro no aproveitamento da força hidráulica de Paulo Afonso, em matéria de vila operária e conforto aos trabalhadores foi precedido pela Cia. União Mercantil Fernão Velho. Além de casas iluminadas a eletricidade, os operários tinham escolas para os filhos, assistência médica, campo de esportes, clube de regatas, banda de música e cinema.

Em Minas, as fábricas da família Mascarenhas, as de Itajubá, orientadas pelo Dr. Venceslau Brás, a de Cachoeira de Macacos, do Coronel Américo Guimarães, a Usina Wigg e a Cia. Morro Velho eram citadas como modelares no tratamento dispensado aos operários. As festas de São João e Natal nesses estabelecimentos primavam pela alegria e cordialidade entre patrões e servidores.

Poderia multiplicar os exemplos, mas as informações dadas bastam para demonstrar o engano do sociólogo.

Não era exceção e sim regra geral o bom alojamento dos operários. Os homens de Estado da época evocada confiavam mais na iniciativa privada e na força da persuasão do que no efeito de leis coatoras. Aguardavam a ação do tempo para indicar os rumos das leis sociais no Brasil.

O problema aqui, como disse Washington Luís, «embora não seja diametralmente oposto, é incontestavelmente, diferente do europeu». Não ocorria, entre nós, o desemprego (*chômage*). Ao contrário, ouvia-se por toda parte o clamor da lavoura pedindo braços para lavar a terra e colhêr os produtos. Não havia também em nosso país classes fechadas, isto é, camadas sociais separadas por muralhas intransponíveis. Os operários de hoje eram os patrões de amanhã. Os peões passavam a capatazes, e estes a estancieiros, os colonos a fazendeiros e até a Rei do Café (Geremia Lunardelli), os operários a industriais como Pereira Inácio, os pedreiros a construtores, os jornaleiros a capitalistas, como os carroceiros da construção de Belo Horizonte. Tudo dependia do trabalho e da inteligência de cada um.

Para os empregados do comércio havia a instituição luso-brasileira do interesse na firma. Os rapazes entravam para a casa como caixeiros da vassoura e iam subindo de degrau em degrau até se tornarem diretores e chefes da sociedade comercial. O sistema do empregado «interessado» resolvia bem a questão do pessoal ocupado nas atividades comerciais. O alojamento, alimentação, a ascensão social, lhe eram assegurados.

O salário do operário, garantido desde as *Ordenações* do Reino, fôra objeto de leis especiais. O do trabalhador agrícola gozava de privilégio pelos Decretos Federais ns. 1.150, de 5 de janeiro de 1904, e 1.607, de 29 de dezembro de 1906.

Na indústria, esboçava-se um movimento para dar aos operários participação nos lucros. O Dr. Joaquim Peixoto instituíra nas suas fábricas de Alagoas, Sergipe e Bahia o meio prático de realizar esta idéia, com bons resultados.

O descanso dominical e os feriados eram estabelecidos pela Igreja, pelos costumes, pelas tradições, sendo as férias combinadas em avenças livremente pactuadas.

Esperava-se muito da lei dos sindicatos profissionais e das cooperativas (Lei 1.657, de 5 de janeiro de 1907) e da lei sobre a construção de casas para operários (Lei 2.407, de 18 de janeiro de 1911).

Procurava-se encaminhar para os campos os moços, oferecendo-lhes um lote rural para pagamento anual, conforme a

colheita. As leis de colonização, orientadas no Rio Grande do Sul por Júlio de Castilho e Borges de Medeiros, e em Minas por João Pinheiro e Raul Soares, visavam a fixar no solo o colono estrangeiro e o nacional transformando-os em pequeno lavrador. Evitavam a invasão desordenada e a devastação das matas das terras públicas, dividindo e demarcando os lotes para legalizar as posses em trabalho efetivo e preparando outros, postos à disposição dos pretendentes.

Havia uma preocupação constante dos governos da República Velha: manter o nível da vida compatível com os proventos dos operários. Muitos sonhos de realizações que apressariam a marcha do nosso progresso material e muitos programas ambiciosos tiveram de ceder a esta inquietação pela sorte do operário.

Outra idéia dominante consistia em não dissociar o problema social do econômico. A solução dêste se refletiria fatalmente na do outro. Como mostrei no esboço constante dos *Estudos de Economia e Finanças* (págs. 249 a 284), havia um sistema brasileiro em evolução para resolver o problema nacional da massa dos trabalhadores nos campos e nas cidades.

Receava-se perturbar essa evolução natural. A cópia de legislação do trabalho de outros países poderia matar instituições nacionais de muito valor, o que, aliás, aconteceu depois.

A política social seguida pelos estadistas brasileiros anteriores a 1930 se prendia à idéia da comunhão da empresa e do entrelaçamento entre o problema econômico e social a serem resolvidos harmonicamente. Tinha-se lido o *Paradoxo de Igualdade*, de Laffite, publicado em 1887, e temia-se que a utopia do nivelamento da massa obreira, sob a regra fixa da lei, viesse a prejudicar os bons, os operosos e os capazes em favor dos mais, dos preguiçosos e dos incapazes. Receava-se, e com profunda razão, que leis promulgadas e aplicadas demagógicamente acarretassem, como está ocorrendo, a baixa da produtividade.

A Alemanha, pioneira nas leis sociais de proteção ao operário, abandonou esta orientação unilateral e adotou o *Betriebsgemeinschaft*, comunhão de empresa, como fundamento das relações entre patrões e operários. Assim também pensavam os nossos estadistas republicanos e industriais da época. De acôrdo com o tradicional ensinamento da Igreja, não admitiam a idéia de antagonismo entre patrão e operário para uni-los como empregados da empresa, co-interessados no seu êxito, nos seus lucros e nas suas perdas.

As considerações aqui alinhadas, se não absolvem os republicanos do crime que lhes irroga o sociólogo, pelo menos os justifica ou atenua muito a culpa sôbre eles lançada. O arguto

sociólogo, se meditasse sobre o assunto, descobriria na atitude dos republicanos para com os operários um superstite do patriarcalismo abolido pela legislação trabalhista após a Revolução de 1930.

O industrial dono da fábrica era o chefe natural dos operários, como patriarca, ligado a eles por laços feudais de recíprocas obrigações e fidelidade. Faltar a esses deveres importaria em quebra dos códigos de honra e de moral. Porque, como expus em outro trabalho, erra quem concebe a questão social como de ordem material quando ela é de índole moral. (*Discursos e Conferências*, pag. . 165.)

Havia vários projetos no Parlamento para regular a despedida e o salário, considerada a fixação deste como eixo da questão social. Esses projetos estão consubstanciados no *Código Civil*, que, do art. 1.216 ao 1.936, trata sãbiamente da matéria da locação de serviços.

Procurava-se obedecer aos ditames da Igreja, segundo a qual, em primeiro lugar, aos direitos dos patrões e operários correspondiam os deveres de um e de outro, preponderando a responsabilidade moral dos primeiros e, em segundo lugar, o problema, situado no terreno da personalidade humana, implica a necessidade de reforma dos indivíduos mais do que a das leis.

Creio que essa orientação não merece censura.

CAPÍTULO VI

ENSAIOS SOCIOLÓGICOS REGIONAIS

A obra de Gilberto Freire, no conjunto, sugere observação que lhe reduz um tanto as dimensões. Não é um trabalho de sociologia do Brasil, como se inculca e tem sido repetido entre nós e no estrangeiro. São admiráveis ensaios sociológicos regionais. Não abrangem nem todo o país nem a maior parte dele. A rigor, contém um estudo da região plantada de cana-de-açúcar no massapê do Nordeste e depois o da região dos cafêzais do Sul, onde houve a coincidência dos fatores latifúndio, monocultura e escravidão. As duas áreas exploradas não cobrem uma quarta parte do território nacional.

A espinha dorsal, digamos a substância da obra, está na investigação sobre o fenômeno básico da sociologia brasileira — a família patriarcal. Admitindo que a família patriarcal se desenvolveu principalmente nas regiões estudadas, onde adquiriu características próprias e extraordinário esplendor, não se pode esquecer que mais de três quartos do Brasil ficaram fora da topografia social examinada.

Com efeito, o sociólogo não levou os instrumentos de observação e as técnicas de investigação empírico-indutivas a grandes extensões povoadas do território. Não tomou conhecimento, a não ser em rápidas incursões para notas acidentais, dos seguintes setores da vida social brasileira: o da geografia do gado, tendo como centro de fixação e irradiação o vale do rio S. Francisco; o da geografia dos cultivos de subsistência, do algodão, do tabentio, expansão das nossas fronteiras e busca do ouro e gemas preciosas; o da geografia da canoa ou da montaria, para conquista do Maranhão e Amazônia, na terminologia de Eugênio de Castro (*Geografia Lingüística e Cultural Brasileira*, Rio, 1937); o da geografia dos cultivos de subsistência, do algodão, do tabaco e do mate; o da geografia do ouro, no planalto central, e a dos pampas na extremidade meridional, com o gaúcho rio-grandense tão diferente do platino, apesar da semelhança do cenário e da atividade pastoril.

Ora, a importância da Geografia para a História, conforme a lição de Henri Hauser, na cadeira de História Moderna na Sorbone, é a mesma para a Sociologia. Os fatos sociais, objeto da Sociologia, têm estreita correlação com a geografia de cada região. A Sociologia aceita como apodítico o conceito de E.C. Hayes. As causas que condicionam os fenômenos sociais são, em primeiro lugar, as condições geográficas, vindo em seguida as condições técnicas, psicofísicas e sociais.

Delgado de Carvalho inicia por isso, na sua *Sociologia*, livro elementar e didático, o estudo da ciência pela lição sobre a influência do meio, do relêvo e da riqueza do solo, da hidrografia, do clima (Vol. I, pág. 65). Não se pode formar juízo de uma instituição de um país, como a família, sem conhecer os parâmetros geográficos e antropogeográficos do *habitat*, sem os lineamentos fundamentais da sociedade urbana e rural que nêle se desenvolveu, não num pedaço da sua superfície mas em tôda ela.

Não se pode denominar «Sociologia do Brasil», por mais original, fascinante, erudita e extensa, uma obra que só se preocupa com uma parcela do território e não apresenta os resultados das pesquisas sociológicas sérias sobre o resto do país.

Malgrado as diferenças de solo, clima e mais elementos da ecologia, da diversidade de composição demográfica, dos modos de viver e de vicissitudes históricas — seria a mesma a *Weltsanschauung* (concepção do mundo) das populações na faixa canavieira, nos cafêzais e nas demais regiões?

Estou que haveria um fundo comum de visão global do mundo e de postulados básicos para a compreensão da estrutura e dinâmica sociais. Inclino-me a aceitar esta identidade porque era

idêntico o agente cristalizador na formação do pensamento dos senhores, dos escravos, dos forros, libertos e artífices da classe média existente em Minas e em São Paulo — a religião católica. É verdade que nos distritos do ouro e dos diamantes, o Estado, objeto de um dos ensaios de Karl Mannheim, com seu pesado aparelho administrativo e judiciário, exerceu enorme influência na moldagem do estilo do pensamento dos vários grupos.

Mas êste corpo de ensino e de educação, cujos tentáculos eram poderosos, veio apenas reforçar a ação da Igreja que continua a dominar as almas.

São hipóteses provisórias. Precisam de ser verificadas e passadas pelo cadinho de investigação cuidadosa. Antes do inventário e crítica a dados concretos indispensáveis, não se pode aventurar a interpretação das instituições. Houve ou não houve a família patriarcal fora da área canavieira e dos cafêzais? Se experimentou alterações, quais foram e quais as causas determinantes delas?

Não se encontra resposta a essas perguntas na obra do sociólogo pernambucano. Ele descreve bem o tipo antropológico do mulato, sua ascensão social, as virtualidades do mestiço, como agente catalizador da aculturação. Fala do que tem conhecimento positivo graças ao documentário colhido com perspicácia no terreno circunscrito das suas pesquisas.

O mulato, cruza do branco e do africano, é um tipo representativo da «bagaceira». Não entra, porém, no quadro sociológico pintado por Gilberto Freire outra figura de grande relêvo na história do Brasil — o mameluco, o caboclo, produto da mescla da raça branca com a vermelha dos nossos indígenas. Se o mameluco foi o propulsor da expansão territorial além do Tratado de Tordesilhas, na arrancada heróica das bandeiras, se devassou as riquezas do subsolo do planalto central e ponteou de povoações e fazendas da nossa hinterlândia, ainda hoje mostra a sua energia na pecuária sanfranciscana e nordestina e na indústria extrativa em largas extensões do Maranhão, Pará, Amazonas e Mato Grosso.

Discípulo e amigo de Franz Boas, nos Estados Unidos, onde a questão do negro desperta todo interesse, aprendeu com o professor da Universidade da Colúmbia a separar as noções de raça e cultura e a dar o devido valor ao prêto e ao mestiço (Prefácio de *Casa-Grande e Senzala*, 2ª ed. pag. XI).

Visitou os Estados do Sul dos Estados Unidos em companhia dos professores Ruediger Bilden e Francis Butler Simkiss, especialistas em escravidão africana nas *plantations* e efeitos da abolição nessa região semelhante à nossa faixa canavieira. Na-

tural que se apaixonasse pelo tema e resolvesse aplicar no seu rincão natal os métodos adquiridos onde se apresentavam condições análogas. Nas lembranças de infância gravaram-se-lhe as reminiscências do latifúndio, da monocultura que subsistia e da escravidão cujos remanescentes vincavam a sociedade em que nasceu e cresceu.

Os engenhos ainda dominavam a paisagem. Fêz farta colheita do material necessário para a obra e o submeteu aos processos aconselhados pela ciência, ao aparelho penetrante do seu superior intelecto, à sua sensibilidade de artista. Daí não podia sair trabalho medíocre. Convenceu-se de que em tórno dos senhores de engenho se criou o tipo de civilização mais estável na América Hispânica. Não teve a mesma disposição e os mesmos incentivos para abordar o assunto do mameluco ou do caboclo, para o qual não tinha simpatia.

No prefácio do livro fundamental da série, *Casa-Grande e Senzala*, põe em confronto os paulistas dos séculos XVI e XVII e os senhores do engenho de Pernambuco: «Em contraste, com o nomadismo aventureiro dos bandeirantes, em sua maioria mestiços de branco e índio, os senhores de casas-grandes representavam, na formação brasileira, a tendência mais caracteristicamente portuguesa, isto é, pé-de-boi no sentido da estabilidade patriarcal» (*ob. cit.*, pág. XX).

Perseguido pela idéia do contraste entre a civilização do Nordeste canavieiro, com as suas moradias de pedra e cal e o atraso de São Paulo e Minas, onde os habitantes viviam em ranchos de palha e choupanas de pau-a-pique e taipa, cobertas de colmo e sapé, salpica a narrativa de citações que abonem a assertiva feita em termos categóricos.

Com efeito, a certa altura diz: «...a casa [Paulista] que ligou a paisagem não foi a grande e estável, de pedra e cal, mas a palhoça, quase de caboclo, o casebre quase de cigano, o mocambo quase de negro, que só no fim do século XVIII, época de relativa sedentariedade para aquêles nômades, se europeizaria na habitação urbana de taipa, «isto é, explica Cazal, de terra branqueada por tabatinga» (*Sobrados e Mocambos*, 1936, pág. 58).

Adiante, acentua que «de sapé teriam sido cobertas as próprias casas dos colonos mais ricos dos primeiros tempos de São Paulo» (*ob. cit.*, pág. 193). Pouco depois (pág. 205) registra em São Paulo sobrados de dois pavimentos, todos de taipa. Anota que desde o século XVII, em São Paulo, se fabricavam telhas (pág. 209) mas não tira as conseqüências do fato.

Se prestasse mais atenção aos bárbaros da Capitania de São Vicente, verificaria que os documentos não se referem a tôdas

as localidades da capitania, mas tão-só à povoação de São Paulo do Campo de Piratininga nos seus primórdios.

Nas vilas à beira-mar (São Vicente, Santos e Parati) as casas eram de pedra e telhas. Arrimando-se à autoridade de Alfredo Ellis Jr., afirma que as casas de São Paulo eram de taipa de pilão e de sapé (pág. 21 do cit. Prefácio). Vamos ler o texto na sua integridade, para apanhar o seu verdadeiro sentido: «...as fazendas geralmente se compunham de uma casa de morada da família do proprietário construída de taipa de pilão, a princípio de sapé e mais tarde de telhas quando os Paulistas souberam, na transição do Quinhentismo para o século seguinte, aproveitar o excelente barro dos seus rios». (*Os Primeiros Troncos Paulistas*, Brasileira, 1936, pág. 253.)

É torrencial a prova de que as primeiras casas da vila de São Paulo e das fazendas em seu derredor, à semelhança do colégio dos jesuítas e das muralhas grossas para a defesa dos ataques dos carijós, eram de taipa coberta de sapé. O material do tempo estragava-se com as intempéries e constituía um perigo nos contínuos assaltos do gentio com as suas flexas incendiárias. Em pouco tempo começaram a substituí-lo por telhas.

Desde o começo do século XVII e não «sòmente nos fins do século XVII» usavam os paulistas os telhados e os beirais para as ruas que os moradores eram obrigados a manter limpas e sem águas empoçadas (*Atas da Câmara da Vila de São Paulo*). Mantiveram a taipa das construções porque demonstraram capacidade para durar séculos, e aperfeiçoaram a técnica de sua feitura.

Contrariando a tese do nomadismo do paulista, Alfredo Ellis Jr. analisa a índole dos portugueses e espanhóis que levantaram fazendas e sítios de cultura e criação em torno da vila fundada pelos jesuítas.

O povoador que trouxe para o planalto a semente da civilização, não era um indivíduo guerreiro e amante de refregas. Muito longe disso, êle vinha com mulheres e crianças para estabelecer no extremo Sul alicerces de uma vida nova, onde pudesse, em paz, cultivar as suas pequenas lavouras e apascentar seus minguaos rebanhos (*ob. cit.*, pág. 236).

Êsses agricultores e criadores, vivendo à sombra da bravura dos chefes indígenas Caiubi e Tibiriçá, misturam seu sangue com o dos aborígenes nos combates e por meio de casamentos políticos. Daí nasce o mameluco bandeirante, que trás das suas excursões, pelo sertão capital para a lavoura (índios aprisionados, ouro e gemas) e novas idéias e utensílios com os contatos longínquos (as baixelas de prata trazidas pelos peruleiros). Os bandeirantes

possuíam residências estáveis nas vilas do planalto e do vale do Paraíba, as mais das vezes nas suas fazendas, em geral assobradadas.

O mesmo Ellis Jr. observa a transformação da mediania ou da pobreza dos plantadores de trigo, milho, feijão, mandioca, marmelo e cana ou criadores de gado vacum, suíno e ovino, para a opulência resultante das bandeiras: «Paralelamente ao aumento rápido da população e expansão geográfica, o planalto viera aumentar gradativamente as suas riquezas, coisa a que se reflete na comparação do inventários dessa época ao fim do século com o do início do Seiscentismo» (*ob. cit.*, pág. 179).

Essas propriedades, pequenas em comparação com as sesmarias concedidas à Casa da Torre no sertão do São Francisco, mediam, muitas delas, uma légua em quadra ou 1500 alqueires. Não diferiam muito na maioria dos engenhos do litoral de Pernambuco. A diferença residia em que, ao lado das fazendas maiores, subsistiam pequenos sítios até de 200 braças quadradas. A estatística fornecerá a base para a apreciação do caso que deve ser resolvido pelo critério de *plerumque fit*, ou de média, e não pelo da minoria ou de algumas unidades isoladas.

Se seguissemos o método adotado por vezes pelo autor, contestaríamos sua conclusão com a autoridade do sábio Teodoro Sampaio por ele referida em nota ao citado Prefácio sobre as primeiras casas-grandes paulistas (do século XVI): «os ricos homens usavam proteger suas vivendas e solares por meio de duplas e poderosas estacas à moda do gentio, guarnecidas pelos fâmulos, apaniguados e índios escravos, servindo até para vizinhos, quando de súbito acossados pelos bárbaros».

Esse trecho trata das fazendas existentes no meio de sítios menores. O tipo comum da casa rural apresentava o sobrado com balcão e corredor lateral ou varanda. «Rara a fazenda que no século XVII não produzia vinho e trigo para o seu consumo», diz Washington Luís na *Capitania de São Paulo* (pág. 22). Ele emprega o vocábulo «fazenda» como sinônimo de propriedade agrícola abrangendo fazenda e sítio. A esse tempo os trigais do planalto paratiningano davam para o consumo local e para a exportação para outros núcleos do litoral brasileiro.

Essas casas-grandes de São Paulo praticavam a hospitalidade com munificência. Tinham cômodos para hóspedes com camas e cortinado e lençóis de Bretanha e uma bacia de prata. Cita-se uma que possuía cem camas para hospedagem (W. Luís, *ob. cit.*, pág. 31).

Era uma democracia rural em que os potentados dos solares, comendo o pão e o vinho dos mesmos moinhos e lagares, se

nivelavam aos sitiantes nas eleições para as Câmaras. Note-se que no começo do século XVIII, quando a capitania de Minas se separou da de São Paulo (1720), esta abrangia 21 vilas com seus capitães-mores, juizes ordinários e oficiais da Câmara. *Wheat is civilization*, disse Jay Franklin. Realmente, se o São Paulo das searas de trigo e vinhedos não teve a riqueza do Nordeste canavieiro nos séculos XVI e XVII — apresentou uma sociedade e uma civilização dignas de estudo. Pela presença do índio em lugar do negro nos trabalhos rurais, pelo regime de meia liberdade na escravidão do gentio (peças fôrras ou índios administrados), pela coexistência do sistema salarial do índio aldeado, pelo crescimento extraordinário da população, pela ação dos fatores de operosidade e da parcimônia e, finalmente, pelo dinamismo do mameluco — esta sociedade merece um capítulo especial. Sem este capítulo, bem como outros das demais regiões brasileiras com as suas peculiaridades sociais, a sociologia não seria do Brasil.

CAPÍTULO VII

CHOUPANAS E CASAS NA REGIÃO DAS MINAS

Já vimos a predisposição do consagrado sociólogo Gilberto Freire em ficar a favor do negro e do mulato ao formular as suas teses. Sua obra pode ser considerada a mais convincente reabilitação do africano e a apologética da mestiçagem dessa raça com a branca. A atitude mental benevolente para um dos componentes na formação demográfica do nosso povo veio prejudicar o outro elemento — o índio e o mestiço dêle oriundos.

É verdade que o Capítulo II de *Casa-Grande e Senzala*, intitulado «O indigena na formação da família brasileira» (2ª ed., págs. 57-128), denso de fatos e observações, exhibe a contribuição do silvícola à família brasileira, não só no sangue como também nos alimentos, drogas, utensílios domésticos e até em processos de higiene tropical, como o freqüente banho frio de imersão. Aí expõe o papel do incola e seu descendente mestiço de muralha movediça, que foi alargando as fronteiras do país, como guia, guerreiro, canoeiro, caçador e pescador nas bandeiras paulistas. Não esqueceu, tampouco, a função por êle desempenhada na defesa dos engenhos de cana-de-açúcar contra os assaltos de outros selvagens e de corsários vindos do mar (*ob. cit.*, pág. 62).

Nesse estudo, revela-se um sábio erudito que parece dar importância essencial à sexualidade e suas aberrações, mesmo em tribos insuladas em selvas remotas. Adota, preliminarmente, a divisão de Ruediger Bilden em quatro grupos para as massas étnicas e culturais da América do Sul. O primeiro seria o das

repúblicas brancas do Prata e do Chile, nas quais os indígenas, insignificantes em número, e tão primitivos, não ofereceram sérios obstáculos à europeização. O segundo, constituído exclusivamente pelo Brasil, em que o elemento europeu encontrou absoluto e indisputado domínio. Daí a degradação e o extermínio da raça inferior. Não sei se podemos aceitar os fundamentos dessas duas classes, sem alguma reflexão. Os outros dois grupos não interessam a este estudo.

Quando o Professor Ruediger Bilden me procurou, em Belo Horizonte, para lhe dar informações sobre o cativo em Minas, aludiu, no correr da conversa, à situação privilegiada da Argentina pela raça branca sem mestiços de negro (nem de índio. Observei que concordava com o mínimo de mulatos ou mestiços de negros, mas aconselhava averiguar bem o problema do gaúcho e o *criollo* platinos. Ingenieros sustentava a pureza branca da raça argentina, mas Lucas Ayarrágaray no livro *La Anarquía Argentina*, que acabava de aparecer, deixava dúvidas no meu espírito.

É indubitável que os espanhóis encontraram índios bravos nos pampas que lhes disputaram palmo a palmo. A luta só arrefeceu com o acôrdo estabelecido pelo ditador Manuel Rosas, já no segundo quartel do século XIX, conforme acentua Moysés Vellinho em recente ensaio (*Rev. Brasileira de Estudos Políticos*, da Universidade de Minas Gerais, n.º 3, pág. 206).

Quanto ao caso do Brasil, embora Gilberto Freire não diga expressamente divergir do professor alemão, desenvolve interpretação própria da matéria com evidente superioridade.

Antes da degradação e extermínio, houve uma reciprocidade cultural com máximo aproveitamento dos valores e experiências dos autóctones (*ob cit.*, pág. 59). Como os índios não se adaptaram bem à cultura da cana-de-açúcar e foram deslocados pelos negros, julga êle insignificante o escote do íncola na agricultura, contestando neste ponto a opinião de Manuel Bonfim em *O Brasil na América* (*ob. cit.*, pág. 63).

Para desbaratar esse conceito, basta considerar que os tupis da costa estavam no estágio agrícola primário e até hoje no Brasil a agricultura dominante, do norte ao sul, de leste a oeste, ainda é a herdada dos índios. Abatemos as árvores e ateamos fogo na derrubada (coivaras) para plantar milho, mandioca, algodão, tabaco, jerimum, cará, inhame, como faziam os tupis. Herdamos do índio o nomadismo agrário. Quando a terra está «velha e cansada» procuramos outro terreno virgem ou descansado para o plantio.

Se o sociólogo não estivesse enfeitiçado pelos canaviais, e voltasse sua vista aguda para as áreas dos cultivos de subsistên-

cia (milho, feijão, mandioca), do algodão, do tabaco, da pimenta e de outras plantas, convencer-se-ia ser fundamental a contribuição indígena na nossa agricultura. Predisposto a favor do negro sedentário e dócil ao azorrague dos senhores de engenho, subestima, com Varnhagen, a influência do índio nômade, altaneiro, avêso aos trabalhos da lavoura da cana.

O estudo acurado e extenso sobre os índios nos dois primeiros séculos do povoamento, no capítulo citado, terá antes um conteúdo estático e não se reflete na dinâmica social posterior, a não ser para repontar em nossas rebeldias (onde inclui a dos Farrapos e exclui a pernambucana de 1817) como explosões de sangue selvagem contido (*ob. cit.*, pág. 110).

Outro vestígio deixado pelo índio e seu mestiço seria o nomadismo dos bandeirantes e suas moradas instáveis em choupanas. Já opusemos embargos na parte referente a São Paulo, mas êle estende a Minas, devassada pelos bandeirantes, a mesma increpação. Vejamos a questão no território das Minas de ouro e de diamantes, onde o sociólogo se estriba no testemunho do Conde de Açumar e de um cronista cujo nome não revela.

O Conde de Açumar (1720), queixando-se de Domingos Rodrigues do Prado, que êle classifica de homem revoltoso e régulo, diz contra os paulistas que suas habitações sempre têm pouca forma, porque sua vida e a natural propensão que têm de andar pelos matos, faz que suas povoações não sejam persistentes (*Sobrados e Mocambos*, ed. de 1936, pág. 58).

Na mesma página encontra-se outro depoimento: «Só em 1731, — informa um cronista, — é que na área mineira foram-se radicando as famílias no solo. Até então a zona do ouro se achava salpicada menos de vilas e fazendas do que de bandos numerosos de aventureiros, sem lugar fixo de atividade nem organização cristã da família.»

Examinemos um e outro depoimento. O Conde de Açumar precisava de justificar, perante o rei, a *razzia* que mandara fazer no arraial de Pitangui, onde o potentado paulista, genro de Anhangüera, levantara o pendão de revolta. Entrincheirado, dizimara a Companhia de Dragões enviada com outras forças para prendê-lo e enforcá-lo. Como o rei animava as andanças paulistas pelo sertão, em busca de ouro, êle desabafa sobre a rusticidade dos povoados dos bandeirantes. Realmente, nas primeiras explorações auríferas de aluviões dos córregos, improvisavam-se acampamentos semelhantes aos «garimpos» dos nossos dias em Mato Grosso, Goiás, Minas e Bahia. Levantavam os pioneiros choupanas tôscas. Esgotadas as areias de uma praia, mudavam de pouso. Iam faiscar outro ribeiro. Quando, porém, a mineração

entrava na segunda fase, saíam do leito dos rios para suas margens, estabilizavam-se. Cada concessionário de datas minerais era obrigado a fixar-se no local da sua indústria. Erguiam casas de pedra ou de pau-a-pique com madeiramento de arceira e braúna. Os mais felizes construíram verdadeiras «casas-grandes».

Nos arraiais das Minas Gerais a maioria da população não era paulista e sim «emboaba». Os comerciantes, boticários, oleiros, açougueiros, padeiros, carapinas, ferreiros e mais artífices eram portugueses, baianos, pernambucanos e até estrangeiros. Os negociantes enriqueciam-se rapidamente e faziam questão de construir casas melhores do que as dos paulistas. A rivalidade existente entre os forasteiros que se vieram fixar nas Minas e os paulistas, como é sabido, degenerou na Guerra dos Emboabas.

O próprio sociólogo se encarrega de contraditar a assertiva de só haver em Minas choupanas no primeiro quartel do século XVIII. Tratando da revolta de Vila Rica, em 1720, sufocada com mão de ferro pelo Conde de Açumar, diz: «...êles [os magnatas] se esconderam por trás da figura do demagogo Filipe dos Santos e parece que até o negaram na hora undécima. *Eram homens de vida patriarcal e estável donos de casarões cujas varandas davam para as ruas burguesas, casas nobres*» (ob. cit., pág. 35).

Documentos coevos confirmam a parte grifada. Ouro Preto, onde residiam Pascoal da Silva Guimarães e cabecilhas do motim, era habitado, em grande maioria, de reinóis. Muitas casas de pedra. Para destruir algumas fêz-se mister estrondar no interior delas barricas de alcatrão e de pólvora (Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, ed. de 1945 do I.N.L., 2.º vol., pág. 310). Rancheiro era o herói popular arrastado por quatro cavalos depois do enforcamento, como se vê do quadro de Parreiras, encomendado pelo Presidente Raul Soares para o Palácio da Liberdade.

A êsse tempo já havia aristocracia rural em Minas, conforme atesta Gilberto Freire quando conta que o inflexível Conde de Açumar mandara prender o Brigadeiro Macedo na sua fazenda, e comenta: «quebrado o maior tabu da aristocracia rural» (ob. cit., pág. 47).

Pena que o autor não cite o cronista que lhe forneceu ali-cerce para a construção teórica do nomadismo dos habitantes de Minas Gerais até 1731, quando os bandos de aventureiros teriam começado a se radicar no solo. Antes da descoberta das minas, já os paulistas se haviam estabelecido em fazendas de criar gado vacum no vale do São Francisco em terras de que tomaram posse. Garcia d'Ávila e Guedes de Brito requereram ao governador da

Bahia sesmarias às margens do rio abrangendo os «currais» dos paulistas, aos quais vieram, por intermédio de procuradores poderosos, como Nunes Viana, exigir elevado fôro ou aluguel.

Criada a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, Antônio de Albuquerque concedeu, em 1710, cartas de sesmaria a numerosos agricultores e criadores estabelecidos em roças ao redor das «minas gerais» e das do rio da Velhas. Os paulistas, faiscadores ou garimpeiros do cascalho aurífero nas aluviões da «madre», veio ou talvez dos rios ou dos «taboleiros» do leito maior, passaram a mineradores. Abriram poços, catas, grupiaras e galerias (betas), para explorar os depósitos nas encostas das montanhas. Arriscaram vultosos capitais em serviços de fundo do vale, nos subterrâneos, no desmonte por meio de regos d'água, nos «mundeús», nos engenhos, para esgotar a água, movidos a braço ou por meio de rodas hidráulicas. A transformação de obras transitórias em definitivas, ou de verdadeiras lavras, foi promovida pelo governador Artur de Sá e Meneses. Em fins de 1699 pediu ao rei a remessa de homens capazes e experientes em mineração. O rei apressou-se em mandar os quatro melhores mestres na arte de minerar, cuja vinda anunciou na Carta Régia de 26 de janeiro de 1700. Nomeados os guardas-mores para as minas (Borba Gato teve a guardamoria das do rio das Velhas), foi ativada a orientação técnica nas minas. Na onda dos «emboabas» tinham vindo também práticos de minerar que foram aproveitados. Em 1711 Antonil já pôde ver e descrever, ao lado dos serviços das aluviões no veio dos córregos, os trabalhos de exploração das camadas e veiros nas encostas ou minas propriamente ditas.

A mudança do sistema de minerar, exigindo instalações permanentes, fixou também os mineradores em residências definitivas. O contato com os baianos, pernambucanos e europeus, atraídos pela abundância do ouro e a própria rivalidade entre os forasteiros e os paulistas, facilitou a construção de boas casas.

Em 1710 Antônio de Albuquerque reuniu em junta no Ribeirão do Carmo os vigários da vara, superintendentes, intendentes, mestres de campo, capitães-mores, sargentos-mores, quadasmores, procuradores da Fazenda Real, nobres e deputados de cada distrito, para resolver sobre a cobrança do quinto do ouro. Todos esses altos funcionários e magnatas não podiam morar em choupanas. Criadas em 1711 as Vilas do Carmo, de Ouro Preto e de Sabará, não se sabe porque se instalou a Câmara da primeira em casa coberta de palha, no primitivo arraial ao longo da praia. Não tardou em ser mudada para prédio conveniente, no Largo da Matriz (hoje da Sé).

Em 1713, Dom Brás pôde elevar a vila os arraiais São João e São José Del-Rei, Sêrro (Vila do Príncipe) e Caeté (Vila da

Rainha). Cada vila tinha seu juiz ordinário, o capitão-mor e os oficiais da Câmara, obrigados a ter casas consoantes com sua categoria social.

As primeiras décadas do século XVIII na região das minas ofereceram o espetáculo de um luxo desbragado, talvez desconhecido na zona canavieira. Espelha-se a magnificência da época no *Triunfo Eucarístico*, de Simão Ferreira Machado, de 1733.

Creio que a sociedade que se formou em Minas com a fusão dos emboabas e paulistas e floresceu em cidades ricas e cultas, merecia o estudo do sociólogo. Liga êle tão pouca importância à região das minas de ouro e à civilização nela desenvolvida que acontecimentos de 1701 são localizados por êle no distrito dos diamantes (*Casa-Grande e Senzala*, pág. 177), sabendo-se que os diamantes só foram descobertos em 1729 e o Distrito Diamantino, criado em 1734, e demarcado por Martinho de Pina e Proença, era separado das minas gerais e das do rio das Velhas pela cordilheira mais tarde denominada Serra do Espinhaço.

Como os padrões de pensamento que dirigem as instituições como a família são produtos de condições de existência social, sem o estudo dêsse grupo de maior densidade demográfica e de riquezas, e de outros grupos sociais do Brasil, não será completa a sociologia brasileira.

CAPÍTULO VIII

TESES DUVIDOSAS

Os sociólogos não são diferentes dos outros mortais. São feitos da mesma argila e padecem as fraquezas inerentes à natureza humana. É freqüente aparecer no campo das ciências sociais escritores que não procuram investigar despreocupadamente os fatos e sim buscar argumentos a favor das teorias da sua paternidade ou adoção. Não se me afigura êsse o caso de Gilberto Freire, cuja sinceridade não ponho em dúvida. Deseja ser cientista e, portanto, objetivo e imparcial. Mas, vítima de daltonismo produzido por tendência visceral (*quod volumus facile credimus*), não percebe as cores ou os fatos que contrariam as doutrinas de sua autoria ou predileção. Muitas das teses por êle enunciadas ou defendidas de boa fé exigem, por conseguinte, reexame.

Preliminarmente, importante observar que, não formulando o autor conclusões precisas, os pressupostos do seu agrado se dissimulam na narrativa sob artifícios literários e estéticos. Passam, geralmente, despercebidos ao leitor atento ao brilho exterior. Êles, todavia, subjacentes na estrutura interna, governam toda a obra. Faz-se necessário, portanto, deduzi-los dos textos ou

descobrir os trechos em que emergem à superfície envolvidos nas louçanias do estilo. A tarefa será facilitada com a leitura cuidadosa da *Interpretação do Brasil* (Rio, 1947). Nesse livro se encontram preciosas indicações para o psicanalista e o crítico, empenhados em compreender a orientação seguida nos trabalhos anteriores. Olívio Montenegro consagrou-o como «quadro sintético da evolução histórica e social do Brasil». Quadro majestoso em que não aparecem o século do ouro e outros períodos marcantes da formação do povo brasileiro.

Dentro dessas premissas, indiquemos algumas teses suscetíveis de controvérsia.

Para êle, o Brasil que conta para a sociologia, desde o descobrimento até o século XIX, seria o da vida patriarcal do Nordeste canavieiro e depois o da zona dos cafezais do Sul (*ob. cit.*, pág. 303). Aí estaria o centro que impõe normas ao complexo social e transmite à periferia sua força conformadora. Ligadas a esta tese central, da hegemonia da faixa açucareira, vêm outras como consequência. Para a formação da sociedade brasileira seria pequena ou insignificante a contribuição do índio que não entrou no composto etnográfico do centro ativo e permaneceu na periferia difusa. Seria, ao revés, grande e onímoda a influência do negro pelo sangue e pela parte tomada no esquema de convivência social da zona dominante. Fora dessa área ficava a maior parte do território e da massa demográfica. Quantitativamente, podem ser a maior superfície geográfica e a maior cifra de população: qualitativamente, são de menor valor aos olhos do sociólogo. Esses imensos espaços e essas multidões não se projetaram expressivamente na tela sociológica. Constituíam, para as instituições sociais, a parte inerte e passiva, incapaz de ímpeto criador. Os fatos sociais desenrolados nas áreas dos fundadores *horizontais* do país não teriam deixado traços profundos. Eram homens de fronteira, móveis, migratórios, bandeirantes ou sertanistas, nem tinham forma estável de arquitetura, apenas cabanas quase tão primitivas como as dos índios, cuja dieta e métodos de agricultura também copiaram (*ob. cit.*, pág. 93).

As cenas porventura ocorridas fora do teatro da ação dos fundadores *verticais* do Brasil, os senhores de engenho, podem ser consideradas pormenores, e sacrificadas em bem da visão globalista da sociedade. Esta vê as flôres de côr viva do ramalhete e não a massa incolor do mangericão e da folhagem que o cercam.

Os bandeirantes ainda mereceram referências para situá-los no limbo e excluí-los da organização social feudal, estabelecida na faixa canavieira que «durante algum tempo foi quase todo o

Brasil economicamente significativo e politicamente articulado» (ob. cit., pág. 99). Com esta explicação sumária, omite largos trechos do panorama histórico e social da nossa terra, tão rica de aspectos e de tipos de indivíduos e de grupos adaptados ao meio e capazes de nêle vencer e evoluir.

Não teria interesse para a sociologia brasileira a vida social de Piratininga nos séculos XVI e XVII? Além da paisagem natural de trigais, vinhedos e moinhos, como na Europa, do regime de propriedade fundiária e do trabalho assalariado ou de semi-escravidão dos índios, havia o sistema municipal a funcionar com autoridades escolhidas pelo povo em eleições democráticas como na antiga Roma. Um Virgílio brasileiro poderá um dia cantar numa geórgica essa vida rústica de trabalhos: *Hanc olim veteres vitam coluere Paulisti*.

Para o economista é tão significativa a produção de bens para o consumo interno, como o trigo e os cereais piratininganos, quanto a de açúcar pernambucano para exportação. Aos cultores de direito público constitucional não parecerá mal articulada politicamente uma coletividade em cujo seio floresceu o regime municipal e se gerou o movimento das bandeiras, comparável, sob várias faces, ao das Cruzadas. O sociólogo não pode ficar indiferente ao fenômeno da transformação de uma comunidade rural, ordeira e pacífica, em guerreira e predatória. Essa gente, impedida por fatores de incoercível tropismo, expande-se e incorpora ao território nacional vastas regiões da América do Sul. O povoamento do interior deve-se, principalmente, aos bandeirantes, que devassaram o sertão e constituíram a caudal mais volumosa da corrente interior «mais fertilizante que o tênue fio litorâneo», no dizer de Capistrano.

Deve-se meditar um pouco sobre a estrutura política sólida e o grau de vitalidade do grupo que, após o gigantesco esforço do bandeirismo, pôde realizar façanhas extraordinárias. Enviou, ainda no século XVII, expedições de socorro ao Nordeste canavieiro para ajudar a insurreição pernambucana a expulsar os holandeses, destruir o Quilombo dos Palmares e debelar os índios rebeldes que ameaçavam os engenhos de açúcar. Esses fatos indicam que a vida coletiva do grupo vicentino nos séculos XVI e XVII tinha, talvez, a mesma importância que a do grupo canavieiro do Nordeste. Outros indícios podem ser invocados para reforçar essa proposição. Criada a Província Jesuítica do Brasil em 1555 com 26 Jesuítas, 13 ficaram em Piratininga, 5 em São Vicente, 4 na Bahia, 2 em Pernambuco. O colégio de inacianos de Olinda foi o último criado no século XVI (1576).

Aparentemente, o aglomerado social organizado nos campos de Piratininga assentava sobre uma infra-estrutura econômica

muito diversa da que servia de base ao grupo social dos canaviais do Nordeste. Embora houvesse engenhos de açúcar, não dominavam a paisagem econômica e nela se diluíam.

Karl Marx professa que a infra-estrutura econômica condiciona o nascimento, a ascensão e o declínio das instituições. Assim sendo, segundo a doutrina marxista, deveriam ser diferentes as instituições de uma e de outra zona. Corresponderia à realidade esta suposição? A resposta só pode ser dada por pesquisas sociológicas cautelosas. A primeira indagação versará sobre a premissa: não seria, no fundo, o mesmo o sistema econômico latifundiário existente no Nordeste e no Sul?

O século XVIII, do ouro e dos diamantes — cuja riqueza se projetou em todos os quadrantes do território nacional e até no estrangeiro — também não aparece na obra do professor pernambucano: As poucas alusões a êsse período brotam à margem do traçado principal, que salta do século XVII para o XIX, isto é, dos canaviais para os cafézais. Diante dessa omissão, dir-se-ia que tão sólidos alicerces econômicos não serviram em Minas Gerais para nenhuma edificação social e de cultura.

Vejamos a realidade dos fatos. Logo na escavação do terreno e lançamento da alvenaria para sustentar as paredes da construção majestosa — depara o sociólogo um fenômeno de suma relevância. Não conheço na sociologia do Brasil tema mais empolgante que o encontro da cultura dos nortistas e europeus com a dos bandeirantes na região das minas. Êsse choque de culturas, conforme observou João Camilo de Oliveira Tôrres, gerou a guerra dos Emboabas. Mas depois da antítese, viria a síntese ou a fusão das raças e culturas em conflito. O resultado dessa operação foi o povo mineiro composto de elementos vários combinados.

Nesse século, o foco de vida ativa estava em Minas e não na faixa canavieira do Nordeste, conforme acentua Oliveira Lima. Põe êste autor em relêvo o contraste entre a Bahia do século XVIII, centro de vida ociosa, e a região das minas de ouro na mesma época (*Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, ed. de 1944, cap. V, pág. 93). Minas Gerais dêsse período não foi somente a mais rica e populosa região do País. Foi o núcleo dirigente em arte, literatura, costumes e modos de pensar e viver.

O *barrôco mineiro*, em arquitetura e estatuária, tem sido objeto de trabalhos honestos de investigação científica e interpretação artística. As esculturas do Aleijadinho em Congonhas do Campo chegaram a ferir a atenção de Gilberto Freire em rápida viagem através de algumas cidades antigas de Minas. Dessa ligeira inspeção tirou conclusões pitorescas muito interessantes, nem sempre marcadas do cunho de autenticidade (*Sobrados e Mo-*

campos, ed. de 1936, págs. 322 e 323). O sentido anticatólico e antieuropeu das obras do genial artista, a origem das figuras deformadas de capitães romanos brancos produzidas «por aquela raiva de ser mulato e doente» não são conceitos incontestáveis. José Mariano Filho, em estudo magistral, pelo trabalho heróico da pesquisa e pelos escrúpulos de sábio e de artista, mostra que no Santuário de Congonhas de Campo sòmente as estátuas do Senhor e dos Profetas são de autoria do Aleijadinho. As dos legionários romanos e de gente do povo foram executadas por auxiliares. Aliás, conforme observa o saudoso técnico em análise de obras de arte brasileiras, «a idéia de estigmatizar pela fealdade dos algôzes de Jesus já era, por assim dizer clássica, na época...» (*Antonio Francisco Lisboa*, Rio de Janeiro, 1944, págs. 97 e 98).

Em literatura tivemos a Escola Mineira com a lírica de Cláudio, comparada à de Camões e Petrarca e com os poemas épicos de Basílio da Gama e Santa Rita Durão, sem falar em Gonzaga e outros poetas.

Se o sociólogo se debruçasse sôbre o passado de São Paulo e Minas com o mesmo carinho dispensado ao de Pernambuco, verificaria que, no planalto paulista, e em tórno das minas de ouro, o desenvolvimento das cidades não ocorreu «a partir dos fins do século XVIII» (*ob. cit.*, pág. 11). Em São Paulo vinha dos séculos XVI e XVII o desenvolvimento urbanístico e em Minas remonta êsse interêsse ao primeiro quartel do século XVIII. Antecederam de muito a ocorrência do mesmo fato na faixa açucareira nordestina.

Se consultasse os documentos dos arquivos públicos dos dois estados sulinos, não faria as afirmações constantes das páginas 18, 19, 20 e 21 do livro citado. Não diria que «*as posturas dos começos do século XIX* são quase tôdas no sentido de limitar os abusos do particular e da casa e de fixar a importância, a dignidade, os direitos da rua».

Grifei as palavras que expressam a realidade no Nordeste, mas que não são exatas em relação a São Paulo e Minas. As atas das Câmaras das vilas de Santo André da Borda do Campo e de São Paulo da Piratininga, já publicadas, demonstram que datam do século XVI as disposições edilicias no sentido de coibir o arbítrio privado em benefício da comunhão urbana. Provam que desde aquêlo tempo era proibido criar «vaquas, porquos», ovelhas e cabras nas ruas, sendo os particulares obrigados a levantar seus sobrados com as testadas em alinhamento regular.

Como o Mestre se impressionou muito com as primeiras choupanas dos futuros bandeirantes por serem cobertas de palha, acrescento uma informação. Consta das atas que a Câmara, no terceiro

quartel do século XVI, se preocupou com o fornecimento de telhas para a cobertura das habitações. Veja-se a proposta de Cristóvão Gonçalves, oleiro de profissão, e outros detalhes referidos por Tito Lívio Ferreira em *Gênese da Gente Bandeirante*, Brasileira, 1944.

Em Minas, as primeiras vilas só foram criadas em 1711. Tomaram grande desenvolvimento durante todo o século XVIII. Desde o começo do século as posturas das Câmaras tratavam do alinhamento e limpeza das ruas.

Na região das minas de ouro e no distrito diamantino, em regra, não ocorria o binômio — latifúndio e monocultura, como documentei na *Formação Histórica das Minas Gerais* (Rio, 1956, Cadernos de Cultura n.º 99). A sociedade não se dividia somente em duas classes — senhores e escravos. Havia uma classe média de burgueses e de jornaleiros livres. Índios e caboclos eram pescadores, caçadores, barqueiros, canoeiros, raizeiros, meleiros, campeiros, retireiros, feitores, tropeiros, arrieiros. Negros forros, mulattos e curibocas exerciam variados misteres. Nas cidades, as corporações de ofícios mecânicos preparavam aprendizes para oficiais e mestres de alfaiate, pedreiro, carpinteiro, sapateiro, seleiro, entalhador, imaginário ou santeiro, armeiro, oleiro e outras profissões.

Creio que as considerações desenvolvidas neste artigo e nos anteriores bastam para justificar o pedido de reexame de algumas teses contidas na obra do brilhante sociólogo pernambucano.

CAPÍTULO IX

ILHA OU ARQUIPÉLAGO ECOLÓGICO

A análise serena da obra de Gilberto Freire nasceu de imperativo da consciência do velho professor preocupado com a decadência moral do povo em vertiginoso progresso material. Para iniciar o trabalho, tive de sopitar os estos do entusiasmo pelos efeitos artísticos de sua prosa — a prosa gilbertiana. Se permanecesse na posição de crítico puramente literário, entraria, por certo, no côro de louvores ao talento, à cultura e às técnicas sutis do autor usadas para encantar o público. À primeira leitura, sob o impacto de tantos encantos do escritor, raríssimos os que descobrem, na capanga do garimpeiro, gemas falsas entre os brilhantes de primeira água. Com que habilidade consegue êle que os leitores aceitem como fatos históricos suposições sem base sólida, e como fruto de pesquisa séria, generalizações deduzidas de observação superficial ou nascidas da fértil imaginação.

O pensamento que me orientou neste ensaio, vem da *Ars Poetica*, de Horácio, que atribui à arte uma função civilizadora; e

de Conte, que ansina não ser a ciência um fim em si mas um meio para fins humanos.

A filosofia e a sociologia se harmonizam para assentar a responsabilidade dos livros que agradam ao público e provocam imitadores. Maior a responsabilidade do mestre que suscita discípulos. Perigosas as obras que não fazem a crítica das fontes, não averiguam bem a exatidão dos fatos e espelham o vício da generalização apressada.

Os livros de literatura, a par dos exemplos da vida dos dirigentes, constituem fatores preponderantes na formação do espírito do povo. Quanto mais alta a inteligência, quanto mais larga a autoridade do mestre, quanto maior é a obrigação de ser objetivo, de não suprir a verdade com as fulgurações do talento, de não lançar entre as sementes de trigo as do joio ou da cizânia da parábola evangélica.

Em capítulos anteriores dêste ensaio tenho apontado trechos em que o autor «desgarra do fundo da realidade material e psicológica», para empregar a expressão do Padre Vieira.

Desejo pôr ponto final na análise empreendida. E vou agora indicar o que me parece o erro fundamental da concepção da sociologia brasileira de Gilberto Freire.

Na *Interpretação do Brasil* lê-se textualmente: «Ecológicamente, o Brasil é uma região: em grande parte, uma região natural — e tão claramente assim que alguns geógrafos a têm considerado uma «ilha Continental». É também, dentro da técnica e da terminologia sociológicas, uma região cultural.» (*Ob. cit.*, ed de 1947, pág. 149.)

Para justificar a expressão unidade cultural, explica a noção de cultura pela de nacionalidade, acrescentando: «uma população cujos valores e padrões de vida predominantes são de origem portuguesa, em contraste com os valores e padrões espanhóis, holandeses, ingleses e franceses dos seus vizinhos americanos».

Não sei se é correta a identificação da cultura com a das origens nacionais, o que simplificaria demais o problema. Mas esta idéia fornece base para a larga e grandiosa concepção da unidade cultural e da civilização luso-tropical que abrange Portugal, Brasil e colônias lusitanas na África e na Ásia.

Não é momento de discutir a tese imponente que atrai tantas simpatias. Apesar de exibir no desenvolvimento dela a riqueza imensa da sua palhêta, não conseguiu ainda dar rigor científico à concepção.

Limitando o exame ao caso da unidade física, ecológica, do Brasil, repito o que escrevi há poucos anos: «quem assim considera

o Brasil como unidade ecológica, é naturalmente levado a aplicar o estudo de uma região — a da cana-do-açúcar — a todo o Brasil. Nessas condições, dividem o Brasil arbitrariamente em fronteira e plantações, para dar relêvo a estas, como o palco onde se movem as figuras e cenas dominantes do drama brasileiro, ficando o resto, isto é, tudo o mais, apenas como o fundo do quadro onde perpassam, como figuras de segunda ordem, homens instáveis, imigratórios, rústicos. Por aí se vê como de uma premissa falsa decorrem várias conclusões igualmente falsas. Nem ecológicamente, nem geologicamente, o Brasil é uma só região. Nêle se distinguem, pelo menos, quatro regiões típicas. A hiléia amazônica, o nordeste subequatorial, a vertente ocidental dos planaltos e a bacia platina. Não será acertado, portanto, estudar, como aliás magistralmente tem feito Gilberto Freire, a região do nordeste subequatorial, e daí concluir para todo o Brasil. Incide êle no êrro do *ab uno disce omnes*. (*Estudos e Depoimentos*, Rio, 1953, pág. 192).

A geologia, aprendida no início do século obrigava a distinguir no Brasil quatro divisões a saber: o *maciço da Guianas* cuja parte brasileira se estende do Atlântico ao Jamundá, afluente do Amazonas e ao Norte até as montanhas de Tumuc-Humac e ao rio Oiapoque; a *hiléa* ou *planície amazônica*, região extremamente baixa, onde o calor e a umidade alimentam a maior variedade vegetal do mundo; a *planície dos pampas e das coxilhas*, depressão que começa na bacia do Paraguai e se alonga até às estepes da Patagônia, dando ao Rio Grande do Sul feição característica; e, finalmente, o *grande planalto brasileiro* também denominado *maciço central*, copa larga do chapéu cujas abas estariam nas baixadas do Amazonas, Paraguai e Prata e da orla marítima que ocupa estreita faixa entre o oceano e a beira oriental do escudo cristalino emerso em grande parte desde a época primária. Os mais recentes tratados e mapas geológicos mantêm essas divisões e marcam as subdivisões de cada uma delas.

A Ecologia, nome introduzido por Ernst Haeckel, estuda as relações dos organismos com o meio em que vivem ou com o *habitat*, conforme se depreende do étimo grego. Esta ciência examina o ambiente físico, solo e atmosfera, clima, água e outros fatores que atuam simultâneamente no desenvolvimento da fauna e da flora.

Considera em primeiro lugar a fitogeografia, porque a vegetação é seguro indicador do meio de que depende o homem e todo o ser vivo, Martius, estudando o revestimento botânico da nossa terra, organizou o mapa de cinco regiões, dando-lhes nomes tirados da mitologia: região dos Driades, ninfas dos bosques, dos Oréades, outras ninfas das matas dos Hämadriades, ninfas das águas, e Napeas, ninfas dos vales. Com essas denominações poéti-

cas assinalou a região montano-florestal (I), a montano-campestre (II), a quente e seca (III), a quente e úmida (IV) e a dos vales extratropicais (V). Dentro de cada uma dessas regiões botânicas, há subdivisões. Assim, na região dos Oréades, ensina Álvaro da Silveira, encontram-se grupos florísticos com caracteres próprios, tais como *campo*, *capoeira*, *cerrado* e *capão* (*Narrativas e Memórias*, Belo Horizonte, 1924, pág. 8).

Alongar-me-ia demais se tratasse dos tipos de climas e dos solos existentes, matéria bem conhecida e versada em todos os compêndios de geografia e de agronomia.

Dada a multiplicidade da formação geológica, dos tipos do solo e seus revestimentos botânicos e dos padrões de clima, nunca se pode ver no Brasil uma unidade ecológica, pois, em verdade, êle apresenta um mosaico de ecologias.

Em apoio dêsse modo de ver, seja-me lícito citar apenas um livro prefaciado por Gilberto Freire, *As Regiões Naturais de Pernambuco*, de Vasconcelos Sobrinho.

Esse trabalho notável expõe cientificamente as variações ecológicas do Estado, separando em primeiro lugar as zonas da mata e da caatinga. Naquela distingue as subzonas marítima e continental, divididas em mata seca e úmida e subdivididas em 11 regiões. A segunda zona, por sua vez, se desdobra nas subzonas do agreste e do sertão e em 14 regiões definidas pelas suas peculiaridades. Se Pernambuco oferece tal variedade de ecologias, que dizer do Brasil. Laboram em êrro, sem dúvida, os geógrafos não citados pelo que consideram o Brasil ecológicamente uma ilha continental. Em vez dessa expressão, a realidade se traduz por um arquipélago de ecologias.

Em exposição para os cursistas da Escola Superior de Guerra, no programa de estudos sobre o homem do Nordeste do Brasil, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Gonçalves Fernandes aduz elementos para caracterizar-se a região e o tipo representativo. Nesse trabalho recentemente publicado sob o título *Mobilidade, Caráter, Região*, demonstra a diferença da estrutura mental do sertanejo e da comunidade social da zona sujeita às secas do Nordeste.

Desaparecida a miragem da unidade ecológica, esvai-se a base indicada para a unidade sociológica. Esta pode, entretanto, existir, sem embargo da pluralidade ecológica. Aqui cabem algumas indagações. Seriam idênticas as pautas dentro das quais se processam as relações sociais em todo o território nacional? Como explicar na unidade sociológica tipos de grupos e de indivíduos tão diferentes de mentalidade e comportamento?

Martius, na monografia premiada pelo Instituto Histórico — *Como se deve escrever a História do Brasil*, viu no Brasil, com a

acuidade e a penetração louvadas pelos historiadores (José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, pág. 70), quatro grandes núcleos básicos agrupados não só pela analogia da natureza física, como pela estrutura social e pela evolução histórica.

O que Tavarés Bastos denominou de federalismo orgânico e Vicente Licínio Cardoso de regionalismos cósmicos veementes, é um fato indiscutível. A História e a Sociologia têm de levá-lo em conta. Não lastrar uma e outra dos condicionamentos ditados pela geografia e pelas diferenças regionais conduz a erros graves.

Não quis incidir nesse engano a Faculdade Latino-Americana das Ciências Sociais (Flacso) e o Centro Latino de Pesquisas Sociais (Centro) ao versarem a questão das *Resistências ao desenvolvimento econômico e social na América Latina*, tema da maior atualidade em vista das esperanças depositadas na OPA. O Centro propôs ao Itamarati prioridade para o estudo básico da delimitação das diversas áreas sociais, indicando logo a separação das áreas da agricultura latifundiária e monocultura das outras em que predomina a pequena propriedade ou variadas culturas (*Boletim do Centro*, novembro, pág. 23).

Atualmente existem cinco áreas diferenciadas do Brasil, segundo a tese apresentada pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais à Reunião Preparatória para a Conferência Internacional sôbre a Educação e Desenvolvimento Econômico a realizar-se em 1961. O título dessa contribuição especial é muito sugestivo para o nosso ponto de vista: *Condicionamento sócio-cultural do sistema educacional em cinco áreas diferenciadas do Brasil*.

O Mestre pernambucano, que chefiou o movimento literário regional do Nordeste, depois da rebelião modernista de S. Paulo, na década anterior à Revolução Política de 1930, passou a sonhar com um Brasil centralizado, uniforme, padronizado. Dominado pela concepção artística da unidade, pela harmonia do conjunto, acusa os regionalismos de «inimigos internos».

Defensor do Federalismo, da descentralização e da autonomia municipal como bases da unidade nacional, limito-me a fazer minhas as palavras do saudoso amigo Paulo Prado: «A própria salvaguarda da unidade depende em boa parte da legítima expansão dos regionalismos que constituem a parte viva e plástica em que conservam e desenvolvem a variedade e originalidade do complexo nacional». (*Paulística*, Rio, 1934, pág. XVI.)

Não obstante constituir um mosaico ecológico, econômico, geográfico e cultural, tem as condições essenciais para a unidade política. Essa assenta nos sólidos alicerces da origem comum, a língua, a religião e o espírito nacional.

A sabedoria dos estadistas portugueses e brasileiros do Império e da República soube aproveitar a força centrífuga dos re-

gionalismos para reforçar os altos objetivos da política da integração nacional. A unidade do Brasil, milagre da nossa história, é a obra-prima da nossa política.

CAPÍTULO X

RAIZES DAS TENDÊNCIAS

Para a compreensão da obra do renovador dos estudos da Sociologia no Brasil, parece indispensável a recapitulação de acontecimentos que influíram na vida de Gilberto Freire. Há fatos que vincam, sem sabermos, nossa alma e dão o prisma com que colorimos as coisas daí em diante. A regra clássica da crítica manda associar e jamais separar o homem do escritor e explicar um por outro. Depois a leitura atenta da *Interpretação do Brasil* (Rio, 1947), cuja importância para a psicanálise de toda a obra já ressalttei. Seguindo o conselho de Montaigne, tentaremos sondar bem no fundo para ver as molas que impelem o movimento.

Oliveira Viana com a publicação do livro *Populações Meridionais do Brasil*, 1918, conquistara o primeiro lugar na pequena lista dos sociólogos brasileiros. Ele estudou a formação nacional na sua diversidade, apresentando tipos do Norte, do Centro e do Sul e não como uma massa homogênea única.

No livro tão festejado distinguia dois grupos sociais diferentes pelos seus hábitos, estrutura íntima, composição étnica, modo de vida e psicologia, o do matuto cultivador da cana, café e cereais e do gaúcho dos pampas do Sul.

Anunciava outro ensaio das *Populações Setentrionais* em que prometeu focalizar o terceiro tipo representativo, o sertanejo das caatingas do Nordeste e da hileia amazônica sob a feição do caucheiro e do explorador dos seringais.

Limitou o campo das suas investigações às populações rurais e guiou-se por uma idéia que desagradou aos nortistas. Sustenta às claras que, realmente, os homens saídos dos chapadões de Centro-Sul, e não os saídos do Norte e do extremo Sul, carregaram, depois de 1922, as maiores responsabilidades na organização e direção da nacionalidade. Teriam essas regiões dado os maiores contingentes ao escol que dirige o país durante os dois reinados (palavras do prefácio).

Lançada essa tese, houve enorme reação dos intelectuais do Norte, especialmente do Nordeste.

Depois veio a Revolução de 1930 em que tomou magna parte o Estado de Minas. O movimento derrubou em Pernambuco a

situação na qual Gilberto Freire ensaiava vôos de águia na política. Teve de exilar-se.

Começou a elaborar-se novamente o temário das antíteses que vão aparecer nos livros.

Gilberto Freire, com aplauso geral, publicou os livros *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos* que empregam processos novos no estudo da matéria. Oliveira Viana se apóia precipuamente nos historiadores. O sociólogo pernambucano busca outras fontes e entende, com Taine, que a fisionomia de uma época se encontra mais nos romances do que nos historiadores.

Para a sociologia da agro-indústria do açúcar encontrava subsídios na *Bagaceira* de José Américo de Almeida e noutras novelas.

Não só nas regiões das minas de ouro mas também nas zonas de criação desde o Piauí até os pampas do Sul se encontra sangue dos bandeirantes. A Capitania de São Paulo se despovoou em proveito de imenso território conquistado pela energia paulista. O êxodo dos homens válidos atingiu tal ponto que teve de ser a Capitania rebaixada de categoria.

Com o ressentimento, formou-se no Nordeste um caldo de cultura para a inveja e o rancor. A idéia de desforra se converteu num sentimento comum. Quem tocasse os trechos dessa música teria sucesso garantido.

Depois da Revolução de 1930, exilado, Gilberto Freire consagrou-se aos estudos sociológicos e antropológicos. Viajou pelo estrangeiro e freqüentou os mais adiantados centros de cultura. Trouxe dos Estados Unidos uma bagagem de sólidos conhecimentos da sociologia moderna e também os métodos do sistema de propaganda publicitária. Recebeu a glorificação da simpatia que nunca falta no Brasil aos lutadores que caem de pé e são vítimas perseguidas pelos vencedores. Os estudantes de Recife e da Bahia coroaram o Mestre de sábio e mártir em festas inesquecíveis.

Publica, por essa época, *Casa-Grande e Senzala*. O trabalho despertou curiosidade geral e obteve ruidoso sucesso. «Trata-se de livro mais discutido, possivelmente mais atacado e elogiado entre nós desde Euclides da Cunha», registra um dos seus forvorosos penegiristas (Osmar Pimentel, *An. Br. de Literatura*, 1943/44 pág. 305).

Em tórno do livro e do autor espalharam-se numerosas anedotas. Discípulos de Osório Duque Estrada, guardas da pureza do idioma, cataram na linguagem inobservância das regras clássicas. Críticos apontaram deslizes de fato e a audácia das generalizações.

Cada um dos ataques suscitava o revide imediato dos fiéis da igrejainha formada para levar aos gentios a nova sociologia alógica ou existencial e a apologia do Mestre Apicucos. Mas o livro não saiu chamuscado pelas nuvens quentes e densas de incenso nem pelas labaredas das pilhérias e das censuras. Continuou impávido sua carreira. Artisticamente trabalhado, trouxe para o nosso meio os últimos e melhores petrechos da ciência. Revolucionou a nossa sociologia, associando-a à antropologia e outras matérias afins. Ele, como Machado de Assis, gosta de catar o mínimo e escondido e meter o nariz onde ninguém farejou. Fêz preciosos achados. Com a publicação dos *Sobrados e Mocambos* repetiram-se as cenas resumidas com uma diferença importante. Cresceu o número de apologéticos e reduziu-se o de aristarcos. Endeusado tanto pelos resultados positivos de sua investigação, ou dos acertos das suas sugestões indagadoras, quanto pelo pitoresco das historietas, pelas assertivas apressadas e outras imperfeições, tornou-se olímpico. Sobranceiro às críticas, manteve a obra na sua integridade com suas qualidades e defeitos.

Instituído o culto, todos têm de rezar pela mesma cartilha e aceitar como dogmas os ensinamentos do Mestre. Acostumado ao livre exame e não admitindo a infalibilidade a não ser a do Papa em questões de fé religiosa, tenho feito apelos ao alto engenho de Gilberto Freire para rever e completar sua obra. A falta de espírito de *finesse*, a rombosidade do meu estilo, as deficiências da linguagem agravadas pela pressa, podem levar alguém, e mesmo o Mestre, a vislumbrar nestes artigos o fito de polêmica. O anão a desafiar o gigante. Longe, muito longe está minha honesta intenção. Só pretendo que os respeitosos embargos sejam recebidos para que o Mestre exerça «a faculdade sôbre tôdas santa de emendar a si mesmo» e assim corrigir as falhas da obra. Não são defeitos que a afeiem literariamente, mas comprometem-na como instrumento da formação humana.

Oliveira Viana lançou algumas teses da sociologia brasileira. Gilberto Freire levantou as antiteses delas e de outras. Até agora não apareceu quem se abalançasse de fazer a síntese.

Prevalecem as idéias do Mestre pernambucano não só no país como no estrangeiro, principalmente nos de língua inglêsa tal a sua penetração nas universidades norte-americanas.

Ele pôs em voga entre nós um nôvo gênero de sociologia que supre as lacunas de pesquisa pela intuição e emprega vez por outra, em lugar dos métodos lentos e cautelosos da ciência, as sondagens da imaginação.

Do ponto de vista de escritor, revela extrema audácia na descrição e no vocabulário. Não acredito que seja calculada essa atitude desabrida contra a hipocrisia social e as boas maneiras. Mas excita, sem dúvida, o interêsse do público. Certo é que o autor, confirmando a tese de que somos mestiços de africanos no sangue e na mentalidade, portanto, dóceis às sugestões de erotismo, não perde a ocasião de mencionar a tara.

Feitas essas pequenas observações, volvamos os olhos para algumas proposições que podem dar a chave para a inteligência dos pressupostos da obra.

Oliveira Viana começa pelo estudo da aristocracia rural em Pernambuco e S. Paulo, considerando-os de igual esplendor nos dois primeiros séculos coloniais. Nobreza, solares luxuosos, hábitos mundanos e sociais não seriam privilégio de um dos centros da vida do Estado do Brasil. As famílias fidalgas de S. Paulo foram transformando-se com a era das bandeiras e a miscigenação, que gera o tipo do mameluco, oriundo do europeu e do indígena.

Gilberto Freire dá preeminência ao grupo canavieiro do Nordeste e omite o grupo paulista, o que se nos afigura um êrro. A meu ver, ambas as regiões merecem figurar, não só na História como na Sociologia. Pernambuco conseguiria, talvez, acentuar os foros de fidalguia e a noção da estirpe com os nomes tradicionais dos Cavalcantes, Albuquerque, Pais Barreto, Castelo Branco. Enriqueceu-se com a exportação do açúcar. Mas os paulistas, menos ricos e diferentes na composição étnica (em vez de mescla de sangue de africanos a mestiçagem com os índios), lograram outros títulos e devem ocupar considerável espaço na História e na Sociologia. Se foram criadores *horizontais* do Brasil como homens da fronteira, na terminologia adotada por Gilberto Freire, contribuíram também verticalmente com elementos incorporados à psicologia social, à política e à vida social brasileira.

Contra Minas investe diretamente ao afirmar: «Quase sempre os chefes do govêrno brasileiro durante a Monarquia saíram das mais antigas regiões de plantação do Brasil — Bahia, Pernambuco, S. Paulo, Rio de Janeiro — e foram, alguns dêles, verdadeiros estadistas e não simples políticos». (*Ob. cit.*, pag. 117.)

A omissão de Minas na lista das regiões que deram os chefes do governo na Monarquia importa em barrar da História o nome e a ação de estadistas do porte de Marquês de Baependi, Marquês de Queluz, Bernardo Vasconcelos, Marquês de Abaeté, Marquês de Maricá, Martinho Campos, Lafaiete, Visconde de Ouro Preto.

Traído pela malquerência contra Minas, procurou amesquinhar a figura do Marquês de Paraná denominando-o «Caudilho de Luxo». A êsse caudilho nascido nas montanhas mineiras ninguém contesta um título — o de ter sido, com Caxias, o mantenedor da unidade nacional.

Para que se não diga não ter fundamento a suspeita de indisposição do sociólogo com os Estados de Minas e São Paulo, transcrevo outros trechos do livro revelador das tendências do escritor: «Cada um desses Estados tinha como seu mais legítimo programa político não tanto a solução dos problemas nacionais, ou brasileiros, de interesse social e humano, como o desenvolvimento de interesses industriais, comerciais e agrícolas estritamente estaduais ou seccionais. Construiu-se uma estrada de ferro em um desses Estados poderosos com dinheiro nacional, que foi uma empresa quase de luxo — a maior parte dela com linha dupla — enquanto existiam outras regiões em que as necessidades de transporte eram inteiramente esquecidas.” (*Ob. cit.*, pág. 154.)

Pena é que essa acusação vaga engendrada pela imaginação obnubilada pela mágoa política fôsse proferida em conferências em inglês e conste de livro consultado na maioria das universidades americanas como síntese perfeita da evolução brasileira.

Não cabendo aqui a contestação, indico, todavia, alguns fatos de uma presidência paulista e de outra mineira. Ambas podem ser até acusadas por cuidarem mais dos outros Estados do que dos do nascimento do titular.

Rodrigues Alves é quem criou o serviço permanente de obras contra as sêcas do Nordeste e começou o estudo sistemático do problema. Fêz açudes e perfurou os poços de abastecimento de irrigação. Realizou as obras do porto do Rio de Janeiro. Livrou o Brasil da febre amarela que não dava em Minas e em São Paulo. Construiu as estradas de ferro Madeira-Mamoré, de Natal a Ceará-Mirim, o prolongamento da Estrada de Ferro Baturité, contratando a construção dos portos do Pará, Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul.

No governo de Afonso Pena, um dos homens fortes foi o então jovem Tavares de Lira, Ministro da Viação e Obras Públicas, incumbido de prosseguir as obras encetadas por Rodrigues Alves e desenvolver as vias férreas e telegráficas, em todo o país,

que Afonso Pena visitara antes de tomar posse. Dou a palavra sobre essas realizações ao saudoso amigo José Maria Belo, alto espírito dotado de rara probidade intelectual: «A Estrada de Ferro Central do Brasil prolongava-se mais rapidamente possível na direção do São Francisco com o futuro designio de alcançar o Pará pelo Vale do Tocantins, ligando o extremo norte ao Sul do Brasil. Completavam — as ligações ferroviárias São Paulo-Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro-Espírito Santo. Acelera-se a construção da Estrada Noroeste». (*História da República*, ed. de 1956, pág. 233.) Adiante, na mesma página, diz que se exploravam as selvas distantes do Mato Grosso, catequisando índios selvagens e pondo longínquos sertões em comunicação telegráfica com o resto do país. Fala ainda nos portos do Norte, Bahia, Recife e Belém, e que acrescentaria os de Vitória, Manaus, Corumbá. Também nas construções ferroviárias lembraria as da Central de Pernambuco, do prolongamento de São Luís a Caxias, no Maranhão, de Timbó a Propriá e outras.

Martelando o mesmo teclado, Gilberto Freire, na página seguinte (pág. 155), investe contra a força pública de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas: «Houve tempo em que a força da polícia de São Paulo era quase tão poderosa quanto o exército nacional. Tinha os seus próprios instrutores militares franceses e outras modalidades características de um verdadeiro exército nacional. A mesma, ou quase a mesma coisa aconteceu no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. De certa vez que estive em Minas Gerais voltei com a impressão de ter estado numa Prússia brasileira.»

Aí se trasmuda a Minas pacífica, ordeira, do «lume e do pão» de Oliveira Viana, numa Prússia arrogante, militarista «com uma força policial quase tão numerosa e poderosa como o exército nacional», conforme afirma textualmente adiante, na mesma página.

Em verdade, nunca a força pública do Rio Grande do Sul, São Paulo e de Minas tiveram características de exército nacional. Nenhuma delas era tão numerosa quase quanto o exército. Nem as três reunidas alcançavam o efetivo dêste.

Relativamente a Minas, para o policiamento de uma população de cerca de 6 milhões de habitantes espalhados em 178 municípios e 787 distritos — o efetivo da força pública era de 3.000 oficiais e praças (1920). A êsse tempo o efetivo do exército fixado na lei 4.028 de 10 de janeiro era de 42.808 praças e cerca de 4.000 oficiais.

Só a cegueira da paixão ou a fantasia de poeta e de romanista seriam capazes de equiparar uma força de 3.000 homens dota-

dos de armas leves a uma de 45.000 equipada de canhões e de outras armas pesadas.

Homem representativo da mentalidade científica e do magistério brasileiro não pode usar a linguagem de um demagogo político. Sobretudo, um professor não tem o direito de ministrar aos alunos lições em que aflorem os recalques do subconsciente. Chega a parecer inverossímil que tais exageros da imaginação fôsem proferidos *ex-catedra* na Universidade do Estado de Indiana, Estados Unidos da América.

DA CARTOGRAFIA NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

JOSÉ FRAZAO MILANEZ.

Qualquer que seja o objetivo em vista para a representação de parte ou do todo da superfície da Terra, impõe-se a necessidade das cartas submetidas a escalas, pois que a utilização da imagem do globo terrestre é por demais incômoda e impraticável.

De fato, o cálculo mostra que para um arco de um minuto do equador, supondo a Terra esférica, ser representado por um milímetro, o raio de tal globo deveria ser de 3,438 metros, e, portanto, o diâmetro com 6,876 metros.

Assim, desde épocas remotas houve a preocupação de representar cartograficamente várias regiões do globo para vários fins.

Se a forma da Terra fôsse cilíndrica ou cônica, nada mais simples que desenvolver a sua superfície por um corte, em abertura, das respectivas geratrizes cilíndrica ou cônica.

Mas, tornando-se, em aproximação, o *geóide* como uma esfera achatada nos polos, admite-se, para efeitos cartográficos, a forma esférica, considerando o seu raio o da latitude de 45 graus; e não sendo, então, desenvolvível, tornam-se impossíveis aplicações sobre sua representação numa superfície plana sem que daí resulte deformações.

A modificação metódica para a representação no plano de modo a alterar o menos possível a configuração de cada região, constituiu motivo das diversas construções imaginadas e que receberam o nome de projeções.

De um modo geral, divide-se o conjunto dos sistemas de representação em duas grandes classes: 1.^a projeções *ortomofas*, que gozam da propriedade de não alterar os ângulos, donde resulta cada região, de pouca extensão, apresentar a forma que realmente tem na superfície do globo. 2.^a projeções *equivalentes* as quais conservam a extensão relativa das superfícies.

Secundariamente as projeções podem ser classificadas como *zenitais*, isto é, como representações geométricas da esfera sobre o

plano do horizonte de um lugar qualquer, e nesta classe estão incluídas as projeções *perspectivas*, de real importância para uso marítimo; e as projeções por *desenvolvimento*, isto é, aquelas em que o plano de projeção é substituído por uma superfície desenvolvível, como a do cone ou cilindro, e obtém-se, assim, a projeção cônica ou cilíndrica, mais conhecidas pelo nome de desenvolvimentos.

A projeção é perspectiva, quando o plano de projeção, isto é, o plano do quadro é perpendicular ao raio visual central, quer dizer, ao raio visual que une o olho do observador ao centro da Terra. Está projeção pode ser *centro gráfica*, *estereográfica*, *escenográfica* e *ortográfica*, segundo o olho do observador, isto é, o ponto de vista se encontre no centro, sobre a superfície, fora desta a distância limitada, e fora desta a distância infinita.

★ ★ ★

Aponta-se como a mais antiga carta geográfica, a de Anaximandro de Mileto, discípulo de Thales, desenhada no VI século antes de Cristo. (550 A.C.) Porém, Eratóstenes, conservador da biblioteca de Alexandria, cerca do ano 260 A.C., é que se considera como autor da primeira carta traçada sobre bases fixas, em que as posições indicadas se acham subordinadas a duas linhas principais: uma tirada do nascente ao poente, atravessando a ilha de Rhodes e Gibraltar, outra perpendicular à primeira, passando por Alexandria, Rhodes e Byzancio. Presume-se daí a origem das projeções.

Hipparchus, Possidomius e Marino de Tyro, usaram cartas nas quais os paralelos e os meridianos eram representados por linhas retas. Davam aos graus de latitude suas dimensões supostas reais, e os meridianos em lugar de convergirem para os polos, eram paralelos entre si, e espaçados, como no globo na altura do paralelo de 36° N., paralelo de Rhodes; pois que sendo a projeção cilíndrica, admitia-se um cilindro perpendicular ao equador, interceptando a Terra no paralelo de Rhodes. O comprimento do grau da escala das latitudes sempre constante, acima e abaixo deste paralelo de 36 graus era de cerca de $\frac{5}{4}$ do grau do referido paralelo. Assim:

Na esfera: 1.º de latitude = 1.º de longitude = 1.º equatorial

Na carta: 1.º de paralelo = 1.º de longitude x coseno 36.º =
= 1.º de latitude x coseno 36.º

Donde, 1.º de latitude = 1.º do paralelo x secante 36.º =
= 1.º do paralelo x 1,25

1,25 = $\frac{5}{4}$

Dêste modo, as distâncias representando graus de paralelos, eram cada vez maiores acima e menores abaixo do paralelo de 36.º N. do que a realidade relativamente ao grau do meridiano, o qual se conserva sempre constante.

Eram chamadas *cartas planas retangulares*, as quais Ptolomeu, cêrca de 130 anos da nossa era, delas se utilizou quando dos seus estudos relacionados às necessidades geográficas.

Mais tarde, por volta do século XIV, apareceram cartas com um novo modo a que denominaram *projeção plana quadrada*, ou *carta chata quadrada*, da mesma categoria, porém considerando o cilindro circunscrito ao equador. Todos os graus, quer de longitude, quer de latitude, são uniformemente iguais ao grau equatorial, e a carta dêste modo apresenta quadrados perfeitos.

Cita o Abade Anthiaime (*) como primeiro exemplo, as cartas do genovês Vesconte (1318), e a seguir as do Veneziano Sanudo, em 1321; as da biblioteca Laurenciana de Florença, em 1351; a carta catalã de 1375; o atlas veneziano de 1384; a chamada carta do Príncipe Henrique, em 1438; e a de Waldsemüller, de 1508.

A respeito destas chamadas *Cartas planas quadradas*, há muita divergência entre os historiadores. Os portugueses, em sua mor parte, consideram-na invento português, com a sua origem na graduação do meridiano e do equador em graus iguais; outros não portugueses, assim não pensam e argumentam no sentido de atribuírem-na à origem italiana, do começo do século XIV.

Assim é que Garção Stockler referindo-se à chamada do mestre Jacome de Malhorca, para ensinar aos pilotos portugueses a arte náutica e a construção de cartas, que denominavam *de marear*, diz que tal mestre se tornara conhecido pelas suas cartas geográficas, construindo-as com os meridianos convergindo para os polos, como o são na realidade; e tal modo as incompatibilizavam para a navegação, pois que as linhas de rumo tornavam-se curvas. Que a perspicácia do Príncipe Henrique levou-o a sugerir a modificação das mesmas, para que os graus dos paralelos fôsem iguais aos do equador, e que, embora alterasse a verdadeira grandeza das terras e sua posição relativa; contudo as linhas de rumo seriam retas, e, portanto, apropriadas à navegação. Que o nome de *plana* era pela representação da superfície da Terra em uma figura plana, sem dependência de projeção alguma. Quanto aos inconvenientes, apoia-se em Montucla (*Da História das Matemáticas*).

Da mesma opinião é Manuel Pimentel, Luciano Pereira da Silva, Fournier e outros mais.

(*) *Recherches sur l'Histoire de la Science nautique anterieurement à la decouvert du Nouveau Monde.*

Armando Cortesão, em discussão do caso, diz que «se não se pode afirmar que a *carta plana quadrada* de marear, na forma tomada no século XV, e conservada durante o século XVI e grande parte do século XVII até se generalizar a projeção de Mercator, seja uma invenção do Infante D. Henrique, não se pode duvidar da sua criação pelos portugueses».

Gabriel Pereira, em sua *Importância da Cartografia Portuguesa*, ao contrário, diz parecer-lhe «que este gênero de cartas planas respondendo à idéia de um desenvolvimento cilíndrico, era empregado de há muito por genoveses e catalães; todavia, desde essa época este método cartográfico foi, geralmente, conhecido sob o nome de projeção do Príncipe Henrique».

E como estes, outros autores mais de igual parte.

Fontoura da Costa aceita como provável as cartas de marear dos primeiros descobrimentos fôsem retangulares, na projeção de Marino de Tiro, referentes ao paralelo de Lisboa (39°). Que de Portugal devem ter passado à Itália, por meio de informadores estrangeiros residentes, pois sigilo real não havia, e toma como prova o mapa de Toscanelli que acompanhava sua carta dirigida ao cônego Fernão Martins, em 25 de junho de 1474.

Antônio Barbosa, no seu exaustivo trabalho *Novos subsídios para a história da ciência náutica portuguesa na época dos descobrimentos*, defende tese inteiramente oposta, e a demonstra com argumentos difficilmente sofismáveis.

Em tudo isto há uma grande confusão entre os historiadores que, em desconhecimento técnico do assunto, estabelecem uma espécie de identidade entre o modo de levar avante a navegação no Mediterrâneo e no Oceano Atlântico, e tal nota-se mesmo na maneira de classificar os métodos de navegar, e o emprêgo de cartas marítimas ou de marear, como diziam, e sua classificação e origem. A navegação no início da civilização ocidental, teve seu berço, como ela própria, sem dúvida, no mar Mediterrâneo, dadas as necessidades de comunicação e intercâmbio de produtos; e esta fazia-se de modo primitivo, a princípio, segundo a experiência aventureira de pilotos que, de costeamento em cabotagem estreita, pouco a pouco se lançavam ao mar aberto, em singraduras maiores.

Estabelecidos os caminhos dos portos do destino, necessário se tornava fixá-los em documentos e daí as cartas marítimas, onde esses caminhos eram indicados segundo a direção e a distância a navegar. A direção tirava-se da rosa dos ventos, e as distâncias dadas em léguas, aproximadamente estimadas por expedições anteriores.

Posteriormente, com a difusão das cartas geográficas de então, começaram a ser confeccionadas as chamadas *cartas de marear*, desenhadas durante século e meio sem nenhuma preocupação de sujeitá-las a um qualquer sistema de projeção, onde seus muitos autores fixavam as linhas retas irradiadas de vários pontos na direção das 32 quartas da rosa dos ventos, formando uma teia de linhas de rumo.

O aparecimento da carta catalã de 1375, atribuída a mestre Jácome, que outro não é senão o judeu Jafuda Cresques, filho de Abraham Cresques, segundo Gonçalo Reparaz, em nada concorre para tese contrária. Assinala Antônio Barbosa, apoiado em Pedro Nunes, Alonso Santa Cruz e outros, os erros enormes nas latitudes dos vários pontos da costa e de outras cidades importantes. Assim é que nessa carta catalã, Roma acha-se situada em $46^{\circ}1/3$ de latitude, em vez de $41^{\circ}35'$; Trieste com $51^{\circ}1/3$ em lugar de $45^{\circ}38'$; Alexandria com $30^{\circ}1/3$ aparece com 43° ; Pisa aparece com 48° em vez de $43^{\circ}2/3$; Veneza com seus graus de êrro; e, assim, muitas outras.

Êstes erros chama Barbosa a atenção, foram conservados em tôdas as *cartas de marear* do Mediterrâneo desenhadas nos séculos XIV, XV e primeira metade do século XVI, e não se pode admiti-los se o processo astronômico adotado posteriormente para o cálculo da latitude, embora sem precisão rigorosa, já fôsse empregado.

O fato de existir no conhecimento de pilotos do Mediterrâneo o astrolábio de Raimundo Lulo, não justifica a afirmativa da navegação astronômica nesse mar, pois as cartas e mais provas dizem bem que antes do século XVI, êste método para o cálculo da latitude não fôra empregado. Cita-se em favor de tal, além do portulano de Petrus Vesconte, de Veneza, do ano 1318, como foi dito antes, a carta de Pizzigani de 1367, da biblioteca de Parma, a carta do atlas manuscrito da biblioteca Pineli, de 1384 a 1400, a carta de Gabriel Valsequa, feita em Malhorca em 1439, a carta de Gracioso Benicasa de 1467, e outros mais.

Manuel Pimentel, na sua *Arte de Navegar*, diz destas cartas: «descrevem-se por rumos e distâncias sem se atender às latitudes ou alturas das terras, nem às longitudes; e, por esta razão não há nelas meridiano graduado, mas sômente uma ou muitas rosas dos ventos, com uma escala ou petipé de léguas, para poder medir as distâncias de um lugar a outro, e pintados os cabos, ilhas e surgidouros, segundo o rumo a que se correm uns a respeito de outros».

Quanto às outras a que se referem os autores, são as planas, de graus iguais, nas quais os meridianos e paralelos são representados por linhas equidistantes, mantendo quadrados iguais.

Estas, vieram, em seguida, substituir às primeiras, e nelas os pontos eram calculados segundo os recursos da navegação astronômica da época. As latitudes indicadas pelas alturas do polo, e, por isso, classificavam essas cartas como *Cartas de alturas*, como diziam, o que era além de impróprio, impreciso. Chamavam altura do polo, a altura da estrela alfa da Constelação da Ursa Menor, observada com o astrolábio, então manuseado, sobre o plano do horizonte. Impróprio, porque não existem cartas de alturas, e impreciso, porque além do desconhecimento dos efeitos da refração astronômica sobre a altura do astro, a estrela alfa da Ursa Menor achava-se, então, mais afastada do polo que atualmente; pois em virtude do movimento precessional e o próprio da estrela, está a mesma se aproximando e, assim o fará durante 250 anos até que sua distância ao polo seja de meio grau, aproximadamente 27 minutos de arco, para, em seguida, afastar-se.

Em época remota, a da construção da Grande pirâmide de Chéops, no Egito, a estrela polar era a Alfa da constelação do Dragão; e daqui a doze mil anos, depois de outras serem consideradas como tal, ocupará o lugar a bela *Wega*, Alfa da constelação da Lira.

Em todo caso, a própria imperfeição dos instrumentos de observação, concorrendo em grande escala para tal imprecisão, as latitudes, então, denominadas *ladezas*, eram admitidas como *exatas*.

São estas cartas que vários historiadores portugueses e estrangeiros admitem como invenção do Príncipe Henrique, o que hoje está provado não ser verdade.

A convocação a Portugal do Mestre Jácome da Malhorca trouxe, como consequência a aprendizagem pelos pilotos portugueses de se orientarem com estas cartas e aplicarem o novo método de determinação da ladeza.

Quanto à aplicação da altura meridiana do Sol, surgiu mais tarde, pois necessário se tornava o conhecimento de sua declinação no momento para, em combinação com o complemento da altura, ter-se a latitude. Para tanto se tornava necessário a existência de uma tábua de declinação do Sol, e esta foi feita por Abraham Zacuto, professor de Astronomia da Universidade de Salamanca, trazido a Portugal em 1492, para instruir e ensinar e aí se conservou até 1497, época da viagem de Vasco da Gama, portanto, já no século XV.

Entretanto, desde 1483, com o Regimento do astrolábio de Munich, tendo como autor o Mestre João Vizinho, o processo era

conhecido e empregado grosseiramente por alguns navegadores do Atlântico, e as cartas usadas eram do tipo das planas quadradas.

Nesta época já havia falecido o Príncipe Henrique, cujo passamento se deu a 13 de novembro de 1460, aos 66 anos de idade; e seu moço de Câmara, Diogo Gomes, dois anos depois, em 1462, viajava para os mares da Guiné, por ordem de D. Afonso V, e no relatório dizia que a derrota se fazia «pondo-se as terras nas alturas do polo», o que implica em confessar as latitudes não serem calculadas pelas alturas do Sol.

A tão falada carta de Toscanelli, desenhada a pedido de D. Afonso V, como diz o próprio autor, em que pesem as opiniões de Kretschner, Usielli, Peschel, Wagner, Henri Vignaud, Luciano Pereira da Silva, e vários outros, embora considerem como a primeira carta marítima do século XV e desenhada segundo a projeção cilíndrica retangular, como a de Marino de Tiro, todavia tudo indica ser ela semelhante às usadas na época, isto é, planas retangulares, desenhada sobre uma rede de malhas retangulares, formada por meridianos e paralelos. Não parece crível tal carta resultar da projeção sobre um cilindro perpendicular ao equador, interceptando o globo terrestre segundo o paralelo de Lisboa, pois que as recomendações de D. Afonso V eram categóricas e firmavam que deveria ser um mapa que até os marinheiros menos instruídos pudessem entender e usar. Assim diz o próprio autor ao remeter sua carta a Fernam Martins a 25 de junho de 1474, portanto, após o falecimento do Príncipe Henrique.

«Le Sérénissime roi me demande aujourd'hui à ce sujet un exposé, ou plutôt un tracé mettant la chose sous les yeux et tel, que même les marins médiocrement instruits puissent prendre cette route et la suivre avec intelligence».

«...j'ai résolu néanmoins pour plus de clarté et aussi pour plus de facilité de l'exécuter par la méthode suivie pour dresser les cartes marines» (N. Sumien — *«La correspondance du savant florentin Paulo del Pozzo Toscanelli»* — citação de Antônio Barbosa).

Então procurou o autor, arbitrariamente, conduzir o desenho de sua carta da maneira mais acessível aos incipientes, e não basear-se em um sistema de projeção desconhecido aos tais pilotos da época.

Embora figurasse na carta, rede de meridianos e paralelos equidistantes, colocou as terras segundo os rumos da agulha e distâncias estimadas, e acrescentou a rede de rosa dos ventos com suas linhas de rumo, tal como geralmente, o faziam.

De tudo pode-se concluir que o Príncipe Henrique não foi o inventor das chamadas *cartas planas quadradas*; a sua intervenção

consistiu em adotar nestas, já muito conhecidas no Mediterrâneo, os pontos desejados nas respectivas alturas do polo, isto é, latitudes, não obstante a estrêla do norte não se achar no polo, isto em vez de figurá-los segundo rumos e distâncias estimadas.

Quanto ao problema da longitude, denominada, então, *longura*, arrastava-se na base da estima, contando-se na base de 17,5 léguas ao grau, isto por não se ter, ainda, efemérides astronômicas que permitissem o emprêgo do que mais tarde se veio a utilizar: método por ocultações dos satélites de Júpiter, e método das distâncias lunares.

Todavia, a possibilidade do uso do cronômetro a bordo mantendo a hora do meridiano de origem convencionado, foi apontada pelo astrônomo Germma Frisius num trabalho publicado em An-tuérpia, em 1530.

Tratava-se da comparação entre o instante dêsse meridiano de origem convencionado, num determinado momento, dado pelo cronômetro, e o instante local, dado pelo cálculo do ângulo horário.

Durante mais de um século (1530 a 1662), perdurou a idéia sem aproveitamento prático, dadas as dificuldades mecânicas de construção do instrumento, pois que um pêndulo nas melhores condições de instalação a bordo, não poderia manter o isocronismo pendular; portanto, necessário se tornava um sistema de regularização automática, independente de outro para mantê-lo em andamento. Tal foi conseguido por um balancim, compensador governado por uma mola em espiral.

A primeira tentativa foi feita pelo cientista alemão Christiann Huygens, de Zurick, que construiu vários modelos entre 1662 e 1670.

Êsses cronômetros, entretanto, eram controlados por pêndulos e sujeitos a *tests* no mar, o que se tornava impreciso e, mesmo, de difícil aceitação.

Em 1714, o Govêrno Britânico, ofereceu um prêmio de £ 20.000 a quem determinasse a longitude a 30 milhas, no fim de seis semanas de viagem.

James Harrisson, na Inglaterra, construiu em 1736, um modelo que prestou serviços razoáveis numa viagem de Lisboa à Inglaterra, obtendo, então, a medalha Copley, reservada às invenções mais úteis, e, assim, credenciado pôde reclamar o prêmio estabelecido pelo Govêrno Britânico.

Em 1765, Pierre Leroy, em França, igualmente conseguiu resolver o problema de modo satisfatório.

Tal era o estado da navegação astronômica na época.

* * *

Quanto às cartas, Gerard Kaufmann (Mercator), em 1569, apresentou em Duinsburgo uma nova carta desenhada e gravada por suas próprias mãos, e dedicada ao duque Guilherme de Juillers de Cleves e de Mont.

Para o valor do grau conservou nos paralelos o mesmo do grau do equador, tal como nas cartas planas quadradas. Nos meridianos, do equador para os polos, em aumentos progressivos na proporção da secante da latitude.

Não apresentando Mercator nenhuma explicação teórica sobre como construiu sua carta, deu lugar a várias hipóteses como tal fôra feito. Assim surgiram as hipóteses de Nordenskvöld, em 1889; Breusing, em 1892; Wagner, em 1915; e Marguet em 1930.

Deixando de lado as considerações desses autores, a carta de Mercator, não é, propriamente, uma projeção, como querem alguns; ela nada mais é do que uma modificação da projeção perspectiva, cilíndrica e centrográfica, em que o cilindro é tangente e perpendicular ao equador.

Nesta projeção os ângulos no globo são diferentes dos projetados no cilindro desenvolvido, e, portanto, as marcações feitas no mar são representadas falsamente na carta, isto quer dizer não ser ela uma projeção isogônica.

Considerando dois triângulos mui pequenos, um no globo e outro no cilindro de projeção, a tangente de um ângulo de marcação no globo vem a ser igual à tangente do mesmo ângulo projetado, multiplicado pelo coseno da latitude do lugar; isto é, o ângulo de marcação no globo é menor que o ângulo projetado no cilindro.

Então, para se obter marcações iguais, no globo e na carta, cortou Mercator, ao que pensa, o fator de multiplicação da tangente do ângulo projetado, tornando, assim, a carta, dêste modo construída, perfeitamente isogônica.

Estas cartas, entretanto, não podem ser empregadas acima dos paralelos de 70.º, dado o grande aumento das figuras representadas, como demonstra a fórmula das latitudes crescidas:

$$\varphi' = \frac{1}{\text{seno } 1''} \lg. \text{tg.} \left(45.^\circ + \frac{Y}{-2} \right)$$

na qual vê-se que para a latitude $\gamma = 90^\circ$, tem-se $\text{tg. } 90^\circ = 00$ e seu logaritmo ($1g = 00$) igual a infinito, isto é, sem representação. Para estas latitudes altas, outras projeções são empregadas, especialmente a estereográfica, cujo ponto de vista, isto é, o olho do observador afasta-se do centro e transporta-se à superfície do globo.

Eis como se encontra o problema hoje exhaustivamente estudado, e teórico e praticamente resolvido.

O RIO GRANDE DO NORTE NO SENADO DA REPÚBLICA

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

VII — JUVENAL LAMARTINE

O município de Serra Negra, encravado na zona do Seridó, Estado do Rio Grande do Norte, como as demais regiões sertanejas nordestinas, teve como fator preponderante do seu povoamento a necessidade de instalar fazendas de criação de gado. Foi o boi que conduziu o homem civilizado para aquelas paragens. Desde logo, sentiram os povoadores a premência de associar ao pastoreio uma outra atividade econômica — a agricultura. A pecuária só por si não assegurava plenas condições de vida. Serra Negra constituiu, porém, uma exceção à regra geral. Os seus habitantes conservaram-se por muito tempo simples apascentadores de rebanhos, sendo muito raros os que procuravam outras profissões. O fenômeno é explicado por alguns dos que têm examinado as suas causas como resultante da riqueza das pastagens que ali vicejavam e se desenvolviam, propiciando condições magníficas ao criatório.

De qualquer maneira, trata-se de uma feição peculiar àquêlre trecho dos sertões norte-riograndenses a diferenciá-lo de início da regra geral. Uma outra particularidade é a que se refere às condições intelectuais dos primeiros vindos àquelas plagas. Tudo indica que se compunham de gente com certa base de cultura, um pouco acima do que era comum pelos demais recantos. Basta atentar, na confirmação dessa suposição, para os nomes com que os povoadores batizaram os seus filhos: Leônidas, Scipião, Descartes, Horácio, Lafaiete, Nélson, Newton, Mirabeau, eram os nomes comumente preferidos, indicando claramente que havia por ali algum conhecimento e simpatia pelas grandes figuras que, nas letras ou na política, deixaram traços marcantes na história universal.

Certo, a marcha normal da evolução veio nivelando lentamente o modo de ser de tôdas as comunidades seridoenses cujas

populações hoje não se diferenciam, iguais nas atividades profissionais, nas suas condições de cultura e até nos sofrimentos comuns, todas elas atingidas periodicamente por um mesmo flagelo, as longas, as famosas e crudelíssimas sêcas do Nordeste, mas evidentemente ainda há resquícios de certos antecedentes históricos.

Vou apontar um desses resquícios:

O maior filho que até hoje Serra Negra deu para o serviço do Rio Grande do Norte foi Juvenal Lamartine de Faria, cujos pais, ao darem-lhe o nome de Juvenal, acrescido ainda de Lamartine, nomes que não existiam nos seus antepassados próximos ou remotos, certamente tiveram em vista homenagear dois grandes poetas de renome universal: Juvenal, o satírico, e Lamartine, o lírico francês, cujos versos ainda hoje nos deixam cheios de ternura e encantamento.

Juvenal Lamartine nasceu na fazenda — Rolinha — do município de Serra Negra aos 9 de agosto de 1874 e era filho do Coronel Clementino Monteiro de Faria e D. Paulina Umbelina dos Passos Monteiro, descendentes ambos dos Pereira Monteiro que foram os verdadeiros fundadores daquele núcleo municipal.

O Coronel Clementino Monteiro foi por muitos anos chefe político incontestado e prestigioso da terra em que nascera e habitava, a qual representou na Assemblêia Estadual, tendo também dirigido os seus destinos administrativos como seu Prefeito, ou Presidente da Intendência, como então se denominava o Chefe do executivo nas comunas norte-riograndenses. Era um homem de severos costumes e grande conceito, uma verdadeira autoridade social. Tinha recebido uma certa instrução humanística no famoso Colégio do Padre Rolim, nos sertões paraibanos, e cuidou desveladamente do preparo intelectual do seu filho primogênito, que era justamente Juvenal Lamartine. Recebeu este os rudimentos do ensino primário na própria terra do seu nascimento, indo a seguir para a vizinha cidade do Caicó, onde havia uma aula de latim e francês, a cargo do Professor Manuel Augusto Bezerra de Araújo. Conta o próprio Lamartine, em notas e reminiscências que deixou escritas, que em Caicó *foi um péssimo aluno, não só faltando às aulas como levando as lições mal sabidas*. Em 1891, seu pai mandou-o para Natal a fim de cursar o Ateneu Norte-Riograndense. Neste instituto de curso ginasial Lamartine transformou-se radicalmente: freqüentava as aulas com assiduidade, estudava com proveito, tomava professores particulares quando os professores oficiais eram faltosos e conseguia sempre boas notas nas sabatinas e nos exames de fim do ano. Os seus últimos exames de preparatórios não foram feitos em Natal e sim na Capital da Paraíba, isso porque o Ateneu Norte-Riograndense fôra fechado provisória-

mente em virtude de uma revolta de estudantes, de que Juvenal Lamartine participara, contra o fiscal federal do estabelecimento que era então o Desembargador José Climaco do Espírito Santo.

Concluído o curso secundário, matriculou-se o moço serranegrense na Faculdade de Direito do Recife, única escola de ensino jurídico existente então em todo o Norte do Brasil. Lamartine passou a cursar a Faculdade de Recife justamente na fase em que ela se encontrava sob o influxo das idéias novas, no combate ao velho ideário metafísico, fase iniciada por Tobias Barreto em um ruidoso e impetuoso movimento renovador.

Ele próprio assim descreve o ambiente da velha Escola quando por ela passou:

«Era grande e profundo o movimento de idéias na Academia, iniciado por Tobias Barreto. Esse mulato sergipano, que chegou ao Recife, pobre, sem padrinho poderoso que o recomendasse, e matriculou-se na Academia onde se formou em Direito e foi, mais tarde, seu professor, era um imenso talento com lampejos de gênio.

De posse de uma cultura moderna, aurida nas melhores fontes dos grandes centros científicos do Velho Mundo, Tobias fez crítica literária, musical, religiosa, jurídica e filosófica, demolindo, impiedosamente, os velhos ídolos que impediam o desenvolvimento intelectual, dentro daquela escola. Desafiou e derrotou os mestres consagrados, como o Dr. José Higino. Seu nome cresceu tanto que se tornou conhecido até na culta Alemanha, onde Haeckel, o grande filósofo, escrevia que *Tobias Barreto pertencia à raça dos grandes pensadores*.

Havia uma renovação que tornou o Recife o centro de melhor cultura da época no Brasil. João Vieira de Araújo, professor de Direito Penal, popularizou, no Recife, as teorias modernas de Lombroso, Garofalo, Alimena, Tarde e outros criminalistas da Escola Antropológica e da Escola Sociológica. A cadeira de Direito Internacional era dirigida pelo talentoso professor Meira de Vasconcelos. Martins Júnior, grande orador, ocupava a cadeira de História do Direito; Laurindo Leão, portador de uma vasta cultura científica, substituiu Martins Júnior, nessa disciplina. O Direito Civil era ensinado pelo Dr. Cirne, o melhor expositor entre todos os professores da Faculdade, e a cadeira de Legislação Comparada estava sob a direção do jovem Clóvis Beviláqua, discípulo de Tobias Barreto e o mais notável de todos

os professores da velha escola e a quem, mais tarde, o governo da República confiou a elaboração do atual Código Civil Brasileiro, monumento de sabedoria, citado entre os mais avançados códigos do mundo».

O ambiente cultural na Faculdade e as lições de mestres insig-
nes, entre eles Clóvis Beviláqua, muito interessavam ao jovem Ju-
venal Lamartine que se fez o melhor aluno de sua turma, de que
foi orador, unânimemente escolhido por seus colegas na solenidade
da colação de grau, tendo obtido ainda o prêmio de viagem à Europa,
prêmio de que não sei por que motivos não se utilizou.

De posse do diploma de Bacharel em Ciências Jurídicas e
Sociais, que lhe foi conferido pela Faculdade do Recife em 2 de
dezembro de 1897, retornou ao seu torrão natal, onde na oportu-
nidade chefiava discriçãoariamente a política dominante o Senador
Pedro Velho. Cumpre aqui salientar que êste dominador político
tinha como uma das normas de sua liderança chamar para sua
grei partidária e para o serviço do Estado todos os moços que
revelavam valor intelectual, e eis por que desde logo lançou as
suas vistas sôbre Juvenal Lamartine que vinha de concluir o seu
curso em uma Escola Superior vitoriosamente laureado. Mal che-
gado a Natal, Pedro Velho fê-lo um dos redatores d'*A Repú-
blica*, jornal por êste fundado ainda nos tempos da monarquia e
que era no momento o órgão do Partido Republicano Federal, em
que o chefe procurava congregar e reunir inteligências novas que
surgiam e precisavam se afirmar. Do mesmo passo fêz nomear
o moço recém formado para o cargo de Vice-Diretor do Ateneu
Norte-Riograndense, o único estabelecimento de ensino secundário
de caráter oficial existente então no Rio Grande do Norte. Pou-
quíssimo tempo passou Lamartine no exercício de suas atividades
jornalísticas e educacionais em Natal, e já em 1 de setembro de
1898, menos de um ano depois de bacharelado, ingressava na ma-
gistratura como juiz de direito da Comarca de Acari, município
em que o seu sogro, Coronel Silvino Bezerra, exercia prestigiosí-
sima influência política e social desde os tempos monárquicos.
Aos costumes daquela época, os juizes imiscuiam-se também na
vida partidária, nem sempre com prejuízo para a distribuição de
uma reta justiça, como foi o caso do nosso biografado que, ao
deixar a sua comarca, contava com a estima, o respeito e a con-
fiança da totalidade dos seus jurisdicionados. Mas o que é certo
é que a passagem de Lamartine pela magistratura foi um simples
degrau para o ingresso definitivo na vida partidária, que era a
atividade em que Pedro Velho desejava vê-lo e precisava da
ajuda dos seus serviços. Assim, já em 1903 era indicado e eleito
Vice-Governador do Estado na companhia de Tavares de Lira,

então apontado para a Governadoria, e ambos eleitos quase unanimemente, e pouco tempo depois, em 1906, ainda não expirados os quatro anos de mandato da vice-governadoria, era eleito Deputado Federal, tendo como companheiros de bancada Alberto Maranhão, logo depois substituído por Lindolfo Câmara e mais Eloi de Sousa e Pereira Reis.

Na Câmara dos Deputados, sempre, e coerentemente, representando a sua tradicional corrente política, o Partido Republicano Federal, conservou-se, por sete legislaturas sucessivas, até ser mandado para o Senado Federal. Os seus companheiros da Câmara sempre tiveram na melhor conta a sua colaboração, e foi assim que o fizeram ora Membro da Mesa diretora, cargo sempre disputado pelas grandes bancadas, ora participante das Comissões de maior relêvo, quer fôsem as permanentes, quer as especiais, como a que teve por escopo examinar o projeto de Código Civil do Professor Clóvis Beviláqua, na qual teve a missão de relatar a parte referente ao instituto da posse, a respeito do qual exarou um excelente e erudito parecer. Também seu foi o parecer, mas aí já na Comissão de Justiça, referente ao problema do voto feminino, por Lamartine ardorosamente defendido, voto que reanimou e reacendeu a campanha que de há tempos vinha sendo feita no país, afinal vitoriosa primeiramente no Rio Grande do Norte em 1927, e depois de 1930, em todo o Brasil, quando as mulheres passaram a participar ativamente das justas políticas.

Não era apenas no seio das Comissões que o representante potiguar atuava com eficiência. Na tribuna da Câmara não foram poucas as vezes em que a sua palavra se fez ouvir para debater problemas da maior relevância, como é o caso do seu projeto de reorganização dos cursos jurídicos, o qual teve a maior e melhor repercussão quando apresentado, provocando até o aparecimento de um livro de análise de Aurelino Leal que o examinou nas suas várias disposições, querendo significar dêsse modo a importância da iniciativa do representante norte-riograndense.

Mas a atividade parlamentar de Juvenal Lamartine dirigiu-se principalmente no sentido da defesa dos problemas econômicos, notadamente os do Nordeste, que conhecia profundamente. Por êsse aspecto a sua campanha na Câmara foi incessante, tenaz e por vezes vitoriosa. De sua autoria, e por êsse relevantíssimo aspecto, há discursos, pareceres e projetos sem conta, alguns visando a casos específicos, como o do sal, o do algodão de fibra longa, o da criação das estações experimentais para o resguardo dessa fibra, inúmeros outros.

Também como Senador da República, cujo mandato exerceu por poucos anos, a ação de Juvenal Lamartine foi de constante vigilância na procura de solução para questões, sobretudo de ordem

econômica, interessando ao país e de modo particular ao Nordeste. Apaixonado pelo desenvolvimento da aviação brasileira, é de sua autoria a iniciativa legislativa, oferecida na nossa Câmara Alta, criando uma base aérea em Natal, outra em Fernando de Noronha.

Como disse, pouco tempo passou Lamartine no Senado Federal, pois os seus serviços e o seu vasto conhecimento de tudo quanto interessava ao Rio Grande do Norte foram reclamados pelos potiguares em pôsto de maiores responsabilidades — o governo do Estado, para que foi indicado em Convenção do seu Partido, o Partido Republicano Federal.

O programa administrativo de Juvenal Lamartine, ou antes a plataforma com que se apresentou aos sufrágios dos seus conterrâneos como candidato à eleição de Presidente do Estado, lida em banquete que lhe ofereceram os correligionários em Natal aos 9 de abril de 1927, foi um documento em que o seu autor se revelou um homem público inteiramente à altura da situação que disputava, demonstrando um perfeito conhecimento dos mais relevantes problemas a reclamarem solução na terra que iria governar.

O Rio Grande do Norte era, como ainda hoje, uma região pobre, mas com possibilidades de um melhor padrão de vida para a sua população, se aproveitados convenientemente alguns recursos que o seu solo contém e que, devida e racionalmente utilizados, poderiam e podem oferecer bem melhores condições de vitalidade econômica.

As vistas do candidato voltavam-se insistentemente para o campo da produção que era preciso e possível acrescer, se atendidos antes de mais nada três fatores essenciais: o homem, os transportes, o crédito.

«É do concurso dêsses fatores que necessitamos (foi escrito na plataforma), para que o nível da nossa produção cresça constantemente, acompanhando sempre a curva das necessidades, que o progresso e a civilização criam todos os dias para a humanidade, que se não resigna mais em estacionar um só instante no caminhar em busca de um aperfeiçoamento sempre inatingido. Nem todo homem, porém, é um fator de produção. Postos mesmos de parte os fisicamente incapazes, que são mantidos pela sociedade, há os débeis de saúde e os destituídos de conhecimentos práticos, que mal produzem para viver e que precisam ser transformados em fator de produção. É a tarefa mais pesada e mais delicada dos governos modernos. O revigoramento físico e mental de um povo é obra demorada de educação, para a qual a iniciativa privada deve

colaborar com a administração pública sobrelevando muitas vezes a esta nos resultados obtidos».

O futuro administrador via claramente na educação do homem o fator precípua a que era urgente atender para assegurar-lhe as energias produtoras, igualmente dependentes da defesa do seu vigor físico, a ser preservado por uma sábia política sanitária e pela luta contra a pobreza com a adoção de medidas que «conduzam a produção agrícola a atingir a um nível tão elevado que permita o conforto da habitação e da mesa a toda a população do Estado, desde o trabalhador urbano até o lavrador sertanejo».

Para atingir a tal objetivo prometia o candidato cuidar da utilização agrícola dos vales úmidos do litoral do Estado, até então em grande parte desaproveitados, cobertos de pantanaes, o que seria alcançado por uma série de medidas que iam desde a abertura de canais e a drenagem das águas estagnadas até o combate ao impaludismo e à verminose que tanto dizimavam e enfraqueciam as populações nesses vales instaladas. Não esquecia também os chamados vales secos que acompanham os rios Mossoró e Açu, cujas melhores terras ainda estavam desaproveitadas. Defendia a necessidade da delimitação das zonas de produção, para que a litorânea, preponderantemente agrícola, fôsse cercada, seguindo-se assim o exemplo de todos os Estados do Nordeste do Brasil, a começar da Bahia, nos quais foi destinada à lavoura a zona úmida do seu litoral, traçando-se um limite dentro do qual só seria permitida a criação em cercados, o que, afirmava Juvenal Lamartine, tem tornado possível aumentar a produção agrícola, valorizar as terras, baratear a vida e facilitar o saneamento rural dos vales baixos, «dependentes mais da cultura agrícola e conseqüente drenagem do solo do que mesmo da aplicação de medicamentos».

Os problemas do algodão, do sal, da cera de carnaúba, do açúcar, da pecuária, sobre os quais assentava naquela época toda a armadura econômica do Estado, eram detidamente examinados na plataforma, na qual se anunciava o propósito de fomentar o aparecimento de novas culturas, como as do café, do cacau, do fumo, existentes em outros Estados nordestinos.

O candidato insurgia-se contra a política de majoração dos impostos ou da criação de impostos novos, sugerindo a substituição gradual do imposto de exportação pelo territorial, por ele considerado mais equitativo por forçar a «divisão e o aproveitamento dos latifúndios abandonados por proprietários que não sabem ou não querem cultivar as suas terras».

A todas essas medidas visando ao fomento da produção e ao fortalecimento da economia potiguar, a plataforma presidencial ajuntava duas fundamentais — uma política de transportes que

fizesse ultimar a construção das estradas de ferro existentes e cortar todo o território do Estado de rodovias, e a de crédito agrícola, repousando êste principalmente na disseminação das caixas rurais e das cooperativas de venda e de produção.

Com essas providências e, acima de tudo, com um largo programa de combate aos efeitos da sêca, êste, pelo vulto das despesas que reclama a cargo principalmente do govêrno federal, confiava Juvenal Lamartine em que o Rio Grande do Norte seria, senão pròpriamente um Estado rico, pelo menos um Estado próspero e feliz.

Com êste amplo programa administrativo, e rodeado de auxiliares moços e brilhantes, como Adauto da Câmara, Cícero Aranha e Cristóvão Dantas, assumiu Juvenal Lamartine a Presidência do Estado em 1 de janeiro de 1928, e desde a hora primeira procurou pôr em execução quanto havia anunciado na sua plataforma. Não tardaram, porém, a surgir as inevitáveis dificuldades e também embaraços com que não podia contar. As dificuldades inevitáveis decorreram da escassez de chuvas, como ocorreu em 1928, e da ausência delas em 1930, o que tudo quer significar o entrave das sêcas com que é preciso contar periodicamente em todo o Nordeste, cuja economia por isso mesmo é sempre frágil e anêmica. Os embaraços vieram da grande agitação politica que, nos países presidencialistas da América do Sul, precede sempre às eleições para a chefia da Nação e que, no Brasil, de 1929 a 1930, tomou gravísimas proporções, esbarrando na deposição do Presidente da República e dos Governadores e Presidentes dos Estados e na instalação de uma ditadura que durou alguns anos. O governante norte-riograndense foi um dos atingidos pela borrasca, quando não havia chegado sequer ao fim do terceiro ano do seu mandato. Não obstante um periodo de govêrno tão reduzido, e enfrentando a calamidade das sêcas e a intensa agitação política, a justiça manda que se afirme que algo fêz e realizou em beneficio da terra, cujos destinos administrativos e politicos lhe haviam sido confiados pelo voto livre dos potiguares. Assim foi que, pagando embora e pontualmente os juros do empréstimo externo de 1910, não aumentando um único dos impostos cobrados pelo Estado, antes reduzindo o de exportação de 8% para 6% e isentando de qualquer taxação a exportação de determinados produtos, como frutas, cereais e legumes, reorganizou quase todos os serviços públicos, entre os quais os referentes à saúde, à educação, à segurança coletiva, voltando-se principalmente para os problemas de que depende a vitalidade econômica da população. Neste rumo cuidou desveladamente dos transportes, do crédito agrícola, da pecuária, da indústria do sal, do açúcar, do algodão, de não sei quantas outras coisas.

A despeito de tudo quanto de benéfico estava realizando a administração Juvenal Lamartine, foi este deposto pelo furacão revolucionário e deportado para a Europa, onde foi forçado a permanecer por alguns anos como exilado político.

Na Capital da República, como nos Estados da Federação, foram então instaladas comissões de sindicância incumbidas de apurar os crimes dos dirigentes apeiados das situações políticas e governamentais.

Os sindicantes designados para o Rio Grande do Norte tudo fizeram para que o governante ali deposto fôsse apontado como autor de qualquer crime ou deslize administrativo. A sua defesa, porém, por êle mesmo escrita, e enfeixada em volume de mais de 100 páginas, foi completa e cabal, e êle a encerrava com estas enérgicas palavras:

«Sempre confiei que Deus não permitiria que morresse sem ver destruído o acêrvo de misérias e calúnias levantadas contra mim. Hei de legar aos meus filhos um nome limpo, e demonstrar aos meus coestaduanos que não desmereci da confiança que sempre em mim depositaram.

O Rio Grande do Norte sempre me honrou com os mandatos mais importantes e me elevou à sua mais alta magistratura. Fiz o que em mim coube para corresponder a essa confiança. Se a míngua de talento e de cultura não me permitiu nivelar-me aos seus filhos mais ilustres, a consciência não me acusa de ter, uma só vez, faltado ao meu dever de homem público, nem de haver traído a confiança do meu partido.

Não desertarei da política, porque entendo que é um dever de todo brasileiro trabalhar pelo desenvolvimento de nossa nacionalidade, na medida de suas fôrças e na esfera de sua ação; mas nada pleiteio, nada quero nem desejo para mim: não tenho ambições outras que a de ver o Brasil grande, próspero e unido dentro da ordem legal».

Restauradas as franquias constitucionais, retornou ao seu Rio Grande do Norte, dedicando-se às fainas agrícolas e à pecuária, pelas quais tinha muito entusiasmo e às quais nunca deixara de estar ligado, mesmo nos periodos das mais intensas lutas políticas, fainas interrompidas apenas no período do exílio.

Ao mesmo tempo, ingressou ativamente no jornalismo, colaborando quase diáriamente no jornal *A Tribuna da Imprensa* de Natal, em cujas colunas encontram-se dezenas e dezenas de artigos de sua autoria, versando principalmente as questões interessando à história e à economia potiguares.

Na parte histórica são da maior valia os estudos que publicou sobre a vida dos que êle denominou de *patriarcas seridoenses*, isto é, figuras que exerceram no passado decisiva influência na vida social dos municípios da zona do Seridó e dêsse modo deram rumos e traços firmes a sua evolução, tais como o Padre Brito Guerra, Senador do Império, José Bernardo, Senador à Primeira Constituinte Republicana, Tomás de Araújo, Primeiro Presidente da Província do Rio Grande do Norte, e muitíssimos outros.

Nessa mesma direção histórica, estudou a vida de alguns municípios do Estado, como Caicó, Acari, Serra Negra, Canguardama, Jucurutu, alguns outros.

O seu forte, porém, como tenho assinalado desde o comêço, era a economia, sobretudo a economia nordestina, a respeito da qual são sem número os trabalhos por êle publicados nas colunas da *Tribuna da Imprensa*. Pode ser dito com verdade que sob êsse aspecto nada escapou ao exame dêsse apaixonado pelas coisas do seu rincão.

Quando se fala em Nordeste no Brasil a primeira idéia que nos aparece ao espírito é a das suas sêcas periódicas, que se tem procurado combater quase sempre pela engenharia, encarando-se de preferência os aspectos técnicos do problema. É um êrro que Juvenal Lamartine apontou, porque o problema «é também social, político, econômico e sobretudo humano».

Depois no Nordeste não há só o caso das sêcas a atender. Há outros, muitos dos quais o nosso biografado enumerou, num exato conhecimento das condições regionais e nesta perfeita síntese os remédios a oferecer:

«1.º Intensificar a açudagem, contruindo grandes barragens tanto para a irrigação de grandes extensões das terras marginais ao leito dos rios e a juzante das barragens, como para a produção de energia elétrica.

2.º) Facilitar a construção dos açudes médios requeridos por particulares para serem feitos em cooperação com o D.N.O.C.S. que necessita de uma boa equipe de técnicos para o estudo, projeto e fiscalização dos mesmos.

3.º) Construir o D.N.O.C.S. diretamente, ou auxiliar com 50% do orçamento, as barragens submersíveis transversais aos cursos d'água, e facilitar os empréstimos à pequena açudagem.

4.º) Intensificar a perfuração de poços, na distância máxima de 6 quilômetros de um para o outro, nos chapadões de alguns Estados do Nordeste, dotando-os de motores ou de moinhos, e cobrando uma taxa módica dos que se utilizarem d'água para a

conservação dos moinhos ou motores, comprar óleo combustível e lubrificante e pagar a um zelador.

5.º) Sanear, em cooperação com o respectivo Estado, os vales úmidos do litoral marítimo, desapropriando as terras beneficiadas, loteá-las e vendê-las ou arrendá-las a trabalhadores nacionais e a algumas famílias estrangeiras, com a obrigação de conservar os canais de dessecamento e cultivá-las.

6.º) Estudar um plano rodoviário da região nordestina, de modo a ligar, entre si, produtores e centros mais populosos, e orientando as estradas-troncos para os portos do litoral.

7.º) Pleitear junto ao Governo da União o melhoramento dos portos do Nordeste, por meio de uma operação de crédito, garantido pela renda do imposto de consumo cobrado sobre o sal e subvencionar uma companhia de navegação que se comprometa a construir ou a adquirir navios de pouco calado para o acesso aos portos de pequena profundidade.

8.º) Que seja instalado, com a possível urgência, em um dos Estados do Nordeste, um Instituto Agrônômico, nos moldes do de Campinas, de São Paulo, para o estudo das plantas cultivadas na região, especialmente o algodão, a fim de conservar e melhorar as qualidades e percentagem de sua fibra, combater suas pragas e aumentar sua produção por área.

9.º) Fundar o crédito agrícola a juros módicos, com base no cooperativismo e estabelecer o preço mínimo do algodão, e a obrigatoriedade da classificação oficial.

10) Facilitar ao agricultor a aquisição de máquinas para a lavoura e beneficiamento dos seus produtos, assim como de inseticidas a preços módicos e pagamento parcelado.

11) Criar pequenos parques florestais na proximidade dos grandes açudes, e a obrigatoriedade, para as Estradas de Ferro, de plantarem, ao longo de suas linhas, árvores que se prestem à produção de dormentes e linhas.

12) Criar postos de monta e de inseminação artificial em várias zonas do Nordeste, a fim de melhorar a pecuária, montando laboratórios de análise animal para o estudo e combate das epizootias animais.

13) Conseguir, do Ministério da Agricultura, o levantamento geológico do Nordeste, para a avaliação e exploração de suas jazidas minerais, com a fundação, nas capitais dos Estados mais ricos em minério, de laboratórios de análise.

14) Concessão de favores a pessoas físicas ou companhias que se propuserem fundar, no Nordeste, um estabelecimento para

a industrialização do abundante pescado de nossa costa marítima.

15) Intervenção junto à Companhia do São Francisco para levar os cabos de energia elétrica da Cachoeira de Paulo Afonso na direção do norte até o extremo de suas possibilidades.

16) Decidido apoio ao projeto da criação do Banco do Nordeste».

Pelo que fica exposto, verifica-se quanto Juvenal Lamartine viveu identificado com o seu Nordeste, cujas necessidades econômicas conhecia profundamente, para elas procurando sempre as soluções mais objetivas e adequadas.

Cumpre, porém, ressaltar que, homem de cultura geral, não limitava as suas preocupações ao aspecto do desenvolvimento material da sua região. Desdobrava-se em ação e movimento por múltiplos outros setores.

Nunca esqueceu o dever de interferir na vida política do Estado, e eis que, mal retornando do exílio, ingressou nas pelejas partidárias, embora não visando a qualquer situação para a sua pessoa. Foi um dos organizadores da União Democrática Nacional, seção norte-riograndense, cuja presidência de honra ocupou até o seu falecimento, ocorrido em Natal aos 18 de abril de 1956.

Não houve instituição de utilidade coletiva em sua terra que não contasse com a sua participação, sendo que algumas foram criações de sua iniciativa, como é o caso do Aero-Clube do Rio Grande do Norte, por ele fundado e de que foi Presidente, sendo de acrescentar que no Nordeste revelou-se incontestavelmente o pioneiro da aviação civil.

Pertenceu ao Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, em cuja Revista colaborou com excelentes trabalhos. Foi um dos animadores da Liga do Ensino que em Natal fundou e manteve a famosa Escola Doméstica. Presidiu o Rotary Club de Natal e a Academia Norte-Riograndense de Letras, pondo o seu idealismo e a sua cultura a serviço constante de todas essas beneméritas instituições.

Apesar da multiplicidade de suas atividades no campo do interesse coletivo, não esquecia os seus deveres para com a educação dos seus descendentes, por cuja formação moral e intelectual pelejou incessantemente.

Dessa nobre preocupação com o futuro da família dá bem uma idéia o decálogo que deixou para orientação de filhos e netos, escrito aos 80 anos de idade, ao pressentir que o termo natural da vida não estava distante.

El-lo:

«Aos meus filhos e netos recomendo que observem com o possível rigor o seguinte decálogo:

1.º) que façam uma seleção rigorosa das pessoas com quem convivem ou sejam forçados a conviver, a fim de que possam escolher, com segurança, os seus amigos mais íntimos e merecedores de sua confiança. Uma vez fixada a escolha dos amigos, procurar cultivar, com o máximo cuidado, essa amizade, porque não há, desta vida, bem mais precioso do que os de um bom e verdadeiro amigo;

2.º) nunca procurar intimidades com pessoas de conduta duvidosa, nem permitir liberdade com quem ainda não se tem conhecimento seguro de seu caráter;

3.º) não se meter em negócios escusos, atraídos por promessas de grandes vantagens, nem entabolar negociações de caráter econômico com indivíduos aventureiros;

4.º) não se deixar dominar por nenhum vício, sobretudo dos que degradam as pessoas que a eles se escravizam, como o alcoolismo, o jôgo, etc.;

5.º) devem ser intransigentes com suas convicções, mas tolerantes com as crenças alheias, quer sejam políticas, quer sejam religiosas;

6.º) não façam apreciações apressadas sôbre a conduta e procedimento de pessoa alguma, antes de terem o conhecimento seguro da verdade dos fatos, nem usem, em hipótese alguma, palavras desrespeitosas quanto ao procedimento ou conduta da família de qualquer pessoa, mesmo que essa pessoa seja uma inimiga declarada;

7.º) procurem educar os seus filhos e pessoas que estiverem sob sua guarda nos mais severos princípios da moral cristã, ensinando-lhes, ao mesmo tempo, a conquistar o seu pão com o suor do seu rosto, pois o trabalho, mesmo o mais humilde, dignifica e enobrece a criatura humana;

8.º) nunca façam promessas levianas ou difíceis de serem cumpridas, mas, uma vez empenhada a palavra, devem fazer todo o esforço para cumpri-la;

9.º) sejam fiéis a qualquer compromisso tomado em política, mas procurem sempre se excusar de qualquer direção política, enquanto no Brasil a política não tomar

um rumo elevado e honesto da verdadeira arte de promover o bem do povo;

10) manter e estreitar as relações de amizade e de confiança entre os membros da família, sobretudo entre os irmãos, esforçando-se para resolverem qualquer divergência num ambiente de compreensão e de estima recíproca».

Aí ficam os traços principais da vida de Juvenal Lamartine, o homem e o cidadão, o chefe de família e o político.

Com êle convivi muito de perto durante mais de meio século, acompanhando-o em lutas políticas, por vezes bem ásperas, e em campanhas sociais. Encontrei-o sempre na linha da frente, pelejando por idéias e realizações que entendia serem do interesse de sua terra e capazes de conduzi-la a dias de mais acentuado progresso. Estou, assim, em condições de poder aquilatar do seu espírito público e da sua constante preocupação de servir ao bem coletivo.

Não há exagêro em afirmar que, entre os dirigentes com que o Rio Grande do Norte contou na sua trajetória política na vigência da chamada República Velha ou Primeira República, nenhum a êle sobrepujava no conhecimento dos problemas vitais da região e na procura de soluções por êles reclamadas, na ânsia de ver a gente nordestina cada vez menos sofredora e a participar de um melhor quinhão de bem estar no seio da família brasileira.

HELIO LOBO

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Filho do casal Fernando Lôbo — Maria Barroso, nascido em Juiz de Fora, aos 17 de outubro de 1883, madrugou Hêlio Lôbo nos estudos e anseios de divulgar em letra de fôrma as suas idéias.

Ao deixar a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, com o diploma de bacharel e os aplausos dos colegas, que o escolheram para orador da turma, levou aos prelos o livro de estréia: — *Sabres e Togas* — para sugerir a supressão dos tribunais militares.

O exemplo paterno, do íntegro varão plutarquiano, que mantivera conceituado escritório de advocacia, do qual o afastou a política, geradora de aborrecimentos e prejuízos sem conta, levou-o a colaborar na *Revista Forense*, de Belo Horizonte e *Gazeta Jurídica*, de São Paulo, em que se recomendava como jurista.

Mas, entre tantos rumos que poderia preferir, com êxito, afigurou-se-lhe afeição às aspirações e pendores naturais a diplomacia.

Era ao tempo em que o Barão do Rio Branco, depois de superar as prevenções contra o Visconde de Cabo Frio, dirigente do Itamarati, anuía em chefiar o Ministério das Relações Exteriores, por moldes renovadores.

Formou, a propósito, a sua turma de colaboradores, recrutados entre os jovens, da classe de Leão Veloso, Araújo Jorge e tantos outros, que não tardaram em honrar a escolha do mestre insigne.

Entre os primeiros, logo se estremou Hêlio Lôbo, com quem se aprazia o Chanceler em disreterear mais tarde a respeito de assuntos históricos atinentes à política platina.

Logo que se lhe ensejou oportunidade, afastou-o dos trabalhos de rotina, para servir de auxiliar no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano e no Brasileiro-Boliviano.

Neste, decorrente do Tratado de Petrópolis, caberia a Presidência ao Núncio Apostólico, Monsenhor Júlio Tonti, Arcebispo

de Ancira. À reunião inaugural, a 20 de maio de 1905, seguiu-se a inscrição dos primeiros reclamantes, de que não tomou conhecimento o árbitro nomeado, Dr. Carlos Augusto de Carvalho, cujo falecimento causou a sua substituição pelo Dr. Gastão da Cunha.

Antes que proferisse alguma sentença definitiva, pretendeu o árbitro boliviano, Dr. Carlos V. Romero, modificar-lhe o regulamento e como lhe contrariasse a argumentação o representante brasileiro, dissolveu-se o Tribunal, inoperante, ao fim do prazo predefinido.

Quando se reabriu, a 3 de novembro de 1908, após demorados entendimentos diplomáticos, ao novo Núncio Apostólico, Monseñor Alexandre Bavona, competiria dirigir os trabalhos.

Em vez do Dr. Gastão da Cunha, incumbido de missão no Paraguai, atuaria o Dr. Ubaldo do Amaral, seu substituto.

Advogado dos interesses do Brasil, continuaria a ser o Doutor Heráclito Graça, e secretários, os Drs. J.P. Graça Aranha e Eduardo Otto Theiler.

Aos auxiliares da fase anterior, Eugênio Ferraz de Abreu, Gregório Pecegueiro do Amaral, juntaram-se os novos, Pedro Leão Veloso Neto e Hélio Lôbo, Carlos Carlton Coelho Cintra e Paulo Hasslocher.

Por trabalhosos doze meses, empenharam-se em deslindar as cem reclamações, que envolviam pontos complexos de direito internacional.

E, assim, ao considerar-lhe encerrada a missão, declarou Monseñor Alexandre Bavona, seu Presidente: «Modesta es la obra que ha llevado a termino el Tribunal brasileño — boliviano; mas, al poner fin a su empeño, tiene la satisfacion de haber estrechado el vinculo de fraternidad entre los pueblos a quienes la Providencia reserva los mas altos destinos. El Tribunal, afirmando el principio de arbitraje; señala un nuevo paso hacia la meta a que aspira la humanidad, y contribuye a vigorizar la esperanza de que no está lejano el dia en que cesará la lucha de esterminio que aflige la sociedad humana».

E desta maneira, «no seu longo rosário de vitórias arbitradas, o Brasil contava mais uma, de suma relevância», concluiu Hélio Lôbo, ao assinalar as atividades do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano (1910).

Elogiada no país, a obra também o foi na Bélgica, onde Oliveira Lima a apresentou, para fundamentar a sua proposta de inclusão do autor entre os membros do Instituto de Direito Comparado.

A decisão favorável serviu de argumento à Comissão de História, para endossar a indicação que lhe promoveu a admissão.

Relator, Antônio Jansen do Paço, em parecer de 26 de maio de 1912, referiu-se ao julgamento dos seus méritos por associação especializada de Bruxelas, que os enalteceu, antecipando-se ao pronunciamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Acentuada a especial valia da contribuição, na qual se estoimparam os seus conhecimentos de jurista, como igualmente dos capítulos, já publicados na imprensa, da «Diplomacia Imperial no Rio da Prata», o plenário elegeu-o a 6 de julho seguinte.

Eram escritos que evidenciavam a sua intimidade crescente com as questões internacionais, de que lhe derivou a transferência para o Corpo Diplomático, em 1914, na classe de primeiro Secretário.

Antes, participara de várias comissões relevantes, mercê das quais acompanhou o Ministro Lauro Müller em sua viagem oficial aos Estados Unidos.

Começou, nesse lance, a conhecer a República do Norte, a que dedicaria mais de um ensaio.

«De Monroe a Rio Branco», de título expressivo, vindo a lume em 1912, expõe capítulos da diplomacia americana, desde quando, na era da Independência, a famosa mensagem presidencial, ao definir os princípios reguladores da política internacional do Novo Continente, refletia anseios dos estadistas do Império e das Repúblicas vizinhas, acordes nas mesmas aspirações defensivas contra possíveis tentativas recolonizadoras.

Decorrido breve prazo, entregou aos prelos *Brasil, Terra Chára*, designação da conferência proferida na Biblioteca Nacional, a 12 de dezembro de 1912, mas acompanhada de duas contribuições referentes a temas americanos.

Nessa oportunidade, não silenciou a respeito de Rio Branco, à luz de cujos conhecimentos se desabrochava a sua incógnita vocação diplomática.

«Pela paz da América fêz como ninguém nos pleitos arbitrais, em que venceu, e nos tratados de arbitramento que firmou, e foram trinta, alcançando assim ao mais alto ponto a beleza do princípio; na política de harmonia panamericana, que instituiu, pelo intermédio dos congressos de paz e consolidação jurídica internacional; na ação profícua, que levou a têrmo em Washington e na Haia, com o auxílio dêsses dois nomes culminantes, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa; no fechamento de nossas linhas extremas, nas concessões da lagoa Mirim, nos votos de paz, nos benefícios da ordem, nos proveitos da tranqüilidade exterior prolongada e fecunda».

Tinha conhecimento pessoal das iniciativas do imortal Chancellor, cujo elogio sintetizou em frases precisas, que mal lhe dissimulavam a admiração causada por estimulador convívio, à sombra do Itamarati.

Por laborioso quadriênio, interrompeu as suas ocupações preferidas, ao servir de Secretário da Presidência da República, em grave período da vida nacional, perturbada pela convulsão européia.

Não obstante, ainda teve ensejo de publicar *Antes da Guerra* (1914), em que relembrou as ocorrências relativas à «Missão Saraiva ou os preliminares do Conflito com o Paraguai».

À guisa de explicação, declarou: «a história diplomática do Brasil, quase toda nas margens do Prata, está ainda por fazer *Antes da Guerra* procura escrevê-la, inspirando-se em documentos da mais alta relevância.

São os preliminares de uma quadra amarga, os dêste livro. Muitos dêles surgem pela primeira vez dos arquivos».

«Parece que prova alguma coisa. E, por isso, talvez o esforço aqui iniciado não se descontinue, completando algum dia um depoimento que bem merece a atenção da gente ledora brasileira».

Abundantemente documentada, a contribuição que estudou a atuação de Saraiva no Uruguai, até a apresentação de famoso ultimatum, seria acompanhada de outra. *As Portas da Guerra* (Do ultimatum Saraiva ao convênio de 20 de fevereiro de 1865).

Entre ambas, porém, que se referiam ao cenário platino, onde já se esboçavam as sombras da tragédia desencadeada pela megalomania estonteante de Solano Lopez, as inspirações funcionais desviaram-lhe a atenção para tema de maior urgência, embebido de idealismo pacifista.

O *Brasil e seus princípios de neutralidade* (1914) resumiu-lhe o procedimento em face dos beligerantes, desde 1859, quando lutaram a França e a Grã Bretanha, de um lado, e a Rússia do outro.

A casos concretos, aplicaram-se os princípios que norteavam a política imperial, de que não divergiu a republicana.

Mas, ultimado o quadriênio de Venceslau Brás, que o levara a operar no Catete, voltou aos seus afazeres profissionais, que lhe permitiram atender melhormente aos projetos ideados.

Cônsul Geral em Londres, em 1920, logo se transferiu para New York, que lhe franqueou condições propícias para observações perspicazes.

Em *Coisas Diplomáticas* (1918) debuxara o quadro de *Uma Amizade tradicional*, cujos fundamentos iria ampliar em *Coisas Americanas e Brasileiras* (1923), de primeiras impressões causa-

das pelo ambiente norte-americano, em que se devotaria com entusiasmo à «obra de aproximação entre êste país e o meu».

«O que vai ser essa obra, política, comercial, econômicamente, acrescentou, mal aquilatamos, tal sua magnitude. Que fique êste livro como uma contribuição modesta de quem, crente nela, nos benefícios que trará às duas nações, no bem que vai ser para o continente e até a humanidade, lhe tem consagrado não poucos de seus obscuros esforços».

Variados, os temas que explanou, baseado em pesquisas cuidadosas, como: «New York, metrópole mundial», «Prêtos e Brancos», a «Imigração em 1920», a «Lei de restrição imigratória, também chamada dos 3%», «Agricultura e Política Agrária» e tantos outros de correspondente importância, que se completam, na segunda parte, com os mais ligados aos interesses brasileiros, «Café», «Cacau» e outros produtos de exportação, a que também se aliaram reflexões de maior amplitude, como o «Brasil e a democracia no Novo Mundo», em que responde afirmativamente à dúvida pessimista de James Bryce, que indagava «se merecem os filhos a terra que lhes tocou, em face da prodigiosa natureza do Brasil».

Aliás, não perdia ensejo de realçar os traços característicos da nacionalidade gerada pelo gênio português, na era gloriosa dos descobrimentos marítimos, e desabrochada ao sol dos trópicos.

Em todos os seus trabalhos, fôssem de historiador, que lhe fundamentaram admirável nomeada entre os confrades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e na Universidade de Buenos Aires, onde evocou os vultos imortais de San Martin e Belgrano, ou de qualquer outro gênero, jamais se deslembriaria das sugestões da sua gente.

Ainda no Rio da Prata, a Universidade de Montevidéu aplaudiu-o em «Uruguai e Brasil», em a «América e a Guerra» (1918), que se lhe mantinha nas cogitações.

Mais incisivamente percorreu, na A.C.M., acêrca da «Defesa da nacionalidade na história colonial do Brasil», antes de ir propagar-lhe os ideais em terras distantes, perante a Pensylvania University, Philadelphia, U. S.A., onde tratou de «O Brasil e a Democracia no Novo Mundo» (1921), e «Yale University, New Haven, U.S.A., a que reservou «O Brasil, seus recursos econômicos, seu futuro» (1922).

Os problemas que lhe exigiam a atenção no Consulado e os estudos na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Colômbia (1922-1925), aguçaram-lhe os dons de economista, manejador arguto de estatísticas, interpretadas a preceito.

A partir dessa época, patenteia-se-lhe a intensificação da análise de assuntos práticos, traduzíveis em números, embora sem desprezar os temas gerais, como em «Coisas Americanas e Brasileiras».

Em «A Passo de Gigante» (1925), considerou expressivos aspectos da evolução norte-americana, que mais lhe despertaram comentários sagazes.

Confessaria, de entrada: «a passo de gigante é a marcha do povo americano».

Não se deslumbrava, todavia, por tudo quanto visse, nem ocultava as falhas existentes.

A análise interpretativa abrangeu:

«Os Estados Unidos da América, alguns de seus tropeços passados e de seus problemas atuais. O aspecto político: democracia ou plutocracia? — A questão social: reforma ou revolução? — A marcha econômica: cooperação internacional ou imperialismo? A limitação dos armamentos: competição armada ou preponderância comercial? A proibição do álcool: verdade ou hipocrisia?»

Não dissimulou os propósitos que levava em mira, «de divulgar no meu país as coisas dêste e, do mesmo passo, trabalhar assim para benefício nosso, onde a lição nos aproveite, como para vantagem recíproca, onde a política de aproximação, já hoje tradicional entre as duas repúblicas, possa encontrar novos motivos de aproximação».

Para tanto, inaugurou a cadeira de Português, de que foi o primeiro professor, em Princeton University.

Freqüentes vêzes, porém, maior relêvo imprime aos assuntos nacionais do que aos norte-americanos, como ao recordar episódios da «Quarta Conferência Internacional Americana».

Participara da 4ª, de 1910, da de Versalhes, onde foi Secretário-Geral da Delegação Brasileira, mas fôra a Quinta, de Santiago, em 1923, que lhe sublimara a convicção de dignidade da diplomacia brasileira, e de seu idealismo, personificado em Afrânio de Melo Franco.

«Cheias estavam as galerias, cheio estava o recinto, cheias tôdas as entradas», quando o delegado proferiu as primeiras palavras, que lhe conquistaram a simpatia dos ouvintes.

«Sob o ponto de vista moral tôda a nossa história tem sido sempre um hino à igualdade de soberania das demais nações».

Para ampliação do conceito, assegurou que povoam o Brasil «montanheses e lavradores, entregues tranqüilamente ao seu trabalho pacífico, querendo, simplesmente, viver e prosperar dentro

do seu próprio território, rejubilando-se com a felicidade e progresso dos povos vizinhos, sob a égide protetora da mesma lei igualitária e soberana, que estende pelos quatro pontos cardiais do nosso país uma garantia uniforme a nacionais e estrangeiros, inspirada unicamente nos mesmos sentimentos de fraternidade e de justiça».

Tornando, porém, aos assuntos norte-americanos, explana-os com segurança e conhecimento de raiz, como igualmente sucederia em «Brasileiros e Yankees» (1926).

Antes que pudesse empreender novas investigações, reviu o Uruguai, com as responsabilidades de Ministro Plenipotenciário, que registou as suas impressões em «A Democracia Uruguia» (1928) e «A Guerra da Cisplatina e a Convenção de 1828».

Não se demoraria em Montevideu, onde o foi buscar o Itamarati para organizar os «Serviços Econômicos e Comerciais».

«Lembrei-me de recorrer a Vossa Excelência, dizia-lhe o Ministro, confiando-lhe esta importante comissão.

A própria escolha de Vossa Excelência exprime o alcance que pretendo dar ao serviço».

Por essa ocasião, tratou de «As tarifas estrangeiras e a política comercial do Brasil», e do «Cantor que venceu as Sereias», no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Eram temas que exigiam diversa competência especializada, de economista, no primeiro caso, e de conhecedor da literatura, no outro, proclamado pela sua eleição, a 6 de junho de 1918, para a Academia Brasileira de Letras, onde lhe coube a cadeira de que é patrono Francisco Otaviano, a quem dedicou a sua conferência.

Mas, à tarefa principal consagrou-se esforçadamente, como evidencia a sua Exposição de 31 de dezembro de 1928 ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, a quem explicou o programa e os trabalhos já realizados.

«Sempre pensei, e agora mais do que nunca, que nossa ação tem que ir de dentro para fora, em vez do contrário, como vem sucedendo, isto é, industrializar a produção para podermos cuidar, então, com maior segurança, dos mercados externos».

De suas iniciativas e sugestões, valeu-se o Ministro Otávio Mangabeira para firmar circulares, desde a primeira, em que tornou público o trabalho ideado, não para «fazer reforma, mas melhorar, dentro dos atuais quadros de pessoal e despesa, os serviços existentes, por meio de uma ligação mais prática entre seus órgãos, os outros ministérios e repartições federais, os governos estaduais e as associações de produção e exportação do nosso país».

Dai resultou a «Coordenação dos Serviços Econômicos e Comerciais», cuja primeira publicação acompanhada de «Anexos» esclarecedores, comprovou a amplitude dos seus objetivos.

Para justificativa das diretrizes adotadas, várias conferências proferiu o seu organizador aqui, ali, acolá:

«Cooperar para resolver» — no Clube Rotário do Rio de Janeiro, a 24-1-1929.

«A ação dos Estados e o Ministério das Relações Exteriores» na Universidade de Minas Gerais, a 24-4 de 1929.

«As tarifas estrangeiras e a política comercial do Brasil» — na Associação Comercial de S. Paulo, a 25-6 de 1929.

«Estrutura Econômica e Posição Internacional, no Centro Industrial do Brasil» — 19-11-1929.

«Conclusão», na Associação Comercial do Rio de Janeiro e Federação das Associações Comerciais do Brasil — 18-12-1929.

Ultimada, com pleno êxito, a incumbência da implantação do novo órgão, cujas atividades normais não exigiam a sua presença, coube a Hêlio Lôbo a nomeação de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em Haia (1930).

Aí se achava, entre «Tulipas e Canais», como lembraria à Academia Brasileira de Letras, em 1933, quando rompeu a «Revolução Constitucionalista de São Paulo».

Naturalmente, chegar-lhe-iam, de longe, as notícias dos combates e bombardeios, que enlutavam a gente paulista, a quem se afeiçoara por elos culturais e afetivos.

Por seu gosto, desejaria intervir, para fazer cessar a luta fratricida.

Não podendo apaziguar, também não contribuiria para exacerbá-la, como julgou sucederia se providenciasse a remessa de armamento, solicitado pelo Governo Federal.

Contra sua consciência, não iria tomar medida alguma, embora incorresse no ódio e vingança dos seus superiores hierárquicos.

Comunicada a sua decisão inabalável, não lhe tardou o afastamento da diplomacia, pela disponibilidade não remunerada, que mal dissimulava a demissão, vedada pelas garantias constitucionais.

E assim o Brasil privou-se da cooperação de prestigioso e eficiente plenipotenciário, que, lembrado de suas cogitações prediletas, ainda levaria a lume, *No limiar da Ásia* (U. R. S. S.) 1935, o *Panamericanismo e o Brasil*, 1939, *O Domínio do Canadá*, (ensaio de interpretação, 1942).

Como, porém, a obra literária não lhe proporcionasse meios de subsistência, aceitou a incumbência de empreender «estudo geral expositivo» de grandiosa empresa portuária, que recordasse as «suas origens, lutas e realizações».

Seduziu-o, de princípio, a circunstância que acentuou «os planos, a organização, o dinheiro, a direção técnica e administrativa, tudo em Santos é brasileiro», motivo sobejo para lhe excitar o entusiasmo.

Em janeiro de 1933, iniciou as investigações a que se habituara, só rematadas em dezembro de 35, quando entregou aos prelos o volume *Docas de Santos*, de 695 páginas, abundantemente documentado.

Quem desejar conhecer as várias fases da labuta perseverante, que transformou o pôrto mal afamado pela febre amarela, da época do contrato, de 20 de julho de 1888, em cidade saneada e progressista, de que justamente se orgulha São Paulo, não poderá prescindir de consulta à obra elaborada pelo historiador e economista, a quem não faltou ensejo de discutir os problemas rompentes a cada passo.

«São questões ásperas, acentuou, polêmicas incandescentes, campanhas ruidosas, algumas dêste livro. Viveu a Companhia em luta, em luta cresceu. Coisas do passado, sobre elas pode-se hoje discorrer sem paixão».

Também a Revolução Paulista era um episódio memorável, que, embora vencida pelas armas, determinaria a constitucionalização do país, e anistia decorrente.

A medida, porém, só parcialmente beneficiou o ex-Plenipotenciário, convocado, apenas, a atuar como técnico experiente, como era, nas sessões 28 e 29 da Conferência Internacional do Trabalho em Genebra (1938/1939), no Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho (1938/1940), e algumas de correspondente classe.

A reparação, que a justiça aconselhava, ainda aguardou a iniciativa de Vicente Ráo, que a promoveu, quando Ministro das Relações Exteriores, para o elevar à classe de embaixador.

Todavia, a atividade literária ainda o atraía para as cogitações, que lhe abrasaram o entusiasmo da mocidade, embebida de Eça de Queirós, que lhe moldaria o espírito à feição de ceti-

cismo, não fôra a convivência com o imortal Chanceler e de G. d'Annunzio, cuja leitura de *Il Fuco* o deixou febril.

Evocaria, então, além de outros, *Manuel de Araújo Pôrto Alegre o patriota esquecido* (1937) e *Um Varão da República* — *Fernando Lôbo*.

A imparcialidade do escritor não se atenuou ao considerar o vulto paterno, que adquirira o primado entre os parceiros da propaganda republicana, e vantajoso renome de advogado em Juiz de Fora, onde organizara o seu lar edificante.

Requisitada a sua colaboração pelo Marechal Floriano, chegou a acumular três pastas, com a remuneração apenas de uma, que mal lhe daria para a manutenção da família crescente.

Senador federal, em seguida, renunciou, quando, candidato à vice-presidência da República, pela oposição, a derrota prevista ocorreu também no seu Estado.

Não houve apêlo dos conterrâneos, a que atendesse, em justificativa do desacato ao seu prestígio eleitoral.

Desistiu do mandato, mas se engrandeceu perante os contemporâneos com o exemplo de desprendimento e altivez.

A politica servira apenas para lhe consumir as economias da banca de advocacia, a que tornou, ainda em Juiz de Fora.

Em breve, escolhido para Diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, nobilitou-o com parceiros de igual naipe, até 1912, quando se demitiu.

«Deve-lhe o Estado uma reparação, comunicou-lhe Venceslau Brás, ao assumir a Presidência da República, e como mineiro, é a que no momento rogo aceitar».

Nomeado, então, diretor comercial do Banco do Brasil, cuidou-lhe esmeradamente dos interesses, mais do que dos próprios, até sucumbir, a 20 de fevereiro de 1918, legando aos pósteros admirável exemplo de inflexível dignidade.

Ao traçar-lhe a biografia, Hêlio Lôbo se esforçou por silenciar quanto possível o sentimento filial, para que apenas tivessem realce as qualidades públicas do estadista, patriota isento de ambições, que soube cumprir, no govêrno, os princípios que exaltara como propagandista republicano.

Os ensinamentos paternos, de que se recheia o livro bem documentado, guiariam o autor em sua fecunda trajetória pela diplomacia e em outros domínios, como atestam as suas iniciativas e atos louváveis.

Quando se lhe esqueçam, todavia, as contribuições para o engrandecimento do país, bastam as obras publicadas, para atesta-

rem a lucidez da sua inteligência, a cultura que desenvolveu, juridico-literária, a capacidade rara de trabalho, a serviço do Brasil.

E, mais ainda, a integridade do caráter, legado paterno, que aprimorou, como provam lances expressivos de sua vida exemplar. embebida de bondade e sentimentos generosos, que lhe garantiram justificado prestígio por onde o levou o destino, e a amizade dos que mais de perto o conheceram e prezaram.

O PARLAMENTARISMO NO BRASIL

HELIO VIANNA

Desvanecida está qualquer possibilidade de voltar à discussão, nesta agonizante legislatura, a questão da reforma constitucional tendente à introdução de normas parlamentaristas em nosso sistema político. O assunto tem cabimento, entretanto, nas definições de princípios dos candidatos ao próximo pleito. Ninguém ignora que muitos, notadamente dentre os que se apresentam à reeleição, já se declararam parlamentaristas, mantendo-se, outros, fiéis ao presidencialismo federalista, seja este o mais rigoroso e ortodoxo, da chamada República Velha e da Constituição de 1891, ou o mais atenuado e vigente, da Carta de 1946.

Oportuno será, portanto, que se relembre como surgiu e evoluiu o parlamentarismo que sob o Império tivemos no Brasil, a fim de que se possa fazer idéia da dificuldade de seu restabelecimento em nosso país, embora moldado em novos aspectos. É o que faremos numa série de dois artigos, em que aproveitamos exposições feitas em nossas aulas de História do Brasil, dadas na Faculdade Nacional de Filosofia.

O PODER MODERADOR

Sabe-se que o quarto poder constitucional acrescentado aos três clássicos, de Montesquieu, o Moderador, uma idéia de Cher-mont Tonnerre, embora inútilmente apresentada em nossa primeira Assembléia Constituinte, a de 1823, sòmente conseguiu ser incluída na Constituição imperial outorgada no ano seguinte graças ao interesse manifestado por Dom Pedro I.

Todo o Capítulo I do Título V da Carta elaborada por nosso primeiro Conselho de Estado era-lhe dedicado, e reproduz, em grande parte, vários parágrafos do capítulo das «prerrogativas reais» do «Esbôço de Constituição», pelo divulgador daquele acréscimo, o suíço-francês Benjamin Constant apresentado em seu *Cours de Politique Constitutionnelle*.

De acôrdo com o art. 98 da Constituição de 1824, o Poder Moderador seria «a chave de nossa organização política», sendo

delegado privativamente ao imperador, «como chefe supremo da Nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos».

Conforme o art. 101, o imperador exerceria êsse poder: a) nomeando os senadores; b) convocando a Assembléia Geral; c) sancionando os seus decretos e resoluções; d) aprovando e suspendendo resoluções dos Conselhos Provinciais (depois de 1834 Assembléias Legislativas); e) prorrogando e adiando a Assembléia Geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados; f) nomeando e demittindo livremente os ministros de Estado; g) suspendendo os magistrados; h) perdoando e moderando penas impostas; i) concedendo anistia.

No Capítulo II e art. 102, é dito que o imperador era também o chefe do Poder Executivo, mas que o exercitava por intermédio dos ministros de Estado.

NO PRIMEIRO REINADO

Quando se estuda a política interna do Primeiro Reinado, vê-se como D. Pedro I, pessoalmente não preparado para as funções de imperador constitucional, foi entrando em choque com a oposição progressivamente formada na Câmara dos Deputados, até chegar à crise de 1830-1831. Não a dissolveu, porém, nem a adiou nenhuma vez, como estava em suas atribuições, certamente lembrado do mau efeito da dissolução da Assembléia Constituinte, em 1823. Contava aliás com o apoio do Conselho de Estado e do Senado, por êle totalmente composto, em ambos preferindo escolher seus ministros.

Apesar do principal motivo da abdicação do primeiro imperador ter sido a sua preocupação com a situação de Portugal, onde o trono de sua filha havia sido usurpado por seu irmão D. Miguel, — foi uma crise constitucional em que a razão estava do seu lado que o decidiu àquela inesperada e voluntária resolução. Pediam-lhe o povo e a tropa, reunidos na praça pública, que chamasse novamente ao governo o ministério que por não ter conseguido manter a ordem havia demittido. E êle leu aos juizes de paz cariocas o parágrafo constitucional que lhe dava inteira liberdade na escolha dos ministros de Estado.

NAS REGÊNCIAS

O Poder Moderador exercido pelos regentes não poderia ser igual ao do imperador. E isto mesmo compreenderam os legisladores de 1831, ao limitá-lo na lei sobre o exercício da regência, então votada. Os regentes, ao contrário do soberano, eram poli-

ticos pertencentes a partidos ou agrupamentos partidários já existentes, não podendo, portanto, ter a mesma isenção de um chefe de Estado vitalício e naturalmente colocado fora e acima dos partidos, como imperador. Conseqüentemente cassou-lhes aquela lei a autorização para dissolver a Câmara dos Deputados, uma das mais graves atribuições do chefe do Poder Moderador. E como a regência chegou a ser encarada como verdadeira *experiência de República*, nela também não foram concedidos títulos nobiliárquicos e condecorações.

Difícil, era, também, a possibilidade de ser a regência simultaneamente exercida por três pessoas. Quando da regência permanente, várias vezes ausentou-se do Rio de Janeiro o regente Costa Carvalho, por períodos relativamente longos. Falecendo o regente João Bráulio Muniz, resolveram não dar-lhe substituto, visto já ter resolvido, a reforma constitucional de 1834, que a regência passaria a ser una.

Quando regente o padre Feijó, verificaram-se desentendimentos entre a Assembléia Geral (composta do Senado e Câmara dos Deputados) e o detentor eventual do Poder Moderador. Preferiu êste, como D. Pedro I, sair, a ceder à opposição política que lhe era feita. Renunciou ao pôsto, escolhendo para substituto o mais acomodaticio Pedro de Araújo Lima.

Também o futuro Marquês de Olinda deixaria o cargo antes de vencido o prazo de duração de sua regência, por não ter sido aceita, pelo parlamento revoltado, a aplicação de uma de suas atribuições como chefe substituto do Poder Moderador: o adiamento da Assembléia Geral, medida com que seu último ministério pensou deter a corrente de opinião que propugnava pela antecipação da maioria de D. Pedro II.

PARTIDOS POLITICOS DO IMPÉRIO

Não se formaram, durante o Primeiro Reinado, partidos politicos definidos no Brasil.

Logo ao se organizar o Império, em 1822, appareceu forte opposição ao ministério de que era principal figura José Bonifácio de Andrada e Silva. Prestigiado por D. Pedro I, esmagou-a elle, com excessiva energia.

No ano seguinte, inverteram-se as posições, quando, exoneros do poder os Andradas, passaram à violenta opposição, na Constituinte e no jornalismo panfletário da época, até serem por sua vez punidos com o exílio, depois da dissolução daquela Assembléia e durante alguns anos.

Inaugurado o nosso Poder Legislativo regular, em 1826, pouco a pouco foi-se formando, na Câmara dos Deputados, como na

imprensa, uma corrente oposicionista que chegaria a distinguir, entre os seus componentes, ainda antes da revolução de 6-7 de abril de 1831, os políticos denominados *exaltados*. Não constituía, porém, partido organizado, o que sòmente no período regencial se tornaria mais nítido. Conforme consta de estudos relativos às regências trinas, em seu tempo esclareceram-se melhor os nossos organismos partidários iniciais, deixando de haver apenas govêrno e opposição, como no Primeiro Reinado.

Tiveram, então, o poder, os políticos ditos *moderados* ou *chimangos*, articulando-se na opposição dois grupos diferentes: os *exaltados*, *farroupilhas* ou *jurujubas*, que chegaram a ser federalistas e jacobinos, isto é, contra os portugueses, mesmo quando brasileiros adotivos, e, como terceiro e último agrupamento, o dos *restauradores* ou *caramurus*, partidários da volta ao Brasil e ao poder de D. Pedro I, então Duque de Bragança.

Tão violentamente agiram, na Assembléia Geral e no baixo jornalismo da época, êsses dois partidos oposicionistas, que o govêrno dos moderados contra êles teve de reagir, inclusive sufocando, na Côrte e nas províncias, de 1831 a 1835, seus numerosos motins, pronunciamentos militares e levantes. Tentou, até, praticar um golpe de Estado, em 1832, e promoveu, no ano seguinte, manifestações hostis aos seus clubes e paquins.

Obtida, em 1834, a reforma constitucional, e falecido, também nesse ano, o ex-imperador, diminuiu o ardor dos federalistas e exaltados e perdeu a razão de ser o partido *caramuru*. Com a eleição do primeiro regente único, tornava-se possível uma recomposição partidária, fortalecedora do poder.

Assim, porém, não aconteceu, porque o padre Feijó não tardou a perder o valioso apoio do líder Evaristo da Veiga, aliás pouco depois falecido, e, a seguir, o de outros importantes chefes moderados. Note-se que à época existiam, no Senado e na Câmara, elementos independentes, os chamados *marombistas*, que votavam ou não a favor do govêrno: e ainda os tímidos, apelidados *caramujos*, porque na hora das definições de atitude escondiam-se ou faltavam às sessões...

A verdade é que, tendo de enfrentar, pouco depois, uma opposição cada vez mais forte — e de que era principal chefe o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, — debalde tentaram os raros amigos de Feijó criar, para sua defesa, um partido que seria denominado *Progressista*. Tanto bastou para que logo se articulasse contra êle o grupo chamado dos *regressistas*, que, aliado a marombistas, a antigos restauradores e outros elementos, daria origem ao futuro Partido Conservador, o que por mais tempo e mais vêzes governou no Brasil.

Renunciando Feijó à regência, subiu ao poder, com Araújo Lima e o «ministério das capacidades», o novo agrupamento partidário. Seus oponentes, os antigos feijoistas, deram origem ao Partido Liberal, que até o fim do Segundo Reinado com o Conservador se alternaria no governo, exceto quando com êle unido, no período da Conciliação, e mesmo modificado, sob a provisória denominação de Liga Progressista.

ORIGENS DO PARLAMENTARISMO BRASILEIRO

O regime parlamentarista, no qual os ministérios dependem da confiança da Câmara dos Deputados, para sua manutenção no poder, não foi estabelecido, no Brasil, pela Constituição de 1824. Foi uma criação natural de nosso direito político.

Instalando-se em 1826 a Assembléia Geral, não se instaurou, então, aquêl sistema político, tendo sido difíceis as relações entre a primeira Câmara dos Deputados e o imperador D. Pedro I. Abdicou, êste, não em consequência de pressão da opinião pública, mas por deliberação sua, por não atender ao pedido que lhe faziam, de reintegração de um ministério que não merecia mais a sua confiança. Defendeu, portanto, suas atribuições constitucionais. E como não estava reunida a Assembléia Geral, então em período de férias, não houve manifestação sua, na crise de abril de 1831.

Também no período das Regências, não se poderá dizer que tenha começado, entre nós, o regime parlamentarista, embora o padre Diogo Antônio Feijó tenha renunciado ao pôsto por não querer transigir com a oposição que contra o seu governo se avolumava. Êle, como os demais regentes, era homem de partido, não podendo, portanto, bem cumprir as atribuições de um chefe do Poder Moderador.

O movimento pela antecipação da maioridade do imperador D. Pedro II, embora se tenha realizado principalmente no parlamento, não foi, pròpriamente, um golpe parlamentarista, mas a efetivação de generalizado anseio de estabilidade política e pacificação, que as regências não puderam oferecer no país. Iniciado o governo pessoal de D. Pedro II, não teve comêço immediato o regime parlamentarista, entre nós. Ao contrário, um ministério conservador, não querendo sofrer o combate de uma Câmara eleita pelos liberais, preferiu obter do imperador a sua dissolução prévia, quando ainda se encontrava em reuniões preliminares. Em represália, lançaram-se à revolta, em duas províncias, os prejudicados, em 1842.

De acôrdo com a Constituição, para organizar os gabinetes ministeriais tinha absoluta liberdade de escolha o imperador. Em 1843 encarregou uma só pessoa de compor o ministério. Teve

essa primazia Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná. Nasceu daí a idéia da criação da presidência do Conselho de Ministros, realizada em 1847, primeiro passo para o advento do parlamentarismo no Brasil.

A crise política de 1848 e a conseqüente Revolta Praieira, em Pernambuco, mostraram que o país ainda não estava maduro para a inovação. Coube, porém, ao notável ministério conservador então iniciado, dar começo às normas parlamentaristas, no Império. Em 1851, embora prestigiado pela solução que havia dado à questão do tráfico de africanos e pelo êxito de sua ação no Uruguai, pediu insistentemente sua exoneração ao imperador. Sentia-se *gasto*, não desejava enfrentar a oposição, nem presidir às eleições. D. Pedro II, entretanto, certamente julgando que sua missão ainda não estava completa, pois faltava resolver o dissídio com Rosas, o ditador argentino, não concordou com o pedido de exoneração coletiva, e somente quase seis meses depois consentiu em recompor o gabinete, conservando, porém, três de seus seis ministros. Data desse episódio, em nossa opinião, o início do parlamentarismo no Brasil. Foi o que procuramos demonstrar em nosso trabalho intitulado «Notável documento da história política do Império — O pedido de exoneração coletiva do ministério de 29 de setembro de 1848», publicado no *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. XI, de 1950, pág. 53-64.

COMO FUNCIONOU NO BRASIL O REGIME PARLAMENTARISTA

A demorada aparição do parlamentarismo, entre nós, deve ser atribuída à falta de preparação que para o seu exercício demonstraram os nossos políticos, nos três primeiros decênios do Império. D. Pedro I, os regentes, o próprio D. Pedro II, na parte inicial de seu reinado, não poderiam pôr em funcionamento o Poder Moderador, de que estavam investidos, sem uma prévia fase preparatória das elites governantes, ultimada em 1850. Conseqüentemente, a partir dessa época, com a ação conjugada, do imperador e de vários estadistas notáveis, começou a modelar a política brasileira o sistema parlamentarista.

Veremos como funcionou, durante os quarenta anos de paz interna, que transcorreram de 1849 (milésimo do encerramento da última revolta política da monarquia) até 1889, quando foi proclamada a República presidencialista.

Para manter-se no governo, devia o gabinete, encarregado do Poder Executivo, merecer, simultaneamente, a confiança da Câmara dos Deputados, órgão transitório do Poder Legislativo, e do imperador, titular do Poder Moderador. Quando o ministério entrava em divergência com a maioria da Câmara, cabia

ao monarca decidir pela continuação daquele ou desta, dissolvendo-a ou não, ouvido o Conselho de Estado, e, no segundo caso, exonerando e substituindo o gabinete. Havendo dissolução, marcavam-se imediatamente novas eleições. O Senado, órgão permanente do Poder Legislativo, *não fazia política*, isto é, não provocava a demissão dos ministérios, pois nêle poderia haver, em razão da vitaliciedade de seus membros, maioria adversa ao partido então no poder, que não deveria ficar sujeito à sua confiança.

Era, portanto, o imperador, o único árbitro das circunstâncias políticas, o intérprete da opinião pública, o juiz da oportunidade das reformas sugeridas nos programas partidários. Consistia nisso a parte mais delicada do exercício do Poder Moderador, funções nas quais era auxiliado pelo Conselho de Estado, órgão superior, composto dos mais notáveis políticos do tempo, pertencentes a ambos os partidos, escolhidos pelo Chefe da Nação.

Em um país como o Brasil, no qual as eleições não eram feitas, nem mesmo satisfatórias, até a criação do sistema direto, a missão do encarregado do Poder Moderador era particularmente difícil. Mas D. Pedro II soube exercê-la com permanente superioridade de vistas, embora descontentando aos partidos que de vez em quando era forçado a dispensar do govêrno, sujeitando-os a temporários mas revigorantes ostracismos. Procurou, sempre, suprir aquela deficiência, não só trabalhando por que fôsse modificada a nossa legislação eleitoral, como intervindo, no exercício do Poder Moderador, no sentido do melhoramento dos costumes políticos.

Como órgão permanente da administração pública, e seu mais importante fiscal e coordenador, era, também, o zelador de sua continuidade e moralidade. Pode-se, portanto, concluir que sem a sua compreensão das funções que lhe competiam, não poderiam ter funcionado relativamente tão bem, as instituições à margem da Constituição de 1824 originalmente estabelecidas no Brasil. A ação pessoal de D. Pedro II é entretanto necessário acrescentar-se a cooperação de vários estadistas que honraram o Brasil imperial, facultando-lhe a existência dessa elite política sem a qual não pode funcionar com bons resultados o sistema parlamentarista. É o que veremos, com maior individuação, nos capítulos seguintes, embora com algumas inevitáveis repetições de dados já conhecidos.

O PARLAMENTARISMO E O SEGUNDO REINADO

O Segundo Reinado, na parte relativa ao govêrno pessoal de D. Pedro II, é um dos períodos mais interessantes da evolução política do Brasil. Durante quase meio século (1840-1889) a nação

que se integrara com a independência, pôde adquirir fórmulas próprias para a sua incorporação ao mundo civilizado, conseguindo-o através de naturais dificuldades e imperfeições, mas ainda assim de modo inteiramente excepcional no ambiente americano.

Depois das incertezas e experiências do Primeiro Reinado e das Regências, pouco a pouco foi-se criando uma nova compreensão política no país, de modo a completar, no sentido de racional aproveitamento, as instituições instauradas pela Constituição de 1824. Restringidas pela Lei Interpretativa, de 1840, algumas das mais perigosas inovações trazidas pelo Ato Adicional, de 1834, pôde o Império iniciar essa sua fase essencialmente construtiva, que de forma tão diferente se inscreve na História do Brasil.

Não foi, porém, com as facilidades de um simples desdobramento de posições que essa transformação se processou na vida brasileira. Muitas vezes o meio, os precedentes, as contingências externas, os indivíduos e outras circunstâncias diversas agiram em direção contrária àquela que ao país devia se afigurar como mais propícia. Transpondo, mesmo parcialmente, esses obstáculos colocados diante da sua trajetória, o Segundo Reinado conseguiu caracterizar-se como a nossa época mais impressionante. E a todo êsse seu contínuo esforço assistiram devidamente, entrechocando-se, harmonizando-se ou reagindo cada um pela forma que julgava mais conveniente, os partidos políticos, o sistema parlamentar, onde encontraram seu campo de ação, e o Poder Moderador, que presidia às relações entre ambos, intervindo quando se tornava necessário.

O IMPERADOR E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Ao iniciar-se o governo direto de D. Pedro II, os dois partidos políticos existentes eram os mesmos que mereceriam considerações ao se encerrar, quase meio século depois, o regime monárquico. Conservadores e liberais vinham das imprecisões e das combinações das regências e, em seguida, através de modificações, uniões, transitórias mudanças de títulos, etc., iriam acompanhar toda a evolução política por que passou o país, até a proclamação da República.

Como cumpriram essa missão as organizações partidárias tradicionais, é uma questão que muito importa ser conhecida, em face da simultânea ação que também competiu à Corôa, tôdas essas entidades tendo de se encontrar no terreno político por intermédio do sistema parlamentar. E a importância dessa situação ainda mais se avoluma ao considerarmos que entre as atribuições do imperador estava a de dissolver a Câmara dos Deputados, quando julgasse oportuno. E, além disto, em nenhuma parte da

Constituição se continha qualquer indicação que se referisse à necessidade da confiança do parlamento, para que continuassem no governo os ministérios saídos das fileiras dos partidos políticos.

Aparecendo por si mesmo, de modo inteiramente natural, o parlamentarismo brasileiro, não tendo tido o seu início em 1826, com a instalação da primeira legislatura; nem em 1831, como insinuou Oliveira Lima; ou em 1837, como sugeriu Calógeras; ou ainda em 1847 como quis o Conde de Afonso Celso (1) — o fato é que sòmente durante o Segundo Reinado pôde ter a máxima aplicação aqui possível.

Deve-se isto à feliz compreensão que coube a D. Pedro II quanto à natureza e extensão do Poder Moderador de que se achava investido. Usando com a maior parcimônia do seu direito de dissolver a Câmara; cedendo, desde 1843, a sua prerrogativa de escolher todos os ministros; criando a presidência do Conselho, quatro anos depois; não admitindo abatimentos nas suas atribuições constitucionais concernentes às nomeações de senadores e de membros do Conselho de Estado; ouvindo a êste com permanente sentido de oportunidade; não abrindo mão, nunca, das suas funções principalmente fiscalizadoras e moralizadoras, — com tôdas essas características, com ou sem «poder pessoal», a Corôa pôde superiormente presidir aos destinos políticos do país, nesse meio século de intensa integração dos fatores sociais anteriormente acumulados.

DE 1840 A 1848

Logo no início do Segundo Reinado registrou-se um primeiro e grave encontro do Poder Moderador e do espírito parlamentarista com o partido político que, sendo minoria, revolucionariamente fizera a Maioridade, perdendo logo a simpatia da Câmara, bem como a de tôda opinião nacional. Acumulando-se os seus erros, caiu êsse gabinete liberal, que, entretanto, tivera tempo de preparar eleições a êle grandemente favoráveis.

Conseguida pelos conservadores, já no govêrno, a dissolução dessa Câmara fraudulentamente eleita, quando estava em reuniões preparatórias, rebelaram-se os liberais, inútilmente apelando para as armas em São Paulo e Minas, 1842. Para disfarçar um pouco o motivo real do seu descontentamento, que era o despeito pela perda do poder e dos mandatos à deputação, também

(1) — Cf. Oliveira — *O Império Brasileiro, 1822-1889* (S. Paulo, 1928), pág. 80, J. Pandia Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4ª ed. (S. Paulo, 1945), pág. 150; Conde de Afonso Celso — *Oito anos de parlamento — Poder pessoal de D. Pedro II* (S. Paulo, 1929), pág. 171.

alegaram serem reacionárias duas leis conservadoras recentes e que muito necessárias eram ao país, como a reforma, num sentido fortalecedor da autoridade, do Código de Processo Criminal e o restabelecimento do Conselho de Estado, suprimido durante as regências pelo Ato Adicional, mas indispensável depois de 1840.

Em 1843, um grande passo a favor de um sistema de governo que melhor se relacionasse com o parlamentarismo se registrou com a autorização, dada pelo imperador ao futuro Marquês de Paraná, para que esse político ficasse como único encarregado da organização de novo gabinete. Essa voluntária transferência de atribuições passou a ser normalmente observada depois de 1847, quando se criou a presidência do Conselho, isto é, a chefia dos ministérios, que assim somente um responsável teriam junto às câmaras vitalícia e temporária e ao Poder Moderador. Até então, de acordo com a Constituição, a esse último órgão competia a escolha de todos os ministros. Passou a fazer, entretanto, a designação de um só, que indicava os outros, dali por diante, com visíveis vantagens para o bom andamento da política geral do país.

Esse mesmo gabinete de 1843 continuou a reação conservadora, que desde 1837 fôra planejada como motivo de salvação nacional, por Bernardo de Vasconcelos, e depois por seu prestigioso organizador. Mas, apesar da importância de sua origem e missão, estava condenado a ser o primeiro paciente do zelo com que o imperador procurava cumprir a sua delicada tarefa moderadora. Negando-se a demitir um funcionário injustamente acusado, D. Pedro II teve de aceitar a saída do ministério e, mais do que isso, novamente teve de aplicar o recurso constitucional de dissolver a Câmara dos Deputados, passando o poder outra vez aos liberais, em 1844.

Governaram estes até 1848, procurando fortalecer a sua posição política, como de costume. Encontrando forte reação, no parlamento como nas províncias, isto logo se tornou um verdadeiro «caso», que não puderam resolver os sucessivos gabinetes dos viscondes de Caravelas e Macaé, de Holanda Cavalcanti, de Caravelas segunda vez e, afinal, de Paula Sousa. Fortes divergências internas, ao lado de uma ação política evidentemente fraca, levaram o imperador a chamar novamente ao governo os conservadores, que nêle permaneceram até a Conciliação dos partidos, empreendida pelo Marquês de Paraná, em 1853.

Com a queda da situação liberal, em 1848, repetiu-se o caso de 1842. O recurso à revolução foi julgado pelos «praieiros» o protesto conveniente. E embora quase limitado a Pernambuco, esse levante meramente político de 1848/50, não teve apenas a

significação estritamente regional e personalista que se lhe pode emprestar. Demonstrou a intransigência com que o Poder Moderador encararia sempre a sua prerrogativa de ser o revezador dos partidos no poder, sempre que as câmaras, quase unânimemente governistas, não pudessem expressar com imparcialidade as verdadeiras tendências da opinião nacional. Foi essa, aliás, a última revolta interna registrada no Segundo Reinado. Dai por diante, os partidos apeados do governo cingiram-se aos protestos na tribuna da Câmara ou do Senado, na imprensa e, sobretudo, nas acusações ao imperador, raramente procedentes.

DE 1848 A 1862

Com os ministérios dos marqueses de Olinda e Monte Alegre, de Eusébio de Queiroz e do Visconde de Itaboraí, que foram da revolta «praieira» à Conciliação, muito se pôde fazer em sentido mais construtivo. Uma nova política financeira e a solução da questão do tráfico de africanos, são provas da crescente cristalização do nosso sistema político. Com o governo do Marquês de Paraná, de 1853 a 56, cessando de dispersivamente influenciar o anterior oposicionismo, ainda melhor se tornou a situação. Úteis reformas puderam ser realizadas, valores novos foram revelados e os cuidados requeridos pelos negócios externos encontraram agentes capazes de os modelar e continuar, de acôrdo com as necessidades nacionais.

Como prova de que também no terreno político foram procurados aperfeiçoamentos, basta lembrar que nesse ministério da Conciliação o problema da reforma eleitoral constituiu um de seus maiores objetivos. Já os liberais, em 1846, haviam melhorado um pouco as eleições, modificando as condições do alistamento, proibindo o voto por procuração e tentando obter uma fiscalização mais eficiente nos pleitos. A insistência com que o imperador pedia medidas nesse sentido, fez com que o Marquês de Paraná conseguisse a passagem de outra lei eleitoral, em 1855. Embora as eleições continuassem indiretas, substituiu-se o antigo sistema de listas pelos círculos de um só deputado, criando-se ainda a suplência, com que se pensava resolver uma série de deficiências.

Falecendo Paraná em 1856, o espírito político que coube criar continuou a orientar o gabinete, cuja chefia passou a Caxias.

Realizadas com êxito as eleições de 1857, um novo período se iniciou para a nossa vida partidária e parlamentar. Enquanto alguns líderes persistiam na preconização da harmonia entre os

partidos, desejada pelo imperador, agiu em sentido contrário a influência de vários liberais e conservadores. Antes que isto se desse, porém, em quase um decênio de combinações novas, os nossos órgãos partidários flutuaram mais de acôrdo com o prestigio dos seus vultos proeminentes do que com programas definidos, ou posições ditadas pela tradição.

Foram assuntos econômicos e financeiros os que principalmente preocuparam os gabinetes que se seguiram ao presidido pelo então Marquês de Caxias e que só teve por missão a aplicação da lei eleitoral, conseguida por Paraíba. Os ministérios chefiados pelo Marquês de Olinda e pelo Visconde de Abaeté (1857/59), com ministros da Fazenda do porte dos Viscondes de Sousa Franco e de Inhomirim, trataram daquelas matérias, que também foram trabalhadas pelo seguinte, que teve como presidente do Conselho e titular dessa pasta principal, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, depois Barão de Uruguaiana (1859/61).

Agindo contra o senhorio absoluto que alguns chefes exerciam em numerosas zonas do país, resolveu êsse político alterar ainda uma vez a lei eleitoral, alargando os círculos para três deputados e suprimindo o regime dos suplentes, que provava mal. Aplicada essa lei de 1860, positivou-se a impossibilidade de se manter qualquer aparência de uniformidade no ambiente partidário do Império. Já sob outro ministério novamente presidido por Caxias, formou-se a chamada *Liga Progressista*, em 1862, composta de conservadores moderados e liberais.

DA LIGA PROGRESSISTA À CRISE DE 1868

Malograda, ainda em 1862, a aceitação de um primeiro gabinete formado por Zacarias de Góis e Vasconcelos, o ministério por sua curta duração apelidado dos *anjinhos*, outro, organizado pelo Marquês de Olinda, iria preparar nova situação política, para a qual uma prévia e tranqüila dissolução da Câmara, em 1863, preparou terreno às eleições, favoráveis aos progressistas.

Iniciaram êstes as suas atividades com um gabinete presidido por Zacarias. Uma imprudência parlamentar de um de seus membros foi causa da sua retirada, substituindo-o outro, chefiado pelo conselheiro Furtado. Não era sem divergências íntimas que a Liga ia caminhando, ao mesmo tempo que dificuldades econômicas, como a crise comercial de 1864, e as externas, como a questão Christie, as guerras no Uruguai e com o Paraguai, pareciam aconselhar a maior conveniência de governos mais fortes, que se não deixassem prender pelos dissídios simplesmente partidários.

Nesse sentido, o novo gabinete Olinda, chamado das *Águias* pelos nomes que o compunham, pôde apresentar uma firmeza que, embora relativa, muito serviu para o bom êxito das especiais missões políticas de que foi investido, em 1865 e 66. Mas a pouca simpatia pelo ministério, registrada entre muitos componentes da Liga Progressista, não podia ser uma situação tão sólida quanto se requeria. Apesar dos apelos para a união, esta cada dia se tornava mais precária, simultaneamente com os difíceis primeiros tempos da guerra. Assim, embora o gabinete tivesse conseguido recorrer até a um oportuno adiamento da Câmara, isto não impediu que mesmo dentro dêle se refletisse a geral insegurança política, provocando a sua queda e, com ela, a da própria Liga, cuja transitoriedade e artificialidade já não era possível esconder.

De novo coube o poder ao conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, com um ministério de côr rigorosamente liberal. Até 1868 a sua ação, sempre enérgica, iria impressionar favoravelmente as nossas posições da política externa, assim como a sua queda passaria a ser um marco da interna e motivo de inúmeras pendências e interpretações, que chegaram aos nossos dias. Nomeando para o comando das forças em operações no Paraguai o marechal Marquês de Caxias, o novo presidente do Conselho também obteve, em 1867, uma Câmara dos Deputados rigorosamente liberal. Ficava assim extinta a Liga Progressista, embora permanecessem fora da orientação do novo chefe os liberais de maior passado, os chamados «históricos».

Foi precisamente dessa circunstância, e não de outros fatos, que resultou, no ano seguinte, a muito discutida retirada do terceiro gabinete Zacarias. Em fevereiro de 1868 Caxias pediu demissão de seu cargo, alegando estar sofrendo críticas injustas da parte de jornais aliados ao ministério. Zacarias prontificou-se a sair, para que se conservasse o comando de Caxias, que em política pertencia ao partido adverso. Posta a questão sob o julgamento do Conselho de Estado, onde havia maioria conservadora, este, entretanto, opinou pela manutenção do gabinete liberal. Zacarias deu ao Marquês de Caxias explicações que o satisfizeram, encerrando-se o incidente com a continuação do marechal no seu posto.

Cinco meses depois o ministério já não podia sustentar a surda oposição que lhe moviam os liberais «históricos». Estando à espera de um pretexto para sair, Zacarias utilizou-se do fato de ter o imperador preferido escolher para senador um membro do Partido Conservador, Francisco de Salles Tórres Homem, o futuro Visconde de Inhomirim, em vez de um seu correligionário.

Pediu demissão, que lhe foi concedida, sem que a ocorrência em si mesma causasse grande abalo.

Chegara o momento do Poder Moderador intervir, sobrepondo à opinião da Câmara a do país e as conveniências políticas do momento, que patenteavam a fraqueza do partido no poder.

Substituiu-o, portanto, chamando ao governo os conservadores. Os protestos foram veementes, como era de se esperar, mas nem por isto se justificavam.

Apreciando-se as circunstâncias, verifica-se que a única ligação que pode haver entre a crise administrativa de fevereiro e a transformação política de julho é a de possivelmente ter querido o imperador evitar que depois daquela ocorrência ela pudesse repetir-se com prejuízo da nossa situação na guerra. Por outro lado, as atitudes que nas duas ocasiões couberam ao Conselho de Estado e ao Partido Conservador, foram as mais dignas e convenientes. O mesmo se pode dizer do ressentimento e da conformação de Caxias, mas não do pretexto escolhido por Zacarias para a retirada do ministério. A designação senatorial sendo uma prerrogativa do Poder Moderador, poderia o presidente do Conselho julgar uma delas «não acertada», mas, sem dúvida, faltavam-lhe razões para fazer dêsse ato motivo para o seu pedido de demissão, que outras causas reais tinha.

DO DECÊNIO CONSERVADOR À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Passada a agitação parlamentar dos liberais que em 1868 perdiam o mandato com a inevitável dissolução da Câmara, o governo conservador que então se instalou foi confiado à competência do Visconde de Itaboraí. Além das questões internas, coube-lhe prosseguir a política da guerra, que só em 1870 terminou. Depois disto, ocupando a presidência do Conselho o Marquês de São Vicente, o seu ministério teve como importante preocupação o futuro do elemento servil existente no Império, sobre o qual já o gabinete Zacarias tivera de se pronunciar, adiante a questão. Esta veio ser, sob o longo ministério seguinte, do Visconde do Rio Branco (1871/75), determinante de uma lei que concedia liberdade aos nascituros, medida que por si mesma estabelecia o fim gradual da escravidão dos negros no Brasil.

Ainda durante êsse governo, prolongando-se até o que lhe sucedeu, do Duque de Caxias (1875/78), outro acontecimento de muita significação se registrou no Brasil, a imprópriamente chamada «questão religiosa». Foi eloquente prova da inconveniência da manutenção do regime de união entre a Igreja e o Es-

tado, as exigências do governo civil tendo forçosamente de colidir com as regras e conveniências da religião. Debalde se tem querido ver no caso uma demonstração de força da maçonaria ou vestígios de um regalismo que não tinha mais quase nenhuma razão de ser. Houve zelo, talvez excessivo, em tôdas as partes envolvidas, duas ilustres figuras do episcopado, o governo, o Conselho de Estado e tribunais do Império. E o caso se encerrou com a glória para os prelados que se fizeram vítimas, mas evidentemente com desprestígio da idéia de uma religião oficial, visto a impossibilidade de se manterem perfeitas as relações entre o poder eclesiástico e o civil.

Politicamente, essa longa situação conservadora, que durou quase dez anos (1868/78), com os ministérios do Visconde de Itaboraí, do Marquês de São Vicente, do Visconde do Rio Branco e do Duque de Caxias, — não transcorreu sem tropeços, oriundos não só da oposição liberal, que não cessou de ser mantida, mas também das divisões que no seio do próprio partido dominante não deixaram de ocorrer, ao serem discutidas questões de tanta magnitude, como a servil, a eleitoral e outras. Uma dissolução da Câmara, em 1872, para que fôsse recomposta depois das lutas que precederam a *Lei do Ventre Livre*, é exemplo dêsse fato.

Ainda em 1869 um manifesto radical encampava reivindicações bastante extremadas, que atingiam a própria essência do regime, propondo a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado. Está claro que tais idéias tendiam a ficar no papel, não se lembrando de aplicá-las os liberais, nem quando voltaram ao poder, em 1878, nem quando pela última vez se definiram perante a nação, em 1889, em congresso do partido e ao subir ao governo o Visconde de Ouro Preto. Esse programa refletiu apenas uma situação de evidente animosidade contra as instituições. Um Clube de Reforma e outro Radical, isto claramente indicavam. Assim, não foi de estranhar que se servissem dessas idéias os poucos republicanos existentes no país, no seu manifesto de 1870, tão sem conseqüências quanto uma convocação em Itu e um congresso também republicano e até escravocrata, reunidos em São Paulo, três anos depois.

O aperfeiçoamento eleitoral, sempre pretendido pelo imperador, voltou a ser objeto de cuidados durante o ministério presidido por Caxias. Mas, como se faziam necessárias medidas mais fortes, chegando-se a condenar o sistema vigente, do sufrágio indireto, foi chamado ao governo o Partido Liberal, em 1878, dotando-o D. Pedro II de uma necessária dissolução da Câmara conservadora.

O ministério organizado pelo Visconde de Sinimbu não soube ou não pôde conseguir essa reforma. Fê-la, dois anos depois, o seu sucessor, conselheiro José Antônio Saraiva, que armado da eleição direta, obteve a dissolução da Câmara anterior, experimentou o novo método, obtendo como resultado a formação de uma assembléia mais dividida entre os partidos, retirando-se em seguida do governo.

Martinho Campos, o 2.º Marquês de Paranaguá, os conselheiros Lafayette e Dantas, que se seguiram na presidência do Conselho (1881/1885), não tiveram elementos para conseguir medidas mais precisas a respeito da libertação dos escravos. O último, embora tivesse obtido até a dissolução da Câmara, caiu por não conseguir uma lei de alforria dos sexagenários, que só uma nova organização ministerial, dirigida por Saraiva, pôde tornar vitoriosa, conquanto ultimada pelo governo conservador que se seguiu, do Barão de Cotegipe (1885/87).

A este ministério, seriamente atingido por uma das chamadas «questões militares», seguiu-se o gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo (1887/89), que se notabilizou pela abolição da escravatura no Brasil.

Realizada essa grande reforma, coube o poder novamente aos liberais, com o Visconde de Ouro Preto na presidência do Conselho, por cinco meses apenas. Apesar de um brilhante programa e da capacidade de seu chefe, foi este o último governo da monarquia, interrompendo as suas atividades a proclamação da República, a 15 de novembro de 1889.

Pouco contribuiu para a sua fácil realização a abolição da escravatura, decretada ano e meio antes. Certa desafeição pelas instituições, que os políticos em oposição muito fomentavam, ajudou a apatia com que se consumou o levante momentaneamente dirigido apenas contra o gabinete.

CONCLUSÕES

Dêsse ligeiro histórico do parlamentarismo no Brasil conclui-se que mais benefícios do que danos resultaram de sua ação no Segundo Reinado. A boa fiscalização que nunca lhe faltou da parte do representante do Poder Moderador, bem como a obrigatória adaptação que às suas exigências tinham de sofrer os nossos políticos, foram coeficientes de uma atribulada mas nem por isso desprezível evolução.

Somente agora, com a distância produzida pelo tempo, é que se pode apreender a sua exata significação, relativamente ao que

valeu à formação social brasileira. Acima de tudo, a constituição de uma efetiva elite dirigente, plenamente capacitada para as missões que lhe competiam, é fato muito abonador da nossa monarquia e, portanto, dos métodos políticos aqui aplicados durante o Segundo Reinado.

Sem dúvida, numerosas são as falhas apresentadas por esse regime em que a responsabilidade do revezamento dos partidos políticos no poder em última análise pertencia a uma só pessoa. Auscultar com rigorosa precisão a opinião pública e julgar da oportunidade dos programas partidários, foram incumbências muito delicadas, mas que D. Pedro II soube cumprir com real argúcia e felicidade. Auxiliado pelo Conselho de Estado, o Poder Moderador soube preencher perfeitamente a sua finalidade, quer quando pessoalmente exercido por D. Pedro II, quer durante as regências de D. Isabel, a Princesa Imperial herdeira do trono, cujos três períodos, reunidos, somaram três anos e meio. Para sua orientação redigiu o pai, em 1871, minuciosas instruções (2), como antes havia também traçado normas escritas, quanto às suas relações com os ministros.

De qualquer forma, porém, nenhum argumento é bastante apreciável para invalidar completamente isso que foi a obra do Segundo Reinado. Os partidos e o imperador, através do mecanismo parlamentar se congraçaram na consecução de um lógico desdobramento das diretrizes nacionais e nessa árdua tarefa se houveram de modo bastante feliz, como poucos exemplos podem ser encontrados na História (3).

(2) — Publicadas sob o título *Conselho Regente* (Rio, 1958) com introdução e notas do professor João Camillo de Oliveira Torres.

(3) — Cf. Helio Vianna — *Formação Brasileira* (Rio, 1935), págs. 131/145, com modificações. E aulas na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, agora reunidos em volume de *História do Brasil*.

JAYME CORTESÃO E AS RAÍZES DO BRASIL

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Os estudos brasileiros, no que diz respeito à formação nacional, estiveram, durante muito tempo, e isso era muito natural, sujeitos às influências ideológicas que se vinculavam à negação impenitente de tudo quanto dissesse respeito à presença de Portugal em sua ex-colônia. Não se podia compreender que, tendo alcançado sua independência, mesmo que ela se tivesse revestido daquelas formas de tranqüilidade que a distingue do processo de libertação do mundo britânico, do francês e do espanhol, o Brasil pudesse explicar-se compreensivamente, nas suas raízes, num tom amável para com a velha mãe pátria. Entendia-se que a empresa colonial portuguesa fora uma empresa cheia de erros, de desacertos, de atos condenáveis. Esquecia-se, é verdade, todo um vasto acervo de atos perfeitos, de providências certas, que haviam assinalado a presença portuguesa e constituíam o seu grande haver no exame sereno, imparcial, justo, do que fôra ela em três séculos bem vividos na América do Sul.

Negar as origens do país, era a constante dos que pretendiam fazer a exegese de nossas virtudes e de nossos males. Os mais autorizados analistas do passado, que o buscavam, para compreender o presente, eram, se não adversários, pelo menos pouco compreensivos no estudo daquela fase de nossa evolução.

Nos dias que correm, houve, porém, mudança radical. É certo que ninguém deseja encontrar apenas o que houve de bom na colonização portuguesa. Aqui e ali ela se nos apresenta nos desvios que a comprometerem e são o lado mau daquela história. Porque, na verdade, nem tudo foram excelências como tampouco foram erros, desatinos, crimes contra a colônia que se organizava. A mudança a que nos referimos é aquela que vem resultando do estudo realizado à luz da documentação dos arquivos, que deixaram de ser acessíveis apenas a alguns iniciados, para se tornarem centros franqueados a quantos queiram e estiverem em condições de frequentá-los, examinando a matéria prima imensa que nêles se

guarda e é fundamento único, seguro, onde se pode encontrar a verdade dos fatos. Essa a lição de Capistrano, que os modernos historiadores do Brasil adotaram com muito acêrto e vem produzindo os melhores frutos. O próprio Capistrano, na exegese do passado, muito contribuiu para essa renovação de conceitos e conclusões.

Queremos referir-nos, nestas linhas acêrca da nova posição brasileira em face de suas raízes, à contribuição de um homem que, vindo de Portugal, em hora difícil, aqui se dedicou ao estudo do passado trazendo-nos uma cooperação da maior importância para a exegese necessária e fundamental. Em tórno a essa contribuição magnífica, resultante de sua intimidade com os arquivos, com os velhos textos para a análise e as revelações que nos pôde comunicar, é certo que se alinham reservas, certas desconfianças, para não dizer negações. Reservas, desconfianças, negações, à alegação de que, antes de ser o grande historiador, que ninguém lhe contesta, é português cem por cento. E sendo português cem por cento, tem perturbado sua crítica, sua análise, seus pronunciamentos, suas conclusões por que tudo tem visto ou entendido pelo ângulo estreito de um patriotismo sem limites. Em consequência, em nenhum momento teria chegado a conclusões que não fôsssem aquelas em que Portugal se teria conduzido com o maior acêrto, sem um desvio sequer nas suas atitudes de domínio sôbre as terras novas da América. Os prejuízos decorrentes dessa posição ou dêsse excessivo amor à pátria, não permitiriam um crédito absoluto no que afirmasse como verdades, decorrentes de suas indagações.

Não me parece que haja procedência no critério por que vem sendo recebida a obra admirável dêsse historiador de nomeada internacional. E não me parece procedente pelo simples fato de que, na obra que aqui realizou, se a paixão da pátria foi realmente uma sua constante, nem por isso se deixou dominar por ela ao ter de enfrentar os fatos históricos. O que ocorreu, e êsse é um depoimento que presto, pelo convívio que com êle mantive, foi manifestação entusiástica por figuras portuguesas que encontrou na história brasileira, figuras que Portugal ignorara até então e haviam sido expressões do maior relêvo no processo de formação da nacionalidade brasileira. Sem querer esconder o que houve de errado nesse processo, antes mesmo muitas vêzes indicando-o com detalhes, preferiu, é exato, deter-se no exame da atuação daqueles «lusíadas» que haviam engrandecido a pátria e estavam exigindo a revelação, sem mais tardança, do que tinham produzido, ilustrando os anais portugueses. A galeria dêsses luziadas era grande. No século XVIII, ao envés de se engrandecerem na África ou na Ásia, escreviam a história com os seus gestos, os seus feitos na terra

nova que estavam ajudando a construir no Novo Mundo Sul-Americano.

O historiador a que me venho referindo é Jaime Cortezão. Sua atividade no Brasil pode ser considerada como muito mais útil para a melhor vinculação entre Portugal e Brasil que todos os acordos culturais e as atividades mundanas das embaixadas rotineiras de uma diplomacia que não se renova e, em consequência, não contribui para a atualização das relações entre os dois povos. Para exemplificar, os cursos que proferiu no Itamarati, cursos freqüentados por diplomatas, generais, almirantes, brigadeiros, professores universitários, homens públicos que desejavam informar-se de como se estruturara territorialmente o Brasil, não foram cursos de altíssimo nível, satisfazendo curiosidades, servindo ao esclarecimento do passado para explicar o presente, e propondo uma série de episódios inteiramente ignorados, interpretações que constituíam como que revoluções? E não valeram, pelo êxito de que se cercaram, muito mais na vinculação entre os dois países que as reuniões elegantes freqüentadas geralmente por quem nada produz no campo da compreensão espiritual? É preciso não esquecer que, a serviço do Itamarati, que soube aproveitar-lhe a competência, a dedicação ao trabalho e a austeridade nos processos de indagação científica, além daqueles cursos, elaborou a obra, hoje fundamental, de revelação integral da esplêndida figura de estadista que foi o santista Alexandre de Gusmão, que fixou a fronteira da pátria na base de princípios e da eloqüente força material buscada na façanha de sertanistas, bandeirantes, missionários, servidores civis e militares do Estado colonial.

Mais: a serviço da Biblioteca Nacional, realizando a tarefa gigantesca de editar a documentação que De Angelis vendera ao Brasil e poucos haviam compreendido na riqueza que encerrava para o conhecimento da empresa de conquista e de ocupação planejada dos territórios sulinos, trouxe uma contribuição das melhores para fortificar a tese relativa ao firme propósito de Portugal para criar a imensa base física ao Brasil.

Por ocasião dos centenários paulistas, ficamos a dever-lhe além da admirável exposição histórica, que os paulistas pagaram ao lhe concederem, muito justamente, o título de cidadão paulista, portanto o título de cidadão brasileiro, como êle mais de uma vez teve ocasião de me dizer que considerava o galardão, aquêlê ensaio de geopolítica que é *São Paulo, capital geográfica do Brasil*, livro que não condensa unicamente tôda a farta documentação referente à região, mas, significa a esplêndida maturidade do autor, revigora a afirmação da importância política que São Paulo alcançara projetando-se pelo Brasil e assegurando-lhe aquela base física que era uma das preocupações mais vivas dos homens que, de

Lisboa, dirigiam a formação do império. Maturidade comprovada pouco depois pela obra sobre *Antônio Raposo Tavares e a formação Territorial do Brasil*, obra que vem provocando, nos meios platinos, críticas e espanto. Críticas pela poderosa argumentação acêrca da extensão e significação da bandeira chefiada pelo português famoso; espanto pelo gigantismo da empresa em que andou metido e só agora teve a sua definitiva identificação.

As raízes portuguesas do Brasil são raízes das mais dignas e hoje apontadas com orgulho pelos que a estudamos com carinho e objetividade. Jaime Cortezão contribuiu para elucidá-las. Nesse particular não foi apenas ou antes não foi realmente, um português, mas um analista honesto, um pesquisador de vãos largos que não se deixou dominar cegamente pelo patriotismo. Por tudo isso, êle era um membro efetivo da inteligência brasileira.

Suas primeiras preocupações com os temas históricos surgiram na fase da publicação da revista portuguesa *Lusitânia*, dirigida por Carolina Michaelis de Vasconcelos. Então, deixando de lado a poesia, a que só recentemente voltaria com um poema sobre o Infante, escrevera um ensaio acêrca da política do sigilo nos descobrimentos, tese que lhe valeu adversários acrimoniosos e admiradores compreensivos. Mais tarde, na *História de Portugal*, edição monumental, direção de Damião Peres e Eleutério Cerdeira, escreveria os capítulos referentes à expansão ultramarina, em especial a parte referente ao Brasil, em que se iria tornar mestre.

No Brasil, dirigiu a publicação de *Paulista Monumenta Histórica*, de que já circularam dois volumes, publicou *A Carta de Caminha, Descobrimento do Brasil*. Em Portugal, lançava agora, em dois volumes, uma admirável *História dos Descobrimentos*, em que recolhia tôda a vasta experiência que adquirira no exame do assunto e na investigação arquivai.

Seu falecimento ocorreu há menos de um mês em Lisboa para onde regressara e onde seria cercado do respeito e da admiração de seus homens de cultura. Éramos amigos de 20 anos. Nestas linhas deixo-lhe o testemunho de minha saudade.

O CENTENÁRIO DE JOÃO RIBEIRO

Em homenagem à memória de João Ribeiro Fernandes, comemorou o I.H.G.B. o centenário de seu nascimento, com uma série de conferências a que se denominou *Curso João Ribeiro*.

Foram apreciações da vida e atividades do *professor*, do *cidadão*, do *indivíduo*, do *literato*, do *jornalista* e, podemos dizer, do *sociólogo* da época em que viveu essa eminente personagem. Ingressou neste Instituto em 12 de maio de 1914. Foi elevado a sócio honorário em 22 de agosto de 1931, falecendo em 1934.

Múcio Leão, o autor de *Onze Mil Dias com João Ribeiro*, foi logicamente o incumbido da realização do *referido curso*.

As palestras realizadas, conforme o programa aqui em seguida divulgado, tiveram numerosos assistentes. Foram as seguintes:

em 28 de junho — Idéias sociais e políticas de João Ribeiro.

em 5 de julho — Idéias religiosas de João Ribeiro.

em 12 de julho — Idéias morais e filosóficas de João Ribeiro.

João Ribeiro, nascido em Sergipe, em 24 de junho de 1860, foi professor e sem dúvida um dos nossos maiores escritores. A princípio, como regista Aires da Mota Machado Filho, em artigo publicado no *Diário de Notícias*, reflete os *autores clássicos*, atuando, porém, conforme com a época em que viveu, quando publicou *Páginas de Estética Estudos Filológicos e Tabordão*.

Inspirado na cultura alemã, deu a lume *Crepúsculo dos Deuses e Goethe*. Não desprezou o conhecimento das peculiaridades do viver dos povos, surgidas das imposições dos meios geográficos e de suas heranças históricas, tal qual se vê do seu *Folclore*.

Diretamente conjugadas com suas atividades de *professor*, no Ginásio Pedro II, não se pode deixar de registrar, além de sua gramática as *Frases Feitas*, *Curiosidades Verbais*, *Autores Contemporâneos e Seleta Clássica*.

Ainda mais, João Ribeiro era também poeta, como se constata de várias divulgações dêsse seu labor na *imprensa diária*, tais como *Notas de Estudantes*, *Colmeia* etc.

Post mortem, o *Jornal do Brasil* publicou de sua autoria *Bilhetes dos Últimos tempos*.

Mas, dos trabalhos de João Ribeiro, indispensáveis à nossa conveniente cultura, o que mais se impõe aqui registrar é, sem dúvida, em nosso modo de ver, a sua *História do Brasil*. É uma *exposição sintética* de nossa formação nacional e de nosso evoluir; *sintética, clara e certa*.

C.D.R.

O PENSAMENTO DE JOÃO RIBEIRO

MUCIO LEAO

Série de três conferências, pronunciadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 28 de junho e 5 e 12 de julho de 1960

Primeira conferência — *Idéias sociais e políticas de João Ribeiro*.
Segunda conferência — *Idéias religiosas de João Ribeiro*. — Terceira conferência — *Idéias morais e filosóficas de João Ribeiro*.

I

IDÉIAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE JOÃO RIBEIRO

UMA INCOERÊNCIA VIVA

João Ribeiro foi o que se chamou — não sei se antes, não sei se depois que se desfez a *República dos nossos sonhos* — foi o que se chamou um *republicano histórico*. Mal chega ao Rio de Janeiro, o convívio que procura é o dos republicanos e o dos abolicionistas. Os jornais em que se mete como colaborador ou como redator, têm o nome de *Globo*, *Gazêta da Tarde*, *País*. São dirigidos por homens como Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, Ferreira de Meneses. Isso bastaria para mostrar a posição de republicano e de abolicionista, que era a dêle.

Mas, se quisermos fixar melhor essa sua posição, temos escritos dêle, publicados na mesma fase, que revelam um republicanismo apaixonado e intransigente. Podemos examinar um desses artigos. Será o intitulado *Vozes da República*, aparecido na *Revista Sul Americana* de 15 de maio de 1889, e assinado com o pseudônimo de Elisa Lentz.

Aí João Ribeiro prova, ou pelo menos defende, três teses: Primeiro — a de que é uma mentira e uma perfídia à história respeitar a monarquia no Brasil como uma instituição instituída;

Segundo — a de que todos os movimentos autonômicos em nosso país — em Minas, na Bahia, em Pernambuco, em São Paulo, no Rio Grande — foram sempre feitos no sentido da República; Terceiro — a de que a Independência, feita como o foi em 1822 não passou de uma satisfação lacunosa, um mero pacto da família Bragança.

Estabelecidas as teses, passa à demonstração. A instituição monárquica no Brasil, mostra êle então, não passou de um fator intruso e sem prestígio tradicional. «A monarquia foi feita pelo resto da comitiva de D. João VI, que aqui ficou, por ela e para ela. O povo brasileiro nunca sonhou reis nem imperadores; se mesmo aceitou a monarquia, que pèrfidamente se insinuara, foi porque nêsse tempo a ficção do constitucionalismo era uma invenção recente, iludia aos mais precavidos e parecia satisfazer aos democratas inexperientes. Mas quem hoje presta fé ao constitucionalismo monárquico?»

Seguro de suas convicções, verifica que em tôda a nossa pátria existe o *embrião sentimental do republicanismo*. Verifica, também, que a única atitude dos republicanos brasileiros tem de ser a de luta — *qualquer que seja a situação dos combatentes*. E nesse sentido faz um apêlo a todos — para que não dispersem as suas forças, para que estejam todos juntos. E inclusive dirige êsse apêlo nominalmente a dois brasileiros gloriosos, ambos naquele momento monarquistas, dois brasileiros que se chamavam Rui Barbosa e Joaquim Nabuco... «Rui Barbosa ou Joaquim Nabuco são daqueles que poderiam ser e serão um dia, dos nossos» — diz êle, nesse passo. E acrescenta: «Se-lo-ão, porque queremos a todos, aos bons, aos santos e aos pecadores. Mas hão de em nosso templo entrar descalços e descobertos, sobraçando a profusão infinita de flôres regadas pelo seu suor de trabalho, aquecidas pelo sol intenebrável do seu estudo e oxigenadas pela respiração do século, que a haustos agoniza para sepultar-se no abismo dos tempos».

Difícilmente poderemos encontrar, no Brasil daquela época, linguagem de um republicanismo mais convicto e mais apaixonado.

Essa atitude será confirmada, mais tarde, pelo próprio João Ribeiro — com o tornar-se, na fase de Floriano (êle, que sempre fôra um homem de tão largo espirito de tolerância) um florianista ardente. A revelação está nêle mesmo, em uma de suas cartas dirigidas a José Veríssimo, que era então diretor do Externato do Ginásio Nacional. Tratava-se de uma homenagem que se ia fazer ao vice-presidente da República.

Veríssimo designou para representante do Externato o professor João Ribeiro. Este ficou abespinhado com a designação do seu nome, e eis como respondeu:

«Cumpria-me obedecer ao seu chamado, se apenas se tratasse de um convite seu. Mas a verdade é que a referida *Manifestação* não passa de um pretexto aproveitado agora para eqüivalente do antigo e vergonhoso adesismo dos outros tempos.

«V. Sa. sabe que eu sou republicano e florianista enrajê, se assim se pode dizer do meu espírito de jacobino, dada a minha ferocidade de militarista.

«Tenho só a dizer-lhe que me conhece muito mal, procurando, entre os seus jurisdicionados, o velho nome do obscuro mas intransigente soldado do meu partido». (1)

Mas as incoerências começam a surgir...

A primeira delas é a atitude de afastamento que êle toma depois de 15 de novembro. Fôra jornalista de ação diária, e mesmo de atuação e propaganda, conforme o vimos, até o dia da vitória da causa. Vitoriosa esta, retrai-se para a sua sombra. Lutou enquanto era perigoso lutar; quando não havia mais luta a manter, pôs no chão as armas... Por que?

Outra incoerência — e esta muito mais grave — é o amor à monarquia, a saudade de D. Pedro II, que na alma dêsse republicano estranhíssimo vai surgindo. Quereis pasmar de todo? Lê-de êste trecho de uma carta de João Ribeiro dirigida a Graça Aranha em 1900:

«Sabes que eu não gosto do atual Brasil. O único laço que me prende a êle é o Imperador; porque eu não posso separar a minha pátria do Império. Cessando de crer num dêles, cessarei de crer no outro. E quando isso eu verificar, emigrarei com os meus deuses, a Deus misericórdia. É o que devem fazer os vencidos, se escapam do massacre triunfante.

«Por isso resolvi nada escrever contra a República e depus a pena até que os próprios republicanos iniciem a reação. Demais não tenho prestígio para falar e não quero falar em vão».

Estranhas palavras, sem dúvida! Lendo-as, vacilamos até em crer no que estamos vendo. Será crível que isso seja linguagem de João Ribeiro, linguagem de Elisa Lentz, linguagem daquele propagandista da República, linguagem daquele florianista ardente?

Que terá acontecido nesse meio tempo, para desviá-lo de sua rota de republicano? Terá sido a decepção feroz da república —

(1) A carta é datada de 20 de abril de 1894, e pertence ao arquivo da Academia.

que não era, positivamente, a dos sonhos d'êle? Ou terá sido o efeito emoliente do convívio com Joaquim Nabuco, o homem que êle tanto amou, a inteligência e a cultura que tanto o seduziu?...

Mas o influxo de Nabuco chegaria a tanto — a revolver no mais profundo aquelas convicções que deveriam ser tão profundas?...

E nos perdemos, diante dêsse problema psicológico, num infinito de cogitações e de hipóteses.

Torturante João Ribeiro! Não era sem razão que êle mesmo assim se proclamava, numa fórmula sêca e por demais precisa — e isso depois de cem confidências do mesmo gênero! «— Eu sou um homem contraditório!»

A CASA DE BRAGANÇA

Se essa é a sua posição política em certo momento — a do fiel à saudade do Imperador — podemos ir examinando um pouco as idéias que tem sôbre a gente que reinou no Brasil.

Vejamos primeiro o seu juízo acêrca da família Bragança. No mesmo artigo acima (*Vozes da República*) tem João Ribeiro ocasião de se manifestar acêrca da família Bragança. «Que tem o povo — pergunta êle — com D. Pedro ou com D. Isabel? Donde provém o interêsse do país por essa família, que nos parasiteia há sessenta anos, comendo, bebendo, dissipando com os comensais e com os inevitáveis compadres, detendo-nos no atraso que lhe convém, na ignorância que lhe convém, na pobreza que lhe convém, no jesuitismo que lhe convém, no regime de tôdas as bandalheiras, de tôdas as misérias e de tôdas as vergonhas que lhe servem de nutriente pasto?»

JULGAMENTO SÔBRE OS REIS BRASILEIROS

Haveria aqui um trabalho a fazer, que não deixava de ter interêsse: seria o de acompanhar os julgamentos de João Ribeiro sôbre os três reis que teve o Brasil. Acompanharíamos êsses julgamentos na *História do Brasil*, do escritor; e iríamos confirmá-los ou refutá-los, nas páginas avulsas que dispersou pelos jornais, nos pequeninos ensaios, às vêzes cheios de tanta luz, que deixou dispersos no *Imparcial*, no *Jornal*, na *Gazeta de Notícias*, no *Jornal do Brasil*, no *Estado de São Paulo*.

D. JOÃO VI

Para D. João VI tem, na *História do Brasil*, estas palavras: «...não havia, na mesquinheza do seu espírito, dotes suficientes

para criar, como logo disse, um *novo império*. Desmazelado, fútil e colocando vulgares diversões acima dos encargos do governo, ignorante da nova situação que a sua falta de heroísmo lhe criara, tendo preferido servir aos interesses ingleses que coincidiam com a poltroneria própria, a sucumbir com a Pátria, aqui chegando, no ambiente da América, ainda mais olvidou a dignidade de sua posição».

E a propósito dêsse bom rei, evocarei aqui um episódio que tem o seu sal...

Em um dos seus artigos havia João Ribeiro traçado de D. João VI um retrato pitoresco:

«Êsse grande rei, poltrão mas tolerantíssimo, ia sempre ao teatro, como é sabido, levando nos largos bolsos do colete algumas coxas de galinha, que ia roendo durante o espetáculo.

«Feita essa refeição, o nosso soberano dormia alto e profundo. Roncava, o que era um modo majestático de reproduzir o cacarejo das galinhas devoradas.

«De vez em quando, um lacaio advertia-o de que o público podia ressentir-se dessa sem-cerimônia. El-rei acordava e perguntava para um dos seus camaristas:

«— Êsses patifes já se casaram? Referia-se aos comediantes que sempre acabam as suas comédias por um casamento.

«Se já se casaram posso dormir tranqüilo.» (2)

Bastou isso...

Logo, em Lisboa, o escritor Alfredo Pimenta, lendo aquele período — *Êsse grande rei, poltrão mas tolerantíssimo, ia sempre ao teatro, como é sabido, levando nos largos bolsos do colete algumas coxas de galinha, que ia roendo durante o espetáculo...* — sentiu-se profundamente irritado, no mais profundo de sua alma. E pôs tôdas as luzes do seu saber em dar uma refutação em regra a João Ribeiro... Logo, também, um jornalista ácido, demasiado cioso da limpeza do marido de D. Carlota Joaquina, escreveu no *Diário de Lisboa* um artigo refutando João Ribeiro, acusando-o de infidelidade histórica e de inferioridade racial...

E ainda têm o requinte de enviar ao escritor brasileiro os recortes insolentes!

João Ribeiro não se agasta com a agressão intempestiva. E aproveita a ocasião para acentuar os tons pitorescos que ressaltam

(1) *Jornal do Brasil*, 20-5-1932.

na figura do venerando rei português. Peço licença para ler esta página deliciosa:

«De D. João VI disse apenas a verdade, seguindo as boas fontes. *Pusilânime* era o rei bonachão; dêle falando, notou Thiers a sua fraqueza indigna ao deixar o país entregue a um punhado de franceses. Eram apenas dois mil os que conquistaram Lisboa, quando Sua Majestade corajosa embarcava precipitadamente na frota para «fundar no Brasil um grande império». Os ingleses aconselharam-no a partir, menos de interesse pelo poltrão, mas para afastar bem longe os navios que seriam apreçados pelos invasores.

«Está aí o homem de coragem que na sua partida foi com tôda a sua comitiva apupado pela gentalha de Lisboa. Leia-se Tobias Monteiro, Oliveira Martins, Oliveira Lima e todos quantos trataram dessa vergonhosa fuga, que nos tempos dos Braganças cá, por decôro e aulicismo, se chamava a *transmigração da família real*, nos compêndios escolares.

«Que era comilão (ainda que isso não o desonre) e grosseiramente comilão, basta ler a cena descrita por T. Monteiro, de uma das suas merendas ao ar livre em condições poucos cheirosas...

«Era, pois, pusilânime e glutão, e nada tenho que retirar da frase que tanto molestou o repórter do *Diário de Lisboa*.

«Para que tão descabido e insólito desabafo?»

REFUTAÇÃO A ALFREDO PIMENTA

Já que está tratando assim da figura do rei que *transmigrou*, João Ribeiro prolonga um pouco a sua meditação relativa a Portugal. E eis a lição que então dá:

«Pelo segundo retalho, vejo que o escritor Alfredo Pimenta diz alguma coisa em defesa minha, quando nota serem essas injúrias a D. João VI, aprendidas em escritores portugueses, por exemplo, em Oliveira Martins, *História de Portugal*, páginas 259-262.

«Onde as havia eu de aprender?

«Muito obrigado!

“Mas se foi lá que eu aprendi, não tenho por injurioso ao país o apôdo de poltrão dado a um dos seus reis.

«A fuga para o Brasil podia mesmo explicar-se como uma tradição de família; foi lembrada a D. João IV na restauração da Monarquia, aconselhada a D. João V por Alexandre de Gusmão, e lembrada eventualmente pelo Marquês de Pombal a D. José I.

Havia, pois uma continuidade, cujo primeiro termo data do Prior do Crato, quando Filipe II uniu as duas coroas de Espanha e Portugal.

«Em todos êsses casos abortivos a vantagem seria tôda do Brasil.

«Quando veio D. João VI estava já amadurecida a independência de tôda a América, e, com êle ou sem êle, o Brasil faria a República e a separação. A revolução de 1817, em Pernambuco, seria uma prova, se nos faltassem outras, que a nossa história desde antes registra.

«Em todo o caso, D. João VI fugiu. Fugiu, fugiu, fugiu, meu caro senhor, ou transmigrou, se prefere o eufemismo.

«Em qualquer caso fêz grandes benefícios à terra em que achou refúgio e consolação às suas tristezas.

«E tanto, que não queria sair do Brasil, e, coagido a sair, aconselhou ao filho que se fizesse independente. Foi êsse o verdadeiro império do seu delírio de 1808.

«Não vale a pena mentir para ser agradável aos homens ou aos povos e ainda menos a um mero repórter de maus bofes, que provavelmente não leu nunca a sua história pátria».

D. PEDRO I

De D. Pedro I tem João Ribeiro, na *História do Brasil*, uma opinião antes simpática: «Apesar de sua educação incompleta e de sua inexperiência, êle, homem de idéias modernas, sempre foi o que um poeta mais tarde chamou o *Rei da Liberdade*, (3) epíteto bem merecido do soberano que deu Constituição a dois países».

Ê, tanto quanto posso supor, um juízo ligeiro demais, e que de forma nenhuma se conforma com a lição da história. O próprio João Ribeiro se encarregará, mais tarde, de corrigir as linhas dêsse retrato, reduzindo D. Pedro I à mediocridade que êle de fato possuiu.

Ê assim (por exemplo) que, noticiando o aparecimento das *Maluquices do Imperador*, de Paulo Setúbal, João Ribeiro traça um retrato muito mais exato de D. Pedro I: «Os amores, as aventuras eróticas e as falcatruas de D. Pedro I eram quase inevitáveis, num imperador mal educado, de vinte e poucos anos, sem pai nem mãe, casado com uma alemã feia, preocupada com a fauna e a flora americana, e cercado de alcoviteiros profissionais. Parece que a lenda fica ainda muito longe da verdade nessas anedotas do homem que amava os bons cavalos, as bandas de música e as

(3) *José Bonifácio* (o moço) (nota de João Ribeiro).

mulheres, enquanto lhe preparam, lá fora, o Império e a Constituição. (4)

E como que para de uma vez por tôdas dissolver êsse halo de heroísmo e exaltação, que vemos criado no espírito de tantos turiferários do Império, em tórno da frente do Príncipe, por virtude do episódio acontecido em 7 de setembro de 1822, podemos ler, em uma das páginas de João Ribeiro, êste comentário galhofeiro e irreverente, porém, ao que parece, de todo verdadeiro: «Abramos a história. O grito do Ipiranga nasceu de uma cuia de farinha deglutida a desoras. Depois de várias peripécias químicas o singelo bôlo quase abalou o mundo.» (5) A idéia brincalhona, percebemos, torna-se grata ao seu espírito, e anos depois êle a repetirá: «Dizem que o grito da Independência à margem do Ipiranga não foi outra coisa que um gemido ventriloquaz e patriótico». (6).

D. PEDRO II

Com relação a D. Pedro II, a apreciação de João Ribeiro sempre foi coerente.

Vimo-lo, em um momento, exalar uma sentida queixa a Graça Aranha — uma queixa na qual não podia dissociar a figura de D. Pedro II da própria figura do Brasil. Entretanto o perfil que na *História do Brasil* encontramos do velho Imperador não é das mais lisongeiças. Assim o viu João Ribeiro: «Não era um espírito adiantado; culto sim, porém quase retrógrado. No seu tempo houve mais progresso moral que prático; melhores costumes e virtudes mais sãs, mas também excessivo acanhamento de vistas. Entrou por muito na sua política o culto de coisas supérfluas, certa vaidade de aparecer bem à opinião européia dos sábios e filósofos».

E como se quisesse explicar aquêle seu sentimento de fidelidade e saudosismo, definido na carta a Graça Aranha, o historiador acrescenta:

«O Império fundou principalmente a liberdade. Por isso justificada foi a memória e a saudade da sua época, quando a vária fortuna das revoluções, sempre necessitadas de emprêgo da força, sucedeu ao período pacífico, esclarecido e civil, do seu longo reinado. Estava, porém, no seu ânimo e na sua convicção que a democracia era o único regime compatível com a vida e os costumes americanos; e, quando foi proclamada a República, a

(4) *Jornal do Brasil*, 7-7-1927.

(5) *Cartas devolvidas*, pág. 78.

(6) *Jornal do Brasil*, 23-3-1956.

coisa em que menos podia cuidar o Imperador seria na restauração».

Com o tempo, e não obstante todo o respeito que lhe merece a figura de D. Pedro II, o que vai ficando do velho Imperador, no espirito de João Ribeiro são alguns traços pitorescos ou caricaturais. Era a pacatez do homem que se ia sentar nos salões das conferências e dos discursos, para dormir a sono sóto... Era a pressa do viajante coroado que em suas vilegiaturas pelo vasto mundo não deixava tempo sequer aos bons bajuladores para bem bajulá-lo. *Era o rei que parecia não ter nada em particular.*

Enfim, no juízo dêle, é uma verdade que «D. Pedro II merece mais um Suetônio que um Tácito. Não é a tuba épica que o deve cantar, mas a lira consoante ao gênio simples e popular.» (7)

AS RAÇAS FORMADORAS DO BRASIL

Seria agora conveniente apresentarmos algumas idéias de João Ribeiro relativamente ao Brasil. Poderíamos procurá-las em infinitos lugares, pois, de uma forma ou de outra, quase tudo, senão tudo, o que êle escreveu se prende ao Brasil. Quando não de maneira direta, pelo menos de maneira oblíqua ou remota, tendo o Brasil no fundo da cena.

Mas poderíamos fazer essa sondagem em uma dúzia de documentos mais expressivos ou mais eloqüentes que êle tenha deixado, e nos quais a figura do nosso país ressalta mais nítida.

Vejamos, desde logo, alguma coisa das opiniões de João Ribeiro, relativamente aos povos que contribuíram para a formação do Brasil.

JOÃO RIBEIRO DIANTE DO PORTUGUÊS

No que se relaciona ao povo português, a sua apreciação histórica e sociológica foi expendida inúmeras vezes. Ouçamo-lo, em uma dessas vezes: a propósito do livro de Bento Carqueja — *O Povo Português*.

Assim escreve João Ribeiro:

«Não sei de povo que com tão modesta aparência lograsse tamanha realidade.

“Não seria talvez um êrro afirmar que nos portugueses, pelo menos no momento da sua boa fortuna histórica, predominaram os excessos oriundos de suas qualidades de espirito: a audácia ilimi-

(7) *Jornal do Brasil*, 10-4-1927.

tada à inverossimilhança, a religião levada ao fanatismo, o heroísmo que tocou à loucura.

«Era aquela mesma primitiva gente lusitana, trêfega e inquieta, de quem dizia o clássico da antiguidade: *que buscava inimigos dentro de casa quando os não havia fora*.

«...A verdade que salta aos olhos, é que o português é um povo forte, são e vigorosíssimo. Neste Rio de Janeiro, quase a metade de todo o trabalho útil, material ou prático, se deve à atividade portuguesa. — Todos os labores, os mais ásperos e rudes, seriam impossíveis sem o vigor admirável daquela raça.

«E, a menos que se lhe queira atribuir a virtude do pêssego, segundo o poeta, *melhor tornado no terreno alheio*, a estatística não contribuirá para desânimo ou desalento.

«As qualidades da raça reavigoram-se no meio econômico mais propício e favorável.

«A emigração dos portugueses em larga escala resolverá todos os problemas. O Brasil é assaz vasto para recebê-los todos.

«E algum dia talvez se leia nos compêndios geográficos:

Portugal — Pequeno país onde existem algumas pessoas que não tomaram passagem para o Brasil». (8)

Essa era a revelação que a estatística desvendava aos seus olhos.

E entretanto João Ribeiro via o problema também por outro ângulo: via-o pelo lado do caldeamento e da fusão, via-o pelo lado da absorção telúrica do Brasil. E foi porque o viu assim que proclamou infinitas vezes a distância cada vez maior que existe entre o brasileiro e o português, ou, conforme uma sua citação a que havemos de voltar mais adiante — a evidência de que somos cada vez mais menos portugueses...

A QUALIDADE DOS COLONOS PORTUGUESES

Um aspecto da vaidade histórica ou patriótica do Brasil é aquele em que vemos tantos brasileiros perdidos — o que consiste em dizer que a primitiva gente que Portugal mandou para colonizar as suas terras da América era do melhor quilate. Hipocrisia pura! Podemos ver o fato em suas linhas reais nas páginas dos cronistas do primeiro século — um Nóbrega e um Anchieta — a todos os momentos a se insurgirem contra os defeitos dos colonizadores lusos: nos quais punham a nódoa de todos os defei-

(8) *Imparcial*, 8-10-1917.

tos e de todos os vícios. Chegavam alguns daqueles lusiadas até à antropofagia!

João Ribeiro não entra no côro dos turiferários de tudo o que é português, como tantos que encontramos hoje. E, embora não perca a extrema gravidade do julgador da história que é, conta-nos, sem reboços, o que era aquela colonização. «Os portugueses que vieram estabelecer-se nas terras do Brasil — diz êle — não pertenciam à classe média, aliás pouco populosa nesses começos da idade moderna, maximé em Portugal, onde não havia indústria nem agricultura. Eram fidalgos ou infimos plebeus e degredados; a maior parte, gente aventureira e sem consciência. Uns poucos vinham por senhores; outros, e na maioria, por governados senão detentos; — melhor parte era a que pesquisava a fortuna e as aventuras ou fugia à sanha da perseguição religiosa.

«Todos entretanto refletiam o estado de alma de Portugal do tempo da Inquisição, do país da Europa onde era mais cara a vida e onde o monopólio das especiarias, das sêdas e preciosidades do Oriente, tinha *desenvolvido o luxo, a corrupção* e profunda miséria». (9)

JOÃO RIBEIRO DIANTE DO INDÍO

Diante do índio João Ribeiro se detém, sabendo apreciar as grandes qualidades, tanta vez tão desumanamente negadas, do aborígene americano.

Algumas apreciações que faz sôbre a raça desprezada são dignas de serem recordadas aqui. Estou a lembrar-me, por exemplo, de um artigo por êle publicado no *Estado de São Paulo*, e intitulado *A Terra primitiva*. Aí dá-nos notícia dos trabalhos que o Padre Maria, destemeroso salesiano, realizou nas solidões amazônicas.

Em contato com os índios, pôde êsse sacerdote fazer as mais curiosas observações. Pôde ver a espantosa inteligência, o dom quase de adivinhar, que possuem os índios. Por exemplo: enquanto para conhecer o abecedário o menino civilizado precisa de dois meses de estudo, o indiozinho precisa apenas de um dia — um dia único! — E aprende tudo, com exatidão e nitidez.

Tão prodigiosa memória corresponde a outras faculdades também de inacreditável acuidade.

— Por que então o índio não vai adiante? pergunta João Ribeiro.

(9) *História do Brasil*, 16ª Edição, pág. 95.

Ele mesmo responde:

«Porque a civilização não o quer e nem lhe faculta os meios de adaptação. Os homens brancos têm êsse preconceito, de que se trata apenas de casos de precocidade».

E conclui:

«O nosso lema civilizado sempre foi êsse: escravizar, escravizar, desde as famosas bandeiras, que avassalaram para a coroa longínqua uma porção enorme do mundo. Ainda hoje os *incultos* são os escravos dos *cultos*, com o aparêlho das leis e com os subterfúgios e os sofismas recomendados contra o selvagem.

«Nessa recíproca incompreensão a igualdade é a mais torva e tirânica de tôdas as burlas.

«Em verdade, os retardados somos nós.” (10)

* * *

Se assim exalta o índio como elemento espiritual, capaz de progresso e cultura, João Ribeiro o encarece sobremaneira no terreno da linguagem.

Desde moço, em uma das memórias históricas que escreveu sobre o Colégio Pedro II, defendeu a criação de uma cadeira de tupi-guarani naquela casa de estudos. Jamais abandonou essa idéia, que enche páginas de sua multiplicada colaboração jornalística. E foi com júbilo incontido que afinal viu concretizada em uma realidade inteligente, por ocasião da criação da Faculdade de Filosofia e Letras, a sugestão apaixonada que outrora fizera.

Por uma coincidência curiosa, o último artigo semanal que publicou em sua coluna do *Jornal do Brasil*, sete dias antes de falecer, tratava exatamente dêsse seu velho e querido tema — O *tupi-guarani*. E ali fazia esta observação, que bem merece ser meditada: «Cada povo cultiva as suas origens e a língua dos seus antepassados, e se em Berlim, Paris, Londres, Roma, sempre desde o século dezenove se ensinou o sânscrito em famosas cátedras dadas aos maiores linguistas; também devemos fazer alguma coisa, embora em sentido diferente, segundo as nossas condições geográficas e o desenvolvimento do nosso americanismo». (11)

O ELEMENTO INDIGENA É A NOSSA SUPERIORIDADE

Longe leva João Ribeiro o seu entusiasmo pelo elemento indígena na formação do Brasil. E para mostrá-lo bastar-me-á trans-

(10) *Estado de São Paulo*, 30-7-1931.

(11) *Jornal do Brasil*, 6-4-1934.

crever um trecho de um dos seus artigos relativos à língua tupi. Ei-lo:

«No Brasil caboclo, a pressão cosmopolita, derramada e porosa, deixa sempre vir à tona a alma indígena, primitiva e irredutível.

«Para os *snoobs* viajados é uma fraqueza. Acho, porém que é a nossa superioridade, é o nosso timbre de voz, o sotaque e o meio tom que nos deu a energia das bandeiras e dos seringais.

«E se não quisermos ter raízes aéreas e adventícias, essa é a única que nos mergulha na terra». (12)

JOÃO RIBEIRO DIANTE DO NEGRO

Ao negro faz João Ribeiro a justiça de dizer que foi «o verdadeiro elemento criador do país e quase o único».

«Sem o negro — acrescenta — a colonização seria impossível, ao menos ao dissipar-se a ilusão do ouro e das pedras preciosas que alevantavam em grande parte e a princípio, os primeiros colonos. A adaptação dos brancos ao novo clima, como a de certas plantas, exigia êsse arrimo d'onde lhes vinha a vida». (13)

À contribuição do negro para a formação do Brasil dedica inúmeros trabalhos. E muitos dêsses trabalhos, a maior parte dêles talvez, relacionam-se aos assuntos da filologia. Essa parte da obra de João Ribeiro é de fácil e feliz acesso, pois o que nela existe de mais característico ou de mais pessoal já foi recolhido por Joaquim Ribeiro ao volume intitulado *O Elemento Negro*.

A essas páginas remeto os leitores que acaso se interessarem por êsse aspecto dos estudos de João Ribeiro.

OUTROS ELEMENTOS FORMADORES

Dos demais elementos que têm entrado para a formação da população brasileira, dá-nos êle conta, em inúmeros ensaios publicados aqui e ali. Em certo artigo que estampou na revista *América*, em outubro de 1923, fala-nos, (e é um exemplo) a cerca dos *Branços de tôda côr*.

Ai, depois de aludir a certo preconceito que diz existir no Brasil, preconceito segundo o qual o verdadeiro talento em nossa terra, o gênio poético ou a supremacia intelectual, é um privilégio dos mestiços — examina qual a verdadeira posição do elemento branco em nossas populações. E escreve: «Os holandeses esti-

(12) *Jornal do Brasil*, 15-8-1925.

(13) *História do Brasil*, pág. 96.

veram por trinta anos no Brasil e deixaram infinita prole, ao parecer dos genealogistas. Isso foi no período colonial; mas realmente de prole eslava e alemã, lombarda, austríaca ou saxônica, devemos ter hoje em dia mais de dois milhões de brasileiros, e, pois, aproximadamente, um décimo da população. Esses novos brancos tendem a mestiçar-se com os elementos nacionais mais antigos, numerosos e resistentes. Dentro de cinqüenta anos, à parte uma pequena fração retro-atávica de tipos negróides, teremos uma população plausivelmente mais branca que a da península ibérica (...). Assim, pois, em trinta milhões de brasileiros, há uma camada que se pode dizer *branca* de três a quatro milhões, quando muito. Abaixo destes podemos, sem exagerada fantasia, alistar uns doze milhões de homens brancos de mescla longínqua ou pouco aparente. Esses 16 milhões de homens brancos ou quase brancos concorrem com outra quantidade igual de mulatos, inconfundivelmente *mulatos*».

Nesse mesmo ensaio, mostra esta verificação da etnografia americana: «A raça aborígene tende a perfurar as camadas posteriores e afirmar-se à tona de todos os cruzamentos». Talvez efeito do clima — essa predominância se tem feito verificar nos Estados Unidos, no Brasil, em todo o continente. Pode-se afirmar, portanto, aforisticamente que — «sem sermos índios, cada vez mais pareceremos índios».

E como resumo de suas idéias nesse capítulo escreve ainda:

«Se em certas repúblicas hispânicas da América se distinguem nos indivíduos o meio-sangue, o *quarteron* e o *quinteron*, no Brasil pelo menos parecem um pouco ociosas, descabidas e talvez de mau gosto essas sutilezas da vaidade. Brancos e pretos, têm-os de tôdas as côres: pardo, fulo, cafus, cabo-verde, preto, branco, cariboca, caboclo, zambo, mameluco, mulato... numa série infinita, sem quantidade e sem qualidade, mas sempre fora da imprudente alçada do recenseamento».

O BRASIL DEIXA DE SER PORTUGUÊS

Uma das convicções mais arraigadas que João Ribeiro traz no espírito, relativamente ao Brasil — é a de que o Brasil cada vez mais se distancia, cada dia que passa, de Portugal.

É uma tese e uma demonstração que expôs dez ou vinte vezes, durante a campanha — foi uma verdadeira campanha, aquela! — que manteve no *Imparcial*, contra todos os que defendiam a idéia obnóxica da chamada Confederação Luso-Brasileira. Já temos esse estudo feito em outro lugar. Aqui apenas lembraremos que a idéia da Confederação Luso-Brasileira era representada princi-

palmente, naqueles idos de 1916-1919, por dois escritores portugueses, Alberto d'Oliveira e João de Barros, e por um jornalista brasileiro, João do Rio.

A todos três João Ribeiro fêz frente — e com um destemor patriótico e uma lógica inabaláveis.

Ficaram no espirito dêle as recordações daqueles dias...

E é como um eco das idéias defendidas naquela campanha que, anos depois, em sua coluna do *Jornal do Brasil* ou do *Estado de São Paulo*, volve de vez quando a sua pena ao querido assunto.

Encontro, por exemplo num artigo em que sonda o que será o Brasil do futuro, êste expressivo trecho:

«Cada vez mais nos distanciamos do povo colonizador, pelo número, pela raça, pelas tendências, pelo pensamento e linguagem.

«O Brasil português é o Brasil antigo, sertanista, que vai pouco a pouco desaparecendo sob as gerações novas, as correntes étnicas muito mescladas e ainda sob o continuo crescer da imigração italiana, síria, eslava e germânica.

«Dentro de um século, só haverá de português no Brasil as igrejas velhas, os muros longevos e imprestáveis das antigas e abandonadas fortalezas e os versos de Catulo Cearense.

«Restará ainda o vestígio mais pertinaz, o da língua gramatical e acadêmica, quase morta através dos dialetos vivos e comunicantes das gerações futuras». (14)

DECEPÇÃO DA REPÚBLICA

Suas decepções da República parecem ter começado na primeira hora.

Não conheço nenhum depoimento claro, que tenha deixado nesse sentido. Mas pelo que posso deduzir de uma passagem de um dos seus artigos de 1913, no *Imparcial*, o seu pensamento relativo à organização do Brasil era contrário à federação, favorável ao unitarismo do Império. É naquele jornal e naquele ano que, a 4 de setembro, João Ribeiro publica o primeiro artigo de uma pequena série intitulada — *Idéias Americanas*. E aí, depois de estabelecer que «a nossa República, ao nascer, em muitas coisas foi um mero anacronismo», mostra que o século XIX foi o século da unidade dos povos: o italiano, o alemão, etc. «Da italianidade fragmentada, do *deutstum* reduzido à poeira, renasceram as grandes nações de hoje».

(14) *Jornal do Brasil*, 1-1-1928.

Entretanto isso não ocorreu no Brasil, cujos estadistas, educados um pouco à inglêsa, *não perceberam a torrente das duas encostas alpinas*.

E João Ribeiro evoca, então, uma imagem querida aos seus pensamentos, a do seu velho mestre, o Barão de Tautphoeus. «Um velho sábio que existiu entre nós (e com quanta saudade falo dêle!) o Barão de Tautphoeus, grande conhecedor da história e do espírito contemporâneo, dizia que a República havia cometido êsse êrro máximo de fazer a política da separação, quando todo o mundo culto e civilizado fazia, com sacrifício de vida e sangue, a política da unidade. Aquêlê velhinho perspicuo tinha a visão do naufrágio a que nos levava a *orientação nova*, que era um ousado desafio à rotação do mundo. Fazíamos a política americana do século XVIII, e ressuscitávamos um anacronismo, já agora sem crédito e desmoralizado aos olhos dos próprios americanos».

Seu desconsôlo, nesse ponto, é muito grande, e a única porta que antevê aberta para a nossa salvação é a de um movimento revolucionário. «Só uma revolução poderia solver o nosso problema, se efetivamente houvesse espírito nacional. Mas o que parece verdade é que evoluíremos tranqüilamente. Contamos, como a China, os séculos por milênios. É uma aritmética proporcionada à nossa imensidade».

E tinha tôda razão.

A prova é que, depois do momento em que escrevia, vieram revoluções, e que essas revoluções nada consertaram, e até agravaram consideravelmente os nossos problemas, que já eram tão grandes.

Resta apenas saber se o remédio do unitarismo seria tão poderoso que pudesse dar a cura a um organismo enfêrmo de males tão profundos e tão terríveis, como é o do Brasil. É o que ousamos pôr em dúvida. Já aqui falhou o parlamentarismo de D. Pedro II. Já falhou o federalismo dos Estados do Norte do continente...

Não parece indicar isso que o mal é próprio da nossa índole, definitivamente anárquica, descontrolada e absurda?

PRECONCEITO DE CÔR

Curiosa revelação que João Ribeiro faz, refutando, nesse terreno, Elisée Reclus e outros estrangeiros — é a de que no Brasil existe o preconceito de côr.

Encontra-o sobretudo no Sul do país, a partir de São Paulo, onde, conforme pôde observar, já se começa a sentir o orgulho dos homens brancos. «Êste orgulho de superioridade estende-se até

contra os nacionais mestiços. No Rio Grande tôda a sub-raça do Norte é conhecida com o nome falsíssimo e injustíssimo de bahianos». (15)

Outra confirmação de que o preconceito da côr — ou o preconceito *contra a côr* — existe no Brasil, poderia dar-nos João Ribeiro, se o quisesse, com um fato de sua própria biografia.

Foi o caso que êle elaborou, em parceria com Silvio Romero, o *Manual da História da Literatura Brasileira*. Silvio, espírito irreverente ou diabólico, divertiu-se ali em mexer em casa de maribondos. E uma das coisas que fêz foi alinhar, sem dó nem piedade, tôda a gente que no Brasil lhe pareceu mulata, ou apenas suspeita de mulatismo...

O livro apareceu... A reação foi dura contra Silvio, que — como esperava — criou numerosos novos inimigos. Mas foi dura também contra João Ribeiro — que pelo simples fato de ser co-autor da obra arranjou uma boa soma de desafetos sem mercê.

DEFESA DO FUNCIONALISMO

Contemplador do Brasil, num tempo em que a pobreza era a regra geral, João Ribeiro sabia que não podíamos fugir à fatalidade do empreguismo público. É assim ainda hoje — como não o seria em 1916!

Um dos seus temas é então o da refutação dos teóricos pessimistas que combatiam com ardor a existência de tamanho funcionalismo em nosso país.

Meio paradoxalmente, talvez, chegava êle a enxergar no funcionalismo — isto é, o Congresso, o Exército, a Marinha, a Administração — «a única coisa racial e verdadeiramente nacional que possuímos». E esclarece o seu ponto de vista: «É a única coisa que dá a côr e o tom da nacionalidade nascente. Tirando o funcionalismo, reduzido à insignificância que querem, seremos apenas um cenário e um campo neutro de explorações estrangeiras, e uma fazenda internacional policiada pelos próprios interessados».

Não sei se é possível levar tão longe o elogio de um fato social como o excesso do funcionalismo — que afinal se prende a um defeito de organização ou de maturidade da nossa vida econômica.

Mas era êsse o ponto de vista de João Ribeiro.

Podemos ficar de inteiro acôrdo com êle, entretanto, em outra parte do seu raciocínio — na parte em que censura os censores que

(15) *Gazeta de Notícias*, 27-3-1923.

acusam o brasileiro de vadiagem ou de preguiça: «Educado o povo, sabidamente numeroso, no trabalho, na exploração das nossas riquezas, enriquecido na sua própria terra, será então o momento das teorias e das larguezas de liberalismo sem pátria. Temos o direito de dizê-lo, porque quase todos somos pobres, vivemos na mediania ou na parcimônia que, até esta, nos atribuem à vadiagem e à preguiça». (16)

A LENTIDÃO BRASILEIRA

Um dos trabalhos mais importantes e mais originais que João Ribeiro dedicou ao estudo ou à interpretação do povo brasileiro, está contido no discurso com que o escritor, a 20 de abril de 1915, tomou posse de sua cadeira no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A idéia central dêsse discurso é a de que o que caracteriza o Brasil é a lentidão. Ouçamos João Ribeiro:

«Sempre conservadores, sempre lentos, tardos e precavidos, construímos com elementos medievais os fundamentos de uma nacionalidade, que desabrochou no renascimento.

«Essa mesma lentidão de processos caracteriza a imobilidade da nossa vida.

Lembremo-nos de que em tôda a história colonial combatemos contra todos os povos e lutamos por uma idéia retrógrada, a do *mare clausum*. Com êsse lábaro anacrônico e com essa insensibilidade pelo progresso, exasperamos inglêses, holandeses e franceses, a quem chamamos piratas.

«A escravidão foi outra experiência da mesma espécie, longa, interminável. A idéia abolicionista vencera em todo o orbe. Nós outros resistimos e fomos o derradeiro povo a resolver o problema.

«A República, outro fato essencial, esteve às nossas portas desde o século XVIII, constantemente, sem descanso, sem quase interrupção. Resistimos, ainda, e como sempre, fomos os últimos, a adotar essa expressão da política continental.

«A própria Monarquia, sem eco na América, precária e efêmera no México, aqui teve um longo asilo, uma hospedagem por três gerações. E em verdade, que hóspedes excelentes!

«Não quero, porém, abusar da vossa atenção.

(16) Essa parte das idéias sociais de João Ribeiro encontra-se exposta no artigo — A Morte de Epicuro — a que irei voltar adiante.

«Lembraí-vos, sem dúvida, das interessantes *Memórias* (publicadas em vossa *Revista*) do major prussiano Von Versen, prisioneiro de Lopez, na guerra do Paraguai. Para Von Versen, que não era nada nosso amigo, entretanto, a nossa maior inépcia, de que nos acusava, era a da lentidão dos nossos generais, tarda, vagarosa, passeira e inexplicável.

«Perdoai-me ainda um despropósito: dizem que as nossas terras são o *habitat* único de um curioso animal — a preguiça. Deram a esta pobre alimária o nome de um vício e até de um pecado mortal. Mas a natureza não tem vícios, e eu estou que — a preguiça — sabe muito bem por que é lenta e vagarosa. E as suas pausas devem encerrar um segredo divino.

«É bom entender ou pelo menos respeitar todos os mistérios.

«Quando vejo o que nos falta, ou quando reflito sobre os nossos defeitos, eu cuido ver a alma incompleta e ainda infante do Brasil, que me diz em sua transparência luminosa:

«— Para que tanta pressa, se eu tenho por mim a eternidade!

«Assim é, ou assim deve ser. Um país quando tem as proporções do nosso, pode desafiar o tempo. É o fato mesmo da grandeza material que nos faz lentos».

O BRASIL INDEFINIDO — DEUS IGNOTUS. . .

Além de lento e tardo como um jaboti — o Brasil é também indefinido. . .

É com o seu estilete de ironista que João Ribeiro escreve o artigo intitulado *O Brasil indefinido*.

«Todos nós — começa êle — devemos adorar o Brasil como aquêle apóstolo que apontava aos gentios o *Deus ignotus*. O Brasil é um nunca acabar de surpresas e de ineditismos...»

E João Ribeiro dá várias provas dessa indefinição que caracteriza o Brasil, ou dêsse *nunca acabar de surpresas e ineditismos*, com que o nosso país está incessantemente a assombrar as imaginações mais ricas — arrolando, nesse número, a areia monazítica, os diamantes do rio das Garças, o cacau de Ilhéus e de Itabuna, a tainha e o trigo, as nossas riquezas hidráulicas, as *pérolas* do Araguaia. . .

E conclui por nos dizer o que, para a sua sensibilidade, é o Brasil. . .

«O Brasil é alguma coisa indefinida e vaga, que se vai lentamente condensando. A sua visibilidade ainda é enevoada e sem contornos precisos.

«Quanto a mim, êsse estado via-láteo não durará um século, que não abotoem os sóis esplêndidos que nêle se contém.

«Enquanto se processa essa admirável germinação, pressinto o Deus ignoto em que creio com absoluta fé, como o logaritmo dos nossos cálculos». (17)

UMA SINTESE SÔBRE O BRASIL

Existe, na vasta bibliografia jornalística de João Ribeiro, um artigo para o qual desejo chamar especialmente a atenção do leitor. Intitula-se *A Morte de Epicuro* e apareceu no *Imparcial*, a 27 de agôsto de 1916.

Aí, saudoso dos tempos de sua mocidade, que eram os da segurança e da paz do fim do Império, João Ribeiro assevera: «Os moços de hoje conhecem pouco a tranqüilidade da vida; os que começaram na República, entre agitações ainda não terminadas, foram literalmente roubados pelo destino. Apanhada por um temporal desfeito, desde as suas origens, a República bamboleia ainda no seu ritmo de megalomania e de miséria. Sair dessa alternativa trágica, eis o nosso problema essencial entre todos os outros».

É, pois, para conseguir vencer essa crise, para conseguir ultrapassar essa onda, que êle convida todos os seus patrícios.

Para isso, a primeira medida que propugna é a de uma *volta ao idealismo* — circunstância única capaz de oferecer ao brasileiro oportunidade de poder opor a noção da pátria à materialidade dos interesses e do oportunismo. A segunda medida que propugna é o *combate sem tréguas ao epicurismo*. «Devemos, antes de tudo, guerrear as nossas guerras contra os arraiais da heresia internacional — *ubi bene, ibi patria*. Não! A pátria não é onde se está bem; é onde se pode estar mal e do pior modo».

E é como um coroamento dêsse belo pensamento sôbre a pátria, que João Ribeiro, concluindo o seu artigo, escreve estas palavras impregnadas de tanto amor ao Brasil:

«Quem escreve estas linhas... acredita na boa fortuna do Brasil, e conserva na parede do gabinete de trabalho esta inscrição patriótica, pouco original mas ardente:

— Se eu não fôsse brasileiro, queria ser brasileiro».

UM MUNDO QUE MORRE

Os últimos anos da vida de João Ribeiro foram os que antecederam a segunda grande guerra. Morrendo em 1934, êle chegou

(17) *Estado de São Paulo*, 28-8-1928.

a ver o triunfo do Fascismo na Itália, a ascensão do Nazismo na Alemanha, o advento do Salazarismo em Portugal.

Sentimos, em muitos dos seus artigos dessa última fase, a angústia do drama do mundo. Em muitas dessas páginas como que o vemos assombrado com as loucuras dos homens que têm na mão os destinos dos povos, como que a procurar aflitamente, num horizonte fechado e lúgubre, uma luzinha de esperança.

Cito como exemplo dêsse seu estado de espírito a meditação intitulada — *O Futuro* publicada no *Estado de São Paulo*, em 30 de setembro de 1931. «Página triste! começa êle. O mundo inteiro está em baixa-mar; sente-se que o nível abaixa e abaixará até o extremo limite».

A meditação prossegue, parecendo ao escritor que «o velho estado de coisas se liquida e se dissolve, para deixar que surja um renascimento». Mas renascimento de que? Êle nem se atreve a sondar êsse mistério... Limita-se ao que de fato sabe. E o que sabe é triste... É que "o mundo que desaparece era injusto e desumano, amigo de tôdas as tiranias e de tôdas as desigualdades».

E a meditação conclui com estas palavras: «Spengler anunciou a queda do Ocidente, porque achava que a nossa civilização, como espécie, tinha chegado ao termo e conseqüentemente deixaria passar o cetro a outro império.

«Acabou-se o passado e com êle o presente. Agora é só esperar o futuro ignoto e formidável nas suas tenebrosas perspectivas.

«Aceitemos com resignação o que tem de vir e não tardará muito.

«*Morituri te salutant*».

O NIAGARA E A CIVILIZAÇÃO

É nesse artigo que João Ribeiro tem, mais uma vez, uma citação que lhe foi creio que a mais cara, nos últimos tempos: a de uma meditação ou pensamento de Carlyle que, considerando os progressos humanos nos seus dias, se perguntava se a civilização não encontraria um dia um Niagara.

Três vêzes, pelo menos, descobri em João Ribeiro o reflexo dêsse lúgubre pensamento.

Encontrei-o em um artigo do *Imparcial*, publicado em 15 de setembro de 1923. João Ribeiro escreve sôbre o Splenglerismo, e em certo momento nos adverte: «O majestoso e tranquilo rio da civilização, como num calafrio nos dizia Carlyle, aproxima-se de um Niagara formidável».

A segunda vez que citou a aflitiva meditação foi no *Estado de São Paulo*, num artigo intitulado *O Kaiser*, e que apareceu em data de 4 de abril de 1929.

Dizia então:

«A história é muito mais complexa nos seus mistérios motivos. É o caso de pensar com Carlyle, ao contemplar o majestoso rio da civilização:

«— Se houver, diz êle, um Niagara?

«Eis o que não se pode dizer”.

A terceira vez em que volta ao pensamento do historiador e filósofo inglês é nesse artigo a que me referi acima. Fala sobre o possível renascimento, que se vai erguer sobre o mundo que vê desabar, e medita:

«Mas, isso é em si mesmo o próprio fato e não uma explicação do terremoto.

Falando do majestoso rio da civilização, disse Carlyle: se houver um Niagara?»

A RESPOSTA DO FUTURO

A resposta à interrogação de Carlyle, que João Ribeiro tornou tão sua, deu-a o futuro em breves dias — deu-a derramando sobre o mundo o vasto lençol de óleo fervente que foi a guerra de 1939-1945.

Mas sabemos que, ainda assim, não foi aquêlê Niagara que o filósofo inglês e o seu comentador brasileiro supunham ou temiam.

O grande choque veio, e foi o maior que a história até os nossos dias conheceu. Destruiu gerações, aniquilou povos, fêz outra perspectiva política na face do mundo.

Mas a humanidade continua a viver, a viver em uma aflição ainda maior do que a dos tempos de João Ribeiro. E agora — que os recursos da ciência bélica e destrutiva dos homens, a sinistra ciência que pode dispor do teleguiado, da bomba atômica e de outros mistérios com os quais a nossa mais desvairada imaginação nem sequer pode sonhar, se tornaram infinitos — agora, sim, é que legitimamente podemos temer, espavoridos, o Niagara, que para a nossa civilização parece aproximar-se cada dia mais...

A não ser que prevaleça a reflexão de Anatole France — e que o monstro da guerra venha a estourar de cheio...

HORIZONTE SEM LUZ

Nesse sinistro horizonte fechado não brilha, em verdade, nem sequer uma pequena luz. Ainda na incredulidade religiosa de um Renan havia uma promessa de consolação: um lumezinho azul... «II n'y a de clair en ce monde qu'un petit rayon de lumière bleue qui traverse les ténèbres et a tout l'air d'être le reflet d'une volonté bienveillante...» (18)

Mais infelizes que Renan, os homens de hoje não conseguem lobrigar, em suas meditações sociais, nem sequer aquêle entreluzir de uma luzinha azul...

E que esperam, então? Já vimos, em outra parte dêsses nossos estudos relativos a João Ribeiro, qual o último pôrto a que foi chegar o pensamento do escritor brasileiro: foi o comunismo, solução que êle encontrou para a humanidade e pois para o seu país, em uma entrevista que deu a um repórter da *Revista da Semana*, e mesmo em artigos que publicou em uma fôlha conservadora, como é e sempre foi o *Jornal do Brasil*.

A sua convicção, nesse sentido, era a de que, naquele momento, os grandes ditadores da Europa, um Hitler e um Mussolini, trabalhavam sem o saber para o advento do marxismo. Era também a de que o Brasil se havia de transformar em uma federação de sovietes...

(Veja, sôbre essa parte, o meu livro *João Ribeiro, Estudos críticos*, no capítulo relativo às *Idéias políticas*).

II

IDÉIAS RELIGIOSAS DE JOÃO RIBEIRO

Esse homem, cujo espirito assim se delicia em flutuar entre as coisas — como encarárá as coisas sagradas, as crenças, o misticismo, a religião?

Encara-as como encara todos os demais fenômenos: com a sua indulgência tranqüila, a sua tolerância bem humorada, a sua simpatia cheia de um desdém filosófico.

João Ribeiro declara-se, em moço, materialista, e mantém essa atitude em tôdas as fases da vida. Já vimos como alguns dos contos do *Crepúsculo dos Deuses* são modelos de ceticismo religioso. Já vimos, também, como alguns dos apólogos da *Floresta de Exemplos* são puras páginas voltaireanas.

(18) *Conférences d'Angleterre*, pág. 203.

Êle presa, antes de tudo, a independência do seu espírito. E não pode compreender que à sua sensibilidade ou à sua reflexão sejam traçadas raias de intolerância.

CATOLICISMO BRASILEIRO

Preocupado com todos os assuntos que se prendem à alma brasileira, João Ribeiro, certo dia, formula êste problema:

«Apesar de tôdas as aparências, a religião no Brasil é uma quantidade insignificante; e uma qualidade sem estima.

“Somos católicos? somos protestantes?

«Queremos ser cristãos, eis tudo. Se temos uma religião, falta-nos a religiosidade.» (19)

E passa a explicar o que é, no seu entender, a religião do brasileiro:

«A religião tornou-se uma grande inércia, um grande habitua-
lismo, e até uma comodidade do espírito.

«Interiormente, parece que nem mesmo existe a *fé do carvoeiro*, pois é duvidoso que exista fé num povo que não percebe nem examina os problemas do espírito.

«Estamos, pois, por incapacidade de resistência espiritual, preparados para receber qualquer doutrina, seja o espiritismo, o materialismo ou o teosofismo...

«E é de fato o que tem sucedido, com a flexibilidade normal de catecúmenos, que todos somos.

«Quando qualquer de nós eleva o seu nível mental, pelo estudo e reflexão, desde logo se manifesta a fraqueza da ausência de fé.

«Os matemáticos fazem-se contistas, os médicos caem no ateísmo, os sociólogos e juristas fazem-se *raisonneurs* e livres-pensadores. Todos os intelectuais são anabatistas que se definem na idade adulta.

«O espiritismo, em outras classes, penetra por tôdas as brechas. Tôdas as formas de magia e de ciências ocultas acham terreno desbravado e pronto.

«A gente mais ingênua do povo continua no seu habitualismo católico, antigo, tradicional e sem complicação. E nem sempre.

«O que caracteriza, pois, o nosso apregoado catolicismo consiste apenas numa comodidade mental de inerte e indecisa — *tabula rasa*».

(19) *Imparcial*, 11-4-1922, artigo acêrca de o *Problema Religioso da América Latina*, de Eduardo Carlos Pereira.

Mais de uma vez encontramos, em trabalhos dêle, em artigos ou ensaios em que sugere os temas do seu próprio espírito, ou em apreciações críticas, acêrca de opiniões ou obras de outros autores, pensamentos ou meditações que completam as que transcrevo acima.

AS FESTAS DA SEMANA CATÓLICA

Certo dia, por exemplo, trata das festas da Semana Católica, que se realizam no Rio de Janeiro. E pode verificar que os cinemas, as casas de diversões, transbordam de espectadores! Nenhuma lágrima de fervor místico! Sòmente a alegria mundana na alma dos crentes! A festa da Penha parece ter-se transplantado para a Esplanada do Castelo...

Contempla o quadro. E reflete:

— Será isso a religião? Onde ficou o silêncio da prece? Onde ficou a concentração do sentimento?

E constata mais uma vez essa pouca intensidade de alma, que observa na religião do brasileiro...

RECEIO DE UMA IGREJA POLÍTICA

É certo, entretanto, que João Ribeiro receia o surto de ambições políticas que a igreja católica em seu tempo vai revelando possuir no Brasil. Parece-lhe um fato cheio de conseqüências futuras — a deliberação que há algum tempo tomou a nossa maior autoridade eclesiástica, ao determinar a formação de um partido destinado a combater o divórcio e o comunismo. Parece-lhe igualmente cheio de conseqüências o ato de certo ministro de Estado que — embora teòricamente sem exclusivismo de credos — autorizou ou permitiu o ensino religioso nas escolas do país.

Sabe, pois o estudo continuado da história tal lhe ensinou, que a alma brasileira é católica. Religião velha, que a criança bebe no leite materno, que o homem possui sem saber que a possui...

Nada há mais doce e mais consolador, com efeito, do que essa forma de crença brasileira, crença um tanto vaga, talvez irônica, em todo caso distante. Crença que lembra, um pouco, o sentimento que teria para o outro um irmão que se houvesse afastado na infância e fôsse criado separadamente... Assim — vagamente, mas com um amor que, embora vago, tem muita poesia — é que o brasileiro em geral, ama a Jesus e a Nossa Senhora.

Mas a Igreja não quer compreender que essa é a revelação mais sincera da espiritualidade brasileira. Não quer compreender

que essa espécie de aceitação, mais do que de religião, que todos nós possuímos, é a única forma possível da nossa fé. E pretende recorrer, então, a velhos processos de tolerância e de violência.

João Ribeiro vê o êrro dessa atitude. E chega a fazer uma prece à Santa da Aparecida para nos livrar de tão *triste eventualidade*. (20)

A INTOLERÂNCIA DAS RELIGIÕES

De forma geral, pode-se talvez dizer que a luta contra a intolerância das religiões é que forma a atmosfera fecunda para o desenvolvimento das idéias filosóficas. Foi o combate continuado contra os dogmas do paganismo que levou os filósofos gregos a estabelecerem muitas de suas idéias, algumas das quais ainda hoje persistem. Pelo seu pensamento irreverente aos deuses, Anaxágoras foi perseguido, Sócrates morreu ingerindo uma taça de veneno.

Quando vitorioso, o Cristianismo que vivera, até então, refugiado na sombra das catacumbas, revestiu-se de uma intolerância ainda maior do que aquela que antes os fulminara.

Quanto mais poderosa é uma igreja, menos permite que ao seu lado medrem dogmas estranhos aos seus, vivam idéias que não estão dentro do seu próprio quadro.

O Cristianismo triunfante monopolizou a concepção universal das coisas. Hipatia, a maravilhosa mulher, cujo espírito irradiou de Alexandria sobre o mundo, foi por êle lapidada — para pagar o abominável crime de pensar! A lista dos filósofos ou dos sábios sacrificados aos preconceitos do Cristianismo é inumerável. Só as vítimas de Aristóteles formam um exército. Rogério Bacon, por se ter afastado da Escolástica, tentando renovar os conhecimentos pela experiência, dando-lhe a primazia sobre o raciocínio, foi vítima de implacáveis perseguições. Também por terem ousado pensar com um espírito livre, Campanella sofreu vinte e sete anos de perseguições sem caridade, Ramus foi trucidado na noite de S. Bartolomeu, Cusano foi prêso, Bruno se viu arrastado à fogueira.

Outros tabus têm-se erguido, no correr dos séculos, para, em nome das idéias, perseguirem todos os que tiveram a audácia de pensar, de inovar, de abrir caminhos na selva imensa da ignorância ou do preconceito triunfante... Por ter repellido o super-naturalismo dos místicos e a criação *ex nihilo* de Santo Agostinho, Averróis sofreu condenação. Por ter, na sua *Restituição do Cristianis-*

(20) Artigo do *Estado de São Paulo*, intitulado *Religião e Política*, (10-6-1931).

mo, explicado mecânicamente a circulação do sangue, Miguel Servet foi queimado vivo por Calvino.

E ainda no século passado, não vemos a intolerância soberana erguer contra um Fichte, na Alemanha, os seus dardos agudos? Não vemos, na França, um Renan excluído de sua cátedra, por ter encontrado em Jesus a personalidade de um homem, e não a personalidade de um deus?

E, ainda mais próximo de nós, não vimos, em um dos centros mais civilizados do planeta, o professor Scopas destituído de sua cadeira, pelo crime sem nome de ter ensinado aos alunos as verdades do Darwinismo? Sim! Grande crime, êste! Grande e terrível crime, o de ensinar que o homem provém de uma longa série de transformações naturais, é o último elo de uma cadeia de aperfeiçoamentos constantes, em vez de afirmar, como quer a crença cristã, que o homem veio, belo e ungido de sublimidade, do cérebro amoroso de Deus!

O martirológio dos sábios e dos filósofos é enorme. E isso cerca os que podem ter a audácia dos pensamentos novos de uma beleza alta e pura.

UM AMIGO DAS RELIGIÕES

Seja como fôr, João Ribeiro é o que êle próprio definia nestas palavras:

— Não tenho religião alguma, mas sou amigo das religiões.

Sua curiosidade pelos assuntos da religião é um sentimento de todos os tempos. E não foi sem razão profunda que certo dia pôde dar êste depoimento:

«Quem escreve estas linhas tem grande predileção pelos estudos de crítica religiosa e de exegese dos livros sagrados: Na sua pequena biblioteca há um lugar para Strauss e Renan ou Sherer e para os novos exegetas, E. Meyer, Wendland, Barth ou Drews ou von Sode, e para os racionalistas com Harnack». (21)

Essa declaração corresponde à pura verdade, e poderemos verificá-lo em alguns exames que façamos através de toda a bibliografia de João Ribeiro.

A obra-prima dêle, como autor de contos, é a história de um santo, cuja vida ou cuja figura foi encontrar na leitura dos velhos místicos medievais, aquêle doce e triste São Boemundo. Os contos quase todos do *Crepúsculo dos Deuses* são de assuntos religiosos. Os pequeninos grandes exemplos da *Floresta de Exemplos* igual-

(21) *Imparcial*, 11-4-1922.

mente. No mesmo caso está o início ou esbôço do seu romance — *Vida do Padre Antônio*.

AMIGO... POR CORRESPONDÊNCIA

E a acrescentar a isso existe o grande número de artigos, crônicas e ensaios que, prendendo-se a assuntos ou figuras da religião, êle deixou disperso pelos jornais. Em muitas dessas páginas consegue ter uma ternura tal, uma poesia tal, que ficamos a imaginar que o ideal dêle bem poderia ter sido o do seu mestre Renan — o de poder permanecer na memória das gerações como o autor de um missal...

Sua preferência na escolha dos volumes a ler ia muitas vêzes para os livros santos, ou para aquêles que aos varões sagrados se prendiam. Conta Joaquim Ribeiro que certo dia o Padre Galanti foi visitar João Ribeiro, em Santa Teresa. Encontrou-o no jardim, sentado num banco, lendo as cartas de S. Jerônimo.

— Ah! Exclamou alegre o jesuíta — vejo agora que você se dá com a Igreja.

— Sim, respondeu João Ribeiro — mas só por correspondência.

O episódio é gracioso. Mas a réplica do crítico é que não me parece de todo exata. As relações de João Ribeiro com a igreja — ou, melhor falando, com a religião — existiam de fato. E não obstante a névoa do racionalismo, ou a do alguma vez apregoado ateísmo, a verdade é que havia no espírito do nosso grande escritor um sentimento de amor aos símbolos sagrados, uma base de religiosidade, que o afastam do ateísmo.

É o que, creio, se vai reconhecer, na continuação destas notas que estou aqui alinhando.

MEDITAÇÃO SÔBRE O MILAGRE

Estabeleça-se, pois, e em primeiro lugar, que a descrença de João Ribeiro não tem azedumes nem violências. Êle não se insurge contra Deus, que considera a mais larga das possibilidades. «Deus é um enorme *Als ob* que, sob inúmeras variáveis, promete a mais longa eternidade», diz-nos em um dos seus artigos filosóficos. (22)

Não importa isso em dizer que aceite as crenças vulgares. Compreende-as, justifica-as, talvez; mas ao seu espírito elas são inacessíveis.

(22) *Notas de um estudante*, pág. 34.

O bom humor com que olhou para os milagres é característico. Esta pequena página nos adverte a êsse respeito.

«Sobre os milagres de Nossa Senhora de Lourdes, contarei uma anedota de um homem espirituoso e viajado pela Europa.

«Disse-me êle que, em França, as mulheres estêreis fazem romarias a Lourdes, na esperança de se tornarem fecundas.

«Uma senhora havia já feito quatro viagens sem proveito. Da quinta vez, que fazia a sua devota peregrinação, encontrou uma saloia e comunicou-lhe as suas máguas.

«Disse-lhe que fazia aquelas peregrinações, por que era estéril, infecunda, e desejava ser mãe.

«E acrescentou:

— E por aqui, Nossa Senhora de Lourdes não tem feito os seus milagres?

«— Ah! Madame, disse tristemente a saloia, *l'abbé qui les faisait est mort!* (23)

O DEUS VERDADEIRO

Ignorando qual seja o Deus verdadeiro, João Ribeiro encontra secreta volúpia em sorrir de todos os deuses. Delicia-se na heresia.

Está na mesa de operações, submetendo-se, sob anestesia local, a uma perigosa intervenção cirúrgica. Enquanto o médico corta e recorta as suas carnes, êle diz palavras sem nenhum respeito para os poderes que tronam no céu. O médico adverte:

— Tenha cuidado! Não esteja a dizer tantas blasfêmias. Esta operação é grave. Você pode, daqui a pouco, estar a ser julgado diante d'Êle...

João Ribeiro sorri.

— Que importa o perigo de morrer, se eu não creio no inferno nem no céu?

E continuou a sua reflexão irreverente.

PALAVRAS DE UM CRISTÃO

Se não possuía (o que parece estar aí indicado) a religião do individuo — possuía, entretanto, o que poderíamos chamar a religião do seu povo, da sua sociedade, da sua tribo.

Podemos constatar o fato em uma ou outra de suas meditações científicas ou morais.

(23) O País, 12-10-1890.

Refiro-me, por exemplo, a certo artigo que escreveu acêrca das teorias favoráveis à Eugenia, expendidas pelo Dr. Renato Kehl.

Como se mostrasse partidário também dessas idéias, foi João Ribeiro censurado por críticos e por amigos. E é em resposta a essas censuras que tem alguns conceitos aptos a mostrarem qual o seu ponto de vista, no que se refere à religião comum.

Eis as suas palavras:

«Defendi a misericórdia e caridade pelos enfermos e degenerados, em nome da moral cristã.

«Devo dizer, por amor da verdade, que sou um pouco suspeito para certos cristãos, não sei como lhes chame, cristãos justalineaes, que guardam preceitos, ouvem missas e de vez em quando manducam o seu Deus sob as espécies sagradas da hóstia e do vinho.

«Estou muito longe dêsses deveres reais ou simbólicos.

«Mas, à parte essas particularidades respeitáveis, por bem dos meus pecados, sou cristão, porque o sou e me preso de ser e não saberia nem poderia não ser. Todos nós recebemos desde o bêrço essa grande doutrina de redenção, longamente hereditária e tantas vêzes secular nos povos cultos.

«De qualquer modo, não ser cristão é não ser gente civilizada.

«Ninguém pode jamais de si mesmo subtrair essa longa ascensão civilizadora. Para qualquer de nós equivaleria a apagar tôda a história e a dizer: não tenho antecedentes, não tenho origens remotas nem próximas; eu sou o comêço de um espírito novo; e tal asserção não passaria, sôbre ser falsa, de mero pedantismo literário». (24)

Em certo artigo de crítica, estudando a obra religiosa de José Carlos Rodrigues, João Ribeiro acentuava:

«Sem dúvida, nenhuma doutrina supera a cristã que, dilatada por todo o planeta, todavia não conseguiu realizar o impêrio da justiça e da igualdade humana.

«Têmo-la como um sol, com os seus eclipses noturnos cotidianos e com os céus bruscos de dias enevoados. Por ventura, não chegaremos nunca à realidade que nos promete.

«Como quer que seja, as almas cristãs prolongam ainda o antigo apostolado que desde o fundo do Mediterrâneo clássico e antigo trouxe, como disse o poeta:

As promessas divinas da esperança». (25)

(24) *Imparcial*, 6-12-1920.

(25) *Idem*, 30-2-1919.

UM SÁBIO SUPERSTICIOSO

Sim: êle não tem religião, talvez. Mas é certo que ninguém pode viver sem alguma crença secreta, ou mesmo vaga. João Ribeiro tem as suas superstições. Não gosta de se encontrar com certas pessoas, não diz certas frases... Um dia regressou da rua, no momento em que ia tomar um bonde, porque se lembrou que vira em casa um chinelo virado.

Sorri um pouco de suas superstições. Mas, enfim, não nega que as tenha. «Uma delas é o mau agouro das sextas-feiras. A sexta-feira é, como o número 13, uma coisa que se deve evitar como os *dias non*, que descontam do calendário os navegantes do Pacífico, ao buscar o extremo oriente».

Por infelicidade êle escrevia exatamente nas sextas-feiras. Se lhe fôsse fácil mudaria o dia. Mas é tão difficil confessar na redacção essa fraqueza!

Perdoem essas pequenas malícias... O homem que as fazia tinha uma poesia sem fim, para aceitar o mistério das coisas religiosas.

A POESIA DA RELIGIÃO

Certo, êle se proclamava *fundamentalmente incrédulo*. E acrescentava que essa incredulidade fundamental não lhe advinha de algum propósito formado: era alguma coisa orgânica.

Mas isso não o impedia de respeitar tôdas as crenças sinceras, tôdas as crenças dos que crêem sem *hipocrisia*, com alma e sinceridade. Seu racionalismo o obrigava, porém, a não sair do seu terreno familiar, o da cultura e o da meditação histórica. E, a propósito de *Santa Teresinha*, o poema de Luís Guimarães Filho, êle nos dirá: «Creio em tôdas as figuras históricas: Jesus e os santos, exemplos extraordinários e sublimes. Os crentes fazem bem em ir adiante».

AMOR POR JESUS

Sua admiração, seu amor por Jesus são sem limites. Será uma admiração renaniana, um amor renaniano, talvez. Mas quem melhor do que Renan compreendeu a obra e a alma de Jesus? João Ribeiro detém-se diante do grande reformador galileu e o classifica como sendo a maior figura que jamais existiu. «Há quase dois mil anos, impera em todos os corações como símbolo do amor entre os homens. Jesus, pobre, humilhado, apupado, perseguido, sacrificado, cada vez mais cresce e triunfa na consciência universal. Em vão tentam combatê-lo ou diminui-lo através das idades. (26)

(26) *Jornal do Brasil*, 8-10-1930.

Esse sentimento de amor a Jesus êle o deixa transparecer aqui e ali. Encontro-o por exemplo, nesta bela passagem de um artigo dedicado à *Crítica*:

«Certamente, se eu fôsse do tempo de Jesus, seria um dos evangelistas. Mas, não seria como São Pedro que nada escreveu, mas puxou da espada. Eu, de preferência ao ferro, escreveria em hebraico ou em grego, que tudo é grego quanto sai da minha pena. (27)

UM ROMANCE RELIGIOSO

Esse mesmo sentimento de veneração por Jesus, êsse mesmo sonho de ter sido um dos evangelistas, João Ribeiro o traduziu várias vezes, em lugares diferentes. Um dos artigos que escreveu mais impregnados de poesia acha-se nas *Notas de um estudante*. Refiro-me a um estudo em que trata das palavras de Jesus que não se encontram nos Evangelhos. Um dos seus últimos artigos tinha por tema um romance de George Moore: *The Book Kerit*. Nesse romance, George Moore imaginou que Jesus tinha sido retirado da cruz por José de Arimatéia, seu grande amigo. Jesus, porém, não estava morto: apenas agonizava. Levou-o José para casa, pensou-lhe as chagas, curou-o. Recobrando a saúde, Jesus retirou-se para a doce aldeia de Kerit. E ali, sem ter voltado mais a Jerusalém, pôde viver em paz. E ali, enquanto os seus cabelos embranqueciam, e êle envelhecia — via crescer a fama retumbante do Deus que era êle próprio! A veemência de Paulo de Tarso, o clangor piedoso e obstinado dos apóstolos, o amor fiel de Madalena, os milagres do justo que morrera para redimir os homens — tudo avultava e fulgia em tórno dêle!

João Ribeiro louva a obra-prima de George Moore, «rasgo líberrimo de imaginação». E, realmente, há alguma coisa estranhamente humana na figura dêsse Deus que, «atirada a semente da regeneração, retira-se do campo semeado, ao entardecer, esperando o repouso final dos seus dias». (28)

Cabe aqui recordar uma circunstância que se prende a êsse estudo de João Ribeiro — circunstância que Joaquim Ribeiro espirituosamente recordou. É a de que o título que João Ribeiro pusera a êste seu trabalho era o de *A velhice de Jesus*. O batismo era, com efeito estranho, se não é, de fato, como o classifica Joaquim Ribeiro, herético.

O secretário da fôlha em que o artigo ia ser publicado (essa fôlha era o meu sempre querido *Jornal do Brasil*) sentiu um natural

(27) *Estado de São Paulo*, 23-1-1927.

(28) *Jornal do Brasil*, 14-4-1933.

pavor, êle — um homem temente a Deus e zeloso de sua religião — diante daquelas duas palavras, que jamais pensara ver juntas. E, sem mesmo consultar João Ribeiro, riscou aquêlê título perigoso, substituindo-o pelo título que o romance trazia em inglês — *The Brook Kerit*.

Joaquim Ribeiro teve ocasião de chamar a atenção do pai para a inesperada mudança no título do artigo. E João Ribeiro, cuja filosofia bem humorada nada conseguia alterar, apenas comentou:

— Qual! Os nossos jornais são institutos católicos acomodaticios...

TESTEMUNHOS DE JESUS CRISTO

Um dos seus ensaios mais belos entre quantos se prendem aos assuntos da religião, é a página intitulada *Jesus Cristo. Testemunhos históricos*. Nela João Ribeiro refuta a teoria de Jesus ser um simples mito — teoria que, tendo nascido no século XVII com Dupuis, o autor da *Origine de tous les cultes*, e prosseguido com Volney, em *Les Ruines*, ainda hoje aqui e ali, reponta. (29)

Neste ponto é interessante ouvir ou ler o trecho em que êle assegura a autenticidade dos testemunhos mais próximos de Jesus Cristo.

«O que mais desenvolvidamente trata do Cristo é o historiador Josephus, prisioneiro de Tito nas guerras da Judéia, e autor das *Antiquidades judaicas*, onde, L. XVIII, cap. 3, fala daquele que, no seu parecer, era mais que um homem, pois que realizara grandes e assombrosos milagres.

«O texto do Josephus é considerado apócrifo ou pelo menos uma viciosa interpolação feita pelos cristãos.

«Suposto que Josephus não mereça crédito, como poderíamos recusar o testemunho de Tácito, insuspeito de contacto com os primitivos cristãos de Roma?

«Tácito viveu pouco depois de Josephus e é do tempo de Trajano. Nos seus *Anais*, XV, 44, diz o seguinte: *Ergo abolendo rumori*, etc. Fêz constar Nero que os culpados do incêndio de Roma foram os cristãos — tomando êsse nome de *Chistus* que, sob o procurador da Judéia, Pôncio Pilatos, fôra condenado ao suplicio, e essa crença em Jesus era uma superstição judaica que passou a Roma, «cidade que aceitava tôdas as coisas vergonhosas e desprezíveis», assim diz êle.

«A êsse testemunho insuspeitíssimo pode ajuntar-se ainda o de Suetônio que na *Vida de Cláudio* (*Os doze Césares*) pouco

(29) *Jornal do Brasil*, 29-3-1929.

depois de Tácito, afirma (cap. 25): *Judaeos, impulsore Chresto assidue tumultuantes, Roma expulit.*

Assim, pois, os testemunhos mais próximos do tempo, em geral desfavoráveis aos cristãos, não chegam a negar a personalidade de *Chrestus* ou *Christo*, e antes a afirmam».

AMOR PELOS SANTOS

Não é sòmente a figura de Jesus que merece de João Ribeiro o carinho e a veneração. Êle ama a poesia pura das *Legendas de ouro*. Delicia-se com as evocações piedosas das idades ingênuas. Seu desejo seria talvez o retiro e a humildade de uma cela, onde, cercado de velhos livros, pudesse compor a vida de velhos santos. E êsse bolandista novo e comovido deixou o mais belo dos seus escritos ao narrar a história edificante de São Boemundo. Êsse amor pelos santos, êle o confessa mais de uma vez.

«Se tivesse tempo, lazer e mocidade, entregar-me-ia ao estudo e à exegese dos diversos santos, pela religiosidade vaga e indefinida que sinto em meu espírito».

E êsse materialista, êsse ateu, tem o seu hagiológico! Sim!

João Ribeiro tem os seus santos: os doces santos em quem não crê, mas que ama com intenso amor! (30)

SÃO JOÃO BATISTA

Ê primeiramente São João Batista, a quem as imaginações ingênuas adoram, o santo generoso que lhe deu o nome: «Ao meu lado, tenho a imagem esculpida de um S. João Batista, o precursor. Foi presente de uma filha minha. E também cêdo ao influxo daquele homem semi-bárbaro, que foi dos primeiros a anunciar a aproximação do Redentor. Tem ao seu lado o carneirinho, que sempre o acompanha no simbolismo cristão. Outro santo ainda».

SANTA TERESINHA

Ê, depois, Santa Teresinha, a flor misteriosa do misticismo contemporâneo:

«Sendo juiz nuns exames de mocinhas, encontrei, dentro de uma prova escrita, um pequeno cromo de Santa Teresinha do Menino Deus. Guardei-a para mim. Elevei de um grau a nota da prova escrita da menina, pois que o merecia e não quis apelar para uma carta de empenho. Fêz bem em fiar-se da virgem, que é a

protetora das moças. Guardei o cromo e depois com êle regalei uma pessoa amada, devota da dulcíssima santinha, uma das últimas do calendário católico».

AS DUAS TERESINHAS

Amoroso dessa encantadora santa francesa que de maneira tão profunda e poética perfuma a estéril alma dos nossos dias, João Ribeiro se dá a um trabalho curioso que é de agiólogo e é já de folclorista.

Pesquisa a história de Santa Teresinha, e verifica que existem, nas tradições populares, duas adoráveis moças com êsse mesmo nome. Uma é aquela cuja festa ocorre a 30 de setembro, a que tem o nome de Teresinha do Menino Jesus, a santa adorável de Lisieux; a outra «mais antiga, que não chegou a ser canonizada, mas teve o merecimento de ser venerável. E esta é a que figura no folclore popular, na ronda infantil que começa:

«Teresinha de Jesus...

com suave música em tom menor, com três bemóis na clave.»

Devia ser uma mística espanhola, essa Teresinha da canção infantil, pois João Ribeiro foi encontrar notícia dela num livro do beneficiado da Igreja de Saragoça, o Dr. Joseph Boneta. Trata-se de um volume que tem êste longo e lindo título:

Graças da Graça, discretas agudezas dos santos, demonstração de algumas de suas virtudes: exemplos da virtude da eutrapelia... Foi traduzido em linguagem e editado em 1718 por Antônio de Faria Barreiros.

João Ribeiro recorda traços da figura dessa primeira Teresinha, e entre êstes uma resposta que ela, sendo criança, deu à sua mãe. Dizia-lhe a mãe que ela não devia dormir sòzinha. Respondeu-lhe a criança:

— Eu não durmo só, meu Espôso dorme comigo. (31)

AMOR A S. PEDRO

Um dos santos de sua evidente predileção, na côrte celeste, é S. Pedro. Vê o grande santo, porém, a uma luz que não é a de

(31) Aos que se interessarem por esta parte dos estudos de João Ribeiro indico, além dos artigos já anteriormente citados, mais os dois seguintes: — *Santa Teresinha, Estado de São Paulo*, 5-10-1927; *Teresinha de Jesus, Estado de São Paulo*, 26-10-1927.

tôda gente — vê-o ao *fulgor mortiço das fogueiras populares*. É que o chaveiro do céu, por ter negado tão covardemente o Cristo, revelou tôda a sua humilde e triste humanidade. E, como o fez, caiu no goto do povo... E êsse incansável bolandista, que é a alma do povo, se encarregou de tecer em tórno do pescador que Jesus escolheu para ser o primeiro chefe de sua Igreja, todo um véu de infinitas histórias graciosas e irônicas.

João Ribeiro acompanha o povo nessa forma de amor a São Pedro — de um amor o seu tanto ou quanto desrespeitoso, e sempre muito risonho... E vai procurar no folclore os episódios em que S. Pedro aparece, sempre desastrado ou confuso, a sofrer a reprimenda divertida ou maliciosa de Jesus.

Eis uma *estória* típica, das várias que êle encontrou:

«Quando Deus afeiçãoava o homem com um pouco de limo terrestre, S. Pedro, às ocultas, inãbilmente, plasmava também com a argila um ser hediondo e contrafeito.

«E, à imitação do Senhor, acabada a obra, Pedro achou que estava bem feita, e soprou. Mas não vinham os espíritos àquela carcassa disforme.

«O Padre Eterno, amigo, condescendeu em soprar, e logo saiu aquela disformidade a agitar-se.

«Bem! disse o Senhor. Esta fica para macaco.

«Eis como S. Pedro foi o primeiro precursor de Darwin. (32)

CULTO A NOSSA SENHORA DA GUIA

Nossa Senhora da Guia é a santa querida da infância de João Ribeiro.

«Outra santa ainda conta o meu hagiolégio, explica êle. É a *Nossa Senhora da Guia*, que foi a veneração de minha família e escolhida para ser a madrinha dos meus irmãos e minha. Estoutro dia, em casa de minha mãe, bem velha e enfêrma, tornei a ver essa imagem que nos abençoou a todos na pia do batismo. Sempre bela e admirável, fitei-a mais uma vez, esperando que o seu influxo imponderável me guie nas tempestades da vida». (33)

João Ribeiro foi sempre fiel a Nossa Senhora da Guia. Não muito antes de morrer, visitou-a na doce ermida de um subúrbio.

A igrejainha da santa é em cima de um outeiro. Rudes degraus de pedra levam até ao altar.

(32) *Cartas devolvidas*, pág. 39.

(33) *Jornal do Brasil*, 20-9-1933.

João Ribeiro saiu em companhia da espôsa, mal o dia começava a nascer. Lembrando talvez os dias da juventude, o casal estava excepcionalmente alegre.

Foram à cidade. Num botequim, dêsses que não fecham nunca, tomaram o café com leite habitual. E, depois de bonde, rumaram para o subúrbio.

A custo, descansando de vez em quando, subiram a longa escada da ermida. E lá em cima, pela última vez, João Ribeiro ajoelhou-se, sem rezar, porque já esquecera tôdas as rezas antigas, diante da imagem de sua madrinha celestial.

UM APÓLOGO SÔBRE A ETERNIDADE

E a verdade é que êsse cético se compraz na inocência dos místicos. Seu prazer consiste, quando lhe sobra tempo, em abrir os velhos livros que contam as histórias dos santos, e em se embalar nessas fábulas de ternura e inocência. Uma vez parou a leitura de um livro dêsses, e ficou a meditar acêrca da Eternidade. . .

«A lenda mais formosa da Eternidade é a que está num sermão de São Cipriano, e é talvez mais antiga que o próprio santo.

«São Cipriano (a quem se atribuem algumas velhacarias piedosas, que a boa teologia permite aos verdadeiros santos) conta que em país remotíssimo existe uma montanha de pedra de cem léguas de base e outras tantas cem léguas de altura ou mais, porque o frio desenganou a muitos medidores dessas maravilhas.

«Pois bem! de ano a ano, quando chega a primavera, vem com ela um passarinho que pousa sôbre a montanha e nela afia o biquinho sonoro com que sai, afinado, a entoar a glória de Deus.

«Com êsse afiar do biquinho da ave, a montanha de pedra perde um grãozinho imperceptível. . .

«E assim, acontece no decurso de séculos, de milhões de séculos sem conta.

«E a montanha diminue, até que ao cabo de tempo infinito, já destruída, rasteja ao nível da planície.

«Acabou-se a montanha, diz o santo, mas com êsse acabar então se conta um dia, um dia só, da Eternidade». (34)

LIMITES DO CETICISMO

Mas seria João Ribeiro, realmente, um descrente? Ou haveria alguma crença nesse espírito complexo e multiforme?

(34) *Jornal do Brasil*, 12-9-1925.

A verdade é que o próprio João Ribeiro não saberia responder a essas interrogações. É certo que amava as suas imagens íntimas. «Aquêle que deixou de ser supersticioso já deixou para trás a inocência e a mais bela porção da vida», diz-nos numa passagem das *Cartas devolvidas*. Num livro mais recente, afirma que a *irreligião não passa da preguiça mental*. «Só a fé verdadeira é ativa, luminosa e fecunda». No mesmo livro (que é a *Floresta de Exemplos*) assegura: «Podemos acreditar ou descreer, a negação e a dúvida sendo pontos efêmeros, indignos da verdade que ninguém ousa descobrir e que talvez não exista».

Bem sabia João Ribeiro que, diante dêste Universo numeroso e prodigioso, tão fecundo e arbitrário em suas criações, só uma atitude é consoladora e apaziguadora: é a atitude dos que crêem. — *Padre nosso que estais no céu!* Que singelo condão de doçura têm estas palavras da reza cristã! Como trazem a consolação à nossa alma!

Como, indiretamente, ao ouvi-las, o espírito se concilia com êsse turbilhão de existências sem limites, que ao nosso lado e acima de nós continuamente se agita, cresce e tumultua!

Mas para aquêles que não conhecem o divino amavio dessa apaziguação e dessa consolação — como é terrivelmente dramático o mistério do Universo, êsse mistério que nos envolve de todos os lados. Mistérios de um deus ou de milhões de deuses; mistérios das origens das vidas; mistérios dos fins das vidas; mistérios das almas; mistérios da nossa própria geração. . .

Mistérios dos mistérios! Nêles se têm extraviado os mais belos espíritos. E que tem sido a história tôda dos sábios, senão a incessante escalada a essa montanha de encostas cheias de escarpas inacessíveis, no cimo da qual brilha a sabedoria, com o seu sorriso divino e a sua coroa maravilhosa de estrelas?

Incrédulo, sem dúvida, João Ribeiro o era. Mas é preciso entender a sua incredulidade. «A minha incredulidade não vai ao ponto de recusar a ternura e a admiração pelos meus santos. Não lhes acendo velas e nem rezo, que não sei rezar. Mas peço que me acompanhem essas antigas sombras, que me povoaram a infância ou a velhice. Não é preciso crer. Sejam falsos ou verdadeiros ídolos, sempre serão queridos ao meu coração. Vejo-os com a mais doce ternura, como se fôsse um crente dessas alegorias que a imaginação cristã inventou para consolar os aflitos. Creio, portanto, na ação imponderável dessas criaturas sublimes, que não precisam existir nem ter existido em qualquer tempo». (35)

(35) *Jornal do Brasil*, 20-9-1933.

UM SALVADOR DE ALMAS

Mais tarde, precisará ainda mais nitidamente o estado de suas crenças. Há sêres piedosos, longe ou perto, que se interessam pela salvação de sua alma... Certo anônimo o Sr. M.C.R.P. — escreve-lhe uma carta comovida, pedindo-lhe isto: *Ajude-me a salvar a sua alma!* E acrescenta: «Comecei *arrezar* (assim escreve), mas achei melhor esperar. Fiz que rezassem as criancinhas por intercessão de Santa Teresinha porque, inocentes, são mais atendidas. Tendo V.S. feito referências de simpatia a Santa Teresinha, foi êsse fato de agradável surpresa, Sr. João Ribeiro, *nunca es tarde cuando la dicha es buena*. O homem nunca é mais heróico do que quando sabe vencer a *sim* mesmo. A sagrada Escritura diz: *Hodie ei vocem ejus audieritu, nolite obdurare corda vestio*. (36)

João Ribeiro recebe o comovente apêlo. E responde, com emoção, ao seu amigo anônimo, estas palavras:

«Ora, aí está. Eu nunca falei em religião senão com suavidade e ternura.

«Ê a religião dos meus pais, a da minha família e de todos os meus próximos. Dela afastei-me insensivelmente, sem materialismo e sem impulsos de orgulho e de egoismo.

«Mas detesto a mentira e a insinceridade. Se eu dissesse que tinha a fé, certamente cairia no pecado atroz da hipocrisia.

«Falta-me a bossa da credulidade no sobrenatural, embora admita que existem coisas inexplicáveis e acima da nossa inteligência, porque esta é ainda imperfeita, frágil e assás limitada.

«Devo dizer de coração que não é por orgulho que sou incapaz de crer. Ao contrário, sinto que é por humildade. Não admito que o homem tenha êsse privilégio de gozar de uma proteção superior e divina. Acho que absolutamente essa providência nos falta no concêrto do universo. Vamos por aí à mercê da fatalidade cósmica que nos parece tôda feita de ordem e harmonia, porque só o nosso cérebro é ordeiro e harmônico, escapando-lhe tudo o que é desordem, sendo essa ilógica, para além da nossa compreensão.»

ACREDITAR SEM FÉ

Eis aí o estado de espírito de João Ribeiro com referência às coisas do misticismo.

Em seu discurso de recepção, na Academia Brasileira, definia-se êle a si mesmo, dizendo, numa frase de sentido ambíguo, *que acreditava sem fé numa vida superior*.

(36) *Jornal do Brasil*, 27-10-1933.

Acreditar sem fé... A misteriosa, vaga frase, tão difícil de compreender, espelha tôda a ondulante e sinuosa psicologia dêsse homem. *Acreditar sem fé...* eis aí traduzida a feição de espírito de todos êsses homens, a cuja família João Ribeiro pertencia, homens que se têm chamado Renan, Anatole France, e aos quais, em falta de outro epíteto melhor, nós chamamos céticos.

Essa crença sem fé advém da cultura e advém do sentimento. Há nela piedade e ternura — mas não há a corporificação, se eu assim posso dizer, dessa ternura e dessa piedade. Há nela sobretudo a certeza do filósofo — a certeza de que foi o pensamento do homem que criou os deuses.

Como seu mestre Renan, João Ribeiro não negava Deus. O que êle negaria, seriam as formas vulgares de Deus, aquilo que as religiões levantam e pregam. Êle parava prudente, no limiar da sua compreensão. Pois o velho Spinoza lhe tinha ensinado que não cabe ao entendimento do homem penetrar o que seja o entendimento de Deus: entre um e outro existe uma relação que é semelhante à relação que existe entre o Cão, estrêla que brilha no céu, e o cão, animal, que late na terra.

III

IDÉIAS MORAIS E FILOSÓFICAS DE JOÃO RIBEIRO

(1ª parte)

JOÃO RIBEIRO E NIETZSCHE

No seu estudo sôbre Nietzsche, tem João Ribeiro a seguinte página:

«Foi Frederico Nietzsche um grande e intratável inimigo dos sistemas. Êle queria a decomposição de tudo; e a seu grado, o mundo voltaria a ser todo átomos e partículas. como o sonhara Epicuro, antes do *clinamen* fatal que gerou o turbilhão da vida. Sistema? Não tinha essa preocupação. É muito difícil extrair dos seus livros uma intuição geral do mundo, ou uma sintaxe do universo, que êle queria sem gravitações e sem obediências. A sua natureza era essencialmente fragmentária e libérrima. Pode dizer-se que êle pensava como escrevia: em pequenos cadernos, hábito que lhe tornava inúteis a mesa e a escrivaninha, e era mais propício ao flagrante dos seus lampejos. Ensaios e aforismos. Não é difícil apanhá-lo em contradição, como o faria uma crítica estreita e mesquinha; o mais certo seria e é, apanhá-lo em progresso e inconstância. Tomava o seu espírito tôdas as atitudes; era filólogo erudito.

era literato e artista genial da palavra, poeta e filósofo. Pode-se de algum modo ligá-lo a Schopenhauer ... » (37)

TRAÇOS DE JOÃO RIBEIRO

Releio essa página, e tenho diante dos olhos um como flagrante de João Ribeiro ... É que essas anotações tôdas que êle traçou em tórno de Nietzsche são exatamente as anotações que teremos de traçar em tórno do próprio João Ribeiro. E não sòmente as que se referem ao espírito — mas até mesmo as que se prendem aos simples hábitos ...

Como Nietzsche, João Ribeiro é um inimigo ferrenho dos sistemas ... Como em Nietzsche, é muito difícil encontrar em João Ribeiro uma *intuição geral do mundo, uma sintaxe do universo* ... Como a de Nietzsche, a natureza de João Ribeiro é essencialmente fragmentária e livre ... Como Nietzsche, João Ribeiro tende a um secreto pessimismo niilista, que o aproxima de Schopenhauer, e lhe diz que a melhor solução para a pilhéria imensa da vida seria o regresso de tôdas as coisas ao estado de átomos ... Como Nietzsche, êle abomina as obras alentadas, e gosta de dar o seu pensamento em pequenas doses, leves, fáceis, como aforismas, ou como curtos artigos, ensaios de poucas linhas. E, enfim, como Nietzsche, João Ribeiro adota um sistema de trabalhar que é bem especial, escrevendo os seus artigos e os seus estudos em pequenas fôlhas de papel, fáceis de inutilizar e de sacudir fora, quando há necessidade ...

Ai o temos, pois, como num flagrante, na curta página em que traçou o retrato de Nietzsche!

E os pontos de vista em que o escritor alemão e o brasileiro se colocam na concepção da moral são, senão idênticos, pelo menos aproximados. Ambos insurgem-se contra a moral tradicional, e aspiram à renovação do mundo moral dos homens. Ambos querem a destruição da moral atual, a moral que até agora tem sido pregada, venerada e ensinada, essa moral, *instinto de decadência*, que por Schopenhauer foi formulada como «a negação da vontade de viver». Ambos querem dar combate a tôdas as forças que cooperam para o *castratismo* dos homens, ambos têm, um mais recôndito e disfarçado que o outro, o culto pela força, a veneração pelos grandes dominadores e pelos grandes conquistadores. E encontram-se ainda, amplamente, nessa tendência que ambos possuem a cultivar os inimigos.

Nietzsche medita: «*A inimizade* é um outro triunfo de nossa espiritualização. Consiste em compreendermos profundamente o in-terêsse que há em termos inimigos». (38)

(37) *Fabordão*, pág. 18.

(38) *Crepúsculo dos Idolos*, pág. 138.

E João Ribeiro, no mesmo sentido: «Não havemos de escolher os amigos, que de si mesmos hão de vir. O essencial em tudo é talvez escolhermos os nossos inimigos».

Nitzsche proclama, orgulhosamente, o seu imoralismo: «Nós, que somos imoralistas e anti-cristãos...»

João Ribeiro, que não chegou a uma confissão tão aberta, insinua-a em muitos passos de sua obra.

Essa aproximação, que eu acabo de tentar, entre o espírito de João Ribeiro e o de Nietzsche, bastará talvez para nos dar algumas das feições do nosso escritor, no terreno da moral e da filosofia: êsse ar paradoxico que têm muitas de suas sentenças e de suas opiniões, êsse desdém pelo leitor comum, essa capacidade de encontrar, muita vez, uma idéia nova, no dédalo das idéias velhas.

MULTIPLICIDADE DE ATIVIDADES

O espetáculo, porém, é muito mais complicado do que poderíamos julgar. E havemos de ver, na sucessão das páginas dêste ensaio, que êsse nietzschiano é insigne na arte de se revestir de tôdas as formas e assumir todos os aspectos.

João Ribeiro tem aqui a rigidez de um doutrinador católico, ali a severidade de um discípulo de Kant, acolá a nonchalance abandonada de um cético. Em moral, será um pagão, um cristão, um confuciano, um budista, um cínico... Será o que quisermos. E é isso o que vamos agora verificar.

A moral, que João Ribeiro constrói para seu uso, é uma moral relativista, como o é a sua religião. É a moral de um homem que se habituou a contemplar a vida sem as ilusões e que reconhece a imperiosa realidade de todos os erros. Certo, em suas horas de desenganada reflexão, êle criará, aqui e ali, máximas severas. Num dos seus artigos nos dirá que: «A imoralidade definha e fenece por si mesma, pela saturação a que chegam tôdas as violências contra o equilíbrio e a beleza dos sentimentos humanos». (39)

Numa página do livro sôbre o folclore, interroga-nos : «Que maior vitória que a de vencer-se a si mesmo?» Criticando o *Mala-zarte*, de Graça Aranha, destaca o espírito destruidor e negativo dêsse herói brasileiro. «Nada mais ilícito, diz então que o suposto direito de viver. A vida é sempre um *quantum* de energia e de outras vidas roubadas ao ambiente. O direito de viver pode ser a ordem da natureza, mas é uma egolatria imoral».

UM DURO MORALISTA

Em moço, as suas idéias morais eram conservadoras. Ele pregou o encanto e a ventura da vida conjugal. E teve a coragem heróica de publicar, em um dos artigos de sua seção *Através da Semana*, estes períodos, que parecem escritos por um positivista: «Para mim, só há uma coisa superior à vida conjugal, mas essa é quase impossível, e infelizmente parece que é um ridículo:

«— É a virgindade do homem.

«No momento em que essa sublime utopia chegar à realização (e é verdade que os nossos costumes não tendem para isso) na maior parte, as infelicidades oriundas do estado conjugal terão desaparecido.

«Porque, como diz o herói da *Sonata de Kreutzer*, o romance satânico de Tolstoi, o homem que não é virgem leva para o lar a falta que a mulher não comete mas lhe parece dever cometer.

«É esse elemento subjetivo do marido, esse hábito do crime que ao contato com a virgindade puríssima da mulher, macula-a um pouco, como um transvasamento de *virus*, e empresta-lhe a hediondez que ela não tem, sem hiato, sem queda, sem a grande crise que atira os homens, como cães, aos ossos e à carniça das aves». (40)

Suas idéias morais revelam, em certos dias, uma intransigência de pasmar. E esse homem espantoso chega ao limite de pedir a castração para certos criminosos. (41)

DEFESA DA EUGENIA

Partidário da eugenia, vê na nova ciência «a arte de fazer feliz a geração futura e formar a sociedade superior que nos deve suceder na continuidade da pátria».

Surpreende-se que haja ainda, em nossos dias, quem possa estar em antagonismo aos postulados da eugenia. E é com certo assombro que nos diz que os homens fazem muito mais pelos cavalos de corrida do que pelos próprios homens. A genealogia dos cavalos é mais importante que a genealogia humana... «Desprezamos os avós como desprezamos os netos, confundindo-os uns e outros na indiferença pelo nosso próprio destino».

Os problemas da eugenia parecem-lhe assumir a maior importância no Brasil. — O Brasileiro ainda não existe; está em período de formação. As linhas, o relêvo de sua estátua, são ainda vagos

(40) *Correio do Povo*, 29-9-1890.

(41) *Correio do Povo*, 15-1-1891.

e imprecisos. É necessário plasmá-la, a essa estátua, com inteligência e com saúde. Mas quais os princípios que precisamos de aceitar, como um benefício para a espécie e uma inspiração para leis novas? Êle nô-los indica: é a seleção matrimonial, é a esterilização, são as proporções da natalidade... «Em tôdas essas coisas cometemos erros, excessos e às vêzes crimes. A avidez e os entraves sociais fizeram do dinheiro principal motivo da seleção matrimonial, o fanatismo religioso perturba o divórcio digno e origina os males inextinguíveis das taras, das doenças e dos contágios mórbidos».

PROBLEMAS LIGADOS AO AMOR

Certo, João Ribeiro não tem o fanatismo, o misticismo das idéias. Êle sabe que só um resultado relativo nos pode ser dado esperar das doutrinas que na aparência mais parecem assegurar aos homens as condições da felicidade. Eis o que nos diz acêrca do amor-livre: «Certamente, o amor-livre não resolve os problemas biológicos e sociais do casamento, mas bem examinado seria mais favorável à perfeição da espécie em sociedade mais culta e mais consciente das responsabilidades humanas. Êle é a expressão de forças atrativas que seriam menos mentirosas que as convenções da sociedade, como a vemos, dilacerada de misérias secretas insuportáveis».

Não está longe de proclamar que o que existe de mais belo e melhor no homem é a sua expressão de primitiva animalidade. E certamente crê que a função da civilização tem sido até hoje a de afeiar e a de entorpecer o belo e forte Adão das primeiras idades. (42)

FORMAS DA MORAL

Mas João Ribeiro apenas constata um fato: o fato da moral existir entre os homens. E conclui que, assim como há formas da natureza, também há formas da Moral, superiores às doutrinações. Não pensemos, porém, que as louve... Ao contrário. Êle não está longe de ver na moral a chave de tôdas as imperfeições do homem. E talvez aspirasse por um estado de isenção de inteligência e de cultura, em que o homem pudesse voltar a ser o que originariamente era: a energia indisciplinada mas indene das nossas perversidades atuais. «Só levada pelos seus instintos, a humanidade seria amoral, mas indubitavelmente menos perversa e menos hedionda. Não temos nos gregários das bêstas e em tôda a animalidade inferior, um só exemplo de espécie que haja instituído a opressão e as hierarquias e delas faça um *modus vivendi*, um equilíbrio político

(42) *Jornal do Brasil*, 1-6-1933.

ou econômico, e que a pretexto de fé e doutrina, haja armado fogueiras, patíbulos e cárceres e dilacere os seus bandos em monstruosas chacinas. A brutalidade parece não estar muito com os irracionais». (43)

No mesmo artigo, diz: «Cada vez mais se sente a injustiça das distribuições. A morte moral do Homem é talvez a única verdade a que chegou o progresso. E eu não sei qual convenha mais: ser amoral como as bêstas ou imoral como os homens».

RAZÃO E LOUCURA

Sua tendência é, por exemplo, não crer na razão, não desprezar a loucura. Ama aqueles que possuem um poquinho de loucura, desdenha aqueles que procuram traçar um caminho muito rigoroso de razão. E com um sentimento digno do velho Erasmo, diz esta palavra profunda: «Àfinal, o juízo são é também uma loucura e um meio de estar contra o mundo inteiro?» (44)

A VERDADE

Se é assim precária e vã a razão, e se a loucura não é senão o próprio juízo — como poderemos querer, nesse universo precário e difícil, encontrar a verdade? Ilusão, sonho, impossibilidade eterna, eternamente remota! Eis o que é a verdade. Ninguém nos poderá dizer onde ela está... E é em vão que lutamos e lutaremos sempre, em prol dêsse eterno *enigma*... «Desde Pilatos — diz-nos êle — todos inquirem acêrca da verdade absoluta, mas é sempre possível chegar às suas cercanias quando se tem a serenidade de espirito, o difícil dom de imparcialidade e a agudeza de engenho que é necessária para penetrar no dédalo e labirinto das coisas escritas e as que se deixaram de escrever». (45)

Para chegar a essa simples aproximação, contudo, já é preciso, como o podemos sentir no verso de Raimundo Correia, um certo beroismo: «Quaisquer que sejam os precalços da verdade, convém dizê-la sem orgulho, mas sem temor. O escritor honesto e puro nada tem que perder no juízo dos pósteros». (46)

Assim, com melancolia e desencanto, medita João Ribeiro. E é êle mesmo quem conclui, quase com o saber do Eclesiastes:

(43) *Imparcial*, 10-9-1918.

(44) *Jornal do Brasil*, 25-11-1932.

(45) *Jornal do Brasil*, 21-9-1933.

(46) *Jornal do Brasil*, 21-9-1933.

«Quem viver cem anos, como as corujas e os corvos, poderá dizer onde estão a verdade e a poesia...» (47)

A BELEZA

Se é assim difícil de encontrar e de reconhecer a verdade — a beleza não o será menos. João Ribeiro não está bem certo do que de fato seja a beleza — ou, pelo menos, dá aquilo que não seja a beleza o direito de florescer e existir. «O mau gôsto tem direito à existência em tôda parte...» (48)

Convirá, porém, saber exatamente o que seja a beleza. E a essa interrogação, êle nos responde, precedendo Freud :

«O que nós chamamos *belo* é aquilo que, pelas curvas ou por outras associações remotas, nos lembra formas e estímulos genê-sicos, por menor que o pareçam. A beleza, por mais abstrata que seja, é sempre erótica; tôdas as coisas belas são próximas ou remotamente afrodisíacas». (49)

Mas essa idéia, por assim dizer obsoleta, de ligar a beleza à nudez, é cheia de conseqüências: em breve a *nudez gasta o assombro*, (50) e com ela, que se desfaz, desfaz-se também a beleza...

Procura, portanto, a beleza naquilo que é essencial, na mais íntima intimidade, na primeira célula, na célula que não se decompõe nem se destrói. Seu amor à simplicidade cresce, e se universaliza. Combate os arabescos, insurge-se contra os ornamentos suplementares. Seu amor à simplicidade, às linhas magras e essenciais, leva-o a exercícios curiosos. É assim que faz certos exercícios mentais — como o de tomar um poema amplificado de Carlos Magalhães de Azeredo: e, de setenta versos, o reduzir a quinze! (51)

AS CARTAS DE MAL-DIZER

Há, talvez, um pouco de mau-humor, em certas de suas idéias. Digo um mau-humor pessoal, um mau-humor filosófico...

O mau-humor de João Ribeiro vai crescendo... Guarda secretas irritações contra as mediocridades que triunfam. Em última análise, o Brasil lhe parece um largo campo propício a tôdas as azêmolhas... Finda pendendo para uma certa misantropia. E é essa mi-

(47) *Jornal do Brasil*, 15-12-1933.

(48) *Jornal do Brasil*, 12-12-1925.

(49) *Fabordão*, pág. 26.

(50) *Páginas de Estética*, pág. 26.

(51) *Imparcial*, 10-11-1919.

santropia que procura vasar no livro que a êsse tempo imagina compor — *As cartas de mal-dizer*. Escreve o primeiro capítulo dêsse livro, e o publica no *Kosmos* (fevereiro de 1904). Propunha-se a *dizer mal de todo mundo*. O livro seria, sem dúvida, uma crítica severa e amarga a tôda a organização e à vida brasileira. Mas escreveu apenas o capítulo inicial.

DIREITO E MORAL

E êsse mau-humor o leva a encarar com certo malicioso desdem os nossos pontos de vista tradicionais sôbre direito e sôbre moral. Chega a declarar a sua veneração pelos criminosos, a sua admiração pelo crime... Para o homicídio tem um louvor amoral: «O homicídio dá um certo ar de importância. O crime é uma elegância nova, é a grande nevrose dos sêres excepcionais». (52)

Na mocidade, num dos artigos do *País*, dissera, com uma espiritualidade confusa:

«No combate pelo direito, a concorrência vital terminará no dia em que ninguém se suicide, isto é, no dia em que não exista a necessidade de matar, de vencer, de ser o mais e o melhor. E como a sociedade é impossível sem uma aspiração de triunfo, sem um ideal pelo qual lute; e como a civilização cultiva moralmente os indivíduos, impondo-lhes antes a eliminação de si próprios do que a condenação dos demais, o resultado será que o auge do progresso humano se realizará no último homem que se suicide por não ter com quem repartir a vitória». (53)

Para o vício tem uma simpatia secreta: «É preciso ser um pouco vicioso, neste vale de lágrimas e de tentações». (54)

Exalça o vício... exalça e louva tôdas as heresias. E desafia a fúria dos inquisidores... Eis o seu louvor à hipocrisia:

«Sôbre a hipocrisia, convém explicar-me. Não colaboro na opinião comum de que a hipocrisia seja uma coisa detestável.

«Ao contrário. Penso que, em uma infinidade de circunstâncias, a hipocrisia é uma virtude.

«As mulheres, no meu conceito, não só devem ser essencialmente honestas, mas hipôcritamente honestas; e êste segundo têrmo é indispensável.

«A mulher que se permite muita familiaridade com os barbados pode ter uma honestidade profunda, mas não o parece, pelo que não deixa de ser um pouquinho desonesta.

(52) *Cartas devolvidas*, pág. 84.

(53) *O País*, 27-7-1890.

(54) *Jornal do Brasil*, 21-11-1926.

«Quando um ateu entra em um templo e tira o chapéu ou se ajoelha, comete uma hipocrisia e ao mesmo tempo um ato de dignidade e de respeito».

OS ERROS ESTÃO NOS HOMENS

João Ribeiro está convicto, entretanto, de que as imperfeições da vida, e os erros que acha nas coisas, não decorrem da vida nem das coisas. Decorrem de nós, estão em nós... Os antigos representavam a fortuna de olhos vendados: mas isso era um erro: «nós, e não a fortuna, é que andamos de olhos vendados...» (55)

Mas isso, afinal de contas, não é grande mal, pois que a felicidade nem sempre é um bem. Ao contrário. «A infelicidade é uma vocação divina. Só os grandes infelizes foram santos...» (56)

Convirá, porém, ser santo à custa de ser infeliz? À custa de viver para a dor e o suplício? Eis o que o hedonismo de João Ribeiro não aceita. Ao contrário do pranto, apanágio dos crentes, êle quer o riso, que diviniza os homens malignos. Quer a alegria, embora com a pobreza. Quer a sua alegria... «São, em geral, os pobres os que mais repartem as migalhas necessárias bem-feitoras. Tenho no bolso a alegria ruidosa das moedas de ferro, tilintantes e sonoras. Posso dizer como a população de Berlim, batendo nos bolsos:

— Aqui estão os músicos!

— *Hier sind die musicanten!*»

E nessa venturosa vocação para a alegria, êle quer construir os seus castelos fantásticos na desolação das paisagens que o cercam... (57) Quer que louvemos, amemos as boas sementes, mesmo quando elas não logram dar os seus belos frutos. «Abençoemos a semente, ainda que o solo injusto não a queira refundar». (58) E proclama a superioridade incondicional da virtude: «Não é a popularidade que nos comove, sendo ela vã e freqüentes vêzes ingloria: é, porém, a verificação das virtudes que a justificam». (59)

SIMPATIA PELOS IMPERFEITOS

Vimos como é forte a sua tendência de simpatia pelos seres moralmente imperfeitos. Vimos também como é ardente, na história

(55) *Jornal do Brasil*, 7-11-1926.

(56) *Notas de um Estudante*, pág. 225.

(57) *Revista Souza Cruz*, Janeiro, 1933.

(58) *Jornal do Brasil*, 12-6-1926.

(59) *Jornal do Brasil*, 9-5-1929.

do Brasil e na história universal, a sua simpatia pelos aventureiros e pelos audaciosos. Na apreciação dos caracteres morais, segue o mesmo rumo.

Sua simpatia pelos bandidos que infestam o interior do Brasil é real, e não procura disfarces. No fenômeno do cangaço, põe-se claramente ao lado dos cangaceiros. O que lhe parece merecer censuras é o governo — são os governos. «O remédio seria civilizar o interior do país, organizando a lavoura, criando comunicações, estradas e escolas, e completando êsse programa de grande complexidade com a *honestidade da administração e a sinceridade da justiça*. E isso não se fez até hoje. Nem se organizou o trabalho, nem se firmou a justiça, nem a instrução, nem o bem estar econômico. O *cangaço* é combatido como um caso policial, intermitentemente, persistindo todos os defeitos e falhas que o provocam e justificam. A política local tem todo interêsse em manter êsse estado de coisas, por isso mesmo faz do cangaceirismo um elemento vital de sua tirania e corrupção». (60)

Não é possível discordar da justiça dessas palavras.

A ELEGÂNCIA DO CRIME

Talvez demasiado pessimista no que se relaciona mesmo às classes mais altas do Brasil, êle tem a idéia de que as nossas regras morais ou sociais são estas duas — a impunidade e a vingança. «Há pouco mais de dois séculos, a propósito do Brasil, escrevia Barleus: passando a linha, não há criminosos (*ultra equinoctialem non peccari.*)»

A situação parece-lhe ainda a mesma.

«Como em país algum, graças a um largo êrmo de ambiente e de opinião, há anistia para todos os crimes; aqui floresce e frutifica uma riqueza inaudita de razões para o *habeas-corpus*. Uma literatura e uma ciência de atenuante incomparável, a epilepsia, o medo, a nevrose intelectual, a privação de sentidos, as *nuances* lombrosianas, os pontinhos de honra, tudo conflue diluvialmente para afogar o *júri* e restituir ao sol a horda dos assassinos». (61)

E João Ribeiro denuncia no Brasil — como já o vimos fazer — uma elegância nova — a do crime. E tanto é assim — ainda nos mostra — que no tempo do Império havia aqui «um político honesto e incorruptível (era o Visconde de Jequitinhonha, esclarece em outro lugar), que, quando via o seu nome no ostracismo, costuma-

(60) *Jornal do Brasil*, 13-8-1930.

(61) *Cartas devolvidas*, pág. 83.

va ir para as colunas dos a pedidos infamantes dos jornais» e passava duras descomposturas em si próprio.

«— Eu não sou canalha nem ladrão (dizia elle a quem lhe descobria o segrêdo dessas atitudes). Mas, êsse canalhismo é indispensável.

«Estava criada a elegância do crime».

CONCLUSÃO DE UM PESSIMISTA

A contemplação das anomalias morais deixou-lhe no espírito o pessimismo. E êsse pessimismo às vêzes é enganado. João Ribeiro parece caminhar de decepção em decepção. E chega, afinal, a êste raciocínio — de uma desolação dolorosa, cobarde e aniquiladora: a vida não é mais do que a putrescência da terra!

E eis aí o fundo das idéias morais de João Ribeiro.

São elas, essas idéias, vagas, flutuantes, incoerentes, muita vez? Certo que são.

Mas é aqui o momento de repetirmos a sua observação acêrca das incoerências de Nietzsche — é preciso sempre apanhá-lo em progresso e inconstância, e jamais em contradição...

IDÉIAS MORAIS E FILOSÓFICAS DE JOÃO RIBEIRO

(2ª parte)

Em uma página de João Ribeiro encontro êste pensamento:

«Abençoada a filosofia que traz um raio de luz, ainda mesmo fosforescente e irreal, aos nossos desejos».

E êsse pensamento me faz ir a uma interrogação — que é a última, que podemos fazer acêrca dêste espírito essencialmente móbil, que é o do escritor que estudamos:

— Teria João Ribeiro uma filosofia?

— Sem dúvida que a tinha.

Em sua mocidade, a sua filosofia fôra puramente estética. Elle vinha de Lessing, de Goethe, de Winckelmann; vinha de Georg Brandês; vinha de Taine e vinha de Ruskin. Já analisamos essas fases de seu espírito.

Mas, inquieto como era, inconstante nas idéias, acessível à evolução e amando a contradição, João Ribeiro estava fadado a abandonar a sua filosofia puramente estética. Abandonou-a. A sua aventura intelectual vai operar-se num sentido singularmente mais sedutor.

Creio que, como repositório de suas idéias filosóficas, nenhum dos seus livros tem a intensidade e o valor das *Notas de um Estudante*.

Quando digo idéias filosóficas, talvez dê à figura de João Ribeiro uma severidade que convém desfazer. Esse espírito é essencialmente móbil e plástico. Todo em nervos, João Ribeiro adapta todos os pensamentos e tôdas as meditações à sua agilidade surpreendente.

De sorte que, mesmo quando a sua imaginação parte a percorrer os campos da metafísica, os céus que atravessamos nunca são brumosos.

SISTEMAS FILOSÓFICOS

Desde logo é preciso dizer que João Ribeiro não acreditava nos sistemas filosóficos. Erguer, pedra a pedra, um monumento de filosofia, e encastelar-se detrás de ameias inexpugnáveis — eis o que lhe parecia um esforço ocioso, e mesmo inconcebível.

E não seria justa essa reserva prudente?

A verdade é que os sistemas filosóficos estão para a humanidade assim como a história dos carneirinhos estava para a criança que era preciso fazer adormecer.

Conheceis essa história?

É a de certa avó que punha a criança no bêrço e começava a falar, com sua voz de embalo:

— Era uma vez um pastor que tinha um rebanho, com muitos, muitos, muitos carneirinhos. O pastor foi andando com as carneirinhos... Encontrou um riacho... Os carneirinhos começaram a passar... Passou um... passou outro... passou outro... passou outro...

A criança cabeceava, entredormia. Mas, prêsa do interesse da história, voltava os olhinhos à velha.

— E o resto, vovó?

A avó aquietava-a:

— Espere aí... Os carneirinhos ainda estão passando... Lá vai mais um... mais um... mais um... mais um...

Afinal a criança cançava de ver passar carneirinhos, e adormecia profundamente.

Agora, dizei-me: que são os sistemas filosóficos, senão o embalo com que o homem se engana a si mesmo? Nós todos somos crianças que querem dormir. Vem ao nosso encontro um sábio, e põe-se a contar os prodígios da sua escola... Ontologias e meto-

dologias, realismos e materialismos, idealismos e espiritualismos, empirismos e apriorismos, criticismos, evolucionismos, fenomenismos e positivismos, relativismos e existencialismos — que é tudo isso para a humanidade, senão a lenta, a infinita história dos carneirinhos que estão passando no riacho?

ATITUDE ANTE A FILOSOFIA

É certo que João Ribeiro pouco acredita na filosofia. A linguagem filosófica parece-lhe ser apenas o resultado do terror que têm alguns espíritos de parecerem triviais; outras vezes será o desejo de enleiar as almas simples «com o cafarnaum de vocábulos e fórmulas sesquipedais». Amigo da clareza, êle se horripila diante de certos escritores esotéricos, que vivem perdidos entre *as imanências e as transcendências*... Isso tudo excede de muito o seu alcance mental: «É defeito meu, já ando convencido. É verdade que não me tiram o apetite nem o sono os problemas do Absoluto, nem a quádrupla raiz da imanência do irreal». (62)

Seu espírito, cuja qualidade central era a clareza, tem indisposição especial contra a obscuridade e o mistério dos nossos filósofos. Achando que o brasileiro está longe de ter, como o têm os alemães, um cérebro conformado para os longos surtos da metafísica, João Ribeiro não está longe de ver na filosofia brasileira um terreno de mistificação. Sente-se capaz de ler um filósofo estrangeiro; mas não se sente capaz de ler um filósofo nacional. «Leio e compreendo Comte, Spencer, Nietzsche, James e Bergson. Sóis que alumiam de longe, é natural. Cá perto nos ofuscam. — É o que sinto com êsses esplendores aí da esquina».

A FILOSOFIA NO BRASIL

Evidentemente, deve haver um certo preconceito, nesse seu ponto de vista. Ninguém nega que a filosofia tem sido até hoje no Brasil um eco do pensamento de autores estrangeiros. Mas como querermos possuir uma filosofia original, nós que em tudo seguimos o que pensam ou fazem os europeus, e hoje também os americanos?

Provimos de uma raça estéril para a meditação e para a criação mental, uma raça que nunca deu ao mundo um homem de pensamento puro. Ainda hoje os portugueses seguem a rica tradição já conhecida por João de Barros: «São os portugueses mais amigos de obrar que de escrever...»

(62) *Imparcial*, 15-7-1917.

Nós, que tanto herdamos de Portugal, herdamos isso também.

E o resultado é que, falhos de originalidade, pomos os olhos na França, e aqui ecoamos tudo o que Paris nos manda... É assim em tudo, a começar pela literatura... Nosso romantismo foi um eco do romantismo francês. Nosso realismo, nosso parnasianismo, nosso simbolismo, nosso modernismo... tudo isso nos veio de Paris, encaixotado nas páginas de uma ou outra revista, para aqui alvoroçar alegremente a taba!

Não é somente no terreno literário que vemos isso. É em todos os demais terrenos. Nossas artes têm sido até hoje artes de imitação. Nossa ciência toda é bebida em livros que chegam de fora. Só um ou outro cérebro mais destemido se aventura às arrojadas audácias de uma observação pessoal...

Se assim ocorre em todos os ramos da cultura, se intelectualmente o Brasil não passa de uma terra de epígonos e de discípulos, — por que razão condenar, como João Ribeiro fazia, e de maneira tão sumária, a nossa filosofia?

A mim me parece que cumpre animar, e de certa maneira consolar, os nossos filósofos, ou os que assim se batisam. Nenhum crítico pode honestamente sentir-se capaz de saber onde é que existe um autor verdadeiramente grande, capaz de invadir o futuro e causar o deslumbamento das gerações. Não sendo capazes os críticos de tal proeza, eu creio que o que de melhor têm eles a fazer é venerar o que se fecha dentro dos mistérios.

No mundo existem deuses desconhecidos, e convém venerá-los. Algum deles talvez seja o grande Deus do futuro.

Esse frio desde com que João Ribeiro se refere a alguns dos nossos chamados filósofos («tenho lido as tiradas filosóficas dos Srs. Veiga, Figueiredo e Quejandos, sem lobrigar coisa alguma»), esse frio desde talvez não seja mais do que um erro de perspectiva. Cuidado! Esses doutores *Veiga e Figueiredo* talvez sejam o Nietzsche e o Bergson do futuro do nosso futuro...

João Ribeiro, porém, não lastima a incapacidade ingênita do brasileiro para a filosofia. Com essa lacuna da alta metafísica, e talvez por força dela, nós somos tão felizes como aqueles povos que não têm história. E o principal, diz-nos o escritor, não é saber filosofar: o principal é saber viver. «Não tanto a filosofia, mas a saúde física e moral é o maior de todos os bens». (63)

(63) *Jornal do Brasil*, 2-11-1927.

JULGAMENTO SÔBRE OS FILÓSOFOS NACIONAIS

Para sentirmos todo o desdem que João Ribeiro tem pela filosofia brasileira, não precisaremos senão de ver alguns dos seus juízos acêrca dos nossos filósofos. E não será procurando as suas palavras acêrca dêsses *Veigas*, *Figueiredos* e *Quejandos*, filósofos inexistentes, aos quais dirige as farpas de sua ironia e de seu sarcasmo... Haveremos de ir é aos que verdadeiramente representam a nossa filosofia no que ela tem de melhor, aos que são consagrados chefes de nossas correntes filosóficas...

Escolho dois dêsses grandes vultos — Tobias Barreto e Farias Brito. Um dêles representa a Escola do Recife, isto é, o grande movimento de renovação crítica e filosófica que libertou o Brasil, no século passado, das opressões do Romantismo. O outro, espiritual e religioso, difuso o poético, tem sido apontado, por muitos estudiosos, como sendo o maior filósofo que o nosso país já produziu. E não está longe de ser dado, por muitos leitores que se deliciam com a sua complexidade e com a sua sutileza, como o Bergson de nossa terra.

Entretanto, para um e para o outro, o juízo de João Ribeiro é cheio de restrições, de limitações, de negações...

OPINIÃO SÔBRE TOBIAS BARRETO

Acêrca de Tobias Barreto — não obstante o seu tal ou qual sentimento de bairrismo — a sua opinião é bem restritiva.

Refere-se à filosofia que no tempo do mestre sergipano irradiou da Escola do Recife, e diz:

«Um dos focos dessa filosofia de puro diletantismo e toda de curiosidade das idéias gerais foi o Recife sob a ação de Tobias Barreto.

«Quase todos os rapazes desde aquele tempo abeberaram-se de preocupações filosóficas: Silvio Romero, Fausto Cardoso, Orlando, Farias Brito, Graça Aranha e inúmeros outros.

«O que há nêles de massudo e pedantesco vem daquele charfaz de pedras.

«Grande conhecedor das coisas e das idéias alemãs, Tobias, espírito de escol, mas de duvidoso gôsto, exerceu um influxo despotico e excessivo sôbre a mocidade, que lhe rendia um culto sem limites». (64)

(64) *Imparcial*, 1-10-1917.

A Farias Brito que entretanto proclamou o unico *filósofo brasileiro*, assim se referia:

«Coisa insólita! Este era um filósofo, pela abundância e pela prolixidade, ou pela vastidão, e até mesmo pela caligem do estilo, por vezes impenetrável. Frequentemente é difícil dizer o que querem aquelas páginas, que necessitam um meneio constante, uma perda de tempo e uma atenção que não é própria da mobilidade dos nossos dias.

«Não é coisa fácil alcançar uma inteligência razoável das suas doutrinas.

«Percebe-se que ele era um espiritualista descrente ou indeciso que se encaminhou para os domínios da fé.

«... Esse valor, se estamos com a verdade, é nenhum. Farias Brito é um filósofo atrasado, incongruente, e não deixará um só discípulo». (65)

RELATIVISMO DO CONHECIMENTO

Já vimos uma e muitas vezes, o espírito de relatividade que em João Ribeiro presidia ao exame de todas as idéias e de todas as crenças. Ele sabe e ensina que o homem é que é a medida das coisas.

O universo é sempre uma simples imagem humana. Suas perspectivas são determinadas pelas nossas faculdades e os nossos sentidos.

«Não podemos certamente sair dessa limitação. Até há pouco só compreendíamos o mundo nas três dimensões usuais e quando a ciência de Einstein lhes incorporou a quarta dimensão do tempo apenas podemos compreendê-la pelo cálculo».

Neste universo, que é apenas um reflexo da alma humana, tudo será precário e relativo...

João Ribeiro escreveu, acerca de Vaihinger um artigo que eu reputo o mais característico dos seus trabalhos de natureza filosófica.

Vaihinger é o criador da filosofia do *Als ob* — *como se*.

Para ele, os fenômenos todos — Deus, o Universo, o homem, a vida, as coisas — não são como os vemos; mas são *como se fossem*... São aspecto, formas, ilusões, alterações, dos nossos sentidos. A realidade, assim, passa a ser bem diversa da nossa realidade habitual e humana.

João Ribeiro, que vulgariza a doutrina do *Als ob*, considera-se de pleno direito um discípulo de Vaihinger. Ele também, nos seus

(65) *Imparcial*, 1-10-1917.

terrenos, que são os da literatura, os da filologia, os da história, os do ensaio, não fêz outra coisa, durante a vida inteira, senão pesquisar a verdade. E teve de contentar-se sempre com aparências . . . aparências às vezes tão numerosas e tão ricas que davam àquêle que as encontrava, que as apresentava ou as discutia, o aspecto da incoerência e mesmo o da contradição . . .

A FILOSOFIA DE VAIHINGER

«Êste filósofo, escreve João Ribeiro, referindo-se a Vaihinger, diz coisas tão clarividentes que lhe retiráramos o título pomposo de filósofo, se não fôssemos obrigados a subscrever a opinião que é hoje a do mundo inteiro. É uma exceção à regra dos filósofos comuns que fazem da obscuridade um talismã respeitável».

E passa a nos dar uma síntese do que seja a doutrina do *Als ob*. «O princípio geral da doutrina é o de que a verdade não passa de um formoso mito, isto é, a Ciência é exatamente o maior empório da imaginação.

«A ciência é o ramo mais considerável da ficção. As chamadas verdades científicas são apenas desenvolvimentos lógicos de certos mitos precários que se refazem ou destroem mediante ficções novas e sucessivas.

«A positividade, portanto, em matéria de conhecimento, é uma tolice ou um romance.

«A filosofia de Vaihinger não faz outra coisa que despertar êsse sentimento contra a ortodoxia científica . . .»

«... A ficção é por excelência a *ultima ratio* do saber positivo. A realidade extrema de todo o saber é uma hipótese, e tôda hipótese é sempre uma espécie de andaime a suprimir, por inútil, de vez em quando.

«Daí a infinita variedade de verdades. Num certo tempo, a terra foi imóvel; assim o acreditavam, e isso era o bastante para a ciência positiva dos antigos.

«Depois passou a terra a mover-se e com dois movimentos simultâneos. Será esta a verdade? Sim, diz a ciência *positiva* do nosso tempo.

«— Não! Diz a filosofia do *Als ob*. Convém por enquanto admitir aquêles dois movimentos *como se existissem*. É uma conveniência lógica, temporária e proporcionada à medida das atualidades conhecidas.

«E como essa medida é a todo o momento variável, qualquer perturbação pode reclamar outro *Als ob*.

«Em regra não temos nem podemos ter nenhum sentimento das coisas que existem. Não há nenhum nexo, por impossível, entre o subjetivo e o objetivo.

«... As verdades, pois, são *Als ob*, em série progressiva, e o que parece concluir-se dessas hipóteses provisórias é que só conhecemos os andaimes que levantamos para observatório de verdades eternamente inconstantes e fugitivas e talvez inexistentes.

«Essa convicção leva-nos a certo ceticismo, só afirmativo dos erros que praticamente convém às ficções da verdade.

«As ficções mostrou-as exaustivamente Vaihinger com monstruosa exuberância de exemplos que abrangem toda a história intelectual da humanidade. Não escaparam ao seu exame a Religião, a Moral, a Ciência e a Arte.

«O próprio Deus é um enorme *Als ob*, que sob inúmeras variáveis promete a mais longa eternidade.

«... Assim, é a verdade uma ficção progressiva, sem nunca deixar de ser, conforme com a finalidade que nos apraz ou nos aproveita. Os laços que nos prendem ao mundo e ao universo são e não podem deixar de ser de pura fantasia.

«Essa é a única realidade possível.

«Conversamos com um cão, diz Kobet, «como se este fôsse inteligente». Admitimos que é, e algo nos entendemos um ao outro.

«Para que mais?

«Eis a realidade de universo». (66)

* * *

Mas — inquire João Ribeiro — que fazemos nós, os homens, senão trabalharmos com as nossas próprias ficções? «A soberba ciência dos sábios não passa de uma superstição transcendente...»

UM ESTUDO COMPLEMENTAR

Por ocasião do falecimento de Vaihinger, João Ribeiro voltou a tratar do filósofo, e o fez num artigo que ficou sendo o complemento, como que a conclusão, do estudo anterior. (67)

Aí diz êle, prolongando o pensamento do sábio com o qual sentia tantas afinidades:

«Que sabemos da vida, desta vida ou se quiserem da vida futura?

(66) *Notas de um estudante*, pág. 29.

(67) *Jornal do Brasil*, 29-12-1933.

«A vida futura existe, porque é uma formosa superstição, tão segura como a própria realidade.

«O famoso poeta inglês Rupert Brooks escreveu no seu famoso poema do *Pó* (*Dust*) que há sempre a esperança de um encontro.

«Pouco importa o momento ou o lugar, uma vez que temos a nosso favor o infinito.

«E é uma ficção matemática que um átomo de nós, solto e vagabundo, um dia encontrará o outro átomo amado por quem suspirou em vida.

«Shall meet the atom that was you !

«Os espiritas dizem que será em outra encarnação. Seja como fôr, o encontro será fatal.

«E as afinidades que partem de nós hão de achar a compensação que infinitamente anseiam.

«É certo que será assim ?

«A nossa esperança parece aceitar essa tímida subjetividade do outro mundo.

«Podemos negá-los, podemos desesperar do tempo ; mas o infinito é assaz vasto para os mais absurdos encontros.

«E se não fôr assim, não nos desconsolamos. Será como se...»

LUGAR DO ESPÍRITO

Em meio a essas hipóteses de tão pura fantasia, como parecem ser tôdas as coisas, dêse Deus até aos mais humildes seres — que lugar se há de deixar ao espírito? Afirmá-lo? Negá-lo?

João Ribeiro, mais uma vez, se detem, e se interroga. Medita acêrca de certas afirmações do Espiritismo, e escreve: «Vai para mais de trinta anos, comprei uma casinha em Santa Teresa e fui habitá-la. Dentro de pouco tempo, não sei como, grangeei uma mania: dei para colecionar borboletas, arranjei os petrechos de caça, comprei quanto livro achei sôbre lepidópteros.

«E já estava com a minha coleção bem adiantada, quando vim a saber que a casa que eu fôra habitar tinha sido ocupada, largos anos, por um conhecido colecionador de borboletas, o alemão Beninghausen, que viveu aqui no Rio...

«Não sou um místico, não creio em influxos astrais e muito menos no prestígio dos deuses lares e penates. Professo a cômoda superstição da coincidência, do acaso.

«Contudo, essas coisas fazem pensar . . .» (68)

CONCILIAÇÃO DOS IMPOSSÍVEIS

Essas coisas fazem pensar, realmente . . .

E eis que João Ribeiro dá um derradeiro passo no seu caminho: e chega a esta conclusão extrema: a da conciliação do materialismo com o espiritualismo.

Huxley, outrora, numa pitoresca frase, sorria dos espiritua-
listas e dos materialistas. — São cavaleiros que lutam desde
séculos por escudos cujas côres desconhecem! — exclamou o
pensador inglês.

João Ribeiro foi adiante de Huxley. Não sorriu dos dois
sistemas que há milênios se digladiam no planeta. Antes soube
juntá-los, numa fórmula única. «Para falar com franqueza, acre-
dito um pouco no espírito». Diz-nos êle. (69) E explica-nos a
razão dessa sua crença. A ciência moderna ensina que não o es-
pírito, mas a matéria, é que é ilusão e aparência.

«Os sábios que decompueram a matéria, desceram aos seus
elementos moleculares, e ainda mais para o fundo, até os átomos;
e voltaram, para nos dizer que não há matéria, e o que lá existe,
em última análise, não é nenhuma coisa rígida. O que há são irra-
diações. Há, no fundo elementar da matéria, somente energia e ne-
nhuma massa rígida e sólida.

«Assim, pois, êsses eletrons elementares devem ser computa-
dos como espírito, uma vez que não podem ser matéria.

«Chegamos, pois, a êsse resultado: que o que existe de funda-
mental no mundo físico é qualquer coisa espiritual e incorpórea.

«Se essa coisa última e incorpórea não se decompõe pela cor-
rupção, que para ela não existe, podemos dizer, sem inverossímil
absurdo, que o espírito sobrevive ao corpo.

«Qual será a função dessa energia depois da morte, agora
inútil? Não m'o dizem, mas deixam-me pensar». (70)

A INCONSTÂNCIA DE ARIEL

Ondulante, caprichoso, fugitivo, é o pensamento de João Ri-
beiro. Como reduzi-lo a algumas linhas fixas?

Louvando o saber de Montaigne, Sainte-Beuve não via no
pensador dos *Ensaio*s o cético, nem o pirrônico. O que via e lou-

(68) *Notas de um estudante*, pág. 217.

(69) *Jornal do Brasil*, 1-9-1933.

(70) *Artigo citado*.

vava em Montaigne era o próprio Montaigne: era a sua espontaneidade sincera e clara, o dom de se encontrar no meio confuso das idéias e das fórmulas. O que lhe parecia extraordinário em Montaigne é que êsse autor «c'est tout simplement la nature».

João Ribeiro tem, ao que posso julgar, êsse mesmo dom precioso: o de se encontrar sempre, o de ser êle próprio, em tôdas as horas e em todos os momentos. É espantoso que êsse homem tenha passado pelas aventuras intelectuais mais arriscadas, sem se deixar toldar em sua essência íntima. Adorador dos livros, leu bibliotecas, meditando-as, assimilando-as. Mas seu espírito permaneceu livre em meio a tudo. E êsse maníaco dos livros nunca foi um espírito livresco.

Um dos traços essenciais de sua filosofia seria a crença na vida. Para êle, um minuto de vida vale um século de bibliotecas. «Para que serve ler livros e bibliotecas inteiras?» pergunta-nos em uma das páginas da *Floresta de Exemplos*. «Servem êles apenas para confundir o espírito, encher de contradições a alma ingênua dos homens». E é ainda êle quem nos ensina que só há um livro que devemos ler: é o livro em branco.

Êsse homem, que assim sorria dos livros, amava, com um amor que não procurava disfarçar, a santa irmã Ignorância. Para êle, a ciência humana consiste numa *curiosidade malsã*, e um sábio não vale mais do que um ignorante. Êle considera que o *êrro é o melhor estrume da verdade*, e tem a franqueza de confessar que «às vêzes vale a pena cometer uma asneira grande».

Para êle, a ignorância pode «entrar na ciência como a noite entra na computação dos tempos e entram as ilusões e os sonhos de permeio entre os elementos solares da realidade».

E, afinal, João Ribeiro estaria com a razão, nesse que parece um jôgo sutil de paradoxos.

A NÉVOA DAS ALTITUDES

Na análise das idéias de João Ribeiro, iremos achar essa tendência contraditória ao paradoxo, e não raro à irreverência. Êle não tem a menor dificuldade em pôr duas orelhas de asno nas opiniões mais salutarmente aceitas por tôda a gente, e fazê-las passar na praça pública, sob o apupo das multidões...

Uma rápida revista em seus livros e em seus artigos nê-lo revelará.

Em primeiro lugar, João Ribeiro não tem a faculdade de traçar limites rígidos e claros entre as idéias ou as tendências dos indivíduos. Na altura em que se coloca, vê atenuadas as formas de tôdas as coisas. Quando as olhamos das culminâncias, as coisas

se despojam de muitas de suas côres e de muitos dos seus recortes; e passam a ser tão vagas as suas arestas, que parecem penetrar-se, harmonizar-se, num todo enorme e universal. Nas altitudes supremas do pensamento, tudo se compreende. E razão e loucura, e beleza e fealdade, e aspereza e ternura, como que se encontram, se fundem, se completam.

Eis aí a soberana amplidão em que se libra o espírito de João Ribeiro.

Não mais a querela eterna do espírito contra a natureza, da matéria contra o espírito. A paz, sim, a paz de tôdas as idéias, de tôdas as possibilidades. A paz de tôdas as hipóteses, pois as mais certas verdades humanas não passam de fragilimas hipóteses.

É dessa altitude que João Ribeiro contempla o mundo. E êsse caráter de irreverente paradoxo, que lhe achamos às vêzes nas opiniões e nas crenças, decorrerá dessa distância em que êle acabou se colocando.

Seu pensamento, largo e universal, recebe as idéias e as compreende. Por isso, êle nos diz tanta coisa que se choca com a nossa moral tranquila e habitudinária...

UMA EXPLICAÇÃO DE MONTAIGNE

E se quisermos melhor compreendê-lo, nessa riqueza de mobilidade e paradoxo, não teremos outra coisa a fazer senão recorrer aquêlê que foi o seu mestre em tantas coisas, o seu modelo acabado, o grande Montaigne. Eis como o autor dos *Ensaaios* explica a sua variação de opiniões, a sua incoerência e a sua contradição:

«Quand je prend des livres, j'aurai apperçu, en tel passage, des grâces excellentes, et qui auront feru mon âme: qu'un à autre fois j'y retombe, j'ay beau le torner et virer, j'ay beau le plier et le manier, c'est une masse informe pour moy. En mes escrits memes, je ne retrouve pas toujours l'air de ma première imagination: je ne çais ce que j'ay voulu dire; et m'eschaude souvent à corriger et y mettre un nouveau sens, pour avoir perdu le premier, qui valoit mieux. Je ne foys qu'aller et venir: mon jugement ne tire pas toujours avant; il flotte, il vague.

Velut minuta magno.

Deprensa navis in mari, vesaniente vento. (71)

«Maintesfois, comme il m'advient volontiers, ayant prins pour exercice et pour esbat, à maintenir une contraire opinion à la

(71) Como um frágil barco surpreso, no mar alto, pela tempestade (Cáthulo, Epgr. XXV.)

mienne, mon esprit, s'applicant et tournant de ce costé lá, m'y attache si bien, que je ne trouve plus la raison de mon premier advis, et m'en despars. Je m'entraine quasi où je penche, comment que ce soit, et m'emporte de mon poids». (72)

Não parece o retrato da eterna mobilidade e da risonha inconstância do nosso João Ribeiro?

JOÃO RIBEIRO E UMA IMAGEM DE BOERNE

Tal é, e tal o vimos, em sua inacreditável mobilidade, em sua refração de infinitas cambiâncias, o nosso João Ribeiro. Uma apreciação comum e pouco sutil escreveria a propósito dêle as duras palavras de incoerência, inconstância e contradição. Creio que responderemos melhor à realidade, se escrevermos apenas a expressão — *riqueza de espírito*. Era o próprio João Ribeiro — já tivemos ocasião de vê-lo, em uma passagem dos nossos estudos — quem se caracterizava, dizendo que *possuía alma demais*.

Procurando definir aquela maravilha do espírito humano que foi Heine, Ludwig Boerne, o famoso satírico, dizia que o poeta do *Mar do Norte* era como um ratinho que houvesse cavado galerias subterrâneas sem número. Perseguido num ponto, ia aparecer em outro. Tornava-se impossível apanhá-lo...

— Só se a crítica fôsse um gato, acrescentava Boerne. Mas é que Heine é muito mais rato do que pode ser gato a mais acelerada crítica.

João Ribeiro, que, pelo pitoresco e pela exatidão, gostava muito dessa imagem, costumava aplicá-la ao nosso Machado de Assis. Para êle, Machado de Assis era, tanto quanto Heine, o ratinho de Boerne...

Mas eu penso que ainda não seria Machado de Assis o escritor que no Brasil mereceria ser comparado àquele ratinho, dono de inúmeras galerias subterrâneas.

Êste seria, sem dúvida nenhuma, João Ribeiro, o homem que viu as infindas gradações de cada idéia, o que não teve receio de em cada situação examinar os prós e os contras de tôdas as coisas. Já uma vez tive ocasião de chamá-lo «o mestre da nuance em nossas letras». E creio que posso conservar o julgamento.

(72) Les Essais, 4.º vol. Edição da Renaissance du Livre, (*apologie de Raimond Sebond*).

ORAÇÃO DA SRA. REGINA M. RIBEIRO XAVIER, NETA DE JOÃO RIBEIRO (*)

«Alguém deveria pronunciar êste agradecimento e ninguém poderia fazê-lo melhor que meu tio, Professor Joaquim Ribeiro, herdeiro do talento de seu insigne pai. Encontra-se, porém, ausente; cumprindo missão oficial de estudos folclóricos, assiste aos festejos comemorativos do centenário da cidade mineira de Januária.

Sinto-me, pois, impelida a exprimir de público o reconhecimento de nossa família pelas homenagens que aqui vêm sendo prestadas à memória digníssima de meu avô. Sei que minhas palavras não serão brilhantes nem eruditas, mas terão como único mérito a sinceridade, pois vêm ditadas por meu coração.

Em verdade, é com profunda gratidão que vemos evocada a memória de João Ribeiro, não apenas como o sábio filólogo, historiador, folclorista, poeta e tantas coisas mais, mas também com a veneração prestada ao mestre amado por todos os seus discípulos.

Foi João Ribeiro, sem dúvida, um espírito de cúpula, um talento com múltiplas facetas, que se tornou luminar da literatura brasileira, como poderia ter sido um genial artista, dados a sua grande sensibilidade musical e seu maior talento, de pintor. E foi também, não apenas o diamante bruto, mas o brilhante fulgente, lapidado. Aquêlê eminente escritor cuja autoridade tem sido por todos sobejamente reconhecida.

Pesquisador inato, dotado de incomparável espírito de síntese, concluía, em seu palavrear claro e conciso, os princípios que regem o desenvolvimento dos fatos históricos, a Etimologia e a Gramática, com a mesma simplicidade com que o fizeram Newton, na Matemática, Galileu, na Física e na Astronomia e Lavoisier, nos domínios da Química.

Mas, se foi genial em seus talentos, sinto-me orgulhosa ao reconhecer que a vastidão de sua inteligência não diminuiu nem suplantou a imensurável grandeza de sua alma. É comovente sentir que os louvores tecidos à sua memória, decantam seu preclaro

(*) *Jornal do Brasil*, 6-8-1960.

cérebro, a par de seu bondoso coração. Assim tem feito Múcio Leão, nesta série admirável de conferências que vimos de assistir.

Mas, se foi bom e manso, o «Sr. João, o Sábio» de Humberto de Campos, não deixou de erguer, bravo e denodado, em defesa dos ideais cívicos que o nortearam. Foi assim que atuou como republicano e, melhor ainda, como nacionalista.

Do profundo sentimento de Brasilidade de João Ribeiro, pode dizer o nome de sua filha primogênita, Xaviéria, assim chamada em homenagem a Joaquim Francisco da Silva Xavier, o Tiradentes.

João Ribeiro foi bom, bravo e idealista. Mas também foi um homem generoso. Generoso ao louvar os talentos que despontavam no horizonte das letras brasileiras, fê-lo sempre, porém, à sua moda, justa e imparcial, sem favores e sem rancores, que não encontrariam guarida em seu elevado espírito. E foi certamente isto que o tornou o homem que, no dizer de Jaime Adour, possuía Radar, pois descobriu talentos como Manuel Bandeira, Tristão de Ataíde, Raquel de Queirós, e tantos outros. E foi, sem dúvida, esta sua bondade cheia de justiça, que lhe garantiu um altar no coração de cada um de seus pares.

Múcio Leão: é a você, entre todos, que cabe aqui uma especial mensagem de agradecimento, pelo muito que tem feito em prol da memória de meu grande avô. E, nesta mensagem, não posso deixar de evocar a figura meiga e graciosa de vovó Nhãnhã, devotada esposa de João Ribeiro e de quem poderíamos dizer — plagiando o Jaime Adour que também possuía Radar. Pois foi este Radar, amigo Múcio, que fêz com que vovó Nhãnhã, mãe de oito filhos, dois dos quais já se haviam projetado no mundo das letras, por ocasião da morte de João Ribeiro, escolhesse a você, Múcio amigo, para executar a difícil missão de selecionar e classificar a obra de meu preclaro avô. E se ela assim o fêz, e com grande acêrto, foi porque reconheceu em você, Múcio, não apenas o discípulo genial, mas também o amigo fiel, capaz de coligir sem enxertar, respeitando e mantendo em sua pureza e integridade, este todo complexo e harmonioso, que constitui a obra inigualável de João Ribeiro.

Sem paixões, sem pretensões, devotado escrupulosamente à perpetuação da obra deste, que foi o seu Mestre e, mais tarde, um de seus Pares, você conseguiu o milagre de ressuscitá-lo, dia a dia, para deleite de quantos o admiram. Por isso,

Muito obrigada».

CURSO AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

Nos meses de julho e agosto, realizou-se uma série de conferências no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre Affonso d'Escragnolle Taunay.

Foram apreciados aspectos marcantes de sua personalidade e de sua obra histórica, acervo indispensável ao conhecimento do nosso processo evolutivo.

Divulgamos aqui quatro das seis apreciações então realizadas.

C.D.R.

TAUNAY E A «HISTÓRIA DO CAFÊ NO BRASIL, SUA IMPORTÂNCIA ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA» (*)

Introdução e desenvolvimento do cafeeiro no Brasil

CANABARRO REICHARDT

Passados dois anos do falecimento de Affonso d'Escragnolle Taunay, mais e mais avulta a imensa lacuna deixada por sua erudição, suas extensas e profundas investigações, sobretudo, por esse sexto sentido de descobrir os veios auríferos da história.

O curso que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro organizou em sua memória, tem por fim reviver essa singular personalidade, através dos vários aspectos de sua vida laboriosa, toda ela dedicada ao saber.

O tema de que nos ocuparemos, é a análise que empreendeu da cultura do café no Brasil, compulsando inúmeros documentos, livros, informações e estatísticas.

(*) Conferência da série "Curso Affonso Taunay do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada em sessão de 20 de julho de 1960.

Compôs 15 alentados volumes sôbre a cultura e comércio da rubiácea, mostrando-nos como, de uns poucos grãos, se desenvolveu entre nós, a ponto de tornar-nos seu maior produtor no mundo; a riqueza e as vicissitudes que nos tem acarretado, e, mais que tudo, essa gigantesca luta que mantém mobilizada a nação inteira para que se não perca a nossa supremacia de seu comércio.

Passando por alto sua origem remota na Etiópia, a introdução entre nós, deve-se a Francisco de Melo Palhêta (*) do qual não se sabe exatamente se era brasileiro ou português.

Ê, porém, fora de dúvida que era oficial de linha no exército português, sargento-mor no ano em que trouxe de Caiena para Belém os primeiros grãos de café plantados no Brasil.

A ida de Palhêta à Guiana, deve-se a uma questão de limites e a uma ameaça de d'Orvilliers, governador daquela possessão francesa, a João da Maia da Gama, governador geral do Estado do Maranhão, em 1727.

Joaquim Caetano da Silva, em sua famosa obra : *L'Oyapock et l'Amazone*, atribui à senhora do govenador, a preciosa introdução do cafeeiro no Brasil, a um oferecimento gracioso a Palhêta de uns grãos de café.

Contesta, porém, Taunay essa versão, hoje perfeitamente esclarecida por Teodoro Braga, mercê da descoberta de um documento de que Basílio de Magalhães só conheceu os fragmentos publicados pelo Barão do Rio Branco. Levava aquêlê official formais instruções de João da Maia da Gama, para que se esforçasse, por todos os modos, de angariar grãos de café e os trazer a Belém.

O capítulo décimo das instruções dadas por Maia da Gama, dizia: «e se acaso entrar em quintal ou jardim ou rossa ahonde houver café, com pretexto de provar alguma fruta, verá se pôde esconder algum par de graons com todo o disfarce e com toda a cautella».

Parece absolutamente incontestável que o cafeeiro entrou no Brasil pelo Pará.

Entretanto, sua produção, no período que vai de 1773 a 1818, não atinge a quatro mil arrobas.

O café não prosperou na amazônia por motivos climáticos, assim como nos demais Estados do norte e nordeste, com exceção do que se plantou nas serras de Baturité, Aratanha, Pacatuba, cujo cultivo, foi, porém, insignificante.

(*) Arthur Cezar Ferreira Reis, attribue ao official Francisco Xavier Botero em *A Amazônia que os portugueses revelaram*, pág. 48.

Segundo Aires do Casal, a rubiácea começou a ser cultivada no Rio, na época do Conde de Bobadela, pelo ano de 1760, pelo desembargador João Alberto de Castelo Branco.

Tão insignificante ainda era a produção brasileira em 1800, que o Príncipe Regente, requisitava para a ucharia da Casa Real, dez arrobas do melhor café do Brasil.

John Luccock, em suas *Notes en Rio de Janeiro*, dá-nos notícia de uma lavoura cafeeira rudimentar nos arredores do Rio de Janeiro, além das serras, no vale do Piabanha, do Paraíba e do Paraíba.

Em 1820, o general conde de Hogendorp, antigo ajudante de campo de Napoleão I, emigrado para o Brasil, possuía, na encosta do Corcovado uma lavoura de uns trinta mil pés de café.

Desapareceram, praticamente, da terra carioca, observa Geremário Dantas, mas incontrastável é que dentro da cidade do Rio de Janeiro se formou o primeiro núcleo de mudas e sementes que inundaram o território fluminense, Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Espírito Santo, prodigiosa e incomensurável grandeza, a mais alta e considerável força econômica do Brasil, perante o mundo e em face de nós mesmos!

Erguer-se-ia, a capital do café brasileiro, nas primeiros décadas do século XIX na sesmaria de Vassouras. Incrementou-se esta lavoura imensa a partir de 1816, com a chegada de Custódio Ferreira Leite, futuro barão de Aiuruoca.

É difícil fixar-se a data em que, em terras paulistas, se plantaram as primeiras lavouras de café. O mais velho documento da exportação por Santos, até hoje desvendado, data de 1795.

Caberia às terras do chamado «norte paulista», empreender a mais importante disseminação do cafeeiro em terras de São Paulo, por ordem de antiguidade. E a razão é fácil de compreender: a continuidade das terras fluminenses, onde a diretriz cafeeira rumara de Mendanha para São João Marcos e Resende, penetrando território paulista por São José do Barreiro, Areias e Bananal.

Dai se foi espalhando no sentido da contra-corrente do Paraíba, pelo vale do grande rio acima, chegando a galgar o «divortium aquarum» da serra de Itapeti e ocupar os arredores de Mogi das Cruzes, já no vale do Tietê. E, na mesma época apresentava erupções laterais como a de São Luís de Piratininga.

Em Minas, foi na zona da Mata que o café teve maior desenvolvimento, pela sua maior proximidade com o Rio de Janeiro.

II

CRIA-SE UMA GRANDE RIQUEZA

Sintetiza Taunay seus 15 volumes num só de quase 600 páginas, com o título: *Pequena História do Café no Brasil*, de que nos socorreremos amiúde em nossa palestra. Constitui o seu estudo uma das mais esclarecedoras fontes da história econômica do país, no ciclo de 1727 até os nossos dias e um guia seguro para o futuro.

Parafraseando o famoso axioma de Silveira Martins, sentença: «se o Império fôra o café, a República ainda continua a ser o café».

«Não era, pois, mero tropo destituído de significação real, o lema que tive o ensejo de propor, como divisa, à comissão organizadora do Congresso e Exposição solenizadores da passagem do segundo Centenário da introdução do cafeeiro no Brasil em 1927; «*Coffea Brasilia fulcrum*». Tem sido tão importante a contribuição do café em nossa economia, como fonte de divisas, que nos tem proporcionado uma média de mais de 50%, atingindo em 1924, um máximo jamais atingido de 75,8! Pode-se reafirmar, sem receio de erro, que, de dois séculos para cá, as nossas crises econômicas e financeiras começam e terminam com o café: ou pela queda da exportação ou pela queda da produção ou pelo seu próprio excesso.

Nos primeiros anos apresentava-se o café brasileiro aos mercados muito mal beneficiado. O maquinário de que os primeiros lavradores lançavam mão, era o mais primitivo. Começou pelo monjôlo. Mas em muitos distritos, era o café descascado pelos cascos dos bois, sôbre êle levados a pisotear repetidamente.

Nos últimos anos de D. João VI, tomou o plantio de café na região fluminense imenso incremento.

Dava o café enormes proventos. Restituía, facilmente aos seus cultores a integralização de seu capital, em dez anos, afirmaram em 1821, Hipólito Taunay e F. Denis. Ia começar a era do apogeu financeiro da província fluminense, determinando enorme recrudescência do tráfico escravo africano, tal qual fizera, pouco mais de um século antes, a descoberta dos jazigos auríferos de Minas Gerais.

Os grandes centros de cultura na província fluminense, foram Vassouras, Pirai, Paraíba do Sul, São João Marcos, Barra Mansa e Resende.

Em 1822, eram más as condições do erário do Brasil recém-independente, com uma receita de 3.802 contos e uma despesa de 4.702.

A enorme superioridade econômica do Rio de Janeiro, provinha do surto cafeeiro. E este surto se acentuaria cada vez mais, sobretudo depois da abertura das lavouras cantagalenses e das do resto da Província.

Havia muita dificuldade de comunicações, dada a aspereza do território, sobremodo dobrado como é o fluminense. As administrações provinciais punham todo o empenho em melhorar a viação, vencedora dos fortes declives e resvaladores serranos.

Em 1840 a 1850, a safra cafeeira, só nessa província atingia 8.031.011 arrobas. A proporção, sobre o total da produção entre a lavoura fluminense e a paulista era de 78,41 e 12,13.

Em 1860, terrível contra-tempo flagelaria os lavradores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Foi o aparecimento de um microlepidóptero, devorador da vestimenta dos cafeeiros, a *clachista coffeela*.

Em São Paulo, o surto cafeeiro se processou, a princípio muito mais modesto do que na região fluminense. As condições geográficas e climatéricas ali não eram tão favoráveis quanto as do Rio de Janeiro, que se beneficiava, além de tudo, pela vantagem de ter a capital do país em seu território.

Em 1825, a produção paulista não ia além de 141.663 arrobas. Já em 1852, atingia 4.338.256 arrobas.

Em 1840, encetava-se em terra paulista a colonização particular, cabendo a grande glória dessa iniciativa ao lúcido espírito de Nicolau Vergueiro. Foi o primeiro ensaio de colonização européia, observa Taunay. Mas a do Rio Grande do Sul antecedeu-a, pois data de 1824. Os seus primeiros imigrantes estabeleceram-se na «Real Feitoria de Linho Cânhamo», à margem direita do rio dos Sinos, depois colônia «São Leopoldo» (em homenagem à Imperatriz Leopoldina). Ia o café tomando tal preponderância na exportação paulista, que em 1857, num total de 10.376 contos de réis, já ela representava 82,5 por cento. Havia, porém, grande falta de braços, bem como ausência de maquinário agrícola.

A presidência do ilustre jurista Joaquim Saldanha Marinho, assinalou-se pela fundação em 1866-67, da Cia. Paulista de Estradas de Ferro. Em 1869, o novo presidente, Dr. Antônio Cândido da Rocha, assistia à entrega ao público do serviço regular da linha de «São Paulo Railway».

Produzia São Paulo, por essa época, 2.304.000 arrobas de café. Mas em 1870, sofreu terrível baque com a geada, que sacrificou milhões de cafeeiros. O declínio, porém, fôra passageiro, continuando a sua ascensão, atingindo em 1869/70 a 3.342.251 arrobas.

Para compensar aquela queda, a guerra civil americana proporcionaria, nas últimas safras mais de dois milhões de arrobas de fibra de algodão.

Interessante é o fato a que se refere Taunay, da discórdia de nossos homens públicos, quanto ao cultivo do café, nas primeiras décadas do século XIX, justamente quando essa cultura começava a tomar incremento.

Entendiam dever dar-se preferência ao chá, particularmente ao prato, acenando aos agricultores para as suas vantagens. Não foram poucos os agricultores que se deixaram influenciar, até que, por volta de 1860: «dissipou-se a miragem brasileira do chá, criada por D. João VI com a sua plantação no Jardim Botânico, por chineses especialmente engajados para tal fim».

Outra cultura, já aclimatada, a da cana-de-açúcar, que desde o descobrimento tanto deve o desenvolvimento e povoação do Brasil, estava decadente, em consequência dos métodos rotineiros. Distanciavam-se dos empregados alhures com muito maior rendimento.

«Que seria do Brasil, exclama Taunay, nessa larga série de anos se não tivesse tido o café, a pesar em sua balança comercial? Como poderia conseguir câmbio sem a contribuição das frutas da rubiácea?

III

AS FINANÇAS BRASILEIRAS E O CAFÉ

As finanças brasileiras foram sempre o ponto fraco das nossas administrações. Quando Pedro I proclamou a independência, encontrou o Tesouro Nacional nas piores condições. A retirada de D. João VI, levando consigo todos os valores que havia em caixa no Banco do Brasil, deixava o Brasil, praticamente, sem recursos.

Durante o seu reinado, apesar de seu temperamento pacífico quiçá temeroso, detestando violências, as guerras que teve de sustentar absorveram grandemente tôdas as disponibilidades.

O empréstimo de 1 milhão de libras que o Brasil contraiu na Inglaterra para indenizar Portugal com a independência, o foram em condições onerosas. As guerras cisplatinas agravaram os «deficits» com que se defrontou a administração pública até os nossos dias.

Por felicidade nossa, a exportação cafeeira passou a sustentar, de então para cá a nossa receita em divisas estrangeiras. A dívida

externa, em 1831, já alcançava a considerável soma de
£ 6.255.000.

Durante a regência, as revoluções que rebentavam de norte a sul do país exigiam novos sacrifícios ao depauperado e deficitário erário. Não obstante, em 1838, o câmbio mantinha-se em 27 dinheiros e assim se manteve quase até o fim da monarquia, o que pode considerar-se uma situação brilhante. É que, a despeito do contínuo aumento dos gastos e dos «deficits», a produção cafeeira crescia extraordinariamente, proporcionando-nos uma abundante afluência de libras esterlinas.

No decênio de 1831 a 1840, 152.429 contos de réis ou £ 21.529.000. Traduzia-se essa situação na firmeza dos títulos da dívida pública do Brasil, muito procurados pelos capitalistas do Velho Mundo.

Dentre as províncias que mais sobressaíam, pela sua magnífica situação econômica, estava a do Rio de Janeiro.

Já no reinado de D. Pedro II, as finanças começaram a convalescer, e os «deficits» diminuíam gradativamente. No quinquênio de 1845 a 1850, havia um pequeno saldo de 625 contos.

De 1851 em diante, a situação no Prata piorava, obrigando a intervenção do Brasil contra a opressão do ditador Rosas. Não obstante, as finanças mantinham-se sadias, dirigidas por notáveis estadistas. De 1850 a 1853 o visconde de Itaboraí, e o marquês do Paraná, seu sucessor, em 1856, em relatório declaravam que não havia despesas a pagar e as caixas do Tesouro Nacional continham avultados saldos, não havendo, em circulação, letra alguma sua.

Com a repressão do tráfico africano, afluem os capitais, impedidos de operar, para numerosos empreendimentos, ferroviários, colonização, seguros, iluminação e transportes diversos.

Sem embargo de contratempos financeiros, como a «quebra do Souto», que acarretou vultosos prejuízos e a praga dos cafêzais, a situação financeira mantinha-se próspera, oscilando a libra entre 8\$992 réis a 9\$624.

A guerra do Paraguai, trouxe extraordinário aumento de despesas, no curso de seus longos cinco anos de 1865 a 1870.

Ainda, para fazer-lhe face, o café era o sustentáculo. Foi o Vale (Vale do Paraíba, o grande baluarte da defesa nacional econômica) que sustentou a guerra, exclamou um parlamentar do Império.

Em 1870, nota Taunay, grandes empréstimos externos e internos se haviam realizado, mas a economia do país, galhardamen-

te resistia a tão dura provação, graças ao café, «o general Café», natural do Vale, como se dizia correntemente na época.

Não obstante, o aumento constante da lavoura cafeeira, poderia ter sido maior o seu surto, não fôsse a escassez de braços na lavoura. Sabe-se, observa Taunay, que a natalidade das populações servis é fraca e quão elevado é o coeficiente de letalidade.

Liga o desenvolvimento da cultura do café, ao movimento das incessantes tropas de muares, tanto no período colonial, como no imperial, constituíam o único meio de transporte de que dispúnhamos. Desempenhavam aliás cabalmente a pesadíssima tarefa, percorrendo enormes distâncias por terreno dos mais acidentados. Nem se diga que sòmente ignaros e rudes tropeiros eram os que exercitavam a trabalhosa profissão. Alguns dêles atingiram altas posições na administração pública e tiveram o merecido galardão do descortino e inteligência, com títulos e honrarias.

A supremacia no transporte e a influência social do tropeiro só diminuiriam com a ferrovia.

Se com as tropas aumentou o plantio da rubiácea, conquistando lentamente o interior, a sua cultura, por sua vez, incentivou a construção das primeiras estradas de ferro, na tentativa de vencer sucessão infindável dos acidentes geográficos e as distâncias a percorrer pela dispersão do povoamento.

Não se pode deixar de citar os nomes de alguns de seus corajosos empreendedores como o de Irineu Evangelista de Sousa, barão e visconde de Mauá, construtor da primeira via-férrea de pôrto Mauá à raiz da Serra, de Mariano Procópio Ferreira Lage, construtor da primeira e uma das melhores estradas da época, a União e Indústria, que partia da raiz da Serra até Petrópolis e daí até Juiz de Fora; e do barão de Nova Friburgo, construtor da estrada de Ferro Pôrto das Caixas à Cantagalo; os irmãos Teixeira Leite, aos quais se deve a Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Central do Brasil. Em São Paulo, a São Paulo Railway, vencendo os íngremes contrafortes da Serra do Mar, abriu à cultura cafeeira, o seu grande escoadouro para o exterior, o pôrto de Santos.

À medida que a cultura da rubiácea se ia estendendo, através do território fluminense, galgando serras, estendendo-se pelo vale do Paraíba, atingindo São Paulo, conquistando o planalto, penetrando pelo sul de Minas, formava-se uma casta de homens enérgicos, autênticos *landlords* enriquecidos na lavoura. Na província fluminense, citam-se entre outros o conde de Nova Friburgo, o marquês de Valença, o marquês de Baependi, o marquês do Paraná, os irmãos comendador Sousa Breves, marquês

de Lages, conde de São Clemente, monsenhor Bacelar, Teixeira Leite, Monteiro de Barros e tantos outros. Em São Paulo, os Pais de Barros, Almeida, Prado, Sousa Aranha, Pompeu de Camargo, Cunha Bueno, Vergueiro, Lara, Assunção, Arruda Botelho, (2) Piza, Junqueira, etc. etc.

As primitivas florestas que então cobriam as terras dessas fazendas, rapidamente desapareciam, dando lugar às novas culturas. As povoações e as velhas cidades, ainda há pouco de modestíssimas habitações e ruas sem calçamento, começaram a ostentar os sobradões dos chamados *barões do café*; templos de grandes proporções, levantavam as tôres majestosas. Era, enfim, a riqueza que o café atraía, opulentando a lavoura e a terra. Quase tôda a nobreza do 2.º império grangeara seus títulos com a opulência da lavoura cafeeira.

Pode-se afirmar, sem receio de êrro que a economia do Império fundava-se no café. Fôra a sua exportação, que continuava em crescendo contínuo, que pagou os enormes sacrifícios monetários que nos trouxe a guerra do Paraguai.

Essa situação, por outro lado, tendia a melhorar cada vez mais, com o contínuo aumento de seu consumo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Mas como tudo tem seu avêssio, aos ciclos econômicos de prosperidade, sucedem-se, invariavelmente, os ciclos de depressão. Como a lavoura cafeeira dependia, sobretudo de sua exportação, as crises que se davam no exterior, refletiam-se com igual intensidade nas vendas das safras cafeeiras. Foi o que se observou nos anos de 1877, 1878 e 1879, em consequência da crise financeira que assolava o universo desde 1873.

Não podia deixar, essa situação, de refletir-se em cheio nas finanças do Império às quais, ministros da fazenda, como Cotegipe, Silveira Martins, depois Afonso Celso de Assis Figueiredo, procuravam atender, ora com aumento de novas taxas, como o impôsto territorial; ora com emissões de papel moeda, com cortes nas despesas, ora com o recurso aos empréstimos externos.

Sòmente em fins de 1879, começaram os negócios a melhorar com o aumento progressivo das exportações de café. No exterior, a situação apresentava-se novamente florescente.

Embora melhorassem os negócios do café, a situação deficitária em que permanentemente estavam os nossos financeiros; os compromissos assumidos com empréstimos externos, não permitiam houvesse folga no Tesouro. Continuavam as queixas dos

(2) Fundador da cidade de São Carlos do Pinhal e de outros notáveis empreendimentos, recebendo o título de Conde do Pinhal.

ministros e as cautelas recomendadas ao Parlamento. Gritavam os oposicionistas que o Império era o «deficit».

IV

CRISES DA LAVOURA CAFEIEIRA E SEUS REFLEXOS

Começa, por essa época, a lavoura cafeeira, a sofrer a concorrência da América Central, cujos cafêzais mais bem cuidados, tinham a preferência dos mercados externos. A euforia exportadora, tornou-nos descuidados, fazendo com que se espalhasse a má fama do nosso café.

Por outro lado o empobrecimento do solo fluminense, pelo seu mau uso e a diminuição das safras começaram a atuar negativamente sobre as finanças da então próspera Província, ao contrário do que sucedia em São Paulo. As plantações expandiam-se de maneira espetacular pelas terras roxas, de ondulações suaves. Nas palavras do relatório do ministro da fazenda, Francisco Belisário Soares de Sousa, no anno de 1883, vamos buscar a explicação da baixa cambial no anno de 1885, com a taxa de 18, 19/32.

Melhoraria em 1887 com a melhora nas cotações, fazendo câmbio subir a 22 7/16'.

Descreve Taunay a situação de: «Extraordinária solidez do crédito do Império no exterior, magníficos os fatores da vitalidade do Brasil, que ainda nesse anno havia presenciado como que o renascimento do café, as boas perspectivas do açúcar e do algodão, o esplêndido progresso da indústria seringueira. A única causa de preocupação provinha dos receios da crise provocada pela perspectiva da abolição imediata do trabalho servil».

Embora não tivesse a abolição os efeitos catastróficos que se prognosticara, a sua repercussão, na lavoura fluminense, mais aferrada ao trabalho servil, fôra intensa, pelo abandono em massa, da escravatura das fazendas.

O efeito psicológico muito contribuíra para o desânimo que se apoderara dos imprevidentes donos da gleba. Em São Paulo os seus efeitos foram menores, graças à imigração, sobretudo a italiana.

Apesar dos prejuízos causados à lavoura pela abolição, nota-se uma grande animação nos negócios, pela movimentação dos capitais. Sente-se a angústia do papel-moeda circulante, não excedente a 174.271 contos. Discute-se a conveniência de novas emissões, que, então como agora, encontravam acérrimos oposicionistas.

Solucionou-se a questão pela pluralidade dos bancos emissores e seus lastros em apólices da dívida pública e metais nobres, medidas consignadas na lei de 24 de novembro de 1888.

Interessantes são as páginas em que descreve com a graça de estilo diferente do habitual, a ostentação de riqueza que êsses *landlords* do café exibiam em suas «casas grandes, contrastando a sua riqueza de mau gosto com a miséria em que vivia a numerosa escravaria, base de toda essa abastança. A aparente tranqüilidade e segurança sobre a qual repousava o arcabouço dessa sociedade como a em que vivia, em meados do século passado, breve se desvaneceria, como se desvaneceu o próprio Império, do qual, por sua vez, eram os sustentáculos. Cita Araújo Guimarães, que descreve em *A Côrte no Brasil*, essa interessante época do fastígio fluminense, em que os grandes proprietários rurais entravam numa louca competição de despesas, cada qual querendo fazer realçar mais o esplendor de sua casa, levando a vida como nababos, quer em suas vastas e luxuosas casas de fazendas, quer em seus elegantes palacetes da Côrte, ante a famulagem metida em luxuosas librés, onde as carruagens as mais belas, onde os mobiliários os mais ricos e os mais custosos objetos de arte serviam de ambiente para uma vida aprimorada, digna dos grandes fidalgos europeus.

Personagem típica dessa época, foi o comendador José Joaquim Souza Breves, com vinte fazendas de café, trabalhadas por cerca de seis mil escravos. Para contrabandeá-los adquiriu a ilha da Marambaia, na costa fluminense. O solar da fazenda de S. Joaquim da Gramma, ainda hoje espanta pelas dimensões e suntuosidade da edificação.

Eram estas fazendas de outrora auto-suficientes em tudo. Tanto na produção da mais variada alimentação como nos mais variados serviços de sua população. A famulagem numerosa atendia com solicitude aos mais insignificantes e exigentes serviços da não menos numerosa família e freqüentes hóspedes.

«Sem receio de exageração, observa Taunay, pode-se asseverar que, no decurso dos sessenta e sete anos do período imperial, foi o Brasil o café e o café o negro, o pobre escravizado a quem o poeta saudou, ao proclamar que as frutas do café eram os glóbulos vermelhos do sangue escorrido no penar dos eitos. E a elas devia o Brasil a grandeza de tudo quanto possuía».

«Ao panorama cafeeiro imperial fixa a moldura eloqüente das cifras da exportação: às 186.000 sacas de 1822, valendo 3.866 contos ou £ 789.000, contrapunham-se os 5.586.000 sacas de 1889, no valor de 172.258 contos de réis ou £ 18.983.000».

«A preponderância cafeeira no conjunto do comércio exterior brasileiro documentava, de modo ainda mais frisante, as porcentagens da exportação: de 19,6% em 1822, havia passado a 66,5% em 1889».

«Mas até 1889, o grande sustentáculo da economia e da prosperidade do Império é o vale do Paraíba do Sul. Tal preponderância assume, que para a designar se dispensa a adenda do topônimo. Basta dizer simplesmente «o vale», que todo o Brasil sabe o que isto significa».

«Foi o vale que venceu a guerra do Paraguai», exclamou um parlamentar, sintetizando, à feição de Silveira Martins, o alicerce principal da economia brasileira».

Do «vale» bifurca-se a sua marcha destruidora da floresta. Uma segue para São Paulo outra, sobe a Mantiqueira, penetrando pelo sul de Minas.

Cabe aqui a pergunta: Por que São Paulo tornou-se, por excelência, o produtor do café? As suas terras roxas do oeste, tornaram-se o «habitat» do cafeeiro, com suas colheitas de 200, 300 e 400 arrobas por milheiro de pés.

Interessante é a frase atribuída a Martinho Prado Júnior, referindo-se às vicissitudes do café; «Lavoura que, se dava casaco, tirava também a camisa».

Essas bruscas oscilações ainda se dão nos tempos presentes. Mesmo com o mecanismo protetor do governo, equilibrando o escoamento das safras quantos fazendeiros em épocas de crise não se endividam ou se arruinam?

A crise de 1881/1882, arregimentou pela primeira vez os cafeicultores, que formaram o chamado «Sindicato», estrondosamente derrotado pelos adversários europeus e norte-americanos. «No conjunto da história mundial a fase do Brasil imperial assume extraordinária importância. É nela que se afirma a preponderância cada vez maior da nossa produção sobre a universal. No imenso giro de negócios que envolve um dos maiores comércios mundiais, a coparticipação brasileira avulta, anualmente».

A movimentação financeira e comercial que os negócios do café exigiam, levou o visconde de Ouro Preto, no último ministério monárquico, a instituir a lei bancária que facilitasse empréstimos à lavoura.

A permissão aos bancos de emitir papel moeda, embora sujeita ao freio da conversibilidade metálica, a concessão de cobrar 5% dos empréstimos aos lavradores, deu lugar à criação de novos institutos, e o aumento de capital dos já existentes.

«Destas facilidades decorreu a grande febre especulativa, que estourou no comêço da república, chamada de «Encilhamento».

Se êrro houve, do Visconde de Ouro Preto em permitir aos bancos a faculdade de emitir papel-moeda sôbre lastro metálico, êrro maior foi o de Rui Barbosa, ministro da fazenda no govêrno provisório da república, permitir emitir papel-moeda sôbre lastro de apólices.

O resultado não se fêz esperar. Emissões no valor de 450.000 contos entraram logo em circulação criando uma febre de especulação tôda fictícia, de inúmeras emprêsas e indústrias, cuja única função era de emitir ações, garantir aos incorporadores a parte do leão e passá-las adiante aos ingênuos compradores, com ágios astronômicos. A inflação galopante na expressão dos economistas, apoderava-se das finanças do país, preparando-a para o inevitável estouro.

Defendeu-se Rui, no Senado, em discurso que pronunciou a 3 de novembro de 1891 mas, nota Antônio Carlos de Andrada, sem embargo do mérito da peça oratória, como eloquência e dialética, na essência da questão monetária, aos argumentos respondeu Leopoldo Bulhões, sobretudo pela fôrça dos fatos.

Fôra ainda o café, observa Taunay, que mais uma vez salvara o Brasil, porque, enquanto as emprêsas ruíam em meio à papelada sem valor, as safras, vendidas ao exterior, permitiam sustentar o nosso crédito, perante os credores de empréstimos.

E como é certo o provérbio que não há bem que sempre dure, a brilhante situação da lavoura cafeeira, em meio à «debacle» financeira, começou a atrair tôdas as atividades para êsse campo. Alargavam-se as novas lavouras pelo oeste paulista. O desmatamento sem fim dava lugar aos novos cafêzais estimulados pelo abundante financiamento, feito, às mais das vêzes, sem as necessárias cautelas.

Provocava-se a superprodução da rubiácea, enquanto que se negligenciava a cultura dos cereais, necessários à alimentação. Importavam-se milhões de sacas de arroz, frutas e até laticínios. Os cafeicultores por sua vez, premidos pelos gastos das novas lavouras, recorriam ao crédito hipotecário, medida imprópria, que não podia, por forma alguma, substituir o crédito agrícola.

O ano de 1896 já dava evidentes indícios de superprodução, agravada com as manobras baixistas dos especuladores, resultando na redução de cêrca de 40% na cotação do produto nos mercados externos.

Êsse conjunto de circunstâncias refletia-se em cheio sôbre as finanças públicas, fazendo baixar ainda mais o câmbio. A mensagem de 3 de maio de Prudente de Moraes, reflete a gravidade da situação.

A situação tornou-se tão calamitosa, que obrigou o governo a entrar em acôrdo com seus credores, assinando-se o «Funding-Loan» de 5 de junho de 1898, pelo qual, se permitia a suspensão dos pagamentos da dívida externa, a fim de promover a melhoria cambial.

«O estado do mercado fluminense, observa Taunay, era indescritível. A derrocada foi completa: multiplicavam-se as falências ou concordatas entre credores e devedores incontáveis».

«Apesar da depressão contínua do câmbio, as cotações de café mantinham-se cada vez mais baixas. Desaparecera por completo, a velha crença de que o câmbio baixo correspondia café alto e vice-versa».

A presidência Campos Sales, com seu enérgico ministro Joaquim Murtinho, se, por um lado, conseguiu erguer as finanças públicas, melhorando a situação cambial, impôs, por outro lado, uma situação de grandes aperturas no setor privado. A deflação violenta com as conseqüentes restrições de crédito operaram uma impiedosa eliminação dos financeiramente mais fracos. A ruína e a miséria campeavam em muitos lares. A doutrina econômica da não intervenção do Estado, esposada pelo operoso ministro no final das contas, teria efeitos tão desastrosos quanto a inflação. Se um provocava uma excitação fictícia nos negócios o outro causava uma depressão perigosa, um recuo irrecuperável na vida da nação.

Ao findar o governo Campos Sales, a situação do país era a seguinte: melhoria das finanças, saldos orçamentários, regularização da dívida externa; alta cambial. Econômicamente, agravamento da crise cafeeira, conseqüente à superprodução. Retenção de estoques cada vez maiores, baixa na cotação de preços, retraimento dos mercados externos à espera de cotações mais baixas.

Reinava a desorientação em meio aos inúmeros projetos para solucionar a crise. Todos esbarravam ante uma realidade evidente: todo o plano de valorização, com os recursos de que dispunhamos, seria fatalmente desbaratado pelos dos compradores, donos da finança internacional.

V

SUPERPRODUÇÃO. RETENÇÃO. CONVÊNIOS

Para se ter idéia do crescimento desordenado da produção cafeeira, basta atentar nas seguintes cifras. Em doze anos, de 1890 a 1902 cresceu de 4 para 15.000.000 de sacas, para um consumo que não crescera na mesma proporção! Em 1903 o estoque já atingia a 13.694.000 de sacas.

Entre os muitos projetos para solucionar a crise fixou-se em um cujo esquema, em linhas gerais, consistia no financiamento dos estoques, por parte dos Estados produtores mediante um empréstimo externo. O convênio firmado entre São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, na cidade de Taubaté, em 25 de fevereiro de 1906, tornou-se, no dizer de Taunay, no mais famoso documento da história cafeeira do Brasil. Tornou-se uma das peças mais analisadas, atacadas e defendidas de nossa história econômica, peça cuja divulgação teve enorme repercussão não só nos círculos do comércio cafeeiro mundial, como nas rodas financeiras do universo.

Para o financiamento dos estoques, seria obtido um empréstimo de 15 milhões de esterlinas, que serviria como lastro para a caixa de emissão ouro e conversão a ser criada pelo Congresso Nacional. Seria mantido o preço mínimo de 55 a 65 francos ouro por saca de 60 quilos de café tipo 7 e criada uma sobretaxa de 3 francos por saca de café exportada, destinada ao pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários à execução do convênio.

A sua execução provocou os mais acesos debates no parlamento e a mais intensa agitação nos meios comerciais e políticos.

O Estado de São Paulo já havia obtido vários empréstimos que atingiam cêrca de 6 milhões de libras, para intervir no mercado cafeeiro, adquirindo excedentes da exportação e estocá-los para escoamento paulatino nos anos subseqüentes. Contava com a intermitência das safras, o aumento do consumo e, sobretudo, com a posição quase monopolística do Brasil, no mercado mundial.

Aconteceu, porém, que a safra 1906/1907, ao em vez de escassa, foi abundante, e o Estado de São Paulo, de momento para outro, viu-se sem recursos para continuar suas operações. Precisava, urgentemente, do endosso da União para a obtenção do empréstimo externo de 15 milhões de esterlinas.

Os opositores do «Convênio», não eram poucos, nem inexpressivos. Destacavam-se dentre êsses, J. P. Calógeras, Barbosa Lima, Pedro Moacir, enquanto que Davi Campista, Serzedelo Correia, Pereira Lima, Cassiano do Nascimento e outros eram favoráveis. Prevaleceu, porém, o bom senso. Cassiano, teve a seguinte frase: «Mas chegara-se a uma situação em que não se tratava da valorização do café, e sim de amparar o crédito de São Paulo, ao qual se ligava o nacional. E isto, para se evitar o inevitável craque».

O que, porém, tornou famoso o Convênio, no dizer de Pierre Denis, vinha a ser o seu caráter de verdadeira inovação em matéria de economia política. Uma forma nova de intervenção protecionista do governo, no campo comercial.

A despeito dos prognósticos mais pessimistas e das dificuldades naturais de sua execução, o «Convênio», no correr dos anos subseqüentes, logrou atingir seus objetivos qual fôra o de evitar a catástrofe da lavoura cafeeira e promover a lenta ascensão da cotação do produto. E tanto foi êle atingido que, em 1911, a arroba subiu de 4\$100 em 1910 a 14\$300; os estoques diminuíram e o câmbio chegava a 18 dinheiros por mil réis.

A guerra de 1914 que encontrara o Brasil em má situação econômico-financeira, agravou-a com as restrições que trouxe ao seu comércio, conseqüentemente as vendas de café no exterior, agravados com o confisco de mais de dois milhões de sacas, depositadas no pôrto de Hamburgo.

A situação melhorou no ano seguinte continuando a acentuar-se em 1916, estaria normalizada, não fôsem as dificuldades de transporte, devidas à guerra submarina.

O ano de 1919, observa Taunay, bateu o recorde do comércio exterior brasileiro até aquêlê milésimo. Provinha tal resultado do aumento das remessas e da alta dos preços de diversos produtos. Entre êstes, avultava, como era de esperar, o café, com enorme porcentagem.

Ultrapassadas as últimas crises, cogitava-se agora da criação de um aparelho permanente de defesa do café. Nesse sentido, endereçou o Presidente Epitácio Pessoa uma mensagem ao Congresso Nacional.

O capital seria 300 mil contos, destinados a empréstimos aos interessados, compras de café e propaganda. Êsse fundo seria obtido mediante diversas operações financeiras, sobretudo por uma emissão de papel-moeda sôbre lastro ouro e lastro café, na proporção de 80%. Uma vez liquidadas as operações seriam incineradas semanalmente as notas correspondentes à emissão. E assim criou-se, pela primeira vez o Instituto de Defesa da Produção Nacional.

Chegara-se à conclusão que a ausência de uma organização creditícia, ocasionava ao Brasil prejuízos anuais de milhões de libras esterlinas simplesmente embolsados pelos intermediários e especuladores os quais, na revenda do produto, sem maior trabalho, lucravam duas ou três vêzes o seu custo!

O espantoso é que os opositores não se rendiam à evidência, obsecados pela teoria de que o Estado não devia imiscuir-se em questões econômicas.

Como parecem, hoje, tacanhos êsses pontos de vista, diante da prática do socialismo estatal, levada ao exagêro oposto! Sem falar do comunismo que elimina a iniciativa privada, o Trabalho britânico introduziu-o em vários setores essenciais, anulados, depois,

pelos conservadores. A reação sobre as vendas de café foi, a bem dizer, imediata pois, já em 1922, houve uma diferença a maior de Rs: 513.107:498\$000.

A alta cotação do produto, trazia para o Brasil um grande perigo. De um lado a super-produção, que de ano para ano crescia desordenadamente com os novos cafêzais que se estendiam cada vez mais pelas terras roxas, invadindo o Paraná. De outro, o aumento da produção colombiana, cuja cotação, no mercado americano, era superior à brasileira.

A produção ia em crescendo contínuo, atingindo, em 1929 o superavit à cifra colossal de 30 milhões de sacas.

«Assim, observa Taunay, os governantes do país, a partir de 1929, e, sobretudo, após a revolução de outubro de 1930, ver-se-iam frente a frente com um dos problemas econômicos-financeiros de mais difícil solução em todos os tempos. Problema da maior gravidade, pois solapava o grande sustentáculo da exportação nacional, cujo paroxismo se ia processar em época em que a crise financeira mundial flagelaria de modo aspérrimo as mais ricas nações do globo».

A atuação do governo provisório, tendo à frente do ministério da Fazenda o Dr. José Maria Whitaker, foi eminentemente proveitosa. «Ao assumir a chefia das finanças nacionais, encontrara exausto o país, o Tesouro Nacional e até mesmo, o Banco do Brasil».

«E, em São Paulo, um enorme estoque de café, verdadeira muralha de barragens contra a livre saída da produção do Estado. Atrás dela, debatia-se a lavoura na situação terrível de não poder vender o produto, que só chegaria a Santos passados dois e meio anos de retenção, nem sobre ele levantar qualquer quantia, como lógico corolário haviam os colonos cessado de ser pagos, e como em virtude de tal situação não recebessem os comerciantes do interior o que já tinham adiantado, haviam por sua vez deixado de pagar os atacadistas e importadores. Refletiam-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que se achavam inteiramente paralisadas. Situação positivamente angustiosa, portanto!»

As providências imediatas adotadas foram as seguintes: Compra do estoque pelo govêrno; troca de 1.275.000 sacas de café por 1.562.600 bushels de trigo nos Estados Unidos, incineração de 2.429.777 sacas e exportação de 17.850.872.

Em 10 de fevereiro de 1933 foi criado o Departamento Nacional do Café, em substituição ao Conselho Nacional do Café. Justificava essa medida, a necessidade do govêrno federal promover a defesa do café, pela influência que suas providências exercem na vida econômica e financeira do país, no que dizem respeito ao

apoio monetário e à regulamentação do comércio. Entre as suas principais atribuições, competia-lhe arrecadar a taxa de 15 shillings de taxa por saca exportada e remeter ao Tesouro paulista as quantias necessárias ao serviço de juros e amortização do empréstimo em libras de 20.000.000, contraído pelo Estado de São Paulo, em 1930 com os banqueiros Schroeder & Cia.

Recebeu o Departamento Nacional do Café pesada herança, não só de erros anteriores, como, sobretudo, da expansão incontrollada da cultura da rubiácea, tanto no país como em todo o mundo. Chegara-se a uma situação paradoxal, com a manutenção dos preços e das sobretaxas. Eliminava-se o excesso de produção pela queima, ao mesmo tempo, que se via diminuir a exportação pela concorrência crescente de outros países, sobretudo da Colômbia. Não era possível manter-se indefinidamente essa política suicida, com imenso prejuízo da lavoura a qual, no final das contas, é que tinha de arcar com todo o ônus.

A dificuldade, porém, estava em como e por onde começar. Partira-se de um falso pressuposto de que o consumo mundial aumentaria rapidamente. A verdade, porém, é que tal não se dava. Persistia, ainda, em 1933 a grande crise e os negócios retomavam seu ritmo com lentidão. Em 1934 haviam sido incinerados 49 milhões de sacas no valor de 2.689.261:767\$160 e em estoque haviam ainda 11 milhões. «Não fôsse a incineração e o Brasil estaria em 1935, com um estoque quase igual ao volume de sua exportação cafeeira de um quadriênio».

Para uma situação que se afigurava catastrófica, só havia um remédio, Eliminação gradativa de taxas que onerassem a exportação; supressão dos financiamentos e intervenções nos mercados para a manutenção de preços elevados; deixar que as velhas culturas, anti-econômicas desaparecessem gradualmente; melhoria dos tipos de café, e finalmente, melhor aparelhamento técnico.

Sòmente numa base sadia de livre troca, poderia o Brasil manter, ainda por muito tempo, a supremacia no comércio cafeeiro.

As conferências Pan-Americanas dos Países Produtores do Café, realizadas em Bogotá em 1936 e em Havana em 1937, com a finalidade precípua de um acôrdo sôbre produção e exportação do produto haviam fracassado. Enquanto que o Brasil arcava sòzinho com os ônus de eliminar a superprodução pela queima, retenção de estoques e empréstimos para financiamentos à lavoura, os concorrentes, sem maiores contratempos, escoavam regularmente as suas safras.

À ameaça do Brasil de lançar-se à livre competição, sorriam os concorrentes ante a impossibilidade, julgavam êles, de poder fazê-lo pelas dificuldades internas que acarretaria.

O que se tinha de fazer, apesar dos óbices a defrontar, foi feito. Pelo decreto de 13 de novembro de 1937, o govêrno modificava fundamentalmente a política de defesa do café. Reduzia a taxa de exportação de 45\$ para 12\$ por saca e dava liberdade cambial; abandonava tôda e qualquer intervenção nos mercados. O Brasil fechava o guarda-chuva que, por tantos anos, protegera os seus concorrentes!

Os resultados não se fizeram esperar. As exportações aumentaram; melhoraram os preços; os estoques diminuíram.

Sintetizando Taunay o seu minucioso estudo sôbre o café conclui: «Tivera o Brasil, a partir de 1889, quatro períodos de preços altos em ouro.

«O maior, entre 1886 e 1895, atuara como um dos fatores preponderantes da super-produção e o segundo ocorrera entre 1910 e 1914, como fruto do primeiro plano valorizador. Tivera resultados atenuados, porém, pela Grande Guerra. O terceiro decorrera da grande geada de 1918 e da intervenção nos mercados realizada pelo govêrno federal. Ao quarto, finalmente, ocorrido pouco depois do plano valorizador de 1922, esteara, como principal fundamento, a política da defesa permanente do Instituto de Café do Estado de São Paulo, em perfeita harmonia, aliás, com o govêrno federal».

«Fôra esta quarta fase responsável pela extraordinária expansão das lavouras em zonas novas».

A análise de Taunay completa e minuciosa, fá-la acompanhar de esclarecido espirito crítico. Têm-se uma vista de conjunto dos esforços despendidos pela nossa gente; o ímpeto grandioso que a levou terra a dentro, com sacrifícios sem conta; a importância econômica que adquiriu com o seu trabalho. Sacrificamos muitas culturas essenciais pelo café; muito esforço perdeu-se, à falta de uma política governamental que impedisse excessos da super-produção. Mantivemos e ainda mantemos liderança, mas a luta torna-se dia a dia mais áspera. Polariza-se a atenção mundial sôbre o café; a sua produção estende-se por outros continentes, sobretudo o africano, constituindo séria ameaça a todos os produtores. Sucedem-se convênios e os aderentes aumentam convencidos das necessidades de medidas de defesa comum ante a ameaça de uma catástrofe econômica que paira sôbre todos. Há aproveitadores, que esperam beneficiar-se com a indisciplina econômica, mas, em breve, sentirão os seus maléficos efeitos. Visa-se com ela, poupar um esforço inútil e o sofrimento e a ruína do produtor.

Os países, cuja economia se acha estreitamente vinculada com a cultura da rubiácea, devem esforçar-se que a sua produção não exceda demasiado os níveis de consumo; que seus preços se mantenham estáveis e compensadores; que suas safras sejam vendidas

dentro do período próprio. A competição comercial entre países é, atualmente, tão ativa que, uma quebra daquela disciplina econômica, poderá desorganizar o mercado mundial e acarretar a ruína de todos.

«A História do Café» de Afonso Escagnole Taunay, em 15 volumes, sintetizada na «Pequena História do Café no Brasil» em 1 volume, constitui um repositório valiosíssimo de informações; um trabalho de pesquisa verdadeiramente exaustivo sobre a rubiácea; tão intimamente entrosada com a nossa economia e as nossas finanças. Constitui o «vade-mecum» indispensável, aos que tiverem que orientar a nossa política cafeeira, tanto no presente como no futuro.

«AFONSO DE TAUNAY E A HISTÓRIA DAS BANDEIRAS»

JOSÉ PEDRO LEITE CORDEIRO

Impossível condensar em apenas uma conferência tema tão amplo: — «Afonso de Taunay e a História das Bandeiras», assunto a ser exposto em várias aulas de um demorado curso e não nos rápidos e já fugídios quarenta minutos que nos tocaram na evocação da figura humana e no estudo da obra do insigne mestre, em boa hora e por feliz inspiração levados a efeito pela nossa gloriosa entidade.

O que Afonso de Taunay realizou na pesquisa, esclarecimento e apresentação dos fastos bandeirantes, é algo de ciclópico a marcar de maneira grandiosa quanto pode o engenho humano. Dos alentados volumes da História Geral das Bandeiras Paulistas emergem facetas e campos múltiplos para a observação do analista: — a metodologia da história, as fontes, a pesquisa e a crítica documental, a bibliografia, os arquivos nacionais e estrangeiros onde repousam e, muitas vezes, dormem informes sobre o nosso passado, as questões de toponímia, as relações da geografia com a História e vice-versa, a cartografia, as ciências e disciplinas auxiliares do historiador no seu trabalho, a Economia, a Política, a História de Portugal, da Espanha, das Américas, a História Militar, e tantos outros elementos cuja tessitura encontramos presente naqueles milhares de páginas que formam um dos maiores monumentos das letras históricas nacionais.

Não foi sem fortes razões e motivos que o nosso preclaro presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, quando interventor federal em S. Paulo, aposentou Afonso de Taunay, atingido pela compulsória dos setenta anos, com decreto cujos termos e disposições honram a cultura de qualquer nação civilizada. É documento digno dêsses dois gigantes cujas vidas impõem e bem definem o valor da nossa gente.

«Notabilíssima» classifica o decreto a História Geral das Bandeiras Paulistas. Além do título de Servidor Emérito e da elevação

de vencimentos, ficou assegurado a Afonso de Taunay «O direito de continuar no Museu Paulista os trabalhos de sua especialidade, com as prerrogativas concedidas aos demais funcionários técnicos daquela instituição, facilitando-se-lhe os meios de ação necessários e reservando-se-lhe, para êsse fim, acomodações e instalações condignas».

Sob essas condições, minhas senhoras e meus senhores, vieram a público os últimos volumes da História das Bandeiras.

* * *

Mestre Taunay ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em setembro de 1911, e, para o de S. Paulo, no mês imediato. Assumiu a direção do Museu Paulista no ano de 1917. Publicou o primeiro tomo da História Geral das Bandeiras em 1924, dedicando-o a Washington Luís Pereira de Sousa, amigo ilustre «A quem imenso devem a tradição bandeirante e os estudos sobre o Brasil primevo».

Pois bem, em 1905, quando não se empolgara total e definitivamente com o passado bandeirante e quando Washington Luís não estava ainda inteiramente engolfado na política e na administração pública, quando o tempo ainda sobrava a Washington para as pesquisas do passado, Antônio de Toledo Piza concitou o último a escrever a História dos Bandeirantes com estas palavras: «Alimentamos a esperança de que o Dr. Washington Luís Pereira de Sousa, moço de brilhantes talentos, de gosto para os estudos históricos, ... de sizado critério e já vantajosamente conhecido em nosso meio histórico, se queira incumbir de suprir tamanha lacuna, dando-nos oportunamente senão uma história completa de S. Paulo... ao menos um trabalho que faça justiça aos bandeirantes e nô-los apresente tais quais êles foram».

Chamado para outros destinos, Washington Luís não pôde atender a Toledo Piza. Amigo, porém, de Taunay, deve tê-lo influenciado para a realização do tentame. Já assinalamos que o primeiro volume da História das Bandeiras é a êle dedicado. Além disso, inúmeras vèzes, nos prefácios, apresentações e introduções dos outros tomos e nos seus próprios textos, Taunay refere-se justa e amigavelmente a Washington Luís não só como historiador mas como governante esclarecido e homem de pensamento que, no desempenho de cargos públicos e administrativos, sempre se orientou no sentido de colocar, como realmente colocou, à disposição dos estudiosos, mananciais preciosíssimos de informações a respeito do nosso pretérito, providenciando para a restauração, preservação e conservação de documentos e tornando-se facilmente acessível através de publicações oficiais.

O próprio Washington relata: «Em 1904, eleito deputado estadual, minha vida tomou rumo diverso, absorvida pela política e pela administração. Assim passaram os anos e senti que não mais me poderia ocupar dessa ordem de estudos. Foi só em 1914, quando eleito Prefeito da Capital (paulista), e, em 1920, quando Presidente de S. Paulo, que pude determinar a publicação das Atas e do Registro Geral da Câmara Municipal de S. Paulo, antes tentada por diversas vezes e até contratada, e providenciar a publicação de Inventários e Testamentos, recolhidos ao Arquivo Público Paulista, messe que eu havia procurado para meus estudos.

«Eu havia tido lazeres e paciência, anteriormente, para compulsar tais documentos e deles extrair notas. Muitos dos estudiosos da História de S. Paulo não teriam tempo para o consumir em investigações de arquivos. Seria, pois, egoísmo imperdoável, não divulgar tais documentos desde que fôsse possível. E assim se fez.

«A publicação dessa documentação valiosa, decifrada em boa letra de fôrma, em volumes facilmente manuseáveis, iria permitir a êsses estudiosos o exame tranqüilo em suas casas, em horas disponíveis, com seguro proveito para a nossa literatura histórica.

«Após a publicação, muitas e notáveis obras, dentro e fora do Estado, foram realizadas, enveredando, desenvolvendo e abrindo novos horizontes à história dos nossos primeiros tempos. Por não poder citar tôdas, basta lembrar a de Taunay em a História Geral das Bandeiras Paulistas que já atingiu o undécimo volume, alentados todos, vasto repositório de informações e de crítica».

Pena que a política tivesse afastado Washington Luís da pesquisa histórica embora o tivesse levado para o próprio palco da nossa História.

Contou-nos o Professor Ernesto Leme, nosso prezado confrade, que, em visita feita a Washington Luís, nos Estados Unidos da América do Norte, lhe relatara êle que, quando Presidente do Brasil, recebera carta de Capistrano de Abreu o qual, com tôda a franqueza, dizia: «Dr. Washington! Largue da política que isso não dá nada. O Senhor nasceu foi para historiador».

Taunay e Washington ligaram-se por sólida e duradoura amizade. Nos seus objetivos e ideais comuns, estava a pesquisa do passado de S. Paulo. Quando em 1921, saiu a público o livro do primeiro, *S. Paulo no século XVI — História da Vila Piratiningana*, assinalavam-se entre a bibliografia enumerada: — Documentos Quinhentistas da Câmara Municipal de S. Paulo, pela primeira vez interpretados; Atas da Câmara de Santo André; Matrícula do Gentio; Livro de Notas do Tabelião do 1.º Ofício e,

Inventários Diversos, vários dos quais traduzidos e interpretados pelo Dr. Washington Luís e outros pelo autor.

Esse livro juntamente com o intitulado *S. Paulo nos Primeiros Anos* serve de prefácio à *História Geral das Bandeiras*, conforme afirmação do autor em artigo escrito para o *Jornal do Comércio* de que foi, no Rio, como do *Correio Paulista*, em S. Paulo, colaborador assíduo. O *Jornal do Comércio*, semanas após o falecimento do Mestre, ainda, por várias vezes, estampou sua colaboração.

Outras personalidades encaminharam-no também para as investigações sobre os bandeirantes: Capistrano de Abreu e Moreira Pinto, ambos seus professores, e ambos sempre recordados por êle com admiração, afeto e gratidão.

Ouçamo-lo no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, referindo-se a Capistrano: — «O que nos falta, sobretudo, é a história da dilatação continental e a da nossa civilização — repetia a cada passo.

«Em 1902, com entusiasmo, saudou as primeiras e tão valiosas descobertas por Washington Luís realizadas nos até então ignotos inventários bandeirantes do sertão empilhados nos desvãos do Arquivo do Estado de S. Paulo.

«Mais vale, às vezes, um dêstes autos do que uma grande ruma de Cartas-Régias — ponderava.

«Enverede por ali, dizia-se imperativamente e não desperdice tempo com Capitães-Generais e Vice-Reis.

«Ao generoso ultimatum, obedeci. Assim me dispus a uma empresa que apenas vale pela exigência árdua do labor, a fidelidade da consulta às fontes e o desejo de servir a verdade.

«Pois na narrativa da dilatação do Brasil pelos paulistas avassaladores de milhões de quilômetros quadrados que, por direito de bulas e tratados, deviam ser castelhanos, é tentame cujas dimensões cada vez mais se alargam e exige, para sua explanação, o concurso de muitos trabalhadores animosos e encarniçados ao trabalho».

No tocante a Moreira Pinto, evoca-o em artigo do *Jornal do Comércio*: — «Inapagavelmente se me fixou na memória a lembrança da troca de idéias e opiniões entre os meus dois mestres. O geógrafo e erudito detentor de prodigiosa memória discutia com o historiador acêrca da interpretação de velhos roteiros inspecionando velhos mapas e antigos atlas como os de Cândido Mendes e Homem de Melo».

Eis algumas das influências que fizeram com que Taunay, em pleno século XX, retilhasse as rotas dos bandeirantes e tal

como êstes dilataram o território pátrio, dilatou êle os horizontes e as perspectivas da história pátria.

«Episódio culminante dos anais brasileiros», «História da Conquista do Brasil pelos brasileiros», como dizia o Mestre, «Único aspecto original da nossa história», na frase de Euclides da Cunha, ou «Grande epopéia da raça», «Maior feito da vida nacional», nas denominações de Roquete Pinto ao saudá-lo na Casa de Machado de Assis, o bandeirismo teve em Taunay o seu pesquisador e conhecedor mais profundo. Daí os juízos de Roquete Pinto: — «Na lista das questões propostas aos velhos estudiosos havia de tudo... menos teses a respeito das bandeiras...» «No Instituto Histórico, a que damos o melhor de nossa veneração, «O episódio culminante, até 1889, quase não teve eco». E Roquete rememora a afirmação de Taunay: «O próprio Varnhagem não lhe concedeu lugar a altura do seu relêvo».

Realmente, os feitos bandeirantes viveram quase ocultos, pouco divulgados, durante centúrias. Entrevistos por uns, apontados por outros, praticamente ausentes no que se conhece de Frei Gaspar da Madre de Deus, embora merecendo as atenções do seu parente, e, muitas vêzes, confidente em assuntos históricos, o grande Pedro Taques a quem Taunay, com justiça, rendeu e fêz render homenagem, surgindo, vez por outra, nas páginas de nossos historiadores, cantados no estro poético de Diogo Grasson Tinoco, de Cláudio Manuel da Costa, de Evaristo da Veiga, e, mais perto de nós, de Bilac e de Batista Cepellos, analisado por Southey, pelo Barão do Rio Branco, «Que realizou o mais notável apanhado sôbre o movimento bandeirante para o sudoeste», por Orville Derby, Toledo Piza, Leite Pereira, Ernesto Young, e alguns outros, só foram exaustivamente documentados, apresentados e estudados na História Geral das Bandeiras em cujo primeiro tomo Afonso ds Taunay salienta além das acima citadas, as demais contribuições de valor que o antecederam nesse gênero de pesquisas: — Diogo de Vasconcelos com a *História Antiga de Minas Gerais*, Calógeras com *As Minas do Brasil e sua Legislação*, Capistrano nos *Capítulos da História Colonial*, e Basílio de Magalhães na síntese apresentada ao 1.º Congresso de História Nacional efetuado em 1914, por esta nossa operosa entidade. Basílio de Magalhães tratou de bandeiras originadas em várias regiões do Brasil ao passo que Taunay fê-lo exclusivamente em relação às bandeiras que partiram dos núcleos de S. Paulo.

À contribuição de Basílio, posteriormente apresentada em volume, prestou especial tributo o historiador do bandeirismo paulista, classificando-a «Obra mestra, o primeiro ensaio, em ordem cronológica, da codificação da História das Bandeiras, o livro

magistral... *A Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. Fê-lo ao mesmo tempo em que deplorava a morte de Eduardo Prado e Toledo Piza, o afastamento de Orville Derby e Teodoro Sampaio, a carreira política de Washington Luís, acontecimentos que haviam feito cessar «Este brilhante movimento de estudos sertanistas» o qual, porém, para o bem das pesquisas históricas, foi, feliz e brilhantemente, reencetado por Taunay e levado a bom termo como obra não de síntese mas sim de análise ou melhor de «Descoberta de documentação, de interpretação dos elementos esparsos e de reunião por vêzes difícil» segundo sua própria opinião assim continuada: — «Vencidos êsses óbices, compendiados os ensinamentos das fontes, postos os valores em relêvo, caberá aí — agora a tempo e a hora — o enunciado das sínteses». Ultrapassada a metade da História das Bandeiras, no volume 7.º, reafirma: «A fase da História das Bandeiras ainda é a da análise. Não serão sinceras as sínteses a se esboçarem daquilo que apenas pela rama se conhece ainda». Essas afirmações, emitidas em 1924 e 1936, foram completadas em 1956, pelo conceito de Washington Luís manifestado em páginas do livro *Na Capitania de S. Vicente*, último que saiu da pena do famoso «Paulista de Macaé», e que veio a público após o undécimo e último volume da História Geral das Bandeiras: — «Apesar das honestas e exaustivas investigações sobre as entradas no sertão, até agora feitas, ainda não se escreveu sobre elas a palavra definitiva». Aliás no último tomo da História das Bandeiras, Taunay já asseverava: — «O que realizei até agora é suscetível da maior ampliação e considerável emenda».

Voltemos, porém, a gênese da História das Bandeiras.

Como vimos, tomando por base o que alguns pesquisadores já haviam apresentado, Afonso de Taunay mergulhou na «Empresa longa e trabalhosa» a que se abalançara e explorou o filão que êle mesmo tornaria opulentíssimo graças ao seu esforço, ao seu trabalho, à sua dedicação e aos seus dotes e virtudes de acurado, paciente e tenaz pesquisador.

Da documentação vinda a luz, em larga parte devida a Washington Luís, obteve novos, inúmeros e valiosos dados. Eram as Atas e o Registro Geral da Câmara Paulistana, Inventários e Testamentos, Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo, aos quais se associaram Documentos coligidos por Basílio de Magalhães, Publicações do Arquivo Público Mineiro, Documentos Históricos. Publicações do Arquivo Nacional, Revista do Arquivo Público Municipal de São Paulo, revistas dos vários Institutos Históricos existentes no país. A tudo isto se acresciam contribuições de arquivos particulares, como para citar apenas um, o de Félix Pacheco, e a necessidade da pesquisa no estrangeiro que lhe veio

através do Catálogo de Castro Almeida, das cópias no Arquivo Ultramarino, em Lisboa, das cópias de documentos na Biblioteca de Évora, das Publicações Históricas da Biblioteca do Congresso Argentino, sob a direção de Roberto Levillier, do que já se encontrava ou copiado para os arquivos do nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou publicado pela sua revista, e, por fim, do manancial existente na Espanha.

Note-se: — logo abaixo do título História Geral das Bandeiras Paulistas, está a frase: — «Escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses».

Iniciado o trabalho, outras contribuições alargaram-no, abrindo estradas, apontando rumos, indicando variados roteiros. A complementação chegava de dentro e de fora do Brasil. Do estrangeiro, a História da Companhia de Jesus na Província do Paraguai, autoria de Paulo Pastells, incitou-o «A pôr em prática um projeto desde muito acarinhado», e que, nos fins do século anterior, fôra reclamado dos poderes públicos pela voz de Martim Francisco, o III, amigo e íntimo comum de Capistrano e Taunay: — a cópia de documentos nos arquivos espanhóis, sugerida por Basílio de Magalhães ao governo de São Paulo.

Pôde, por fim, obtê-la Taunay abundantemente no Arquivo General de Índias, em Sevilha, e, de modo limitado, em Simancas, êste algo explorado, anteriormente, por Pedro de Souto Maior, em comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas considerado pelo Mestre, repositório interessante e merecedor de novas buscas e pesquisas.

Assim, em setembro de 1922, traz o primeiro tomo dos Anais do Museu Paulista, copiosa documentação espanhola referente a «Período sobremodo notável, absolutamente capital para a formação do território nacional, como foi o do primeiro ciclo bandeirante». Continua ela no segundo e quinto volume, ultrapassando setecentas e cinquenta páginas a transcreverem «Papéis rigorosamente inéditos que tem a maior valia para o estudo do passado de São Paulo e a história do bandeirismo, e, certamente, o seu desvendamento causará o maior prazer aos estudiosos dessa parte capital da tradição nacional».

Os aplausos e os encômios partiram tanto do Brasil quanto de outros países. Manifestaram-se Percy Martin, da Stanford University, Clarence Harring, de Harvard, João Lúcio de Azevedo e, entre outros, Paulo Pastells. Dos nossos, escrevia-lhe Capistrano: — «Não hesito em dizê-lo: — continue. E abraço-o gostosamente».

Durante os seus quase trinta anos a frente do Museu Paulista, não lhe foi possível esgotar a publicação dos documentos espanhóis

que mandara copiar. Deixara a direção daquele órgão, quando, em 1949, Sérgio Buarque de Holanda, o novo diretor, fez terminar a publicação em mais de trezentas páginas apresentadas por Tito Lívio Ferreira: «Desnecessário encarecer o valor dessa publicação para a história das bandeiras paulistas no século dezessete. Para ela volta-se a curiosidade inquieta dos investigadores do passado de São Paulo. Através de sua leitura verifica-se como os paulistas realizaram as jornadas sulinas, Paraná abaixo, rumo do Paraguai, Uruguai e Bacia do Prata. Chegaram a ameaçar o Peru, o Potosi e a pôr em sobressalto a praça de Buenos Aires».

No terceiro volume dos Anais, Taunay estampou a «Documentação Paulista de procedência baiana», obtida pelo auxílio e esclarecida atuação de Borges de Barros, diretor do Arquivo do Estado da Bahia e autor de «Bandeirantes e Sertanistas Bahianos».

Taunay passou larga temporada na ilustre terra baiana, convidado e hóspede do seu governo, então presidido por Francisco de Góis Calmon. Lá encontrou elementos documentais dizendo sobre Domingos Barbosa Calheiros, Estevam Ribeiro Bayão Parente, a expugnação dos Palmares, as campanhas de Matias Cardoso e de Moraes Navarro, o povoamento do Piauí, a ação contra os índios do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Em razão dessas descobertas, ponderou: «Tão extensa foi a atuação paulista dentro das fronteiras do Brasil que existem em muitos arquivos estaduais, na Bahia, como no Paraná, em Minas Gerais, como em Goiás e Mato Grosso, e, sobretudo, no Rio de Janeiro, muita coisa que deve ser divulgada».

* * *

Procuramos, Sra. e Srs. esboçar em pinceladas rápidas e suscintas os instrumentos e o material que serviram ao nosso home-nageado de hoje, para a elaboração da História das Bandeiras. Muito ainda teríamos a dizer mesmo porque ao seu trabalho enfileiraram-se os de outros historiadores influenciados e atraídos pelos horizontes que ele desvendou.

Notas e informes partiam também de admiradores desejosos de lhe facilitar a tarefa tal a conquista que efetivara tornando reais e palmilháveis os caminhos apontados no apêlo de Toledo Piza a Washington Luís e nas sábias intuições e nos conselhos por ele recebidos de Capistrano. Muitos desses operosos auxiliares, não conheceu pessoalmente. É exemplo Venceslau de Almeida sobre quem diz: — «Nunca o vi. Nossas relações foram apenas epistolares em, por vêzes, muito viva correspondência».

Seguem-lhe os passos no levantamento e na interpretação histórica do bandeirismo, Alcântara Machado, Ellis Júnior, Carvalho

Franco, Américo de Moura, Ernesto Ennes, Aurélio Pôrto, Romário Martins, Artur César Ferreira Reis, Jaime Cortezão, Virgílio Corrêa Filho, Joaquim Ribeiro, Pedro Calmon, Eugênio Vilhena de Moraes, Sérgio Buarque de Holanda, Melo Nóbrega, Belmonte, Castanho de Almeida, Soares de Melo, Aureliano Leite, Tito Lívio Ferreira, Nuto Sant'Ana, Hélio Viana, e tantos outros por êsse Brasil afora.

Agregaram-lhe pedras e argamassa ao edifício, Alberto Lamago, Feu de Carvalho, Francisco Negrão, Leite Pereira, Tavares de Lira, Braz do Amaral, Heleodoro Pires, Studart, Costa Pereira, Lucas Boiteux, Salomão de Vasconcelos, e nem sei quantos mais. Dos autores estrangeiros, para enumerar poucos: Techo, Tarque, Charlevoix, Pastells, Enrique de Jandia, João Lúcio de Azevedo.

Opulenta-se e avoluma-se a obra ciclópica, a História Geral das Bandeiras Paulistas, que vale não apenas pelo que contém em suas páginas mas ainda e muito pelo que provocou e originou de pesquisa, de investigação e interpretação histórica e sociológica nos trabalhos de tãda essa pleiade que tão incompleta e deficientemente, acabamos de registrar. E, note-se, as bandeiras de penetração e conquista do território, de dilatação e fixação das fronteiras da pátria, não partiram exclusivamente do Planalto Piratiningano. Originaram-se de vários outros pontos da nação, embora em menor escala, cabendo a São Paulo a justificada ufania de se considerar e ser considerado, pelas razões históricas e por «droit de conquête», o detentor das maiores glórias neste gênero de atividades nacionais: o bandeirismo.

Assim desenvolveu-se, cresceu, opulentou-se, avolumou-se a História Geral das Bandeiras Paulistas, «Obra para uma vida inteira e longa», a tomar «Dimensões que jamais suporíamos pudesse atingir», «Obra cheia de lacunas e pontos retificáveis efetuada em seara por demais extensa para um só homem» nas afirmações do mestre que também assim se expressou: «À medida que avanço neste trabalho que tive a imprudência de empreender contando demais com os meus recursos» e tal qual Montaigne, nos «Ensaaios», repetia: «É uma obra de boa fé», aliás Afonso de Taunay sempre atuou e trabalhou como prometera em tópico do livro *S. Paulo no século XVI*: — «Caiba-nos infundir aos nossos leitores a convicção de quanto, com o maior afinho, recorremos às lições das fontes documentais e quanto as respeitamos. Mais não ambicionamos».

Paralelamente aos onze tomos da História das Bandeiras, correm outros livros, outras publicações e outras variadas atividades intelectuais e artísticas, não só de Taunay, mas de outros vultos representativos da nossa inteligência, da nossa cultura e da nossa sensibilidade.

Orientou o mestre a Biblioteca Histórica Paulista, comemorativa do IV Centenário da Fundação de São Paulo, editada pela Livraria Martins, e quase totalmente dedicada aos eventos da dilação territorial do Brasil. Nela se acham «Relatos Sertanistas», «Relatos Monçoeiros», «Memória de Luís d'Alincourt sôbre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá», «Notícias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma capitania», «Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica» de Pedro Taques e os «Apon-tamentos Históricos» de Azevedo Marques.

Algumas dessas obras e dêsses documentários haviam sido impressos nas páginas da nossa «Monumental Revista» como Taunay definiu o órgão divulgador das atividades dêste sodalício. «Notícias das Minas de São Paulo e dos sertões da mesma capitania», da autoria de Pedro Taques, fôra impressa no Tomo 64 por iniciativa do Barão Homeim de Melo, tiragem que «Proveio do confronto de dois apógrafos, um do Instituto e outro da Biblioteca Nacional feito pelo erudito Antônio Jansen do Paço, em 1902».

Por indicação e solicitação de Taunay, a Editôra Melhoramentos, dos Irmãos Weisflog, levou a efeito a segunda edição. Existia, porém, um terceiro apógrafo, integrante da brasileira de Félix Pacheco, adquirida pela Biblioteca Municipal de São Paulo e cujo texto Taunay verificou ser mais extenso do que os dois conhecidos e divulgados. Impunha-se terceira edição o que se deu no volume X da Biblioteca Histórica Paulista, da Livraria Martins Editôra.

Em passagens de seus trabalhos, Taunay refere-se a Félix Pacheco, o qual, iniciada a publicação da História Geral das Bandeiras, prometera-lhe certo material quando chegasse aos capítulos em que deveria historiar o ciclo do ouro: — «Quando você chegar... à fase do ouro de Minas Gerais, peça-me uma contribuição que eu lha porei à disposição certo de que não a desdenhará de todo — sublinhava malicioso.

«E sorria quando eu lhe retrucava que me deixasse dar uma espiadela ao que me afirmava não ser desdenhável e eu, piamente, acreditava ser uma das mais finas papas mas... correram os anos e a História das Bandeiras caminhou tardamente».

Faleceu Félix Pacheco antes do historiador chegar com seus estudos aos fins do século XVII e aos inícios do século XVIII para poder galgar a garganta do Embaú e penetrar em território mineiro. Êste o motivo de sômente obter os elementos prometidos, na Biblioteca Municipal de São Paulo, abrigo, no presente, de muitas das preciosidades reunidas por Félix Pacheco.

A pedido do mestre, publicamos parte dêsse documentário na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Fá-lo-ia

êle mesmo, tempos depois e de maneira mais completa nos «Relatos Sertanistas» onde se lêem as páginas de Diogo Soares e das — Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas de ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestas emprêsas e dos mais memoráveis casos e contendas desde os seus princípios».

Bem conhecido o culto de Afonso de Taunay por Pedro Taques cuja obra, a par com a documentação obtida nos arquivos públicos paulistas, nos da Bahia, nos de outras regiões e estados brasileiros e no estrangeiro, juntamente com o trabalho de outros estudiosos, formaram as pedras fundamentais para o levantamento dos eventos bandeirantes efetivado pelo mestre.

Sôbre o autor da «Nobiliarquia Paulistana», afirmou: «A êle devemos na história surpreendente do recuo do meridiano asfixiante do Brasil quinhentista, desde o litoral atlântico até o coração do continente, as únicas manifestações do documento humano. Deu-nos os traços insubstituíveis para o estudo das personalidades, os caracteres das gerações que passaram sem deixar vestígios; foi, dentre os nossos cronistas, dos raros que, na história do país, alguma coisa viram além da inexpressiva resenha e serzidura dos atos oficiais: cartas régias, provisões e alvarás quase sempre tão ocos, vãos e amorfos. Resta-nos, graças a Pedro Taques, um pouco da alma dos conquistadores do Brasil Central».

Recordemos o papel da nossa venerável entidade, presados confrades, na preservação da obra de Pedro Taques. Neste sentido, vamos dar ainda a palavra a Taunay: «Na sua obra colossal, nunca assás admirada, se recolhem os mananciais de tôda a História do Brasil Meridional desde os primeiros tempos... e esta história é a do recuo do meridiano asfixiante do Brasil quinhentista para os extremos oeste, para as solidões do coração da América do Sul, a história do recuo e da fuga dos leões de Castela ante a insopitável investida das bandeiras paulistas. A narrativa do desrespeito dos filhos de São Paulo à linha de Tordesilhas que ao Brasil permitiu dilatar-se até quase ao sopé dos Andes, por meio da expansão prodigiosa dessa capitania de São Paulo que chegou a cobrir três e meio milhões de quilômetros quadrados quase metade do atual patrimônio brasileiro.

«Não pode a narração dêstes fatos gloriosos prescindir da obra de Pedro Taques a quem cabe a posse exclusiva e a transmissão de numerosíssimos nomes e memoráveis ações a êles ligadas, pertencentes ao período da conquista do sertão e condenados ao mais injusto dos olvidos sem a sua intervenção salvadora. Salva da destruição completa foi a obra de Pedro Taques, embora mutilada e reduzida a um têrço do que era, graças aos cuidados de João

Pereira de Azeredo Coutinho, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes e, afinal, do Visconde de São Leopoldo cujo filho ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro os originais do genealogista.»

«Inserta na monumental revista daquela associação ilustre à qual imenso deve nossa Pátria, valeram a Pedro Taques o lugar glorioso que, sem discrepância, lhe asseguram os historiadores entre os precursores da história brasileira».

Reafirmando êsse elevado juízo, deu ao autor da Nobiliarquia Paulistana, o epíteto «Historiador dos Bandeirantes», o mesmo que lhe toca por ter, de muito, superado o seu tão admirado e sempre cantado inspirador.

* * *

Dissemos que, paralelamente, à História das Bandeiras, se encontram outras publicações e outros livros. Isto acontece dentro da própria e vasta bibliografia de Afonso de Taunay, calculada em cento e treze obras de acôrdo com a declaração a nós feita pelo Sr. José Alves Dias, seu «Prezadíssimo amigo e pertinaz em me renovar insinuação cordial» na expressão do mestre para que se publicasse, como de fato a Editôra Melhoramentos publicou por volta do IV Centenário da Fundação de São Paulo, uma condensação da História Geral das Bandeiras, abrangida em dois tomos, edição a ser em breve renovada e contida em três volumes.

Dêsse elevado número que Alves Dias registrou, podemos, entre alguns dos livros que abordam assuntos entrelaçados com o bandeirismo, apontar os seguintes «Na Era das Bandeiras», «Um Grande Bandeirante, Bartolomeu Pais de Abreu», «Índios! Ouro! Pedras!», «A Grande Vida de Fernão Dias Pais», além dos inúmeros volumes em que nos conta a história da cidade de S. Paulo durante as eras quinhentistas, seiscentistas, setecentista e oitocentista.

Sras. e Srs.

Resta muito ainda a desenvolver sôbre o tema que nos tocou nesta série de conferências. Mas o tempo corre e é imperativo que finalizemos. Assinalemos mesmo de passagem, outros aspectos que deveríamos abordar: — as vias fluviais, as monções e seu papel na penetração sertanista: Monções que se constituíram em «Episódio ímpar da História Universal, essa prodigiosa aventura da terrível viagem fluvial, por 3.500 kms. pela selva a dentro. Nos anais de qualquer outra nação, não se conhece drama, que, no gênero, se lhe compare».

A estrada líquida e serpenteante do Tietê, Anhemby dos mamelucos e dos calções de couro, ligada «Indestrutivelmente à história da construção do Brasil ocidental», rio das Anhumas em

cujas águas e em cujo destino, se afogaram e se entrelaçaram tantos sonhos de conquista, de desvendamento do mistério americano. No murmurar de suas águas, no canto de suas cascatas, na voz rouca de suas corredeiras, chegam até nós gritos de agonisantes, lamentos por esperanças desfeitas, clamores por ideais perdidos, prantos de mães, queixumes de filhas e esposas, suspiros de noivas. Vêm êles acompanhados pelo rugido das feras, êcos de arcabuzes detonados, silvar de flexas e serpentes, tropel de cavalo guaicurus e cânticos do feroz guerreiro índio. É uma cantiga de dor e desespero, sacrifícios e heroísmo, o que a voz do Tietê canta aos nossos ouvidos, mas ela também sabe entoar outras cantigas, as que nos chegam na cadência das vitoriosas caminhadas sertanistas, no ritmo das cidades levantadas atrás de cada passo da bota bandeirante, os que declamam as glórias da nação, as que apregoam o valor da nossa raça.

Deveríamos comentar o Curso de Bandeirologia, o primeiro realizado em São Paulo e no Brasil, por determinação de José Carlos de Macedo Soares, quando interventor federal no estado bandeirante, e organizado pelo ilustre historiador e jornalista Honório de Silos, curso em que se fêz ouvir Pedro Calmon e no qual Afonso de Taunay abordou o tema sugestivo e capistraneano «O Bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil» tratando com sabedoria e originalidade de questões referentes à Toponomia e à Geografia, curso em que professaram Virgílio Corrêa Filho sobre «O Bandeirismo na Formação das Cidades», Sérgio Buarque de Holanda sobre as «Monções», Ellis Jr. sobre o «O Bandeirismo na Economia do Século XVII», Afonso Arinos de Melo Franco sobre «A Sociedade Bandeirante das Minas», e Joaquim Ribeiro sobre «Problemas Fundamentais do Folclore dos Bandeirantes». Publicadas pelo governo estadual, essas conferências foram ilustradas com o bico de pena e com a arte de Belmonte.

Seria necessário analisarmos o Ensaio da Carta Geral das Bandeiras Paulistas em que Afonso de Taunay, trazendo na memória as discussões e os comentários de Capistrano de Abreu e de Moreira Pinto diante do mapa do Brasil, procurou traçar e fixar as linhas assinaladoras da epopéia bandeirante, das façanhas homéricas que são orgulho de nossa gente, de nosso povo, do nosso Brasil.

O original é admirado no Museu Paulista. Executaram-no Osvaldo Teixeira e Bernardino de Sousa Pereira. Mede oito metros quadrados, e está encimado pelas efigies de Alexandre de Gusmão, delimitador diplomático do território, e do Barão do Rio Branco, fixador das fronteiras nacionais.

A mapoteca do Museu, ademais, oferece elementos para o estudo da fixação das fronteiras como os mapas de Luís de Céspedes.

des Xeria, os da missão dos Padres Capacci e Diogo Soares, o do Padre Cardill, divulgado por Pastells, além de outros.

Faltará ainda o estudo e a enumeração das obras de arte, escultóricas, pictóricas e em cerâmica, de Oscar Pereira da Silva, Almeida Júnior, Brizolara, Fernandes Machado, Hércules Florence, Frei Adalberto Gresnight, Amadeu Zani, Adriano Taunay, Nicolau Rolo, Van Emelen, Henrique Bernardelli, Zimmermann, Wash Rodrigues, Belmonte, Batista da Costa, Rodolfo Amoedo, Benedito Calisto, Osvaldo Teixeira, Luiz Gagni, Bredieret, Clovis Graciano, executadas quer sem a interferência direta de Taunay, quer com ela, mas oriundos, na sua maioria, daquilo tudo que êle relatou a respeito do bandeirismo, manifestações artísticas que se acham, principalmente, reunidas no Museu Paulista e no Museu Republicano da Convenção de Itu.

Há, também, as placas, medalhões e lápides na Abadia de S. Bento, lembrando Fernão Dias Pais e sua espôsa, a abnegada Maria Betim, digna companheira do romanesco e intrépido Caçador de Esmeraldas.

Há uma das últimas peças criadas pelo gênio artístico de Girardet e que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro mandou cunhar em comemoração do coroamento da obra de Taunay; o derradeiro volume da História das Bandeiras.

Nas galerias e salas do Museu Paulista, debruçarmo-nos-íamos sobre as vitrinas contendo os originais vetustos dos papéis bandeirantes, de seus inventários, para retermos as assinaturas de Fernão Dias, João do Prado, Nicolau Barreto. Teríamos debaixo de nossa vista o inventário de Pedro Araújo, datado de 1616, sertão do Paraupava, arraial do capitão Antônio Pedroso de Alvarenga, cujas páginas ostentam a famosa transcrição do trecho dos Lusíadas, que, cantando façanhas de marinheiros lusos, continha em suas linhas, numa verdadeira antevisão, os feitos que os irmãos de sangue do Gama e do Albuquerque, realizariam, depois, em terras da América:

«Assim passando aquelas regiões
Por onde duas vêzes passa Apolo,
Dois invernos fazendo e dois verões,
Enquanto corre dum a outro polo;
Por calmas, por tormentas e opressões,
Que sempre faz no mar o irado Eolo
Vimos as Ursas apesar de Juno
Banharem-se nas águas de Neptuno».

De tal monta a documentação dos primeiros tempos de São Paulo que provocou a afirmação do mestre: — «Na América do

Sul, raríssimas cidades quinhentistas podem ufanar-se de possuir o acêrvo... de que dispõe São Paulo».

Corroborando-o, permitam-nos, caros confrades, que vos anunciemos, para futuro não muito remoto, a revelação dos documentos quinhentistas do Convento do Carmo, de Santos, preparada, neste momento, pelo Professor Roman Blanco na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo, e que será, talvez, a coleção documental quinhentista mais rica sôbre determinada região brasileira.

Faltará abordarmos também o que veio depois do mestre: — a revelação de novos e inéditos documentos como os do Arquivo Nacional do Paraguai e que se abrigam no volume «Bandeirantes no Paraguai», editado em 1949 pela Divisão do Arquivo Histórico da municipalidade paulistana; a coleção De Angelis que tem servido para a pesquisa e interpretação de Jaime Cortesão. Asseverou-nos Tito Lívio Ferreira que, antes de falecer, Mestre Taunay lhe declarou que se Deus lhe desse outra vida, modificaria o conteúdo dos dois primeiros tomos da História das Bandeiras em face do que encontrara na coleção De Angelis.

Ai estão as seis mil páginas dos Documentos sôbre S. Paulo existentes no Arquivo Ultramarino de Lisboa, impressos pelo nosso Instituto e que esperam os outros devassadores da História das Bandeiras. Donde as palavras de Taunay a respeito de sua obra máxima: — poderia «Ampliá-la em diversos capítulos e emendá-la em numerosos tópicos.

E dos poetas nossos contemporâneos quanto deveríamos dizer-vos? O tema Afonso de Taunay e a História das Bandeiras é digno de todo um curso e de oradores que estejam à sua altura e não de um orador como êste que vos fala com deslustre, sem engenho e arte.

Êles sim, saberiam falar-vos de Taunay e do bandeirismo, do que os seus trabalhos inspiraram a historiadores, pintores, escultores, ceramistas e a poetas como Cassiano Ricardo, Oliveira Ribeiro Neto, Guilherme de Almeida, D. Aquino Correia, José de Mesquita e Paulo Bomfim. Nós só podemos repetir a palavra do vate:

Ó pousos, ó cansaços, ó jornadas,
Parnaíbas de amor que não regressam;
Candeias inflamando o breu da noite,
Cerrações, retentivas de partidas.

Tietês correndo fundo na saudade,
Rostos submersos, águas sertanistas,
Canção de remos no arraial de espumas,
Proas alimentadas de paisagem.

Ó pousos não pousados duas vêzes,
Ó serras, ó martírios não falados,
Ó melros decepados em vitórias...

Longo é o sono da terra adormecida:
Imersos em nós mesmos contemplemos
Leões brasonados perseguindo espanhas.

E a voz de Paulo Bomfim continua:
A selva é mar com ilhas fugidias
E gritos emplumados na tocaia.
Hã sereias cantando reclinadas
No meridiano azul dos horizontes.

A selva é mar, dormido precipício,
A lua veste escamas nas orquídeas,
E a umidade desenha outros roteiros
Sôbre o marfim dos velhos pergaminhos.

A selva é mar profundo e tenebroso:
Do fundo dos sertões a voz da lenda
É iman prêso a têmperas de ferro
A selva é mar de todos os naufrágios
Inûtilmente somos a presença
Daqueles que partiram sem voltar.

* * *

A respeito de Afonso de Taunay, podemos repetir Bilac na profecia sôbre a figura do bandeirante tão èpicamente vivida na realidade por Fernão Dias Pais, o Caçador de Esmeraldas, aquêlê mesmo que foi devotadamente estudado e cultuado pelo Mestre:

Tu cantarâ na voz do sino, das charruas,
No esto da multidão, no tumultuar das ruas,
No clamor do trabalho e nos hinos da paz.
E, subjugando o olvido através das idades,
Violador de sertões, plantador de cidades,
Dentro do coração da Pátria, viverás!

Afonso de Taunay, devassador de arquivos, divulgador de glórias nacionais, o Historiador dos Bandeirantes, viverâ também eternamente no coração da Pátria.

AFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

ERNESTO DE SOUZA CAMPOS

No início dêste século cursamos a Escola Politécnica, hoje integrada na Universidade de São Paulo.

Afeiçoamo-nos a um professor eminente pela sua erudição, nobreza de atitudes, fluência e perfeição do vernáculo. Suas aulas eram magistrais, embora os temas não condicionassem exposição em bases literárias, pois versava a cátedra disciplinas de química analítica e industrial. Sòmente um mágico da palavra e do gesto que era medido, discreto, elegante, poderia transmutar a aridez de conhecimentos rigorosamente científicos nos floreios de preleções que eram agradáveis e convincentes. O mágico chamava-se Augusto Carlos da Silva Teles, a cuja memória rendemos neste momento as nossas homenagens.

Atraídos pelo valor do mestre nos recolhíamos, nas horas livres, ao seu laboratório, onde voluntariamente praticávamos análises, procurando aliviar os trabalhos de rotina, assoberbados por freqüentes solicitações de exames.

Naquele ambiente confortador e amigo nos encontramos pela primeira vez com Afonso Ferreira D'Escragnolle Taunay. Recém-formado em engenharia pela Politécnica do Rio de Janeiro viera para São Paulo e por afinidades de espírito fôra naturalmente conduzido a freqüentar a cátedra onde imperava a inteligência de Silva Teles.

Dêste convívio, que data dos primeiros anos desta centúria, nasceu a admiração e amizade que inalteravelmente devotamos a Afonso de Taunay e que perdurou até que a morte o colheu, ainda na plenitude de sua imensa produção nos domínios da história nacional.

Nas palestras que naquela época mantínhamos sôbre os mais variados assuntos, causava-nos certa surpresa que o jovem profissional tivesse escolhido o campo das ciências, quando suas tendências se revelavam abertamente para o âmbito dos problemas culturais. Aquêles olhos azuis, transparentes, fidalgos, tranqüilos,

devassavam inteiramente a sensibilidade da sua alma, antes voltada para os labores das letras do que para os da técnica.

Mas êle ali se encontrava compondo as primeiras peças para a armadura do mestrado científico, em forja árdua e severa.

E ali o foi buscar Antônio Francisco de Paula Sousa para o primeiro passo na carreira magisterial superior. Em 1904 nomeou-o Lente substituto da 2ª seção (regulamento de 1897.) O velho Antônio Francisco era diretor e ditador naquela escola paulopolitana, que nós alunos crismamos de Colégio Paula Sousa. Vindo de Zurich e de outros institutos superiores de além-mar, credenciado por carreira anterior brilhante e pelo amor devotado à casa que saíra da sua ação de homem enérgico, organizador, Paula Sousa era autoritário. Comandava a escola sem admitir concursos de títulos e provas para o recrutamento dos mestres. E a Congregação o acompanhava nos rumos que imprimia à escolha do professorado. Imperava entretanto o mérito com absoluta exclusão da política.

Em 1910 falece o professor Constantino Rondelli, lente catedrático de Física Experimental. Afonso de Taunay é promovido àquêle pôsto.

Corria o ano de 1915 quando ocorreu a crise na chefia do Museu do Ipiranga. Hermann von Iering demite-se. O Govêrno nomeia para o cargo o Dr. Armando da Silva Prado que impossibilitado de exercer suas atividades profissionais, pela distância em que o Museu se encontrava, logo se exonerou, Altino Arantes, na presidência de São Paulo e seu Secretário Oscar Rodrigues Alves foram então buscar o Professor Taunay para a missão diretora. Estávamos em 1917.

Até aquela data o Museu era um campo de estudos zoológicos. Seu núcleo inicial havia sido obra de um colecionador que sem orientação científica reuniu um bom número de espécimes da nossa fauna e algumas peças históricas preciosas. O Conselheiro Mayrink adquiriu todo o acêrvo, doando-o ao Estado. Chamaram-lhe Museu Sertório porque o Coronel Joaquim Sertório fôra o seu organizador. Para dirigir a incipiente instituição foi destacado o sábio naturalista Alberto Loefregen, na presidência Américo Brasiliense. Incorporaram depois aquêle núcleo que era, como diz Taunay, um «bric à brac», à Comissão Geográfica e Geológica, dirigida pelo inolvidável geólogo Orville Derby. Tornando-se novamente independente, foi a chefia do pequeno Museu entregue ao naturalista Hermann von Iering, indicado por Derby. Mal aparelhado e mal instalado nenhuma produção de mérito poderia sair daquele museuzinho precário.

Ora, em 1894 completava-se o Edifício-Monumento, erguido na colina sagrada do Ipiranga. Não tinha destino certo. Pensou-se que poderia abrigar uma escola ou servir de panteão. Finalmente decidiu-se que abrigaria o Museu Sertório, contrastando êste na sua pequenez, com a monumental jóia arquitetônica erguida isoladamente no descampado, como ocorreu mais tarde com o Instituto de Manguinhos, na sua fase inicial. Iering foi logo recolhendo ali pesquisadores irmanados na especialidade. E assim as ciências naturais, ou melhor a zoologia, foi tomando conta de tudo. A documentação histórica existente estava esquecida e relegada para dois compartimentos onde se achava dispersa, sem ordem nem conservação conveniente. Eis o depoimento de Taunay:

«A parte histórica encontrava-se localizada em dois acanhados cômodos onde se espalhavam objetos heterogêneos em arrumação defeituosa senão absurda, quadros históricos, de envolta com móveis desmantelados, objetos velhos, documentos sem valor algum histórico ou arqueológico, ali tendo ido parar ao acaso da boa-vontade de doadores. E tudo muito mal conservado. «As jóias de preciosa dádiva do Presidente Campos Sales se avizinhavam de carminboques de chifre e de mobília a que faltavam pernas e espaldares. Retratos de grandes vultos do nosso passado entre businas e outros instrumentos de música selvática».

E acrescenta: «Houve absoluto pouco caso pelas coisas nacionais».

Que interêsse poderiam ter aquêles naturalistas estrangeiros pela documentação histórica do Brasil! Preocupavam-se apenas com as investigações científicas que se fixavam especialmente no campo da sistemática.

Dos 108 trabalhos insertos nos primeiros, nove volumes da Revista do Museu Paulista, editados ao tempo da gestão von Iering, 82 versavam sobre zoologia, mormente nos domínios da sistemática, 15 tratavam de antropologia e etnografia, 8 dissertavam sobre paleozoologia. Fôra inteiramente descurada a geologia, a mineralogia, a petrografia, a botânica! Sobre história nem uma palavra...

Entretanto aquêle prédio que tanto custou a ser edificado teve por objetivo específico comemorar o ato e o local da declaração da Independência. E era imperativa a necessidade de um museu histórico em São Paulo.

Taunay quando assumiu a direção da casa também era estranho a estes assuntos. Ele o confessa no prefácio do primeiro volume que editou da Revista, aliás o 10.º da série:

«Alheio até então à esfera dos museus ao assumir a direção do Museu Paulista, agitava-nos o receio, tão justo quanto fundado, das responsabilidades do cargo e o receio de não podermos corresponder plenamente à confiança manifestada pelos altos poderes do Estado. Assim nos ia caber trabalhar em terreno novo e desconhecido, animado apenas pela vontade de bem cumprir o nosso dever, servindo ao Brasil.»

E seguiu por isso a trilha marcada pelo seu antecessor. Empossado em 1917, logo no ano seguinte fêz sair a Revista, n.º 10, com mil páginas. Esteve a publicação suspensa durante quatro anos. Taunay pôe-se rapidamente em contato com cientistas nacionais e estrangeiros. Apareciam ali Artur Neiva, Beaurepaire Aragão, Lauro Travassos, Miranda Ribeiro, Betim Pais Leme, A. Sampaio, Adolfo Hempel, A. Ducke, von Emilem, Ricardo Krone, Alberto Childe, Júlio Melzer, Florêncio Gomes. No ano seguinte outras 928 páginas formavam o tomo XI — Escreveram-nas Melzer, Luderwaldt, Nichols, Hempel, Frederico Hoehne, Miranda Azevedo. E prosseguia a corrida zoológica não raro no setor de diferenças morfológicas ou de posição de elementos anatómicos — ôlho na lupa ou no microscópio — fazendo correr a pena e os linotipos, juntamente com o júbilo do pesquisador em registrar pela vez primeira uma nova espécie, um gênero, uma família.

Prosseguiram os tomos até o 23.º quando aquela publicação rica em trabalhos zoológicos, passou, sob o nome de Arquivos, para o Departamento de Zoologia — assim corporificada e autônoma a seção zoológica que se hipertrofiara no Museu Paulista. Êste desentranhamento foi a realização de um sonho de Afonso de Taunay para o qual também procuramos contribuir. Efetivamente pretendemos fazer êste destaque quando ocupávamos a diretoria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde Taunay regia a cátedra de Civilização Brasileira. Naquela época — 1937 — havíamos combinado transferir a seção de história natural do Museu para as cátedras respectivas da nôvel Faculdade, onde as pesquisas poderiam continuar conjuntamente com a utilização do material científico para o ensino. Taunay dizia aflito: aqui nada mais cabe — o prédio está se rompendo pelas costuras!

Em consequência do golpe de 1937 nos exoneramos daquela Faculdade, e, assim, só dois anos mais tarde — em 1939 — operou-se a desintegração desejada, constituindo-se o Departamento de Zoologia, integrado na Secretaria de Agricultura.

Mas, desde o primeiro volume por êle editado Afonso de Taunay insere uma nota de sua autoria e de caráter histórico — «Sobre o primeiro naturalista de São Paulo». E no Tomo XI enxerta, de permeio com a copiosa produção zoológica, a descrição histórica de uma jornada científica de Neiva e Pena. Em o número 12 da Revista, com Val Floriania já se fala ali de «Crítica histórica».

Estava se despertando a vocação ou melhor a genialidade histórica de Afonso d'Escragnolle Taunay.

Com a compreensão de Altino Arantes, Washington Luiz e sobretudo de Alarico Silveira, foi surgindo o pensamento da edição de um novo órgão publicitário do Museu, agora dedicado aos problemas históricos. Surgiram assim os Anais do Museu Paulista. Taunay ocupou logo a totalidade da primeira parte do volume n.º 1, com trabalhos sobre «Pedro Taques e seu tempo»; «Sob El Rey Nosso Senhor» e biografando «Um grande bandeirante Bartolomeu Pais de Abreu». Assinalava-se o ano de 1922. No segundo volume dos Anais expandiu-se a produção histórica de Taunay. Tôda a parte primeira das suas 274 páginas foi ocupada com biografias de vultos proeminentes da nossa história. E proseguiram os Anais neste teor até a aposentadoria de Taunay, com o prêmio honrosíssimo de «Servidor Emérito» do Estado de São Paulo.

De 1917 a 1945, durante aquêles preciosos 28 anos de administração Afonso de Taunay foi pondo em ação todo o imenso potencial da sua inteligência e capacidade produtiva. Remodelou e ampliou o setor histórico. Abriu novos capítulos historiográficos consagrando-se como o maior historiador do seu tempo, senão o maior de todos os tempos, no que concerne ao Brasil e particularmente São Paulo.

A colina sagrada do Ipiranga foi o ninho onde se gerou e se projetou no cenário das letras históricas o vastíssimo registro dos fastos do nosso passado, trazidos ao conhecimento público pelas suas mãos diligentes, guiadas pela sabedoria de inegalável pesquisador.

A compulsória não emudeceu a sua voz que continuou a se desdobrar — agora afastada da burocracia — através da imprensa e de obras que inesgotavelmente iam aparecendo.

Pertencente a esta casa insigne, membro das Academias de Letras Brasileira e paulista, da portuguesa de história, de numerosos institutos históricos, detentor do prêmio nacional «Capistrano de

Abreu», reorganizador da Biblioteca e Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, antigo Professor da Politécnica e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mestre universitário, sua obra é tão vasta que dificilmente pode ser relacionada integralmente. Vejamos: «Leonor de Ávila», «Grandes vultos da Independência brasileira», «Na Bahia Colonial», «Na Bahia de D. João IV», «Rio de Janeiro de antanho», «Sob El Rei Nosso Senhor», «No Brasil Imperial», «A Glória dos Andradas», «A propagação da cultura cafeeira no Brasil», «No Brasil de 1840», «Visitantes do Brasil Colonial», «A Câmara dos Deputados sob o Império», «Do reino ao império», «Viagens e viajantes», «A grande vida de Fernão Dias Pais», «Santa Catarina nos anos primeiros», «De Braliae rebus pluribus», «Martim Francisco III», «História do Café no Brasil», «Subsidios para a história do tráfico africano no Brasil», «Viagens na Capitania de Minas Gerais», «Assuntos de três séculos coloniais», «O Senado do Império», «No Rio de Janeiro dos Vice-Reis», «Na era das Bandeiras», «João Ramalho e Santo André da Borda do Campo», «A Glória das Monções», «História Geral das Bandeiras Paulistas», «Índios! Ouro! Pedras!», «Um grande bandeirante Bartolomeu Paes de Abreu», «Coletânea de documentos da antiga cartografia paulista», «Ensaio de carta geral das bandeiras paulistas», «Antigos aspectos Paulistas», «São Paulo nos primeiros anos», «São Paulo no Século XVI», «Non ducor duco», «Velho São Paulo», «História seiscentista da vida de São Paulo», «História antiga da Abadia de São Paulo», «História da Vila de São Paulo no século XVIII», «História da Cidade de São Paulo», «Estudos de História Paulistana», «Piratininga», «Ensaio de história paulistana», «Amador Bueno e outros ensaios», «Ensaio de bibliografia», «A missão artística de 1816», Nicolau A. Tournay», «Pedro Taques e seu tempo», «A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão», «Bartolomeu de Gusmão, inventor do aeróstato», «Zoologia fantástica do Brasil», «Monstros e monstregos do Brasil», «Escritores coloniais», «Guia do Museu Paulista», «Guia do Museu republicano da Convenção de Itu», «Lêxicos de termos técnicos e científicos», «Lêxico de lacuna», «Vocabulário de omissões», «Coletânea de falhas», «Reparos ao grande dicionário de Cândido de Figueiredo», «A terminologia científica e os grandes dicionários portugueses», «Insuficiência e deficiência dos grandes dicionários portugueses», «Inópia científica e vocabulários dos grandes dicionários portugueses», «Ensaio de bibliografia referente ao Brasil e às ciências naturais», «História da cidade de São Paulo, sob o Império», «História da Cidade de São

Paulo no século XIX». «João Ramalho e Santo André da Bórgia do Campo», etc.

Uma única vez divergimos. Foi sobre a atuação de Antônio José de Franca e Horta, governador da capitania de São Paulo, no período de 1802 a 1811. Taunay havia escrito sobre esta personalidade histórica, baseando-se no depoimento de um contemporâneo daquela autoridade e seu inimigo, autor do «Quadro Histórico da Província de São Paulo» — Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira. Em pesquisas que realizamos na seção de manuscritos de Biblioteca Nacional onde encontramos o relatório de Franca e Horta, dirigido ao seu substituto Marquês de Alegrete e nas cópias do Arquivo do Conselho Ultramarino, existentes neste Instituto, obtivemos farta documentação coeva, demonstrativa da ação daquele governante do primeiro decênio do século XIX. Abriu estradas para o sul, movimentou o comércio com Portugal, fomentando as trocas através do porto de Santos, em situação preferencial, criou pela primeira vez no Brasil o ensino médico oficial (1803) com a Aula de Cirurgia, funcionante no Hospital Militar, fundou o Hospital de Lázaros, cuidou carinhosamente das Misericórdias de São Paulo e de Santos, construiu o quartel de Santos, canalizou águas para abastecimento, edificou a Alfândega etc. Preocupava-se com os problemas agrários embora tivesse entrado em luta com Antônio Carlos e Martim Francisco, por motivos em que imperaram mais o orgulho e o capricho do que circunstâncias de ordem política ou administrativa.

Afonso de Taunay, convidado especialmente, ouviu a nossa exposição e fidalgamente nada objetou. Aprovou-a.

Mas, como vimos, foi no Museu Paulista que desabrochou e se avolumou a genialidade de Afonso de Taunay mobilizando e engrandecendo as páginas da história do Brasil».

Era natural portanto que o seu amor pela recomposição de acontecimentos do passado o levasse a modificar os rumos até então seguidos pela direção da casa, governada outrora por um naturalista da envergadura de Rodolfo von Ihering. Em verdade desviara-se, no sentido da cultura científica, o Edifício-Monumento que precipuamente fôra imaginado, projetado e construído para assinalar o marco histórico da independência do Brasil.

Como todo o mundo sabe a idéia fundamental desta comemoração partiu de um grupo de paulistas encabeçado pelo Barão de Iguape — Antônio da Silva Prado. Solicitaram aquêles patricios, ao Imperador, licença para lançamento de uma subscrição com o objetivo de amealhar recursos destinados a ereção de um monumento que rememorasse o local onde havia sido proclamada a

nossa Independência. A resposta veio assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva e no seguinte teor:

Sendo presente a Sua Majestade o Imperador o Offício do Governo Provisório da Província de São Paulo, na data de 29 de janeiro próximo passado (1823) acompanhando uma Representação, em que Antônio da Silva Prado e outros nela assinados, pedem licença para abrirem uma subscrição, a fim de se erigir no lugar denominado Piranga um monumento que faça memorável o dia 7 de setembro do ano passado, em que foi por Sua Majestade Imperial proclamada a Independência dêste Império. O mesmo Augusto Senhor anuindo a tão justa Representação, na qual se desenvolvem sentimentos muito patrióticos e honrados, Manda pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império participar ao referido Governo que há por bem Conceder a Licença requerida para ereção do mencionado Monumento — Palácio do Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 1823. José Bonifácio de Andrada e Silva. Cumpra-se e registre-se no Palácio do Governo de São Paulo 26 de fevereiro de 1823.

Pôsto o problema em equação, entram no seu exame as mais altas autoridades: O Visconde de Congonhas do Campo, primeiro presidente de São Paulo (1824), enviando circular às Câmaras Municipais; o Ministro do Império Estevam Ribeiro de Resende (1825), determinando que fôsse construído «no próprio sítio do Piranga o monumento que se pretendia erigir em memória da proclamação da Independência». Lucas Monteiro de Barros, presidente de São Paulo toma vivo interêsse pelo assunto. Em 29 de agosto de 1825, ordena que a Câmara Municipal indique com brevidade e precisão o local onde Pedro I fêz nascer uma nação nova. Cinco dias depois, a 3 de setembro, os vereadores comunicaram que já se achava fincada uma balisa no local. Foram ouvidas várias pessoas presentes ao ato da proclamação inclusive Francisco de Castro do Canto e Melo, irmão da Marquesa de Santos e autor de um relatório daquela viagem de Pedro I, desde a partida do Rio de Janeiro até fins de agosto de 1822. E, em 12 de outubro de 1825, foi ali lançada, com tóda solenidade a pedra fundamental. Esta pedra como é sabido foi alvo de complicada história. Colocada em 1825 foi arrancada, 47 anos depois, pelo Visconde do Bom Retiro que a recolheu ao palácio do governo, quando Francisco Xavier Pinto Lima governava a província. Três anos depois foi recolocada, consignado o fato na «Ata de recolocação da pedra comemorativa da Independência do Império nos campos do Ipi-

ranga». Com o tempo desapareceram os vestígios da pedra, reencontrando-se, por acaso, em 1921, a caixa de ferro de 1875, contendo a pedra de 1825. A Câmara do Município do Rio de Janeiro havia entrado na liça, proclamando, a 13 de junho de 1825, o seu empenho em iniciar a grande subscrição nacional destinada a custear as despesas. Foi elaborado um mesquinho projeto, comissões foram nomeadas, renovaram-se tentativas em 1836, 1855, 1862, 1872. Exiguas eram as contribuições voluntárias. Corriam os anos e a obra era sempre protelada.

Afinal o Governo Imperial permitiu a criação das loterias Ipiranga. Foi extraordinário o êxito dessa iniciativa. A primeira rendeu logo a soma, fabulosa para a época, de mil contos — um milhão.

Com tais recursos animaram-se os planos. O arquiteto Tomás Guadêncio Bezzi traçou grandioso projeto, sendo inaugurada a obra, em 1885.

Tinham-se passado 62 anos, a partir da idéia inicial.

Em 7 de setembro de 1889 o Barão de Ramalho comunicava estarem as obras quase terminadas, excluídas as duas alas que nunca foram construídas depois.

O Edifício-Monumento ficava bem distante do centro urbano naquela época e houve até a sugestão de que o monumento deveria ser implantado em zona central da cidade.

E como não tinha destino certo ali se foi alojar o Museu Sertório.

Mas Afonso de Taunay com paciência, pertinácia, moderação, conseguiu afinal que o Monumento se integrasse na sua verdadeira função — a histórica — irmanada com a etnografia e numismática. Enriqueceu a Biblioteca que hoje conta cerca de 40.000 volumes. E exibindo objetos, documentos e mostruários compôs um dos mais belos ambientes palacianos de São Paulo. Logo na entrada, em meio às colunatas, avultam as impressionantes estátuas de Antônio Dias Pais e Antônio Raposo Tavares. Sobre os pilares da escadaria monumental, vasos de bronze encerram águas dos grandes rios do Brasil. Em dois dêles misturam-se as do Oiapoc e do Chui e as dos Capibaribe e Javari, confluências do norte e sul e do leste e oeste. Depois segue-se toda a riqueza de aderços históricos, iconográficos, pictoriais, da lavra de reputados mestres das artes plásticas. O monumento museu é uma sinfonia histórica e artística.

Eis, em breve esforço, o que fez Afonso Ferreira d'Escragnolle Taunay pelo Museu Paulista que neste aspecto é obra sua! Honrou São Paulo e o Brasil.

Mas vejamos outra obra sua, que esta brotou inteiramente da intimidade da sua alma e ilustra tradicional cidade paulista, onde viveram os nossos antepassados. Referimo-nos ao Museu Republicano «Convenção de Itu» que repontou como anexo do Museu Paulista. Foi instituído para comemorar a primeira reunião da assembléia provincial dos que se agremiavam, pugnando pela implantação da república. Ocorreu a 18 de abril de 1873. Fôra escolhida «a velha cidade seiscentista que tão saliente parte tomou na obra de ampliação do Brasil, pelos imensos territórios do Oeste, e nos albores da nossa independência».

Em 3 de dezembro de 1870 fôra lançado na capital do País (Rio de Janeiro) o famoso manifesto republicano, encabeçado por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e Aristides Lôbo. Apenas dois paulistas assinaram aquêlê documento, sendo ambos, na época, estudantes de medicina. Foram Antônio de Sousa Campos, de Campinas, (depois senador da república) e Augusto César Miranda de Azevedo, de Sorocaba.

Proclamada a república empenhavam-se os ituanos para que a casa da Convenção, no seu estilo da época, suas sacadas bonitas, sua platibanda de pinhas, suas janelas típicas, fôsse adquirida para perpetuar a memória daquela reunião de convencionais. Tentativas se processaram. Mas foi o saudoso homem de Estado Washington Luís, que, durante a sua existência, honrou a pátria brasileira quem resolveu comprar o vetusto sobradão, promovendo sua adaptação aos fins desejados. E a 18 de abril ocorreu a inauguração soleníssima. Taunay foi tomado de entusiasmo. Compôs tudo como quem estava habituado ao «savoir faire». Azulejaram-se as paredes com painéis de composição, inspirados na história local e painéis documentais. Quadros, livros, mobiliário coevo, mostruários, transformaram a casa em belo museu educativo.

E terminada a tarefa publicou um belo guia que é uma lição de história.

Excedeu-se a nossa palestra além dos limites razoáveis mas a grandeza da personalidade de Afonso de Taunay é de tal porte que, mesmo considerando-se a sua excepcional atuação por um determinado ângulo e com o desejo de ser breve, a pena corre célere, sendo difícil contê-la diante da amplitude de ação do sábio historiador.

A obra de Afonso de Taunay tem a significação de um Astro que permanecerá eternamente no firmamento das letras brasileiras, iluminando a estrada de quantos se empenham em prescrutar o passado para honrar os que já se foram ou para buscar ensinamentos que conduzam a trajetória do futuro.

Eis o que podemos contar sôbre êste confrade e amigo, obedecendo à convocação do Presidente desta casa Embaixador José Carlos de Macedo Soares a quem nada podemos negar pelo muito que dêle temos recebido nos domínios da amizade e pela admiração que lhe votamos, em mais de seis décadas.

Perdoai-nos se não conseguimos satisfazer ao que deveria ser esperado de quem ora ocupa esta tribuna para reativar saudosas recordações.

«*Amicus magis necessarius, quam ignis et aqua*».

Concluindo osculamos simbôlicamente as mãos da Senhora que foi amantíssima espôsa de Affonso de Taunay.

AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

WANDERLEY DE ARAUJO PINHO

No impedimento de Pedro Calmon, cujo rápido restabelecimento tanto desejamos, cabe-me, por designação e ordem de nosso prezado presidente — Macedo Soares — proferir, não uma conferência, mas breve alocução, ao encerrar-se o curso Affonso d'Escragnolle Taunay, com o qual êste Instituto celebra e homenageia o grande historiador e grande benemérito desta casa.

É enorme meu embaraço.

Como tomar o lugar de Calmon, substituindo-o, se não tenho nem posso pretender, o brilho e a maciez enfeitada de sua palavra, a enxuta síntese a que adereça opulenta adjetivação, a arte de armar a frase e a perícia sônica em proferi-la — tôda essa encantadora música verbal tão merecidamente e amiúde por todos nós aplaudida?

Homem sou de análise e minúcia, bronco em sutilezas e baço e espêssô, sempre, na repetição ou exposição do que estudei. Demais, a mim, sem a menor capacidade de improvisação, só pouquíssimos dias me foram dados para meditar, analisar, resumir e dar forma menos enfadonha a esta palestra. Em tão breve prazo não poderia eu «recordar» Dr. Taunay, para vir lembrá-lo ou retratá-lo de corpo inteiro, ainda que em rápido bosquejo.

Outros já aqui disseram de obras e atividades: — Canabarro — da História do Café; Silveira Carneiro — do que fêz e deixou neste Instituto e no de São Paulo; Leite Cordeiro — da História das Bandeiras; Mário Barata — de como biografou a Missão Artística; Sousa Campos — da benemérita e sábia gestão no Museu Paulista.

Fale eu agora alguma coisa da pessoa.

Distinguiu-me êle em corresponder com sua honrosa estima à admiração e à amizade, que lhe dediquei durante mais de trinta anos — prazo em que lhe fui apreciando as várias e limpidas faceitas da alma sem jaça, enquanto com êle aprendia, tirando proveitos de suas luzes e reflexos.

São afinal evocados relances dessa convivência pessoal e epistolar, e da muita leitura de seus escritos e livros, o melhor que me acode, nesta ocasião, para vos entreter por alguns minutos em torno da pessoa e obra de Affonso d'Escragnoille Taunay.

Estou a vê-lo numa reunião dos «jacarandás» a encontrar alguém, que dêle se separara havia muito, e talvez em injusta hostilidade. A serena calma com que acolheu o cumprimento reconciliante, como se aquêlê retardatário de muitos anos lhe estivesse dando a boa tarde de um dia, que normalmente se seguira à véspera de intimidade cordial, deu-me medida da grandeza de seu coração, de sua generosa bondade.

Vejo-o na rua do Ouvidor, a parar alguns instantes a conversar (comigo e seu primo Aloisio Penido) e apurar o ouvido a um trecho de boa música, que, de fonógrafo de loja vizinha, se espandia ao rodar de algum disco recém-importado.

Era o artista; era o esteta.

Não sei se desenhava ou pintava como os avós, mas pianista era e compositor como o pai.

Admirador dos clássicos, amante das grandes partituras, entendido em mestres e maestros, dominava o teclado, — como o Visconde de Taunay: êste biógrafo entusiasta de José Mauricio e apaixonado de Chopin, que parafraseou, nas suas «chopinianas». E, como o pai, ensaiava em segredo suas composições, sem dizer que era música própria, o que sabemos pelo testemunho de Monseñhor Nabuco: — «Sòmente depois de sua morte é que os mais chegados de sua família descobriram que, várias das músicas que êle tocava, eram da sua composição». (*Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1958).

Ouçoo agora como a lamentar tristonho o empobrecimento paterno, nas garras do «encilhamento», que simultâneamente, creio eu, depenara também a Nabuco.

Era o devoto da veneração filial.

O culto à memória, à fama e glória do Visconde de Taunay tanto lhe levava a estar atento em sua defesa, como em multiplicar-se no labor de editar e reeditar tudo quanto o pai escreveu.

Lembra-me de quando fui designado para falar aqui nas comemorações do centenário do autor de *Inocência*. Com que solicitude acudia Affonso de Taunay a meus pedidos de subsídios, respondendo às perguntas, esclarecendo as dúvidas e enviando-me aos dois, aos cinco, aos dez, quase quarenta volumes daquela coleção de pequeno porte da «Melhoramentos», além de outros muitos de outros formatos ou editôres?!

Creio que o desvêlo pela memória paterna tê-lo-ia levado a uma descaída em seu extremo zêlo pela inteira verdade histórica, através da integra dos documentos dela portadora. Suspeito eu que na publicação das «Memórias» do Visconde de Taunay, haja Affonso de Taunay mutilado o manuscrito. Fraqueza sentimental... , poderia dizer. Ou melhor: fôrça e grandeza de sentimento. Em todo o caso, deslize de sua inteireza de documentador.

As «Memórias» estiveram longos anos clausuradas, creio que por determinação testamentária, nos cofres de segrêdo dêste Instituto. Terminado o prazo foram abertas, mas Affonso de Taunay prorrogou essa clausura, desapontando a curiosidade dos bisbilhoteiros do passado.

O Visconde de Taunay era homem de lutas e franquezas, político, militar, homem do mundo e homem de letras, tão dado a exaltar grandezas e a compor discursos, projetos, narrativas, romances e livros de altura, como a escrever diários e memórias e a registrar miudezas, personalismos, fraquezas, *potins* e *gaffes*. Todos andavam ávidos por aquelas «Memórias», tão deliciosamente entrevistas nas antecipações dos extratos, dos «diários» e da «correspondência» publicados pelo filho. Os amantes da pequena história andavam de água na bôca; mas tiveram que engulir saliva.

Passaram-se, alguns anos e Affonso de Taunay publicou as «Memórias», do pai que pouco acrescentaram ao que se conhecia das «Reminiscências» e dos «Diários». Não foram pequenas as decepções, nem poucos os decepcionados. Um dêstes fui eu, pois esperava, para anotar os últimos capítulos de um estudo sôbre o Barão de Cotegipe — minúcias do rompimento, algo áspero de Taunay com o velho conservador, seu chefe, seu amigo e encaminhador de seus primeiros passos e triunfos na vida política.

Evidentemente Affonso de Taunay expurgara o documento de quanto reputara inconveniente, — (talvez fôsse isso a justificativa das clausuras primitiva e prorrogada) por pensar (e recordava o caso recente de Oliveira Lima) que sofre sempre a memória do memorialista com a publicação de suas memórias.

Um pecado de historiador-editor... — um ato de grande virtude sentimental...

Creio que êsse mesmo cuidado pela memória dos que muito estimava e admirava o conduzia a uma afirmação (que desconho não era inteiramente sincera) e que sempre lhe contestei, quando mais de uma vez m'a repetiu.

Sua dedicação à memória do Imperador Pedro II era sentimento próprio, e herança paterna; e se lhe incrustara n'alma, na fase da meninice e extrema mocidade, no ambiente sebastianista

que respirou nos últimos anos da vida o senador do Império. Simpatia e piedade (além da admiração) estavam prontas a atenuar ou justificar qualquer deslize de Pedro II, e a defendê-lo de qualquer restrição ou acusação; mas sem desobedecer ao justo e ao provado.

No caso porém a que vou referir-me notei-lhe a relutância, a resistência, infundada e impossível, de reconhecer o desmoronamento da até então decantada fidelidade conjugal do filho do destemperado Pedro I. Bom é que se lhe percebia certa névoa de acanhamento naquele como que enganar-se a si mesmo, para assegurar engano alheio no que era clareza ou evidência. Aludo aos amores recém-documentados de Sua Majestade com uma grande dama da Côrte, amores que Affonso de Taunay teimava em julgar «platônicos».

Era delicadeza de amizade, era forma de devoção, (virtudes pessoais) — mas bem víamos que, para conciliar tal opinião, com os termos cálidos e desnudos de algumas cartas do Imperador a Barral, era preciso acomodar um esquisito conceito de «platonismo amoroso» com as fronteiras das grandes concessões de intimidades diurnas e noturnas.

Agora o escuto, — depois de citar uma estância de Camões ou comentar e esclarecer alguma falha de lexicon — a lembrar a aspereza salaio de uns luzos com que entrou em disputa e algum historiógrafo distante, que todos não haviam sabido ser gentis, para logo experimentarem-lhe a fôrça do guante do aço de cavaleiro, que, em havendo arena e desafio, que o obrigasse a vestir a armadura, lascava a durindana.

Era o homem bravo na reação, que tanto quadrava com o suave na ação.

Mas sabia conter essa bravura quando o adversário ou provocante era gente de seu peito e coração. Estou agora a observá-lo: sorridente e condescendente a tomar uns ares de indulgência paternal com seu (nosso) amigo Afrânio Peixoto, quando êste deu de desancar os bandeirantes com gana demolidora.

Era o homem carinhoso, amigo de seu amigo, zeloso de não abalar nem perder afetos.

Estamos agora a conversar, e êle parece pedir licença para afirmar. Dá amiúde ao que diz um ar de consulta, envolvendo a frase na freqüência das perguntas; a grifar, assim, na palestra e na cortesia quase tímida, uma imensa modéstia — tão perceptível aliás em seus escritos — e dentro da qual embuçava altos valores, riscando do íntimo vocabulário termos e noções tais como — orgulho, filáucia e superioridade.

Deixa aqui e ali escapar, como quem não quer, o gôsto pelo humor. Não despreza a pitada de sal fino, apreciando a malícia de um caso faceto, de que pede confirmação ou repetição. Ouve com prazer a última piada, se ela tem a graça ou a jovialidade de alto círculo. Capaz de *calembours* e trocadilhos, prefere contar e aplaudir os dos outros. Dos de Martim Francisco compôs uma antologia. E lia os humoristas. Pouco antes de morrer sorria com gôsto relendo Labiche.

Na palestra nunca nos atropelava com seus avoengos. Cultor de tradições, zelava as da família. Nunca lhe ouvi, porém, empáfias de linhagista. Notei-lhe mesmo que pouco falava de seus maiores: e só provocado.

Tinha a segurança de uma boa estirpe (de que natural, mas intimamente, se orgulhava) mas não afixava brazões nem encaixilhava pergaminhos; embora, bom geheologista de alheias famílias, bem cuidasse de arrumar provas e fatos, nomes e datas da própria.

A êste respeito lembra-me ter-lhe ouvido um dia que andava, por muito tempo inquieto — historiador dos bandeirantes — por encontrar parente ou ascendente entre êstes. Estivera então a sondar maiores informações de sua progênie, da sepa brasileira ou materna, na esperança de achar o bandeirante da família. Avançando nas buscas, afinal — bem podemos imaginar com que satisfação — deparou com o desejado. Referiu-me, então, risonho e indulgente, certo malicioso e prudentíssimo conselho, que lhe dera uma tia ou prima velha, já iscada das irreverências e franquezas da senilidade, a quem êle fôra fazer seus interrogatórios e insistentes indagações: — «Olhe, meu filho; é bom não apurar demais, porque pode encontrar um padre».

Está visto que o reverendo não apareceu; mas certo é que a velha tia fazia advertência de muito conteúdo, digna de ser ouvida por tantos impafiosos que entram com orgulhos e vaidades pelos perigosos caminhos das gerações, deslembados dos versos de Sá de Miranda:

«He, Senhor, grande trabalho
Escrever de gerações,
Nem todos são Scipiões
E podem cheirar ao alho
Ricos homens e infanções».

Vejo-o por fim, na última vez que o visitei em S. Paulo a falar-me de seus achaques, queixoso de que a velhice não lhe tivesse poupado as pernas, ainda que, na conversa tão bem mos-

trasse — haver-lhe, feliz e generosamente, preservado íntegra, lúcida e rica a cabeça que só a morte, quase repentinamente, decepou.

São êstes relances pessoais. Outros manam das obras do mestre.

Ouvimos durante o curso repetida relação de enormíssima bibliografia, sem contar os igualmente numerosos trabalhos esparsos, disseminados por jornais e revistas. E Sousa Campos recordou como serviu Taunay à história pátria, na organização e catalogação, e na publicação dos respectivos anais, dos Museus do Ipiranga e de Itu, quando dêles diretor.

Tudo atesta uma capacidade de trabalho que todos admiramos e muitos, como eu, nem podemos compreender.

Virgílio Corrêa disse exato: «sobejavam-lhe predcados que raramente se reúnem na mesma pessoa. A agudeza da inteligência valorizada pela memória admirável e incansável capacidade de trabalho, cujo rendimento se afigurava exigir a colaboração de vários cooperadores, a quem não lhe conhecesse a «eficácia».

Já não falarei pois do volume e do número, mas não posso deixar de chamar vossa atenção para a variedade, a multiface dessa estupenda atividade.

Além de humanista, camonista, linguista, ficcionista e acadêmico, podemos dizer, no que concerne às cogitações dos que nos congregamos em institutos como êste, que foi:

Bandeirante e traficante — com a História Geral e Estudos para a História do Tráfico.

Genealogista, fradesco e heraldista — com a reedição e a biografia de Taques, e a história antiga da Abadia de São Paulo, e dezenas de braços estudados e desenhados de vilas e cidades.

Naturalista e cartógrafo — com a reedição de Margraff e o Ensaio da Carta Geral das Bandeiras.

Economista-ruralista — com a reedição de Antonil e a História do Café.

Cronista dos quatro séculos com cem mil trabalhos e livros e a reedição de Frei Gaspar.

Político do Império — com os utilíssimos estudos sobre ministérios, senado, câmara e estadistas.

Biógrafo e bibliógrafo.

Amador das belas artes — com seu estudo sobre a Missão Artística.

E que sei mais, e mais quanto?!...

E, com ser tão numeroso e variado, foi, quase sempre, criador.

Criador, sim — não tanto intérprete, nem filósofo, nem mesmo artista ou poeta, preocupado com galas de apresentação sedutora de suas criações.

Pode ser brilhante e mais espiritual a interpretação do que a captação documental que imobiliza e fixa os eventos.

Mas as teorias interpretadoras não duram, enquanto a história-documento permanece; e nunca será desprezado ou menos estimado o labor e a benemerência dos que argamassaram os fundamentos; dos que buscaram, descobriram e sistematizaram a estrutura, e apresentaram a realidade pretérita vestida da verdade, pôsto que nua de alvitres, de enfeites, imaginados rumos e subli-mações.

Foi Taunay um descobridor e conquistador de verdades históricas; o passado muitas vèzes sem alma, na sua árida secura de certeza.

É que êle não esculpiu estátuas, talhou obeliscos. Foi, antes de tudo, um obreiro hercúleo, laborando as grandes massas e os cimentos obscuros da documentação. Ergueu pirâmides, nos desertos dos assuntos inexplorados.

E com levantá-las usou material incorruptível. Construiu-as com solidez capaz de resistir às erosões do tempo, e de altearem sôbre as areias que sepultam (porque seus livros serão sempre lidos e consultados) a simplíssima arquitetura colossal, obediente, quase, nas linhas do conjunto, à forma das pedras que acumulava, superpunha e ajuntava. Digamos melhor: era da casta dos construtores de muralhas e barragens, que em tão grande porção escondem a submersa imponência, mas contém as torrentes do olvido, criam a força da fixação evocadora, e espalham e espraíam os amplos lagos da história comprovada — por cuja superfície correrão luzes, côres, sombras, amenidades; e em cujas margens plantarão seus jardins os que sabem sutilizar sínteses, aprofundar críticas, desenhar curvas evolucionais e graças e galas de vestidura literária.

Repare-se bem tôda a sua produção: — um máximo de fatos e documentos em um mínimo de induções, deduções e lógicas. Onde, também, um mínimo de imaginação apontadora de nortes e roteiros, e das fantásticas estradas que liguem o passado ao futuro.

Isto era austeridade.

Mas Taunay sabia também ser vulgarizador, que sintetiza e ameniza.

Disciplinou uma técnica própria, em extratar, resumir, colorir, em artigos de jornais e revistas, e em uma série de pequenos livros, papéis antigos em rápidas crônicas; que fazem contraste com os tão pesados e alentados tomos das Histórias do Café e das Bandeiras.

Nessa obra menor — mas em todos os sentidos não pequena — estraia o suco dos documentos fazendo-os rescender todo o perfume da reconstituição do pretérito, sem deixar de encartar, nesta ou naquela página, alguma adjetivação, e fugazes opiniões e leves apreciações comparativas, muito suas, pessoais e atuais, e, é bem verdade, seu tanto perturbadoras, por obrigarem o leitor a separar-se, por momentos, das coisas, gentes e fatos ressuscitados, para atender a juízos e comentários do autor, ao gôsto e inspiração de sua época.

Não só em livros e escritos era assim vulgarizador-sintético; mas também na conversação: uma grande biblioteca.

Êle, que tudo aprofundava e documentava, e que, em história do Brasil, — podemos bem dizê-lo —, sabia tudo; o que não escrevia trasladava na memória fiel, ativa, vasta e solícita. A qualquer tema, argumento, episódio ou circunstância, por mínimo que fôsse, acudia pronto, naquele seu sereno e vagaroso dizer, com a informação ou o conceito, — lições amenas de sua eruditíssima palestra.

Que riqueza de conhecimentos e documentação revelava a cada passo, em cada colóquio com os seus amigos, viciados da curiosidade histórica?...

E como nos maravilhava perceber que muita parte de suas pesquisas as fizera à distância, em arquivos que não visitara, como notou José Honório Rodrigues?

Tinha faro para tôda espécie de caça escondida, sabia como poucos a maneira de procurá-la e onde encontrá-la. Não o chamariamos bem de perdigueiro, mas de falcão que vê a lebre de muito longe e de muito alto e desce o vôo picado e a garra certa sôbre a prêsa.

Nós bem sabemos das durezas, como dos encantos, dêste esporte venatório; fatigante para nós, nunca para êle.

Sôbre as impaciências, ânsias e adiamentos, e sôbre a insaciabilidade dessas batidas, certa vez Taunay me falava, usando de uma figura ou simulacro: a pesquisa era como o horizonte para um navegador em alto mar. A nau da curiosidade a avançar no rumo e o horizonte a fugir, alargando-se sempre, avaro de novos mistérios. E falava ainda dos desvios de rota; das seduções colaterais a que a variedade e riqueza de um só documento pode levar

o estudioso; ilhas a leste e oeste, ou sereias conduzindo aos parcéis da distração.

Quando nos lembramos daquele pesquisador formidável, para quem não havia caça que não abatesse, e sabia de todos os campos e selvas onde buscar, ou codorniz ligeira ou caça-grossa africana; quando agora procuramos, neste Instituto, dar balanço histórico ou documental do século XVIII brasileiro em quanto arquivo exista, — como lamentamos não o ter à nossa frente, chefiando-nos e nos orientando?

Quando a gente lê o longo catálogo que em onze volumes especiais da nossa Revista dá-nos conta da riqueza de documentos portugueses relativos à história de São Paulo, muitos capazes de mudar rumos na história das bandeiras — fica-se a lamentar que homens como Taunay hajam fechado os olhos para o eterno silêncio.

Quando avaliamos o vulto de episódios da história nacional que aí estão reclamando documentação, e carecem esclarecimentos, que liquidem dúvidas, e complementos, que rematem a narração; quando nos maravilhamos, de outro lado, da soma de papéis inéditos ou nunca, ou superficialmente compulsados — dos arquivos nacionais e portugueses e de vários países e casas particulares e antigas; quando assim nos damos conta da montanha em que é preciso cavar, garimpar e batear para extrair as pepitas da verdade; e reconhecemos estar a história do Brasil ainda naquela fase que, em termos forenses, chamaríamos de dilação probatória; e somos tentados, então, a crer que o mais útil senão o melhor historiador é o que procura, ajunta, alinha, exhibe os documentos portadores da essência e da prova da verdade histórica: tomamo-nos de uma grande tristeza ao lembrar que mineradores como Taunay desertaram um dia das grupiaras.

★ ★ ★

São essas algumas das máguas, que nos dominam, neste Instituto, quando nos lembramos de Affonso d'Escragnolle Taunay.

Com singeleza e sinceridade, a que não tisna a suspeição de amigo, estive a lembrar-vos algumas qualidades, atividades e benemerências do nosso querido e saudoso confrade.

Bem notastes como a sua bondade, inteireza e porte de homem se despeja e harmoniza em sua grande obra.

A história é imagem e semelhança do historiador. Isto nos vale para nos consolar de sua perda, porque o temos quase inteiro nos livros e nos estudos.

Isto é sobrevivência.

E afinal, é glória.

TAUNAY NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Almirante CARLOS DA SILVEIRA CARNEIRO

1. Foi pelos meados de 1811 a proposta de Taunay para sócio correspondente do Instituto Histórico; assinavam Max Fleiuss, o proponente, Afonso Celso, Eduardo Marques Peixoto e outros. Por essa época já havia publicado, com o pseudônimo de Sebastião Corte Real, a «Crônica do tempo dos Filipes» e na Revista o prefácio do «Diário da viagem ao Alto Nilo» de Pedro II, e cartas de Carlos Gomes ao Visconde de Taunay, em grande gentileza ao Instituto, com a prioridade da inserção na Revista. Essa proposta naturalmente deveria ser aceita com o maior empenho, pois Taunay, nessa ocasião, já despertava a atenção dos meios culturais do país; no nosso Instituto vinha pela mão amiga e sincera de Max Fleiuss, descobridor de valores, patrono de muitos jovens aspirantes na carreira das ciências e das letras, sempre de coração aberto aos postulantes, de alguma capacidade, aos quadros honorários dos institutos e outras associações culturais. Ramiz Calvão é o relator da proposta na Comissão de História, ainda achando que a «Cronica do tempo dos Phillippes» revelava o pulso de um investigador estudioso, e que, como estréia, era auspiciosa. Não deixa de lembrar a estirpe dos Taunay, inclusive do visconde, orador do Instituto, sócio dos mais prestimosos e o Xenofonte Brasileiro com a «Retirada da Laguna». Como a comissão de admissão de sócios logo desse parecer favorável, na sessão de 23 de setembro de 1911 era admitido Taunay no Instituto, com o maior carinho. Ainda nesse mesmo ano, a «Revista» publicava a biografia do conselheiro José Antonio de Azevedo Castro, falecido no primeiro dia desse ano em Londres. Levava Taunay a escrever sobre o conselheiro, principalmente o fato de ter sido amigo de seu pai durante 40 anos, amigos desde os tempos do colégio, verdadeiramente ligados por se reconhecerem nobres caracteres, com o mesmo amor às

coisas belas do espírito. Lendo o trabalho de Taunay, pode-se reconhecer, como em tantos outros, a injustiça de quem o aponta como árido escritor, aferrado à frieza dos documentos, quase sem imaginação. No entanto, quanta coisa interessante sempre coloca nas páginas de seus trabalhos históricos ou literários! De posse de inêditos do pai, fala do avô do conselheiro, possuidor de uma casa de negócios à Rua Direita, esquina da das Violas, e conhecido como o José Joaquim «da manteiga», por comerciar exatamente nesse gênero. Conta episódios da vida do pai e do conselheiro no colégio, com a indisciplina reinante, absoluta desordem nas aulas, diretores e professores sem capacidade para imporem o respeito. Os mestres, porém, ruminavam sua desforra. O de latim, quando em aula os alunos se extremavam em algazarra, não lhes dava a menor importância, dizia melifluo: «Meus amiguinhos, breve chegará para vocês o *«dies irae, dies illa, calamitates et amara valde»*. O desfôrço foi completo; o Imperador viera assistir aos exames, obrigando todos a usar casaca; na verdade os alunos pareciam criminosos... e houve a amarga calamidade: passaram apenas 5, sendo Azevedo Castro com distinção. Foi presidente do Rio Grande do Sul e deixou o cargo estimado e com saudades dos gaúchos; nomeado chefe do escritório do tesouro em Londres; o Imperador o escolheu, recusando propostas de outros e sem consultar ninguém; lá ficou 26 anos, até morrer, e sem nunca receber permissão, como pedia, para visitar pessoas da família no Brasil; era o Catão! Quem ia para a Europa e se apresentava à delegacia de Londres como grande autoridade, querendo sacar libras e mais libras, teria que disputar até um penny, porque a defesa do conselheiro era feroz; postulante invocava sua posição, com tôda a amabilidade e insinuação; passava aos poucos às ameaças veladas, o conselheiro comprometia até o lugar, desagradando o ministro; perdia por fim a compostura e o conselheiro sempre delicado, friamente, propunha que consultasse o ministro, pois se recebesse ordem, teria todo o prazer em satisfazê-lo. Na verdade cada um apenas recebia o que a lei lhe proporcionasse, nem mais nem menos. Algumas pequenas vinganças tirava, publicando simplesmente as cartas de injúrias ou de ameaças e como diz Taunay, «certamente não era das coisas mais agradáveis, nem das mais honrosas, para os contendores, saber o público que haviam ameaçado agredir alguém a quem chamavam macróbio caduco ou septuagenário decrépito.»

2. Vai contando Taunay muita coisa das priscas eras da nacionalidade, com senso de alta veracidade, tudo documentando. Não nos é possível, como dissemos, acompanhá-lo em tudo quanto escreveu para as revistas dos Institutos porque o fez enormemente,

verdadeiros romances aliás, dos formadores do povo brasileiro. Não só dos antigos mas dos mais modernos igualmente.

Vemo-lo com grande artigo na Revista e título no «Brasil Imperial». A leitura ainda possui muito como agradar nos dias de hoje, leitura amena, contando coisas da meninice de Pedro II e tiradas de seu augusto pai, o fundador do Império. Não deixa de contar alguns fatos, episódios e anedotas. Um foi do general Osório com o futuro visconde de Taunay, na guerra do Paraguai. Levava a Osório uma carta do Conde d'Eu, quando o general repousava na rede e este lhe disse: «Olha! tu que és «bacharel», deves entender isto. Toma lá este livro e traduz-me este diabo de inglês, que está «duro de roer» deveras.»

(Comecei a fazê-lo, narrava o improvisado tradutor). Mas, confesso que me pus a gaguejar deploravelmente. Havia no trecho grande número de termos técnicos com que jamais me avis-tara, de modo que a cada passo me via em apuros. «Está bem! vai bem!» dizia-me o general, rindo-se. No fim de algum tempo notei que adormecera profundamente, e retirei-me sem fazer o menor ruído.

No dia seguinte, apenas me viu, interpelou-me alegremente: — «Então, seu safadinho, foste ontem saindo à francesa, heim?!» — «Mas se Vossa Excelência estava dormindo profundamente!» — É verdade! e que sono delicioso! cheio dos sonhos os mais agradáveis. Imagina tu! sonhei que estava traduzindo corrente e perfeitamente aquele inglês todo, incomparavelmente melhor do que tu, que és bacharel formado!» São muitos os casos que conta Taunay, especialmente dos meios militares. Refere o caso de veterano da independência, refinadíssimo patife, aliciador de mercenários, o major dr. Jorge Schäffer; constantemente bebia e com a mania de que o Imperador D. Pedro I, que realmente lhe mostrava ligeira simpatia, era seu amigo, costumava dizer na sua linguagem trôpega:

«Si eu morre, o imperador jorre muito».

«Um belo dia acudiu-lhe à inflamada e alcoolizada mente a extravagantíssima idéia de pôr à prova os sentimentos de tão amado dinasta a seu respeito, e assim ordenou a um de seus oficiais que fôsse a S. Cristovam notificar-lhe a sua morte súbita.

Partiu o subordinado no desempenho da comissão. Achava-se o imperador em um de seus piores dias; quiçá enfurecido com as notícias de novas tranquiébnias do «mano Miguel» em Portugal, ou novas do seu tão demorado quanto dificultoso segundo noivado na Europa, talvez arrufado seriamente com a sua Do-

mitila ou indignado com as audácias da oposição liberal. Certo é que estava a pedir um pretexto qualquer para explodir. Ao ouvir o comunicado, respondeu em um desabafo injustíssimo dos nervos: — «Ah! morreu! Que tenho eu com isto? Pois que vá feder para longe!»

A resposta deu com o major na cama, doente de traumatismo moral.

3. No tempo que vai longe, ante a brilhante oficialidade do exército dêste século, existiam os coronelões e os brigadeiros, verdadeiros heróis mas nem sempre de muitas luzes. Havia um que desanimado dizia aos auxiliares algo lentos: — «Senhores, não me prostreguem as operações!».

Recorda Taunay a famosa alocução de Ramollot, que se celebrizou pelos ditos exhibitórios de cultura, falando em ordem do dia, em que historiava a batalha das Pirâmides de Napoleão: «Soldados! contemplai as Pirâmides durante 40 séculos!».

Um dêsses antigos comandantes, ficou afobadíssimo mandando varrer com tôda a urgência o soalho do acampamento, quando começava a desabar tremenda tempestade e angustiado: «Que perigo! com esta trovoadas! mas que perigo!» E como um oficial indagasse da causa de tão estrambólica providência, êle: — «Homem! o senhor nem parece um môço de estudo! Então nada sabe sôbre o poder e o perigo das pontas em eletricidade? É simplesmente pasmoso!» E apontava ao ignaro interlocutor o chão inteiramente coalhado de pontas de cigarros».

4. O Visconde de Taunay deixou para o filho memórias a que êste deu alguma publicidade, com referência a outros ditos dêsse militar, aliás bem graduado, como êste: «Olhe tenente! não esqueça mencionar que no fim os Paraguaioes debandaram, possuídos de um terror *pândego*». Queixava-se ao voltar de penoso reconhecimento, que estava com os pés *intransitáveis*; contava como ficara deslustrado com «o luxo *asinatico* da China».

Existem casos com os capelães militares, alguns de grande cultura, outros um tanto inocentes. Havia um capelão capucho, ótimo padre e detestável pregador, contra o qual mantinha grosseira turra um oficial antipático, agressivo e insolente.

«Num dia de missa campal pregara o bom Franciscano o mais abominável sermão, cujo exórdio fôra: «Há muitos anos quando em França reinava D. Manuel III...» Finda a cerimônia, estava o nosso pregador a conversar num grupo de amigos, quando dêle se se acercou o oficial, seu aliás gratuito desafeto, que

num tom de desprezo e chacota, sem tir-te nem guar-te, lhe foi logo desfechando:

Que história é esta, padre? Se em França jamais houve D. Manuel II, onde foi o senhor buscar êste D. Manuel III?

Ficou o pobre capucho a estourar de ira e confusão, mas ainda se conteve e humildemente replicou: — «Êste pormenor não tem grande importância. O que vale é o fato relatado e de que desejava tirar as aproximações que o senhor ouviu. Se não era D. Manuel, seria D. Antonio ou D. José...»

— «Também não os houve em França, redarguiu o reparador do modo mais escarninho e atrevido».

Aí, perdendo o resto da paciência, disse-lhe o padre exasperado:

«Seria então D. Pedro ou D. Paulo, ou dom vá plantar batatas ou dom vá para o diabo que o carregue!»

Relatava o autor das Memórias, que o mofador teve de bater em célere retirada sob a estrondosa assuada de risos e aplausos dos circunstantes, nascida da terrível réplica ultra-soldadesca do capelão, cujas apóstrofes finais me vi na contingência de pûdicamente parafrasear».

Naturalmente são muitos os casos inclusive da mais diáfana verdade histórica. Copiosas páginas sôbre os mercenários de D. Pedro I, os estrangeiros ao serviço do Brasil e oportunidade de desfazer uma inexactidão de Gustavo Barroso, a quem elogia muito, mas confundira o conde d'EscragnoUe e Carlos Augusto Taunay, dando-os como uma só pessoa — o conde d'EscragnoUe Taunay; traça as biografias sumárias dêstes seus parentes, situando como depois se uniram as duas famílias, surgindo Alfredo d'EscragnoUe Taunay, seu pai. Outra página atraente tem por título.

«Uma princesa brasileira desconhecida

a D. Isabel Maria de Alcântara Brasileira, que com 2 anos de idade foi feita por Pedro I — Duquesa de Goiás».

5. Pouco depois publicava Taunay na Revista do Instituto duas excelentes produções, como tudo quanto saia de sua pena invejável. Na «Bahia Colonial» e «Rio de Janeiro de Antanho», inscrevendo-se com êste último como dos bons historiadores de nossa cidade. Da Bahia conta as relações dos navegantes que lá estiveram como Pyrad, Francisco Coreal, relatando os costumes dissolutos, as perversidades com escravos, as superstições e muitas coisas; admira a capacidade de Taunay para escrever tanto; sua

obra é realmente imensa e impressionante. Coréal faz as piores ausências; «na Bahia o brasileiro preferia apenas dormir e acariciar as damas». As mentiras desses viajantes saltam aos olhos e não deixa Taunay de as apontar. Trata de todos eles: Dampier, e até de um navio negreiro anônimo, Frezier, La Barbinais, Mrs. Kindersley.

O trabalho «Rio de Janeiro de Antanho» traz uma dedicação: «A Max Fleiuss. Amigo, amigo, lembrança afetuosa e testemunho de uma amizade de vinte e cinco anos».

Passa em revista outros viajantes que escreveram sobre o Brasil, como Froger, Bougainville, Parny, John White, Sir George Staunton, Jacquemont, Boesche, Grandshire e outros.

Trata de D. Pedro II e a guerra do Paraguai, a que se segue a «Formação intelectual de Pedro II» e ainda «Pedro II e os grandes fatos do seu reinado». Não o podemos acompanhar, nem com ligeiras palavras, sobre esses primorosos trabalhos. Outros se seguem. Por exemplo: «Uma obra pouco conhecida de D. Pedro II». Cita muitas delas.

6. Coube a Basílio de Magalhães, com assinaturas dos ilustres Max Fleiuss, Afonso Celso, Ramiz Galvão, Juliano Moreira, Antonio Olinto dos Santos Pires, Souto Maior, Laudelino Freire, Agenor de Roure, Tavares de Lira, Roquette Pinto, nomes de tão alta significação, a proposta para que fôsse conferida a Taunay o prêmio Pedro II pela sua monografia «A missão artística de 1816». No texto da proposta, extremamente elogiosa para o nosso polígrafo, existem frases como esta: «Realmente em meio dos muitos e magníficos trabalhos que têm sido insertos no órgão do Instituto, a memória elaborada pelo senhor doutor Affonso d'Escragnolle Taunay resplende com o fulgor de astro de primeira grandeza, pela correção da linguagem, pelas informações que ministra, denunciativas de pacientes pesquisas e acuradas leituras, e finalmente pela cultura estética que fartamente revela». Começavam as consagrações, quando relativamente havia pouco tempo de aparecimento dos bons trabalhos de Taunay; estavam se completando 6 anos que entrara para o Instituto.

7. Um mês depois da comunicação recebida, por telegrama assinado por muitos sócios, chegava carta de Taunay ao presidente Affonso Celso com o agradecimento. Como diz é «Cheio da mais legítima ufania ante a consagração de seu modesto estudo pelo órgão de tão ilustres autoridades em matéria de história brasileira»; não pode comparecer à sessão magna, mas envidará «todos os esforços para melhor servir ao Instituto, grato a tanta

generosidade e benevolência. Interessante: o Instituto havia concedido prêmios anteriormente e uma única vez em 1847, mas reparem os laureados: Machado de Oliveira, von Martius, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Varnhagen; 70 anos depois fazia outra distribuição, agora a Pedro Lessa, Clovis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Basílio de Magalhães, Roquette Pinto e Affonso de Taunay. Se a praxe adotada pelo Instituto, 6 anos depois de sua fundação, para outorga de prêmios, sofrera o hiato de 70 anos, foi também Taunay o último a receber, de acordo com a votação das propostas, porque depois de 1917 não mais se verificou essa distinção.

8. Na Revista do Instituto, em 1918, coloca alentado trabalho de 150 páginas, com o título: «Na era das bandeiras» (Estudos de história colonial paulista). Parecia mais própria para o estudo a Revista de São Paulo, mas aparenta não fazer questão de separar assim os assuntos, embora reservasse para a de São Paulo a maioria dos seus estudos paulistanos. Já no «Correio Paulistano» vinha publicando artigos sobre o assunto, que ampliados, transpõe para a Revista do Instituto. Trata muito de João Ramalho e a vida em Santo André da Borda do Campo, que ninguém pode fixar exatamente o local onde existiu a famosa povoação, embora os esforços de alguns como Teodoro Sampaio, Gentil de Moura, Piza, Calixto. Lê-se com inteiro agrado o trabalho de Taunay; estuda a personalidade, também tratada por Bartolomeu Mitre, do alemão Ulrico Schmidel, companheiro de aventuras de vários viajantes como Ayola e Cabeça de Vaca e fez a travessia de Assunção a São Vicente, imaginem, naquela época, entre 1534 e 1554. Folga de escapar de Santo André da Borda do Campo, «valhacouto de sicários a fascinoras». João Ramalho queria povoá-la e não escolhia a qualidade. Diz Taunay: «A falta de sabinas, as cunhãs das tabas vizinhas, cuja passividade dispensara a formalidade do rapto»... «Antes dois criminosos do que um homem de bem, porque constituíam ? bons arcabuzes a mais, em lugar de um mediocre para enfrentar os índios agitados e ameaçadores». As afirmações do viajante straubingense, que percorreu durante 20 anos a América do Sul, fez parte da primeira e infausta fundação de Buenos Aires, com as mais espantosas aventuras, têm o sabor delicioso da época das sereias, dos Adamastores e dos Golias. Diz ele que passando dias e dias por florestas tão densas e selváticas como não imaginara, pululavam em um rio, que chama Urquán, serpentes desconhecidas, incomensuráveis pitões (sabeis que a serpente desse nome

era mitológica, morta por Apolo); conta Taunay com sua fina ironia:

«A uma avistou, diante da qual a cobra famosa, que ao exército do pró-cônsul Régulo fêz frente, parecia miserável minhoca. Tinha o bicharoco 16 passos de comprido e 4 braças (8,80 m) de circunferência! Nada menos do que isto êsse gigante da fauna paulista de antanho, predecessora das já alentadas sucuris e «minhocões» berradores.

Assim mesmo, apesar de seu diâmetro de 2 metros e 80 centímetros, o que era essa «Schueeyba-tuescha» dos Espanhóis, ao lado do krahén, e sobretudo, do famoso peixe engulidor de navios... do barão de Munchausen, o verídico compatriota de Schmidel?»

Gosta bastante Taunay de falar de S. André da Borda do Campo, precursora de São Paulo; dá idéia de suas leis, das tentativas de fazê-la uma vila com características civilizadoras. As multas para os desobedientes das posturas eram muito pesadas, assim reclamava o povo; de um tostão por vaca encontrada fazendo dano nas roças e 1 vintém por cabeça de porco nas mesmas condições; não dando resultado, admitia-se que matassem a frechadas êsses animais destruidores, não a tiros, pois quem possuía um arcabuz equivalia hoje como se fôsse dono de elegante automóvel. Mas não podemos continuar na análise dêsse trabalho de Taunay, porque o tempo é curto. Basta dizer que para Taunay muito representou S. André da Borda do Campo; não como diz Teodoro Sampaio, severamente, achando «um ninho de escravidão e foco de turbulências», do seguinte modo:

«Como se fôra edificada na areia movediça onde um sôpro de desolação tudo subvertera e apagara, nem mesmo a tradição da vila mameluca se salvou na memória dos raros habitantes destas paragens. É que as cidades também se apagam na vida como se apagam as iniquidades dos homens.» Agora palavras de Taunay: «... hoje, que o esbatimento dos séculos se fêz em tórno do arraial ramalhense, o que para nós outros dêle resta, é a sua poderosa significação simbólica. Foi o primeiro marco vencido na conquista do hinterland brasileiro, o primeiro ponto de partida para a conquista do Brasil pelos brasileiros.

E presidindo a êste movimento inicial da entrada paulista pelo Brasil a dentro, é João Ramalho o pró-homem, o patriarca das bandeiras prodigiosas, anexadoras de milhões de quilômetros quadrados — castelhanos, a fé dos tratados ao nosso patrimônio nacional.» Como é difícil escrever a história! Quantos detratores e que poderoso defensor!

9. Na primeira sessão de 1924 Max Fleiuss exalta a obra de Taunay no Museu Paulista transformando-o em verdadeira casa de história, com quadros, estátuas, marcos, salientando outrossim o apoio às idéias e realizações de Taunay por parte do Dr. Washington Luís; termina propondo voto de grande louvor a êsses beneméritos historiadores, ambos sócios do Instituto. Na sessão do mês seguinte, assinada por 12 consócios, encabeçada por Max Fleiuss, era apresentada proposta para a primeira vaga na classe de beneméritos de Affonso de Taunay, dizendo-se não precisar de justificação êsse ato de pura justiça. Com efeito a comissão de admissão aceitava com os maiores aplausos a proposta, enumerando os trabalhos já apresentados, a ação no Museu Paulista e outros motivos, assinando Eptacio Pessoa, Ramiz Galvão e Manuel Cicero, comissão respeitável, muito zelosa do bom nome do Instituto e difícil de consentir na admissão de mediocridades, em elevado número batendo às portas do prestigioso sodalício.

Em maio de 1957 prestou o nosso Instituto praticamente a última homenagem em vida. Tornou-o Grande Benemérito, com proposta assinada por numerosíssimos sócios e novas demonstrações do grande aprêço pela sua obra. Taunay chegava também ao fim da vida, já bastante doente, embora com o espírito ativo, escrevendo sempre. Nenhuma prova melhor do que o fato do «Jornal do Comércio» nos artigos semanais do grande mestre, publicar 5 nos domingos que se seguiram ao seu falecimento. Aliás gostava muito do Instituto; não vinha ao Rio de Janeiro que seus primeiros passos não fôsem dirigidos para êste Silogeu, tão amigo quanto por êle correspondido.

TAUNAY

No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

I — No Vol. XIII (1908) editada em 1911 aparece o trabalho de Taunay, com o título «Extrato das Viagens de François Pyrard, de Laval, relativo à estada dêste navegante no Brasil, em 1610.» Traduzido pelo Dr. Affonso d'Escragnoille Taunay. (págs. 343-357) com ligeira notícia sôbre o viajante pelo mesmo. Chama a atenção a vida aventureira, própria da época de Pyrard. Em viagem organizada para ensinar aos franceses o caminho das Índias, partida da Saint Malo a 18 de maio de 1601, em julho do ano seguinte, depois de atravessar o cabo da Boa Esperança, foi naufragar em uma das ilhas Maldivas. Começa ou continua uma série de padecimentos. Aprisionado pelos indígenas o so-

berano da ilha sympathizou e poudé passar razoavelmente 5 anos até que a ilha caiu em poder de outra tribo de Bengala e ali lhe deram a liberdade; não tardou a ser prêso pelos portuguezes como espião: viajou meses algemado, com grilheta aos pés, sófreu muito, e por fim, como conseqüência ainda de naufrágio, arribou à ilha de Santa Helena de onde veio para o Brasil. Passou dois meses e do que escreveu se refere o extrato dos capítulos XXV e XXVI traduzidos por Taunay. Não tem como diz Taunay muito valor suas páginas para a história do Brasil, mas há coisas interessantes. Por exemplo, dizer quando começou a ver terras do Brasil que é muito branca, parece de lençóis ou então neve; e por isso os Portuguezes a apelidaram «terra dos sudários». Como vêm não era grande observador o Sr. Pyrard. Fala de que foram recebidos na baía de Salvador com salvas e fogos de artificios, com fogueiras. O navio porém se perdéra devido ao mau estado. Diz que nessa baía há várias ilhas, entre as quais «Ilha dos Franceses», porque foram os franceses os primeiros que descobriram o Brasil e ali se resguardavam das ciladas dos selvagens! Entre outras coisas é um país bastante rude e selvagem, quase todo coberto de matas. «E mesmo até perto e nos arredores das cidades só há quase florestas cheias de macacos e macacas que fazem muitos maleficios.» Se não fôsse o açúcar e a prata não sabe como poderia ser habitado. Diz que não há lugar que tenha tanto açúcar. «Também confessam os portuguezes que os franceses o descobriram e povoaram mas que nêle não puderam manter-se por ser o país muito desagradável e áspero, proporcionando muito trabalho a êles que gostam de achar os bocados feitos. A verdade é que a maioria dos Portuguezes ali existentes se compõe de banidos, criminosos ou falidos».

A prata é abundante, vinda do Rio de la Plata, a 500 léguas ao sul. Falando do pessoal da terra, fora os portuguezes, diz que «os homens são de estatura média, têm a cabeça grande, os ombros largos e a côr avermelhada; as mulheres são bem proporcionadas, trazem os cabelos compridos ao passo que os homens os têm curtos, não querendo usar a barba que as mulheres lhes arrancam. Aliás andam nus como saem do ventre materno; nus nascem, vivem e morrem, nem sequer cobrindo as partes pudendas». «São afeiçoados à guerra, sendo-lhes as armas as flechas, arcos e cajados de pau brasil feitas em forma de clava com que se matam e dilaceram, comendo-se e assando-se uns aos outros como carne delicada; preferem a carne dos brancos a qualquer outra.» Não é possível referir todos os episódios que conta inclusive da melhor hospitalidade das mulheres para com os estrangeiros.

II — No vol. XIV relativo a 1909 mas publicado em 1912 aparece artigo substancial: «Os representantes de São Paulo nos parlamentos do antigo regime. Relação extraída de diversas publicações oficiais».

Trabalho especialmente de consulta pois estão relacionados todos os parlamentares paulistas às Côrtes Portuguezas, Assembléia Constituinte do Império, Senado e Câmara Imperiais, com muitas anotações e ligeiros traços biográficos dos senadores. Recorda-se a «vol d'oiseau» nomes ilustres com que São Paulo elevou o parlamento até ao alvorecer da República, como Vergueiro, Visconde de São Leopoldo, Diogo Antonio Feijó, Aguiar de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, José Bonifacio de Andrada e Silva, Carneiro de Campos, Pimenta Bueno, Martim Francisco, Machado de Oliveira, Rafael Tobias de Aguiar, Joaquim Otavio Nêbias, Americo Brasiliense, Homem de Melo, Barão de Piratininga, Rodrigues Alves, Campos Sales, Prudente de Moraes. De cada um existe sempre a palavra que elucida algo sobre a personalidade do parlamentar.

III — No Vol. XV, relativo a 1910 mas impresso em 1912, já se apresenta na directoria como orador do Instituto, e membro da comissão de história, ao lado de Washington Luis e Domingos Jaguaribe; pertenceu ao Instituto desde 5 de outubro de 1911 e imediatamente se fez eleger com êsses cargos honrosíssimos.

Aumentaram desde logo suas contribuições para a Revista do Instituto; no número correspondente a 1911 publica-se o Léxico de lacunas, dez mil palavras não registradas nos dicionários comuns, dos grandes léxicos portuguezes; trabalho de considerável esforço, porque se pode imaginar o que significa percorrer todos os dicionários bons existentes para verificar as faltas de palavras que existiam em numerosos trabalhos. Pode-se ler até por simples distração o excelente vocabulário. Quanto termo interessante e nem suspeitado ainda agora pela maioria dos leitores brasileiros! «Almirante» subst. masc. é borboleta diurna (venessa atalanta). «Amor dos homens» é planta malvácea; «Ana Bolena» é mulher intrigante; «Aqui-qui-menêres» ainda bem; «Bellarmino» imbecil; «Carne de vacca» é uma árvore protácea «Rhopala elegans»; «casca de virgindade» é uma planta («Mimosa virginalis»); leguminosa; cavouqueiro é mentiroso em Mato Grosso; «correio da tarde» planta convulvulácea; «dama» prostituta em Minas, Bahia, Goiás; «lampeão» como pescoção; «Manto Imperial», borboleta, como Manto do diabo, é o lírio silvestre; também «Oitenta e oito» é uma borboleta; fisiolostría, fisionomia; assim perguntava a Max quando em carta êste contava a Taunay certa cerimônia em que havia tirado o retrato: «E como saiu a sua fisiolostría; ficou

catita?» «rabacué» reles; «Salpica-lamas» é empregado de cartório; «Santa Luzia» lembram-se, é palmatória; «semostrador» afetado; «urucaca» mulher feia; «vento leste» peixe; «vira-tem-mão» desordem; «virgula» borboleta; «Zebedeu» o João Ninguém.

IV — Começa sua magnífica produção. Neste mesmo volume aparece a conferência no Centro de Filosofia e Letras de São Paulo, sobre a «Missão Artística de 1816 e o meio colonial fluminense». Profundamente histórica onde seu amor à tradição se rejubilava de recordar as figuras de dois antepassados brilhantes, Nicolau Antonio Taunay e o irmão Augusto Maria Taunay, dos quais oferece ligeiros traços biográficos que muito ampliará posteriormente. Neste trabalho eleva a personalidade de d. João VI tão ridicularizada até então; lembremos que escrevia há 48 anos, quase meio século e não era comum se fazer justiça nessa época ao filho de D. Maria I. Recorda os conceitos sobre o monarca, as referências à sua insaciável voracidade, com as coxas de galinha envoltas nos lenços, as empadinhas guardadas nos bolsos ou a sonolência nas cerimônias como da Capela Real. Comer e dormir, parecia o lema de D. João. Era chamado o «braganção» que merecia de um vate contemporâneo os versos:

Qual a idéa humana por sublime
Que se compare e se aproxime
Dum perú com arroz bem gordo e bem tostado ?
Que é a vida ? jantar ! E a morte ? Ser jantado !
Comer ou não comer, eis a eterna questão;

Oliveira Lima no seu belo trabalho começou a fazer ressaltar a verdade do bom alministrador que entre outros golpes de capacidade, se fez cercar de excelentes cooperadores, abriu os portos do Brasil ao comércio mundial, fundou sociedades, museus, introduziu grandes melhoramentos. Mas os detratores não descansavam facilmente. E quando acordava nas representações do teatro, com o estrépito das palmas vibrantes, em alguma passagem emocional da peça; perguntava logo: «já se casaram? os dois já se casaram?». Sim, porque as peças para agradarem preciso é que os dois se casem no final. Conta Taunay uma das melhores anedotas atribuídas a D. João VI. Na igreja, uma das infantas observou ao rei que certo indivíduo atravessava várias vezes de um lado para outro da igreja sem a menção de ajoelhar-se ante o Santíssimo, e perguntou-lhe quem seria? D. João retrucou: «Minha filha, ou um grande inimigo de Deus ou algum amigo íntimo, ou o Diabo ou um sacrista». Não é das melhores

provas de sua clarividência, a missão artística de 1816? Quantos benefícios, para o progresso e cultura no Brasil?» Nessa conferência quanta coisa, preciosa sobre o Rio de Janeiro, especialmente sobre a vida artística, os méritos do genial José Mauricio, sobre quem escreveria longamente, os vãos de gênio do padre que compôs a «Missa do requiem», «A missa em si bemol», a melodia «Et incarnatus est» e outras, como diz Taunay, «de inspiração eloquentíssima». Faz retrospecto da vida na cidade e lembra as festas da coroação, somente brilhantes pelo concurso dos geniais membros da missão artística, com seus quadros alegóricos e estátuas que causaram verdadeira admiração geral. Mas a missão não conseguia o palácio da Academia de Belas Artes, e por fim ainda contra êle fica o ministro barão de S. Lourenço, que, para se ter uma idéia do conceito que merecia da população, ao ser elevado de barão a visconde, o Brasil, diz Taunay, repetiu a seguinte quadra:

Quem furta pouco é ladrão,
Quem furta muito é barão,
Quem mais furta e esconde,
Passa de barão a visconde.

A verve do carioca já se mostrava bem viva naquele tempo. Basta dizer que se admiravam como podia o barão de S. Lourenço, ganhando 8 mil cruzados por ano, achar meios e modos de gastar 40. E diz Taunay, êle era do que o padre Antonio Vieira incluía na classe dos velhacos de «unhas mimosas».

Taunay se eleva bastante nesta página, demonstrando quanto o Brasil deve ao pugilo de artistas que acabou construindo a Academia Nacional de Belas Artes, a mais antiga das escolas artísticas da América Latina, que venceu com sacrifício, desanimando muitos e dos melhores, mas sempre tendo quem mantivesse aceso o facho de luz que a levaria à vitória. Entre êles os ancestrais de Affonso de Taunay.

V — «Os princípios gerais da moderna crítica histórica» é outro trabalho de Taunay no mesmo volume. Só por si consagraria o talento do homem de cultura e de equilíbrio de seu autor. São conceitos profundos, analisando o papel do historiador, citando as melhores autoridades no assunto, desde a histórica palavra de Leão XIII «em hipótese alguma devemos temer a verdade; não mentir nunca, não reear dizer a verdade, não parecer inspirado pela lisonja ou animosidade». Eis «a syntese dos sentimentos que devem inspirar o historiador». A análise aliás se vai aprofundando até fazer a história documental, da pesquisa

e do cotejo; enfim cultivar a ciência que os alemães chamaram a Eurística. Dos documentos colhidos, fazer a crítica, se não originaes, se já serviram a outros historiadores, se são autênticos. Por outro lado a autoridade do material, a sua interpretação, o ajustamento com a época em que surgiu; podia ter visado a agradar no momento ao público, ou definir apenas predileções dos autores. Transportar-se à época, não fazer julgamentos de coisas antigas com a mentalidade de nossos dias. Seria longo dizer em poucas palavras todo o valor de Taunay nesse trabalho, com seus exemplos, citações, revista de opiniões dos mais celebrados historiadores e dos sucessos que alcançaram, como das peidas de obras aparentemente grandiosas mas falhas nos conceitos da boa crítica.

VI — Na Revista aparece o discurso de posse, o agradecimento e a exaltação do bandeirismo paulista, a «rechassar constantemente para o Oeste, para as selvas impenetráveis do centro, movidos por misteriosa fôrça» «a linha sutil dos demarcadores de Tordesilhas que os comprimia de encontro ao oceano». Durante mais de 2 séculos acossaram o grande marco geográfico, e traça Taunay o quadro da epopéia dos terríveis homens vestidos de couro. As palavras de Taunay ao contrário de um ou outro que as desconhece na sua verdadeira elevação, sempre foram da mais simpática modéstia: «Recebestes, diz êle, nesse discurso, a indicação ditada ao Dr. Alfredo de Toledo pela amizade, com demasiada benevolência».

VII — Faz nesse ano seu primeiro discurso na sessão magna; adotou o Instituto de São Paulo a mesma orientação do elogio aos sócios falecidos durante o ano social. Eram 14 os falecidos, destacando-se o barão do Rio Branco que compartilhava com Rui Barbosa a honra de ser presidente honorário, distinção que somente veio a caber justamente a Taunay, muitos anos depois; o marquês de Paranaguá, o Visconde de Ouro Preto, Quintino Bocaiuva, Duarte de Azevedo e outros. Percorrendo-se as páginas de nossa Revista, podemos admirar belissimas tiradas literárias escritas pelos oradores famosos da estirpe de Aquino e Castro, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo, Visconde de Taunay, Afonso Celso e outros tão grandes quanto os maiores; a peça de Afonso de Taunay nesta primeira sessão magna em São Paulo faz-me recordar as belezas, os primores de orações dêsse estrelato de inteligências superiores. Não estou exagerando. Não me furto ao prazer de apresentar apenas 9 linhas para que as palavras que profiro se elevem do nível inferior em que o meu pobre engenho não pode modificar. Fala Taunay dessa melancólica prerrogativa

do último adeus e do notável caráter de intensidade que assume êsse preito de derradeira solidariedade:

«É que as tendências do espírito e as eleições da alma nos afiliaram ao grêmio daqueles que mais zelam a continuidade das relações entre a humanidade vivente e a dos túmulos; pertencemos à falange que assegura a transmissão do fanal perscrutador da Verdade, de geração em geração, e a nossa força coesiva não é senão uma modalidade do sentimento de repulsa ao aniquilamento das personalidades diluídas no meio das turbas anônimas que o túmulo traga, uma forma do terror ao olvido que tão expressivamente traduz o «non omnis moriar» do poeta». E vai nesse tom; salienta como alguns tiveram sobre o esquife cravados os olhos de toda a nação, como êsse extraordinário Rio Branco, mas alguns passaram «modestamente acompanhados, como modesta lhes correria a existência». Pelas palavras sobre Rio Branco, «continuador moderno da obra das bandeiras, em quem «não se via senão um símbolo da unidade nacional». Imaginem como se refere a Paranaguá, Ouro Preto e outros varões; do patriarca da República, como lembra chamavam Quintino Bocaiuva, em que «a inclinação para os combates da pena nasceralhe com a puerícia, fizera a glória da maturidade e era o orgulho da fecunda e afanosa velhice». Muito haveria a dizer dos conceitos de Taunay sobre os consócios de que faz o panegírico, mas julgo que só lendo mesmo se pode dar o justo valor.

VIII — Em abril de 1913 era recebido no Instituto Oliveira Lima; novo triunfo de Taunay no discurso que o acolhe e o mesmo acontece logo com a recepção a Alberto Rangel, outro príncipe da literatura, empolgante no ardor com que defende suas idéias. Taunay exalta o paladino da «aristocrata odiada e ferozmente invejada» que é a Domitilla e diz:

«Quisestes conhecê-la de perto e a sua beleza incomparável vos fascinou, pois jamais mulher mais bela nasceu em terras brasileiras, mais bela do que esta duquesa de Longueville, paulista, de que sois o arreoujado Victor Cousin».

Observando-se as duas orações, a de Rangel e de Taunay, tem-se a impressão de que era impossível viver duas horas mais emocionantes pelos amantes do belo e do talento.

Dedicava-se muito ao Instituto; nas sessões tomava parte na discussão dos menores assuntos como dos mais importantes. Fazia propostas, como sobre o número de sócios, a questão do fundo para impressão da revista, de modificações nos Estatutos e de vez em quando uma nota simpática, como na sessão de 20 de fevereiro de 1913 apresentando uma moção de congratulações com

o I. H. G. Brasileiro pelo fato de ver restituído à atividade de suas funções de secretário perpétuo, o Dr. Max Fleiuss. Propõe que haja uma comissão de etnografia o que logo foi aprovada e nomeada a comissão. Discursa a propósito do trabalho de Silva Leme, propondo as mais calorosas saudações e parabéns ao autor, proposta aclamada com entusiasmo pelos sócios.

Antes ainda de se encerrar o ano de atividade de 1913 lembra a passagem dos centenários dos dois grandes historiadores paulistas Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, propondo que o Instituto promova solene comemoração das datas; essa proposta estava fadada, como se verificou, a sucesso brilhante.

IX — Enquanto orador, seus discursos nas sessões magnas empolgavam pelas magníficas sínteses biográficas dos sócios falecidos; na de 1913 havia Manoel Antonio Duarte de Azevedo que presidira 15 anos ao Instituto, historiador, parlamentar de alto mérito e professor que aos 30 anos conquista a cátedra na Faculdade de Direito, «onde patenteou os admiráveis recursos do talento» diz Taunay. Foi ministro da justiça, conselheiro de Estado. Nesse discurso trata de Ernesto Senna, o jornalista que só ao «Jornal do Comércio» do Rio consagrou-se 27 anos, fala de Tomaz Alves, de Horacio Lane, vários outros, para terminar com Campos Sales do qual traça o perfil com notável brilhantismo, inclusive a queda vertical de saúde e de físico com a morte em plena mocidade de seu filho adotivo, o Dr. José Bonifacio de Oliveira Coutinho. Lembra a impopularidade quando presidente, salvando as finanças nacionais tão comprometidas, obrigado ao cumprimento das duríssimas condições do acôrdo do *funding loan*, e por tanto a impor regime de feroz economia, a aumentar impostos, enfim tudo fazendo para o renascimento da confiança, mas se impopularizando a ponto do povo lhe fazer tremenda manifestação de desgosto ao passar o governo. No entanto, na impossibilidade de alongar-me neste instante, cito as palavras de Taunay:

«A sua volta à modesta fazenda do Banharão, esta troca da posse da curul presidencial, cercada dos atributos ditatoriais pelo regime de 24 de fevereiro, a troca do poder pela vida simples do fazendeiro sèriamente premido pela crise cafeeira, quiçá ameaçado de execução hipotecária, é um assunto de meditação a apontar-se — e muito de apontar-se — a numerosos dominadores da moderna política brasileira, um incidente a relembrar nas escolas à mocidade em geral, que se vai infectando tão gravemente com os espetáculos dissolventes e os escândalos sem nome

da corrupção administrativa, crescente em nosso país». No entanto aos 70 anos ainda era procurado por amigos e correligionários para que aceitasse a sua candidatura à presidência da República; como aceitaria tão somente, como frisou, como bandeira o seu nome de apaziguamento de paixões, e esta condição não se realizou, desistiu nobremente, para morrer poucos meses depois.

X — Seguiu-se um interregno nas atividades de Taunay no Instituto; deixando o cargo de orador oficial, empenhando-se a fundo na elaboração de obras que iriam sacudir as almas dos brasileiros pela evocação de glórias imorredouras, como a História das Bandeiras Paulistas, a de São Paulo sob múltiplos aspectos, vemo-lo um tanto arredio alguns anos do convívio dos colegas, mas não lhe diminuiu o afeto e o interesse pela sorte do sodalício. Em preparo das solenidades do bi-centenário de Pedro Taques ocupa duas sessões com a leitura dos capítulos prontos de sua biografia, um dos melhores trabalhos de sua lavoura, entre tantos bons como se sabe. Recebeu com bastante agrado, como outros poucos sócios do Instituto, a admissão nos quadros da «Academia Latina de Ciências, Artes e Belas Letras» e da «Sociedade Acadêmica Internacional de História» ambas com sede em Paris e tendo à frente dois nomes de mundial aprego, como Edmundo Rostand e Paulo Doumer.

XI — Nas comemorações do segundo centenário de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, a 20 de julho de 1914, do nascimento, era Taunay figura primacial, tendo colaborado no programa e feito a biografia, sendo além disso o orador oficial na sessão solene. Naturalmente a biografia consagraria só por si o emérito historiador, se por outros trabalhos igualmente ou mais valiosos não inscrevesse o nome como dos maiores historiadores brasileiros e do mundo. O discurso foi primoroso, pela obra de justiça, como diz, com a celebração.

«Surge por seu órgão, a primeira manifestação pública e coletiva, tão tardia embora! mais que secular! da Glória, a esquiva amiga dos túmulos, em relação ao pobre historiador que, no meio dos transe da atribulada vida, cheia dos lances mais dolorosos, não cessou, um só dia, de trabalhar, com a inflexibilidade dos homens de ideais, no monumento por êle consagrado à rememoração das primeiras gerações vicentinas e dos bandeirantes, dilatadores do São Paulo e do Brasil» e mais adiante: «Restamos, graças a Pedro Taques, um pouco da alma dos conquistadores do Brasil central» tudo isto porque foi além da «inexpressiva e resenha e serzidura dos atos oficiais», quase sempre tão ôcos e vazios, amorfos.

XII — Em artigo no «Correio Paulistano», Eugenio Egas depois, de se referir a Taunay como «portador de um nome tão prezado nas artes, nas armas e nas letras nacionais» chama a atenção para « o inestimável e valiosíssimo trabalho que o Sr. Dr. Taunay organizou: a biografia de Pedro Taques», que chama o maior historiador de São Paulo no século 17, o «historiador dos bandeirantes» Note-se não ter ainda Taunay, nos idos de 1914, apresentado ao público suas obras imortais, como a História das Bandeiras Paulistas e a do Café, iniciando-se justamente com Pedro Taques e Madre de Deus, o primado de seus grandes trabalhos; mas arrancara já a admiração e o respeito de seus pares; começava a ser chamado para tudo quanto se relacionasse com as glórias paulistanas, que sempre foram do Brasil. Comovia a torturada existência de Pedro Taques numa época em que Bocage esmolava, resvalava para a mortalha dos mendigos, Camões agonizava num grabato e Pedro Taques, morria na mais absoluta miséria, e só por isso não se atrevia a pedir mais de 8 missas por sua alma, quando escrevia ao amigo Agostinho Arouche pedindo que o assistisse com qualquer coisa: «Fico sem real para amanhã mandar ao açougue, porém, v.mc. dará o pão pela sua oculta providência». Vejam o destino dos grandes homens. Stefan Zweig observou uma vez: «Os gênios sempre habitaram as águas furtadas».

XIII — Continuando trabalhos de vasto fôlego, na coleta de documentos preciosíssimos que começava a publicar, ao lado de Pedro Taques, inicia profundo estudo de Frei Gaspar da Madre de Deus, desde a sua biografia e dos parentes até de sua obra de enorme importância, sendo o orador oficial também na sessão comemorativa do segundo centenário do monge vicentino. Empolga a defesa então feita do historiador contra os ataques descabidos do ilustre Candido Mendes de Almeida que acusava Frei Gaspar de improbidade, de tendência à invencionice e à mentira, prevendo irrefutavelmente a honestidade e boa fé do homem que a par de obras meritórias na direção de elevados cargos como sacerdote, recolhe-se ao acanhado mas pitoresco convento para durante quase 40 anos, no recolhimento e na meditação, acompanhado de um antigo colega, dedicar-se ao estudo das gerações paulistas e dos fatos mais interessantes de sua história.

Revela-nos que foi Frei Gaspar da Madre de Deus um dos mais ilustres pregadores brasileiros do século 18. Tudo porém vem da tradição porque seus mais importantes discursos panegíricos perderam-se na poeira dos arquivos; havia o panegírico de D. José I existente no arquivo dêste Instituto e que

Max Fleiuss emprestou a Taunay que o reproduz nas páginas da revista de São Paulo, devidamente copiado; repara êste porém, que «ninguém encontrará os arroubos de oratória do monge vicentino que tanta reputação lhe grangearam entre os contemporâneos» porque não poderia êle professar tão grande estima «pelo pobre titere real que a mão poderosa de Sebastião José de Carvalho movia à vontade». O discurso traduz a fidelidade do vassalo, não o entusiasmo do admirador.

Estudo profundo da genealogia de Madre de Deus com as notas interessantes como a comparação do que chama *sainete brasílico*, constante de 1/128 pois em 256 antepassados contava apenas 2 tupis, os outros eram brancos, ao passo que êste *sal da terra* não existia para o primo Pedro Taques de Almeida Paes Leme, cujos 8 bisavós haviam nascido no Brasil; apenas 5 de Portugal para Frei Gaspar. As vêzes Taunay empregava expressões populares hoje talvez pouco lembradas pelos leitores de suas obras. É assim que tratando dos méritos de Frei Gaspar, como erudito e eloqüente orador, fala da Academia dos Renascidos, pode-se dizer sucedânea da Academia dos Felizes, fundada por Gomes Freire de Andrade, à qual se seguiu a Academia dos Seletos que parece ter se reunido em sessão uma única vez. Lembra que «Todo o gongorismo das nuvens de incenso do acadêmico, condensou-se nos Júbilos da América, poliantéia dedicada ao querido e ilustre patrono da ilustre companhia a quem talvez, só faltou chamarem «bonito herói — Doutores e licenciados, Padres e Frades, Físico-mores e desembargadores, Militares e Funcionários, e até a poetisa D. Angela do Amaral Gurgel, cega a *nativitate*. Na Academia dos Renascidos, inscrito como «mestre jubilado na sagrada teologia» figurava no nº 40 Frei Gaspar; o número era aliás imitação francesa. Mas, porque fala no «bonito herói»? É a recordação de fato do tempo do presidente Hermes da Fonseca, quando o delegado de polícia desta leal cidade, Solfieri de Albuquerque, publicou soneto, considerado o expoente máximo da bajulação, pois terminava com êste verso, dedicado ao marechal; «Bonito herói, cheirosa criatura!» Bem, o ridículo correu o Brasil inteiro e acidentalmente fala Taunay do mesmo gesto turiferário a que entretanto só faltou aquela expressão. Vale a pena ler a obra de Taunay como se fôra um romance, inclusive com os últimos anos no mosteiro de Mont Serrate na companhia do presidente Frei Miguel de Santa Catarina Motta.

XIV — Das conferências comemorativas do centenário da Fundação de São Vicente acha-se na Revista do I.H.G. de São Paulo a de Taunay relativa a João Ramalho e Santo André.

Evocando a progênie imensa do patriarca, ufana-se Taunay de a ela pertencer como décimo quarto neto; Frei Gaspar não era senão o sexto. Esforça-se Taunay nesse trabalho de esclarecer muitos pontos duvidosos da história do que êle chega a chamar de profundamente esfingética. Muitos historiadores escreveram sobre êle, polêmicas se travaram, inclusive apareceu a violenta acusação de Candido Mendes de Almeida a Frei Gaspar, de invencionice e outros epítetos; muito conseguiu Taunay como esclarecimento de certos nomes engraçados, tais da mãe, Catarina Afonso de Balbode, que êle pensa ser talvez Valgode, aldeia da Beira Alta donde procedia João Ramalho e viera degredado para o Brasil por delitos na Côrte, mas já casado com Catarina Fernandes de Vacas.

XV — Muitas biografias interessantes foi publicando. Uma delas de Martim Francisco III do qual foi amigo e testamenteiro da obra literária, tendo feito imprimir em 1934 o *Gracejando*, em seguida o *Revivendo* e mais tarde o *Causticando*. Apresenta o seu biografado como exemplo de escritor originalíssimo e formidável sarcasta; cedo desiludido da política, embora freqüentasse o parlamento e houvesse sido ministro. Como fôsse muito amigo de Martim Francisco, embora nem sempre se mantivessem em boas relações, poudo traçar brilhante biografia, contando as muitas anedotas, os ditos e respostas causticantes, como as demonstrações da grande cultura e das excelentes qualidades do ilustre membro da família dos Andradas. Muitas cartas trocaram entre si e episódios de mais alta significação puderam ser registrados. Pode-se ler com o maior interêsse tudo quanto Taunay escreve sobre o amigo. Por exemplo: certa vez um jornalista cançou-se de o agredir sem obter resposta; pensando forçá-lo a uma attitude, estampou no seu pasquim um asno a escoucear, e cuja cabeça era a de Maritm Francisco; êste escreveu ao seu inimigo, um bilhete: «Indago do motivo pelo qual, em sua fôlha do dia tal, saiu a minha cabeça sobre o corpo de Vossa Excelência».

Outra vez um colega na Câmara, que se mantinha sempre mudo, nunca fazia um discurso, resolveu aparteá-lo, com indiferença do orador. Mas na terceira interrupção, Martim virou-se rápido e fuzilou:

«Peço ao nobre deputado que não interrompa o meu discurso, como eu nunca interrompi o seu silêncio». São muitos os episódios. Certa vez queria registrar uma carta, mas a senhorita conversava amorosamente com um rapaz e Martim Francisco esperava, sem querer interrompê-los. Ao bater de horas, o rapaz afastou-se e a moça lhe disse, visivelmente contrariada: «Não se registra mais». Êle insistiu delicadamente, ela se re-

cusou. Perguntou então se vendia selos; ela afirmou. Pediu então mil selos de 10 réis, 2.405 de vinte réis, outros muitos de 50, 100, 200 réis, etc. A mocinha já transpirava de tanto contar selos e por fim, êle sorriu amavelmente e lhe disse:

— Peço guardar os selos; era a única maneira de reaver o tempo que perdi».

Não o podemos acompanhar; queremos dar ligeira idéia como sempre foi Taunay muito interessante em seus escritos, ao contrário da insipidez de que alguém o acusou, a desfiar histórias áridas de documentos e mais documentos.

Descreve os últimos momentos; conversava com Mariano Filho, êste «notável cultivador de nossas lendas e tradições:

— Você tem relações no «Correio da Manhã»?

— Tenho.

— Faça então corrigir os versos latinos há dias publicados. Disse dois versos.

— Sabe de quem são?

— Sei. De Virgílio.

Mariano Filho continuou a estrofe. Martim ouvia já sem poder falar. Sem uma única convulsão morreu. Morreu onde e como deveria ter morrido: nas alturas gloriosas da montanha e ao ritmo embalador da poesia eterna...» Taunay dêle recebeu um cartão postal no dia seguinte, ao da morte, mas datado do dia 18. Morrera a 20; troçava com a caligrafia. Diz: Não vou bem. Em verdade vou mal, fui sempre mais animal do que animado... Volto para a cama. «E no fim, agradecendo sugestão de D. Sara, de um remédio para acessos asmáticos: «Vou providenciar quanto ao remédio». Sempre «gentleman» diz Taunay.

XVI — Não deixa de ter interêsse outra «boutade» de Martim Francisco. O Executivo pedira estado de sítio, e acorreram numerosos a justificar o voto, sempre favorável ao governo, com hipócritas e intermináveis declarações a salva-guardar os ditames da independência legislativa. Pediu Martim Francisco a palavra, e como já o conheciam, foi intensa a curiosidade. Seu discurso pareceu uma ducha fria nos calorosos votos ao Governo, pois se resumiu no seguinte:

— «Senhor Presidente! Votei pela concessão do estado de sítio porque... porque quis». E desceu da tribuna no meio de gargalhadas.

XVII — A Sociedade «Amigos da Cidade» teve a idéia de erigir em São Paulo um monumento a Anchieta; surgiu na imprensa a justificativa da merecida homenagem, no sentido de que se tratava de glorificar o «fundador de São Paulo». Logo no Instituto Histórico o Sr. Ciro de Pádua submeteu a debate uma proposta, mostrando que havia equívoco histórico, por mais justa que fôsse a homenagem, mas se se tratava de um monumento ao «fundador de São Paulo» então caberia a Nóbrega inquestionavelmente. A questão foi à Comissão de História da qual faziam parte Taunay, Antonio Piccarolo e Omar Simões Magro. O parecer dêste concorda integralmente com o de Taunay e o dêste é positivo; acha que se se pretende «erigir um monumento ao fundador de São Paulo caberá a Nóbrega esta homenagem mais do que a Anchieta que era então, como todos sabem, um mocinho noviço». Lembra que se poderia fazer um monumento no gênero dos Andradas, aos fundadores; então seriam Nóbrega, Anchieta, Manuel de Paiva, e que juntaria Tibiriçá «pois bem sabemos que, sem êste, muito provavelmente não subsistiria a fundação jesuística». Pouco depois o erudito professor Tito Livio Ferreira, figura preeminente do Instituto, encerrava o assunto com discurso a que me refiro para acentuar o que se falava então de Taunay. Diz o orador que o assunto fôra enviado à comissão de história que apresentou parecer favorável a Manoel da Nóbrega; que assinam o parecer «Afonso d'Escrag-nolle Taunay», mestre de todos nós, «tout-court», porque não há adjetivos que não empalideçam diante do brilho irradiante de sua obra histórica», etc. Como vêem, homens da estatutira dêsse orador assim se referem a Taunay, então desencadeando entusiasmos insofreáveis. Mas vejamos o padre Serafim Leite, o renomado autor da História dos Jesuítas, em 12 ou 13 volumes e por quem Taunay nutria considerável aprêço, chegando a dizer que não se poderia duvidar do que escrevesse o erudito padre. Em conferência realizada no Instituto borda a fundação de São Paulo. Recorda os numerosos investigadores que trataram dêsse assunto aqui, ali e acolá, como Capistrano de Abreu, Eduardo Prado, Teodoro Sampaio, Orville Derby, Washington Luis, Gentil de Assis Moura, Benedito Calixto, Manuel Pereira Guimarães, Silva Leme, Machado de Oliveira, Antonio de Toledo Piza e Luiz de Toledo Piza e Almeida, Alcantara Machado, Basilio de Magalhães, Ernesto Guilherme Young, Amaral Gurgel, Arquimedes Guimarães e outros que trataram o mesmo assunto e continua:

«Anotar aqui outras referências fragmentárias seria cansar-vos: não mo tomem os seus autores à conta de menos estima.

De propósito, deixei para o fim desta relação o nome insigne de Afonso d'E. Taunay, o grande evocador do passado paulista, a quem nos é grato prestar aqui o preito da nossa homenagem, não só pela sua obra extraordinária de reconstituição, como pelas palavras com que a sua fidalga generosidade houve por bem distinguir-vos.» Era assim que se fazia referências a Taunay.

XVIII — Não creio que se encontre um só fato da vida dos paulistas não abordado por Taunay; são longos e ricos trabalhos, mesmo quando não em alentados volumes. Aí estão monografias ou artigos em número considerável como no «Jornal do Comércio» do Rio e no «Correio Paulistano» e outros de São Paulo, centenas de escritos que reunidos constituiriam invejável bagagem histórica; imagino, como no caso de Rui Barbosa, de quantos volumes seria a obra completa de Taunay; do mesmo gênero da do Rui, seriam uns 500 volumes, e a estimativa está longe de ser exagerada. Na Revista de São Paulo encontra-se porção bem grande dêles; entre outros tôda a questão da aclamação de Amador Bueno, divulgada por Frei Gaspar de Madre de Deus e que Taunay numa meticolosa investigação esclarece, bem secundado por outros historiadores paulistas. Seria muito difícil abordar todos os trabalhos; sôbre Bartolomeu de Gusmão de que publicou alguns volumes; irrita-se com o que classifica de «Um caso de improbidade científica», não se rendendo às melífluas palavras do professor Julio Duhem que escrevia a Taunay pedindo permissão para lhe dar o título de Mestre em consideração ao que lhe devia de seus trabalhos.

XIX — Entusiasmo de Taunay com o marco quinhentista de Cananéia, com a sua colocação no majestoso vestibulo do Ipiranga, talvez o «mais velho testemunho da presença européia em terra paulista». Anteriores por certo o de Pôrto Seguro, hoje no centro da cidade de Salvador, os de Itamaracá e de São Roque. Porque teriam colocado os portugueses êsse marco em Cananéia? Possivelmente porque os cosmógrafos pensavam que ali passava o meridiano de Tordesilhas. Mas o barão de Capanema, reconhecendo o marco em 1866, só em 1880 conseguiu que fôsse removido para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: havia porém um segundo que fôra para o fundo do mar. Com o auxilio de pescadores da praia de Ipanema, o Dr. Antonio Paulino de Almeida conseguiu trazê-lo à superfície e recolhido à Câmara Municipal de Cananéia, mas o seu destino natural era no Museu Paulista; embora as divergências quanto à data, entre vários e eruditos historiadores, entre 1501 e 1531, a verdade é que constitui um velho e precioso padrão quinhentista a enriquecer

o já riquíssimo Museu Paulista, principalmente pela obra extraordinária de carinho e sabedoria de Afonso de Taunay.

XX — Em 2 de abril de 1939, 70 sócios propuseram Affonso D'Escragnolle Taunay para presidente honorário do Instituto; assinava toda a diretoria e os sócios que não o fizeram ou não se achavam na capital de São Paulo ou estavam distantes. Antes de Taunay houve 3 presidentes honorários, em cerca de meio século de existência, o presidente Prudente de Moraes, o barão do Rio Branco e Rui Barbosa. Avaliem os senhores da homenagem! A folha de assinatura ficou gravada e reproduzida na Revista. Na sessão seguinte era a proposta aprovada por aclamação após discursos de 3 membros salientando as altas qualidades de historiador do homenageado. Em 5 de setembro, estando presente Taunay foi empossado nesse honroso cargo com discursos do presidente e dele próprio. A atmosfera no Instituto era dos dias gloriosos; tão grande homenagem, como dizia o ofício do presidente era a concretização «de uma idéia que há muito flutua no ambiente desta casa». Artigos e discursos apareceram comemorando o fato e expressões surgiam que bem traduzem a profunda admiração que despertava; uma delas foi do Artur Pequerobi de Aguiar Whitaker que se referiu a «esse mar de erudição que é o autor da História das Bandeiras Paulistas».

O presidente José Torres de Oliveira no discurso de saudação por ocasião da posse como presidente honorário:

«O motivo de ordem social era fazer com que o nosso grêmio, refletindo o sentir de todos os paulistas e brasileiros, prestasse significativo tributo de gratidão ao grande historiador que, além de numerosos e valiosíssimos trabalhos, empreendeu a tarefa ingente de escrever a História Geral das Bandeiras Paulistas, levando, por essa forma, ao mundo inteiro, o conhecimento dessa epopéia grandiosa, que não tem paradigma nos fastos de todos os tempos — a história gloriosa dos bandeirantes de São Paulo».

XXI — Em 1943 completava José Torres de Oliveira, presidente perpétuo do Instituto de São Paulo e sócio dos mais prestimosos, com bagagem histórica considerável, 40 anos de entrada para o sodalício; foi homenageado e Taunay pertencia à Comissão de 3 membros encarregada do programa dessa manifestação; salientemos o discurso de Taunay, entre outros, começando logo assim:

«A nossa festa de hoje não é só a da amizade, é sobretudo a da justiça». Como deveria ser muitas vezes homenageado, estava sempre Taunay à frente de quaisquer homenagens que se pres-

tassem aos seus confrades. Nessa mesma ocasião sente-se muito emocionado com as honrarias prestadas nos dois Institutos ao seu pai, o visconde de Taunay, por ocasião do centenário do nascimento, pois no Rio, nesta casa, pelo Dr. Wanderley do Pinho especialmente e lá em São Paulo por Tito Livio Ferreira, foram brilhantes as sessões comemorativas e os discursos pronunciados.

XXII — Pouco depois aposentava-se Taunay no serviço público, em 1945, com 47 anos de professor e 29 anos de diretor do Museu Paulista. Era então imensa a sua obra, mais de centena de volumes indicativos do maior labor de investigação e de cultura. O decreto-lei que o aposenta, de José Carlos de Macedo Soares, confere-lhe o título de Servidor Emérito, assegura a continuidade de seus trabalhos no Museu Paulista, com expressões consagradoras como estas: «considerando finalmente que, por tudo isso, faz jus ao reconhecimento da sociedade a que serviu como um dos expoentes de sua cultura e do Estado, de que foi dedicado e excepcional servidor». Coincidia o caso com outra honraria, agora vindo de plagas estrangeiras, pois a «American Historical Association» em janeiro de 1945 comunicava a sua eleição par membro honorário, dizendo que a praxe dessas distinções havia sido abandonada há muitos anos.

Escrevia ao mesmo tempo trabalhos provando a prioridade aerostática de Bartolomeu de Guesmão; as páginas da revista de São Paulo contêm trabalhos nesse sentido, sempre eivados da maior erudição.

XXIII — Exaltava as qualidades dos outros como se realmente «o bom julgador julga por si» fôsse adágio que lhe cabia expressamente. Teve relações com o linhagista Luiz Gonzaga da Silva Leme que veio a falecer pelos idos de 1919. Como exemplo veja-se o conceito sobre ele pela pena de Taunay na Revista do Instituto de São Paulo:

«Tinha Silva Leme belo aspecto, apresentando um todo de inconfundível respeitabilidade. Grave, distintíssimo de maneiras, comedido de expansões, embora afável e sobremodo cortêz, era dêsses homens que no rosto trazem estampadas a honestidade, a limpidez dos sentimentos, a lealdade absoluta e a felicidade decorrente de uma longa vida preenchida pela prática da dignidade. Com verdadeira saudade dêle me recordo, pois imenso lhe apreciava o convívio de homem da maior honorabilidade, critério e cortesia».

XXIV — Por tudo isso as homenagens pelos seus colegas foram subindo de vulto; na euforia do próximo 4º centenário da

cidade, o maior historiador de São Paulo despertava em todos o desejo da maior glorificação. Assim se fez; simbolizava o quatrocentão. Procurou o Instituto Histórico de São Paulo fazer consagração nacional a êle, convidando o nosso Instituto e todos os demais do Brasil para concorrerem nessa imensa demonstração de aprêço pelo grande historiador. Na placa de bronze que se devia colocar na entrada do Instituto, a efígie de Taunay estaria com a lembrança de que era presidente honorário do Instituto, que se orgulhava dessa investidura. O programa das homenagens foi extenso e cumprido fielmente; belos discursos se pronunciaram, exaltando-se a obra do polígrafo a quem um colega Dr. Antonio Picarolo se referiu como um «mar de erudição». Assim recebeu êle ainda em vida as maiores consagrações, pelo Instituto, que nenhum outro poderia ter conseguido tão sinceras e elevadas. Penso que deveria se sentir envaidecido por tudo isso, mas não o deixava transparecer nas palavras de agradecimento ao que sempre atribuiu à generosidade dos colegas.

Entre outras manifestações propunha Amador Florence que se fizesse constar dos Anais que a Sociedade Norte Americana de História e Geografia considerava Taunay como um dos 10 maiores historiadores do mundo.

XXV — A natureza das homenagens a Taunay deve servir de meditação para a nossa gente. Em primeiro lugar o reconhecimento dos verdadeiros trabalhadores, com patriotismo e alta dignidade, de quem nunca poudeser rico, escrevendo centenas de trabalhos, professando, dirigindo, administrando; sômente sôbre a cidade de São Paulo entregou ao público 17 volumes; conseguiu o aprêço geral pelo talento da investigador, de cientista como de literato. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro merece também grandes louvores no que tange à figura de Taunay. Tabernáculo da história não lhe regateou aplausos e homenagens. Cumpria o fim precípua de sua longa e magnífica existência. Prestigiar a tudo com qualquer ligação com a história e a geografia; pode-se garantir não ter existido no Brasil qualquer cultor de mérito de nossa história ou da alheia, de nossa ou da geografia geral, cujo nome esteja fora das páginas de sua Revista. Também em nenhum momento, afastado das agitações políticas cujas variações, ondas e remúos se estiolavam, alcançando as beiradas do Instituto, não desertou seu lema de oportunidade sempre e de saber: «Pacifica scientia occupatio». E todo voltado, pacificamente para as questões do intellecto, para as grandes lides do saber, prossegue vitoriosamente para seu eterno objetivo, fixado pelos fundadores e nunca menosprezado pelos sucessores. Cursos

como êste, os que precederam sôbre Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, João Ribeiro e outros, fixando melhor obras imortais, procuram também trazer para o aprisco da ciência, quantos possam ter ainda a mentalidade sadia para a vida espiritual, que é uma das formas de amar à ptária e à humanidade. E nenhum esforço dessa ordem será perdido se alguma conquista fôr conseguida no gênero.

Contam que o pai de São Francisco Xavier quando êste apenas padre cheio de virtudes e de saber, chamou-lhe a atenção, mais ou menos nestes têrmos:

«Meu filho, de sobra és o maior orador sacro da atualidade, mas falando todos os domingos, estás como banalisado entre os colegas. Por isso, em alguma solenidade de maior vulto, para o panegírico de um príncipe ou sagração de um santo, procuram outros oradores que possam despertar maior curiosidade porque falam poucas vêzes, valorizam as suas prédicas.» E o futuro Santo respondeu:

«Meu pai, não procuro a glória da tribuna, mas a conquista de almas para o rebanho do Senhor; e sentir-me-ei feliz se cada um dos meus sermões converter pelo menos um descrente; falaria até diàriamente se isto pudesse conseguir».

O Instituto poderia pensar assim, nessa constância de divulgar os sucessos de nossos grandes homens, e converter algum indiferente num amigo interessado pelos fastos da história de nossa terra; ficaria eu radiante também, se no inapelável descolrido de minhas palavras sôbre um dos mais notáveis historiadores nacionais de todos os tempos, Afonso d'Escagnolle Taunay, obtivesse o mesmo resultado.

REVENDO A VELHA CASA

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Para quem pretendesse visitar o tradicional estabelecimento do largo de São Francisco, dignificado por gerações sucessivas de mestres e alunos, porfiados em labutar pelo Brasil, nenhuma ocasião seria mais propícia que a data comemorativa do centenário de sua fundação.

Para festejá-la, engalanou-se a velha casa, por vários dias, até a sessão solene, que encerrou as cerimônias à noite de 29 de abril.

No salão nobre, enaltecido pela presença do Sr. Presidente da República, o corpo docente, em grande parte de beca, escolheu para seu intérprete o Professor Jurandir Pires Ferreira, de incontestáveis dotes oratórios, ainda uma vez comprovados.

A palavra doutamente evocativa trazia à lembrança da assistência maravilhada as fases sucessivas da transformação que se operara em fecundo centenário.

Aliás, o germe brotaria mais remotamente, na era do Príncipe Regente, que assinou a carta régia de 4 de dezembro de 1810, consoante a qual:

«hei por bem que na minha atual côrte e cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Real Militar para um curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observação, ciência física, química, mineralogia, metalurgia e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal e das ciências militares em tôda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação e artilharia»... «para que se formem hábeis oficiais de artilharia e engenharia, e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos».

Decretada a organização do estabelecimento de ensino técnico, fazia-se mister alojá-lo em sede apropriada.

Havia por essa época, ainda em construção, embora paralisada, o edifício destinado a catedral, no largo da Sé Nova, onde Gomes Freire assistiu à cerimônia da colocação da pedra fundamental a 20 de janeiro de 1749, consoante apurou Moreira de Azevedo, cuja memória — *O Rio de Janeiro* — divulga tais informações.

Depois de aplicados 200.000 cruzados nas obras que o brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim projetou, as paredes já se elevavam a 20 côvados (cêrca de 13,20 metros), quando lhes sobreveio a interrupção, em 1752.

Empolgado pelos trabalhos demarcatórios do Sul, o Conde de Bobadela não mais cuidou do seu empreendimento, que, inacabado, Sousa Coutinho escolheu para abrigar a Academia nascente em que depositava justificadas esperanças.

Apressurado, como quem pressentisse que não dispunha de longo prazo para realizar sua empresa cultural, ordenou o prosseguimento das obras, que se achavam ao abandono, e enquanto não as via ultimadas, serviu-se da Casa do Trem, em uma de cujas salas se abriram as aulas do primeiro ano, a 23 de abril de 1811.

Em janeiro seguinte, a 26, baqueou inesperadamente o empreendedor ministro de D. João, Conde de Linhares, antes da inauguração definitiva da Academia Real Militar, a 1 de abril, no edifício do largo de São Francisco, outrora da Sé Nova, cujo destino se alterou.

Em vez de abrigar a catedral, conforme planejava Alpoim, surgiu como o templo do saber, para a formação de técnicos de farda, embora admitissem, em certa fase, disciplinas da engenharia civil.

Crismada a Academia com o título de Escola Militar, pela reforma de 9 de março de 1842, expediu também diplomas de doutor e bacharel em ciências físicas e matemáticas, a partir de 45.

Transformação maior ocorreu, todavia, em 1858, quando decreto de 1 de março lhe impôs o nome de Escola Central, separada inteiramente da Escola Militar, e reservada ao «ensino das matemáticas, das ciências físicas e naturais e das disciplinas próprias da Engenharia Civil, embora continuassem os militares a fazer nela «uma parte do seu curso, pelo que se manteve subordinada ao Ministro da Guerra».

De semelhante instituição tanto se beneficiavam paisanos da classe de Joaquim Murtinho, que não tardou a passar de aluno a professor, em começo de luminosa trajetória, como igualmente os militares, a exemplo de Antônio Paulo de Melo Barreto, que já era segundo-tenente do corpo de engenheiros, quando recebeu o diploma de bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas.

A separação definitiva resultaria da Lei 2.261, de 24 de março de 1873, que autorizou a reforma do «regulamento das Escolas Militar e Central, a fim de completar naquela os estudos necessários à engenharia militar, e à colação de grau de bacharel em matemáticas e ciências físicas, e de passar a Escola Central para o Ministério do Império».

Aprovados, por decreto 5.600, de 25 de abril de 14, os seus estatutos, o novo estabelecimento, com a denominação de Escola Politécnica, incluiu entre as disciplinas que iria ensinar, «álgebra, geometria, cálculo diferencial e integral, física experimental e meteorologia, mecânica racional e aplicada, química inorgânica e noção de mineralogia, botânica e geologia, além de desenho».

Ultrapassado o Curso Geral, assim constituído, podiam os alunos escolher um qualquer dos ramos especializados, dois dos quais se destinavam às Ciências Físicas e Matemáticas, e Ciências Físicas e Naturais, enquanto os restantes cuidavam de preparar futuros engenheiros civis, de minas, de artes e manufaturas.

Nomeado por decreto de 13 de setembro de 1875, o Visconde do Rio Branco, aureolado pelas vitórias alcançadas pelo seu longo e laborioso ministério, promotor da Lei de 28 de setembro, que alforriou os nascituros de escravos, assumiu a diretoria a 11 de outubro.

Era catedrático de Economia Política, Direito Administrativo e Estatística e impunha-se, pelos seus atos de benemerência patriótica, ao respectivo aprêço dos contemporâneos, especialmente os colegas do magistério e estudantes.

Todavia, lamentável episódio contribuiu para lhe amargar os últimos dias, agravando-lhe o mal incurável.

Para atenuar-lhe as conseqüências, obteve licença de 12 meses, em portaria de 18 de julho de 78, que lhe permitiu ausentar-se do país, em busca da recuperação da saúde.

Para seu substituto, o governo escolheu o conselheiro Francisco Antônio Raposo, nomeado interinamente, mas impugnado pela Congregação, com apoio dos alunos.

Argumentavam que para tais casos, o art. 2.º dos Estatutos determinava que o lente mais antigo exercesse interinamente o cargo, e por isso o catedrático Inácio Galvão assumira a diretoria temporariamente acéfala.

Increpado de infração ao Regulamento, não titubeou o governo em determinar a suspensão dos trabalhos escolares pelo prazo de 30 dias.

O ato de represália adiava apenas, sem lhe dar solução cabal, a divergência, que se dirimiu, todavia, com o sacrifício de Silva

Paranhos em gôzo de licença, por doença de que viria a falecer a 20 de janeiro de 1880, cinco meses e meio após o seu regresso da Europa.

A vaga, adrede aberta, foi preenchida em caráter definitivo pelo candidato ministerial, que, terminado o período de penalidade imposta à Escola, prestou juramento do cargo de diretor efetivo, perante a mesma Congregação, que lhe recusara endossar a nomeação de substituto interino, por estranho ao corpo docente. Não permaneceu, entretanto, por longo tempo em exercício.

Falecido a 23 de março, a substituição caberia de novo ao conselheiro Inácio da Cunha Galvão, que decreto de 6 de dezembro de 1880 efetivou na diretoria da Escola Politécnica, com aprazimento do corpo docente e dos alunos.

Atribuíram-lhe uma definição, que, aliás, André Rebouças referiu a P. Belegarde, recuando, portanto, a quadras mais antigas a ironia indicativa da carência de elementos de que necessitavam os técnicos.

«Engenheiro, costumava dizer o conselheiro, conforme a lembrança dos seus discípulos, é o profissional que sabe serrar com verruma e furar com serrote».

Em verdade, cumpria-lhes trabalhar nas condições mais adversas possíveis, mantidas até fase ulterior, conforme acentuou a resposta, algo desanimadora, com que um dos mais insignes da classe, Paulo de Frontin, atalhou o pedido de providências de um de seus auxiliares de confiança, incumbido de obras de construção de ramal ferroviário.

«Com recursos abundantes, teria objetado o diretor da E. F. C. B., qualquer um é capaz de executar projetos grandiosos».

Engenheiro é quem sabe levar avante as obras que dirige, ainda que lhe falem os recursos financeiros e se veja obrigado a recorrer ao seu próprio crédito e a usar tática de expedientes de ocasião para não as paralisar por demora de pagamento.

Quantos daqueles vultos, cujos retratos pendiam das paredes, por terem passado pela gloriosa Congregação, não teriam experimentado semelhantes dificuldades?

Poderiam, se lhes fôsse possível prestar o seu depoimento, afirmar que os engenheiros doutroa lutaram contra angustiantes deficiências de auxílios indispensáveis, de sorte que os empreendimentos ultimados redobram de valor, pela dedicação inextinguível, além da competência, que exigiam dos abnegados construtores.

À custa de sacrifícios mortificantes, os trilhos ferroviários vararam o território nacional em várias regiões, em uma das quais

se divulgou o macabro episódio que assinalou em cada dormente uma vida humana que ali se extinguia.

Mas a obra concluiu-se, quando já se atenuavam os obstáculos que refreavam os esforços dos profissionais.

Na atualidade, mais auspiciosas condições se lhes deparam, acordes com as solicitações de várias espécies, que lhes chegam de todos os quadrantes.

No pórtico da era da utilização da energia atômica, antevista pelo douto orador, já não lhes basta a aquisição de conhecimentos proporcionados pelos cursos regulamentares.

Não obstante ramificados pelas especializações decorrentes de novos métodos construtivos, ainda terão ao seu dispor o aperfeiçoamento nos cursos pós-graduação, proporcionados por vários organismos técnicos, mediante contratos firmados durante a cerimônia, assim realçando as promissoras palavras do Presidente da República, de harmonia com a formosa alocução do intérprete da Congregação.

Destarte, a Escola, que já em 1875, diplomava engenheiros fadados à glória, recomendar-se-ia conceito público, pela formação de Américo Werneck, Domingos Sabóia, Gustavo da Silveira, José Pereira Rebouças, A. de Paula Freitas, J.B. Ortiz Monteiro, Gabriel Osório de Almeida, Oscar Nerval de Gouveia, Adolfo Augusto Pinto, Francisco C. da Silva Cabrita, Honório Bicalho Hungria, Carlos César de Oliveira Sampaio, para somente citar alguns dos que sobressaíram nas turmas do primeiro quinquênio.

E continuou, pelas décadas seguintes, a manter as suas tradições de sobrançeria no proceder, e aplicação aos estudos, com o nome de Escola Politécnica, até que o trocassem ditatorialmente por Escola Nacional de Engenharia.

Maiores alterações certamente resultarão, em prol do engrandecimento do país, quando funcionarem as reformas previstas, a começar dos cursos pós-graduação, que apressarão o treinamento dos recém-formados, com vantajosa abreviação da fase de adaptação à prática profissional.

Faz-se mister, todavia, que se compreenda e exalte a missão do engenheiro, sem cujo concurso abnegado não progrediria o país.

E se lhe proporcionem os meios apropriados de ação, conforme aconselha a técnica moderna.

Felizmente, as palavras autorizadas dos oradores vibraram no tradicional salão de honra, como toque de radiosa alvorada,

alagando de comunicativas esperanças o ambiente impregnado de ensinamentos dos mestres imortais.

E, assim, a comemoração do centenário registado pela Escola sublimou-se com a anunciada promessa de melhores condições futuras para a engenharia brasileira, de cujo esforço, coroado de êxito, depende o engrandecimento do país.

O «LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL» (*)

AMARO QUINTAS

Possuindo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1855, por generosa doação do imperador D. Pedro II, o mais completo dos três únicos apógrafos existentes do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, de 1612, de autoria do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, publicou-o no Recife, em 1958, a Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambucana, por intermédio do Arquivo Público Estadual, de que é diretor o nosso sócio correspondente professor Jordão Emerenciano. Preparou a respectiva edição crítica, com minuciosa Introdução e texto em linguagem atual, devidamente anotado, o professor Hélio Viana, catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, nosso sócio efetivo. Por ocasião da solenidade do seu lançamento, pronunciou o seguinte discurso o professor Amaro Quintas, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife e do Colégio Estadual de Pernambuco:

Sinto-me em dúvida quanto à iniciativa do Arquivo Público em publicar o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Não sei se maior parcela de elogios mereça o professor Jordão Emerenciano pela feliz idéia da edição de uma obra do porte daquela que o sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, escreveu, ou se pela também feliz idéia de encarregar um historiador da categoria do professor Hélio Viana de criticá-la e anotá-la.

(*) Publicado no *Jornal do Comércio*, do Recife, em 31 de janeiro de 1960.

Pois se a divulgação de tão importante e meritória obra é motivo de alegria para os estudiosos de História, não o é menor a oportunidade que se nos apresenta do conhecimento de assuntos tão palpitantes do nosso passado colonial, com a leitura do magistral trabalho que o catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia nos proporciona a cada linha de suas judiciosas notas. Magnífica lição é a que nos dá o erudito historiador. E abordando um gênero — como é o da crítica histórica — tão pouco explorado em nosso país. Ambos os trabalhos avultam pela sua importância cultural. Se um facilita aos estudiosos o contato direto com uma obra do século XVII, até então de difícil consulta e manuseio, o outro nos dá uma compreensão exata de tão interessante códice seiscentista, esclarecendo-nos pontos obscuros de história colonial.

De há muito que historiadores vinham focalizando o valor do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Foi, talvez, o nosso dicionarista Antônio de Moraes Silva quem primeiro citou tão valiosa obra no verbete «mocambos», nela estribando-se para definir êsse tipo de habitação e considerando-a como escrita por D. Diogo de Meneses, em 1612. Depois, em 1839, Varnhagen chama a atenção dos estudiosos para o manuscrito que se encontrava, por essa época, na Biblioteca do Pôrto, destacando o que êle representava para o conhecimento de tão importante etapa de nosso passado.

E data dêsse tempo a controvérsia sôbre os vários temas atinentes ao códice, principalmente sôbre a sua autoria. Quer baseando-se no apógrafo do Pôrto, quer na sua cópia, desprovida de mapas, quer no manuscrito ofertado pelo imperador D. Pedro II ao Instituto Histórico Brasileiro, quer na cópia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, quer no da Biblioteca Nacional de Lisboa — pertencente inicialmente à Biblioteca da Congregação da Missão Lisbonense — reproduzido, parcialmente, pelo Barão de Studart, na *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, tem êsse raro documento provocado a curiosidade científica dos historiadores, não sômente nacionais, como estrangeiros.

O professor Engel Sluiter, da Universidade de Berkeley, na Califórnia, na transcrição que fez do apógrafo do Pôrto na *The Hispanic American Historical Review*, chega a dizer que o *Livro que dá Razão do Estado do Brasil* «may properly be called one of the key sources for the study of early seventeenth century history».

Coube ao historiador — mestre no sentido exato da palavra — Hélio Viana aclarar pontos e omissões existentes nos códices conhecidos. A êle competiu corrigir aquilo que Engel Sluiter havia notado na reprodução do resumo por Varnhagen feito da obra

de Diogo de Campos Moreno, na sua monumental *História Geral do Brasil*, isto é, retificar «some serious errors».

Ninguém poderá, hoje em dia, falar no valioso documento do século XVII, tão imprescindível ao estudo da história colonial, sem a êle associar o nome do ilustre catedrático de História da Faculdade Nacional de Filosofia. Seja na colação dos códices, ou na magnífica crítica de atribuição da qual resultou a prova insofismável da autoria do precioso manuscrito ter sido do sargento mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno, afastando-se, assim, por completo, as hipóteses que dêle faziam autor D. Diogo de Meneses ou o célebre jesuíta apóstata Manuel de Moraes, seja quanto à fixação da data de sua feitura, «em 1612 ou no máximo no ano de 1613», em todos êsses temas intrincados e obscuros avultam a argúcia, a profunda erudição histórica, a seriedade e o completo domínio dos mais modernos processos de crítica histórica de que o professor Hélio Viana se mostra possuidor. Não sabemos mesmo o que mais destacar no seu ensaio: se a vasta cultura de que é detentor, se a honestidade com que encara assuntos tão delicados e controvertidos.

Não é surpresa para ninguém, por sinal, o mérito do trabalho a Hélio Viana confiado. Todos que o conhecem — e nesse grupo estão colocados obrigatoriamente os estudiosos de história em nossa terra — sabem do modo sério e da dedicação extremada com que o culto historiador encara e analisa os fatos do nosso passado.

De como faz êle a História. Não uma história *ad usum delphini* ou aquela «história perfumada» de que Huizinga nos fala, mas a História como hoje é estudada por aquêles que buscam a verdade dos fatos, usando de métodos científicos de pesquisa. Procurando dar ao trabalho histórico não uma preocupação meramente literária, mas sim um sentido científico. Lembrar-se-á, talvez, como resposta, a atitude de Trevelyan. Mas o que o autor de *The Recreations of an Historian* fez foi reagir contra os exageros do «cientifismo histórico», nos moldes de Lamprecht, e não contra o fato de ser a história encarada como ciência. Como disse muito bem José Honório Rodrigues «a afirmação filosófica e lógica da história como ciência, feita principalmente pelos dois filósofos (Dilthey e Rickert), não conduzia nem conduz à negação da qualidade artística da composição histórica. A força do grande historiador está também na capacidade literária de sua narração» (*Teoria da História do Brasil*, 1º vol., nota à pág. 106). Aliás a obra do historiador inglês mostra o seu cuidado em buscar a certeza dos fatos. Basta ler a sua *History of England* ou os seus estudos sobre Garibaldi, nos quais se revelou uma perfeita autoridade no conhecimento da vida do herói peninsular.

Situa-se o professor Hélio Viana como um historiador integrado nessa tendência. Nesse ritmo de compreensão do fato histórico e da pesquisa histórica. Faz assim parte daquele movimento que, tal como aconteceu na França dos meados do século passado com Thierry, Guizot e Michelet, poderíamos chamar de renovação dos estudos históricos.

Movimento que tem projetado um grupo atuante — do qual ele é fração importante — e onde se distinguem figuras como José Honório Rodrigues, José Antônio Gonçalves de Melo, Vanderlei Pinho, Gil Maranhão, Almeida Prado, Diêgues Júnior e alguns outros que nos têm legado trabalhos substanciais para o conhecimento da história pátria. E não podemos esquecer a contribuição poderosa que para a eclosão desse movimento representou a ação dos historiadores sociais, como o Sr. Gilberto Freire, o Senhor Caio Prado Júnior com os seus livros memoráveis. Abriram novos rumos e novas clareiras no domínio do trabalho histórico. Desprezar não é possível a influência capital que um livro como *Casa Grande & Senzala* exerceu nos então jovens estudiosos de História, livro que o professor de História da América Latina da Universidade de Londres, R.A. Humphreys, em obra recente, intitulada *Latin American History* (Oxford University Press, 1958), denomina «classic study». Denominação que só dá a um outro livro brasileiro: *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

Do mesmo modo a *Evolução Política do Brasil* e a *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, muito significaram para que surgisse essa equipe orientada por moldes e tendências científicas dentro da História. Hélio Viana é um mestre autêntico nessa corrente que está renovando os processos e os métodos para o devassamento de nosso passado.

De há muito que se impunha a publicação do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. Tínhamos a facilidade de possuir um apógrafo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, muito embora dele tivesse afirmado Capistrano de Abreu ser cópia não escoimada «de interpolações, ilustrada de mapas feitos posteriormente, em geral de escasso valor» (Prolegômenos ao livro IV da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, pág. 263).

O seu autor foi incontestavelmente o sargento-mor do Estado do Brasil Diogo de Campos Moreno, natural de Tânger, segundo opinião mais aceita, «soldado experimentado nas guerras da França e Flandres, e que sabia bem formar um campo, e os ardis e tretas da peleja», conforme o juízo de frei Vicente do Salvador (*História do Brasil*, pág. 467). Dêle boa impressão não parecia ter Capistrano: «Da participação de campanhas tão famosas, do conhecimento do castelhano e do francês tirava um ar de filúcia, de supe-

rioridade impaciente. A *Jornada* revela dotes de escritor, porém mais de um passo arranha a verdade». E mais adiante declara, quanto à campanha do Maranhão: «A marcha dos acontecimentos desde a saída do Recife desrespeitava tôdas as experiências do soldado de Flandres» (Prolegômenos ao livro V da *História do Brasil* de frei Vicente do Salvador, pág. 431).

O professor Hélio Viana justifica essa impressão como reflexo principalmente da «confessada simpatia de Capistrano por Sousa d'Eça».

Não se pode contestar ser o estrategista de Guaxenduba um bom observador dos acontecimentos e de saber reproduzi-los com equilíbrio e até mesmo com elegância. Se o seu livro da *Jornada e Sucessos do Maranhão* já o projetara como escritor, não menos se nos apresenta a sua valia quando versa assunto de tão ponderável importância para a história social e econômica do Brasil, como o que é objeto do *Livro da Razão do Estado*. O Brasil nascente vai sendo desenhado pelo guerreiro das campanhas da Flandres com agudeza e segurança.

Já disse o autor de *Estudos de História Colonial* ser o trabalho de Diogo de Campos uma «obra precursora da Estatística» no nosso país. A sua curiosidade, levando-o a minúcias e ao estabelecimento de dados numéricos, impele-o a fazer digressões sobre os mais variados temas e assuntos. Nas suas páginas encontramos curiosas referências ao fenômeno da estiagem, provocando as tão conhecidas sêcas nordestinas, naqueles remotos anos dos séculos XVI e XVII. Até o êxodo dos atuais *paus-de-arara* — fenômeno clássico de transumância — é anotado pelo inteligente e perspicaz cronista: «Também se deve considerar que as terras dêste Estado e os filhos delas naturalmente são variáveis, elas em produzir e êles em as habitarem; porque, como das maiores ou menores chuvas sucedam mais ou menos novidades, ou mais abundâncias em umas que em outras partes, ao modo dos aduares da África, tratam estas gentes de se mudar de uns a outros lugares, e também se pratica que os naturais da terra o tenham por cerimônia, e assim, por êste caminho não se lhes acudindo, acham-se desamparados os sítios que mais ao comum importam». Referindo-se ao rio de São Francisco afirma: «Neste grande rio entram outros rios muitos, dos quais a mor parte seca no verão». Falando das terras do Rio Grande do Norte, diz que «às vêzes falta nelas chuvas».

É curiosa, também, a alusão aos negros quilombolas, uma das primeiras menções ao assunto feita. Ora se refere aos «mocambos entre os negros», ora esclarece que «nesta capitania (Pernambuco), a trinta léguas ao sertão, está um sítio entre umas serras a que chamam os Palmares, ao qual ordinariamente se acolhem, fugindo

do trabalho, os escravos desta capitania, e depois, com assaltos e correrias que fazem, obrigam os brancos a que os busquem com mão armada, do que sucede trazerem muitos, algumas vêzes, porém, tanto que os soltam, logo se tornam para a mesma parte, não sendo possível extinguir-lhes o fundamento, pelo que não faltam desordens e queixumes, porque succede que os insultos que os vadios cometem, lançam a fama aos dos Palmares, e assim ficam sem castigo; povoando-se as partes do sertão, que forem de sustância, terá remédio este queixume».

Mas fácil não era essa solução do povoamento das «partes do sertão» desde que, como acusa em página anterior, eram «os brancos, ao longo da costa mais hóspedes que povoadores, separados uns dos outros, vendo-se sem serviço, nem a quem servirem, conforme as suas fantasias metidos em dúvidas em um deserto; pondo o sentimento e o coração na pátria, tratam de se acolher, tanto que da província confusa têm esfolado alguma coisa com que o fazer possam; daí nasce tanto trocar, tanto mentir, tanta trapaça que as novas delas não fazem mais que acarretar bacharéis à pobre província, a qual, com os termos religiosos que tratados ficam, e com a multidão de letras que do Reino vão, e que nos estudos lhes ensinam aos mecânicos, em lugar de fazendas e de trabalhadores, multiplica-se a terra em licenciados, escrivães, meirinhos, solicitadores, clérigos e frades». Era a implantação do espírito bacharellesco e burocrático, a mania do diploma, do título, acadêmico e do emprêgo público que se estabelecia na faixa costeira e que iria perdurar através dos tempos. Enquanto isso ficava o interior despovoado e os portugueses, tal como na censura de frei Vicente do Salvador, adstringiam-se a «andar arranhando o litoral como caranguejos» ou, como vituperava o Brandônio dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, contentavam-se de «nas fraldas do mar se ocuparem sòmente em fazer açúcares».

Não morria de amores o sargento-mor pelos discípulos de Loiola. Aqui e acolá censura os «padres da Companhia que fazem o possível pelos desviar (os indígenas) da gente branca». Mais adiante declara em relação aos habitantes do Rio Grande do Norte: «os da Companhia mandam a certos tempos dois padres a visitar esta gente, mas como duram pouco com êles, nunca ficam em estado que possam servir aos moradores, para que assim uns e outros se sustentem e facilitem».

Adversário se mostra, do mesmo modo, da grande propriedade, «dos inconvenientes dos latifúndios», como bem percebeu o professor Hélio Viana. Adverte Diogo de Campos, com perfeita acuidade do problema: «Os lugares onde se funda este forte e onde está fundada a povoação de Manuel de Miranda, são terras do Sergipe atrás nomeado, mas como são dadas de sesmaria a

homem poderoso, que defende a posse, não quer ninguém acudir às novas povoações, porque não têm onde plantem nem façam fazendas que suas sejam, porque lhas impedem os proprietários das sesmarias, os quais não têm posse para fazerem as ditas povoações, antes querem a terra sem gente para bem de seus currais, o que é em prejuízo notável da povoação dêste rio (São Francisco) e do trato que nêle fazer-se pretende».

Muita coisa há de que observar e comentar neste curioso e admirável livro, especialmente na parte referente a Pernambuco e, sobretudo, ao Recife que, no códice do Rio de Janeiro é chamado de *Vila* — o que levou o historiador Hélio Viana a aventar a hipótese de ter, talvez, Matias de Albuquerque, quando no govêrno do Brasil, substituindo Diogo de Mendonça Furtado, ou durante o interregno flamengo, elevado a localidade a essa categoria administrativa — e no códice do Pôrto de povoação é denominado.

Descrevendo a nossa capital assim fala o autor da *Jornada do Maranhão*: «Meia légua ao sul desta vila (Olinda), como se vê na carta já dita, no ponto «C», está o pôrto do Recife, onde as embarcações entram e estão recolhidas a abrigo de todos os ventos. Tem êste sítio, em uma língua de areia, que quase é salgada, uma *vila* de muitos vizinhos, com outro mosteiro dos mesmos capuchos de Santo Antônio, fora uma paróquia muito bem ordenada e rica, na qual se recolhem os açúcares e fazendas que se carregam e descarregam de tôda a capitania; tem de guarda êste pôrto as duas fortalezas que na dita carta se assinalam no ponto «D» e no ponto «E», que têm de presidio ordinário o que se vê adiante, pago da Fazenda de Sua Majestade; esta *vila* pode ser muito grande e muito forte por razão do assento no salgado, cercado de água». Tem bastante razão o historiador Hélio Viana quando considera esta cópia (apógrafo do Instituto Histórico), muito posterior à da Biblioteca do Pôrto, visto esta última afirmar ser o Recife «uma povoação de mais de oitenta vizinhos», não se aludindo ainda ao convento dos capuchinhos e a «uma paróquia muito bem ordenada e rica». Significa tudo isso que houve grande transformação no desenvolvimento do povoado que progrediu sensivelmente da data de 1612 ou 1613 à da segunda cópia, cujas interpolações, como mostra Hélio Viana, devem datar de 1627. Progresso verdadeiramente substancial.

O espirito clarividente — Oliveira Viana já aludira à mentalidade realista dos estadistas coloniais — de Diogo de Campos se revela na sua longa justificativa — que existe no códice do Pôrto faltando no do Rio de Janeiro — da superioridade do Recife, como centro político, econômico e administrativo, sôbre Olinda, o que Varnhagen chega a denominar de «previsão de verdadeiro estadista». Mas o apógrafo do Pôrto denuncia — o que falta ao do

Instituto — a reação dos olindenses a essa pretensão: «Há de advertir-se que os oficiais da Câmara da vila de Olinda, com todo o seu poder, estorvam o crescimento dêste Recife, com ciúmes da dita vila donde têm suas casas e temem que ficando-lhes menos trato (comércio), tenham perda, e assim têm proibido, com penas graves, que ninguém edifique na dita povoação, nem nela consentem mais justiça que o juiz de vintena». Prenúncios, como argutamente acentua Rodolfo Garcia, em comentários à *História Geral do Brasil* de Varnhagen, da guerra dos Mascates, que iria eclodir nos princípios do século seguinte.

E quanta coisa não haveria ainda a respigar neste precioso livro, verdadeiro presente régio que o Arquivo Público do Estado de Pernambuco, pelo seu diretor professor Jordão Emerenciano, faz na data magna da expulsão dos batavos, aos estudiosos de História de nossa terra.

E votos fazemos ao professor Jordão Emerenciano, intelectual que é, e, por consequência, sensível às coisas do espírito, de quem podemos discordar, mas cujas qualidades de escritor ninguém pode omitir, e muito menos negar, para que, generosamente, continui a brindar-nos com dádivas tão preciosas e que contribuirão para enriquecer o nosso patrimônio cultural.

A HISTÓRIA DE UM MANUSCRITO IMPERIAL (*)

CELSO DE ARAXAMA

Certa vez, o Conde de Afonso Celso oferecia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da parte do Barão de Paranapiacaba, uma tradução em prosa do «Prometeu Encadeado», conhecida tragédia de Ésquilo. A referida tradução era da pena de S. Majestade o Imperador D. Pedro II, que havia sido o Presidente perpétuo do Instituto.

Acompanhava-se o manuscrito de um outro também devido àquela augusta mão, isto é, uma versão do hebraico para o latim feita pelo mesmo Dom Pedro de alguns capítulos do Livro de Ruth, da Sagrada Escritura. Foi isso na sessão do Instituto Histórico realizada aos 15 dias do mês de agosto de 1912. (1) Informava ainda naquela ocasião o Presidente Afonso Celso que a aludida Tradução Imperial de Ésquilo havia sido cotejada com o texto grego pelo Sr. Dr. Ramiz Galvão, «o qual a muitos méritos reúne o de exímio helenista, e S. Excia. a achou fidelíssima». (2) E constava até (naquela data) que o Barão de Ramiz Galvão, sobre aquela tradução imperial em prosa, «elaboraria uma outra em verso, a exemplo do que fizera o ilustre Barão de Paranapiacaba; e o Instituto muito estimará que mais êsse atestado dos merecimentos do seu orador venha a público». (3)

Ora, tivemos a ventura de folhear com a máxima reverência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passando e repassando pelas mãos as suas folhas algo amarelecidas pelo tempo, o Manuscrito Imperial, consistindo, de uma caderno (tipo colegial, simples) menos da metade escrito e mais da metade em branco, onde o Sr. Imperador Pedro II deixara ficar, com sua letra pequenina, mas muito bem traçada e bem legível, a famosa tradução da

(*) Publicado no "Jornal do Comércio" de 15 de maio de 1960.

(1) Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras. T. 76, P. II, vol. 128, ano 1913.

(2) Ibid.

(3) Ibid.

tragédia de Ésquilo sem esquecer S. Majestade de apor ao fim do trabalho, em caracteres firmes, a data: 14 de abril de 1871. O preciosíssimo documento encontra-se no Instituto Histórico muito bem conservado como tôdas as peças que ali se acham — reliquias de nossa Tradição — e devidamente classificado. (4)

A página 10 do aludido Manuscrito Imperial, a nossa atenção sente-se solicitada para uma Nota ao jeito de uma cruzeta envolvida de um círculo, em seguida exatamente à linha undécima. E ao alto da mencionada página, à direita do leitor, igual sinalética se repete como se fôra uma chamada para algo de importante e interessante ao espírito do observador. E lê-se então claramente o seguinte: «faltam aqui dois versos». Muito tempo conjecturamos: de quem a letra? Seria de Ramiz Galvão? Seria do Imperador? Sabemos que o Manuscrito Imperial fôra entregue a Ramiz para confronto — revisão. Que mais sabemos? Uma fotocópia que obtivemos para uma futura biografia de Ramiz Galvão, que estamos escrevendo, poderia ser útil aos aficionados da grafologia. Muito devemos (valha esta ocasião para confessarmos lealmente) às reiteradas atenções, solitudes e oportunos esclarecimentos proveitosos com que sempre nos honram, em nossos estudos e pesquisas, os dignos funcionários encarregados de guardar, zelosamente, os preciosos cimélios do nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mencionemos ainda algumas características úteis. O Manuscrito Imperial ocupa 46 páginas do caderno a que fizemos alusão, ou sejam 23 fôlhas de um bom papel, e mais duas linhas que transbordaram para a página 47, ou talvez oito linhas, se contarmos com a data do Manuscrito — 14 de abril de 1871. Mede o caderno de papel pautado comum, com capa de papelão indeformável, 23 centímetros de comprimento por 19 centímetros de largura, e 1 centímetro exato de espessura. Pusemo-nos então em campo, na marcha das nossas disquisições bibliográficas, à procura da tradução de Ramiz feita sobre o trabalho em prosa da lavra do Imperador. As diversas fontes consultadas registram a existência do livro em aprêgo, da lavra de Ramiz, editado em 1909, aqui no Rio, isto é, dois anos depois daquela oferta que o Barão de Paranapiacaba fizera ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Enquanto íamos e voltávamos, num vai-vem constante, à procura da obra de Ramiz, fomos topar com um precioso volume da lavra do Barão de Paranapiacaba, sob o título «Prometeu Acorrentado», e mais na fôlha de rosto os dizeres explicativos: «original de Ésquilo», «vertido literalmente para o português por Dom Pedro II, Imperador do Brasil», «trasladação poética do texto pelo Barão de Paranapiacaba», «Edição da Imprensa Nacional», «1907 — Rio». Aliás, já me fôra dado

(4) L — 186, Doc. 4.695-A.

consultar um volume da Revista do Instituto Histórico, o qual nos oferece à leitura o mesmo assunto. (5) Grande parte de tal volume foi dedicado ao magnífico trabalho, trazendo dedicatória, explicação sôbre o texto, e se estende até a página 169 do mesmo volume. O livro, porém, a que nos referimos, constituiu para nós uma «eureka» bibliográfica (de que se dão conta todos os pesquisadores, quando acham o que não procuram, e quando procuram não acham...) e se apresenta muito mais completo. Começando pelas dedicatórias a Dom Pedro II, à Senhora Dona Isabel (a Redentora Sereníssima), o Barão de Paranapiacaba inicia belamente a sua obra com as cartas que vieram à luz da publicidade neste *Jornal do Comércio*, em página de honra, em o seu número de 10 de dezembro de 1899.

Tais cartas, achou de bom alvitre o Barão reproduzi-las, por isso que elas contavam, por assim dizer, a linda história do seu Livro. Uma dessas missivas endereçava-se ao Conselheiro Lafaiete, e trazia a data de 10 de outubro de 1899. Lembrava o missivista insigne ao não menos insigne destinatário, seu amigo íntimo do Paço Imperial (cenáculo indestacável da história da Literatura Brasileira), ali em São Cristóvão, que lhe fôra mostrado, havia cinco anos, um Manuscrito, quando se achava o Conselheiro em férias, repousando nas «águas virtuosas de Lambari», e que a letra de tal Manuscrito fôra imediatamente identificada por Lafaiete, porquanto (cedamos a vez ao Barão de Paranapiacaba) «ela te era familiar desde que ocupaste e honraste os altos cargos de Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Fazenda». E continua o Barão: «fôra Dom Pedro o Autor daquela tradução, por êle literalmente feita do original grego». (6) E mais, em prosseguimento: «fôra o Imperador quem me entregara aquêlê volumito, manifestando o desejo de que eu o trasladasse para verso português a sua prosa». (7) E entrando no assunto prôpriamente do seu empreendimento: «em forçado repouso de um mês, meti ombros à empresa, de que me havia com satisfação incumbido; encetei e levei a cabo a acomodação poética daquela versão. Logo que pude comunicar contigo, dei-te conta do cometimento realizado, e tive então a prova de tua prodigiosa memória. Lembraste-me quanto em Lambari se passara entre nós e, o que é mais, citaste-me a data que, no fim do autógrafo, escrevera a Mão Imperial. Êsse pequeno Livro figurara na Biblioteca de São Cristóvão entre centenas de outros que registravam escritos originais e traduzidos da lavra do falecido Monarca. Dêles guardo, além do «Prometeu Acor-

(5) Rev. do Instit. Hist. Geog. Bras. T. 67, P. II, 1906.

(6) B. Paranapiacaba, "Prometeu Acorrentado", trad. pág. IX, Introd.

(7) Id. ibid., pág. IX Introd.

rentado», o «Livro de Ruth» vertido do hebraico para o latim e do qual o Imperador me fêz presente. Que fim teve aquela coleção?». Ao fim da carta cujo texto acabamos de transcrever, lêem-se os dizeres: «teu amigo e admirador... João Cardoso» (8). E a resposta da carta chegava ao Barão de Paranapiacaba com a data de 18 de novembro de 1899, quase um mês depois! Demos de barato a morosidade dos Correios por aquêl tempo. Que digo? Por aquêl tempo? Deixemos de lado, que não tem graça fazer graça com as coisas sérias... O que é certo é que a carta de Lafaiete chegou às mãos do Barão de Paranapiacaba com a diferença de 38 dias apenas, entre uma e outra! E o interessante na história é que o Conselheiro Lafaiete começava a sua carta-resposta com as seguintes expressões: «meu caro João Cardoso; já me tardava a notícia de que havia pôsto mãos à obra...» Como se vê, ontem, hoje, em todos os tempos, tudo nos tarda quando esperamos, principalmente boas notícias pelo Correio... Enfim, uma vez prontos os originais de sua tradução, o Barão de Paranapiacaba os enviava ao Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, e êste, em carta de 12 de abril de 1906, afirma em síntese expressiva: «acabo de ler com a devida atenção a tua magnífica tradução do «Prometeu de Êsquilo». Essa leitura deixou-me profunda impressão, e inspirou-me as linhas que te envio. Aceita-as antes pela intenção que pelo valor que possam ter. São apenas um fraco preito de minha admiração». (9) Seguem-se as linhas que o sentimento e a cultura ditaram ao Conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira. Já não é o político, mas o beletrista quem escreve, o erudito quem pensa, o poeta quem nos encanta e deleita, dentro daquele conspicuo contubérnio, aquela tertúlia imortal que foi o Império de Dom Pedro II ali no velho Paço de São Cristóvão. Valha-nos neste esboço despretensioso o conceito do mesmo Conselheiro do Império, quando diz que a crítica do «Prometeu Acorrentado» já estava feita, só lhe cabia falar da Tradução. É desta, em cotejo com a de Ramiz Galvão, que falaremos aqui oportunamente.

(8) Id. *ibid.* pág. X Introd.

(9) Id. *ibid.* pág. XIII Introd.

A GLÓRIA DE JOAQUIM CAETANO

NELSON COSTA

Hoje é um grande dia da nacionalidade, pois lhe permite glorificar a figura admirável de Joaquim Caetano, pelo transcurso do 150.º aniversário de seu nascimento.

Raros são aqueles que, século e meio depois de seu natalício, merecem ser evocados com uma tal reverência pelos seus patrícios, unidos na mesma emoção, na mesma admiração, na mesma gratidão pela sua memória imperecível.

Joaquim Caetano tornou-se credor dêsse culto pela obra que realizou toda uma vida dedicada ao estudo, à pesquisa, à documentação, à elucidação, à redação de trabalhos valiosíssimos, que lhe deram a sólida reputação de erudito, dos maiores de que nos orgulhamos.

Já aos 19 anos a sua fama de filólogo se consolidava com o acréscimo que fez de centenas de vocábulos ao Dicionário de Moraes, todos devidamente estudados com aquele mesmo escrúpulo e saber que celebrizaram o nosso mais famoso dicionarista.

Indo estudar Medicina na célebre Universidade de Montpellier, Joaquim Caetano de tal maneira dominou a formosa língua francesa, que se tornou, na França, professor de Francês a jovens franceses.

O gosto da pesquisa histórica e o seu patriotismo incansável levaram-no constantemente às bibliotecas e arquivos, e assim foi coligindo uma documentação formidável, que seria integrada depois na obra magnífica que é *L'Oyapoc et l'Amazone*, escrito em francês tão puro e admirável, que fez o ministro do Exterior da França dizer a Napoleão III quando lhe apresentou o livro extraordinário: «Majestade, esta obra está escrita no francês de Racine».

Foi êste livro o pedestal em que se ergueu a glória imortal de Joaquim Caetano e concorreu para nos dar a posse definitiva do

território do Amapá, pela documentação coligida por êsse pesquisador que, como Varnhagen, tanto elevou a pesquisa histórica no século XIX, no Brasil.

A primeira *Memória* que Joaquim Caetano escreveu sobre o assunto foi lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que foi êle um dos fundadores, em três sessões, sob a presidência de D. Pedro II.

Impressionado com o trabalho, o Imperador logo nomeou seu autor para nosso ministro plenipotenciário na Holanda, a fim de que pudesse continuar as suas pesquisas sobre o litígio das Guianas.

«O Brasil começa no Oyapoc». Tornou-se a divisa dum movimento que nos conduziu à vitória, em 1900, com o laudo favorável do presidente da Suíça.

«O Oyapoc e o Amazonas» representa 200 mil soldados destacados na fronteira», disse Pedro II e Calógeras assegurou: «Se não existissem os livros do Grande Pesquisador, o Litígio das Guianas não teria chegado aos dias de Rio Branco».

E o próprio Barão do Rio Branco assim o confirmou: «Sobre os livros de Joaquim Caetano da Silva eu sustentei os direitos do Brasil na questão do Amapá».

Além dêsse serviço que o tornou um «herói da inteligência humana», na feliz expressão de Afonso Arinos, Joaquim Caetano possui outros títulos às homenagens que ora lhe são prestadas, no sesquicentenário de seu nascimento.

Médico, professor, diplomata, reitor do Colégio Pedro II, foi um sábio, um trabalhador formidável, austero e digno. Morreu aos 63 anos, já cego, em Niterói, a 27 de fevereiro de 1873.

Oitenta anos depois, um navio de guerra levava as suas cinzas, do cemitério de Maruí para a fortaleza de Macapá.

No Território Federal do Amapá será erguido o seu monumento, expressão da gratidão nacional à sua obra extraordinária.

«É na Amazônia que se deve perpetuar no bronze — disse bem Cassiano Ricardo — a memória do homem que produziu a obra mais notável da diplomacia do Império».

Do Jaguarão ao Amapá, o nome de Joaquim Caetano é hoje uma legenda de glória que êle inscreveu pelo seu saber, pelo seu caráter, pelo seu trabalho e pelo seu patriotismo.

FRONTIN E O INSTITUTO HISTÓRICO

NELSON COSTA

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por iniciativa de seu presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, prestará hoje homenagem à memória de um de seus membros mais ilustres, o eminente brasileiro Paulo de Frontin, a propósito do centenário de seu nascimento, que transcorrerá no próximo dia 17.

Na sessão solene de hoje, dedicada a essa justa comemoração, falará o Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 3.º vice-presidente do Instituto, que evocará a figura dêsse notável engenheiro, professor, político e administrador, cuja soma de serviços à cidade do Rio e ao Brasil é em verdade considerável e digna da admiração e aprêço dos seus patrícios.

Leão Teixeira Filho é um conhecedor seguro da atuação de Paulo de Frontin e assim deverá evocar bem a vida do ilustre carioca, tão cheia de fatos relevantes, de tantas iniciativas que o credenciam à gratidão do nosso povo.

Tôda a vida de Frontin — agitada e brilhante, cheia de magníficas realizações — precisava ser exposta com minuciosidade, para que alguns a recordem com saudade e outros a conheçam com admiração.

Poucos o poderiam fazer tão documentadamente como o orador de hoje e em ambiente tão propício a essas evocações como o é o daquela casa tradicional, a que Frontin pertenceu e estimou.

É êle uma das glórias da cidade, sua terra natal e de tal modo com ela identificado, que será difícil evocar certos aspectos e fases da vida carioca sem que se recorde a sua figura, com o chapêu coco e o guarda-chuva, a sua barba grisalha, o seu sotaque afrancesado, sempre dinâmico, dando água à cidade sedenta, num verão inclemente, em prazo incrível e espetacular, rasgando a Avenida Central em seis meses e, mais tarde, como prefeito, no curto período

"Correio da Manhã", 6 de setembro de 1960.

da presidência semestral de Delfim Moreira, abrindo novas avenidas à beira-mar, transformando a zona sul e dando ao Rio o esplendor da Atlântica, da Delfim Moreira, da Epitácio Pessoa e tantas outras maravilhas.

Humberto de Campos registrou, espiritualmente, essa febre construtiva a curto prazo, o aceleração das obras, o dinamismo de Frontin, assim dizendo: «Fazia-se uma praça num dia, uma avenida numa semana, um bairro em um mês. E de tal modo que, ao receber o prefeito em Palácio, Delfim Moreira perguntou:

— Já iniciou as obras, doutor?

— Já — informou Frontin. — E já as acabei. Vim buscá-lo para a inauguração!»

Também Augusto de Lima, naquela ocasião, em página brilhante, traçou um nítido perfil de Frontin, dizendo: «O atual prefeito do Rio de Janeiro singulariza no nosso meio apático e contemporizador as virtudes dinâmicas de uma perfeita organização do trabalho, no que êle tem de mais combativo, de inovador, de surpreendente». E adiante: «Os seus rasgos de audácia, recebidos a princípio com incredulidade, ou irônico desdém, hoje são para todos promessas garantidas de êxito. O jovem engenheiro da *água em seis dias* continuou-se na duplicação da linha da Central, monumento de glória para êle, garantia de nutrição para a população carioca e canalização de riquezas para o interior».

Homem caridoso, de belo coração, tinha duas paixões singulares: o Derby Club que fundou, construindo-lhe o Prado e a política carioca, da qual foi chefe incontestado, pela cultura, inteligência e popularidade indestrutível.

Parlamentar de notórias qualidades, teve atuação brilhante na Câmara e no Senado. Tudo isso e muito mais, dirá certamente o conferencista de hoje, na exaltação dessa grande figura que foi o Conde Paulo de Frontin.

JAIME CORTESÃO E A HISTÓRIA DO BRASIL (*)

HELIO VIANNA

Nada mais natural que um historiador português, dedicando-se ao estudo dos grandes descobrimentos marítimos, em que tanto se distinguiu o seu país, nos séculos XV e XVI, sintasse atraído por um de seus mais importantes capítulos — o achamento da terra do Brasil. E, ampliando pela especialização os seus conhecimentos, pode ocorrer que também se dedique à ação de seus patrícios nesta parte do continente americano.

Foi o que aconteceu com Jaime Cortesão, poeta e dramaturgo nascido em 1884, cujo primeiro trabalho do gênero foi erudito relato da «Expedição de Pedro Álvares Cabral» incluído na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, publicada em significativa comemoração lusitana do primeiro centenário da Independência de nosso país. Aparecido no Pôrto, 1922, no segundo volume dessa obra coletiva, dirigida por Carlos Malheiro Dias, no mesmo ano, em Lisboa, publicou trabalho de maior extensão, embora sobre o mesmo tema, com o título *A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*.

Sendo diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa, Jaime Cortesão acompanhou ao Rio de Janeiro o Presidente de Portugal, Antônio José de Almeida, então em visita oficial ao nosso país. E pode-se dizer que o Brasil, que já figurava em seus estudos e escritos, a partir dessa primeira viagem transoceânica também começou a entrar em seu generoso coração.

O tema dos descobrimentos marítimos portugueses continuou a ocupá-lo nos anos seguintes, como provam vários trabalhos, em que eventualmente aparecia o Brasil: «Do sigilo nacional sobre os descobrimentos», em *Lusitânia*, 1924; «Le Traité de Tordesillas et la découverte de l'Amérique», comunicação lida no XXII Congresso Internacional dos Americanistas, como delegado do governo por-

(*) Publicado no «Jornal do Comércio», do Rio de Janeiro, a 31 de agosto de 1960.

tuguês e da Academia de Ciências de Lisboa, em Roma, 1926; *L'Expansion des Portugais dans l'Histoire de la Civilisation*, ensaio publicado em Bruxelas, 1930; «O franciscanismo e a mística dos descobrimentos», uma de suas teses mais originais, divulgada na *Revista de las Españas*, de Madrid, e na *Seara Nova* de Lisboa, 1932.

Dos descobrimentos chegaria à própria ação portuguesa no Brasil, em capítulos da monumental *História de Portugal* dirigida pelo professor Damião Peres, publicada em Barcelos, de 1931 a 1934: «Colonização do Brasil», no tomo IV; «Colonização dos portugueses no Brasil (1557-1640)», no V; «A integração territorial do Brasil», no tomo VI.

Mais uma bela síntese a respeito, «A expansão territorial e povoamento do Brasil» escreveu para a *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, tomo III, 1940. Também para outra obra coletiva, a *História de América*, da editôra Salvat, de Barcelona, dirigida por Antonio Ballesteros y Beretta, escrevera a parte colonial do Brasil, que veio a figurar em seu tomo XVII, dedicado ao nosso país.

Circunstâncias especiais de sua existência novamente trouxeram Jaime Cortesão ao Brasil, em 1940.

Entrando em imediato contato com estudiosos do passado brasileiro, não tardou que por nosso intermédio e com pleno apoio do então diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, professor San Tiago Dantas, junto à nossa cadeira de História do Brasil pudesse dar um curso sobre os descobrimentos marítimos portugueses.

No Ministério das Relações Exteriores, além de estudar a preparação de um *Atlas Histórico do Brasil*, também lecionou sobre a História da Cartografia Política do Brasil e a História da Formação Territorial do Brasil, no Instituto Rio Branco, órgão de preparação e aperfeiçoamento de nossos diplomatas.

O primeiro livro de História do Brasil de Jaime Cortesão publicado em nosso país, pela editôra Livros de Portugal, foi, em 1943, a melhor edição crítica até agora existente de *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, o documento inicial de nosso passado. O minucioso estudo que a respeito realizou, abrange todos os aspectos possíveis, desde a colocação da famosa missiva na literatura de viagens até sua transcrição paleográfica, exegese e primorosa adaptação à linguagem atual.

No ano seguinte, em edição do Ministério das Relações Exteriores, publicou excelente «ensaio de topografia histórica», intitulado *Cabral e as origens do Brasil*, referente à exata identificação do local da costa baiana no qual, em abril de 1500, ocorreu o descobrimento cabralino.

Além de efetiva colaboração na imprensa brasileira, sobretudo em artigos de intenso interesse histórico e geográfico, Jaime Cortesão também se dedicou, entre nós, às suas atividades de competente bibliotecário, encarregado que foi de reorganizar a secular livraria do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Nem deixou de ser conferencista dos mais agradáveis, sempre erudito e de grande autoridade em seus conceitos, vasados em linguagem elegante, que traía o antigo poeta. Naquela associação, como no Liceu Literário Português e em outras, sua palavra de exímio orador foi muitas vêzes aplaudida.

Participando dos trabalhos do Quarto Congresso de História Nacional, comemorativo, em 1949, do quarto centenário da fundação da cidade do Salvador e promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a êle apresentou Jaime Cortesão importante e muito discutida tese sobre «O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos». Figura no terceiro volume dos respectivos *Anais*, aparecido em 1950. Desde 1952 passou seu autor a pertencer aos quadros daquela secular instituição, como sócio honorário.

O mais profundo trabalho de bibliografia histórica no Brasil empreendido pelo historiador português de que nos ocupamos foi a publicação, sob sua imediata direção, pelo Instituto Rio Branco, de 1950 a 1960, dos oito tomos de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1750), e, pela Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de 1951 a 1955, de quatro volumes de inestimáveis *Manuscritos da Coleção De Angelis*. Embora ainda esteja incompleta essa extraordinária missão de erudição, pesquisa de fontes, bibliografia e paleografia, faltando pelo menos a saída de três tomos dos referidos *Manuscritos* (o III, IV e VII), já se pode dizer que depois dos *Anais da Biblioteca Nacional*, quando publicados pelo diretor Rodolfo Garcia, é esta a mais meritória e mais vasta empresa de sistematizada e comentada edição de documentos históricos que nos últimos decênios se realizou no Brasil.

Para que se tenha idéia do grande valor das duas coleções dirigidas, prefaciadas e anotadas por Jaime Cortesão, convém que se alinhem os respectivos títulos, que em alguns casos cobrem verdadeiras lacunas de nossa bibliografia histórica:

I — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1750)

1 e 2. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1695-1735), parte I, tomo I, de 1952, volume introdutório da coleção, de texto integralmente da autoria de Cortesão. E o mesmo (1735-1753), parte I, tomo II, de 1956.

3. *Obras Várias de Alexandre de Gusmão*, parte II, tomo I, de 1950, organizadas e comentadas por Jaime Cortesão.

4. *Documentos Biográficos* (relativos a Alexandre de Gusmão), parte II, tomo II, de 1950, também de sua organização, acrescidos de notas e comentários de sua autoria.

5 e 6. *Antecedentes do Tratado* (de Madrid), parte III, tomos I e II, de 1951, sempre de sua organização e anotação.

7 e 8. *Negociações* (do mesmo Tratado, essencial em nossa História Diplomática) parte IV, tomos I e II, de 1953 e 1960, respectivamente, «documentos organizados e comentados por Jaime Cortesão».

II — *Manuscritos da Coleção De Angelis*

1 — *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá* (1549-1640), tomo I, de 1951, com «introdução, notas e glossário de Jaime Cortesão».

2. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim* (1596-1760), tomo II, de 1952, mais um volume de valiosos documentos com as mesmas características do anterior e, como êle, rico de revelações quanto a capítulos quase virgens da História do Brasil.

3. *Tratado de Madrid — Antecedentes — Colônia do Sacramento* (1669-1749), tomo V, de 1954. Embora já existam várias coleções, nacionais e estrangeiras, de documentos referentes à agitada história da luso-brasileira Nova Colônia do Santíssimo Sacramento do Rio da Prata, esta e a do tomo seguinte têm a valorizá-las as introduções, notas e sumários de Jaime Cortesão.

4. *Antecedentes do Tratado de Madrid — Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai* (1703-1751), tomo VI, de 1955.

Em 1953 foi Jaime Cortesão encarregado de organizar e dirigir a Exposição Histórica de São Paulo, comemorativa do quarto centenário da fundação da maior cidade brasileira, festivamente comemorado no ano seguinte. A nova missão, a que deu cabal e brilhante desempenho, fez com que se afastasse o historiador do Rio de Janeiro, em rápida ida a Portugal e com fixação de residência na capital paulista. Por êste motivo, atrasaram-se as publicações dos tomos terceiro, quarto e sétimo dos *Manuscritos da Coleção De Angelis*, precioso acêrvo de documentos platinos e brasileiros para a Biblioteca Nacional em boa hora adquiridos por D. Pedro II.

O desenvolvimento de todos os estudos arquivísticos e documentais necessários à publicação dessas obras citadas e para a mencionada Exposição Histórica, realizados por Jaime Cortesão,

fêz com que paralelamente preparasse êle, inclusive mediante a prévia divulgação parcial em artigos no *Diário de Notícias* e em outros jornais, novos livros em que exporia o resultado de mais algumas de suas importantes teses relativas ao passado brasileiro.

Foram êles os intitutados — *Fundação de São Paulo — capital geográfica do Brasil e Rapôso Tavares e a formação territorial do Brasil*, ambos de 1958. No primeiro, sustentou ter sido a vila no planalto fundada por Martim Afonso de Sousa, em 1532, o núcleo da futura São Paulo do Campo de Piratininga. No segundo, asserções ainda mais audaciosas por muito tempo constituirão motivo de discussão por parte dos historiadores brasileiros, até que por êles sejam integral ou parcialmente aceitas ou rejeitadas.

Foi êste último trabalho escrito para a Sociedade de Estudos Históricos D. Pedro II, criada pelo Embaixador Assis Chateaubriand, e editado pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura. Nêle deu Cortesão noticia de mais uma coleção anotada de documentos relativos à História do Brasil que tinha em projeto: *a Pauliceae Lusitana Monumenta Histórica*.

Desde 1957 regressara a Portugal, de onde seus últimos artigos históricos e geográficos referentes ao Brasil nos foram enviados para publicação no Suplemento do *Jornal do Comércio*, de 1957 a 1959.

Deve ser possível consequência e alargamento de um de seus cursos no Instituto Rio Branco outra obra que deixou a sair, cujo interesse se evidencia no próprio título — *História do Brasil nos velhos mapas*, em dois tomos.

Falecendo Jaime Cortesão há algumas semanas, em Lisboa, lamentavelmente encerrou-se a participação de mais um português ilustre na historiografia brasileira. Que ela foi muito valiosa suficientemente atestam os títulos citados e os comentários aqui rapidamente feitos. Não a diminuem certos conceitos tidos como de excessiva interpretação que alguns lhe atribuem, pois a imaginação também é muito necessária aos historiadores e Cortesão era dos que mantêm o seu controle mediante o permanente uso de documentos fidedignos.

Pelos serviços prestados como diretor da Exposição Histórica comemorativa do quarto centenário da fundação de São Paulo, com grande justiça conferiu-lhe essa municipalidade o título de Cidadão Benemérito da Cidade. À vista do alto mérito das numerosas obras de história do nosso país que durante quase quarenta anos escreveu e publicou, sem dúvida podemos acrescentar que com inteira razão Jaime Cortesão deve ser considerado benemérito cidadão de todo o Brasil.

GUERRA DO PARAGUAI

Corrigendas Históricas de Rio Branco

J. B. MAGALHÃES

Em homenagem à memória de *Aurélio Pôrto*, bom conhecedor do ambiente histórico gaúcho, oferecemos ao I.H.G.B. uma cópia que fêz de anotações de Rio Branco, em páginas de um exemplar da obra de *Fix* sôbre a *Guerra do Paraguai*, traduzida por A.J. Fernandes dos Reis — 1872. Tal cópia, por êle feita, atesta um aspecto de sua *personalidade de historiador* e o fato de nô-la haver oferecido, testemunha não haver nêle impulsos *egoistas*...

E a maneira simples por que a fêz, há cêrca de 15 anos passados, revela também a sua costumeira *simplicidade*, e *quanto era sincero e modesto*. Basta que se leia o início da cópia das anotações que nos foi oferecida, para reaver disto testemunho. Diz êle:

Há 79 págs. além das 7 anotações a tinta. O estilo mostra que as anotações são do Barão e para prová-lo basta confrontar as copiadas com as manuscritas em outras obras.

Além do que acima fica expresso, a divulgação que ora fazemos, é também homenagem a Rio Branco, cuja personalidade há pouco foi mui bem interpretada por Luís Viana Filho, em *A Vida do Barão do Rio Branco*, complementando estudos feitos por Álvaro Luís, Hélio Lôbo e outros, sôbre suas atuações históricas, políticas e diplomáticas.

A divulgação das referidas *notas* de Rio Branco, poderá ainda vir esclarecer, confirmar ou corrigir interpretações de fatos históricos ocorridos no Rio da Prata no Período da campanha *lopes-guaia*...

Ei-las:

Pág. 14 — O autor equivocou-se. O exército brasileiro no tempo da primeira guerra contra a República Argentina, motivada pela rebelião da Cisplatina, era muito superior ao do Paraguai nessa mesma época, quando já governado pelo Dr. Francia.

Pág. 21 — onde o A. diz — «em 1861, o General Urquiza, governador da província de Entre-Rios, levantou o estandarte da revolta, bateu Oribe em Montevidéu, libertou o Uruguai, depois Santa-Fé, e triunfou afinal na batalha de Monte-Caseros, obrigando Rosas a fugir para a Inglaterra» — o Barão anota: «O autor esquece o importantíssimo papel que o Brasil representou nesse acontecimento; já fornecendo a Urquiza os meios de que absolutamente carecia, já auxiliando-o diretamente com uma divisão. ao mando do General Manuel Marques de Souza (hoje Conde de Porto Alegre); que valentemente combateu, e quiçá decidiu da vitória, ganha em Monte-Caseros a 2 de fevereiro de 1852».

Pág. 38, onde o A. fala na «nefasta batalha de Quinteros», a anotação diz: «Não se pode chamar batalha o que não passou dum pequeno combate, seguido de horrendo morticínio».

Pág. 42: «Não é exato. A causa da indignação dos estancieiros rio-grandenses contra os *blancos* de Montevidéu nada tem de comum com as reminiscências doutra época, hoje felizmente apagadas».

Pág. 43-1: — «Não consta de nenhum documento oficial êsse pronunciamento, ou demonstração belicosa. Neto não era antigo general brasileiro, mas sim brigadeiro honorário do exército; pôsto que lhe foi conferido logo depois da pacificação do Rio Grande, donde se achava retirado vivendo em uma das estâncias que possuía no Estado Oriental». — 2 — «É uma fábula livremente acreditada pelo Autor; nenhum receio tinha o governo imperial de sublevação dos ex-republicanos, ou *farrapos* como o autor prefere denominá-los».

Pág. 52 — Foram quatrocentas e não cem as praças de marinha que desembarcaram levando consigo quatro peças d'artilharia.

Pág. 26 — Não é exato. A incorporação de Montevidéu não foi motivada pelo desejo de alargar fronteiras e, sim, para impedir que o flagelo da guerra e suas conseqüentes depredações se comunicasse à capitania de S. Pedro do Sul.

Pág. 27 — Também não é exato. D. Álvaro da Costa, bloqueado rigorosamente pelas forças do General Lecor, assinou a capitulação de 18 de novembro de 1823, pela qual se obrigou a evacuar a praça de Montevidéu. Não houve tal plebiscito: a incorporação da Cisplatina reputou-se feita em virtude da ata de 31 de julho de 1821.

Pág. 35 — A lei de 28 de setembro de 1871 buscou resolver o problema da emancipação, libertando o ventre da mulher escrava, autorizando a formação dos pecúlios, e determinando que se con-

signem anualmente fundos destinados a alforriar os escravos que mais dignos se fizeram dessa graça.

Pág. 55 — Sôbre o assassinato de Leandro Gomes: — «Sabido é que êste homicídio foi ordenado pelo Coronel oriental Gregório (Goyo) Soares, célebre caudilho ao serviço de Flôres».

Pág. 59 — Não é exato. O exército brasileiro, doze dias depois da tomada de Paisandu, marchou para Fray-Bento, distante sete léguas de Montevidéu, onde se incorporando com os batalhões chegados do Rio de Janeiro, embarcou a infantaria (no dia 14) para S. Lúcia, seguindo por terra a cavalaria e a artilharia.

Pág. 61-1 — O convênio assinado pelo ministro Paranhos (hoje Visconde do Rio Branco) tem a data de 20 de fevereiro de 1865. — 2 — Em vez de regência leia-se presidência.

Pág. 63 — É puro romance o que aqui se diz relativamente a perseguição do General paraguaio Barrios ao chefe de esquadra brasileira Leverger, que nessa época achava-se em sua chácara nos arredores de Cuiabá.

Pág. 64 — Da simples exposição dos fatos colige-se a injustiça com que o autor qualifica de menos galharda a conduta do comandante Pôrto-Carrero.

Pág. 94 — O único navio que perdemos nessa memorável batalha (Riachuelo) foi o vapor *Jequitinhonha* que ficou encailhado junto às baterias da terra. Na mesma página, onde o A. diz que os vapores paraguaios por espaço de dois anos não tomaram parte alguma na guerra, o Barão anota: «Nem nunca mais se mostrarão: contentando-se os Paraguaios em buscar surpreender alguns navios destacados da nossa esquadra, dando-lhes abordagem em canoas tripuladas de soldados.

Ainda na mesma página, onde o A. diz que a praça de São Borja era comandada pelo Coronel brasileiro Assunção, o Barão contesta: «Quem comandava em S. Borja era o Coronel João Manuel Mena Barreto.

Pág. 95 — onde o A. diz que o Coronel Fernandes acabava de ser batido pelos Paraguaios, o B. contesta: «Não há tal». Na mesma página há esta nota sôbre o combate de S. Borja: «O Coronel Barreto, apesar da desigualdade de suas fôrças, combateu bizarramente por tempo de uma hora, retirando-se depois em boa ordem para a vila». Em outra obra encontra-se a mesma nota manuscrita.

Pág. 101 — onde o A. diz que em Uruguaiana achavam-se cêrca de 20.000 homens, o B. contesta: Segundo os documentos oficiais brasileiros, foram sômente 14.000, a saber: 8.615 brasilei-

ros, dos quais 2.537 eram de infantaria regular e 2.523 cavaleiros que combatiam a pé e, mais 5.000 Argentinos e Orientais.

Pág. 105 — Sôbre a pretensão de Lopes vir a ser genro de Pedro II (nota extraída de uma carta de Washburn), o B. anota: «Admira-nos que o autor desse crédito a essa fábula inventada em detrimento da augusta Casa Senhorial do Brasil, que por forma alguma consentiria em aliar-se com o *cacique* paraguaio, e propagada pela caluniadora pena do Sr. Washburn».

Pág. 107 — onde o A. diz que o exército principal dos aliados estava sob o comando do Tenente-General Osório, o B. observa: «Nessa época ainda era marechal de campo». E, onde o A. diz que o 2.º corpo era comandado pelos Generais Canavarro, Fernandes e Pôrto-Alegre, o B. contesta: «O único comandante do 2.º corpo era o general de Pôrto Alegre».

Pág. 115 — O combate de Paguajo foi também chamado de S. Cosme.

Pág. 121 — onde A. diz que a ação de Tuiuti custou aos paraguaios 3.000 mortos e feridos e aos aliados 413 mortos e 2.094 feridos, o Barão anota: «Segundo a ordem do dia do General Mitre, os Paraguaiois deixaram no campo de batalha 4.200 mortos e 370 feridos. Os brasileiros tiveram 413 mortos e 2.084 feridos. Os argentinos 115 mortos e 433 feridos e os Orientais 121 mortos e 146 feridos».

Pág. 126, onde o A. cita o General Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, o B. acrescenta: «Depois galardoado com o título de Visconde de S. Theresa».

Pág. 132: — «encouraçado *Rio de Janeiro*, não era fragata, nem tão pouco o melhor vaso da marinha brasileira. Há manifesto equívoco do autor».

Pág. 140 — onde o A. acusa Polidoro de não ter feito movimento algum, atacando as linhas de Rojas... o B. anota: «O General Polidoro justificou-se plenamente da acusação de inércia, ou inveja, que então lhe assacaram seus êmulos, e demonstrou que da sua parte não houvera a mínima culpabilidade nessa malograda empresa». E onde o A. diz que os aliados reconheciam que o número dos seus mortos e feridos (Curupaiti) excedia de 5.000, o B. anota: «Segundo as participações oficiais nossas perdas e as dos Argentinos orçaram por três mil e tantos homens; cabendo aos Brasileiros 1.869 mortos, ou feridos, e aos Argentinos 1.600 entre uns e outros».

Pág. 141 — Bem que sensível o malôgro do ataque de Curupaiti não teve a importância que o autor lhe quer attribuir.

Pág. 142 — onde vem citado o Almirante J. J. Inácio, o B., segundo o seu hábito, acrescenta: — «Mais tarde barão e visconde de Inhaúma».

Pág. 144 — «O Imperador, sendo eminentemente constitucio-
nal, não podia, nem nunca teve em tôda esta questão política própria
e separada da do ministério».

Pág. 145 — «O Almirante J. J. Inácio, depois Visconde de
Inhaúma, nunca esteve debaixo das ordens de Mitre e sim das do
Marquês de Caxias». E ainda: «Mitre era um simples brigadeiro,
mas também presidente da Confederação Argentina».

Pág. 153 — onde o A. refere-se ao Coronel Portinho, o B.
anota: «Portinho já era brigadeiro na época a que o autor se refe-
re». E, na pág. 155, acrescenta que o Coronel Castro «já era bri-
gadeiro general».

Pág. 161 — onde o A. diz que Pôrto Alegre em Tuiuti com
um corpo composto, *nominalmente*, de 11.000 homens, o B. con-
testa: «É inexato êste cálculo. A força do exército aliado acam-
pado em Tuiuti constava de dois mil homens».

Pág. 162 — o B. corrige para 8 mil a força paraguaia que o
A. diz ter sido comandada por Barrios: — «A força paraguaia
que atacou o acampamento não era comandada por Barrios e sim
por Castillo».

Pág. 163 — «Escaparam ao autor dessa narrativa alguns equí-
vocos que cumpre retificar. Não é exato que a infantaria paraguaia
levasse de vencida os nossos soldados até o Passo da Pátria. Os
fugitivos foram unicamente os Correntinos e um batalhão argentino
que lhe seguiu o exemplo. O Visconde (hoje, Conde) de Pôrto
Alegre, à frente de só dois mil homens, conseguiu repelir o inimigo
antes que lhe chegassem os socorros que o Marquês de Caxias
lhe enviara de Tuyú-Cué. Nossas perdas foram de 213 mortos e
587 feridos, e a dos Paraguaiois de 1.594 mortos e 155 feridos».

Pág. 169 — Em nota vem descrita a composição da nossa
esquadra de 43 navios, afora os navios fretados.

Pág. 172 — «É inexato tudo o que aqui se diz relativamente
à reclamação do ministro Paraguaio Berges. Na participação do
chefe Delphim (hoje, Barão da Passagem) nenhuma menção se
faz de semelhante reclamação, depreendendo-se della que a cidade
d'Assumpção estava inteiramente abandonada».

Pág. 179 — «Não encontramos nos documentos oficiais que
temos à vista o fato a que se refere o autor. E na mesma página —
«Há inexatidão em tudo isto. O Marechal Argollo, percebendo de
Curupaiti que o inimigo havia evacuado Humaitá, fêz avançar

para essa praça alguns batalhões que apenas aí encontraram oito homens, e por êles souberam que desde o dia 16 os Paraguaioi haviam-se passado para o Chaco. A primeira tropa brasileira que penetrou em Humaitá foi a brigada do Coronel Camilo Mércio Pereira».

Pág. 184 — «Cumpre declarar que êsse tratado do qual aue-riu o Brasil grande vantagem pela neutralidade da Bolívia, foi devido ao tino diplomático do conselheiro Felipe Lopes Neto». O Tratado em questão é o de comércio e amizade de Março de 1867.

Pág. 186 — «O autor equivocou-se: e quem se der a pena de consultar o tratado da triplíce aliança reconhecerá que por forma alguma poderia caber a Sarmento o comando supremo dos exércitos aliados».

Pág. 193 — onde o A. fala no batalhão de *amazonas* organizado por Lopes, o B. anota: «Provou-se depois que não passava isso de uma fábula».

Pág. 213 — «O autor é injusto quando acusa o exército brasileiro de crueldade; do depoimento dos próprios prisioneiros paraguaioi consta o contrário».

Pág. 217 — «Há equívoco. Essa brigada expedicionária era comandada pelo Coronel Hermes Ernesto da Fonseca». E corrige a data da marcha de Angostura para Assunção; «Aliás no dia, 3 chegando no dia 5».

Pág. 218 — «Pôsto que o autor faça justiça às autoridades brasileiras e lance sôbre os aventureiroi a coima de saqueadores, pensamos que assim andou precipitada e injustamente, acolhendo boatos vitoriosamente refutados nas notas diplomáticas do go-verno brasileiro».

Pág. 219 — onde o A. diz que Caxias, ferido e doente, retirara-se do exército, o B. anota: «Doente sim, mas não ferido».

Pág. 229 — onde o A. diz que os Brasileiroi tiveram fora de combate (Peribebuí) 550 homens, o B. anota: «É demasiadamente exagerado êsse cálculo. — Das participações oficiais apen-as consta que tiveram os Brasileiroi trinta e cinco mortos, e os Argentinoi vinte e um, além de 252 feridos Brasileiroi e setenta e três Argentinoi».

Pág. 241 — onde o A. calcula em seis milhões a população do Brasil, o B. anota: «A população é orçada no dôbro, isto é, em doze milhões».

Pág. 242 — «As dissidências políticas nenhuma influência tiveram na direção desta guerra, começada na situação liberal e finalizada na conservadora».

Observação — Na pág. 140 vem a seguinte nota: «Mitre publicou com o pseudônimo *d'Orion*, a sua própria defesa à ação de Curupaiti (V. a obra do Sr. B. Poucel, Marselha, 1867, pág. 233), a qual dá também narrações mui minuciosas desta grande batalha, extraídas do *Estafeta de Buenos Aires e do Semanário*».

A Biblioteca do Itamarati possui um folheto de 30 págs.: — Orion à Sagita — El Asalto de Curupaiti — oferecido a S. Excelência o Senhor Conselheiro de Estado Senador José Maria da Silva Paranhos», oferta sem assinatura e com a NB. Consta que é produção do jovem Lucio Mansilla. Este folheto é datado do acampamento de Yataiti, dezembro 28 de 1866, enquanto o de Poucel traz a data de 18 de outubro do mesmo ano.

A METEOROLOGIA NO BRASIL

Nota — Apresentamos aqui interessante documento, datado de há cêrca de três quartos de século passados, relativo às organizações *prático-científicas* no Brasil. Refere-se ao *Serviço meteorológico*, cuja organização federal só foi criada em pleno século XX, tal regista J. de Sampaio Ferraz, no capítulo IV, do Vol. I de «As ciências no Brasil», excelente organização dirigida por Fernando de Azevedo. J. de Sampaio Ferraz assinala *haver sido criada, em 1888, no Ministério da Marinha, Repartição Central Meteorológica, que logo passou a fundar postos metereológicos em vários pontos do território nacional, além do Observatório Central, situado no morro de S. Antônio.*

O germe dessa criação é o que aqui divulgamos.

C.D.R.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1887.

Ilmo. e Exmo. Sr.

O Instituto Politécnico Brasileiro, côncscio da urgente necessidade de organizar no Brasil o serviço meteorológico, a fim de que êste país concorra com os seus esforços para a resolução do importante problema da previsão do tempo provável, e do conhecimento das leis das tempestades, vem solicitar a atenção de V. Excia. para êste ramo de pesquisas, de que resultarão benéficos efeitos,

Carta do Conde d'Eu, Presidente do Instituto Polytechnico Brasileiro ao Cons^o Carlos Frederico Castrioto, Ministro da Marinha. Rio, 12-8-1887.

Lata n. XXXII. (Documentos Navais).

não somente para a navegação, como para a produção agrícola e a higiene pública.

A valiosa e espontânea oferta, que Sua Majestade O Imperador, ainda acabrunhado pela cruel moléstia, que sofreu, destinou com o fim de montar a estação central do serviço meteorológico e magnético do Império nesta corte, sob a direção do ilustrado sócio do Instituto, o 1.º Tenente da Armada Nacional Adolfo Pereira Pinheiro, é um passo, que não pode deixar de ser seguido de outros para o cabal e completo êxito de tão importante problema.

Não bastaria porém aquêlê único centro de observações, para que o serviço meteorológico no Brasil pudesse oferecer úteis resultados ao Império, e inspirar a confiança precisa no estrangeiro. De nada valeria qualquer esforço neste sentido, se não existissem os meios de comparar as observações da estação central nesta corte com as de outras, que se montassem em diferentes posições do vasto e variado território do Brasil, e com as das que existam ou venham a existir fora do Império, principalmente nas nações sul-americanas.

Não bastariam igualmente observações isoladas, sem uma certa correlação entre si, e sem serem repetidas continuamente em períodos regulares e determinados, porque não trariam a luz suficiente e segura, de que tanto carece êste gênero de pesquisas.

Em todos os países, a atenção dos respectivos governos tem sido dedicada a êste assunto, e hoje o serviço meteorológico vai já produzindo os frutos benéficos, de que é susceptível para a vida humana e o progresso social.

Por vêzes tem sido o govêrno do Brasil instado para tomar parte ativa nestes trabalhos, e, atualmente, não só em vista dos sinistros marítimos, que ocorreram no sul da América, como também da valiosa coadjuvação, que S.M. O Imperador prestou ao Govêrno Imperial com o importante donativo, que fêz, parece acertado não mais retardar as necessárias providências.

Neste intuito o Instituto Politécnico Brasileiro julgou dever dirigir-se especialmente à V. Excia. a cujas luzes e patriotismo está confiada a pasta da Marinha, que é a que maior impulso pode imprimir aos estudos meteorológicos e magnéticos, por ter à sua disposição os arsenais, capitánias de portos, escolas de aprendizes marinheiros, faróis, flotilhas do Alto Uruguai e do Amazonas, hospitais, e os navios de tôda a esquadra, e bem assim as estações semafóricas, que ter-se-ão de estabelecer nos pontos mais notáveis da costa para prestarem auxilio immediato aos navios naufragados, como é uso em todos os países da Europa e nos Estados Unidos

da América, solicitando de V. Excia., que se sirva promover no Brasil as medidas precisas para o estudo comparativo das observações meteorológicas feitas na côrte e nos demais pontos da costa do Império, e quaisquer outras providências, que com estas tenham immediata relação.

Deus Guarde à V. Excia.

Illmo. e Exmo. Sr. Conselheiro Carlos Frederico Castrioto, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha.

Gastão de Orleans, Conde d'Eu
Presidente do Instituto

A FORMAÇÃO DA FÔRÇA ARMADA

Nota: O documento aqui divulgado apresenta uma das modalidades do processo da formação de nossas *Fôrças Armadas*, conseqüentemente à proclamação da Independência. Até então, o *brasileiro nato* difficilmente alcançava os altos postos da hierarquia militar, no Exército e na Armada, sendo de notar que esta era exclusivamente lusitana. Houve então de recorrer-se à cooperação de militares europeus, notadamente inglêses, alemães e franceses para se formar um conveniente arcabouço de militares profissionais.

C.D.R.

OFFICIO DO BARÃO DA PEDRA BRANCA

Ao Visconde de Paranaguá. Paris, 30 Dezembro, 1825.

Ill.^o e E.^{mo} Sñr.

N.^o 110.

Inteirado

Em 7 de Mç.^o

de 1826,

Entre os officios que de V.Ex.^a tive a honra de receber, vem a copia de uma Portaria na qual se lê, haver o Agente dos Negocios do Brazil em Paris prometido aos Francezes Mongenot, Vilineuve e Bailly que serão admetidos na Armada Nacional e Imperial em a Praça de Guardas Marinhas, animando-os por isso á deixar o seu Paiz, e á fazer despezas extraordinarias etc. Agradecendo á V. Ex.^a e beijando a Mão á S.M.I. por haver mantido a suposta promessa feita pelo Seu Representante, julgue V.Ex.^a de minha surpresa cotejando o que levo transcrito com os artigos que passo á copiar.

Hé o 1.º do meu officio N.º 62 e data 17 de Abril de 1825 ao Exm.º Ministro dos Negocios Estrangeiros, e dis assim: Na Fragata Imperial que parte de Londres, vão tres officiaes Francezes dezejosos de entrar no serviço de S.M.I.; mais um Alumno da Escola Polytechnica, outro da Escola Real de Architectura, e dois dos quaes um Inglês, para a Marinha: A algum d'elles prometi coiza alguma; assim quanto lhes fizer o Governo será pura Graça. — P.S. vão mais M^{rs} Mongenos e Villeneuve com intento de entrar no serviço da Marinha Imperial, e mais M.^r e M.^{me} e M.^{lle} Bricard, o primeiro Dr. em Medecina, sua Mulher mestra Parteira, e seu Irmão Floriste, á nenhum prometi ventagem alguma, e aos ultimos athé expús os riscos à que se expunhão, porem nada os fêz mudar de proposito.

E o Officio N.º dis «Sendo-me ordenada por Officio de V. Exa. de 17 de Dezembro de 1824 a remessa de soldados, sendo homens de boa moral, e não explicando o como, ou de onde sahirião os fundos para aquele objecto, aproveitei a occasião da partida da Fragata que ha de seguir de Londres para esse porto, e de grande numero de pessoas que se me apresentarão, estremei os de que vou fazer mensão. A nenhum d'elles prometi coiza alguma da parte do Governo de S.M.I., mais do que entrar no serviço de már. ou terra, e ao Medico que tão bem partio nem isso prometi.

Por essa ocasião acusarei á V. Ex.^a a recepção do Mapa das Embarcações da Armada Nacional e Imperial, a falta do qual em muitas circumstancias me tem sido muito sensivel, agradeço á V. Ex.^a em bem do Imperial serviço aquella providencia.

Deos Guarde á V. Ex.^a muitos annos. Paris 30 de Dezembro 1825.

Illm.º e Exmo. Sñr. Visconde de Paranaguá.

Baraó de Pedrabranca.

SÓCIOS FALECIDOS

CLADO RIBEIRO DE LESSA

Faleceu a 5 de junho último, nessa Capital, o ilustre historiador cujo nome encima estas linhas — e que era sócio efetivo do Instituto desde 9-9-58.

Nascido no Rio em 25-6-1906, o Dr. Clado Lessa era formado em Medicina, pela Faculdade desta Capital (1929).

Desde cedo dedicou-se a estudos históricos e bibliográficos.

Quando proposto em 20-10-1948 para o Instituto, por Afonso de Taunay e outros sócios, já possuía apreciável bagagem literária.

Entre essas já se assinalavam:

— Ensaio biográfico do Padre Antônio José de Lessa (Rio, 1929).

— Salvador Correia de Sá e Benevides — Vida e feitos, principalmente no Brasil (Lisboa — 1940).

— Vocabulário de Caça (S. Paulo, 1924).

— Prefaciara ou anotara os seguintes trabalhos:

— Cartas inéditas do Padre Antônio Vieira (Rio, 1934).

— Conferência sobre as Índias Ocidentais Introdução e notas — Rio (1934).

Traduziu as seguintes obras de Saint-Hilaire:

— Viagem às nascentes do Rio S. Francisco (ed. São Paulo); Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais (ed. de S. Paulo). Anotou ainda a obra de John Mawe. Viagem ao interior do Brasil (Rio, 1944).

— Florilégio de Poesia brasileira — de Varnhagen — estudo bibliográfico (ed. da Academia Brasileira).

A proposta para sua inclusão como sócio do I.H.G.B. mereceu parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios apoiado no da Comissão de História de que foi relator, o Dr. H. Carneiro Leão Teixeira Filho, o qual lhe enaltece os méritos, assinalando a inclusão na sua bibliografia da «Vida e obra de Varnhagen», notável trabalho publicado na Revista do Instituto, onde passou a colaborar assiduamente.

De sua autoria são ainda: «Crônica de uma embaixada luso-brasileira à Costa d'África» (ed. S. Paulo) e um ensaio sobre «D. Pedro de Saxe Coburgo de Bragança» que serve de prefácio à elaboração desse príncipe intitulada «Trabalho de Mineralogia e Numismática».

Preparava ainda um trabalho sobre a *correspondência* de Francisco Adolfo Varnhagen.

Trabalhador erudito e consciencioso — a produção intelectual de Clado Lessa, esparsa em jornais e revistas especializadas é digna do melhor aprêço, bem como a sua gentileza pessoal cativante para os que com êle conviviam dado o seu espírito generoso e aplicado.

O Instituto lamenta a perda desse companheiro, que vem desfaltar as suas fileiras de um estudioso da história pátria e amigo dos livros preciosos».

Cláudio Ganns

Nota — Este interessante trabalho de Cláudio Ganns foi entregue à C.D.R. na *véspera* de seu falecimento.

C.D.R.

CLAUDIO GANNS

Em nome do I.H.G.B., à beira do túmulo, proferiu a seguinte oração fúnebre, o Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, terceiro vice-presidente e presidente do Instituto Histórico de Petrópolis.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela voz de um dos seus vice-presidentes, e o Instituto Histórico de Petrópolis através de sentidas expressões do seu próprio presidente, golpeados dolorosamente ante a morte repentina de Cláudio Ganns, juntam-se neste instante, à beira do seu túmulo, para reverenciarem a memória do inesquecível companheiro, que por tantos anos bem serviu e brilhou seus respectivos quadros sociais.

«Pertencendo ao de Petrópolis desde a fundação em 1938, pouco depois, mercê das suas luzes e produções, ingressou no velho Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, eleito a 15 de dezembro de 1939, destacando-se desde o 1.º biênio pela operosidade e dedicação com que logo começou a auxiliar Max Fleiuss na direção da *Revista*, sucedendo-o neste trabalhoso encargo ao morrer o sempre lembrado Secretário Perpétuo.

Em seguida, ao constituir-se mais tarde a Comissão Diretora da Revista, à qual ficou pertencendo o próprio Cláudio Ganns, em curto prazo se foi atualizando a publicação, conseguindo-se finalmente trazê-la em dia.

Era êle um pesquisador infatigável, dos mais assíduos frequentadores da Biblioteca e Arquivo do Instituto Histórico, que não tardou a elevá-lo à categoria de Sócio *Benemérito* em 15 de agosto de 1949, conferindo-lhe por fim o supremo galardão de *Grande Benemérito*, na vaga do Ministro Alfredo Valadão, mediante proposta de 27-11-59, unânimemente aprovada por aclamação na Assembléia de 15 de dezembro de 1959, quando êle estava na Europa e justamente fazia 20 anos da sua admissão no Instituto.

«Bisneto do Visconde de Mauá, soube CLAUDIO GANNS lembrar as glórias e benemerências avoengas, espelhando-as em duas edições, criteriosamente anotadas e bem documentadas, da famosa autobiografia de seu ilustre ancestral e famoso pioneiro do progresso

do Brasil nos áureos tempos imperiais. Completou assim, como verdadeiro historiador, a obra panegírica de Alberto de Faria, apoiando-se com isenção em documentos irretorquíveis.

«A todos quantos o conheceram e com êle privaram, principalmente nas duas citadas agremiações culturais, será impossível esquecer o ardor com que êle sustentava as suas convicções, entusiasmo que às vezes fá-lo-ia passar por teimoso e não raro o conduzia a rasgos ou tiradas de eloquência. Mas o calor dos debates não o fazia ultrapassar os limites das conveniências amistosas e sociais, pois sobravam-lhe qualidades e virtudes que o tornavam afável e maneiroso.

«Pertenceu também a outras associações culturais, brasileiras e do exterior, tornando-se conhecido nos meios europeus, inclusive na Sorbonne e em Madrid, através de conferências e memórias bem como pela participação em vários certames referentes a assuntos históricos e jurídicos.

«No Instituto de Petrópolis ocupou o cargo de *Orador Oficial*, desempenhando-o com o mesmo brilho no qual ali se conduziram Pedro Calmon, Américo Lacombe, Rodrigo Octavio Fº, Hélio Viana, Lourenço Lacombe e Wanderley Pinho, tocando a Canabarro Reichardt, atual ocupante do cargo, fazer-lhe o elogio na sessão magna dêste ano. E ainda no dia 2 dêste mês, exatamente no sábado passado, ali pronunciou Claudio Ganns erudita preleção a propósito das *Memórias de um marinheiro francês que esteve no Brasil com Duguay-Trouin*.

«No vetusto Instituto daqui, sua obra e colaboração aparecem em vinte anos de atividades na *Revista* em cujas páginas publicou, além de conferências, oportunas apreciações de trabalhos históricos e literários, tarefa que exercia com mestria de pontualidade.

«Filho do casal Edmundo Ganns — Noemy Salles de Souza Ganns, nasceu aqui no Rio de Janeiro a 12 de junho de 1896, falecendo portanto aos 64 anos. Do seu casamento com Dona Layde Amoroso Lima Ganns, realizado a 19-3-1925, não houve descendência, restando-lhe a virtuosa espôsa que aqui nos ouve e numerosos irmãos e sobrinhos que sobremaneira o estimavam.

«Estudou no Colégio Diocesano de São José, no Rio Comprido, ali bacharelando-se em Ciências e Letras; e formou-se em 1918 na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, tendo dirigido quando estudante, a revista *A Época*, adquirindo então o traquejo posteriormente demonstrado em variados artigos de jornais. Ainda acadêmico, obteve por concurso um cargo nos Correios e Telégrafos, funções abandonadas após a formatura.

«No começo da carreira serviu como Secretário do Govêrno de Sergipe, durante a presidência de Gracco Cardozo, especializando-se depois em assuntos jurídicos como advogado de *A Equitativa* e da *Air France*, empresa que servia há muitos anos com zelo e indisputável competência.

«Mas a sua maior atividade cultural êle a exerceu no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sem embargo da sua paixão pela *Nu-mismática*, matéria em que se tornara um dos mais esclarecidos entre os maiores colecionadores brasileiros.

«Eis ai, em traços rápidos, algumas recordações do amigo e confrade que ainda ontem, como ante-ontem, passara tôda a tarde no Instituto. Com estas palavras, redigidas às pressas e debaixo de forte emoção, sem quaisquer enfeites de retórica, talvez melhor se guardem as recordações de quem tanto se elevou entre seus confrades e historiadores, deixando em todos aquela saudade sincera, que pelos tempos afora há de apontar aos vindouros os predicados e qualidades com que Cláudio Ganns bem serviu à cultura brasileira e às entidades em que agiu profissionalmente.

«Descansa em paz, velho amigo de tantos anos e de tantas tertúlias: a posteridade encontrará nos teus livros, nas tuas esparsas produções e principalmente em numerosos tomos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobejas provas de que não passaste pela vida em brancas nuvens e bem soubeste cumprir teus encargos e obrigações».

Henrique C. Leão Teixeira Fº

CLAUDIO GANNS NO INSTITUTO HISTÓRICO

A 8 de julho de 1960, como que siderado, quando palestrava com erudito amigo a quem fôra entregar opúsculo por ambos apreciado, faleceu Cláudio Ganns, sócio Grande Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Carioca, nascido a 12 de junho de 1896, nesta mesma cidade, então capital do Brasil, cursou o Colégio Diocesano S. José, que o habilitou a ingressar na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde se diplomou em 1917.

Desde estudante, evidenciou vocação inequívoca para as letras, patente na direção da revista acadêmica *A Época*.

Bacharel, exerceu a advocacia e o jornalismo, até ser convidado pelo Presidente do Estado de Sergipe, Gracco Cardozo, para Secretário do Governo em 1922.

Procurador, em seguida, no Rio, continuou a zelar eficientemente pelas tradições culturais sergipanas, enobrecidas pelo vulto singular de Tobias Barreto, que se extremou entre os contemporâneos. Incumbiu-se de editar-lhe as obras que orientaram por novos rumos os estudos jurídicos, filosóficos e literários da denominada Escola de Recife, onde pontificava o afamado professor, que se correspondia em alemão com Haeckel e outros representantes da ciência européia.

Ao mesmo tempo, praticava a sua profissão, que o levou a cargo de relêvo na «Equitativa», companhia de Seguros, e mais tarde, à Presidência da Sociedade Brasileira de Direito Aeronáutico.

No Instituto Histórico, as suas atividades começaram em 1939, quando foi admitido a 15 de dezembro.

A propósito, informou o relatório do Secretário Perpétuo, Max Fleiuss, a 21 de outubro de 1941:

«Ao partir, no mês de junho, para os Estados Unidos, em comissão do Governo, solicitei do nosso Presidente Macedo Soares a designação de Claudio Ganns para me substituir interinamente na direção da «Revista» e tanto critério e brilhantismo tem ele

patenteado nesse pôsto que não me apressei, nem me apressarei em reassumí-lo.

Claudio Ganns deve nêl permanecer».

E na realidade, assim ocorreu.

Por ser acertada, a sugestão foi endossada por quem lhe succedeu na secretaria, após o seu falecimento a 31 de janeiro, conforme declaração espontânea do redator, ao firmar a «Apresentação» do número 178 da publicação, referente ao primeiro trimestre de 1943.

«Aqui estamos, porque fomos distinguidos com a indicação estatutária do 1º Secretário do Instituto Histórico, que o Presidente Perpétuo houve por bem homologar, para assumir a direção efetiva desta Revista tradicional no lugar que a benevolência de Max Fleiuss nos designara, como seu substituto eventual em 1941».

Para evidenciar que pretendia esforçar-se ao máximo para manter a luminosa trajectória do afamado órgão da instituição, cujo primeiro fascículo veio a lume em 1839, propôs a retomada do regime inicial de sua impressão por trimestre, em vez do volumoso número anual adotado desde 1916.

Aprovada a proposta da restauração, atuou seguidamente, com dedicação incansável, enquanto permaneceu no país.

Tendo, porém, que se ausentar temporariamente, por motivos justificáveis, fêz-se mister evitar a acefalia do cargo.

O Presidente Perpétuo nomeou, nessa ocasião, para o lugar de diretor substituto, a partir do número 195, o Professor Leopoldo Feijó Bittencourt, antes que fôsse instituída a Comissão especial, formada pelo General Estevão Leitão de Carvalho e os dois membros que já se achavam em exercício.

A direção trina começou a figurar na capa do periódico, desde o número 196, que, embora correspondesse ao terceiro trimestre de 1947, sòmente saiu a lume em 1950.

Competiu-lhe, desta maneira, empreender a redução do atraso da publicação, que, mediante providências cooperadoras da Secretaria, por determinação da Presidência, foi gradativamente diminuindo, até cessar de todo, quando a «Revista» se distribuiu no prazo devido, consoante assinalou o relatório lido na sessão magna de 1953.

Assim foi que, em sua redação, Claudio Ganns conservou-se até o último dia, ou melhor, até a derradeira hora de vida, pois que fôra levar a douto amigo a separata de sua conferência, proferida no Instituto, quando tombou, fulminado.

A princípio sôzinho, mais tarde irmanado a Feijó Bittencourt, com quem participou também da Comissão Diretora, onde este preclaro consócio, ao sucumbir, a 15 de março de 1957, foi substituído pelo Coronel J. B. Magalhães.

GRANDE CULTURA

Nesse longo e operoso período, entrecortado de viagens de estudos ao exterior, teve ensejo de patentear a sua cultura e capacidade de trabalho por vários modos, tanto no âmbito do Instituto, como fora.

Principiou por apresentar a moção de 31 de maio de 1940, subscrita por eminentes confrades, em que formulou «o mais veemente apêlo ao Govêrno do país, no sentido de aquisição imediata dos referidos objetos e documentos», conservados no Castelo d'Eu, por serem «indispensáveis à revisão da História do Brasil».

A transferência de opulento arquivo da Família Imperial ao Museu de Petrópolis, onde tem proporcionado a devotados pesquisadores farto material inédito para o esclarecimento de dúvidas históricas, comprovou o acêrto da iniciativa.

A 23 de julho, o centenário da «Proclamação da Maioridade» levou-o à tribuna tradicional, para comemorar o episódio que apresentou o início do reinado de D. Pedro II.

Analizou com penetração as circunstâncias que propiciaram a transformação do regime regencial, substituído pelo govêrno do jovem imperador, que, por mais de uma vez, se justificou de ter consentido no êxito da conspiração, empreendida à sua revelia.

Iniciada, com tamanho brilho, a sua colaboração tribunicia, não tardaria a manifestar-se de novo a 21 de maio de 1943, quando em comemoração ao centenário da fundação do Instituto do Uruguai, versou o tema «D. Andrés Lama e o Brasil», a cuja análise aplicou a sua competência em questões platinas.

Recordou, então, que ao chegar ao Brasil, como Agente Confidencial do Govêrno da Defesa de Montevidéu, já exhibia credenciais de alta monta.

«Um exílio na juventude, apenas com 20 anos incompletos de idade; a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, aos 26 anos; uma fulgurante carreira de homem público e de pensamento, dignificada nos jornais da capital uruguaia, enobrecida pelos cargos de chefe político e de polícia, no período angustioso daquele cêrco prolongado; e a vocação indesviável para as idéias generosas e altivas que já o faziam, no campo intelectual e de ação, um dos mais acerbos adversários da ditadura «rosista», a qual, pelos

processos usuais da violência armada, procurava asfixiar e suprimir a sua pequenina pátria.»

Ainda tornaria à tribuna, em 1956, a 26 de outubro, para evocar o vulto de «Manuel Barata — Amigo do Instituto Histórico».

E, a propósito, acentua conceitos, que lhe denunciavam idéias arraigadas, acêrca dos pesquisadores, a «devotar-se, pelo correr da vida, ao seu estudo, na cata de documentos que sirvam a construir a história de uma localidade, de uma região, de uma província ou de um povo».

«Paciência beneditina na caça aos arquivos, às vêzes em viagens longas a países distantes, no faro profissional atrás de um papel elucidativo, amor às raízes do passado, que fazem consumir a vida de eméritos estudiosos, no afã, muita vez inglório, de corrigir uma versão errônea, ou de ressuscitar o que já foi consumido, mergulhado no limbo mortal do esquecimento».

Assim podia afirmar, com pleno conhecimento do assunto, quem demonstrou análogos pendores para rebuscar nos arquivos o documento de que sabia utilizar-se a preceito.

Como evidenciou ao prefaciar a «Auto-biografia do Visconde de Mauá», 1942, que redobrou de valia com as suas eruditas anotações, e ao apresentar ao III Colóquio Luso-Brasileiro de Lisboa (1957), expressiva contribuição, intitulada: Rumo para pesquisas no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».]

Relembrou os esforços envidados pela centenária instituição para oferecer aos consulentes a sua opulenta documentação, catalogada por autor, assunto e referências.

Por lhe definir à justa a orientação, transcreveu, de passagem, as impressões consignadas no Livro de Honra do Museu Histórico Ultramarino, por ocasião da sua visita, a 17 de fevereiro de 1950.

«Não há pátria sem tradição nem história — que é a melhor argamassa para a sua construção política.

O Brasil, com mais de três séculos de história colonial e pouco mais de um, de país autônomo — encontra no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, onde estão arrumados, com zelo técnico, mais de 200 mil documentos inéditos, referentes à sua vida administrativa — o precioso material de base para escrever-se um dia e sob novos moldes a verdadeira história das nossas origens».

DIREITO AERONÁUTICO

Por essa época, estaria já atuando em cenário mais vasto, a que o impeliram os seus encargos de Secretário da Comissão

do Código Civil Brasileiro de Aeronáutica e do Aéreo Clube, pela Itália, México, Japão, além de Lisboa, Madrid, Paris, onde estanciará por maiores intervalos, com vantagens assinaladas para as letras históricas.

Dessas peregrinações culturais, sempre que dispunha de folga, ultimada a missão principal, esquadrinhava os arquivos, com resultados que lhe permitiram promover a publicação de obras enaltecidas pelos sabedores.

Assim foi que a permanência por alguns meses em Madrid ensejou-lhe oportunidade de examinar as questões referentes à monografia clássica de Gabriel Soares de Sousa.

Reinol arguto, que desembarcou em Salvador, por volta de 1569, estabeleceu-se com engenho de açúcar em Jaguaribe e durante 17 anos coligiu impressões e informes de suma importância.

Compendiados em memória que longamente permaneceu inédita, multiplicou-se em cópias que a tornariam utilíssima aos contemporâneos e pósteros.

«Enciclopédia viva do século XVI», ao parecer de Capistrano de Abreu, não aproveitou ao autor, que se ocultou no anonimato, apesar da dedicatória a «D. Christobal de Moura, del Consejo de Estado», datado de 1 de março de 1587.

Residiu, por longo prazo, em Madrid, onde ordenou os seus rascunhos, enquanto esperava a licença que pleiteara, para descobrir minas de prata ou de esmeralda no Brasil, para onde voltou, em 1591.

Devidamente autorizado, com o título de «Capitão mor e Governador das conquistas e descobrimento do rio São Francisco», organizou a expedição exploradora, que apenas atingiu o Paraguaçu, onde sucumbiu, derreado por irremediáveis sezões.

Desaparecido antes de lograr o êxito a que visava, Gabriel Soares de Sousa teria escassa referência nos anais, se não perdurasse a obra, que lhe garantiu a consagração, decorridos mais de dois séculos após o seu falecimento.

«Los originales de este famoso documento, escrito primeramente en portugues», la lengua del autor, parece que se perdieron, talvez en el incendio de la preciosa Biblioteca del Conde de Vimieiro con ocasión del terremoto de Lisboa».

Assim, na versão dos seus comentários, confiada ao historiador José Ibanez Cerda, afirma C. Ganns, que se empenhou em conhecer quantos apógrafos se arquivaram em lugares diferentes.

Seguiu o exemplo de Varnhagen, que declarou ter manuseado mais de vinte códices, dispersos pela Biblioteca de Évora, do Pôrto, da Academia de Lisboa, de Madrid, e até do Rio de Janeiro, um dos quais teve licença para impressão.

Não obstante a sua valia, proclamada pelos sabedores, sòmente veio a lume em principios do século XIX, quando Fr. José Mariano da Conceição Veloso empreendeu-lhe, como diretor da «Tipografia do Arco do Cego», a publicação de 77 capitulos, sob o rótulo de «Descrição Geográfica da América Portuguesa».

Mais tarde, a Academia de Ciências de Lisboa, baseada em um dos manuscritos que possuía, imprimiu a «Notícia do Brasil», em sua preciosa coleção para a «história das Nações Ultramarinas».

Também em Paris, o «Patriota Brasileiro», por volta de 1830, editou o «Roteiro do Brasil», em 29 capítulos, utilizando-se, por ventura, de documento da Biblioteca Nacional Francesa.

Afinal, F. A. Varnhagen retomou o problema da atribuição de autoria e tôdas as circunstâncias que embaraçavam o conhecimento exato da famosa monografia.

«Fué el que restableció en el Siglo XIX como autor a Gabriel Soares, ya olvidado, en la redación del «derrotero».

«Estableció la verdadera atribución, librandola de interpretaciones erroneas y del propio anonimato de casi todos los apógrafos, para una merecida reivindicación de la memoria del colono lusitano, tan injustamente oscurecido, cerca de 300 años».

Ao preparar os elementos para a publicação na «Revista do Instituto Histórico» (tomo XIV — ano 1851), preferiu denominá-la «Tratado Descritivo do Brasil em 1587», embora respeitasse os subtítulos: «Roteiro Geral da Costa do Brasil» e «Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia».

«La edición de Varnhagen para el Siglo XIX — debe ser considerada, entre los lectores de la lengua portuguesa, como la verdadera edición — critica de Gabriel Soares», de que as mais modernas, comentadas por especialistas, procuram ser reproduções fiéis.

Por que não se efetuou nenhuma edição espanhola da memória oferecida ao válido de Felipe II, que lhe compreendeu os méritos, conforme se deduz da concessão outorgada ao autor?

É que por longo prazo continuou desconhecido o paradeiro do apógrafo espanhol, embora houvesse referência à sua existência. Interessado em deslindar a dúvida, C. Ganns reparou no «Catálogo de la Biblioteca del Palacio Real de J. Domingos

Bordona: Manuscritos da América (Madrid) 1935, em que leu o número 556: «Memorias histori-cosmográficas de la Bahia de Todos los Santos — Capital del Estado del Brasil, derrotero de toda su costa... etc. Escrito em idioma português — Año de 1587 y traducido al castellano».

Esta simples indicação valeu ao rebuscador para se orientar nas indagações, e por meio de certas induções, descobrir na Biblioteca del Palacio Real a «cópia española que todos estaban buscando».

O cotejo com os exemplares em português evidenciou-lhe que se tratava da mesma obra, que aparecera com diferentes nomes, ora «Descrição Geográfica da América Portuguesa», ora «Noticias do Brasil» ou «Tratado Descritivo do Brasil», conforme as preferências dos editores.

Uma vez convicto do valor da sua descoberta, sugeriu ao Instituto de Cultura Hispânica a conveniência de editar «el primeiro historiador del Brasil en español».

Bem acolhida, resultou da sua proposta o volume de «Ediciones Cultura Hispanica» — Madrid — 1958, cuja capa declara:

«Gabriel Soares de Souza — Derrotero General de la Costa del Brasil y memorial de las Grandezas de Bahia (manuscrito del siglo XVI) — Introducción de Claudio Ganns, notas finales de F.A. Varnhagen».

Destarte, o pesquisador atilado completou a benemerência do predecessor, que, faz um século, desvendou o mistério em torno da monografia que assinalou múltiplos aspectos do Brasil da primeira centúria.

Renovando a façanha de Varnhagen, que divulgara o texto correto em vernáculo, Ganns encontrou a versão oficial espanhola e conseguiu o apoio decidido do I. de Cultura Hispânica, empenhado igualmente em promover-lhe a impressão.

De outra feita, em Paris, procurou de preferência as bibliotecas, onde lhe fôsem proporcionadas informações acêrca do passado brasileiro.

Sorriu-lhe a boa sorte, ao manusear papéis relativos à expedição de Duguay Trouin, que lhe serviram para completar as averiguações iniciadas na Biblioteca Nacional de Madrid, onde descobriu a memória — «Voyages et Campagnes», de Louis C. de Lagrange, marinheiro francês que registou as suas peregrinações de 1694 a 1740, culminadas com a invasão do Rio de Janeiro.

E como se lhe deparassem documentos inéditos, empreendeu biografia do famoso almirante de Saint Malô, cuja publicação inexplicavelmente vai tardando.

Para apressá-la, estava de viagem combinada para outubro, quando inesperadamente emudeceu...

O Instituto Histórico de Petrópolis, todavia, ouviu-lhe, semana antes, a conferência, em que revelou um dos capítulos do livro entregue aos prelos parisienses, como também ainda recordava o elogio dos sócios desaparecidos em 1947, que lhe competiu fazer, como seu orador oficial. Ao caracterizar-lhes os méritos, em sessão de 2-12, apontou-lhe as atividades assinaladas respectivamente na vida municipal, na estadual, nacional e internacional. Artur Barbosa, da primeira categoria, Belisário de Sousa, da segunda, inspiraram-lhe lisonjeiros conceitos, ampliados, à medida que se dilataram os âmbitos dos outros quadros, com Eugênio de Castro, nome nacional, e Afrânio Peixoto, de projeção internacional.

De ambos tratou com pleno conhecimento de suas obras, e justa admiração, ainda, quando divergisse de suas conclusões. Aquêlê «pelas afinidades dos seus antepassados portugueses, sentiu-se enamorado do mar, e, por isso, se fêz marinheiro». Anotador do «Diário de Navegação de Pero Lopes de Sousa», que os seus comentários valorizaram, autor de «Cruzeiros» que resultou da viagem de circunnavegação do «Benjamim Constant» e de «Terra à vista», conservou-se fiel à amizade de Capistrano de Abreu, que lhe proclamara o saber comprovado.

«Podendo, pelos seus méritos pessoais, chegar até almirante, demitiu-se cedo demais da marinha, ficando em capitão de fragata, para não transigir com o que lhe parecia então menos justo ou verdadeiro».

«Homem de têmpera antiga, morto o mestre, foi durante muitos anos, depois de lhe ter sido o fundador, o único batalhador incansável da Sociedade Capistrano de Abreu» — «Tarefa tão desinteressada e absorvente que não lhe deixou espaço para escrever obra mais original, como poderia ter feito, pelo seu valor, em seu próprio benefício».

As semelhanças de temperamentos e proceder, além das atrações pelos mesmos assuntos, geográficos e históricos, explicariam a dedicação do comandante ao culto à memória do seu guia intelectual, que se ufanava de tê-lo indicado para interpretar as notas de viagem do irmão de Martim Afonso, por bem aquilatar a sua competência de nauta e geógrafo, expressa em linguagem sóbria e escoreita.

Com mais abundantes citações, considerou Ganns a individualidade empolgante de Afrânio, por certos aspectos antagonica a do introvertido marinheiro. Expansivo, o baiano em breve se apossava de quem lhe estivesse ao alcance da palavra encantadora.

Fôsse nas palestras ao acaso dos encontros, fôsse nas salas de conferências, fôsse nas cátedras conquistadas em concurso, sempre estaria Afrânio Peixoto primando entre os presentes, que se deleitavam ao ouvi-lo.

Certo, o brilho de sua inteligência e proficiência encontrar-se-á nas obras que elaborou acerca dos mais variados assuntos, desde a Medicina Legal, em que pontificava, ao estudo do passado, que o levou à «Academia Portuguesa de História», depois de ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à literatura de ficção, com os romances — *A Esfinge*, *Fruta do Mato*, *Maria Bonita* e vários ensaios que lhe aumentaram a fama literária, aos últimos escritos de adoração ao berço, a exemplo do *Breviário da Bahia* e *Livro de Horas*. «O amor da terra natal e das suas coisas encantadoras, nobre sentimento filia, de íntimo orgulho, e justificadas alegrias, acentuou o orador, faz o ensaísta e comentador irônico lido em Anatole e no Eça, desafivelar a máscara de ceticismo elegante, com que sorria num ar de desafio à vida, para chorar as lágrimas de saudade e de ternura humana, ao calor da lareira ancestral».

Em sua vasta e variada bibliografia espelhar-se-á, sem dúvida, o peregrino talento, que lhe realçou a nomeada nos domínios de sua atuação. Grande parte, porém, se perdeu com o seu emudecimento fatal, pois sabia fascinar os ouvintes em rodas limitadas, como em doudas reuniões de que participasse o festejado acadêmico. Com justificável carinho terminou C. Ganns o panegírico dos seus confrades falecidos, sem ocultar as divergências que os tivessem por ventura separado. De igual modo procedera anteriormente, ao ingressar no Instituto dos Advogados, a 10 de agosto de 1944.

Em vez de explanar algum tema jurídico, preferiu confiar as suas «Saudades de Estudante», para relembrar os professores da geração, que se matriculou às vésperas da Primeira Guerra, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

De cada um, esboçou o perfil, em traços rápidos e expressivos, como também dos colegas, muitos dos quais, em três decênios de atividades profissionais, já tinham alcançado nomeada, na advocacia, na magistratura, ou nas letras.

Assim vencia a «minha casmurrice de mero proletário intelectual» como se qualificava, exagerando o seu «isolamento calculado»,

o recipiendário, que sabia atender às instâncias dos amigos, que lhe requestassem a colaboração.

Em verdade, sempre que uma instituição conceituada o convidasse para a sua tribuna, jamais deixaria de corresponder à solicitação.

Por isso, atendeu de bom grado à convocação do Instituto, para inaugurar a série de conferências de 1957, ao tratar, a 16 de abril, de «Variações em torno do Panamericanismo», com a segurança de conceitos que applicava aos seus trabalhos.

E quando se comemorou o centenário do nascimento de Inglês de Sousa, no Instituto dos Advogados, não deixou passar a ocasião de prestar o seu depoimento, de aluno reconhecido às sábias lições de quem fôra «professor de direito, jurista de renome, escritor seguro e vigoroso que a Academia de Letras consagrou, oferecendo-lhe uma poltrona, desde a sua fundação.

Em ocasião propícia, a Fundação Osório rememorou o sesquicentenário natalício do seu glorioso patrono, em festiva sessão de 10 de março de 1958. E para lhe evocar a figura imortal, convidou C. Ganns, que soube exaltar o lendário «Marechal Manuel Luis Osório, que, pela nobreza de seu invulgar merecimento, foi em vida, o Marquês do Herval».

Resumiu-lhe a vida militar, iniciada na adolescência, quando demonstrou impressionante destemor, continuado em tôdas as lutas de que participou, de Monte Caseros a Tuiuti, a Itororó, a Peribebui.

Mais, porém, do que a superioridade guerreira, acentuou-lhe as qualidades civis de cidadão, que, em 1870, respondeu às instâncias de políticos para a defesa de sua causa partidária: «A minha espada, que desembanhei nos campos de guerra, para defender a Pátria e a Ordem, nunca a desembanharei no meio da Paz, para derramar o sangue dos meus compatriotas».

Acorde com o seu idealismo, responderia, na velhice, a Sinimbu: «O tempo é das ciências, das letras e da civilização; a força do governo não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas sim no império da justiça, no respeito ao direito de todos à liberdade».

Com atributos de tamanha grandeza moral, comprovados em memoráveis atos, conquistou a veneração dos contemporâneos e dos pósteros, que em tôdas as oportunidades lhe expressaram o seu aprêço fervoroso.

Aclamado em vida, teve, depois, a consagração da escultura e dos pintores, que o representaram em lances heróicos.

«Mais, entretanto, que as estátuas, perorou o conferencista, ao referir-se à Fundação, mais do que os livros, mais do que as letras, as medalhas e condecorações merecidas, mais do que o enobrecimento, na nobiliarquia patricia, — imagens vivas do reconhecimento da Pátria aos seus ídolos — creio que ao coração humano de Osório será grato receber, no andar dos tempos, de geração a geração, esta glorificação permanente e mais alta, sentindo-se ligado a outros corações agradecidos, nesta obra que aqui admiramos, de tão alto teor cívico e humano.

«Senhores: à memória do general legendário, do Bayard Brasileiro, do invencível soldado, do Chefe cavaleiro, do bravo dos bravos, do liberal sul rio-grandense, do Senhor do Império, do Marquês do Herval — Salve!»

NA EQUITATIVA

Mais recentemente, celebrou a Equitativa, em março último, o Centenário de nascimento do Conde de Afonso Celso, que fôra seu diretor por mais de um decênio.

Escolhido entre os funcionários mais graduados para lhe evocar a figura fidalga, lembrou C. Ganns o episódio da sua discreta renúncia, para se manter coerente com os princípios adotados.

E acentuou a propósito, ao louvar-lhe a correção do proceder, pois que se tratava de companhia especializada no ramo:

«Acima das reservas técnicas, de inúmeras construções de pedra e cal, que são a base econômica do negócio do seguro, como garantia dos segurados, há um outro fator mais delicado que estimula o êxito das transações: é a confiança pública resultante da probidade dos dirigentes. Sem esse precioso elemento não há prosperidade possível: tudo vai de roldão por água abaixo».

Prevendo a investida de ambições tendenciosas, o orador abroquelou-se no exemplo do preclaro brasileiro, cujo nome «é um escudo com que, dirigentes e dirigidos nos defendemos, certos de que a lembrança de sua probidade moral, da sua inteireza de caráter, da sua correção pessoal, são estímulos para nossa vida e servem de exemplo para o futuro».

A citação das qualidades edificantes do homenageado harmonizava-se às maravilhas com o íntimo sentimento do orador, que norteava as suas decisões pelas mesmas luminosas diretrizes.

Dir-se-ia que enumerava os seus próprios atributos ao conferir ao Conde de Afonso Celso as características que desejara encontrar entre os contemporâneos.

Entretanto, divergia no conceito final: «êle era assim: suave no modo, mas inflexível, austero, decente, exemplar».

SEU CARÁTER

Ganns, acorde com a segunda parte, não acompanhava o modelo na primeira.

O temperamento impetuoso mais de uma vez o levaria a tomar atitudes que a serenidade ulterior nem sempre homologaria.

Procurava, todavia corrigir-se, como provou no último dia de vida, horas antes do fatal desenlace.

Na Secretaria do Instituto Histórico, estavam três confrades a discutir problemas de interesse da associação. Lembrou-se o mais acatado de manifestar o seu desagrado pelo procedimento de colega ausente, a quem atribuiu o propósito de depreciar-lhe a colaboração. E à medida que recordava o episódio, mais agastado se mostrava, não admitindo justificativas.

Ganns, atento em ouvir-lhe as recriminações, não desanimou de embargar a ardorosa argumentação, que se lhe afigurava improcedente.

Insistiu, complacente, em acentuar que o acusado, pessoa de esmerada educação, não teria tido, sem dúvida, intuito algum de molestar o seu parceiro.

Aliás, testemunhara o fato a que se reportava o acusador e confessava lealmente nada ter percebido que lhe pudesse fundamentar o ressentimento.

Os papéis como que se inverteram de momento. Assomado, por vêzes, em outros episódios, Cláudio Ganns amaciou as suas palavras conciliatórias, confiante em atenuar as máguas do amigo, por julgá-las descabidas. Revelava, nesse lance, as benevolentes feições da sua personalidade, como defensor compreensivo que desejava atalhar o desentendimento entre companheiros merecedores de sua estima.

Em muitas outras ocasiões, o paladino da justiça parecia exacerbar-se contra os desacertos alheios, que lhe inspiravam o comentário freqüente: «isto não é direito», ou «não está certo».

E expunha, com ênfase, as razões em que se apoiava para justificar a sua divergência.

Haveria algo de quixotesco, pelo bom sentido, em seus anseios de suprimir as injustiças e erronias do mundo.

Mas em tudo que opinava era a sensatez que lhe guiava os passos, nos múltiplos ramos de atividade, que iluminou com a sua culta inteligência.

Jornalista, freqüentou as páginas dos mais conceituados diários cariocas.

Advogado, conquistou autoridade em direito aeronáutico, nova doutrina que o desenvolvimento da aviação gerou.

Historiador, não se apressou em elaborar muitos trabalhos, mas o que levou aos prelos serve para lhe garantir nomeada de pesquisador arguto e veraz, que não adiantava comentário sem prova cabal.

Numismata, a sua coleção de medalhas prima entre as mais bem organizadas no país, pois conhecia o assunto, como proficiente especialista.

Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, encontrou ambiente propício para a expansão de seus pendores naturais, tanto na tribuna, como, ainda mais, na Revista.

Bem acolhida pelos confrades, a sua cooperação causou-lhe a elevação a Sócio Benemérito, a 15-8-1949, e a Grande Benemérito por decisão da Assembléia Geral, de 15 de dezembro de 1959, duas décadas depois do seu ingresso no quadro social, prazo mínimo exigido pelos Estatutos. Tal circunstância evidenciou a especial distinção a que fêz jus o eleito, que, por coincidência, realizava a última peregrinação ao estrangeiro.

De regresso, ao ter conhecimento do resultado, que o favorecia, não calou a sua desaprovação, por julgar que havia consócio com maiores credenciais para a justa promoção.

A modéstia, assim patenteada, realçava os méritos reais de Cláudio Ganns de que se beneficiou largamente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sabejaram razões, portanto, para lhe deplorar o desaparecimento em plena maturidade intelectual, quando ainda poderia contribuir para o seu engrandecimento, em prol da cultura brasileira, a quem soube servir com inteligência e fervor idealista.

Virgílio Corrêa Filho

FERNANDO LUIS VIEIRA FERREIRA

Em Valença, nasceu, a 3 de junho de 1868, o filho do engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, que se chamou Fernando Luis. Acompanhou seu pai na fundação da colônia Azambuja, de Santa Catarina (1877), mas, ao escolher a sua profissão, preferiu cursar a Escola de Direito do Recife, onde se bacharelou em 1892.

Uma vez diplomado, começou como adjunto de promotor público em Alagoinhas, na Bahia, e de outras comarcas, inclusive Barra Mansa, (1900-1904), juiz do Distrito de Alto Juruá e de Alto Purus (1904-1908), desembargador do Tribunal de Apelação do Território do Acre com sede em Sena Madureira, do Cruzeiro do Sul (1913-1917), onde ficou em disponibilidade, juiz federal em Pernambuco (1931-1932), em São Paulo (1933-1936), da 1.^a vara da Capital da República (1937). Em longas peregrinações por distantes comarcas, até o extremo norte ocidental do país, praticou a magistratura com inteireza e saber jurídico, não deixando nunca de aprofundar os seus conhecimentos.

A sua curiosidade intelectual, porém, não se limitou ao direito romano, em que pontificava, como provam os seus artigos publicados pelo *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro*, pela *Revista de Direito e Crítica Judicial*. E tanto elaborou o «Código Civil anotado» (1922) e «Consolidação das Leis comerciais de direito privado» (1935), como «Azambuja e Urussanga», memória sobre a sua fundação.

De «Juizes e Tribunais» tratou em tese oferecida ao 2.^o Congresso de História Nacional, que lhe serviu de credencial para o ingresso ao Instituto Histórico, mediante eleição a 22 de agosto de 1931. À sua Revista, que os estampou, ofereceu vários ensaios, como «Legislação Portuguesa relativa ao Brasil» — «Antigas Inscrições do Rio de Janeiro e Niterói» — «Escritos vários» — «Descobrimento do Brasil» — «O Pensamento histórico e político do Glôbo de Behaim». «Ainda o Glôbo de Behaim». «Heitores sem Homeros» — «Padrões de pedra» — «Cachoeira de Iporanga». Livre de obrigações profissionais, pela aposentadoria, em 1937, não deixou de examinar os problemas da atualidade, a que pudesse trazer a contribuição de sua competência.

E até em assuntos, que lhe eram inteiramente estranhos às atividades costumeiras. Assim foi que, apoiado em artigo de reminiscências de A. de Taunay, obteve dêle uma cópia da canção glorificadora do Marechal Osório, e sugeriu ao Ministro da Guerra que a fizesse interpretar pela banda de clarins nas comemorações de 24 de maio.

Aceita a sua indicação, a 10 de abril de 1956, regozijou-se ao vê-la executada em homenagem ao inclito brasileiro.

De outra feita, tratou da atuação de Behaim em Portugal para lhe atribuir glória maior do que habitualmente lhe é conferida.

E mostrou, como em tôdas as suas contribuições, admirável erudição, que lhe tornava apreciada a palestra.

Promovido a Sócio Benemérito do Instituto a 14 de outubro de 1952, freqüentou-lhe as sessões, apesar da idade avançada.

Últimamente, tornou-se mais espaçado o seu comparecimento, indício da moléstia que, por fim, o abateu a 3 de agosto.

V.C.F.

JAIME CORTESÃO

Embora tivesse revelado os seus primeiros pendores literários pela poesia, ao publicar, na mocidade, «A morte da Águia» e «Glória Humilde», foi às pesquisas históricas que se devotou Jaime Cortezão, para adquirir duradoura nomeada.

Natural de Ancã (Catanhede), distrito de Coimbra, onde abriu os olhos a 29 de abril de 1884, não precisou mudar de terra para se iniciar nos estudos, a que se entregou na Universidade.

Diplomado em medicina, exercia tranqüilamente o magistério no Pôrto, quando a Guerra de 1914 lhe despertou a energia combativa.

Voluntário, agregou-se à unidade portugueza, que se expôs, em Flandres, aos embates mortíferos dos alemães.

Gravemente contaminado por gases tóxicos, que lhe causaram temporária cegueira, além de lhe danificarem os pulmões, ser-lhe-ia morosa a convalescença.

Restabelecido, acentuou-se-lhe a vocação de historiador, a que a direção da Biblioteca Nacional de Lisboa, exercida de 1919 a 1927, proporcionou estímulos decisivos.

Principalmente depois que a experiência política, mercê de mandato de deputado à Assembléia, terminou, quando se implantou o atual regime em Portugal, ao qual se conservou infenso.

Exilado, percorreu a França, Bélgica, Inglaterra e a Espanha, cujos arquivos frequentou assiduamente.

Afinal, veio ter ao Brasil, onde se desdovelou a fase mais fecunda da sua existência, à semelhança do que anteriormente ocorrera com outros patricios seus.

O caso mais próximo e famoso prende-se ao nome de Carlos Malheiro Dias, que voluntariamente se afastou da sua Pátria, quando a viu governada de maneira incompatível com os seus princípios políticos.

Romancista de credenciais que lhe proclamaram os méritos, encontrou no Brasil apoio eficaz para a expansão das suas aptidões literárias.

Maior iniciativa, porém, promoveu, ao coordenar elementos para elaborar a monumental *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, em três volumes, que bastaria para lhe grangear os aplausos dos sabedores. Autor de mais de um capítulo, incumbiu-se também de obter a cooperação de especialistas, conforme o plano ideado, cuja execução esmerada constituiu o número mais impressionante da contribuição lusitana para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil.

Por essa época, o próprio Presidente Antônio José de Almeida, de Portugal, esteve no Rio de Janeiro, onde não lhe faltaram carinhosas homenagens, extensivas à sua comitiva, de que fazia parte Jaime Cortezão, como delegado cultural.

Dessa época, é o seu ensaio a respeito de *Expedição de Cabral*, estampado na referida obra.

De sorte que ao tornar ao ambiente carioca, por volta de 1940, embora em circunstâncias adversas, o exilado verificaria que não fôra esquecido o acolhimento desfrutado pelo situacionista de 1922. Aliás, empolgado por assuntos luso-brasileiros, elaborara, além de outros, os ensaios — «Colonização do Brasil» — «Influência dos Descobrimentos dos Portugueses na História da Civilização» — «A Integração territorial do Brasil», para a «História de Portugal», ideada e dirigida pelo Professor Damião Peres e a «Expansão territorial e povoamento do Brasil», e «Relações entre a Geografia e a História do Brasil», destinadas à História da Expansão Portuguesa no Mundo».

E para demonstrar que sabia corersponder à delicadeza das novas condições, editou, em 1943, a «Carta de Pero Vaz de Caminha», diploma inicial da História do Brasil, que manuseara anteriormente.

É, pelo consenso dos sabedores, a certidão de nascimento da suposta ilha de que se apossou Pedro Álvares Cabral, em nome do rei de Portugal. Documento insubstituível, redigido à vista da terra maravilhosa, que deslumbrou os navegantes, contém dificuldades de interpretação, que desafiam a argúcia dos paleógrafos.

Para aumentar as divergências, a que daria causa a sua explicação, a famosa carta manteve-se oculta, depois da leitura de D. Manuel, que substituiu o primeiro topônimo — Vera Cruz — pelo que regista a sua comunicação, de 28 de agosto de 1501, aos Reis Católicos, a quem informou que a «armada chegou a uma terra que novamente descobriu a que pôs nome Santa Cruz».

Antes que prevalecesse o terceiro — Brasil — primeiramente na linguagem popular e por fim na oficial, arquivou-se cuidadosamente o papel, que se presumia perdido, quando, ao findar o

século XVIII, foi encontrado entre os documentos do «Corpo Cronológico», do Arquivo da Torre do Tombo, por D. Juan Batista Muñoz.

Só viria a lume, e ainda assim com elisões, na «Corografia Brasileira», do padre Manuel Aires do Casal, publicada no Rio de Janeiro, em 1817.

Começaram, então, os sabedores a analisá-la, a exemplo de Humboldt, que a submeteu ao seu «Examen Critique».

Inúmeros estudos e edições mostraram o interesse dos especialistas pelo documento, a que também Cortezão aplicou a sua perspicácia interpretativa, como se pretendesse atualizar o deslumbramento de Vaz Caminha diante da terra dadivosa, que também lhe avivava o entusiasmo, expresso ainda, em «Cabral e as origens do Brasil».

Maiores revelações, porém, resultariam das suas atividades à sombra do Itamarati, no Instituto Rio Branco, mercê de contrato vantajoso para ambas as partes. Professor de «História da Cartografia do Brasil» e «História da Formação Territorial do Brasil», desde 1944, não lhe faltou o ambiente propício à revelação da sua cultura histórica.

Notando a carência de documentação impressa acêrca das origens do Tratado de Madrid, cuidou, para atenuá-la, de «fazer buscar e copiar por sua conta» a «numerosa correspondência sobre as negociações do Tratado, que se encontrava dispersa em arquivos de Lisboa», seus conhecidos.

Estribado nessas informações, desenvolveu o tema por oito lições, que despertaram a atenção dos dirigentes do Instituto. Daí se causou a incumbência, que lhe foi cometida, de organizar e dirigir a obra referente à famosa negociação entre os dois governos peninsulares, cujo bicentenário se aproximava.

Foi a feliz oportunidade, que se lhe deparou, aproveitada com penetrante sagacidade e entusiasmo construtivo.

A propósito dos entendimentos diplomáticos ultimados em Madrid, acentuara o Barão do Rio Branco: «o verdadeiro negociador do Tratado foi o ilustre patricio paulista Alexandre de Gusmão, embora o seu nome não figure nesse documento».

Era afirmativa que endossariam quantos se referissem ao preclaro santista, quando lhe atribuíssem a primazia na elaboração do Tratado de Limites de 13 de janeiro de 1750, que substituiu os convênios anteriores, desde o caduco de Tordesilhas.

Raros, porém, teriam tido ensejo de manusear as provas, arquivadas em Portugal e na Espanha, das quais se valeu Jaime

Cortezão para organizar a série denominada «Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid».

À medida que se aprofundava nas pesquisas, mais lhe crescia o anseio de desvendar os segredos guardados nas peças esclarecedoras, que leu «com o interesse de quem assiste a um drama», consoante acentuou ao prefaciá-lo Tomo I.

Como abrangessem assuntos vários, embora correlacionados entre si, distribuiu-os por quatro partes, cada qual desenvolvida em dois tomos.

I — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid. I. — (1695-1735) II — (1735-1753);

II — Obras várias de Alexandre de Gusmão e a biografia;

III — Antecedentes do Tratado;

IV — Negociações.

E com os documentos em mão, cuja cópia autêntica a sua incumbência oficial facilitava, teve ensejo de retificar as versões errôneas ou tendenciosas, que imputavam papel de realce a personagens da Corte, desvirtuando-lhes a verdadeira contribuição, rompente das peças arquivadas.

Primeiramente, a Rainha Bárbara de Bragança, filha de D. João V de Portugal, e esposa de Fernando VI da Espanha, apontada pelos acusadores como principal cooperadora, mercê da influência que exercia no ânimo irresoluto do Rei, a quem, aliás, se atribui a assertiva: «que não quisera ser governado por França, o não queria ser por Portugal».

Apesar do primado do seu espírito, sabia discretamente silenciar, para que pudessem atuar desembaraçadamente os verdadeiros plenipotenciários.

Menos procede a suspeita de interferência de «intrigas maquiavélicas da diplomacia inglesa», que não teve oportunidade de conhecer as bases do ajuste, antes de sua conclusão. Nem se verificaram «turvos propósitos de extermínio da Companhia de Jesus», que só apareceriam mais tarde, na gestão pombalina.

Há, porém, entre os adversários do Tratado, quem o tenha considerado fruto da «incapacidade ou infidelidade de D. José de Carvajal», apesar do «patriotismo impotente do Marquês de la Ensenada».

Contrariando julgamentos desarrazoados, Cortezão invalida o libelo, para lhe inverter as conclusões.

Em seu parecer, derivado da documentação existente, D. José de Carvajal Y Lancaster revelou-se «homem de personalidade vigo-

rosa, que chegou a opôr-se, com elevada consciência de interesses castelhanos, a ordens reais expressas».

E frisa: «a história terá de inverter os seus juízos com enaltecimento de D. José de Carvajal e diminuição do ministro seu êmullo, o Marquês de la Ensenada, que denunciou, com duplicidade, o Tratado ao Rei de Nápoles e futuro rei da Espanha Carlos III».

Quanto ao estadista brasileiro, que primeiro traçou as fronteiras do Brasil com a parte restante do continente, qualificou-o de «ciclope que ergueu e sopesou êsse mundo. O homem de ciência que, durante quinze anos, estudou o problema sob todos os seus aspectos: geográfico e geopolítico, econômico, etnográfico, jurídico e diplomático».

Obreiro diligente da pacificação, D. Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, representava Portugal em Madrid, onde lhe agradou a nomeação de D. José, com quem se entenderia.

Era considerado como «único homem, que em Espanha tem inteiro conhecimento das Índias, por ter sido governador daquele conselho e se ter aplicado com o maior cuidado a saber o que convém para a sua conservação e aumento».

Em Lisboa, falecido o Cardeal da Mota, por outubro de 1747, coube a Alexandre Gusmão, Secretário particular de El-Rei, occupar-se da correspondência que iria imprimir novos rumos à política dos governos peninsulares.

Com as responsabilidades de Secretário de Estado, entretanto, figuraria Marco Antonio de Azevedo Coutinho, que, além das cartas de sua própria redação, assinava as minutadas por Gusmão.

As primeiras conferências assinalam-se em carta de 12 de novembro de 46, mas cuidam de providências estranhas ao assunto que atrairia maior atenção e desvêlo.

No mês seguinte, ascende Carvajal ao ministério, com louvores do Visconde, que o «acha capaz de concorrer com eficácia para que entre as duas nações, portugêsa e espanhola, se tirem todos os motivos de má intelligência e discórdia, e para que se busquem todos os meios de que entre elas haja reciprocos interesses, e que porá em execução qualquer projeto respectivo ao que acima digo, e será muito conveniente que sem perder tempo se forme o que se entender que será mais acertado sôbre os confins e limites das duas Américas Portugêsa e Espanhola, porque nas matérias que tocam a Índia, passa êle pelo Ministro mais bem instruído».

Por assim pensar, já em carta de 12 de janeiro de 47, relata as sugestões que apresentara a Carvajal, de quem ouviu «se considerava êle unicamente um espanhol que olhava só para os inte-

rêsses da Espanha, sem atender nem ao tempo, nem à conjuntura presente, nem a outros motivos que o poderiam mover, entendia que, ou se havia de tratar Portugal como inimigo declarado, ou como um amigo verdadeiro e sincero; porque Portugal era a única porta falsa que tinha Espanha, e que era necessário fechá-la, porque segura Espanha daquela parte, não só ficava sendo península, mas como ilha, separando-a da parte de França os Pirineus».

No tocante às lindeiras, «era o seu parecer que, regulando-se pela linha de divisão, cada um conservasse o que possuía, sendo-lhe muito conveniente, ainda que fôsse em terreno alheio, mas não lhe sendo muito conveniente, o restituísse a quem tocava, tendo nisso utilidade».

Sem perder tempo o Visconde comunicou ao govêrno de Lisboa o pensamento do Ministro, que parecia inspirar-se na doutrina do *utis possidetis* do direito romano, para deslindar os litígios entre os domínios dos dois reinos na América.

Todavia, em palestra de 6 de fevereiro, em sua casa, manifestou-se de maneira diferente, ao pretender «renovar as conferências que no ano de 1682 se tinham feito em Badajós para que entre os dois Reis se determinasse o ponto por donde se havia de tirar a linha da divisão, para demarcar o que tocava a cada um dos Reis, e que no caso de não concordarem, se deferisse ao Papa a decisão»...

Se vingasse a indicação, voltaria à baila o Tratado de Tordesilhas, com tôdas as confusões que gerara e divergências irreduzíveis. Constatou-lhe o embaixador a argumentação, terminando por acentuar a conveniência da elaboração de apropriada memória com solução exequível.

Concordou o Ministro em preparar as bases do ajuste futuro, consoante lhe fôra sugerido.

Embora conhecesse as minúcias da administração espanhola e problemas relacionados com as colônias americanas, faltava-lhe o exame pormenorizado das suas condições geográficas, a que se dedicara Alexandre de Gusmão, desde 1720, e, mais acuradamente, depois que o escolheu D. João V para secretário, em 1730.

Por isso, protelou a redação da sua proposta por vários meses, até 9 de julho, apesar das instantes interpelações do Visconde, que, fundamentado em seguras instruções de Lisboa contrariou por impraticável, o plano de revigorar o Tratado de Tordesilhas, em que se apoiou.

A adoção da memória em tais condições não serviria a ajustar nada, concluiu: «E caso se conseguisse, seria o mesmo porque nem Portugal havia de restituir o de que estava de posse com justo

título e boa fé, nem Espanha também o havia de fazer; e se não que me dissesse se Espanha, conhecendo que as Filipinas e as Ilhas Marianas estavam na parte de Portugal, as restituiria».

Assustou-se Carvajal com esta hipótese, em que por ventura não teria atentado, e mais ainda, quando leu a contra proposta de A. de Gusmão, enviada a 22 de novembro de 47, com a carta do Secretário de Estado, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, para o Visconde.

Com o propósito de «celebrar um ajuste definitivo e não transitório, faz-se mister «prescindir da linha divisória de Tordesilhas, pelas dificuldades de fixar os termos *aquo*, setentrional e meridional, a impossibilidade de a traçar no interior do continente; e porque se os portugueses a excederam nos confins do Maranhão e do Brasil, a Espanha a ultrapassou muito mais no hemisfério oposto», e regular os respectivos limites «pelas balisas mais aparentes de rios ou de montes, ainda que seja com desfalque de uma ou outra parte, para cortar a raiz a tôda a disputa».

A resposta do Ministro sòmente se ultimou a 22 de abril de 48, e após apressada leitura, gracejara o Visconde, que «vinha a conhecer que era melhor tratar com os Ministros da Espanha, quando os julgávamos desafeitos, que quando os julgávamos inclinados e sinceros e que se deixavam governar pela justiça e pela razão: êle me respondeu rindo-se, que cada um entendia como Deus o ajudava» — Apontou-lhe as proposições inaceitáveis, que, entretanto, ficariam sujeitas à apreciação do Govêrno de Lisboa, para onde as encaminhou sem demora.

Em verdade, esforçou-se Carvajal por mostrar que já tinha estudado mais acuradamente o assunto, para justificar a posse espanhola das Filipinas, e tratar com maior empenho do destino da Colônia do Sacramento.

Replicou-lhe o Secretário de Estado, ainda por minuta de Gusmão, a 11 de setembro, em mais longa explanação, que o Ministro resolve contrariar, pois que «é jurista de profissão, é tenaz nas suas opiniões».

Mas, de princípio, concorda que «es una pieza la mas completa que se puede produzir a el cazo y dificulto que aya otro que la ditase igual a esta, e quanto yo pueda comprender». De mais a mais, «esta docta, y delicada, llena de escogida erudicion, y de dilicados discursos».

Todavia, não lhe aceita as conclusões, que rebate, especialmente acêrca do destino da Colônia do Sacramento, em cuja posse pretende entrar, mediante indenização pecuniária. O interêsse dominante de Carvajal concentrava-se no estuário platino, onde se es-

forçava por fechar a porta do contrabando, ao passo que se empenhava Gusmão principalmente por fixar as raiaes que separassem na América os territórios das soberanias confinantes.

Para encerrar a fase de discussões intermináveis, uma vez que já eram de sobejo conhecidas as pretensões dos negociadores de ambos os lados, o Secretário de Estado remete, a 22 de novembro de 1748, carta justificativa da minuta do acôrdo, cuidadosamente elaborada por Gusmão, em 19 artigos, além das explicações complementares.

Ainda insiste, porém, a 25, a propósito da derradeira memória do ministro espanhol, em acentuar as orientações antagônicas dos dois governos.

«Compreendemos que a mira de D. Joseph de Carvajal é concluir o Tratado do Comércio, deixando para depois o de Limites, e o nosso dever será não terminar cousa alguma sôbre aquêle sem estarmos certos do que pertence a êste».

Iria começar o debate incisivo, em que fornece Gusmão, por intermédio de Marco Antônio, todos os esclarecimentos solicitados, inclusive os mapas, que possuia, acêrca dos sertões questionados.

Passaram-se, entretanto, os meses, sem que a negociação avançasse e a propósito, o Secretário de Estado, a 8 de fevereiro de 1749, abre-se com o Embaixador. «Diz V.E. que êle ficou aturdido com a vastidão do projeto dos confins, sendo que não devia naturalmente esperá-lo mais sucinto tôda vez que concordava em que se regulasse por demarcações nomeadas tôda a circunsferência do Brasil».

A sua indecisão gera a «suspeita de que o manêjo dêsse Ministro se encaminha a sondar as intenções desta Côrte, e informar-se das razões em que nos fundamentamos, e a colhêr as noticias que temos do País, sem verdadeira vontade de ajustar Tratado de Limites, mas sômente de servir-se do pretexto dêle para concluir o do Comércio, em que assegure a saída das sedas da companhia de Estremadura, ou quando muito de incorporar a pouco custo nos domínios de Espanha a Colônia, e Território controverso, deixando o mais na mesma confusão e incerteza em que está».

Mas, A. de Gusmão ardia na ânsia de sistematizar os limites, até essa data informes do Brasil.

E, então, para que pudessem os negociadores avaliar o que iriam decidir, apresentou, a 8 de fevereiro de 1749, o desenho correspondente, que os indicava «com um risco vermelho».

Dai resultaria o famoso «Mapa das Côrtes», para cuja elaboração contribuíram a «Carta Geográfica do Padre Diogo Soares», a enviada por Gomes Freire de Andrade, os riscos de alguns

mineiros de Mato Grosso e «outras memórias de viandantes», além do esbôço «que se acha no tomo 12 das Lettres Edifiantes», dos Missionários Castelhanos.

Eram, portanto, as informações mais aproximadas, da realidade, que evidenciavam a configuração do território imenso, queurgia delimitar, para atenuar as causas mais frequentes de fricção.

Decorridos quinze dias, em encontro fortuito, o Visconde ouviu de Carvajal que já tinha visto os mapas e assinalado alguns pontos para elucidação oportuna. E como falasse em excesso «que havia a respeito dos limites apontados», explicou-lhe o Embaixador «que pois tínhamos convindo sem restrição alguma, que cada uma das partes havia de conservar em propriedade que possuía sem atenção a linha divisória, não havia dificuldade que não fosse superável para assinar os limites que parecem convenientes para separação do que ficava tocando a cada nação. — Disse-me que nesse ponto estávamos ajustados» e tanto que não desejava às minas de Cuiabá, «porque tinha Espanha muitas de que pode tirar ouro».

Quanto às «Missões» mostrou-se mais reservado, dando a perceber a «muito pouca disposição em que estava de querer cedê-las».

Era, sem dúvida, o ponto mais delicado e litigioso do ajuste. Portugal possuía a Colônia do Sacramento no estuário platino, que sobremaneira molestava o governo de Buenos Aires, pelas atividades mercantis, que desenvolvia.

Estava disposto a permutá-la por equivalente em outra região, à margem oriental do Uruguai, e valorizava a sua desistência, que permitiria à Espanha assenhorear-se completamente do Rio da Prata, sem mais a presença do vizinho indesejável.

Bem avaliava Carvajal a vantagem da cessão, mas preferia obtê-la por meio de pagamento em dinheiro e não mediante permuta pelo território, onde se agrupavam aldeias dirigidas por missionários castelhanos.

Gusmão atalhou sagazmente a dúvida, anuindo até a que fôsem os índios transferidos para o outro lado, além da linha limítrofe.

Em confronto com os lucros comerciais que daria a colônia, a Coroa Espanhola, frisava o Secretário d'El-Rei, que nenhum teria Portugal, pois que S. Majestade neste caso receberia uma terra nua, sem rendimento algum, e sem mais proveito que o de acabar por uma vez as questões dos confins, que é verdadeiramente o principal objeto que tem no ajuste de que tratamos, como acenou em carta de 23 de fevereiro.

Exposta a questão em termos claros, estariam os plenipotenciários habilitados a resolvê-la, se pretendessem chegar a algum acôrdo ou adiá-la indefinidamente.

A 26 de março, por fim, acolheu Carvajal, em sua casa, o Visconde, com quem discutiu longamente, das quatro horas da tarde às seis e meia, o plano, «com recíproca sinceridade e boa fé, e vencidas algumas dúvidas e equívocos».

Afigurou-se-lhe, de princípio, «impraticável o nosso ajuste na forma em que se propunha no Plano, e assim mo disse muitas vezes, e à Senhora Rainha Católica nas repetidas ocasiões, em que lhe falou nesta matéria, repetindo com escândalo em os excessos que pretendíamos, e em certa ocasião me disse mui secamente que se não fôra a atenção que se devia a El Rei Nosso Senhor, e a que lhe merecia a minha amizade, me havia de restituir o Plano sem mais resposta, que a de que era inadmissível».

Pacientemente, o Visconde aclarou a controvérsia, amparado no «Mapa das Côrtes».

«Persuado-me a que ficou confuso, ou para melhor me explicar *corrido* na verdadeira significação que tem a palavra na lingua castelhana».

Comparou-lhe a grande admiração, com a «que experimenta um cego quando vê a luz clara de que se achava privado desde o seu nascimento, e reconhecendo a sua confusão via naquele mapa só em passar a vista por êle assinalados distintamente todos os limites daquele vasto pais».

Entrando, porém, no exame dos pormenores, começou pela permuta, em que notava a desproporção da área, ao que o Visconde acudiu ser «notôriamente muito mais extenso o terreno do equivalente do que o território e Colônia até o cabo de S. Maria, mas que era incomparavelmente maior a estimação e o valor do território, do que o do terreno, que compreendia umas terras que nem os castelhanos puderam povoar e cultivar, nem nós talvez o fariamos».

Amistosamente analisaram outros pontos, parecendo que já se acomodava Carvajal à idéia geral do «Plano», pois que não lhe «repugnava que se mandasse retirar a missão de Santa Rosa», ficando assim «à nossa parte a margem meridional do rio Guaporé».

No tocante à consulta aos missionários, sugerida em ofício anterior, lembrava Gusmão, nas instruções de 28 de abril de 49, «desde o princípio que êste negócio se tratou, reconhecemos, que era indispensável o concurso dos jesuítas e que não podia evitar-se o conferi-lo com êles e conseguir preventivamente o seu sufrágio».

Porém de nenhuma sorte será conveniente que «o negócio se mande consultar com os Padres da Província do Paraguai», não somente pela demora resultante, como também por facilitar fôsse divulgada a negociação, antes de ultimada. Bastaria, portanto, a opinião dos três que se achavam em Madrid, o confessor do Rei, o padre Altamirando, procurador geral, o padre Fresneda.

As mesmas objeções ainda o Ministro renovou na segunda conferência, de duas horas, a 26 de abril, a que retruca o Secretário, em minuciosa carta de 16 de maio, indicativa dos cabais conhecimentos que adquirira a respeito do Brasil.

No tocante à feição jurídica, formulou o dilema irrefutável. «Ou subsistem os Contratos de Tordesilhas e Saragoça, ou não». Neste caso, «tornamos àquele princípio de direito natural que acima aponte, e devem as terras já habitadas de quem as tiver ocupado, e as despovoadas se podem repartir para evitar dissensões».

Pelo contrário, «se os ditos Tratados subsistem não seria justo que a observância dêles respeitasse somente a linha divisória do Hemisfério que estamos, mas deve atender-se também ao que os mesmos Tratados regularam para o mar da Ásia». Aí batia o ponto da questão, obrigando o governo espanhol a pensar na hipótese da devolução das Filipinas a Portugal.

Embora se destinasse à sua leitura, o Embaixador obteve autorização para mostrá-la, em cópia devidamente atenuada nas expressões mais fortes, a Carvajal, que em tudo mais cedeu, exceto na troca da colônia pelas Missões.

Ainda a êste respeito, por sugestão da Rainha, que estava estranhando a morosidade no andamento das negociações, o Marquês de la Ensenada interveio, «pronto para assinar sem mais exame o que D. José de Carvajal ajustasse, e que bem me podia segurar que o confessor faria o mesmo e que lhe parecia que dêste modo se evitasse a junta de ministros que D. José de Carvajal queria que El-Rei mandasse fazer sobre o Plano depois de ajustado entre nós».

Para causar maior tardança, enlutou-se o Ministro com o falecimento de seu irmão, D. Alvaro de Carvajal, cônego, «homem de muita capacidade e de grande virtude» e depois enfraqueceu-se na saúde, diminuindo o ritmo de trabalho.

Já em agosto, porém, incumbiu um oficial da Secretaria das Índias, jurista, da elaboração de memorial, em que mostrasse as vantagens do convênio para a Espanha.

A 21 de setembro, em conferência com o Visconde, ponderou «a importância do negócio e quanto será sensível para os Franceses e para os Inglêses ver-nos ajustados sem as suas interven-

ções, que não serviriam mais que de fomentar as nossas antigas desconfianças».

Mas teimava o Ministro em reter nos domínios espanhóis as Aldeias do Uruguai, incorrendo na censura do Embaixador, que afirmou: «reconheço que D. José de Carvajal é duro, é sério, e é tenaz, e ninguém o tem experimentado mais do que eu, nem pode dizer que chegou a ver apurada a sua paciência, mas todos concordam em que é homem de boa honra, de ciência e de boa fé».

À vista, porém, de novos exames, facilitados pela carta, que lhe endereçara um «jesuíta seu amigo que assiste nas missões do Paraguai», assentiu na troca pela Colônia do Sacramento, como fôra proposta.

Faltava ainda a apresentação do Plano a El Rei, que se transferira para o Escorial, dificultando as audiências.

Ao regosijar-se, em carta de 3 de novembro, com a aprovação do Rei Católico, o Visconde exulta com a parte que lhe coube nas negociações, conduzidas com acêrto; graças «às luzes tão claras como as que recebi assim nas cartas de V. Exa. (Marco Antônio), como nos admiráveis papéis (escritos de A. Gusmão), em resposta às memórias de D. José de Carvajal, que não pôde nunca negar-lhes o merecimento, repetindo-me muitas vezes dêles os mais merecidos louvores», coroados pelo «Plano», no qual em 19 artigos compreende tão vasta matéria...

Apenas recomendou El Rei que o submetessem à análise do seu confessor, que o persuadiu a que não perdesse tão boa ocasião de adquirir a Colônia, a do Marquês de la Ensenada, que exigiu o prazo de cinco a seis dias com o fim de concluir que toda a vantagem do ajuste ficava a parte da Espanha, e que Portugal cede a Colônia mais por amizade do que por interesse».

Enquanto eram empreendidas providências complementares, de traduções para o castelhano, Carvajal redigiu mais um artigo, que tomaria o número 21, referente à manutenção da harmonia na América Meridional, ainda quando «se chegasse a romper a guerra entre as duas Coroas».

«A dita continuação de perpétua paz e boa vizinhança, insistia, não terá só lugar nas terras e ilhas da América Meridional, entre os súditos confinantes das duas monarquias, senão também nos seus rios, portos e costas e no mar Oceano»...

Outras alterações restringiram-se a emendas de redação, que não modificavam o conteúdo do plano orientado por dois propósitos: «O primeiro e mais principal é que se assinalem os limites dos dois Domínios, tomando por baliza as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião

a disputas, como são a origem, o curso dos rios e os montes mais notáveis». O segundo, «que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção das mútuas cessões que em seu lugar se darão, as quais se farão por conveniência comum, e para que confins figurem quanto fôr possível menos sujeitos a controvérsias».

Êsses dois princípios, que sublimaram as negociações, evidenciaram a boa fé e espírito inovador dos responsáveis pelo Tratado de 13 de janeiro de 1750, garantindo-lhe a vitalidade sobrevivente ao colapso da sua própria revogação nos governos imediatos, após o falecimento de D. João V, decorridos alguns meses, em julho.

E iriam frutificar em atos diplomáticos ulteriores, comprovando o descortino criador de Alexandre de Gusmão, que os incluiu em seu «Plano» e defendeu contra os escarcéus dos opositores, quando o viram decaído do apoio real.

Interrompida a execução do Tratado, no reinado seguinte, D. José ergue ao poder; «como válido único, na plenitude do seu caráter despótico, absorvente, inescrupuloso, capaz de utilizar os meios mais ruins para lograr as suas ambições, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal».

O negociador ostensivo, que firmou o diploma, como Plenipotenciário de Portugal, Visconde Tomas da Silva Teles, pereceu no «cárcere do Castelo de Queijo, da Foz do Douro, para onde o lançou o ódio de Sebastião José. Nestas páginas desconhecidas, comenta ainda Cortezão, começa a desenhar-se a alma diabólica do futuro ditador». A formação política do deputado liberal, na legislatura de 1917, não poderia deixar de condenar com veemência o ministro aniquilador da obra previdente de Gusmão, a qual voltaria, no futuro, a inspirar os estadistas brasileiros, pelo seu radioso idealismo, acorde com os imperativos da realidade geográfica.

Não teve ensejo, todavia, Pombal, de causar maiores males pessoais ao seu antecessor do que o próprio destino, que lhe destruiu trágicamente o lar, quando o incêndio da sua biblioteca lhe consumiu também a casa e filhos, deixando-lhe apenas a espôsa e um descendente, de nome Viriato.

Amargurado pela desventura e doente, apenas alcançou 31 de dezembro de 1753, para também baquear, desiludido e arruinado, mas imortalizado pela sua atuação diplomática sobranceira às agressões apaixonadas, como exuberante comprova a documentação coligida por Jaime Cortezão, e valorizada por suas anotações e comentários em oito volumes.

Antes de ultimar a obra magistral, coube-lhe ainda empreender outras, referentes a assuntos brasileiros.

Anuindo a convite da Biblioteca Nacional, que os possui, examinou os manuscritos da «Coleção de Angelis», e começou-lhe a publicação por «jesuitas e Bandeirantes no Guaira» (1951) — «Jesuitas e Bandeirantes no Itatin» (1952), e coordenou mais cinco, entregues aos prelos.

Para celebração grandiosa do IV Centenário de sua fundação, confiou-lhe S. Paulo a incumbência de preparar edificante «Exposição Histórica», referente às diversas fases da trajetória percorrida em quatro centúrias.

Embora se destinasse apenas à comemoração temporária, ao contrário das obras escritas que perduram com seus ensinamentos, o certame atestou, por um lado, a sua admirável cultura histórica, e por outro, a capacidade organizadora, em que o auxiliou escolhido grupo de eruditos cooperadores.

De tais esforços resultou, entre outros êxitos, expor em São Paulo, à curiosidade dos visitantes, o original da Carta de Pero Vaz de Caminha, na alvorada auspiciosa do Brasil, e também do Tratado de Tordesilhas, que lhe precedeu o descobrimento. Devotado mais atentamente, por essa época, ao estudo dos fastos paulistas, não tardaram a aparecer as provas das pesquisas que promoveu com sagaz desvêlo, para levar a impressão *A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil* (1955).

Sem tardança, vieram a lume *Paulicéa Lusitana Monumenta Histórica* (1956), recheada de documentos valiosos, e *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* (1958), em que interpretou a ousada peregrinação do bandeirante que, partindo de São Paulo, atravessou-lhe o território e o de Mato Grosso, a caminho dos Andes, que palmilhou por longas zonas, até ser impedida a sua avançada. Retornou pelo Mamoré-Madeira — Amazonas — Belém, onde chegou, desfigurado pelos sofrimentos, mas vitorioso em suas marchas arrojadas.

Seriam, por ventura, as suas últimas obras, antes de regressar a Portugal, onde, isento de compromissos oficiais como em 1953, quando fôra a serviço de São Paulo, não conteve a opinião adversa ao situacionismo, que lhe contrariava os princípios republicanos.

Ser-lhe-ia, em conseqüência, de ansiedades e desgostos a fase derradeira da existência, de mais a mais, amofinada pela doença, que afinal o abateria a 14 de agosto, enlutando as letras históricas de Portugal e do Brasil, a cujo engrandecimento cultural consagrou a sua peregrina inteligência.

Virgílio Corrêa Filho

NOTICIÁRIO

PORTARIA

O Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, usando dos poderes que lhe são atribuídos nos termos do art. 28-B dos Estatutos e tendo em vista o que lhe representaram os diretores da Revista, em carta de 22 de julho de 1960, resolve nomear para a vaga aberta na Comissão Diretora da Revista, com o falecimento do saudoso confrade Dr. Cláudio Ganns, o Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1960. — *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente Perpétuo.

APRECIÇÃO DE LIVROS

«SÍNTESE DE TRÊS SÉCULOS DE LITERATURA MILITAR BRASILEIRA»

General F. de Paula Cidade. 1ª edição, 1959

O autor, escritor e historiador de mérito, a quem deve a literatura militar do país vários trabalhos de valor, sobre os acontecimentos de que foram parte de nossas forças armadas, baseados em suas pesquisas pessoais, realizadas em boas fontes, apresenta nesta obra, como declara, o desdobramento do «pequeno dicionário bio-bibliográfico militar brasileiro», que pretendeu escrever e de que chegou a publicar alguns verbetes. Daí resultou o alargamento do âmbito primitivamente traçado, para chegar à síntese da literatura militar brasileira, dos tempos mais recuados aos nossos dias.

Guiou-o na elaboração do trabalho o desejo de ser útil aos novos escritôres militares, fornecendo-lhes um roteiro que os guie na difícil tarefa. E conseguiu seu generoso propósito, pois o livro oferece ao leitor os múltiplos caminhos por onde transitou o pensamento dos nossos escritores militares, durante êsse longo tempo. Representa, sem dúvida, profícuo esforço de muitos anos. A par de uma síntese dos assuntos tratados em cada livro apreciado, dá-nos numerosas observações e corrigendas, que facilitam a compreensão, esclarecem as passagens obscuras ou duvidosas dos textos.

O título, «Síntese da Literatura militar Brasileira», correspondente aos últimos três séculos, embora fiel à realidade, merece, todavia, uma restrição: não se encontram nela várias obras de escritores militares brasileiros, vindas a lume neste século e de indiscutível valor. Isso não diminui o mérito do livro do Gen. F. de Paula Cidade, que poderá, em outras edições, estender sua crítica àqueles outros trabalhos, pois a obra que agora lançou ficará, por certo, como um marco, na bibliografia militar brasileira.

E. L. C.

FIGURA, VIDA E OBRA DE ARTISTA REPRESENTATIVO DE UMA EPOCA

Recentemente publicou-se livro do professor e historiador Adolfo Morales de Los Rios Filho sôbre a figura do arquiteto e artista que foi seu pai — cujo nome herdou — figura que encheu meio século da vida brasileira, num esplendor de imaginação e numa fecundidade criadora que esta obra vem rerepresentar, revalorizando-a.

Não mais se tratará do comêço do século no Brasil sem compulsar o livro «Figura, Vida e Obra de Adolfo Morales de los Rios». Sua ilustração abundante honra a generosidade e o respeito filial do autor, constituindo régio presente aos historiadores da arte brasileira. O texto explicativo, documentado, seguro e fiel, possibilita o estudo do material e a compreensão da época, em que Morales de los Rios Pai destacou-se singularmente. Figura excepcional como afirma sem nenhum favor, seu filho.

A fantasia ou imaginação de que era o biografado dotado salientou-o na época do ecletismo arquitetônico — ligado a estilos do passado — dando-a, no seu caso, sinceridade e fôrça, na abundância ou excesso decorativo, que pratica com tôda a convicção de um manejador de formas cenográficas ou um «conteur» das «mil e uma noites».

Na introdução, conclui o autor não ser o livro um pedestal. O verdadeiro pedestal é a obra do biografado, que incluiu os 28 albuns de Trabalhos Inéditos entregues pelo seu filho ao lado de outros albuns documentários.

Como professor na Escola Nacional de Belas Artes, Morales ingressou em 1897, através de tese em que, citando a Casa Colombo, já propugnava pelo uso de tirantes e «tesouras» de ferro, na estrutura. Transferido para outras cadeiras da E.N.B.A., lecionou inclusive História e Teoria da Arquitetura nos seus últimos oito anos de vida. Sucederá aí ao eminente prof. Ernesto da Cunha de Araújo Viana, que foi dos maiores vultos do Instituto Histórico

neste século e dos mais competentes historiadores de arte brasileira da época, tendo mesmo exercido por algum tempo a cátedra de História da Arte, na mesma tradicional Escola, fundada por D. João VI.

Que os leitores adquiram o livro rico de informações (edição Borsoi, 1959), e terão uma idéia de toda uma época no Rio de Janeiro, capital do Brasil.

Clemente M. Bastos.

(Transcrição do «Diário de Notícias» — Suplemento Literário — 4-9-60).

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM JULHO DE 1960

- Revista do Serviço Público* — junho, julho e agosto de 1959 — ns. 1, 2 e 3, vols. 83 e 84 — ano XXII. Rio de Janeiro.
- América Indígena* — abril, 1959 — n.º 2 — vol. XIX — enero, 1959 — n.º 1, vol. XX, México, D.F.
- Boletim Indigenista* — diciembre de 1958 — n.º 4 — vol XVIII — março — n.º 1 — setembro n.º 3 — diciembre n.º 4 — vol. XIX — 1959. México, D.F.
- Carta mensal abril de 1960* — ano VI — n.º 61. Rio de Janeiro.
- General Catalogue (supplement)* — 1960 — Academia Press. New York.
- Boletim do Archivo Histórico Militar* — 29.º vol. Gráfico Santelmo 1959 — Lisboa. 350 págs.
- I.N.R.A.* — Revista Mensual Ilustrada — ano I — Marzo de 1960 — n.º 3. La Habana. Cuba.
- Bolamense* — Órgão de propaganda regional de Cultura e de Turismo — janeiro de 1960 — n.º IV — ano IV. Bolama. Guiné Portuguesa.
- Revista do Clube de Engenharia* — maio de 1960 — n.º 285 — Engenharia Editôra S. A. Rio de Janeiro.
- Cafetal* — Órgão oficial de la Asociacion Nacional de Cafeicultores — marzo abril de 1960 — ns. 167/168 — año XV. La Habana. Capital Marti.
- A Voz Acadêmica (jornal)* — edição especial — 30 de abril de 1960 — ano X — n.º 230 — Quelus, M. G. 16 págs.
- Correio do Senac* — ano XVI — n.º 208 — junho de 1960 — Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 207* — Book old and Modern on The History of Science and Technology. Francis Edwards Limited. London 1960.
- Tempo Presente* — n.º 11 — março de 1960 (Revista Portuguesa de Cultura). Lisboa.

- Turquino* (mensuario) — organizacion Nacional de bibliotecas ambulantes populares — n.º 29 — febrero de 1960 e 13 documentos de la insurrección — diciembre de 1959. La Habana. Cuba.
- O Eco* (jornal) — 12 e 19 de junho de 1960 — ns. 1.140/141 — ano XXXII — Guaratinguetá. S. P.
- Revista A.E.C.* — junho de 1960. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal do I.B.A.* — Instituto Brasileiro de Acústica — n.º 24 — abril de 1960. Rio de Janeiro.
- Indonésia* — 17 de maio/junho de 1960 — ns. 2 e 3 vol. VII. Rio de Janeiro.
- Bulletin* — Société Suisse des Americanistes (S.S.A.) — N.º 19 — mars, 1960 — XI^{me} année. Genève, Suisse.
- Jornal de Petrópolis* — 31 de junho de 1959 — Suplemento comemorativo do centenário da Câmara Municipal — 1859-1959. 16 págs. Oferta do Dr. Leão Teixeira.
- Journal Français du Brésil* — 15 juin 1960 — n.º 193 — 8.º année — Rio de Janeiro.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — n.º 90 — mayo-diciembre de 1959 — vol. X. Quito. Ecuador.
- Boletim de Informações* — abril e maio de 1960 — Biblioteca e Arquivo Público do Pará — Belém. Pará.
- Katalog nr. 437* — Tidskrifter. Periodicals Stockholm C. (Sweden).
- Revista de la Facultad de Ciencias Medicas* — año I — n.º 1,2º serie 1959. Universidad Nacional del Litoral. Rosário. Provincia Santa Fé. Rep. Argentina. 1959.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — n.º 3 — vol. 7 — julho. set. 1959. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro.
- Journal Français du Brésil* — 1er juillet. — n.º 194 — 8e. année — Rio de Janeiro.
- Brasil Futuro* (Um jornal a serviço do Brasil) — ano I — n.º 2. — julho de 1960. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural* (Departamento de Asuntos Culturales) — n.º 5 — año I — abril de 1960 — República de Cuba.
- Antiquariats* — Katalog n.º 9. Afrika F.A. Brockhaus. Stuttgart/N. . .
- Estado do Rio Grande* — jornal vespertino politico e noticioso — 10 de junho de 1960 — n.º 2.280 — ano XXXI. Pôrto Alegre.

- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — n.º 169 — tomo XLIII — enero/marzo de 1960. Caracas. Venezuela.
- Bulletin of The Institute of Historical Research* — vol. XXXIII — n.º 87 — may. 1960. University of London. 140 págs.
- Últimas notícias Esteno-Dactilográficas* — abril/junho de 1960 — n.º 15 — ano IV. Órgão da Escola Remington. Rio de Janeiro.
- Revista do Professor* — maio, 1960 — n.º 54 — ano XVIII. Centro do Professorado Paulista. São Paulo.
- Américas* — vol. XII — n.º 4 — abril de 1960. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — n.º 187 — 1.º de julho de 1960 — Embaixada da Índia. Rio de Janeiro.
- Boletim mensal das observações meteorológicas, organizado pelo serviço meteorológico* — ano XXVI — maio e junho de 1959 — ns. 5 e 6. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Boletín Bibliográfico* — abril/maio/junho de 1959 — vol. I — números 4, 5, 6 — série I. (2) — serie IV — enero/febrero/marzo de 1959 — vol. I — serie I — ns. 1, 2, 3 — julio/agosto/septiembre — vol. I — ns. 7, 8 e 9 — serie I (3). Universidad Nacional del Nordeste. Rep. Argentina.
- Bulletin of The Institute of Historical Research* — Theses supplement — n.º 21 — may, 1960 — London. 18 págs.
- Institute of Historical Research* — Thirty-eighth. Annual Report — january, 1960. London.
- Boletim Informativo do Japão* — 1 de junho de 1960 — ano VI — n.º 11. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Highway* — (Magazine) — may, 1960 — vol. 51. Ohio. U.S.A.
- Divulgaciones Etnológicas* — vol. VI — ano 1957. Barranquilla. Colombia S.A. Institute de Investigacion Etnológica. Universidad del Atlantico. 105 págs. c/ilustrações.
- Correio do IBECC* — Boletim trimestral do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura — 8 de abril de 1960. Rio de Janeiro. 20 págs.
- Boletín Informativo* — n.º 1 ano VI — abril de 1960. Departamento de Estado. Puerto Rico.
- Revista Brasileira de Geografia* — julho/setembro e outubro/dezembro de 1958 ns. 3 e 4 — janeiro/março e abril/junho de 1959 — ns. 1 e 2 — anos XX e XXI. IBGE. Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal* — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros. N.º 17 — maio de 1960. Lisboa. 48 págs.

- Boletim do Museu da Inconfidência* (Museus e Coleções) n.º 2 — abril de 1960. Ouro Preto. Minas Gerais.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — n.º 4 — vol. VI — abril de 1960. Rio de Janeiro.
- The Americas* — a Quarterly review of inter-american cultural history — 1960 — number 4 — vol. XVI. Academy of American Franciscan History. Washington, D.C.
- Engenharia* — Órgão oficial do Instituto de Engenharia — ano XVIII — vol. XVIII — n.º 208 — março de 1960. São Paulo.
- Revista de Educação* — março, abril e maio de 1960 — n.º 43 — ano XVIII. Goiás.
- Técnica* — Órgão da Fundação para o desenvolvimento da ciência na Bahia — n.º 40 — dezembro de 1959. Bahia.
- Boletim Informativo do Japão* — 15 de junho de 1960 — ano 6 — n.º 12. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — nova série — vol. XXXII — janeiro a fevereiro de 1960. Lisboa.
- Revista do Clube de Engenharia* — junho de 1960 — n.º 286. Engenharia Editôra S.A. Rio de Janeiro.
- Revista Interamericana de Bibliografia* — december 1959 — número 8. Washington, D.C.
- Katalog 13* (Antiquariats) — Geschichte Scientia Antiquariat. Aalen, 1960.
- O Éco* (jornal) — 26 de junho e 3 e 17 de julho de 1960 — ano XXXII, Guaratinguetá. S.P.
- Bolamense* — órgão de propaganda regional de Cultura e de Turismo — fevereiro e março de 1960 — ns. 43 e 44 — ano IV, Bolama. Guiné Portuguesa.
- Da Índia Distante* — Boletim publicado pela Embaixada da Índia — 15 de julho de 1960 — n.º 188. Rio de Janeiro.
- Bulletin of the New York Public Library* — june, 1960 — vol. 64 — n.º 6. New York.
- Revista Brasileira de Política Internacional* — ano III — n.º 10 — Junho de 1960. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro.
- Boletín Indigenista* — n.º 2 — junio de 1960 — vol. XX. Instituto Indigenista Interamericano. México, D.F. 82/163 páginas.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch* — heft 2, 1960. Frankfurt/M.

- Catalogo* n.º 740. Periodicals and Books on International Law and International Relations, 1960. The Hague.
- Bibliography Biblioteca Thomas Jefferson* — n.º 6 — 1960. American Embassy. Rio.
- Catalogo* n.º 18. Studio Bibliografico Antenore Padova. Via Baldissera 7 (S Croce) Italia.
- Oriental Geographer*, published by The East Pakistan Geographical Society — January, 1960. Dacca, Pakistan.
- Bulletin of the New York Public Library* — june, 1960 — vol. 64 n.º 6. The New York Public Library. New York. 295/343 páginas.
- Boletin del Archivo Nacional* — Tomo LVII — enero-diciembre de 1958. 1959. Archivo Nacional de la Rep. de Cuba. La Habana. 248 págs.
- Boletim da Academia Portuguesa da História* — vol. 23 — 23.º ano 1959. Lisboa.
- Bibliografia Geográfica do Brasil*, 1952. Série Bibliográfica II. Geografia. Publicação, n.º 2. Faculdade Nacional de Filosofia. Rio de Janeiro, 1959. Rio de Janeiro, 247 págs.
- BBAA* — Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana — vols. XV y XVI — 1952/53 — Parte primeira e parte segunda. Instituto Panamericano de Geografia e História. México, 1954.
- Revista da Sociedade Brasileira de Geografia* — Tomo LV — Complementos de 1947/48 ano de 1949. Rio de Janeiro. 174 págs.
- Boletim Geográfico* — março/abril de 1957 — n.º 137 — ano XV. Rio de Janeiro.
- Ocidente* — Revista portuguesa mensal — n.º 266 — junho, 1960 — vol. LVIII. Lisboa.
- Revista Nacional* — segundo ciclo — año IV — octubre/diciembre de 1959 n.º 202 — tomo IV — Academia Nacional de Letras. Montevideo-Uruguai.
- Carta mensal* — maio de 1960, ano VI n.º 62 — Confederação Nacional do Comércio. (Problemas nacionais). Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM AGOSTO DE 1960

- The Geographical Journal* — june, 1960 — vol. CXXVI — part 2 — The Royal Geographical Society. London.

- Correio do IBECC* — 6 de outubro de 1959 — e 7 de janeiro de 1960. Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura Rio de Janeiro.
- Ciências Políticas y Sociales* — Revista de la Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional Autónoma de México — enero/marzo de 1960. n.º 19 — ano VI. México. D.F.
- Boletim Informativo do Japão* — 1.º de julho de 1960 — n.º 13 — ano VI. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo Histórico de Miraflores* — n.º 4 — enero/febrero de 1960 — año I. Imprensa Nacional. Caracas. Venezuela.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — vol. VIII — 1958, c/índice. Washington.
- Correio do IBECC* — (Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura) — 8 de abril de 1960. Rio de Janeiro.
- Noticias de Yugoslavia* — abril, 1960 — n.º 1 año I. Beograd.
- Noticiário das Nações Unidas* — junho e julho de 1960 — ns. 6 e 7 ano X. Rio de Janeiro.
- Rodovia* (Revista Brasileira de Técnica e Divulgação Rodoviária — setembro de 1959 — n.º 235 — ano XXI. Rio de Janeiro.
- Livros de Portugal* — junho de 1960 — n.º 18. Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros. Lisboa.
- Revista do Clube de Engenharia* — julho de 1960 n.º 287. Engenharia Editôra S.A. Rio de Janeiro. 62 págs.
- Revista de História* — n.º 42 — abril/junho de 1960 — vol. XX — ano XI. S. Paulo.
- Revista de Aeronáutica* — maio e junho de 1960 — ano 2 — número 10. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — Edição especial da Revista destinada aos participantes do XI Congresso Internacional de Estradas de Rodagem. Rio de Janeiro.
- Revista do Professor* — junho de 1960 — n.º 55 — ano XVIII. Centro do Professorado Paulista. São Paulo. 42 págs.
- Correio do Senac* — julho de 1960 — n.º 209 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — ano XXI — ns. 1 e 2 — 1960. Ministério da Marinha. Rio de Janeiro.
- Geographical Review* — july, 1960 — number 3 — vol. I. American Geographical Society New York. 317/466 págs.

- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — janeiro/março de 1959 — ns. 1-3-série 77 e abril/junho de 1959 — ns. 4 e 6 — série 77. Lisboa.
- Fraternitatis Lumen* — n.º 12 — ano V. 1960. Lamfra. Roma.
- Catalogo* — Libreria Cientifica. Medinacelli. Madrid.
- Technical Digest* — may, 1960 — n.º 5 — vol. II. Czechoslovakia.
- Boletin de Historia y Antigüedades* — 543/544 — 545/546 — vol. XLVII — enero/febrero/marzo/abril de 1960. Academia Colombiana de Historia. Bogotá. D.E. Colômbia.
- O Eco* — (jornal) — 31 de julho e 7 de agosto de 1960 — números 1.147/1.148 — ano XXXII. Guaratinguetá. São Paulo
- Boletim do Gr. Or. do Brasil* — maio de 1960 — n.º 2. Rio de Janeiro.
- Catalogo La Cueva* ns. XXII/XXIII — mayo/junio de 1960. Buenos Aires.
- Boletin quincenal del Ministerio de Salud Publica y Bienestar Social* — ns. 96, 97, 98 e 99 — abril e maio de 1960. vol. II. Santa Fé. Guia tematica de 15 de enero de 1960 — vol. II — n.º 10. Rep. Argentina.
- Ocidente* — Revista Portuguesa Mensal — n.º 267 — julho de 1960 — vol. LIX. Lisboa. 192 pp.
- Revista DAE* — n.º 37 — junho de 1960 — ano 21. (Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo. 99 págs.
- Américas* — fevereiro de 1960 — n.º 2 — vol. XII. Revista publicada em português, inglês e espanhol. Rio de Janeiro. 45 págs.
- Problemas de la Paz y del Socialismo* (revista teórica y de informacion de los Partidos Comunistas y Obreros) — año III — n.º 7 — julio, 1960. Praga. 158 págs.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — nova série — vol. XXXII — março a abril de 1960. Academia das Ciências de Lisboa. 71 a 111 págs.
- Programa geral das comemorações do primeiro centenário de Brusque* (4 de agosto) — 1860/1960. Brusque.
- Book News* — march-april de 1959. The Mc Graw Hill. New York.
- A E C* — Revista mensal da Associação dos Empregados no Comércio — n.º 126 — agosto de 1960 — ano XIII. Rio de Janeiro. 30 págs.
- Rodovia* — Revista de Técnica e Divulgação Rodoviária — ano XXI — outubro de 1959 n.º 236. Rio de Janeiro. 84 págs.

Brasil Açucareiro — janeiro e fevereiro de 1960 — ns. 1 e 2 — ano XXVIII. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro. 62/160 págs.

Américas — maio de 1960 — n.º 5 — vol. XII. Revista publicada em português, inglês e espanhol. Rio de Janeiro. 44 págs.

Revista de História de América — diciembre de 1959 — n.º 48. Instituto Panamericano de Geografia e Historia. Mexico, D.F. 377/755 págs.

Boletín del Instituto de Antropología — mayo de 1960 — n.º 7 — vol. II. Editorial Universidad de Antioquia. Medellín. Colombia. 197 págs.

Boletín del Archivo General de la Nación — tomo XXX — n.º 2 — 1959. Mexico. 167/352 pp.

Revista de Historia — junio de 1960 — n.º 2 — año I. Centro de Estudios Historicos de la Faculdade de Humanidades y Educacion. Caracas. 120 págs.

Bulletin of The New York Public Library — july, 1960 — vol. 64 — n.º 7. New York. 350/397 págs.

Noticiário Colúmbia — abril, maio e junho de 1960 — n.º 111 — ano XVI. Rio de Janeiro. 16 págs.

Revista Colombiana de Folclore, vol. II — n.º 4 — segunda epoca año 1960. Imprenta Nacional. Bogotá. D.E. Colômbia. 205 págs.

O Éco (jornal) — 14 de agosto de 1960 — n.º 1.149 — ano XXXII. Guaratinguetá. S.P.

Boletín Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Credito Público — ns. 176, 177 e 178. 15 de abril e 1.º e 15 de mayo de 1960. México, D.F.

Informação Agrícola — maio/junho de 1960 — ns. 175/176 — ano XIV. Rio de Janeiro.

Acción Indigenista — ns. 78 e 79 — Boletín mensual del Instituto Nacional Indigenista — diciembre de 1959 — e enero de 1960. México.

Revista de Historia de America — diciembre de 1958 — n.º 46. Instituto Panamericano de Geografia e Historia. México. 317/651 págs.

The Americas a Quarterly Review of Inter American Cultural History published by The Academy of American Franciscan History — vol. XVII — july, 1960 — n.º 1. Washington, D. C.

- O Brasil no Mundo* — ano I — n.º 1 — junho de 1960. Revista mensal dos escritórios comerciais do Brasil no Exterior. MTIC. Rio de Janeiro. 64 págs.
- Highway* (magazine) — july, 1960 — vol. 51. Middletown. Ohio.
- Rodovia* — novembro de 1959 — n.º 237 — ano XXI. Rio de Janeiro. 64 págs.
- P E N Clube de São Paulo* — n.º IV — julho de 1960. São Paulo.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — n.º 5 — maio de 1960 — vol. VI. Rio de Janeiro.
- Noticias da Indonésia* — ns. 4 e 5 — 17 de agosto de 1960. Rio de Janeiro.
- Universidad Pontificia Bolivariana* — octubre/noviembre de 1959 — e — febrero/marzo de 1960 — vol. XXIV — n.º 85. Medellin — Colombia.
- Journal of Inter American Studies* — july, 1960 — n.º 3 — vol. II. University of Florida. Gainesville. 209/354 págs.
- Accion Indigenista* — ns. 80 e 81 — febrero/marzo de 1960. Boletim mensual del Instituto Nacional Indigenista. México.
- Pacific Viewpoint* — vol. I — n.º 1 — march 1960. 122 págs. ill. Vitoria University of Wellington.
- Carta mensal* (Problemas nacionais) — junho de 1960 — n.º 63 — ano VI. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro. 40 págs.
- A Pequena Obra da Divina Providência* — ano V — n.º 33 — julho de 1960. Rio de Janeiro.
- Informação Agrícola* — maio/junho de 1960 — ns. 175/176 — ano XIV. Rio de Janeiro.
- Catalogo de Libros* — Universidad Nacional Autonoma de Mexico. Mexico, D.F.
- Revista Geografica* — n.º 51 — tomo XXV — julho/dezembro de 1959 — 2.º semestre. Instituto Panamericano de Geografia e Historia — Gráfica Taveira. Rio de Janeiro. 214 págs.
- A P I S P* — (Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo). — Março de 1960 — São Paulo. 288 págs. ilustradas.
- Tempo Presente* — Revista portuguesa de cultura — n.º 12 — abril de 1960 — Lisboa. 94 págs.
- Revista do Livro* — n.º 13 — ano IV — março de 1959. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro. 325 págs. c/fotografias.

- Boletim mensal das Observações Meteorológicas, organizado pelo serviço meteorológico* — julho, agosto e setembro de 1959 — ns. 7, 8 e 9 — ano XXVI. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques. 1960.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — n.º 4 — vol. 7 — out. dez. de 1959. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro. 197-282 págs.
- Boletim Paulista de Geografia* — março de 1960 — n.º 34 — Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo. 92 páginas.
- Problemas de la Paz y del Socialismo* — Revista teórica y de informacion de los Partidos Comunistas y Obreros — año III — n.º 8 — agosto de 1960. Praga.
- Catalogo* — List 18. Ludwig Rosenthal's Antiquariat (The Netherlands).
- Boletim Cultural* — abril e mayo de 1960 — ns. 5 e 6 — ano I. Rep. de Cuba.
- Boletim do Clube Naval* — 2.º trimestre de 1960 — n.º 162 — ano LXXII. Rio de Janeiro. 244 págs.
- Carta mensal (Problemas Nacionais)* — agosto de 1960 — ano VI — n.º 65. Confederação Nacional do Comércio — Rio de Janeiro. 36 págs.
- Folclore Americano* — año VI — n.º 6 — ano VII — n.º 7. — 1959. Lima. Peru. 261 págs.
- Boletim de la Academia Nacional de la Historia antes Sociedad Ecuatoriana de Estudios Historicos Americanos* — julio/diciembre de 1959 e enero/junio de 1960 — ns. 94 e 95 — vols. XL e XLI. Quito. Ecuador.
- O Éco (jornal)* — 28 de agosto de 1960 — n.º 1.151 — ano XXXII. Guaratinguetá. São Paulo.
- Der Tiefbau* — juli, 1960 — heft 7. — Bertelsmann. Verlag.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* — julho/setembro de 1959 — série 77 — ns. 7 e 9. Lisboa. 249/324 págs.
- Museo Histórico* — Organo del Museo de Historia de la Ciudad de Quito — ns. 35 y 36 — año XII — 30 de abril de 1960. Quito. 218 págs.
- International Organizacion (Index)* — vol. XIII — 1959. 677/718 págs.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO
DE 1960

- BBB* — Boletim Bibliográfico Brasileiro — Revista dos Editores — vol. VIII — n.º 5 — Junho de 1960. Rio de Janeiro. 145/175 págs.
- Catálogo* — Ciências e Letras. Editorial SAEFA 1960. Madrid.
- Revista do Livro* — Órgão do Instituto Nacional do Livro — número 18 — ano V — junho de 1960. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura. Biblioteca Nacional. 287 pp.
- Engenharia* — Órgão oficial do Instituto de Engenharia — ano XVIII — vol. XVIII — n.º 210 maio de 1960. São Paulo. 577/654 pp.
- Boletín de Informaciones Científicas Nacionales* — n.º 91 — vol. XI — enero-marzo de 1960. Quito — Ecuador. 96 pp.
- Ocidente* — Revista Portuguesa Mensal — n.º 268 — agosto de 1960 — vol. LIX. Lisboa.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — december de 1959 — number 8 — vol. IX. 2ª época. Washington, D.C. 319/440 pp.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — septiembre-octubre de 1959 — n.º 186 — tomo XLVIII. Caracas. Venezuela. 278 pp.
- Boletim do Instituto Oceanográfico* — tomo IX — fasc. 1 e 2 — 1958 e Contribuições Avulsas. Oceanografia Física — ns. 1 e 2 — 1959 c/fichas de Poliqueta, n.º 2. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- América Indígena* — julio, 1960 — n.º 3 — vol. XX. México, D.F. Instituto Indigenista Interamericano.
- O Éco* — (jornal) — 4 de setembro de 1960 — n.º 1.152 — ano XXXII — Guaratinguetá. São Paulo.
- Correio do Senac* — agosto de 1960 — n.º 210 — ano XII. Rio de Janeiro.
- Brasília* — Censo Experimental — 17 de maio de 1959. (População e Habitação). IBGE. Rio de Janeiro.
- OIGG* — Revista do Instituto Geográfico e Geológico — vol. XI — ns. 1 e 2 — janeiro a junho de 1954. São Paulo.
- Boletim* n.º 35 — Bibliografia da Geologia do Estado de São Paulo — 1952/1958. São Paulo.
- Catálogo* — Relação de Livros de História e Geografia de julho e agosto de 1960. Brasil, Livros e Revistas Ltda. Rio de Janeiro.

- The Catholic Historical Review* — vol. XLVI — number 2 —
july 1960. The Catholic University of America Press.
Washington. 137/272 pp.
- Revista Brasileira de Geografia* — n.º 1 — janeiro-março de 1958
— ano XX. 130 págs. ill. maps. e fotos. De 1 a 4 — 4
trimestres de 1957 — ano XIX; de 1 a 4 — 4 trimestres de
1958 — ano XX; de 1 a 3 — 3 trimestres de 1959 — ano XXI.
IBGE. Rio.
- Boletim Geográfico* — (Informações, Notícias, Bibliografia, Legis-
lação) ns. 136 a 141 de 1957 — ano XV; ns. 142 a 147
de 1958 — ano XVI; ns. 148 a 153 de 1959 — ano XVII.
IBGE. Rio de Janeiro. 18 exs.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — vol. VI
— junho de 1960 — n.º 6. Rio de Janeiro. 107 págs.
- Brasil Futuro* (Um jornal a serviço do Brasil) — agosto de 1960
— n.º 3 — ano I. Rio de Janeiro. GB.
- Revista do Clube de Engenharia* — agosto de 1960 — n.º 288 —
Engenharia Editôra S.A. Rio de Janeiro. 66 págs.
- Américas* — junho e julho de 1960 — vol. XII — n.º 6 e 7.
Rio de Janeiro. GB.
- São Paulo Agrícola* — Revista da Sociedade Paulista de Agrono-
mia — ano II — n.º 18 — junho de 1960. São Paulo.
79 págs.
- Bolivar* — Revista Colombiana de Cultura — vol. XII — ns. 52/
54 — julio-diciembre de 1959. Ministério da Educacion Na-
cional. Bogotá. Colombia.
- Carta mensal* (Problemas nacionais) — julho e setembro de 1960
— ns. 64 e 66 — ano VI. Confederação Nacional do Co-
mércio. Rio de Janeiro.
- Noticias de Yugoslavia* — mayo-junio de 1960 — ns. 1 e 2 —
año I. Belgrad.
- Noticiário das Nações Unidas* — agosto de 1960 — n.º 8 — ano X.
Rio de Janeiro.
- Catalogo Oxford Books* — autumn, 1960. University Oxford
London.
- O Éco* — (jornal) — 11 de setembro de 1960 — n.º 1.153 — ano
XXXII. Guaratinguetá. S.P.
- Estudio* — Organo de la Academia de Historia de Santander nú-
mero 257 — 20 de julio de 1960 — ano XXIX. Bucara-
manga.
- Brazil Herald* — (jornal) — september 7, 1960 — number 183
— vol. 15.

- Biblioteca Central* — (Guia temática) — vol. II — n.º 10 — 15 de enero, 1960. Santa Fé, Rep. Argentina.
- Boletín ns. XXII — XXIII* — Mayo-junio de 1960. Buenos Aires.
- Catalogue n.º 741. History of the Netherland Martinus. Nijhoff.* The Hague, 1960.
- Boletín quincenal del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social* — 30 de abril e 15 de mayo de 1960 — ns. 21 e 22 — vol. II. Santa Fé.
- Boletim Informativo do Japão* — ano 6 — ns. 15 e 16 — 1 e 15 de agosto de 1960. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — ns. 205 e 206 — julho e agosto de 1960. — ano XVII. Rio de Janeiro.
- Revista del Archivo Nacional del Peru* — julio-diciembre de 1959 — tomo XXIII — entrega II — 263/513 pp. Lima — Peru.
- DIA* — Boletín de Divulgación — n.º 8 — diciembre de 1959 — (Departamento de Investigación Agropecuaria) — Ministério da Agricultura. Bogotá De. Colombia. 24 pp.
- Catálogo* — Mostra de Livros Raros de Taquigrafia na Biblioteca Nacional de 16 a 30 de setembro de 1960 — (Jubileu de Ouro) — Ferreira Lima Editora Ltda. Escola Remington. Rio de Janeiro. 44 pp.
- Catalogue of Chinese Classical Books.* Edited & Printed, by The Eton Book Company Kowloon. Hong Kong, 1959. 60 págs.
- Bolamense* — Órgão de Propaganda Regional de Cultura e de Turismo — ano IV — n.º 45 — abril de 1960. Bolama. Guiné Portuguesa.
- Bulletin of The New York Public* — Library august, 1960 — vol. 64 — number 8. New York.
- Boletín Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público* — 1 e 15 de junio de 1960. — 179/180. México, D.F.
- Brasil Futuro* (jornal) — setembro de 1960 — n.º 4 — ano I. Rio de Janeiro. GB.
- Kriterion Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais* — janeiro — vol. XIII a junho de 1960 — ns. 51-52. Belo Horizonte — MG.
- I.E.A.* — Instituto Brasileiro de Acústica — maio e junho de 1960 — ns. 25 e 26 — (boletim mensal). Rio de Janeiro.
- Illinois State Geological Survey* — Report of Investigations número 213 — 63 p., 11 fig., 2 pls., app. 1960. Urbana.
- Revista del Museo Argentino de Ciencias Naturales «Bernardino Rivadavia».* Instituto Nacional de Investigación de las Cien-

cias Naturales. Ciências Geológicas. tomo VI — ns. 2 e 3 — tomo I — ns. 15, 16 e 17. Buenos Aires, 1959.

Ciencias Políticas e Sociales — Revista de la Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales — octubre-diciembre de 1959 — n.º 18 — año V. Universidad Nacional Autónoma de México. 521/689 págs. México, D..F

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JULHO DE 1960

Cardoso (Armando Levy) — Toponímia Brasileira. Biblioteca do Exército Editôra. 1960. Rio de Janeiro. Oferta do autor. 476 págs.

Cardoso (Armando Levy) — Amerigenismos. Tomo I. Biblioteca do Exército Editôra. 1960. Rio de Janeiro. Oferta do autor. 396 págs.

Operação Pan Americana — Documentário I e IV. Documentação. 1958. Rio de Janeiro.

Mady (J.) e *Bautier* (R.H.) — Os Arquivos e os Documentos Públicos Modernos. N.º 11. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1960.

Saint-Blanquat (Odon de) — O Problema das Transferências nos Arquivos das Grandes Cidades, n.º 12. Arquivo Nacional. 1960. Rio de Janeiro.

Almeida (Fernando F. M. de) — Geologia do Sudoeste Matogrossense (Boletim n.º 116) — Departamento Nacional da Produção Mineral. Ministério da Agricultura, 1945. Rio de Janeiro.

Montello (Josué) e *Correia* (Viriato) — Discursos na Academia Brasileira. Serviço de Documentação. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1956. Oferta do autor.

Montello (Josué) Ricardo Palma Clássica da América. Gráfica Editôra Olímpica. 1954. Rio de Janeiro. Oferta do autor.

Montello (Josué) — A Oratória Atual do Brasil. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1959. Oferta do autor.

Montello (Josué) — A Baronesa (peça em 3 atos) — José Olimpio Editôra. Rio de Janeiro. 1960. Oferta do autor.

Montello (Josué) — Caminho da Fonte. (Estudos de Literatura). Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro. Oferta do autor.

Anais do Arquivo Público da Bahia (Autos de Devassa do Levantamento e Sedição intentados na Bahia em 1798. Imprensa

- Oficial da Bahia. Vol. 35 — jan.-junho de 1959 — Volume XXXV. Bahia.
- Cuarta Reunion de Consulta de la Comision de Historia*. Documentos — XI — Publicacion n.º 238 — Instituto Panamericano de Geografia e Historia. Mexico, D.F.
- Reis (Arthur Cezar Ferreira) — A Revelação da Amazônia continuou a empresa do Infante. Separata da Revista «Ocidente» — vol. LVIII — Lisboa, 1960.
- Montello (Josué) — Estampas Literárias. Coleção Rex. Organização Simões Editôra. 1956. Rio de Janeiro, oferta do autor. 199 págs.
- Le Congo Belge* — Tomos I e II. Édité par l'Office de l'Information et des Relations Publiques pour le Congo Belge et le Ruanda. Urundi. Bruxelles. 1958/1959. Com ilustrações.
- Andra (Helmut) — Hans Staden e sua Época. Separata da Revista de História n.º 42 — vol. XX — abril/junho de 1960 — ano XI. São Paulo.
- Diaz (Benito) — Juzgados de Paz de Campaña de la Provincia de Buenos Aires (1821-1854) Universidad Nacional de la Plata. Rep. Argentina.
- Valle (Rafael Heliodora) — Historia de las Ideas contemporaneas en Centro America. Fondo de Cultura Economica. Mexico. 306 págs.
- Barros (Geraldo Mendes) — O Brasil e o Mercado Mundial de Minério de Ferro. Prefácio do Sr. Charles Edgar Moritz, Presidente da Confederação Nacional do Comércio. Com um mapa e 35 págs. Rio de Janeiro.
- Bibliografia del Folklore Peruano*. Prólogo por José Maria Arguedas. México. 1960. 186 págs.
- Valladão (Haroldo) — Gil (Otto) — Kelly (Prado) — Discurso dos Senhores... na sessão de 21 de janeiro de 1960 — no Instituto dos Advogados Brasileiros. Separata da Revista dos Tribunais. Vol. 293 — março de 1960 — 31 págs. São Paulo. Oferta do Professor Haroldo Valladão.
- Bíblia Sagrada* — Editôra «Ave-Maria» Ltda. Centro Bíblico Católico de São Paulo. Oferta do Embaixador J.C. de Macedo Soares. São Paulo.
- Leite (Duarte) — História dos Descobrimentos (Coletânea de Esparsos) — Organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho. Fascículo n.º 14 — 1959. Edições Cosmos. Lisboa.

- Adolpho Lutz* (Vida e Obra do Grande Cientista Brasileiro (1855-1955). Conselho Nacional de Pesquisas. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1956.
- Albuquerque* (Marechal Pedro de A. Cavalcanti de) — Artíficos e Ficções de um Plano Financeiro (1952-1955) — S.M.G. Imprensa do Exército. Rio de Janeiro, 1959. Oferta do autor.
- Cordich* (Augusto) — Leyenda y Verdad sobre el Origen del Rio Amazonas — n.º 22 — Série A. — Facultad de Filosofia y Letras. Universidad de Buenos Aires. 1959. 23 págs. Com gravuras.
- Album de fotografias* — A Sua Excia. o Embaixador J.C. de Macedo Soares, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Conselho Nacional de Geografia respeitosamente oferece o Album da sua Décima Sessão Ordinária da Assembléia Geral realizada em setembro de 1950. Rio de Janeiro.
- Writings on American History*, 1953. Compiled for the National Historical. Publications Commission. James R. Masterson, Editor. Washington. 1960. 705 págs.
- Perkins* (Bradford) — Youthful America — Selections from Henry Unwin Adding ton's. Residence in the United States of America 1822/23/24/25. University of California. Publications in History — vol. 65. Berkeley and Los Angeles, 1960.
- Promotions formular anvant ay Carolus Linnceus vid Medicine Doktorspromotion den 31 oktober, 1754*. Uppsala, 1941. Oferta do Dr. H.C. de Sousa Araújo em 4-6-58.
- Peres* (Damião) — Uma Prioridade Portuguesa contestada mas incontestável: A Circum-navegação da África Austral por Bartolomeu Dias, Editôra Gráfica Portuguesa Ltda. 1955. Lisboa, 1960. 51 págs.
- Otoni* (Dr. Mauricio Theophilo B.) — Theophilo Benedicto Otoni «Uma vida por um ideal» Tipografia Edanee S.A. São Paulo, 1957. Oferta do autor.
- Documentos Relativos a la Junta Montevideana de Gobierno de 1808* — tomo III. Montevideu, 1960. 286 págs.
- Aspectos Estatísticos* — Finanças Municipais. SGI — DGE 1959. PDF. Rio de Janeiro.
- Anais do Museu Histórico Nacional* — vol. III — 1942. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1945. 497 págs.
- Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* 10 — 1957. Departamento Geográfico. Niterói (Estado do Rio). 309 páginas.

- Anuário Estatístico do Brasil*, 1959. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. Ano XX, Rio de Janeiro. 497 págs.
- Borah* (Woodrow) — and Cook (S.F.) — *The Population of Central Mexico in 1548. An Analysis of the Suma de visitas de pueblos*. University of California. Berkeley and Los Angeles, 1960. 210 págs.
- Correspondencia Mitre* — Elizalde. Imprenta de la Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de História Argentina «Doctor Emilio Ravignani». 578 págs.
- Viana* (Hermógenes) — *A Fundação do Recife*. Tese histórica apresentada ao VI Congresso Histórico Municipal-Interamericano, realizado em Madri de 5 a 12 de outubro de 1957 e aprovada por unanimidade de votos pela comissão julgadora e o plenário. Editôra Imprensa Industrial. Recife, 1959. Oferta do autor.
- Pinheiro* (Mário Portugal Fernandes) — *Sagrada Mansidão* (Resposta ao pseudo crítico) — Gráfica Editôra Ltda. Rio de Janeiro, 1959.
- Cidade* (Gen. F. de Paula) — *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira* — 1ª edição. Impresso no Estabelecimento Gustavo Cordeiro de Faria. Rio de Janeiro. 1959.
- Mendoza* (Cristobal L.) — *Discurso pronunciado el 5 de mayo de 1960 en la sesion solene celebrada por la Academia Nacional de la Historia en conmemoracion del sesquicentenario del 19 de abril de 1810 en la historiografia venezolana*. Caracas, 1960.
- Klickova* (Vera) — *Kurcinsko-kozuvarski zanaet i esnaf*. Yogoslavie.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE AGÔSTO DE 1960

- Leite* (Duarte) — *História dos Descobrimentos* (coletânea de esparços) — organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho. Edições Cosmos. Lisboa, 1959. Fasc. número 15.
- Guerra* (D. Rafael S.) — *Juicio y Sentencia de Pedro Carujo por la Conspiracion contra Vargas*. Facultad de Humanidades y Educacion. Universidad Central de Venezuela. Caracas. Venezuela, 1960. 39 págs.

Oferta do Professor Mário Barata:

- Anuário do Museu Nacional de Belas Artes* — n.º 9 — 1947/48. Rio de Janeiro.

Catálogo da Biblioteca com indicação das obras raras ou valiosas, 1957. Rio de Janeiro.

Arquivos da Escola Nacional de Belas Artes — 1956 a 1959. (4 exs.) Rio de Janeiro.

Anuário Estatístico — ano XXXI — 1958. Imprensa Nacional de Moçambique. Anexo: Estatística dos Veículos, Automóveis em circulação, 1958. Lourenço Marques, 1960.

Leite (Serafim) — *Nóbrega e a Criação da Vila de São Paulo de Piratininga* (1960) — Edições Brotéria. Lisboa, 1960. Oferta do autor.

Appel aux Peuples Epris de Paix du Monde Entier (Apêlo aos povos amantes de paz do mundo inteiro) — Le Comité National de la Paix de Corée. Pyongyang le 23 mai 1960.

Medeiros (Arlindo de) — *Memória Histórica de S. João de Meriti*. 1ª Edição. 1958. São João de Meriti. 120 págs. Oferta do autor.

Medeiros (Arlindo de) — *Reportagens Fluminenses*. 1ª Edição. 1959. São João de Meriti. Oferta do autor.

Taunay (Affonso d'Escragolle) — *Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil. Comemoração do bi-centenário de nascimento de Nicolau Antônio Taunay, ilustre pintor francês integrante da Missão Artística de 1816-10 de fevereiro de 1955*. Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Oferta do Dr. Mário Barata.

Anuário do Museu da Inconfidência de Ouro Preto — 1955/57 — IV vol. Ministério da Educação e Cultura. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto. M.G. 255 págs.

Pérez (César Jaramillo) — *Resumen de Historia de America*. Tercera Edicion — Editorial lasalle, 1955. Quito, Ecuador. 510 págs.

Barata (Mário) — *Conceito e Metodologia das Artes Populares*. Separata de «Cultura» n.º 3 — Ministério da Educação e Saúde. Serviço de Documentação. 1950. Rio de Janeiro. Of. do autor.

Barata (Mário) — *Ensaio de Numismática e Ourivesaria*. Pongetti. Desenhos de Moeda de Ruy Campello. Rio de Janeiro. Of. do autor.

Castañón R. (Jesus) — *Los Primeros 25 Años de Industrialización en Puebla*. Ediciones del Boletín Bibliográfico de la Secretaría de Hacienda y Crédito Público. Mexico, D.F.

- Relatório do Exercício de 1959. A Economia Brasileira em 1959 e a Atuação da Superintendência da Moeda e do Crédito como Banco Central.* Artes Gráficas Gomes de Sousa S.A. Rio de Janeiro.
- Problemas Econômicos e Financeiros.* Excertos da Carta mensal. Confederação Nacional do Comércio. Rio de Janeiro. 543 páginas.
- Cardoso* (Fernando Henrique) — e *Ianni* (Otávio) — *Côr e Mobilidade Social em Florianópolis. Aspectos das Relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional.* Prefácio de Florestan Fernandes. Companhia Editôra Nacional. Brasileira. Vol. 307. 1960. 288 págs. c/estampas. Adquirido por compra. São Paulo.
- Cabral* (Oswaldo R.) — *João Maria.* Interpretação da Campanha do Contestado. Edição ilustrada. Brasileira. Vol. 310. Companhia Editôra Nacional. São Paulo. 358 págs. Adquirido por compra.
- Morais* (Walfrido) — *Horácio de Matos.* Um Vulto da Civilização do Diamante. 1960. Publicação Estudos Bahianos. Salvador. Bahia.
- Ribeiro* (Mário de Sampaio) — *El-Rei D. João IV. Príncipe, Músico e Príncipe da Música.* Academia Portuguesa da História. Lisboa. 1958. 45 págs. c/ilustrações. Oferta do Doutor Virgílio Corrêa Filho.
- Villar* (Ernesto de la Torre) — *La Batalla de San Jacinto 1856.* Nacaragua.
- Instituto Panamericano de Geografía e História* — Publicacion n.º 231 — México, D. F. 61 págs. Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho.
- Anuário de Observações I. Observações Astronômicas II. Observações Meteorológicas* — ano de 1957. vol. XLIX. Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- Gerbasi* (Sampaio) — *Erros e Plágios de Oto Schneider S.A.* Artes Gráficas. Salvador. Bahia. 1960. 47 págs. Oferta do autor.
- XVIII Congrès Internacional de Geographie (Comptes Rendus du)* — Tome premier — actes du congrès. Comité National du Brésil. 1959. Rio de Janeiro.
- Viana Filho* (Luiz) — *A Vida do Barão do Rio Branco.* Livraria José Olímpio Editôra. Coleção Documentos Brasileiros. Dirigida por Otávio Tarquínio de Sousa. C/16 ilustrações fora do texto. 1959. 458 págs. Rio de Janeiro.

- Ribeiro* (Armando Vidal Leite) — Família Vidal Leite Ribeiro. Genealogia-Reminiscências. Armando Vidal Leite Ribeiro. Editorial Sul Americana S.A. Rio de Janeiro. 1960. Oferta do autor. 456 págs. c/fotografias.
- Otávio Filho* (Rodrigo) — Na Escola Superior de Guerra. Gráfica Olímpia Editôra. 61 págs. Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Dautry* (Raoul) — Métier D'Homme. Preface de Paul Valéry de l'Académie Française. Librairie Plon. Paris, 1937 — Oferta do Coronel João Batista Magalhães. 33 págs.
- Piazza* (Walter F.) — Folclore de Brusque. Edição da Sociedade Amigos de Brusque, 1960. Santa Catarina. 223 págs. Oferta do autor.
- Bittencourt* (Agnello) — Bacia Amazônica — Vias de Comunicação e Meios de Transporte. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Rio de Janeiro. 1957. 177 págs.
- Faissol* (Esperidião) — Vegetação e Solos no Sudeste do Planalto Central. IBGE. Rio de Janeiro. 1953. C/1 map. 15 págs.
- Pettei* (Beatriz Celia Correia de Melo) — Produção de Milho e Suínos no Brasil Meridional. Separata da Rev. Bras. de Geografia n.º 3 — ano XVI. IBGE. 1955. Rio de Janeiro.
- Setzer* (Eng. José) Possibilidades de Recuperação do Campo Cerrado. Sep. da Rev. Bras. de Geografia n.º 4 — ano XVIII — out. dez. de 1956. IBGE. Rio de Janeiro.
- Duarte* (Coronel Joaquim Francisco) — O Bacharel Mestre João, o Céu Brasileiro e a Estrêla Polar do Sul. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 3 — ano XIX — julho/setembro de 1957. IBGE. Rio de Janeiro.
- Serra* (Adalberto) — Previsão da Geada. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 4 — ano XIX — out. dez. de 1957. IBGE. Rio de Janeiro.
- Setzer* (José) — Isolinhas da Umidade do Clima no Estado do Rio e Distrito Federal. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 3 — ano XVI — IBGE. 1955 — Rio de Janeiro.
- Czajka* (Willi) — Estudos Geomorfológicos no Nordeste Brasileiro. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 2 — ano XX — abril-junho de 1958. IBGE. Rio de Janeiro.
- Bernardes* (Lysia Maria Cavalcanti) — Pescadores da Ponta do Caju — Aspectos da Contribuição de Portugueses e Espanhóis para o Desenvolvimento da Pesca na Guanabara. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 2 — ano XX — abril-junho de 1958. IBGE. Rio.

- Santos* (Milton) — Localização Industrial em Salvador. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 3 — ano XX — julho-setembro de 1958. IBGE. Rio de Janeiro.
- Alonso* (Delnida Martinez) — Aspectos Geográficos da Cultura Fumageira no Estado do Rio Grande do Sul. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 3 — ano XX — julho-setembro de 1958. IBGE. Rio de Janeiro.
- Dias* (Catharina Vergolino) — Marabá. Centro Comercial da Castanha. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 4 — ano XX — out. dez. de 1958. IBGE. Rio de Janeiro.
- Leite* (Edgard Teixeira) — Brasil Pais Tropical. Problemas das Regiões Tropicais a Ocupação dessa Área. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 1 — ano XXI — Jan. março de 1959. IBGE. Rio de Janeiro.
- Vieira* (Maurício Coelho) — Aspectos Geográficos de Andrade Pinto. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 1 — ano XXI — jan. março de 1959. IBGE. Rio de Janeiro.
- Mesquita* (Myrian Gomes Coelho) — Aspectos Geográficos do Abastecimento do Distrito Federal em Gêneros Alimentícios de Base. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 2 — ano XXI — abril-junho de 1959. IBGE. Rio de Janeiro.
- Dias* (Catarina V.) Aspectos Geográficos do Comércio de Castanha no Médio Tocantins. Sep. da Rev. Bras. de Geografia — n.º 4 — ano XXI — out. dez. de 1959. IBGE. Rio.
- Contributions from the Museum of Paleontology* — july, 1, 1960. Ann Arbor. University of Michigan. 7 exs.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1960

- Oliveira* (Roberto Cardoso de) — O Processo de Assimilação dos Terena. Museu Nacional. Oficina Gráfica da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro. 160 págs.
- Schaden* (Egon) — Staden-Jahrbuch — Beiträge zur Brazilkunde. Banda 7/8 — Instituto Hans Staden. Companhia Melhoramentos de São Paulo. São Paulo. 225 págs.
- Souza* (Luiz de) — Relatório apresentado ao Conselho Nacional de Geografia pelo Engenheiro... Secretário do Diretório Regional de Geografia do Estado do Rio de Janeiro. 1959.
- Hoffmann* (Alberto) — Relatório das Atividades do Diretório Regional de Geografia da DTC da Secretaria de Agricultura, apresentado à XX Assembléia Geral do Conselho Nacional de

- Geografia pelo seu Presidente. Pôrto Alegre. Rio Grande do Sul. 1960.
- Lefreve (Valdemar) — Relatório das Atividades do Diretorio Regional de Geografia no Estado de São Paulo e dos Trabalhos realizados pelo Instituto Geográfico e Geológico apresentado pelo Engenheiro... à XX Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Abril de 1960. São Paulo.
- Cook (Serburne F.) and Borah (Woodrow) — The Indian Population of Central Mexico — 1531-1610. University of California Press. Berkeley and Los Angeles, 1960. 56 págs.
- Araújo (Carlos da Silva) — Est-ce que la Médecine Grecque-Hippocratique, Alexandrine ou Byzantine — a eu une assez importante influence sur la Culture Médicale Brésilienne? Trabalho apresentado ao XVII Congresso Internacional de História da Medicina. Atenas, 1960. Oferta do autor.
- Anuário del Instituto de Investigaciones Históricas — 4 — 1960 Universidad Nacional del Litoral. Rosário. Rep. Argentina.
- Cortesão (Jaime) — Alexandre de Gusmão e O Tratado de Madrid (1750) — parte IV — tomo II. (Negociações) — Documentos organizados e anotados por... Ministério das Relações Exteriores. Imprensa Nacional. 463 págs. Oferta do Diretor do Instituto Rio Branco, Embaixador Camillo de Oliveira. Rio de Janeiro.
- Beurlen (Karl) — A Geologia Pós-Algonquiana do Sul do Estado de Mato Grosso. Boletim n.º 163. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1956.
- Ebert (Heinz) — Discordâncias Pré Cambianas em Carandai-Minas Gerais. Boletim n.º 183. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1957.
- Ferreira (Evaldo Osório) — Contribuição à Litologia da Série Uatumã. Boletim n.º 185. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.
- Santos (Maria Eugenia C. Marchesini) e Cunha (Fausto Luiz de Souza) — Sobre Hemiaster Jacksoni Maury e outros Equinóides do Cretacico Brasileiro. Boletim n.º 186. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro. 1959.
- Price (Llewellyn Ivor) — Sobre um Crocodilídeo Notossuquio do Cretacico Brasileiro. Boletim n.º 188. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio, 1959.
- Sommer (Frederich W.) — Introdução ao Estudo Sistemático dos Gêneros Paleozóicos de Esporos Dispersos. I Sporonites e Sporites. Boletim n.º 190. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.

- Reis* (Esmeraldino) — Os Grandes Diamantes Brasileiros — Boletim n.º 191. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.
- Barbosa* (Rita Alves) — Estudo de Alguns Charnockitos do Estado do Rio. Boletim n.º 192. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.
- Trindade* (Nicêa Maggessi) — Megásporos Gondwanicos de Charqueadas. Rio Grande do Sul. Boletim n.º 194. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.
- Sommer* (Friedrich W.) — Introdução ao Estudo Sistemático dos Gêneros Paleozóicos de Esporos Dispersos. II Pollenites. Boletim n.º 197. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. Rio de Janeiro, 1959.
- Guimarães* (Djalma) — Sobre uma ocorrência singular de platina e geologia da parte central da serra do cipó. Notas à margem de «O Paládio e a Platina no Brasil» de E. Hussa — Boletim n.º 106. Divisão de Fomento da Produção Mineral. Rio de Janeiro, 1959.
- Relatório Anual do Diretor*. Ano de 1958. Divisão de Geologia e Mineralogia. IBGE. 1959. Rio de Janeiro.
- Carvalho* (Lopo de) — A Angiopneumografia e a interpretação das imagens radiográficas do torax. (Lição proferida em 16 de março de 1960). Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa, 1960. 41 págs.
- Sabino Júnior* (Oscar) — Goiânia Documentada. (Coletânea organizada por...) Gráfica e Editôra Edigraf Ltda. S. Paulo. — Museu Estadual. Goiânia. 181 págs.
- Tinoco* (Ivan de Medeiros) — Foraminíferos Quaternários de Olinda, Estado de Pernambuco. Monografia XIV. IBGE. Rio de Janeiro 1958.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO — 1960

3.º Trimestre	Julho	Agosto	Setb.º	Total
<i>Biblioteca</i>				
Obras recebidas	45	47	24	116
Jornais nacionais e estrangeiros recebidos ...	9	9	8	26
Revistas nacionais e estrangeiras recebidas.	77	83	87	247
Catálogos recebidos	6	5	7	18
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados .	1.200	1.808	1.378	4.386
Documentos recebidos ..	2	—	—	2
<i>Mapoteca</i>				
Mapas consultados	500	309	894	1.703
Mapas recebidos	2	5	—	7
<i>Museu</i>				
Visitantes	—	18	28	46
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Obras consultadas	2.200	3.128	3.724	9.052
Jornais consultados	280	590	860	1.730
Revistas consultadas	722	835	226	1.783
<i>Secretaria</i>				
Ofícios cartas e telegramas recebidos	250	180	165	595
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	1.400	1.780	980	4.160

INDICE

VOLUME 248

(Julho/Setembro de 1960)

	N. págs.
In Memoriam	3
I. TRABALHOS ORIGINAIS	
1. <i>A história e a geografia na sociologia brasileira</i> — Dr. Daniel de Carvalho	4
2. <i>Da Cartografia na época dos descobrimentos</i> — Almirante José Frazão Milanez	57
3. <i>O Rio Grande do Norte no Senado da República</i> — Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros	67
4. <i>Hélio Lobo</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho	81
5. <i>O Parlamentarismo no Brasil</i> — Prof. Hélio Viana	92
6. <i>Jaime Cortesão e as Raízes do Brasil</i> — Dr. Arthur Cezar Ferreira Reis	109
II — CONFERÊNCIAS	
Curso João Ribeiro	
7. <i>O Centenário de João Ribeiro</i>	113
8. <i>O pensamento de João Ribeiro</i> — Mucio Leão	114
I <i>Idéias sociais e políticas de João Ribeiro</i>	
II <i>Idéias religiosas de João Ribeiro</i>	
III <i>Idéias morais e filosóficas de João Ribeiro</i> (1ª e 2ª parte)	
9. <i>Oração da Sra. Regina M. Ribeiro Xavier, neta de João Ribeiro</i>	176
Curso Affonso d'Escragnolle Taunay	
10. <i>Taunay e a história do café no Brasil — Sua Importância econômica, social e política</i> — Dr. Herbert Canabarro Reichadt	178
11. <i>Affonso de Taunay e a história das bandeiras</i> — Dr. J. P. Leite Cordeiro	198
12. <i>Affonso d'Escragnolle Taunay</i> — Dr. Ernesto de Souza Campos	214
13. <i>Affonso de E. Taunay</i> — Dr. Wanderley de Araújo Pinho	225

14	<i>Taunay no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo</i> — Almirante Carlos da Silveira Carneiro	234
III — TRANSCRIÇÕES		
15	<i>Reverendo a velha casa</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho	261
16	<i>O "Livro que dá Razão do Estado do Brasil"</i> — Amaro Quintas	267
17	<i>A história de um manuscrito imperial</i> — Celso de Araxama... ..	275
18	<i>A glória de Joaquim Caetano</i> — Nelson Costa	279
19	<i>Frontin e o Instituto Histórico</i> — Nelson Costa	281
20	<i>Jaime Cortesão e a História do Brasil</i> — Prof. Hélio Vianna	283
IV — DOCUMENTOS		
21	<i>Guerra do Paraguai. Corrigendas históricas de Rio Branco</i> — Cel. J. B. Magalhães	288
22	<i>A Meteorologia no Brasil</i>	295
23	<i>A Formação da Fôrça Armada</i>	298
V — SÓCIOS FALECIDOS		
24	<i>Dr. Clado Ribeiro de Lessa</i> — Dr. Cláudio Ganns	300
25	<i>Cláudio Ganns</i> — Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	302
26	<i>Cláudio Ganns no Instituto Histórico</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho	305
27	<i>Fernando Luís Vieira Ferreira</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho	318
28	<i>Jayme Cortesão</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho	320
VI — NOTICIÁRIO		
29	<i>Portaria</i> — Comissão Diretora da Revista	334
VII — APRECIÇÃO DE LIVROS		
30	<i>Síntese de três séculos de literatura Militar Brasileira</i> — Gen. F. de Paula Cidade — 1ª edição, 1959 — E. L. C.	335
31	<i>Figura, vida e obra de artista representativo de uma época</i> — Clemente M. Bastos	336
VIII — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS		
IX — ESTATÍSTICA		361

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

COMISSÕES PERMANENTES ELEITAS PARA 1960-1961

HISTÓRIA:	<i>Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho</i> <i>Herbert Canabarro Reichardt</i> <i>José Wanderley de Araújo Pinho</i> <i>Helio Vianna</i> <i>Marcos Carneiro de Mendonça</i>
FUNDOS E ORÇAMENTOS: ...	<i>Affonso Penna Junior</i> <i>José Antonio Soares de Souza</i> <i>Thiers Fleming.</i> <i>Arthur Cesar Ferreira Reis</i> <i>Ildefonso Mascarenhas da Silva</i>
GEOGRAFIA:	<i>Carlos da Silveira Carneiro</i> <i>Virgílio Corrêa Filho</i> <i>Lucas Boiteux.</i> <i>Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos</i> <i>Adolfo Morales de los Rios Filho</i>
ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA:	<i>Deoclécio De Paranhos Antunes</i> <i>Rodrigo Melo Franco de Andrade</i> <i>Francisco Marques dos Santos</i> <i>José Honório Rodrigues</i> <i>Manuel Diêgues Júnior</i>
BIBLIOGRAFIA:	<i>Vieira Ferreira</i> <i>Eugênio Vilhena de Moraes.</i> <i>Américo Jacobina Lacombe</i> <i>Mucio Leão</i>
ESTATUTOS:	<i>Levi Carneiro</i> <i>Pedro Calmon Moniz de Bittencourt</i> <i>Rodrigo Otávio Filho</i> <i>Edmundo da Luz Pinto.</i> <i>Estevão Leitão de Carvalho</i>
ADMISSÃO DE SÓCIOS:	<i>José Augusto Bezerra de Medeiros</i> <i>Christovam Leite de Castro.</i> <i>João Baptista Magalhães</i> <i>Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa</i> <i>Fabio de Macedo Soares Guimarães</i>

